



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O P^o. LUÍS DA CRUZ S. J.
E A TRAGICOMÉDIA *IOSEPHVS*

Tomo I

Análise Histórico-Literária

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de doutor em Humanidades,
na especialidade de Literatura Latina

por

António Maria Martins Melo



FACULDADE DE FILOSOFIA DE BRAGA

Junho, 2001



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O P^o. LUÍS DA CRUZ S. J.
E A TRAGICOMÉDIA *IOSEPHVS*

Tomo I

Análise Histórico-Literária

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de doutor em Humanidades,
na especialidade de Literatura Latina

por

António Maria Martins Melo



FACULDADE DE FILOSOFIA DE BRAGA

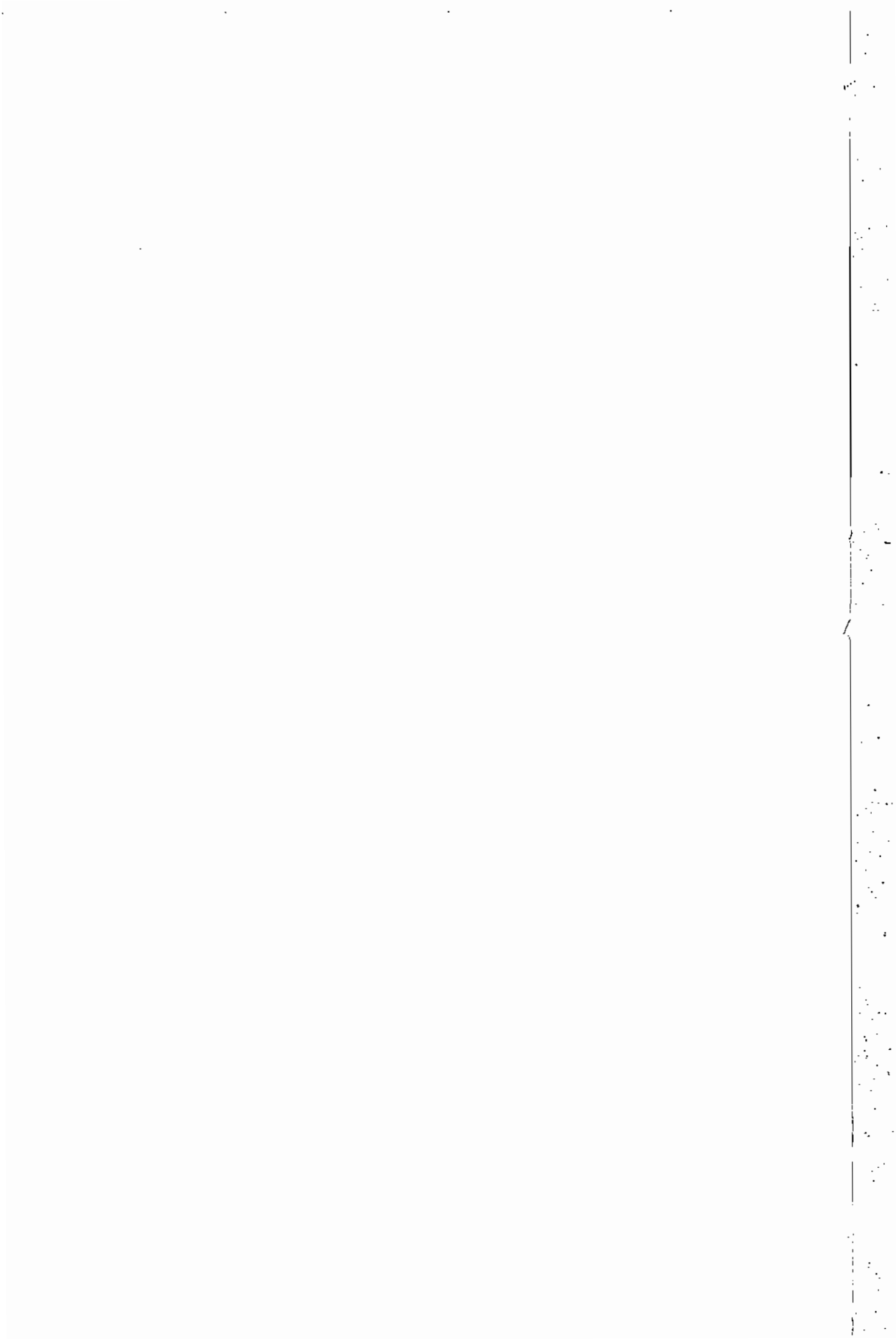
Junho, 2001

Vertical text or artifacts along the right edge of the page.

Handwritten text, likely bleed-through from the reverse side of the page. The text is mostly illegible due to blurring and low contrast, but appears to be organized into a list or series of entries.

O Pe. LUÍS DA CRUZ S.J.
E A TRAGICOMÉDIA *IOSEPHVS*

Tomo I
Análise Histórico-Literária



FICHA TÉCNICA

Impressão: Vicentimagem, Lda - Coimbra

Composição gráfica: António Maria Martins Melo

Capa e Brochura: Vicentimagem, Lda - Coimbra

© António Maria Martins Melo

Bolsetro da FCT, financiado pelo Subprograma Ciência e Tecnologia do
2º Quadro Comunitário de Apoio, Programa PRAXIS XXI.





UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O P^e. LUÍS DA CRUZ S.J.
E A TRAGICOMÉDIA *IOSEPHVS*

Tomo I

Análise Histórico-Literária

Tese apresentada para obtenção do grau de doutor
em Humanidades, na especialidade de Literatura Latina

por

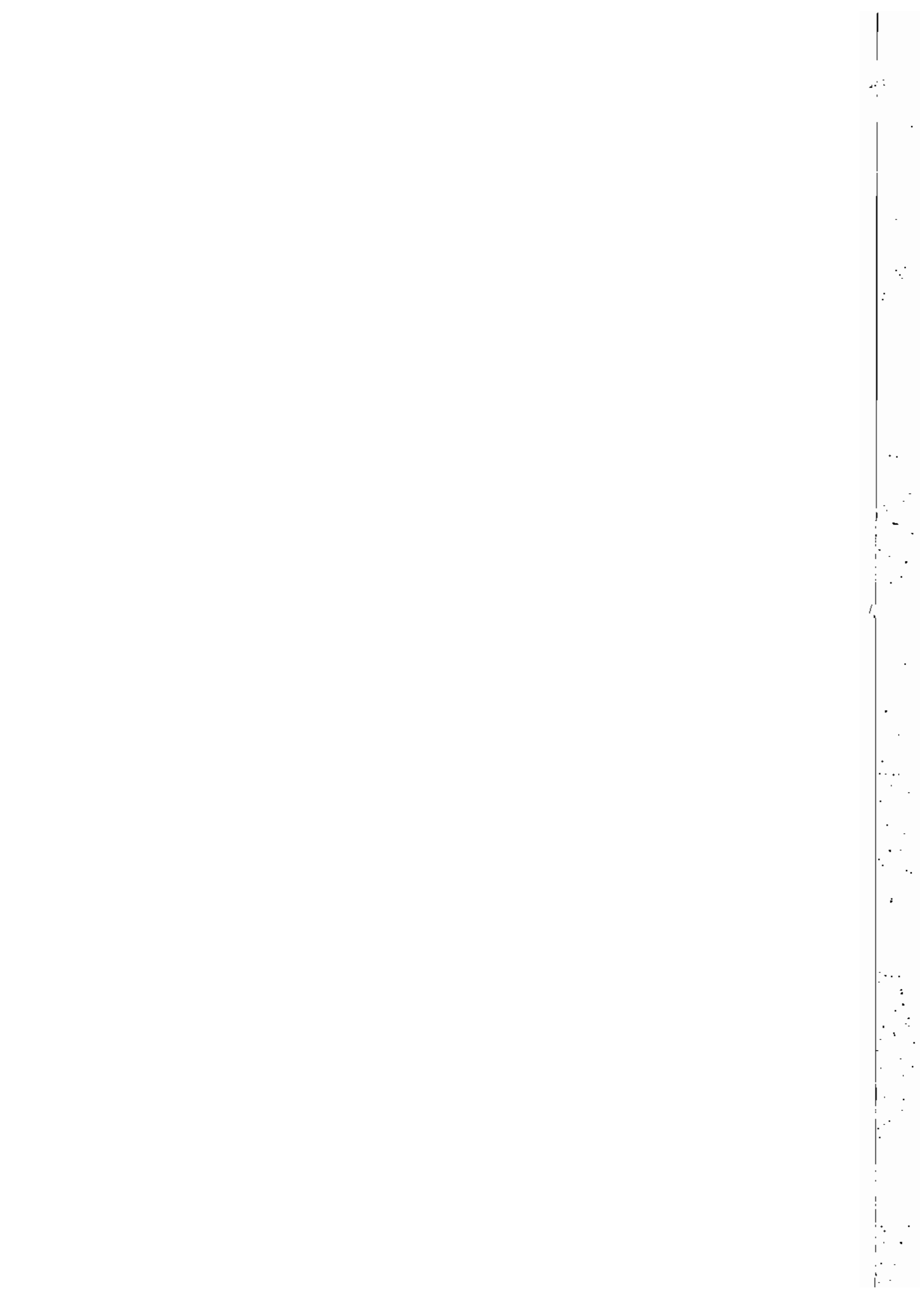
António Maria Martins Melo

Sob a orientação da Professora Doutora Nair de Nazaré Castro Soares
e do Professor Doutor Manuel de Jesus Losa, S.J.



FACULDADE DE FILOSOFIA DE BRAGA

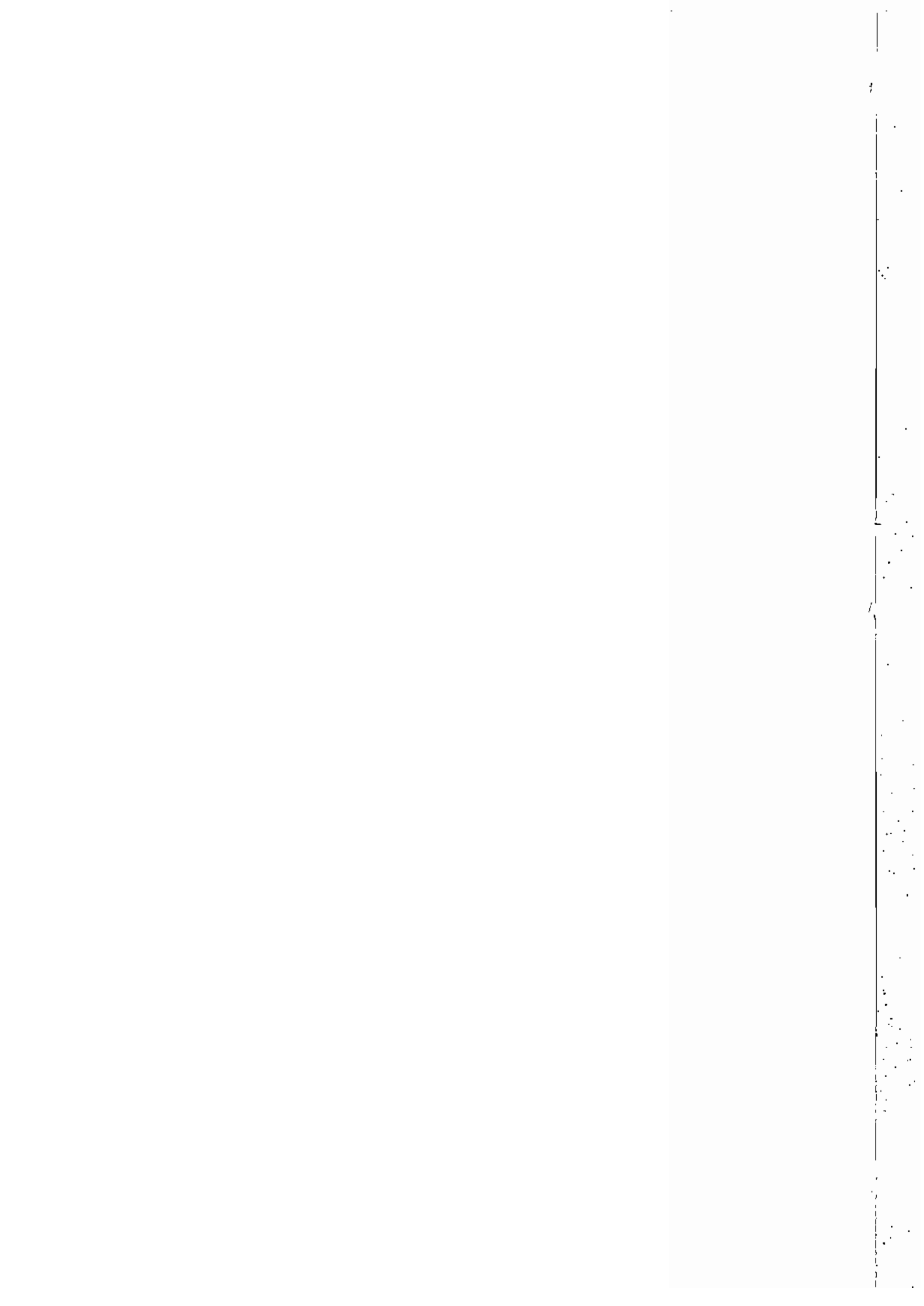
Junho, 2001



A MINHA ESPOSA

E A

MEUS FILHOS



*Expetunt Lusitani magna: volunt non ad ludicra
vocari. Putant auctoritati, grauitati que seruire, quae
paratu, quae gestu, quae conquisita supellectili,
quae spatio horarum mora que creuerunt.*

(Luís da Cruz, *Praefatio ad lectorem*)



PREFÁCIO

O P. Luís da Cruz (1543-1604), um dos autores mais representativos do teatro neolatino em Portugal, conta, entre a sua vasta produção dramática, a tragicomédia Iosephus, inspirada na história bíblica de José do Egipto (Génese, 37-50). A representação desta peça ocorreu muito provavelmente em 1574, no Real Colégio das Artes, em Coimbra. Assim, à semelhança de muitas outras obras que vêm à luz em época tridentina e de Contra-Reforma, integra-se no teatro escolar de tema bíblico que conheceu dimensão europeia.

Comporta esta dissertação de doutoramento duas partes distintas. Precede-as uma introdução, que apresenta uma resenha biobibliográfica do P. Luís da Cruz e uma sistematização do aproveitamento dramático do motivo bíblico de José do Egipto que, no século XVI, inspirou católicos e protestantes.

A primeira parte analisa a tragicomédia Iosephus como composição poético-dramática, integrada no contexto formal e estético do Renascimento, e no âmbito da pedagogia específica da Companhia de Jesus. Sem ser uma obra de tese, do ponto de vista temático, reflecte a sensibilidade e a ambiência cultural do tempo, as preocupações dominantes nos campos teológico-religioso, moral e político, a forma mentis humanista e contra-reformista.

Do ponto de vista formal, a ars dramática e a caracterização do estilo, que nos mereceram atenção especial, vão emergindo, também, a cada passo, da análise à realização da uis trágica e da uis cômica, que na peça se sucedem ou intersectam.

A síntese das reflexões feitas ao longo da obra informam a conclusão deste estudo.

Uma segunda parte ocupa-se da edição crítica do texto da tragicomédia Iosephus.

Esta publicação, diz-nos o P. Luís da Cruz, realizou-se a pedido dos Superiores da Ordem, por julgarem de grande utilidade a recolha e preparação da edição das obras da sua autoria que andavam quase esquecidas. Estes opera omnia foram publicados na cidade francesa de Lião, em 1605.

A edição crítica que nós preparámos apoia-se neste texto impresso e em três manuscritos, um de Évora e dois de Coimbra.

Um agradecimento muito particular aos Professores Doutores Manuel Losa e Amadeu Torres que primeiramente aceitaram dirigir este trabalho e à Doutora Nair de Nazaré Castro Soares que, em boa hora, assumiu este encargo, com entusiasmo e dedicação. A todos eles testemunho a minha obseruantia e o meu apreço pelo seu inestimável auxílio em tão ingente tarefa.

Não esqueço a colaboração amiga e generosa de pessoas e instituições: o amor ao trabalho, a amizade e a alegria de viver do P. António Freire; a Fundação para a Ciência e Tecnologia, que me concedeu uma bolsa durante três anos consecutivos; o Instituto Português de Santo António em Roma, na pessoa do seu Reitor, P. Agostinho da Costa Borges, que me proporcionou um acolhimento familiar propício ao trabalho intelectual; as facilidades concedidas pela Direcção da Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa; o apoio do Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira da Universidade Católica Portuguesa; a solicitude de responsáveis e funcionários anónimos das bibliotecas e arquivos de Braga, Porto, Coimbra, Évora, Biblioteca Nacional de Lisboa e Torre do Tombo. Em Roma, lembro a Biblioteca Nacional Central de Roma e o apoio concedido no Archivum Romanum Societatis Iesu e na biblioteca do Institutum Historicum Societatis Iesu; no Vaticano, contámos com o mesmo espírito de colaboração na Biblioteca Apostólica Vaticana e no Arquivo Secreto do Vaticano.

Permita-se-me distinguir o incentivo e as doudas reflexões dos sacerdotes jesuítas Lúcio Craveiro da Silva, José Vaz de Carvalho e Manuel Pereira Gomes; a simpatia e o interesse do Prof. Doutor Francisco de Oliveira, dos colegas da minha Faculdade e ainda dos amigos Manuel Barbosa, Isaiás Hipólito, Margarida Miranda, Carlota Miranda Urbano e José Luís Proença.

Para os meus pais, minha esposa, filhos, e familiares mais próximos, de quem sempre recebi provas de compreensão e estímulo, aliadas a um grande espírito de sacrificio, o meu sentido reconhecimento.

Observações Preliminares

Os autores e as obras da Antiguidade grega foram citados segundo as abreviaturas de LIDDELL-SCOTT, *A Greek-English lexicon*, Oxford, reimp. 91979; para a Antiguidade latina, seguimos as do *Oxford Latin Dictionary*, Oxford, 1968

Na análise da *Tragicocomoedia Iosephus*, do P.º Luís da Cruz, as citações são acompanhadas da indicação do número de acto, do número de cena e do(s) número(s) de verso(s).

Ao longo do texto, usamos as siglas e a abreviatura que indicamos:

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ARSI - Archivum Romanum Societatis Iesu

BGUC - Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

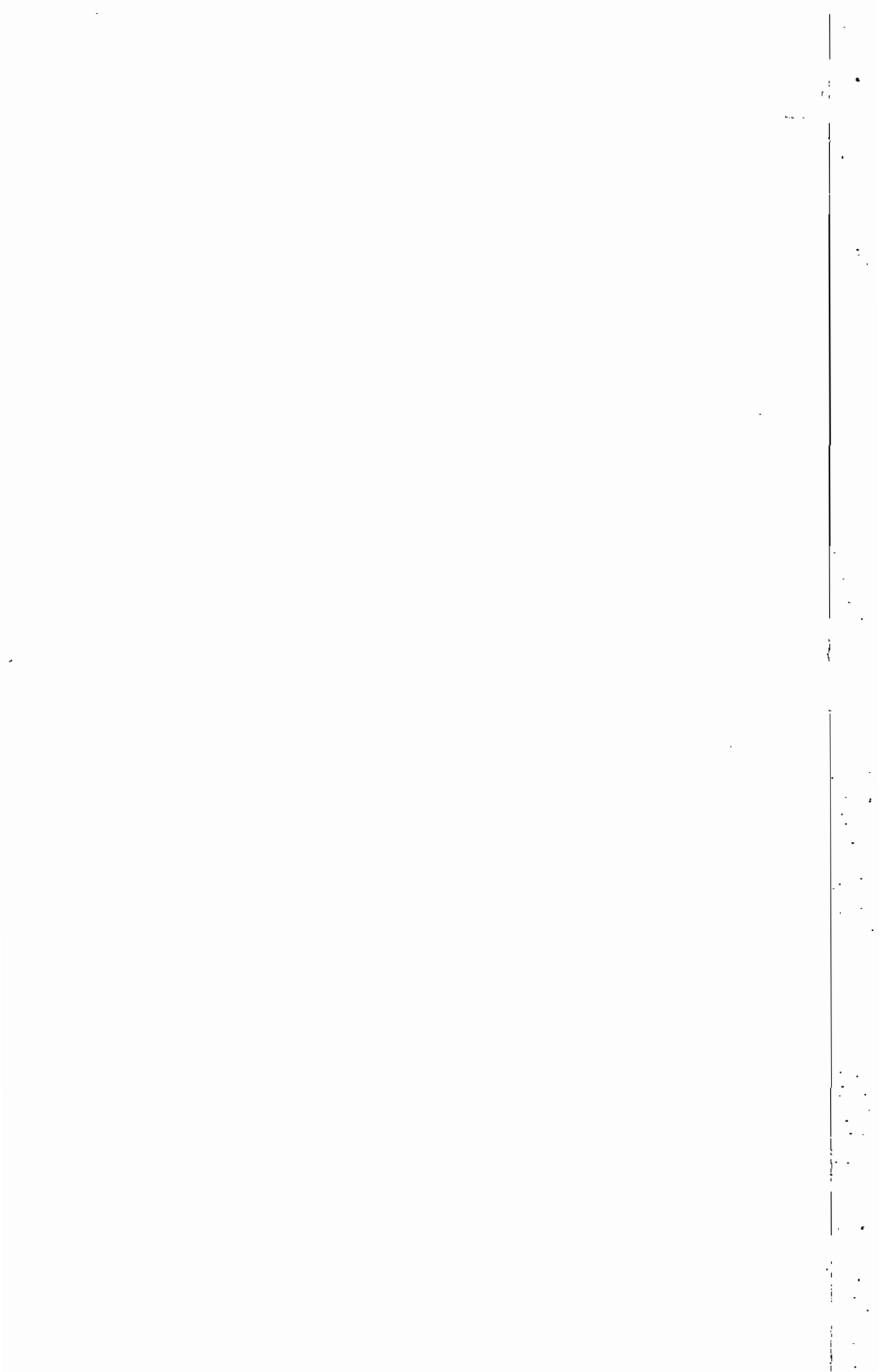
BNL - Biblioteca Nacional de Lisboa

BPADE - Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora

Lus. - Lusitania (Colectânia dos Mss. de Roma - Província Portuguesa da Companhia de Jesus - ARSI)



INTRODUÇÃO



P.º LUÍS DA CRUZ

1. Escorço biográfico

Ludouicus Crucius ¹, nome latinizado, à maneira dos humanistas, nasceu em Lisboa, decorria o ano de 1543 ², quando os jesuítas se começavam a instalar em Coimbra, onde fundaram o Colégio de Jesus, o primeiro colégio para a formação dos seus membros ³.

Chegados à cidade olissiponense na primavera de 1540, a pedido de D. João III, os Jesuítas vão alojar-se definitivamente no mosteiro de S. Antão, «a primeiríssima Casa que a Companhia de Jesus vai possuir, como própria, no mundo inteiro» ⁴. Estávamos a 5 de Janeiro de 1542 ⁵. Onze

¹ Muitas vezes, os documentos da Companhia identificam-no com o símbolo da cruz: Luiz de la †.

Com este nome, Barbosa Machado identifica mais três portugueses: Fr. Luiz da Cruz, natural de Bragança e falecido em Saragoça, no dia 9 de Maio de 1633, com 67 anos (Cf. *Biblioteca Lusitana. História crítica e cronológica*. Tomo III. Lisboa, ²1933, pp. 90-91); Fr. Luiz da Cruz, também conhecido por Luiz Telxeira, natural de Loulé, onde nasceu em 21 de Junho de 1698 (Ibid., p. 91); Frei Luiz da Cruz, natural de Lisboa, que faleceu a 27 de Outubro de 1720 (Ibid., pp. 91-92).

² Como veremos mais à frente, há indícios fortes que apontam 1542 como a data mais exacta para o seu nascimento. São pais Leonardo da Cruz e Leonor Lopes (Cf. BARBOSA MACHADO, *Biblioteca cit.*, p. 89).

Sem o justificar, o jesuíta francês J. Mavel, coloca a data de nascimento onze anos antes: «Louis Crucius ou La Cruz était né à Lisbonne en 1532.» [«Une trilogie dramatique aux XVI^e siècle», *Études Religieuses, Philosophiques, Historiques et Littéraires*, 22-1 (1878) 114].

³ Simão Rodrigues envia Manuel Godinho para Coimbra, onde chega em Abril de 1542. Mais tarde, junta-se-lhe aquele a 9 de Junho desse mesmo ano; Diogo Mirão, valenciano, é o seu primeiro superior.

Os escolásticos da Companhia frequentavam as aulas da Universidade: filosofia no Colégio das Artes e teologia na Faculdade de Teologia (Vd. FRANCISCO RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. T. I/1. Porto, 1931, pp. 302-319).

⁴ ANTÓNIO LOPES, S. J., «Os 450 anos da fundação da primeira Província Administrativa da Companhia de Jesus», *Brotéria*, 144 (1997) 80.

⁵ Simão Rodrigues e seis companheiros foram os primeiros inquilinos (Cf. ANTÓNIO LOPES, *A primeiríssima casa da Companhia de Jesus no mundo e a expansão missionária de Portugal*. [s. l.], 1994, p. 9). Francisco Xavier já se encontrava a caminho da Índia, na

anos mais tarde, no início de Fevereiro, assistiu-se à abertura do «Coleginho», com inauguração solene a 18 de Outubro desse mesmo ano ⁶. Em breve, a sua celebridade conquistava as simpatias da sociedade lisboeta ⁷.

Na capital do reino, ainda antes de rumar à cidade do Mondego, Luís da Cruz havia de despertar para os ideais da Companhia. Aqui frequentou a primeira classe das *bonae litterae* ⁸ e, muito provavelmente, conforme prescrito nas *Constituições* ⁹, terá feito a primeira provação ¹⁰.

companhia de Paulo Camerte ou Micer Paulo, Francisco Mansilhas e Diogo Rodrigues (Cf. *Ibid.*, pp. 10-11).

⁶ «O primeiro colégio para externos que os Jesuítas abriram em Portugal». (Cf. ANTÓNIO LOPES, *A primeiríssima casa* cit., p. 14). Inácio de Azevedo foi o seu primeiro Reitor. Nascido em 1526 ou 1527, seria assassinado em 15 de Julho de 1570, ao largo das Canárias, às ordens do calvinista francês Jacques Sória. Fortuna semelhante estava reservada a mais trinta e nove companheiros. Tinham partido de Lisboa a 5 de Junho de 1570, na nau Santiago, com destino ao Brasil. Daí a designação de «40 Mártires do Brasil».

⁷ Cf. FRANCISCO RODRIGUES, *História da Companhia* cit. T. I/2, Livro Segundo «Ensino e educação da juventude», Cap. I «O colégio de S. Antão na cidade de Lisboa», maxime pp. 300-302;

⁸ Em carta enviada de Coimbra, no dia 14 de Fevereiro de 1558, pelo Irmão Nicolau Gracida, por Comissão do P. Jorge Riço ao P. Manuel Lopes, Alcalá, ficamos a saber que Luís da Cruz veio de Lisboa, onde frequentou a primeira classe: «De los que entraron... Otro es una singular abilidad que anduvo en la primera de Lisboa, de muy poca edad, por nombre Luiz de la Cruz» (Cf. *Monumenta Brasiliae siue Complementa Azevediana (1539-1565)*, por Serafim Leite S. J., Vol. V. Roma, 1968, p. 158).

⁹ «... é importante que os candidatos sejam longamente provados antes de ncia serem Incorporados, e muito bem conhecidos antes de serem admitidos à provação que se faz partilhando a vida comum da casa. Por isso é bom que junto da nossa habitação comum haja alojamento (A) para os candidatos se receberem como hóspedes por doze a vinte dias, ou mais, se o Superior entendesse. Durante este tempo informar-se-ão melhor das coisas da Companhia, e esta adquirirá maior conhecimento dcles em Nosso Senhor» (*Constituições da Companhia de Jesus, anotadas pela Congregação Geral 34 e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação*. Lisboa — Braga, 1997, Primeira Parte, Cap. IV, «Modo de proceder com os que se admitem», p. 65).

¹⁰ Assim aconteceu com Sebastião Barradas, natural de Lisboa, onde nasceu em 1543. (Cf. ARNALDO PINTO CARDOSO, *Da Antiga à Nova Aliança. Relações entre o Antigo e o Novo Testamento em Sebastião Barradas (1543-1615)*. Lisboa, 1987, p. 18).

Entrou para o Noviciado da Companhia, no Colégio de Jesus, em Coimbra. Estávamos no início de 1558 ¹¹ e da «segunda e mais longa provação» ¹².

Admitido na comunidade, o noviço Luís da Cruz vai passar a primeira metade do ano ocupado em ofícios e formação espiritual ¹³. Durante este período de crescimento na obediência e na pobreza, exige-se ao candidato «seis experiências principais» ¹⁴. Em Setembro de 1558, é

¹¹ Cf. BARBOSA MACHADO, *Biblioteca cit.*, p. 89; ANTÓNIO FRANCO, *Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal*. Porto, 1931, p. 394; ID., *Annus gloriosus Societatis Iesu in Lusitania, complectens sacras memorias illustrium uirorum, qui uirtutibus, sudoribus, sanguine, fide, Lusitaniam et Societatem Iesu... felicissime exornarunt*. Viennae Austriae, 1720, p. 410: «Societatem Ingressus Conimbricæ I. Januar 1558». Não obstante, Francisco Rodrigues escreve que «desde os quinze anos de idade pertencia à Companhia, em que se alistou no mês de Dezembro de 1557» (*História da Companhia cit.* T. I/1, Livro Segundo «Estabelecimento da Companhia de Jesus em Portugal», Cap. VII «Rápido crescimento da Companhia de Jesus em Portugal», pp. 463). Já noutro passo, este historiador indica que «o P. Luís da Cruz entrou na Companhia no anno de 1558, aos 15 annos de idade» (*A formação intelectual do Jesuíta. Leis e factos*. Porto, 1917, p. 187).

A sua entrada é registada numa carta quadrimestral datada de 14 de Fevereiro de 1558 (Cf. *Monumenta Brasiliae cit.*, p. 158). Serafim Leite também aponta, em face desta informação, que ele entrou na Companhia em Coimbra, a 1 de Janeiro deste ano (Cf. *ibid.*, p. 158, nota 51). Em Agosto deste ano, os Catálogos também registam a sua presença (Cf. *ARS I, Lus. 43 I, fl. 65r*). A título informativo, podemos adiantar que este Colégio albergava 168 membros da Companhia: 31 padres e 137 irmãos.

¹² *Constituições da Companhia cit.*, p. 67. Deixa de ser «hóspede» para ser acolhido pela comunidade.

Luís da Cruz tinha 15 anos: «Para a admissão à provação, deve passar dos 14 anos» (*ibid.*, p. 60). Se bem que universalmente seja requerido a idade de dezassete ou dezoito anos, este é um privilégio da Companhia, «mas tal faculdade está reservada ao Geral» (*ibid.*, p. 60).

¹³ Veja-se a descrição minuciosa, segundo documentos coevos, da rotina diária na casa do noviciado (FRANCISCO RODRIGUES, *História da Companhia cit.* T. I/1, Livro Terceiro «Formação dos religiosos da Companhia de Jesus em Portugal», Cap. 1 «Admissão e noviciado», maxime pp. 497-502).

O Colégio de Jesus foi a primeira comunidade, em Portugal, a possuir uma casa de provação. Situava-se numa ala do Colégio, independente da comunidade. Ali, os noviços faziam o seu tirocínio. Esta inovação foi implementada pelo Visitador Jerónimo Nadal, em 1553; Diogo Mirão era o Provincial.

¹⁴ «Exame Geral», in: *Constituições da Companhia cit.*, p. 35. Com a duração aproximada de um mês, são as seguintes: Exercícios Espirituais; serviço num hospital; um mês de peregrinação, sem dinheiro, a mendigar o sustento; exercitação nos ofícios humildes da comunidade; instrução das crianças e de outros na doutrina cristã; finalmente, pregar e confessar. Estas experiências são feitas durante o primeiro ano de provação (*ibid.*, p. 36).

admitido aos estudos ¹⁵, antes de terminados os dois anos de provação ¹⁶. O catálogo de Julho de 1559 transmite-nos as primeiras informações: «Luís de la † de 17 anos, recebido em dezembro de 58 ¹⁷ oye en la 1ª classe, sabe

Uma outra prova importante é a exigência de desprendimento dos bens materiais, se bem que «não é necessário renunciar aos próprios bens durante a provação, a não ser que o Superior, depois de acabado o primeiro ano, assim o ordene» (Ibid., p. 81).

¹⁵ O ano escolar de 1559 / 1560 iniciou-se a 8 de Setembro, se bem que a abertura solene do ano lectivo só tenha ocorrido no primeiro de Outubro (Cf. ARSI, *Lus.* 43—I, fl. 106v).

A formação intelectual do Jesuíta já vem descrita com minúcia num texto exarado pelo P.^e Polanco, seu secretário, entre 1548-1550: «La orden de lo que han de estudiar también ayudará mucho. Y hablando de la orden de las facultades, primero hagan [48r] buen fundamento de letras de humanidad, que passen al curso de las artes; y en las artes se exerciten con mucha diligencia antes de entrar en la theología scholástica, y en ésta primero que en la Scriptura, la qual vista o al tiempo que se vee, después de la scholástica theología, se podría tomar el estudio de las lenguas en que ha sido scripta y traduzida la Scriptura saneta.» [Cf. *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu*, editit ex integro refecit nouisque textibus auxit LADISLAUS LUKÁCS S. I. Vol. I (1540-1556). Romae, 1965, p. 230].

¹⁶ Cf. *Constituições da Companhia* cit., [336], p.99.

¹⁷ O vocábulo «recebido» indica-nos a possibilidade de Luís da Cruz ter antecipado os votos e a promessa de entrar na Companhia: «Embora se fixem dois anos, não se suprime a liberdade, nem a devoção, nem o proveito espiritual, nem o mérito que há em se ligar a Cristo Nosso Senhor, se alguns quisessem fazer os votos antes de findo este tempo» («Exame Geral» [17], in: *Constituições da Companhia* cit., p. 26). As Constituições voltam a retomar este ponto: «se alguns, por espontânea devoção, fossem movidos a antecipar os votos...» (Ibid., [283], p. 87). A única distinção dos bienais é a ausência de toda a solenidade exterior; no plano jurídico, não há «diferença essencial... são sempre votos que ligam somente a Deus» (ESTANISLAO OLIVARES, S. J., *Los votos de los escolares de la Compañía de Jesús. Su evolucion juridica*. Roma, 1961, p. 50). Logo em Janeiro de 1559, Luís da Cruz já aparece referenciado como «irmão» (Cf. ARSI, *Lus.* 43-I, fl. 68r).

Refira-se, a título informativo, que nas outras ordens religiosas, era prática habitual, ao fim dum ano de noviciado, o candidato fazer a profissão solene. Santo Inácio reservou-a apenas para os professores.

Antes das Constituições, chegou a existir uma espécie de voto antes de se entrar nos estudos. Veja-se o voto de Juan Jerónimo Doménech, feito a um de Outubro de 1545: «haviendo stado en ella [en la Compañía] más de un anyo... queriéndome ahora embiar al estudio, de mi propia voluntad prometto y ago voto a Dios nuestro Señor y Criador de entrar en la dicha Compañya, según los statutos y ordenaciones della después de acabados los studios y queriéndome la dicha Compañya recibir...» (ARSI, *Ital.* 58, 80, apud ESTANISLAO OLIVARES, S. J., *Los votos* cit., p. 13).

Em Coimbra, o Exame proposto aos candidatos, menciona a obrigação de, após um ano de entrada, fazer o voto de ingresso na Companhia: «[Propor-se-lhes há como dentro de hum anno depois de ser recebido há-de fazer voto simplex de ser da Companhia, profeso ou coadjutor, querendo-o o preposito geral ou provincial pera alguma destas cousas aceltar...» (Cf. *Monumenta Ignatiana, Reg.* 124, apud ESTANISLAO OLIVARES, S. J., *Los votos* cit., p.

latim mediocrementemente e algum griego, tiene buena habilidad es bien dispuesto»¹⁸.

Em Outubro de 1559, o nosso escolástico é aluno de retórica e de humanidades¹⁹. É seu professor de humanidades Miguel Vanegas; o valenciano Pedro Perpinhão é o professor de retórica²⁰. Luís Molina e Manuel Álvarez, professor de língua hebraica, encontram-se no Colégio²¹.

17). Em 1547, Inácio de Loyola envia uma ordem para Portugal e outros reinos a solicitar que os noviços, no fim do primeiro ano, façam o voto de entrar na Companhia, mas não se lhes permitam os votos de pobreza ou castidade (Cf. *Ibid.*, I série 1ª, p. 608). Esta observação de Santo Inácio, no contexto português, entende-se, pois os candidatos faziam os três votos simples no momento da promessa de ingresso na Companhia.

Pedro Ribadeneira também refere esta data e indica mesmo o dia dois: «LVDOVICVS CRVCIVS natione Lusitanus patria Vlyssiponensis Conimbrica societate nomen dedit die 2. Decembris anno Domini 1558. aetatis vero 16.» (*Bibliotheca / scriptorum / societatis Iesu. / Opus inchoatum / a R. P. Petro Ribadeneira / eiusdem Societatis Theologo, anno salutis 1602. / Continuatum / a R. P. Philippo Alegambe / ex eadem Societate, usque ad annum 1642. / Recognitum, et productum ad annum Iubilaei MDCLXXV. / A Nathanaele Sotuello / eiusdem Societatis Presbytero. / Qui autem docti fuerint fulgebunt quasi splendor firmamenti, et qui ad iustitiam / erudiunt multos, quasi stellae in perpetuas aeternitates. / Dan. 12.ver.3./ Romae, Ex typographia Iacobi Antonij de Lazzaris Varesij. / M.DC.LXXV. / Superiorum Permissu, p. 562).*

Esta data remete-nos, de novo, para a possibilidade de o seu nascimento ter ocorrido em 1542, e não em 1543, como tem sido indicado até hoje.

Carlos Sommervogel também proclama que Luis da Cruz entrou para o noviciado no dia 2 de Dezembro de 1558. (Cf. *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*. Tomo II. Bruxelles — Paris, 1890, col. 1709).

¹⁸ ARSI, *Lus.* 43—I, fl. 82 r. Este registo permite-nos concluir que Luís da Cruz já tinha estudado as línguas clássicas antes de entrar no noviciado de Coimbra (vide supra, nota 8).

A 1ª classe era o nível mais elevado. O Colégio das Artes, em Outubro de 1559, tinha 11 classes e 15 professores para as *litterae humaniores* (Cf. ARSI, *Lus.* 43—I, fl. 71v).

Os Catálogos de Janeiro, Março e Maio indicam a sua presença (*Ibid.*, fl. 68r, 69r e 70r).

¹⁹ O Curso de Letras estava dividido em cinco classes progressivas: três de gramática (ínfima, média e suprema), uma de humanidades e outra de retórica. As línguas grega e hebraica aprendiam-se nas duas últimas classes (Cf. *Constituições da Companhia cit.*, [457], p.122; P. HIERONYMUS NADAL S. I., *Regulae de scholis collegiorum (1553)*. I. «Reglas para los studios de los collegios». In: *Monumenta Paedagogica cit.*, p.189).

Os estudantes da Companhia, além de disputas e repetição das lições ouvidas, «Todos, especialmente los humanistas, hablen latín comúnmente, y todos tomen en la memoria lo que les fuere por sus maestros señalado» (*Ibid.*, p. 208). Esta regra aparece na sequência da recomendação para os alunos externos: «Todos hablen latín, a lo menos en las tres scuelas superiores, con mucha observación» (*Ibid.*, p. 191).

²⁰ Cf. ARSI, *Lus.* 43—I, fl 71v, que é a 2ª via. Para a 1ª via, vide *Lus.* 43—II, fl. 383v. Pelas *Constituições*, cuja primeira edição data de 1558, o curso «de humanidades e de línguas»,

O Curso das Artes iniciou-o ainda em Dezembro deste ano: *auditor primi anni* de Filosofia ²².

Feitos os Exercícios Espirituais, em recolhimento ²³, e após dois anos de provas ²⁴, é «admitido como escolástico aprovado» ²⁵, no Colégio de Coimbra ²⁶, a 27 de Janeiro de 1560 ²⁷, no mesmo dia em que fez os votos simples ²⁸.

Por ocasião da visita do Comissário Jerónimo Nadal ao Colégio de Coimbra ²⁹, fez a renovação ³⁰ dos votos no dia dos apóstolos Pedro e Paulo do ano de 1561 ³¹. Entretanto, tinha iniciado o curso de Teologia, talvez em

«com principiantes bem dotados» pode durar três anos: «meio ano para cada uma das quatro classes inferiores, e dois semestres para a última classe, destinada ao estudo de retórica e línguas» (Cf. *Constituições da Companhia* cit., [471, 472], p.125). A ascensão às classes superiores estava marcada para o início do ano, após os exames. Contudo, «Esta transmutación de scholares a las scuelas más altas se hará también entre el año, quando conenga al provecho de los scholares, servando el mismo modo» (P. HIERONYMUS NADAL S. I., *Regulae* cit., [29], p. 194

²¹ Cf. *Lus. I*, fl. 69r, 70r, 71v e 107r.

²² Cf. ARSI, *Lus.* 43—I, 107r. É uma informação comunicada no dia 11 deste mês. O curso de Artes, «de ordinário», não devia ser inferior a três anos: «o curso completo de Mestre em Artes durará três anos e meio» (*Constituições da Companhia* cit., [473], p. 125).

²³ Aproximadamente um semana (Cf. *Ibid.*, *Exame Geral*, [100], p. 42).

²⁴ Os Escolásticos, ao fim de dois anos, «devem fazer os votos» (*Ibid.*, [544], p. 141).

²⁵ Cf. *Ibid.*, [537], p. 140.

²⁶ Miguel de Sousa era o Reitor e Diogo Mirão o superintendente.

²⁷ Cf. *Ital. 2*, fl. 512r e *Ital. 57*, fl. 448v.

²⁸ Que são três: pobreza, castidade e obediência perpétuas; o candidato promete ainda entrar na Companhia, «para emitir os votos solenes de Professo ou os de Coadjutor formado, segundo o que ao Prepósito parecer ser o maior serviço divino» (Cf. *Constituições da Companhia* cit., [540 e 541], p. 141).

O candidato, até à profissão ou antes de ser admitido como Coadjutor formado, não faz parte da Companhia (*Ibid.*, *Exame Geral*, [72], p. 37).

²⁹ Permaneceu neste colégio de 23 de Maio a 14 de Julho de 1561 (Cf. M. R. JURADO, «Cronologia de la vida del P.^e Jerónimo Nadal SI (1507-1580)», *Archivum Historicum Societatis Iesu*, 48 (1979) 264.

³⁰ Os escolásticos, duas vezes ao ano, renovarão os seus votos simples pela Páscoa e pelo Natal, «para despertar a memória da obrigação que assumiram, e mais se confirmarem em sua vocação». A sua renovação também podia ser transferida para outras festas principais (Cf. *Constituições da Companhia* cit., [346 e 347], p. 102).

³¹ Cf. *Ital. 2*, 410r.

1560 ³², pois em Setembro do ano seguinte já estava no segundo curso ³³. A sua conclusão ocorrerá no ano lectivo de 1562-1563 ³⁴. A 4 de Dezembro de 1563 ocorreria a clausura do concílio de Trento.

Concluídos os estudos, o irmão Luís da Cruz vai para o Colégio de S. Paulo ³⁵, em Braga, onde inicia um longo e profícuo magistério ³⁶. Aqui fica durante três anos lectivos ³⁷, como professor da primeira classe de retórica: 1563-1566 ³⁸.

³² Para este ano, e referente ao Colégio das Artes, apenas dispomos de uma informação acerca dos admitidos (Cf. ARSI, *Lus.* 43—I, 129r). No ano seguinte, a 20 de Maio, já somos informados que os noviços são em número de 41 (Cf. ARSI, *Lus.* 43—I, 163r); em 1562, são admitidos 25, no Colégio de Coimbra (ARSI, *Lus.* 43—I, 167r).

³³ Cf. ARSI, *Lus.* 43—I, 136r; ARSI, *Lus.* 43—II, 295v. Aquando da sua passagem por Coimbra, o Visitador Jerónimo Nadal recebeu a informação de que Luís da Cruz «tiene buena abilidad pa letras y predicar» (ARSI, *Lus.* 43—II, 289v).

Também data deste ano a informação do início da sua preparação para a ordenação sacerdotal, uma das condições *sine qua non* para fazer a profissão de quatro votos solenes (Cf. «Exame Geral», in: *Constituições da Companhia* cit., [12], p. 25). Luís da Cruz é "pre.(dicador)" (Cf. ARSI, *Lus.* 43—II, 535r) Os escolásticos exercitar-se-ão, ainda, a dizer Missa, a administrar os sacramentos da Confissão e da Comunhão, a dar os Exercícios Espirituais e no ensino da doutrina cristã, isto é, «devern instruir-se sobre a maneira como há-de proceder um membro da Companhia» (Cf. *Constituições da Companhia* cit., [400, 401, 402, 406, 408, 410, 414], pp. 112-114).

³⁴ Inicia o ano matriculado no 4º curso, informação que é reiterada em Janeiro e Maio de 1563 (Cf. ARSI, *Lus.* 43—I, 178r, 187r e 189r). No fl. 178v podemos inteirar-nos do funcionamento das 10 classes e do ensino da língua grega; no 188r é a vez do curso de teologia.

Os quatro anos completos dedicados á Teologia é uma das condições para se ser admitido á profissão (Cf. *Constituições da Companhia* cit., [518], p. 135).

³⁵ Este colégio é confiado aos Jesuitas pelo dominicano D. Frei Bartolomeu dos Mártires, arcebispo que sucede a D. Baltasar Limpo. Inácio de Azevedo, a mando do Comissário P. Francisco de Borja, no dia 27 de Agosto de 1560, firma, por escritura pública, o contrato estabelecido entre o arcebispo e a Companhia de Jesus. Miguel Torres era o Provincial.

³⁶ Aproximadamente 40 anos.

³⁷ Cf. *Constituições da Companhia* cit., [418], p. 115.

³⁸ Não encontramos nos Catálogos da Companhia o registo da presença de Luís da Cruz no Colégio de S. Paulo, em Setembro de 1563; como os Catálogos já não registam a sua presença em Coimbra, tudo nos leva a supor que já se encontraria aqui. Só possuímos registos da sua presença em Braga datados de Maio e Setembro de 1564 (ARSI, *Lus.* 43—I, 209r e 210r). Do ano de 1565, não encontramos registos.

No ano lectivo seguinte, regressa ao Colégio de Coimbra e vamos encontrá-lo ocupado nos ofícios da casa; uma referência dos catálogos informa-nos que ele ajudava na cozinha ³⁹.

Findo este ano de provação ⁴⁰, o candidato a professo volta ao magistério das letras humanas: humanidades (1567-1568) ⁴¹ e retórica (1568-1569 ⁴², 1569-1570 ⁴³ e 1570-1571 ⁴⁴).

No ano seguinte, volta aos estudos da Teologia ⁴⁵, que se prolongarão, muito provavelmente, até Julho de 1574. Em Fevereiro deste

³⁹ Cf. ARSI, *Lus.* 43-II, fl. 273: «Luis de la t ajuda en la cocina». Este período serve para que os candidatos, «no tempo da última provação, insistam na escola do affecto. Nela applicar-se-ão aos exercícos espirituais e corporais mais capazes de os levar à humildade e à abnegação de todo o amor sensual e de toda a vontade e juízo próprio, e mais conducentes ao conhecimento e amor de Deus Nosso Senhor. Assim, com o seu progresso pessoal, poderão ser de mais proveito aos outros para glória de Deus Nosso Senhor» (*Constituições da Companhia* cit., [516], p. 135). Este período, geralmente de um ano, pode ser prolongado (*ibid.*, [514], p. 134).

Esta prova deve ainda compreender-se no âmbito dum princípio mais geral: «O bom exemplo dos mais velhos ajuda muito a progredir nas virtudes e anima os outros a imitá-los.» Até o Superior e Sacerdotes, por ele designados, ao longo do ano, uma ou outra vez tomavam os trabalhos mais humildes (Cf. *Constituições da Companhia* cit., [276], p. 85).

Em Janeiro e Setembro de 1561, são recolhidas algumas informações acerca de Luís da Cruz, que atestam, nomeadamente, a sua excelente formação latinista (Cf. ARSI, *Lus.* 43-II, fl. 533v; ARSI, *Lus.* 43-II, 295v).

⁴⁰ «Mas quem houver de ser admitido à profissão (...) terá ainda (...) um outro ano de provação para ser melhor conhecido...» (Cf. *Constituições da Companhia* cit., [514], p. 134).

⁴¹ É mestre de 2ª classe. Tem sete alunos: Afonso de Oliveira, Gaspar Diaz, Melchior Cordeiro, Estevão Soares, João Baptista e os noviços Francisco d'Albuquerque e Bernardim Ribero. (Cf. ARSI, *Lus.* 43-II, fl. 312v e 324v).

No início de 1568, os Catálogos registam que Luís da Cruz é um dos indicados para a ordenação (Cf. ARSI, *Lus.* 43-II, fl. 339r).

⁴² Maestro de 1ª classe. Tem dez alunos: Gaspar Díaz, João Bautista; Álvaro Lobo; Rodrigo da Fonseca, Estevão Soares; Bernardin Ribero e quatro noviços: Lourenço Fernandez, Jorge de Carvalho, Simão da Costa e Pedro Alvarez (Cf. ARSI, *Lus.* 43-II, fl. 346v e 348v).

⁴³ Não temos informação dos Catálogos, mas será de crer que tivesse sido assim.

⁴⁴ Tem onze alunos: António Roriz Menor, Christophurq Pcreira, Hieronimo Cardoso, Hieronimo Fiz, Jacome do Vale, Joanelo de Gouveia, Ludouico a Luz Minor, Simon Fez Gaspar Coelho, Gaspar Dias, Leandro de Lemos e Pantaleon da Ponte (Cf. ARSI, *Lus.* 43-II, fl. 414v).

⁴⁵ Cf. ARSI, *Lus.* 43-II, fl. 449rv: Luís da Cruz é ouvinte de Teologia e Manuel Goz é o mestre da 1ª classe.

ano, o Catálogo da Província Lusitana ⁴⁶ fornece um conjunto minucioso de informações: Luís da Cruz, trinta e um anos e meio ⁴⁷, natural de Lisboa, escolástico, estudante, entrou aos quinze anos e meio ⁴⁸, com votos feitos há treze anos e meio ⁴⁹, de temperamento alegre ⁵⁰, concluiu o Curso das Artes ⁵¹ e frequenta o 4º ano de Teologia, bom humanista e poeta. E conclui: bom para as letras humanas, poesia e pregação.

Retoma a actividade docente no Colégio das Artes, na primeira classe das Humanidades: 1574-1575 ⁵², 1575-1576 ⁵³, 1576-1577 ⁵⁴, 1577-1578 ⁵⁵, 1578-1579 ⁵⁶.

O curso completo de Teologia dura seis anos: «ensinar-se-à todo o programa em quatro anos, e os dois últimos serão consagrados às repetições e aos acostumados actos para o doutoramento...» (*Constituições da Companhia* cit., [476], p. 125). Luís da Cruz já havia frequentado os primeiros quatro anos de Teologia (Cf. supra, nota 33); por isso, talvez pretendesse alcançar o doutoramento.

A cerimónia dos graus é simples: «Não se permitirão, portanto, banquetes nem outras festas dispendiosas e inúteis para o nosso fim. Nem se darão barretes doutorais, luvas ou objectos semelhantes» (*Constituições da Companhia* cit., [480], p. 126).

⁴⁶ Cf. ARSI, *Lus.* 43-II, 466r.

⁴⁷ Este facto, allado a outros desta biografia, indicia a possibilidade de Luís da Cruz ter nascido em Agosto de 1542.

A idade mínima para se admitir à profissão era 25 anos (Cf. «Exame Geral», in: *Constituições da Companhia* cit., [160, 187], pp. 60, 64).

⁴⁸ O que confirma a possibilidade de ter feito a primeira provação ainda em Lisboa, em 1547 (Vide supra, nota 10).

⁴⁹ Cf. ARSI, *Lus.* 43-II, 466r. Este dado remete-nos para a importância que adquiriu a renovação dos seus votos feita no dia dos Apóstolos Pedro e Paulo de 1561 (Cf. *Ital.* 2, 410r e 412r).

Bastariam sete anos para se dar a conhecer à Companhia (*Constituições da Companhia* cit., [520], p. 136); contudo, este período podia alongar-se (Cf. *Constituições da Companhia* cit., [514], pp. 134 e «Exame Geral» [100], *ibid.*, p. 42).

⁵⁰ «Bien dispuesto» (ARSI, *Lus.* 43-II, fl. 466r).

⁵¹ E acrescenta-se a observação: «sabelas mediocremente», isto é, medianamente.

⁵² Cf. ARSI, *Lus.* 43-II, fl. 480r (é igual ao fl. 488r). Pela primeira vez aparece a menção de P.^o de lente. Tem 11 alunos: Aires de Sousa, Pero Ramos, Lopes de Castaneda, Cristoval de la Cruz, Gaspar de la Guarda, Juan Rebelo, António Marquez, António de Castel Blanco, Lorenzo Cardin, Jeronymo Carvalho, Salvador Diaz.

⁵³ Cf. ARSI, *Lus.* 43-II, fl. 509r, informação datada de Janeiro deste ano.

⁵⁴ Cf. ARSI, *Lus.* 43-II, fl. 515r, informação datada também do primeiro mês deste ano.

⁵⁵ Não possuímos registos, mas é provável que assim tenha sido.

⁵⁶ Cf. ARSI, *Lus.* 39, fl. 3r. Entre 1579 e 1585 não deve ter exercido magistério, pois em Abril de 1593 são-lhe atribuídos 12 anos de doença em Humanidades (Cf. ARSI, *Lus.* 44-I,

Em 1580, Portugal perde a independência. Impellido pelo amor pátrio, os desmandos da veia poética de Luís da Cruz levam-no ao exílio no Colégio de Bragança, por um período de quatro anos: 1585-1590 ⁵⁷.

Com efeito, a publicação de alguns epigramas contra Filipe II, rei de Portugal e de Espanha, em 1584, quase lhe valem a expulsão da Companhia; contudo, por ordem do Provincial Sebastião Morais ⁵⁸, acaba exilado no colégio brigantino.

Regressa a Coimbra em 1590, segundo informação datada do mês de Maio deste ano ⁵⁹. Em Janeiro do ano seguinte, na Igreja do Colégio da Companhia de Jesus, em Coimbra, torna-se professo de quatro votos da Companhia de Jesus ⁶⁰. Um mês depois, como determinam as

74r). Os mesmos anos de docência são mencionados em Maio de 1590 (Cf. ARSI, *Lus.* 44-I, fl. 25kv).

⁵⁷ «Veo por la de 18 de Agosto que V. R. ha puesto em Bragança al P. Luis de la Cruz... se le dé parte dél, no como de cosa grave, mas como lo hés más ligera, por la qualidad y ligereza de la persona, que es un poeta...» (ARSI, *Epistolae Nostrorum I*, fl. 201v. Transcrição in: CLAUDE-HENRY FRÈCHES, *Le Théâtre neo-latin au Portugal (1550-1745)*, Paris, 1964, p. 546). Esta carta é enviada pelo Geral Cláudio Aquaviva ao Provincial da Lusitania Sebastião de Morais. O P. Geral tinha sido colocado ao corrente da história em 8 de Julho: «Por la de 8 de Julio y epigramas, que com ella veniam, he visto la historia del P.^e Luyz de la Cruz, el qual sin duda merece primero ser muy bien castigado y después hechado de la Compañia, pues se mete en cosas tales y tan prejudiciales a toda ella.» (ARSI, *Epistolae Nostrorum I*, fl. 194v. Transcrição in: CLAUDE-HENRY FRÈCHES, *Le Théâtre cit.*, p. 545).

Segundo informação colhida na carta dirigida pelo P. Luís da Cruz ao Geral Claudio Aquaviva, a 20 de Janeiro de 1587, ele já se encontrava no Colégio de Bragança há um ano e seis meses (Cf. ARSI, *Lus.* 70, fl. 24r). Assim, terá chegado aqui em Julho de 1585.

No primeiro de Janeiro de 1586, já se encontrava em Bragança (Cf. ARSI, *Lus.* 39, fl. 9v); no ano seguinte, também aparece um registo do mesmo mês (Cf. ARSI, *Lus.* 39, fl. 14v) e um outro datado do primeiro de Abril (Cf. ARSI, *Lus.* 44-I, fl. 15v e 16r).

⁵⁸ Cf. CLAUDE-HENRY FRÈCHES, *Le Théâtre...Cit.*, p. 241.

⁵⁹ Cf. ARSI, *Lus.* 44-I, fl. 29v.

⁶⁰ ARSI, *Lus.* 2, fl. 57r.

Estes são os últimos votos emitidos, o sinal de união com a Companhia: pobreza, castidade e obediência perpétuas, e obediência especial ao Sumo Pontífice para as missões (Cf. *Constituições da Companhia cit.*, [527 e 529], p. 138). Se os três primeiros votos definem um estatuto na Companhia, o quarto voto define um estatuto dentro da Igreja: obediência absoluta ao Sumo Pontífice, o Chefe da Igreja católica universal. Assim, a missão da Companhia é a missão da Igreja Universal. Este o carácter distintivo que S. Inácio imprimiu à Companhia: «Telles sont les exigences précises indultes par le quatrième voeu de la

Constituições ⁶¹, numa capela da comunidade, emite os cinco votos simples ⁶².

Ainda ensinou humanidades e retórica, como lente de primeira classe; contudo, por incumbência dos seus superiores, terá começado,

Compagnie: itinérance et gratuité dans le ministère apostolique, entière consécration au ministère sacerdotal ordonné, fidélité à la Hiérarchie et au Magistère de l'Église, singulièrement au Pontife Romain... Cette vocation personnelle ne leur est donnée en propre que pour le bien commun du Corps de la Compagnie: qu'elle remplisse sa fin de servir la mission de l'Église et que chacun des Jésuites accomplisse sa tâche dans la communion et l'obéissance de tous et de chacun à l'Église hiérarchique" (ALBERT CHAPELLE, *Le quatrième vœu de la compagnie. Essai doctrinal*. Roma, 1978, p. 88).

Há ainda os professos de três votos solenes que, embora possuam «instrução suficiente», carecem da «ciência» e dos «talentos» exigidos aos Professos do Instituto, superados pelo «mérito e tão grande devoção, que nos convençam no Senhor Nosso que devem ser admitidos» (Cf. *Constituições da Companhia* cit., [521], p. 136).

Durante a celebração da Santa Missa, no momento da Comunhão (Cf. *Constituições da Companhia* cit., [525], p. 137), lerá a fórmula escrita do voto (Cf. *ibid.*, [527], p. 138), perante os da casa e de fora presentes (Cf. *ibid.*, [526], pp. 136-137). O seu registo é determinado pelas *Constituições* (Cf. *ibid.*, [530, 545], pp. 138 e 142). Feita a profissão, cada um acrescentará uma promessa perante o Prepósito Geral e os presentes, que é a emissão dos cinco votos simples dos Professos, segundo as fórmulas (Cf. *Constituições da Companhia* cit., [553, 554, 816, 817 e 818], 134, pp. 145-146, 208-209; 256-257). Assim se promete não consentir em alterações às *Constituições*, a não procurar ou pretender qualquer prelatura ou dignidade dentro ou fora da Companhia, a denunciar aquele que incorra no vício das prelaturas e obediência ao Prepósito Geral, mesmo se viesse a ser nomeado Bispo.

Este são os principais membros da Companhia (Cf. *Constituições da Companhia* cit., [511], p. 1345); «não se tratará duma turba, mas sim de gente escolhida, embora numerosa» (*ibid.*, [658], p. 172). O mesmo sentir é expresso mais à frente: os professos são «homens escolhidos por seu espírito e saber, longamente exercitados e conhecidos depois de muitas provas de virtude e abnegação de si mesmos, com edificação e satisfação de todos» (*ibid.*, [819], p. 209). Os candidatos a professos serão apenas aqueles cuja vida «por longas e cuidadosas provas, for bem conhecida e aprovada pelo Prepósito Geral» (*Constituições da Companhia* cit., [516], p. 135). Estas informações, muito selectivas, chegavam-lhe por intermédio dos Superiores ou de alguém, «de quem se fie como de si mesmo» (*ibid.*, [737], p. 192). Em regiões mais afastadas, por dificuldade das comunicações, a admissão ficará «ao critério do Provincial» (*ibid.*, [517], p. 135).

⁶¹ Cf. [553; 554; 817; 818], pp. 145-146; 208-209.

⁶² ARSI, *Lus.* 2, fl. 57v. O visitador Pedro da Fonseca foi a testemunha local em representação do Padre Geral. João Correia era o provincial (Cf. FRANCISCO RODRIGUES A *Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões. Esboço histórico. Superiores. Collegios. Separata* do Vol. 10 da *Revista de História*. Porto, 1921, p. 11). Vide a fórmula in *Constituições* cit., 134, p. 256.

entretanto, a preparar a sua obra teatral para a publicação, na cidade francesa de Lião ⁶³.

Na Universidade de Évora, vamos encontrar alguns dos seus discípulos no apostolado do ensino: Lourenço Fernandes ⁶⁴, Álvaro Lobo ⁶⁵, Gaspar Coelho ⁶⁶, António de Castel-Branco ⁶⁷ e Nicolau Godinho ⁶⁸.

⁶³ O Catálogo Trienal de Abril de 1597 (Cf. *Lus.* 44-I, fl. 121) aponta-o como professor de humanidades, na 1ª classe; e acrescenta que é professor de 4 votos há 6 anos. Já em Abril de 1593 nos surge informação semelhante: «há 2 anos é profesor de 4 votos» (Cf. ARSI, *Lus.* 44-I, fl. 74r). Muito provavelmente, este terá sido o último ano do seu magistério, pois em 1603 referenciam-se 14 anos de docência em humanidades (Cf. ARSI, *Lus.* 44-I, 175r), isto é, mais dois anos que em 1593 (Vide supra, nota 56)

Para o ano de 1598, apenas podemos confirmar a sua presença em Coimbra (Cf. ARSI, *Lus.* 39 a, fl. 2r e 6v). A partir de Janeiro de 1601, os Catálogos já não o indicam como professor (Cf. ARSI, *Lus.* 39, 24r). A mesma informação é reiterada em Novembro de 1601 (Cf. ARSI, *Lus.* 39, fl. 35v e 36r), em Janeiro de 1602 (Cf. ARSI, *Lus.* 39, fl. 42r-v) e em Novembro de 1603 (Cf. ARSI, *Lus.* 39, fl. 51v). À semelhança do que sucedeu com a *Institutio Grammatica libri tres* do P. Manuel Álvares, é bem possível que Luís da Cruz tenha tido uma equipa de colaboradores, onde pontificou Manuel Velês.

⁶⁴ Nasceu em Braga, no ano de 1550; faleceu em Coimbra no dia 8 de Novembro de 1623. No Colégio das Artes, ainda como noviço, frequentou a 1ª classe de retórica dirigida pelo Pe. Luís da Cruz (Vide supra, nota 43). Concluiu o curso da Artes em 1572. Em Évora, estudou teologia (1572-1574) e foi professor da 4ª classe de latim (1574-1575), Braga (professor de moral: 1582-1586). Sendo um homem dotado para o estudo das letras humanas, a vista prejudicá-lo-ia irremediavelmente (Cf. João Pereira Gomes, *Os Professores de Filosofia da Universidade de Évora*. Évora, 1960, p. 116-118).

⁶⁵ Nasceu em Vila Real e faleceu em Coimbra, no dia 23 de Abril de 1568. Estudou humanidades e retórica no Colégio das Artes, em Coimbra, com os mestres Manuel de Góis e Luís da Cruz (Vide supra, nota 43). Na sua passagem por Évora, concluiu a filosofia, fez os estudos teológicos e ensinou a 2ª classe de latim (1573-1576) (Cf. ID., *Ibid.*, p. 119-121).

⁶⁶ Nasceu em Coimbra em 1552; concluiu os estudos de humanidades e de retórica no Colégio das Artes, em 1571; foi seu professor Luís da Cruz (Vide supra, nota 45). Concluiu a filosofia em Évora e ensinou, sucessivamente, a 4ª classe do Colégio de Santo Antão, em Lisboa (1575-1576), a 1ª classe no Colégio de Angra, nos Açores (1576-1578) e no Colégio das Artes. Em 1591, foi encarcerado e expulso da Ordem pelo Visitador, Pedro da Fonseca (Cf. ID., *Ibid.*, p. 140-142).

⁶⁷ Nasceu em Lisboa, em 1556, e faleceu em Coimbra, no dia 8 de Janeiro de 1643. Luís da Cruz foi seu professor na 1ª classe (1574-1575), no Colégio das Artes (Vide supra, nota 53). Aqui ensinou latim e estudou teologia entre 1579 e 1586, ano em que examinou os estudantes para bacharéis. Em 1595, integrou o júri dos licenciados (Cf. ID., *Ibid.*, p. 143-146).

⁶⁸ Nasceu em Lisboa, em 1556, e faleceu em Roma, a 7 de Dezembro de 1616. Concluiu os estudos humanísticos e o curso de filosofia no Colégio das Artes. Depois, ensinou humanidades e retórica em Braga (até 1583) e Évora (1583-1586) (Cf. ID., *Ibid.*, p. 152-162).

A par da docência, foi ainda prefeito de estudos ⁷⁵ e um orador respeitado ⁷⁶.

Morreu, em Coimbra, a 18 ⁷⁷ de Julho de 1604 ⁷⁸.

2. A obra

Um dos autores mais representativos do teatro escolar dos Jesuítas em Portugal ⁷⁹, o sacerdote Luís da Cruz, na opinião de Claude-Henry

⁷⁵ ARSI, *Lus.* 44-I, 175r.

⁷⁶ Os catálogos registam a sua participação em missões de evangelização (ARSI, *Lus.* 44-I, 25kv, 74r e 137v). Foi pregador e confessor durante 20 anos (ARSI, *Lus.* 44-I, 175r), o que motivou este registo de António Franco: «Nos púlpitos, foi sempre ouvido com grande aceleração, por ser muito espiritual, eloquente e de grande erudição, assim profana como sagrada» (*Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal*, 1ª edição prefaciada e anotada por Francisco Rodrigues, Biblioteca do «Apostolado da Imprensa», Porto, 1930, p. 394).

⁷⁷ Segundo um outro registo, Luís da Cruz teria morrido dois dias antes, mais exactamente no dia dezasseis: «... Decessit Conimbricae 16 Julii anni 1604, aetatis suae 62.» (Cf. ARSI, *Lus.* 58-I, 228r-v). Em Abril do ano anterior, tinha sessenta anos (Cf. ARSI, *Lus.* 44-I, fl. 175r); assim, Luís da Cruz terá nascido em 1542, e não em 1543. Outras fontes apontam para a mesma possibilidade: ARSI, *Lus.* 44-I, fl. 25kv regista 48 anos em Maio de 1590; ARSI, *Lus.* 44-I, fl. 137v, regista 55 anos.

⁷⁸ Cf. *Synopsis / annallum / societatis Jesu / in / Lusitania / ab / Anno 1540 / usque ad / Annum 1725. / Authore / R. P. Antonio Franco / Societatis ejusdem / sacerdote. / Augustae-Vindelicorum e Graecii. / Sumptibus Philippi, Martini, et Joannis Veith, Haeredum. I Anno M.DCCXXVI*, p. 185; ANTÓNIO FRANCO, *Ano Santo* cit., p. 394; IOSEPHUS FEJÉR, *Defuncti primi saeculi societatis Jesu (1540-1649)*. Pars II. «Assistentia Hispaniae, Lusitaniae et - ab anno 1608 - Galliae. Romae, 1982, p. 57; CARLOS SOMMERVOGEL, *Bibliothèque de la Compagnie* cit., col. 1709); *Monumenta Brasiliae* cit., p. 158, nota 51.

A exactidão destas datas é questionada pelo Pe. Aloys de Baeker (Cf. *ibid.*), que se apóia na carta dirigida a Horácio Cardon, pelo próprio Luís da Cruz e datada de 1 de Dezembro de 1604: «Ex collegio nostro Conimbricensi Calend. Decembris. CIC ICCIII» (*Tragicarum comicarumque actiones* cit., *2v).

O historiador da Companhia de Jesus, Francisco Rodrigues, chega a alvitrar a hipótese de ter sido alterada a data por quem a enviou ao impressor H. Cardon; não esquece, ainda, a possibilidade dum erro de impressão (Cf. *História da Companhia* cit. T. II/2. Porto, 1938, p. 70, nota 1). A partir de 1590, os registos dos catálogos apontam insistentemente o motivo próximo da sua morte: a gota (Cf. ARSI, *Lus.* 44-I, 25kv (Maio, 1590), 74r (Abril, 1593), 137v (Abril, 1597) e 175r (Abril, 1603).

⁷⁹ No dizer de J. MAVEL, «La Compagnie de Jésus peut donc régarder de P. Crucius comme le plus ancien de ses poètes tragiques» [*Une trilogie dramatique du XVI^e siècle. Le P. L. Crucius, 1532-1604*], *Études Religieuses, Philosophiques, Historiques et Littéraires*, Paris, 22-1 (1878) 114].

Frêches, «passa por ter sido o mestre mais brilhante e mais estimado de todos os Colégios da Companhia de Jesus em Portugal»⁸⁰.

Mais do que em afirmações extrínsecas, é nas palavras do próprio Luís da Cruz que encontraremos o seu perfil, a finalidade e a transcendência da sua obra que lhe atribuía, não obstante a sua modéstia. E é no *Praefatio ad lectorem* da *editio princeps* que todos vão colher o perfil desta figura.

Homem humilde, é com alguma hesitação que vê os seus manuscritos arrancados ao olvido:

*Perierunt istae Actiones, quarum aliquae plus triginta annos latuerunt, nunc quoque suis in tenebris iacere, ibique interitum expectare, quem sentum et blattae attulissent.*⁸¹

‘Tinham podido estas peças, que estiveram, algumas delas, escondidas mais de trinta anos, continuar ainda hoje nas trevas do esquecimento e aí esperarem o fim que lhes dariam a traça e a acção do tempo.’

E não haveria motivo para lamentar tal perda, pois o mesmo já sucedeu a obras escritas por "homens de valor". Não obstante o aplauso com que na devida altura haviam sido acolhidas, não havia especial razão para se furtarem ao esquecimento, como outras talvez de maior mérito:

*Idque mali ipsis sine rei literariae iactura euenisset.*⁸²

⁸⁰ «La tragédie religieuse néo-latin au Portugal. Le P. Luís da Cruz», *Bulletin d'Histoire du Théâtre Portugais*, Lisbonne, IV (1953-2) 141.

⁸¹ *Praefatio ad lectorem* in: TRAGICAE COMICAEQUE ACTIONES, A REGIO ARTIVM COLLEGIO SOCIETATIS IESV: DATAE CONIMBRICAE IN PVBLICUM THEATRVM Autore Ludouico Cruicio, eiusdem Societatis, Ollsiponensi: Nunc primum in lucem editae et sedulo diligenterque recognitae. CVM PRIVILEGIO. LVGDVNI, APVD HORATIVM CARDON, 1605, fl. **.

Seguímos sempre, nos passos apresentados deste *Praefatio* a tradução de R. M. Rosado Fernandes insert in: P.^e LUÍS DA CRUZ, S. J., *O Pródigo (tragicomédia)*. Prefácio, traslado e notas por J. Mendes de Castro, Introdução e tradução do Prólogo por R. M. Rosado Fernandes. Lisboa, 1989, p. 23.

⁸² *Praefatio ad lectorem* in: TRAGICAE COMICAEQUE ACTIONES cit., fl. **r.

'Este fim teria acontecido sem prejuízo para a literatura.'⁸³

Apesar de não ser hábito editá-las, por falta de meios tipográficos,

*Caeterum patres qui nobis moderantur, existimantes in his aliqua esse bonae frugis, mandarunt ut quae apud me erant pene mortua, concinnarem pararemque ad praelum*⁸⁴

'No entanto, os superiores que nos dirigem, pensando que nelas algo existia de bom, ordenaram que eu compusesse as que eram da minha autoria e que estavam quase mortas e as preparasse para o prelo.'⁸⁵

Exumadas do sepulcro do tempo, com alguma "repugnância", Luís da Cruz receava o juízo dos vindouros, visto que as peças apareciam agora sem ornamentação cénica, sem a beleza do adorno dos actores. Mas logo remata que escreveu para "os Portugueses da Universidade de Coimbra":

*Deinde ista nostra parabantur non externis spectatoribus quibus in poëmate antiquitas cordi est, ut in pictura, sed Lusitanis, Academiaeque Conimbricensi in qua si quid illo vetusto more ederetur, fortasse non placuisset*⁸⁶

'Por outro lado, estas nossas produções eram preparadas não para espectadores vindos de fora, os quais sentem especial afecção pela antiguidade no tocante à obra poética, tal como na pintura, mas sim para os Portugueses da Universidade de Coimbra,⁸⁷ na qual, se algo fosse publicado na observância dos antigos cânones, talvez não tivesse agradado.'⁸⁸

⁸³ *Op. cit.*, p. 23.

⁸⁴ *Praefatio ad lectorem* in: TRAGICAE COMICAEQUE ACTIONES *cit.*, fl. **v.

⁸⁵ *Op. cit.*, p. 24.

⁸⁶ *Praefatio ad lectorem* in: TRAGICAE COMICAEQUE ACTIONES *cit.*, fl. **2r.

⁸⁷ O P. Luís da Cruz declara expressamente que escreveu para os portugueses de Coimbra e não para os estrangeiros. E já perto do final do prólogo, enquadra este esforço pessoal e local no âmbito da missão da Companhia: prestar um serviço ao País. Vem isto a

O dramaturgo jesuíta estava consciente da afeição dos seus espectadores:

*Expetunt Lusitani magna: volunt non ad ludicra vocari.
Putant auctoritati, grauitatque seruire, quae paratu, quae gestu,
quae conquisita supellectili, quae spatio horarum moraque
creuerunt.* ⁸⁹

'Esperam os Portugueses grandes assuntos; não querem ser chamados a ver assuntos só para rir. Pensam que estão ao serviço da autoridade e da seriedade as peças que ganham corpo pela sua preparação, pela representação, pela decoração buscada com requinte e pelo número de horas que demoram.' ⁹⁰

Anima-o, acima de tudo, a vontade de prestar um serviço à nação portuguesa:

propósito duma querela que tem animado alguns investigadores: o teatro de Luís da Cruz será nacional ou internacional?

O P.^e Luís da Cruz, português, nascido em Lisboa, a ensinar diversas disciplinas e a representar as suas peças teatrais no Colégio das Artes em Coimbra, só para os portugueses quis trabalhar, só na juventude portuguesa, mormente conimbricense, pensava. Se escreveu em latim, é porque a isso o obrigava o *Ratio Studiorum* da Companhia de Jesus. Nunea teve intulos de escrever peças com dimensão internacional. Nem sequer pensava tirar os seus manuscritos da gaveta se ordens superiores não o obrigassem. Se imprimiu as suas obras no Horácio Cbardon de Lião, foi porque lhe ofereceram essa oportunidade, tão difícil naqueles tempos de encontrar editor.

Opinião semelhante é exarada por Claude-Henry Frêches que, na obra mais completa que se escreveu sobre o teatro neolatino em Portugal afirma, sem hesitação: «En somme les *Tragicae comicaeque Actiones* de Ludovicus Crucius constituent une étape importante du théâtre portugais. (...) Cependant ce théâtre latin est spécifiquement portugais. On y décèle une filiation vicentine» (CLAUDE-HENRY FRÊCHES, *Le Théâtre neo-latin au Portugal*. Paris, 1964, pp. 422-423).

Não obstante, outros continuarão a objectar com o carácter internacional da Companhia de Jesus. LUCIANA STEGANO PICHIO está nesta linha de pensamento: «Uma vez que (Luís da Cruz) escreveu os seus textos em latim, perdeu o direito a inscrever o seu nome na história do teatro português para inseri-lo na história europela do drama de ascendência humanística» (*História do Teatro Português*. Lisboa, 1969, p.).

⁸⁸ *Op. cit.*, pp. 24-25.

⁸⁹ *Praefatio ad lectorem* in: *TRAGICAE COMICAEQUE ACTIONES* *cit.*, fl. **2v.

⁹⁰ *Op. cit.*, pp. 25.

*Sed ualet, ualebitque apud nos semper una ratio, iuuandi
Rempubicam et nostro incommodo bonis moribus commendandi.*⁹¹

'Há contudo um motivo e haverá sempre um só motivo
na nossa ordem que é o de ajudar o nosso país e com o nosso
incómodo pregar os bons costumes.'⁹²

2.1.- Edições⁹³

Os volumes publicados, que chegaram até nós, foram dois — um
recolhe as paráfrases dos Salmos do Rei David; o outro, a obra dramática:

I — INTERPRETATIO POETICA LATINE IN CENTVM QVINQVAGINTA
PSALMOS. AVTORE LVDOVICO Crucio Olyssipponensi, Societatis
IESV. CVM LICENTIA. Madriti, Ex officina Ludouici Sanchez.
Anno M. D C. ⁹⁴

⁹¹ Praefatio ad lectorem in: TRAGICAE COMICAEQUE ACTIONES cit., fl. **8r.

⁹² Op. cit., pp. 37.

⁹³ Não deixa de ser estranho que o P.^o Luis da Cruz seja omitido no *Diccionario Bibliographico Portuguez*, de INOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA, apesar de «consultar amudadamente a *Biblioteca Lusitana* do nosso douto e incansável Abbade Diogo Barbosa Machado, thesouro opulento de variada erudição» (Cf. Vol. I, Lisboa, 1858-1923, p. IX) e no *Diccionario Biográfico Universal de Autores*, direcção do Italiano Valentino Bomplani, trad. do italiano por Maria Eugénia Jácome de Castro. Diogo Barbosa Machado apresenta o seu registo na *Biblioteca Lusitana* (Cf. Tomo III, Lisboa, ²1933, pp. 87-88). Mais curioso ainda se torna se atentarmos que em ambos os casos omissos se cita Fr. Luis da Cruz.

⁹⁴ A edição, um volume in oitavo, é introduzida com os textos das licenças e uma errata [«Tassa», Pedro çapata del Marmol (fl. 2); «Errata» (fl. 3), «Suma de la licencia» (fl. 3), «Aprovacion» (fl. 3), «Iudicium fuluü Carduli ex Societate Iesu, et Marci Antonii Sentorts. Fuluius Cardulus ex Societate Iesu, Ludouico Crucio S.» (fl. 4) e «Aluarus Lupus, e Societate Iesu, in paraphrasim Psalmorum» (fl. 4), «Emmanuel Pimenta e Societate Iesu, in eandem paraphrasim» (fl. 5) e «Admodum Reuerendo in Christo Patri nostro Claudio Aquauluae, Praeposito Societatis Iesu Generali, Ludouicus Cruclus S. - Epistola Dedicatoria» (fls.5-8). A partir daqui, começa uma numeração por página até ao fim.

Na Biblioteca Nacional da Ajuda, existem dois exemplares de 1600, editados em Madrid por Luis Sanchez, com as cotas E-XVII-11 e F-XXIX-24 (este último oriundo do cubiculo do Mestre da 1.^a do Colégio de Évora, segundo se pode ler no frontispício). Desta edição, existem ainda mais três exemplares na Biblioteca Nacional com as cotas L. 3.142 P. (está profusamente anotado pelo próprio Luis da Cruz, segundo julgamos crer; na folha de rosto, tem mesmo a expressão *Crucii Psalmi*), L. 9.579 P. e R. 23.849 P. (no frontispício, lê-se «6.^a classe», «Coimbra»). A Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra conserva um exemplar

II — TRAGICAE COMICAEQUE ACTIONES, A REGIO ARTIVM COLLEGIO SOCIETATIS IESV: DATAE CONIMBRICAE IN PVBLICUM THEATRVM Autore Ludouico Crucio, eiusdem Societatis, Olisiponensi: Nunc primum in lucem editae et sedulo diligenterque recognitae. CVM PRIVILEGIO. LVGDVNI, APVD HORATIVM CARDON, 1605. ⁹⁵

Este volume contém seis peças dramáticas ⁹⁶, apresentadas pela ordem que se segue:

com a cota S.P.-E-1-53. Na Biblioteca Vaticana, no Vaticano, também há um exemplar de 1600, com a cota Barberini. GGG.II. 50.

A primeira edição data de 1597: «*Biblia. V. T. Psalmi. Latino. Versioni metriche. Interpretatio poetica latine in centum quinquaginta psalmos, autore Ludouico...* Ingolstadil. Ex cudebat Adam Sartorius, Anno M.D.XCVII, 16^o». Consultámos este exemplar na Biblioteca Vaticana, no Vaticano, com a cota Palatina. V. 192.

Em 1601, há uma nova edição com o título: *Biblia. V. T. Psalmi. Latino. Versionimetriche. Libere Psalmorum cum poetica interpretatione latine, autore Ludouico Crucio...* Neapoli, apud Tarquinium Longum, MDCL, 4^o, que pode ser consultada na Biblioteca Vaticana, com as cotas Barberini. B. III.11 e R.G. Biblia.IV.809.

Há ainda mais quatro edições conhecidas: «*Interpretatio poetica*, Mediolani, 1604, 4^o; «*Venetis*, apud Societatem Venetam, 1604»; «*Lugduni, Sumptibus Petri Rigaud*, 1608, 16^o; ex Typographia Iacobi du Creux»; «*Coloniae, Sumptibus Bernardi Gualteri*, 1612, 12^o».

⁹⁵ Cólófon: Excusum a Jacobo Roussin, anno M.DCV. Segundo J. Mavel, a edição teria saído em 1604: «*C'est là aussi qu'il composa ses tragédies, éditées à Lyon par le fameux Cardon, en 1604*» («*Une trilogie dramatique aux XVI^e siècle*», *Études Religieuses, Philosophiques, Historiques et Littéraires*, Paris, 22-1 (1878) 114).

⁹⁶ Este volume abre com uma carta de Luís da Cruz dirigida ao editor [*Horatio Cardonio, Bibliopola Lugdunensi, Ludouicus Crucius ex Societate Iesu S.* (fls. 2-3)]; depois, a dedicatória a D. João III [*Ioanni Brigantino Antistiti vicensi amplissimo, Ludouicus Crucius - Epistola Dedicatoria e Ioanni Brigantino Antistiti Visensi longe clarissimo Actiones istas Lodoicus Crucius D. D.* (fls. 3-6)], apreciações dos seus superiores (*P. Ioannes Pintus, regii artium Collegii Societatis Iesu Gymnastarchus, in Actiones Ludouici a Cruce; P. Ioannes D'Abreu ex Societate Iesu ad Ludouicum Crucium; P. Franciscus Mendocius ex Societate Iesu Ludouico Crucio; P. Iacobus de Medeiros e Societate Iesu Ludouico Crucio e P. Alfonsus Mendez e Societate Iesu in Actiones theatrales Ludouici Crucii*), uma advertência ao leitor (*Auctor in has actiones ad eruditum, beneuolumque lectorem*), a aprovação do Provincial a 29 de Janeiro de 1604 (*Approbatio patris Prouincialis in Prouincia Lusitaniae Societatis Iesu*) e um prefácio dirigido ao leitor [*Beneuolo, amicoque lectori S.* (fls. 1-8)].

O volume apresenta-se com dois tipos de numeração: por folhas e por documento, no início; por página, a partir da primeira tragicomédia.

Há seis exemplares na Biblioteca Nacional da Ajuda com as cotas: 60-I-20, 71-II-14, 197-1-84 (*in margine*, *5r, na *Epistola Dedicatoria*, apresenta uma pequena correcção) e 197-I-85.

- TRAGICOCOMOEDIA: PRODIGVS APPELLATA, A REGIO ARTIVM COLLEGIO Societatis IESV data Conimbricae in publicum theatrum. SPECTAVIT IOANNES *Suarius* *Artistes longe clarissimus, cum Academia, omnibusque Urbis ordinibus.* Autore LUDOVICO CRVCIO eiusdem societatis Olisiponensi. (pp. 1-213) ⁹⁷
- COMOEDIA VITA - HVMANA NVNCVPATA: DATA A COLLEGIO *Conimbricensi Societatis IESV*, Autore LVDOVICO CRVCIO Societatis Iesu Olisiponensi. (pp. 215-441) ⁹⁸
- Sedecias. TRAGOEDIA DE EXCIDIO HIEROSOLYMAE per Nabucdonosorem, *Acta coram SEBASTIANO Lusitaniae rege, et patruo Henrico, ac tota Regni nobilitate.* Conimbricae dante Regio artium Collegio Societatis IESV. Autore LVDOVICO CRVCIO *eiusdem Societatis Olisiponensi.* (pp. 443-634) ⁹⁹
- MANASSES RESTITVTVS APPELLATA TRAGICOCOMOEDIA. *Parabatur ab Academia Eborensi Societatis IESV, Principibus Brigantinis, et Patruo Theotonio Artistiti Eborensi, aliisque Lusitaniae Proceribus. Propter temporum difficultates data non fuit.* Autore LVDOVICO CRVCIO eiusdem Societatis Olisiponensi. (pp. 635-828) ¹⁰⁰

CP-XXXI-171 e CP-XXX-167. Na Biblioteca Nacional de Lisboa, existem dois exemplares registados: L. 2. 689 V. (Lê-se, no verso da capa, canto superior esquerdo, «da 1ª classe») e L. 5.423 P. Na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra há também um exemplar com a cota R-18-26.

A Biblioteca Pública de Braga também conserva um com a cota L. 1235 A.

⁹⁷ Foi representada em 1568, em Malo, no dia da Festa da Ascensão.

⁹⁸ A sua representação terá ocorrido, muito provavelmente, em 1571 ou 1572.

⁹⁹ Foi representada em 1570.

¹⁰⁰ Parece que não chegou a ser representada, como previsto, em 1578.

- Iosephus, TRAGICOCOMOEDIA NVNCVPATA, A Regio Artium Collegio Societatis IESV data Conimbricae. *Spectavit EMANVEL MENESIVS Vrbis Antistes illustrissimus, Academia, cum ornatissimo omnium Ordinum consessu.* Autore LUDOVICO CRVCIO eiusdem Societatis Olysiponensi. (pp. 829-1050) ¹⁰¹
- Ecloga, POLYCHRONIVS APPELLATA, Acta ab Academia Eborensi, in gratiam Theodosii Ducis Brigantini, fratrumque Eduardi, et Alexandri. *SPECTAVIT PATRVVS HORUM Principum clarissimus Antistes Theotonius, cum nobilitate Eborensi.* Autore LVDOVICO CRVCIO, Societatis IESV Olysiponensi. (pp.1051-1117) ¹⁰²

2.2.- Obra literária

Parte da produção literária dos professores do Colégio das Artes continua inédita. Igual sorte acompanhou um número razoável de composições deste poeta, dispersas por três códices, pois na Academia de Évora e no Colégio das Artes de Coimbra houve «a feliz ideia de mandar reunir o melhor dessa produção literária em grossos códices que foram sendo manuscritos e de cuja colecção ainda se conservam alguns em bibliotecas portuguesas e estrangeiras» ¹⁰³.

¹⁰¹ A sua representação terá ocorrido, muito provavelmente, em 1574.

¹⁰² Foi representada em 1592.

¹⁰³ SEBASTIÃO TAVARES DE PINHO, «Literatura humanística inédita do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra no séc. XVI», in: *Universidade(s): História - Memória - Perspectivas, Actas do Congresso História da Universidade (no 7.º Centenário da sua Fundação) 5 a 9 de Março de 1990*, IV, Coimbra, 1991, p. 70. É um valioso contributo para a divulgação da literatura humanística que permanece olvidada nesses «grossos códices».

A regularidade desta prática viria a ser confirmada pela *Ratio Studiorum*, versão definitiva de 1599, nas *Regulae Rectoris*: «*Servandum curet, quod est in regulis praefecti bibliothecae de referendis in codicem his rebus, quae publice exhibentur, scribunturque in collegio, seu extra collegium a Nostris, hoc est, dialogis, orationibus, uersibus, et aliis huiusmodi, praefecto, aut aliis harum rerum peritis dato negotio sellendib.*»

Os primeiros dois códices, que mencionamos de seguida, faziam parte «de um conjunto de, pelo menos, cinco»¹⁰⁴:

- I — *Rerum scholasticarum quae a patribus ac fratribus huius Conimbricensis Collegii scriptae sunt, Tomus primus*¹⁰⁵
(Códice 3308¹⁰⁶ - BNL)

Entre o material seleccionado para registo neste in-fólio de 1036 páginas em papel, podemos identificar quarenta e seis textos do nosso autor, assim distribuídos:

1 — Discurso

- *In D. Elisabethae laudem Lusitaniae Reginae. Oratio habita a Ludouico da Cruz.* (pp. 997-1011)
Incipit: «Perenem fontem orationis...»

2 — Enigmas

- *Aenigma anni 1567.*
Incipit: «Discite supplicium, saeuamque horrescit poenam»
(p. 981)
- *1568. Autore Ludouico Crucio.*
Incipit: «In... materia: ueniant nunc gallica nostra»
(p. 983)
- *1569. A fratre Ludouico da Cruz.*
Incipit: «An cupio caelum, venatum indagine syluae»

¹⁰⁴ SEBASTIÃO TAVARES DE PINHO, «Literatura humanística...» cit., p. 70.

¹⁰⁵ Este é o título do frontispício; na lombada, exibe este: «*Orationes et Carminæ*».

¹⁰⁶ Manuel José Sousa Barbosa apresenta-nos a descrição material e o conteúdo textual deste códice in: «Humanismo e práticas escolares: um testemunho jesuítico quincentista (Lisboa, BN, Cod. 3308)», *Euphrosyne*, 23 (1995) 401- 421. Recolhe material do período compreendido entre 1555 e 1571 (Cf. *Ibid.*, p. 418) ou 1572 (Cf. SEBASTIÃO TAVARES DE PINHO, «Literatura humanística...» cit., p. 70).

(p. 986)

3 — Epigramas

— *Epigrammata Reginae Sanctae. Anno 1568.*

(pp. 793-796) ¹⁰⁷

4 — Poemas

— *De Regina* ¹⁰⁸:

Incipit: «Non sceptri, solii, uacuos affectat honores»

(p.472)

Incipit: «Quod decus est, ueterum monumentis eondere
pugnas?» (p. 473)

Incipit: «Post habitis opibus ad olympica regna tetendit»

(p. 473)

Incipit: «Possit ut elatum dominae spectare sepulchrum»

(p. 474)

Incipit: «Efferet aspiciis nostram uictoria gentem»

(p. 475)

— *De corona imposta Reginae ab eodem Ludouico Cruzio*

Incipit: «Regales fastus, et auiti nomina Regni,»

(p. 737)

— *In Mondam auenae cumulos in uehmentem ab eodem*

Incipit: «Fluminem arenoso famosum in gurgite, cessa»

(p. 737)

— *Ad Regnam quod humana reliquit ut aeterna conseque-*

¹⁰⁷ Por dificuldades de legibilidade, não é possível transcrever os *incipit* destes oito trechos poéticos.

¹⁰⁸ A Rainha Santa Isabel, esposa de D. Dinis e padroeira da cidade, é o motivo preponderante da inspiração dos poetas, que lhe dedicaram cerca de 460 poemas, num total de aproximadamente 750 contidos neste códice e no Ms. 993 (Cf. SEBASTIÃO TAVARES DE PINHO, «Literatura humanística...» cit., pp. 84-85).

retur ab eodem

Incipit: «Regina in solio steteris licet alta micanti»

(p. 737)

— *De studio Reginae erga pauperes ad Regem Dionysium ab eodem*

Incipit: «Haec tua bellipotens Dionysi est Regia coniux»

(p. 738)

— *De Bello a Regina composita inter Regem Dionysium et Alfonsosum ab eodem*

Incipit: «Arma fremit genitor, natus fremit arma, nocendi»

(p. 738)

— *De contemnenda Gloria Reginae exemplo ab eodem Ludouico*

Incipit: «O quicumque petis stimulante cupidine regnum»

(p. 738)

— *De pecunia diuinitus in rosas mutata ab eodem*

Incipit: «Hybernum pluuiio fureret cum sydere tempus»

(p. 738)

— *Quantum Regina iuuerit Lusitaniam pietate ac uirtute ab eodem*

Incipit: «Sanguine Dardanida tinctu Simoenta biberunt»

(p. 739)

— *Cur leonis sustineant Reginae sepulchrum ab eodem*

Incipit: «Cur tumuli moles suffulta leonibus extat?»

(p. 739)

— *De studio reginae impauperes uiuo coniuge Dionysio ab eodem*

Incipit: «Taeda maritalis cum te Regina teneret»

(p. 739)

— *De templo a Regina erepto ab eodem*

Incipit: «Templa uides Monda uicina fluentibus undis»

(p. 740)

— *De oleo quo salus aegrotis restituitur ab eodem*

Incipit: «Ad tumulum fusa rutilat tua lampas oliuo»

(p. 740)

— *De coenobio a Regina condito cum temporis ... superaturo
ab eodem*

Incipit: «Martia tarpeio steterant capitolia diuo»

(p. 740)

— *De imagine imposita sepulchro ab eodem*

Incipit: «Imponunt niueis Reges sua busta columnis»

(p. 740)

— *De pace a Regina composita inter filium et patrem ode. Ab
eodem*

Incipit: «Quis furor martem ciet insolentem?»

(p. 741)

— *In patrem contra filium copias ducentem a Regina placatum.
Ode 2^a.*

Incipit: «Quo ruis natum pater in superbum?»

(p. 741)

— *In cohortes lusitanarum mutuo pugnantes quas sedauit Re-
gina. Ode 3^a.*

Incipit: «Quouis furoris impotens caeci uocat.»

(p. 742)

— *Pro regno lusitano et rege Sebastiano ad Reginam Elisabetham.*
Ode 4^a.

Incipit: «Roma sicantum dare secularem»

(p. 743)

— *Quantum innocentia exemplo Reginae prosit quantumque*
obsit uitium. Ode 5^a ab eodem.

Incipit: «Vitae probatis moribus integer»

(p. 744)

— *Quod a Regina regnum sit conseruatum. Ode 6^a ab eodem.*

Incipit: «Praestet nescia eximis»

(p. 744)

— *In Regina sepulchrum. A Ludouico Crucio.*

Incipit: «Hunc lapidem dicunt populari more sepulehrum,»

(p. 882)

— *Eiusdem. De Reginae fortitudine.*

Incipit: «Spumantem fugiens superauit Claelia Tybrim»

(p. 882)

— *Monda superior Eridano ostenditur Eiusdem.*

Incipit: «Irrigat ... Padus arua feracia riuus»

(p. 883)

— *Virgini Magnae Matri. Eiusdem.*

Incipit: «Cum lapis aequorea nautarum pyxidem Magnos»

(p. 883)

— *De Regina fingendi simulachro. Eiusdem.*

Incipit: «Si quis ades formam pario qui fingerem saxo»

(p. 884)

— *De sepulchro in aedem D. Clara sacra. Eiusdem.*

Incipit: «Cuius ad auratum lampas micat ignea saxum»

(p. 884)

— *Reginam loquitur imago. Eiusdem.*

Incipit: «Non ego Praxitelem nec diligo caela Myronis»

(p. 884)

— *Sepulchri lapis. Eiusdem.*

Incipit: «Nuper in ignoto steteram lapis abditus agro»

(p. 885)

— *De simulachro Reginae. Eiusdem.*

Incipit: «Vivebat Regina, silex nunc arte polita»

(p. 885)

II — *Rerum scholasticarum quae a patribus ac fratribus huius Conimbricensis Collegii scriptae sunt, Tomus 2^{us}* ¹⁰⁹
(Códice 993 ¹¹⁰ - BGUC)

Este *in folio* numerado de 1 a 478, com saltos de 190 para 200 e de 420 para 427, apresenta 39 textos de Luís da Cruz, assim distribuídos:

1 — Discurso

¹⁰⁹ É o título do frontispício, em tudo semelhante ao anterior.

Os Tomos III e IV perderam-se; chegou até nós o 5º Volume: «*Rerum scholasticarum quae a Patribus huius Conimbricensis Collegii scriptae sunt, Tomus quintus*»: Trata-se de uma miscelânea com 302 fólhos e de conteúdo semelhante ao dos outros dois tomos conhecidos, com poesias de circunstância, teatro e sobretudo orações panegricas e de sapiência» (SEBASTIÃO TAVARES DE PINHO, «Literatura humanística...» cit., p. 71).

¹¹⁰ Manuel José Sousa Barbosa apresenta-nos a descrição material e o conteúdo textual deste códice in: «Humanismo e práticas escolares: um outro testemunho jesuítico quinhentista (Coimbra, BGU, Cod. 993)», *Euphrosyne*, 24 (1996) 405- 424. Na sequência cronológica do anterior, val do ano 1568 até 1579 inclusive (Cf. *Ibid.*, p. 405 e Sebastião Tavares de Pinho, «Literatura humanística...» cit., p. 70).

— *De studio religionis S. Elisabethae et de ea tuenda. Oratio habita a P.^e Lodouico da Cruz. Anno domini 1576.*

Incipit: «Repetebat iterum tredecim nauium...»

(fl. 177r-181v)

2 — Enigmas

— *Aenigma de farelos.*

Incipit: «Pone ruens geminum sequitur gens horrida furem»

(fl. 121v)

— *Enigma das conseruas.*

Incipit: «En geminae classes, idem reputabitur autor»

(fl. 175r-v)

— *Pictura.*

Incipit: «Vir foeminaque cum una alteraque breuis arponis puella»

(fl. 203r)

3 — Epigramas

Epigrammata in laudem D. Elisabethae Reginae. Anno domini 1574.

— *Reginae Elisabethae iustae Anchorae / et fundamento Reipublicae*

Incipit: «Spreta uiro et nato uisa est aliquando nouerca»

(fl. 171r)

— *Reginae Elisabethae pietati et / immortalifame*

Incipit: «Pyramidum lapides steterant in uertice, nullos»

(fl. 171r)

*Epigrammata in laudem D. Elisabethae Reginae. Anno domini
1576.*

— *Symbolum I. Plus religio, quam uires / Elisabetha uictrici
lusitania.*

Incipit: «Quodquondam in lybyen repulisti armata procel-
lam,»

(fl. 171v)

— *Symbolum 2^m. Pius praesto numina / Elisabetha posteritati
ueteris Lusitaniae*

Incipit: «Mores auorum, uotaque patriae»

(fl. 171v)

— *Symbolum 3^m. In ualle fontes / Regina sitiendi gloriam*

Incipit: «Vreris, et fontem deserta per uiuia quacris?»

(fl. 172r)

— *Symbolum 5^m. Tolerantiam cedit iniuria / A rege Dionysio
dicatu Elisabethae.*

Incipit: «Pugnare disce, nobili pugnae modo»

(fl. 172v)

4 — Poemas

— *Virgini magnae matri*

Incipit: «O stella in mediis gratissima fluctibus, aurae»

(fl. 103v)

— *Diuae reginae Elisabethae.*

Incipit: «Qualis apud..., et ripas fluminis Hebrei»

(fl. 103v)

— *Diuae reginae Elisabethae.*

Incipit: «Ingen... uarium, natura mobile semper»

(fl. 104r)

— *Diuae Reginae.*

Incipit: «Omnes una tuos facis poetas»

(fl. 104r)

— *Hymnus diuae Reginae.*

Incipit: «Te sonoro ...»

(fl. 104r)

— *Diuae Reginae Elisabethae.*

Incipit: «Aspice pyramides paulatim ut culmina...»

(fl. 104v)

— *Diuae Elisabethae.*

Incipit: «Verum est nemo sua contentus sorte quiescit»

(fl. 104v)

— *Diuae Reginae.*

Incipit: «Omnes quod tibi seruiant poetae»

(fl. 105r)

— *Diuae Reginae Elisabethae.*

Incipit: «Immodur imperii timuit regina uideri»

(fl. 109r)

— *Ad reginam Augustam. / Et laudent eam in portis opera eius.*

Incipit: «Omnis habet geminas hinc atque hinc ianua frontes»

(fl. 230r)

Ex ecclesiastice cap.^e 2b sententiae:

— *Mulieris bonae beatus uir, numerus enim / annorum illorum duplex sententia 1^a. Ad reginam Augustam.*

Incipit: «Non soceri spoliū generum beat: ultima quamuis»
(fl. 230v)

— *Ad reginam Augustam.*

*Mulier fortis oblectat uirum suum, et annos uitae
Illius in pace implebit. Sententia 2^a*

Incipit: «Fortis Amazoniis mulier ne bipennibus hostem»
(fl. 230v)

— *Ad reginam Augustam.*

*Pars bona mulier bona, in parte bona time...
Deum. Sententia 3^a*

Incipit: «Notam caelitibus te Lusitania gratam»
(fl. 230v)

— *Ad reginam Augustam.*

*Disciplina illius datum Dei est: Mulier sensata
et tacita. Sententia 4^a*

Incipit: «Si... uentos ubi Rex tenet Aeolus, optas»
(fl. 231r)

— *Ad reginam Augustam.*

*Gratias super gratiam mulier sancta et
pudorata. Sententia 5^a*

Incipit: «Nonne uides campus natura ut Daedalo pingat»
(fl. 231v)

— *Ad reginam Augustam.*

*Sicut sol oriens in altissimis Dei, sic Mulieris
bonae species.*

Incipit: «Immortale Dei cum suspicis hoc opus; orbem»
(fl. 231v)

In Natalitiis domini a Patre Ludouico da Cruz. Anno domini
1577:

— *Dicatum Deo Homini.*

Incipit: «Terrarum super instabiles fundamina lymphas»
(fl. 431r)

— *Miracula Christi nascentis. / Romae corruiit templum pacis
aeternum.*

Incipit: «Cum templum uellent paci fundare Quirites»
(fl. 431r)

— *Sol in Hispania mirui perspicue uisus.*

Incipit: «Solem, qui flammis terrarum illuminat orbem»
(fl. 431v)

— *Oleo ex fonte Tybris fluxit.*

Incipit: «Palladio flauus manauit Tybris oliuo»
(fl. 431v)

— *Vindici et liberatori Christo.*

Incipit: «Sic puer hic populis frena impositurus adesset»
(fl. 432r)

— *Optimo praedatori Christo...*

Incipit: «Praedator puer est, stabulo quem respicis ortum»
(fl. 432r)

— *Pacificatori Deo, et obsidi Christo.*

Incipit: «Victus homo, et toties stratibus caelestibus armis»

(fl. 432r)

— *Fortissimo generis humani defensori.*

Incipit: «Ad styglos ruit properato nuntius undas»

(fl. 432v)

— *Pabulo generis humani Christo.*

Incipit: «Quid potuere homines peccando? In tartara labi»

(fl. 432v)

— *Virgini magnae matri et Pronuba diuini conubii.*

Incipit: «Nubere post uitae maculas Natura uolebat»

(fl. 433r)

— *Vrbi sed instar orbis mox Bethlhemiae.*

Incipit: «Te minimam populus tuus olim dixerat urbem»

(fl. 433r)

— *Ara, metaque iustitiae praesepe Christi.*

Incipit: «Dic spelunca nouo quo te uis nomine dicam?»

(fl. 433r)

— *Asylum humanae salutis.*

Incipit: «Cum domus Isacidum lateres, et uerbera fugit»

(fl. 433v)

III — *Miscella* ¹¹¹

(Códice 2209 ¹¹² - ANTT)

¹¹¹ Este é o título que a lombada ostenta.

Esta miscelânea *in quarto* está numerada em 176 fólhos, e apresenta 4 textos de Luís da Cruz, assim distribuídos:

1 — Discurso

— *Initium sapientiae timor domini / ADVERSARIA IN QVIBVS
CONTI- / Nentur quamplurima scitu digna / tradita a Religiosiss.
nec non / sapientiss. magistro Ludo- / uico a Cruce anno / a
Christo nato 1578. / Conimbri- / cae / In 1^a gymn.*

Incipit: «Quid sit inhiere in re nautica»

(fl. 69v)

2 — Epigramas

— *Ad haec gentis humanae postulato / Deus iudicium da regi /
responsio.*

Incipit: «Se sine lege uidens ferri, sine moribus esse»

(fl. 69v)

Incipit: «Antidotum caelcs contra Mandragorae ucnenum»

(fl. 70r)

112 O conteúdo deste eódice é-nos apresentado por ARTUR L.-F. ASKINS, «Diogo Bernardes and Ms. 2209 of the Torre do Tombo», *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 13 (1973) 127- 165: «...a MS that was in the process of compilation in the 1580's... The book is made up primarily of an extensive miscellany of Latin poetry of the mid part of the second half of the sixteenth century. Works dealing with Sebastian, with the Cardinal-King Henry, and with the Battle of Lepanto intermix with religious pieces and with others of humanistic orientation: many of wich were produced in academies in Évora or in Coimbra.» (p. 131-133). Abrange, assim, o último quartel do séc. XVI, com o autor a prestar especial atenção à poesia em vernáculo. Nós, dentro dos escritos latinos, provenientes das Academias de Évora e de Coimbra, vamos referir apenas aqueles que são de Luís da Cruz.

3 — Poema

— *De laudibus eloquentiae*

Incipit: «Bellantis ac insta sinus gratissime terris»

(fl. 97r-101vv)

IV — (Códice CXIV / 1-39 - BPADE) ¹¹³

Esta miscelânea *in quarto* está numerada em 332 páginas em papel, embora com erros de paginação, e apresenta 2 textos de Luís da Cruz:

1 — Epigramas

— *Ignacio Loiola / O ignis...*

Incipit: «Dictus ab ... ano Loyola Ignatius ortu»

(fl. 56r-v)

— *Ad..*

Incipit: «Sub puero ... »

(fl. 105v)

V — *De uita et moribus Dominici Ioannis, libri tres.* ¹¹⁴

¹¹³ A informação da existência de obras manuscritas de Luís da Cruz neste códice foi colhida no *Catálogo dos Manuscritos da Bibliotheca Pública Eborensis*, ordenado com as descrições e notas do bibliothecário Joaquim Hellodoro da Cunha Rivara e com outras próprias por Joaquim Antonio de Sousa Telles de Matos, Tomo II - «Que comprehende a Litteratura». Lisboa, 1868, p. 54.

Organizado com preocupações cronológicas, os seus textos, dispostos segundo autores ou assuntos em 241 folhas, já estavam, maioritariamente, no Códice 3308 da Biblioteca Nacional de Lisboa.

¹¹⁴ Cf. ARSI, *Lus.* 59, fl. 5-98. Barbosa Machado menciona-a com o título em Português: *Vida do Irmão Domingos João Coadjutor temporal da Companhia de JESUS* (Cf. *Bibliotheca cit.*, p. 90. Segundo este autor, «conserva-se M. S. no cartório do Collegio de Coimbra, como escreve o P. Franco *Imag. da Virt. deste Noviciado* pág. 621» (ibid., p. 90).

VI — *Declamatio quae inscribitur D. Petri Vincula*.¹¹⁵

(Códice CLX / 2-13, fl. 84-95 e códice CVIII / 2 - 7, fl. 108r-123v - BPADE)

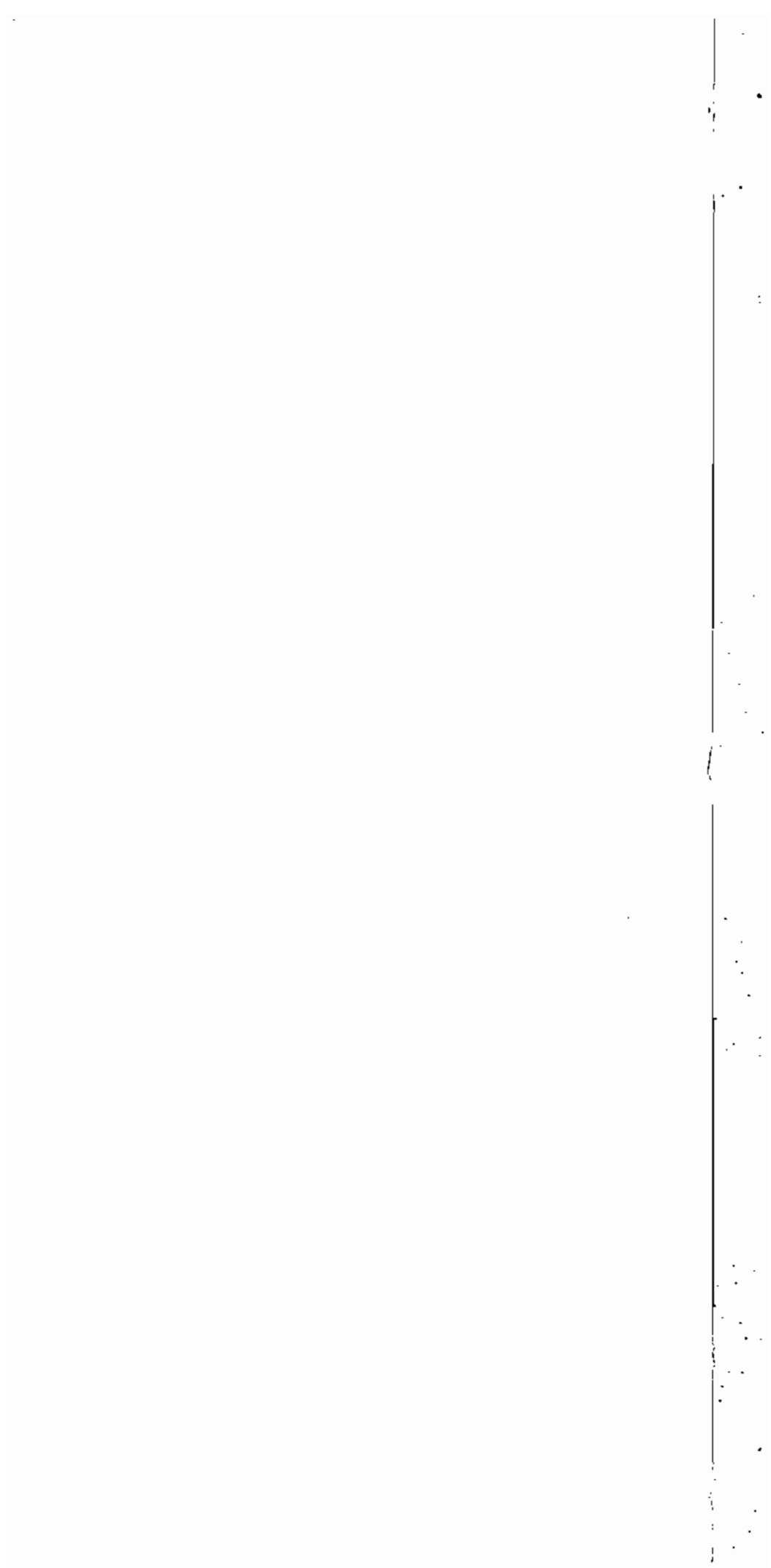
2.3.- *Obra perdida*

Através de relatos contemporâneos, as cartas, ficamos ainda a saber que eventualmente se terão perdido os primeiros testemunhos da sua actividade dramática: uma égloga e uma comédia representadas no Colégio de S. Paulo, em Braga, em 1564, respectivamente em 5 de Abril¹¹⁶ e 22 de Julho¹¹⁷.

¹¹⁵ Esta peça, uma tragédia, é outra obra atribuída a Luís da Cruz por Nigel Griffin (Cf. «A portuguese Jesuit play in seventeenth-century cologne», *Folio*, 12 (June 1980) 56, n.48). Foi representada em 1586, no Domingo de Pentecostes.

¹¹⁶ «Lo que se me ofrece acerca de los studios es, que el postrero día de Pascoa estando presente el Arçobispo desta diócese (que aquel día avia comido en casa) con un Obispo y otra gente honrada desta ciudad... y depués de se defender unas conclusiones de philosophia y lógica, instando algunas vezes el Arçobispo en los argumentos de los otros, se representó una égloga, muy a propósito que este mesmo Hermano avia compuesto.» (ARSI, *Lus.* 52, fl. 74r. Transcrição in: *Monumenta Brasiliae* cit., p. 367. Esta carta de Braga é escrita pelo Irmão Jerónimo Cota, por Comissão do P. Inácio de Azevedo, e enviada ao Geral, em Roma, P. Diogo Laines, no dia 30 de Abril de 1564).

¹¹⁷ Segundo informação da quadrimestre escrita pelo P. António da Rocha, por Comissão do P. Inácio de Azevedo, enviada ao Geral P. Diogo Laines, no dia 19 de Setembro de 1564, foi representada uma comédia no dia de Santa Maria Madalena, composta por um Irmão: «Divae Mariae Magdalenae festus dies cum ageretur praemia sua meritis et consecutis sunt attributa discentibus... Finitis quarta post meridiem hora disputationibus, successit comaedia praemiis non magis multo quam bracaraensium conditioni hominum ac generi aecommodata et per Fratrem quendam eleganter composita commode, scite, decore, compte, acta est singulis actoribus eas quas sustinebant personas ita tuentibus, itaque ad amussim experimentibus et aemulantibus ut nihil supra. Nec enim est ad rem pulchre conficiendum desideatus vestimentorum apparatus theatrique commoditas praeoptanda» (ARSI, *Lus.* 52, fl. 89r. Transcrição in: *Monumenta Brasiliae* cit., p. 379).



O TEMA BÍBLICO: JOSÉ

A história bíblica de José é um dos episódios mais dramáticos e enternecedores da Sagrada Escritura; redigida num estilo insuperável, é porventura das páginas mais belas do primeiro livro da Bíblia, o *Gênesis*¹¹⁵. A sua narração, que compreende os capítulos 37 - 50, revela-nos a família de Jacob.

Este drama coloca em relevo a providência de Deus que nunca abandona o seu servo, José. Cumprir-se-á, deste modo, um dos desígnios de Deus: o Povo Eleito, Israel, virá para o Egipto pela mão de José, acossado pela fome que alastra. Cada vez mais numeroso, é reduzido à escravidão. Mais tarde, Moisés há-de reconduzi-lo a Canaã, a terra prometida¹¹⁶.

¹¹⁵ Cf. *Bíblia Comentada. I Pentateuco*. Por Alberto Colunga y Maximiliano Garcia Cordero. Madrid, 1960, pp. 303. No Antigo Testamento, o *Gênesis* é o primeiro livro do Pentateuco (do grego Pentáteucoç, através do latim *Pentateuchus*, designação dos primeiros cinco livros do Antigo Testamento (o *Gênesis*, o *Êxodo*, o *Levítico*, os *Números* e o *Deuterónimo*), tradicionalmente atribuídos à pena de Moisés. Presidiu ao autor sagrado uma concepção pedagógica: ensinar o povo de Deus a viver religiosamente, segundo a sua Lei; daí a designação hebraica de *Tora* por que também são conhecidos.

O *Pentateuco* apresenta-nos o embrião da história da salvação do Homem, consumada no Novo Testamento, com a morte e ressurreição de Jesus Cristo. O *Gênesis* relata-nos a origem do mundo e do Homem e a formação de Israel, promessa reiterada por Deus aos Patriarcas. A partir dos vários acontecimentos ali narrados, muitos deles provindos das tradições politeístas do Próximo Oriente, pretende-se expressar a fé num Deus único, criador do céu e da terra.

Após a queda, no Paraíso, Deus continua a interessar-se pelo Homem, criado à sua imagem e semelhança. Abraão concretiza o plano salvífico da humanidade em torno de uma descendência que formará o Povo escolhido, o Povo de Israel, estando já aqui presente o elemento messiânico. [Vide *La Sagrada Escritura. Antigo Testamento. I Pentateuco*. Texto e comentário por profesores de la Compañía de Jesús. Madrid, 1967, pp. 3-292].

¹¹⁶ Esta tinha sido a promessa feita a Abraão, em Siquém: «Darei esta terra à tua descendência» (Gen. 12, 7).

Mas é sobretudo no plano teológico que esta narrativa, com um fundo histórico ¹¹⁷, se afirma. À fidelidade de Deus, omnipresente, responde o homem com a sua fé e obediência. A história das migrações dos patriarcas no-lo transmite, de forma clarividente, com Jacob e o seu filho José. E não deixa de abordar uma questão candente: o sentido do sofrimento que atinge preferencialmente os filhos de Jacob, apesar de temente a Deus.

Esta "novela", uma das mais belas da literatura universal, é uma narrativa didáctico-sapiencial, com intuítos pedagógicos. É Deus quem toma a iniciativa e dirige os caminhos dos homens, embora por «linhas tortas». Apesar da tensão com os irmãos, José nunca se mostrou rancoroso; como eleito, Deus pô-lo à prova e José não perdeu a Sua confiança, se bem que as privações e as dificuldades tivessem sido muitas. A dor acabará por amadurecer a personalidade de José e reforçar nele a confiança em Deus. Não obstante os numerosos obstáculos, os designios da Providência divina cumprir-se-iam.

A história de José coloca Jacob em contacto com o Egipto, onde já estivera seu avô, Abraão ¹¹⁸. Serve ainda para explicar a vinda dos Israelitas até ao Egipto, preenchendo a lacuna entre a história dos Patriarcas e Moisés, o libertador do povo eleito, subjugado às mãos do egípcio opressor ¹¹⁹.

¹¹⁷ Os investigadores não são unânimes na afirmação de que todos os filhos de Jacob estiveram no Egipto. Naquele tempo, a vida nómada e dedicada à pastorícia era a regra; depois, a região onde os irmãos de José apascentavam os rebanhos, era local de passagem de caravanas de camelos pertencentes a comerciantes que faziam a rota entre a Síria e a Arábia até ao Egipto, passando pela Palestina. Traziam até ao Egipto especiarias e perfumes. Para mais pormenores de raiz histórica que fundamentam o relato bíblico, vide *Ibid.*, pp. 239-292; *Bíblia Comentada...* cit., pp. 303-377; Daniel-Rops, *História Sagrada - O Povo Bíblico*. Porto, 1957, pp. 51-59.

¹¹⁸ *Gen.*, 12, 10-20.

¹¹⁹ Uma primeira explicação é transmitida no livro do *Deuterónimo*, 26, 5-8: «Recitarás, então, em voz alta, diante do Senhor, teu Deus: "Meu pai era um arameu errante que desceu ao Egipto com um pequeno número e ali viveu como estrangeiro, tornando-se depois uma nação poderosa e numerosa. Então os Egípcios trataram-nos iniquamente, oprimindo-nos e impondo-nos uma penosa servidão. Clamamos ao Senhor, Deus de nossos pais, e o Senhor

Como se vê, não podemos considerar esta narrativa mera ficção literária. Muito menos um conjunto de «midrash»¹²⁰ ou de notas pitorescas e pormenores anedóticos que podem ter surgido nos relatos dos factos coloridos pela imaginação, como noutras histórias dos Patriarcas. A história dos Patriarcas lança um movimento favorável ao monoteísmo¹²¹, à afirmação da unicidade de Deus, num momento em que as circunstâncias favoreciam o politeísmo¹²². É a revelação da escolha de um povo, veículo da salvação que Deus quer outorgar à humanidade transviada. É a renovação constante dessa promessa aos Homens, confirmada em Jesus Cristo, seu Filho.

O relato de José, que ali aparece, pretenderá transmitir a necessidade de reconciliação e unidade das tribos do norte e do sul; para isso, torna-se imperioso aprender a perdoar. Poder-se-á ainda afirmar que ela constitui uma séria advertência aos sucessores do rei Salomão¹²³.

A esta luz, a Bíblia Sagrada não deve ser vista como uma fonte de informações precisas no plano histórico ou geográfico. Pelo contrário; livro

ouviu o nosso clamor, tomou em consideração a nossa miséria, o nosso trabalho e a nossa angústia e tirou-nos do Egípto, com Sua mão poderosa e o vigor do Seu braço, realizando sinais e prodígios.»

¹²⁰ «Midrash» ou 'trapos literários' são uma espécie de histórias ou parábolas, irrealis, mas com o fim de incutir lições religiosas.

¹²¹ «Durante el proceso de su fijación de residencia se realiza al mismo tiempo la dominación de los dioses locales del país por parte de los dioses de los patriarcas. Estos toman posesión de los lugares venerables y establecen allí su propio culto, legitimado por una aparición de "su" Dios... También allí los patriarcas son receptores de la revelación, pero no solamente para fundamentar la fe de su clan, sino también para experimentar en los lugares sagrados la superioridad de su Dios frente a los númenes locales allí establecidos» (SIEGFRIED HERRMANN, *Historia de Israel en la época del antiguo testamento*. Salamanca, 1985, pp.72-73).

¹²² No livro do Êxodo (6.3-7), Deus apresenta-se ao seu povo eleito e confirma a sua escolha: «Aparecí a Abraão, a Isaac e a Jacob, como o Deus Todo-Poderoso; mas não lhes dei a conhecer o meu nome de Javé... Farei de vós o Meu povo e serei o vosso Deus, e saberéis, então, que Eu sou o Senhor, vosso Deus, que vos libertará da opressão dos egípcios» (Cf. *Ibid.*, p. 90). Todas as citações dos textos bíblicos são feitas a partir de *Bíblia Sagrada*. Versão dos textos originais. Missionários Capuchinhos, Lisboa, 1978.

¹²³ Cf. François Castel, *Historia de Israel y de Judá. Desde los orígenes hasta el siglo II d. C.* Estella [Navarra], 1984, p. 37.

sagrado dos cristãos, ele apresenta as etapas fundamentais da salvação do homem. E é a esta luz que devemos interpretar a narrativa bíblica de José.

A FORTUNA DO TEMA NA DRAMATURGIA QUINHENTISTA

A tradição cristã desde muito cedo se interessou pela história de José. Durante os primeiros três séculos, os Padres da Igreja haviam de apresentá-lo como símbolo da castidade ¹²⁴ e de Jesus Cristo ¹²⁵. Nos dois séculos seguintes, os escritos cristãos acentuaram ainda as virtudes da constância, da humildade e do perdão ¹²⁶. Esta tradição da patrística ¹²⁷ vai estender-se até ao Renascimento ¹²⁸.

Na Idade Média, favoreceram a grande vulgarização deste tema os sermonários, a *Historia Scholastica*, de Pedro Comestor, as primeiras traduções, em vernáculo, do *Génesis*, que se situam nos sécs. XI e XII, e o aparecimento das primeiras bíblias ilustradas no séc. XIV ¹²⁹ - *Biblia Pauperum*, *Speculum Humanae Salvationis* e *Concordantiae Caritatis*. Para o povo iletrado, influência singular terá exercido a dramatização de episódios bíblicos. O testemunho mais importante encontra-se numa colectânea escrita ao longo do séc. XV, o *Mistère du Vieil Testament* ¹³⁰, que se editou

¹²⁴ Vide os *Comentários ao Génesis* do teólogo Orígenes, natural de Alexandria.

¹²⁵ Vide o *Diálogo com o Judeu Trifão* do mártir cristão S. Justino, natural de Flavia Neapolis, na Palestina, antiga Siquém e actual Naplusa.

¹²⁶ Vide, e. g., um dos comentários aos livros do Antigo Testamento, o *De Ioseph Patriarcha* de S. Ambrósio, bispo de Milão; o *Contra Faustum*, de Sto. Agostinho e as homílias sobre o *Génesis* de S. João Crisóstomo, bispo de Constantinopla.

¹²⁷ No séc. VII, S. Gregório Magno, doutor da Igreja, vai exaltar-lhe o valor da perseverança, nas *Homílias*. E até o Alcorão lhe vai fazer referência (Cf. R. BLACHÈRE, *Le Coran*. Paris, 1957, p. 258 cit. in: *Dictionnaire de spiritualité ascétique et mystique, doctrine et histoire*. Tome VIII. Paris, 1974, Col. 1285. A Patrística, no Ocidente, termina com a morte de Sto. Isidoro de Sevilha, em 636; no Oriente, termina com a morte de S. João Damasceno, em 749.

¹²⁸ Vide, e. g., o Dominicano espanhol, Frei Luís de Granada, que morreu em 1588, na cidade de Lisboa.

¹²⁹ Vide LOUIS RÉAU, *Iconographie de l' Art chrétien*, Paris, pp. 195-197.

¹³⁰ Texto editado por JAMES DE ROTHSCHILD, *Mistère du Vieil Testament*, Paris, 6 vol., 1878-1891. História de José: t. II, 1879, pp. 292-390, e III, 1881, pp. 1-194, apud JEAN LEBEAU, *Salvator Mundi* cit., p. 588.

por três vezes na primeira metade do séc. XVI ¹³¹.

Neste século, muitas dramatizações foram feitas deste tema do *Joseph*, em que Luís da Cruz parece ter colocado todo o seu carinho e todo o seu talento. Todos seguem, como ele, o contexto do *Génesis* ¹³².

A notícia das primeiras representações – que normalmente precedem as impressões dos textos – chegam-nos do sul da Europa.

Muito provavelmente em 1504, o humanista italiano Pandolfo Collenuccio levou à cena, na cidade de Ferrara, a sua *Comedia de Iacob e de Iosep*. Escrita em vernáculo, a primeira edição data de 1523.

Michael Carvajal, em Espanha, havia de seguir-lhe o exemplo nesse mesmo ano, com a encenação da *Tragedia llamada Josephina*, editada doze anos mais tarde, na cidade de Salamanca.

O centro da Europa vai conhecer a primeira dramatização em Mayence, decorria o ano de 1524; oito anos mais tarde, sucede o mesmo nos Países Baixos.

¹³¹ Vide JEAN LEBEAU, *Salvator Mundi* cit., pp. 38-42. Segundo MADELEINE LAZARD, não há notícia de representações dramáticas da história de José do Egípto ao longo da Idade Média (Cf. *Le théâtre en France* cit., pp. 13-24).

¹³² Sem a pretensão de sermos exaustivos, num trabalho desta natureza, para este levantamento, consultámos várias fontes especializadas, que nos permitem fazer esta abordagem: ANDRÉ STEGMANN, *L'héroïsme cornélien. Genèse et signification*. Tome II: *L'Europe intellectuelle et le théâtre 1580-1650. Signification de l'héroïsme cornélien*. Paris, 1968, Apêndice I «Le théâtre scolaire dramatique néo-latin (1550-1635) (à l'exception de celui des Jésuites)», pp. 663-668; Apêndice II «Le théâtre scolaire néo-latin de la Compagnie de Jésus (1555-1564)», pp. 668-680; Apêndice III «Le théâtre français (1570-1650)», pp. 681-693; JUSTO GARCÍA SORIANO, «El teatro de colegio en España. Noticia y examen de algunas de sus obras», *Boletín de la Real Academia Española*, 14 (1927) 253; MADELEINE LAZARD, *Le théâtre en France* cit., pp. 25, 33, 138; RAYMOND LEBÈGUE, *La tragédie française de la Renaissance*. Bruxelas, 1954, «Tableau chronologique», pp. 99-109; ALEXANDER VON WEILLEN, *Der Ägyptische Joseph im Drama des XVI. Jahrhunderts*. Viena, 1887, II. «Chronologische darstellung der Joseph-Dramen bis zum Jahre 1625», pp. 22-150; CLAUDE-HENRI FRÈCHES, *Le théâtre neo-latin au Portugal (1550-1745)*. Paris - Lisbonne, 1964, capit. VII, «Deux siècles de théâtre néo-latin», pp. 127-151; JAMES A. PARENTE, Jr., *Religious Drama and the Humanist Tradition. Christian theater in Germany and in the Netherlands*. Leiden-New York - Kopenhagen-Köln, 1987; RAYMOND LEBÈGUE, *Tragédie Religieuse en France. Les débuts (1514-1573)*. Paris, 1929, maxime Ch. «Tableau chronologique», pp. 113-116; ÉDITH WEBER, *Le théâtre humaniste et scolaire dans les Pays Rhénans*. Paris, 1974. Para uma aproximação à importância da figura bíblica de José no teatro alemão do séc. XVI, vide JEAN LEBEAU, *Salvator Mundi* cit.

Na Alemanha, onde a literatura dramática, que dá expressão a este tema, se filla directamente na tradição judaica ¹³³ – destacamos quatro textos fundamentais: o *Joseph*, de Filon de Alexandria, as *Antiguidades Judaicas*, de Flávio Josefo, os *Testamentos dos doze Patriarcas* e a história de *José e Asnat* – referencia-se uma edição de 1529, na cidade de Heidelberg, e uma encenação em Magdburgo, cinco anos mais tarde.

Cornelius Crocus dar-lhe-ia, pela primeira vez, expressão na língua latina. Decorria o ano de 1535, quando a cidade de Amesterdão acolheu a sua representação. No ano seguinte, aparece ao público, também no idioma do Lácio, numa edição saída dos prelos da cidade de Antuérpia.

Até ao início do séc. XVII, a azáfama editorial vai ser grande, a par de um número considerável de representações. Esta actividade fica circunscrita maioritariamente aos países de língua alemã, onde a Reforma se firmara em bases sólidas.

Entre os Jesuitas, a primeira representação do tema bíblico de José data de 1561, na cidade austríaca de Viena, a que se seguiu outra em Olmütz, actual República Checa, em 1568.

Já no último quartel do século XVII, saiu a lume o *Iosephus* ¹³⁴ de Luís Álvarez, S. J., ¹³⁵ que o imprimiu também na cidade francesa de Lião, em 1675. Não é obra dramática, mas antes um tratado de exegese. A

¹³³ vide JEAN LEBEAU, *Salvator Mundi: l' "exemple" de Joseph dans le théâtre allemand au XVII^e siècle*. 2 vols. Nieuwkoop: B. de Graaf, 1977, p. 26.

¹³⁴ Transcrevemos o frontispício desta edição: R. P. LVDOVICI / ALVAREZ / e Societate Iesu / Lusitani /, sacrarum litterarum In / Conimbricensi Collegio olim Professoris; / *Ioseph / Rachelis Filius / Illustratus*, / Illustrissimo et Reverendissimo Domino, / D. Ludouico de Souza, / Lamecensi Episcopo, et à Consiliis Serenissimi Principis, dicatus; / nunc primum in lucem prodit. / Lugduni, / Sumptu Laurentii Arnaud, et Petri Borde. / M. DC. LXXV. / Cum approbatione et superiorum licentia.

¹³⁵ Distinto orador sacro, foi natural de São Romão, Coimbra, onde nasceu em 1615, veio a falecer na Casa Professa de S. Roque, em Lisboa, no ano da graça de 1709. Foi professor de Retórica, Filosofia e Sagrada Escritura em Coimbra.

Para mais pormenores, vide CARLOS SOMMERVOGEL, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*. Tome I. Bruxelles-Paris, col. 250 sqq.; FRANCISCO RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência a Portugal*. Tomo III / 1. Porto, 1944, maxime pp.135, 183-184; ID, *A Formação Intelectual do Jesuíta*. Porto, 1917, p. 221.

apresentação, pejada de notas na margem, elucida o leitor sobre muitos temas e motivos de grande interesse exegetico e cultural.

Curiosa é a nota de júbilo do autor ao considerar a sua obra superior a tudo quanto até ali se escrevera sobre *Iosephus Rachelis filius illustratus*. Lera muito sobre José, mas nada encontrara comparável ao seu. E regozija-se com a sua divulgação e popularidade: «Mal oiço ou leio discurso algum, em que não se faça menção do meu José, filho de Raquel» (*Vix audio, legoue contionem aliquam, in qua meo de Iosepho Rachelis filio mentio non fiat*)¹³⁶.

2.1. Edições e representações

Por opção metodológica, os quadros sinópticos que resultaram desta pesquisa não registam a proveniência da informação. Em nota de rodapé, indicam-se os estudos eleitos entre a abundante e especializada bibliografia.

Nas duas colunas da esquerda, indicamos as datas de representação e edição; à direita, fazemos corresponder-lhe a cidade e o país, como se conhece na actualidade; ao centro do quadro, menciona-se o autor e o primeiro título.

A negro, indicam-se as dramatizações escritas em latim.

Por se desconhecer a data exacta e o autor, os quadros não incluíram a notícia de três obras, em Espanha: *Aucto de los Desposorios de Joseph*, *Auto del finamiento de Jacob* e *Los Suenos de Faraon y mas feliz Cautiverio por Don Antonio Mira de Amescua*¹³⁷.

¹³⁶ *Proemium ad lectorem*.

¹³⁷ Cf. JEAN LEBEAU, *Salvator mundi* cit., T. II, p. 973.

Repre- sentação	Impres- são	TÍTULO	PAÍS (actual)	CIDADE
	1500 1520 1542	<i>Mistère du Vieil Testament</i> (Pierre Le Dru e Geoffroy de Marné)	França	Paris
1504		<i>Historia da Joseph</i> (Anónimo)	Itália	Ferrara
	1514	<i>Passion de Heidelberg: Prefi- guracio vendicionis cristi a Iuda pro driginta denariis.</i> (Anónimo)		
	1523	<i>La Rapresentatione di Joseph figliuolo di Jacob.</i> (Anónimo)	Itália	Florença
1523	1535 1540 1545 1546	<i>Tragedia llamada Josephina</i> (Michael Carvajal)	Espanha Espanha Espanha Espanha	Salamanca (?) Palencia Sevilha Toledo
	1523 1525 1526 1527 1547 1554 1555 1563 1564	<i>La vita de Iosep figliuolo di Iacob</i> (Pandolfo Collenuccio)	Itália Itália Itália Itália Itália Itália Itália	Veneza Veneza Veneza Veneza Veneza Veneza ¹³⁸ Veneza
1524		Representação duma comédia sagrada sobre a venda de José. (Anónimo)	França	Mayence
	1524 1527 1545 1554	Sermões e comentários de Lutero sobre a <i>História de José</i>	Alemanha Alemanha	Augsburgo Nuremberga

¹³⁸ Foi consultada por nós na Biblioteca Vaticana, no Vaticano (Cota: Capponi, V. 747).

Representação	Impressão	TÍTULO	PAIS (actual)	CIDADE
1532		<i>Joseph den Droomer</i> (Anónimo)	Holanda	
1533		Representação da <i>História de José</i> . (Anónimo)	França	Amiens
	1533	<i>Commentaria Bibliorum...</i> (Christoph Froschauer)	Suíça	Zurique
1533	1539	<i>Joseph. Ain sundere lustige Comedy...</i> (Xystum Betuleium Augustanum = Sixt Birck)	Alemanha Suíça	Augsburgo Bále
	1529 1579	<i>Joseph / die gantze Historia von dem lieben Joseph / wie er von seinen Brudern verkaufft / vnd wie die kinder Israets inn Egypten kommen seind / Nach Biblitschem Text mit allen Vmbstanden / in eine schone Christenliche vnd nützliche Comediam gestellet...</i> (Jacob Müller)	Alemanha	Heidelberg
1534 1535	1534 1535	<i>Ein lieblich vnd nutzbarlich spil von dem Patriarchen Jacob vnd seinen zwelff Sönnen...</i> (Joachin Greff)	Alemanha Alemanha	Magdburgo Magdburgo
1534 1542	1534	Tragédia <i>Joseph</i> Comédia <i>Joseph</i> (Joannes Travers)	Suíça	Zuoz
1536		<i>Joseph</i> (Anónimo)	Alemanha	Pirna

Representação	Impressão	TÍTULO	PAÍS (actual)	CIDADE
1535		<i>Joseph, comoedia sacra, cui titulus Ioseph...</i>	Holanda	Amesterdão
	1536		Bélgica	Antuérpia
	1537	(Cornelius Crocus) 139	Bélgica	Antuérpia
	1537		Alemanha	Colónia
	1537		França	Paris
	1537		França	Estrasburgo
	1538		Bélgica	Antuérpia
	1539		Alemanha	Augsburgo
1539			Holanda	Gröningen
	1541		França	Paris
	1542		França	Estrasburgo
	1546		Bélgica	Antuérpia
	1547		Alemanha	Colónia
	1548		Bélgica	Antuérpia
	1549		Alemanha	Dortmund
1558			Alemanha	Ingolstadt
1562			Holanda	Harlem
1583			França	Estrasburgo
1584			França	Estrasburgo
	1595		Alemanha	Altdorf

¹³⁹ Esta peça foi consultada por nós, na Biblioteca Vaticana, no Vaticano: *Comoedia sacra, cui titulus Ioseph ad christianae iuventutis institutionem iuxta locos inventionis, ueteremque artem, nunc primum et scripta et edita per Cor. Crócum Amsterodami ludimagistrum. Ex Gen. ca. XXXIX. XL, et XLI. Augustae, per Alexandrum Vneissenhorn, Anno. M. D. XXXIX. 8º* (Cota: Palatina. 1768 a-b V.941). Houve ainda outras edições: «In aedibus Iacobi Iucundi: Argentinae, 1537. 8º»; «Typis Ioan. Graphet; in aedibus Ioan. Steels: Antuerpiae, 1537. 8º» (Segundo JAMES A. PARENTE, Jr., *Religious Drama...* cit., p. 33, esta edição é de 1538; a representação teria sido em 1536); «In officina christiani wechwl: Parisiis, 1537. 8º»; «Comoediae ad tragoediae aliquot ex Novo et Vetere Testamento desumptae... 1540. 8º» (Cf. *General Catalogue of Printed books. Photolithographie edition to 1955. Vol. 46: CRO - CURC. Published by The Trustees of the British Museum, London, 1966*). Na Biblioteca Vaticana, consultámos ainda o *Iosephus* de Crocus In: *Antonii Geraldini Poetae Laureati Bucolica...* Per Robertum Winter. Basileae. Anno. M. D. XLIII, fl. 182r-213r [Falta a última cena do Acto V (Cota: Palatina, V. 2057)]; *Dramata sacra. Comoediae atque tragoediae aliquot e Veteri Testamento desumptae, quibus praecipuae ipsius historiae ita eleganter in scenam producuntur, ut uix quicquam in hoc argumenti genere, iuventuti christianae proponi utilius possit: magnaparte nunc primum in lucem editae. Earum uero catalogum statim a praestatione inuenies. Basileae ex officina Ioannis Oporini, Anno salutis partae. M. D. XLVII. Mense Martio* (Cota: Stamp. Barb. GGG.IV.1). Esta edição contém o *Ioseph, comoedi ex Genes. Capit. 39. Cor. Croco amsterodamo autore* (pp.157-201) e o *Ioseph, eiusdem argumenti comoedia cum praecedenti, Andrea Diethero Augustano autore* (pp. 202-332).

Representação	Impressão	TÍTULO	PAÍS (actual)	CIDADE
1538		<i>t'leven van Joseph</i> (Anónimo)	Bélgica	Caprycke
	1538	<i>Frères de Maintenant</i>	França	
1538	1538	<i>Die Historia des Gottsförchtigen Jünglings Josephs, in dem ersten Buch Mosy, in dem 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44 Capiteln beschrieben.</i> (Hans von Rüte)	Suíça	Berna
1538 1540	1538	<i>Moralité de la Vendition de Joseph</i>	França França	Paris Limoges ¹⁴⁰
1539		<i>Joseph in Aegypten...</i> (Anónimo)	Áustria	Insbruck
1535 1540 1556 1563 1597	1540 1549	<i>Ein hüpsch nüwes Spil von Josephen dem frommen Jüngling vss etlichen Capitteln dess buchs der Gschöpfften gezogen insonders lustig und nutzlich ze läsen.</i> (Jacob Ruoff)	Suíça Suíça (?) Suíça Suíça Alemanha	Zurique Zurique (?) Zurique Zurique Schaffhaouse
1540		<i>haben zu Innsbruck Bürger und inwohner die jungst Comodie von dem Joseph in Aegypten auff dem Platz tractirt</i>	Áustria	Innsbruck
1540	1540 (?)	<i>Comedia Josephs...</i> (Peter Jordan)	Alemanha	Colónia

CLAUDE-HENRY FRÈCHES, *Le théâtre neo-latin...* cit., p. 393. Indica o ano de 1538 para a representação e 1539 para a impressão.

Contemporâneo de Crocus, é Thiebolt Gart, que também compôs um *Joseph* (Vide *Joseph*. In *Die Schaubühne im Dienste der Reformation*. Vol. 2, ed. Arnold E. Berger. DLE, Reihe Reformation, 6 (1936; Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1967), pp. 4-134, cit. por JAMES A. PARENTE, Jr., *Religious Drama...* cit., p. 214.

¹⁴⁰ Esta representação não chegou a concretizar-se.

Representação	Impressão	TÍTULO	PAÍS (actual)	CIDADE
1540	1540 1542 1546 1559 1559 (?) 1579	<i>Joseph. Ein schönevñ fruchtbare Comedia, auss heyliger Biblischer schrift in rheimen bracht, mit anzeigung jrer Allegori vñ geistliche bedeütung. In welcher vil Christlicher zucht und Gottesforcht gelearnet wirt.</i> (Thiebolt Gart)	Alemanha França Alemanha França França Alemanha Alemanha	Schletstat Estrasburgo Augsburgo Estrasburgo Estrasburgo Nuremberga Francfort
1540	1540 1542 1546 1559 1559 (?) 1579	<i>Joseph. Ein schönevñ fruchtbare Comedia, auss heyliger Biblischer schrift in rheimen bracht, mit anzeigung jrer Allegori vñ geistliche bedeütung. In welcher vil Christlicher zucht und Gottesforcht gelearnet wirt.</i> (Thiebolt Gart)	Alemanha França Alemanha França França Alemanha Alemanha	Schletstat Estrasburgo Augsburgo Estrasburgo Estrasburgo Nuremberga Francfort
	1540	<i>Comoediae ac Tragoediae aliquot ex nouo et vetere testamento desumptae.</i> A recolha compreende: 1 <i>Acolastus</i> . (Gnapheus) 2 <i>Joseph</i> . (Crocus) 3 <i>Samarites</i> . (Papeus) 4 <i>Ouis perdita</i> . (Zovitius) 5 <i>Susanna</i> . (Betulcius) 6 <i>Pammachius</i> . (Naogeorgus) 7 <i>Christus Xylonicus</i> . (Barthé- lêmy) 8 <i>Hecastus</i> . (Macropedius) 9 <i>Andrisca</i> . (Macropedius) 10 <i>Bassarus</i> . (Macropedius) (Antologia de Nicolas Brylinger)	Suíça	Bále
	1541	<i>Ausslegung der herrlichen Historien Josephs</i> (M. Antoinius Corvinus)	França	Estrasburgo
	1542 1557	<i>Joseph vendu par ses frères</i> (Anónimo)	Polónia França	Stralsung Nancy

Representação	Impressão	TÍTULO	PAÍS (actual)	CIDADE
1542		<i>Joseph wa he van sinern brodern verkoft ward den Ismaheliten</i> (Mathias Brasell)	Alemanha	Stralsundt
1543		Farsa <i>Josephina</i> ¹⁴¹ (Anónimo)	Espanha	
1544 (?)	1544	<i>Historia sacra Joseph, Quae nobis praeclarum divinae providentiae, et passionis Christi redemptoris, castitatis- que Joseph pudicissimi adoles- centis exemplar demonstrat, iam denuo (soll wohl de novo heissen) ex Biblijs in formam Comoediae reducta et edita.</i> (Andream Diether Augustanum)	Alemanha	Augsburgo (Augustae Vindelicorum)
1544 (?)	1544	<i>Josephus, Fabula sacra, pietatis et pudicitiae cultu- ribus perlegenda</i> (Georgius Macropedius)	Alemanha Bélgica	Utrecht (?) Antuérpia (Anvers)
1545		<i>Joseph d'Egypte</i> (Anónimo)	Suíça	Tyrol
1545 (?) 1560 1570 1583 1597	1545	<i>Passion de Lucerne</i>	Suíça	Lucerna Osterspiel Osterspiel Osterspiel Osterspiel
	1545	<i>Zywot Józefów</i> (Nicolaus Reys)	Polónia	Cracóvia
1546		<i>Historia Josephs aus dem alten Testamente</i> (Mathias Reuter)	Alemanha	Francfort

¹⁴¹ A inquisição, neste mesmo ano, havia de a condenar.

Repre- sentação	Impres- são	TÍTULO	PAÍS (actual)	CIDADE
1546	1546	... <i>Joseph...</i> (Jakob Schöpfer)	Alemanha Alemanha	Dortmund Colónia
1547		<i>Joseph</i> (Anónimo)	Suíça	Genebra
	1547 1557	<i>Dramata sacra, comoediae atque tragoediae aliquot e veteri testamento desumptae, quibus praecipuae ipsius historiae ita eleganter in scenam producuntur ut vix Drama sacra, comoediae atque tragoediae aliquot e veteri testamento desumptae quibus praecipuae ipsius historiae ita eleganter in scenam producuntur ut vix quicquam in hoc argumenti genere juventuti christianae proponi utilius possit magna parte nunc primum in lucem editae.</i> Tome I: 1 <i>Protoplastus</i> . (H. Ziegler) 2 <i>Eva</i> . (X. Betuleius) 3 <i>Isaaci immolatio</i> . (H. Ziegler) 4 <i>Joseph</i> . (C. Crocus) 5 <i>Joseph</i> . (Diether) 6 <i>Nomothesia</i> . (H. Ziegler) 7 <i>Samson</i> . (H. Ziegler) 8 <i>Ruth</i> . (J. Zovittus) 9 <i>Heli</i> . (H. Ziegler) Tome II: 11 <i>Jobus</i> . (Lorichius) 12 <i>Hamanus</i> . (Th. Naogeorg.) 13 <i>Judith</i> . (X. Betulejus) 14 <i>Susanna</i> . (X. Betulejus) 15 <i>Beel</i> . (X. Betulejus) 16 <i>Zorobabel</i> . (Birck) (Antologia de Oporinus)	Suíça Suíça	Báile Báile

Representação	Impressão	TÍTULO	PAÍS (actual)	CIDADE
1549		<i>Joseph</i> (Anónimo)	Rep. Checa	Praga
1550		<i>Jacob, le Patriarche</i> (Anónimo)	Alemanha	Sagan
	1550	<i>Moralité Frères de maintenant</i>		
	1551 (?)	<i>Comedia Joseph sacer</i> (Anónimo)	Polónia	
	1552 1553	<i>Omnes Georgii Macropedii Fabulae comicae denuo recognitae et iusto ordine (prout editae sunt) in duas partes divisae.</i> <i>Adjectae sunt choris post singulos actus notulae quaedam musicae... Ultratecti Harmanus Borculus excudebat 1552.</i> Première partie: 1 <i>Asotus.</i> 2 <i>Lazarus (mendicus).</i> 3 <i>Josephus.</i> 4 <i>Hecastus.</i> 5 <i>Adamus.</i> 6 <i>Hypomene seu patientia.</i> (Georgius Macropedius)	Alemanha Alemanha	Utrecht (T. I) Utrecht (T. II)
1553		<i>Hystori von Josepho und seinen elf bruedern, auch jhrem vatter Israel</i> (Anónimo)	Alemanha	Nördlingen
1554 1555		<i>L' historia da Joseph, filg da Jacob, da sus frars in Egypta vandteu</i> (Durich Campbell)	Suíça	Zuoz

Repre- sentação	Impres- são	TÍTULO	PAÍS (actual)	CIDADE
	1554	<i>Comentarii in quinque libros Mosis</i> (João Calvino)	Suíça	Genebra
1555		<i>Historia Joseph.</i> (Anónimo)	França	Estrasburgo
1555 1558		<i>Joseph.</i> (Anónimo)	Hungria Hungria	Bartfeld Bartfeld
1555		<i>Spiel von Joseph</i> (Anónimo)	França	Estrasburgo
1555		<i>... keusche Joseph..</i> (Mathias Kollinus)	Rep. Checa	Praga
1554 1556 1579 1560 1579 1579 1591		<i>Adelphopolae Drama comico- tragicum historiam sacram Josephi Jacobi patriarchae filiij complectens...</i> (Martín Balticus)	Alemanha Alemanha Alemanha Alemanha Alemanha Alemanha	Munique Augsburgo Friburgo Ulm Ulm Augsburgo Ulm
1558		Tragédia <i>Joseph</i>	Espanha	Colégio de Ocaña
1558		<i>Joseph</i> (Anónimo)	Alemanha	Münster
1559		<i>Joseph le Juste</i>	França	Draguignan
1560		<i>... Joseph..</i>	Suíça	Lucerna
1561		<i>Joseph</i> (Anónimo – drama jesuíta)	Áustria	Viena
	1562	<i>Etrfigur - Joseph mit Ben-Jamin</i> (Hans Sachs – poema em 110 vv.)		
	1564	<i>L'histoire de Joseph extraicte de la saincte bible et reduite en forme de Comedie nouvellement traduite du Latin de Macropedius en langage François.</i> (Antoine Tiron)	Bélgica	Antuérpia (Anvers)

Representação	Impressão	TÍTULO	PAIS (actual)	CIDADE
1566	1566	<i>Die schöne Biblische Historia / von dem heiligen Patriarchen Jacob und seinen zwolff Sonen</i> (Von Landshut Brunner)	Áustria Áustria	Steyr Wittenberg
	1566	<i>Complainte de Saphire, femme de Putiphar</i> (André de Rivaudeau)	França	Poitiers
	1566	<i>Ein schöne Tragedi...wie Belial ein Recht mit Christus anfecht</i> (Sebastian Wild)	Alemanha	Augsburgo
1568		<i>Joseph Patriarcha</i> (Anónimo - drama jesuíta)	Rep. Checa	Olmütz
1569		<i>Joseph</i> (Anónimo)		Lüneburg
1569	1571 1578	<i>Joseph</i> (Bartholomcus Leschkes)	Alemanha Alemanha Alemanha	Lauban Görlitz Zittau
1570		<i>Joseph</i> (Anónimo)	Alemanha	Windsheln
1570		<i>Joseph</i> (Anónimo)		Marburgo
1572	1572 1573	<i>Die gantze Historia von Joseph in eine schone Comedien gefasset...</i> (Christian Zirl)	França Alemanha França	Estrasburgo Wissembourg Estrasburgo
1572		<i>Joseph</i> (Anónimo)	Alemanha	Estugarda
1573		<i>Jacob et Joseph</i> (Anónimo)	Alemanha	Oschatz
1578		<i>Joseph</i> (Anónimo)	Alemanha	Hanôver
1579		<i>Joseph</i>	Suíça	Bále

Repre- sentação	Impres- são	TÍTULO	PAÍS (actual)	CIDADE
1579	1579	<i>Joseph / die gantze Historia von dem lieben Joseph / wie er von seinen Brudern verkaufft / und wie die kinder Israels inn Egypten kommen sind / Nach Biblitschem YText mit allen Vmbstanden / in eine schone Christenliche und nützliche Comediam gestellet...</i> (Thomam Schmid)	Alemanha	Heidelberg
1580		<i>Joseph</i>		Molsheim
1580 1601	1601 1603	<i>Joseph le chaste</i> (Nicolas de Montreux)	França França Alemanha	Paris Montreux Roeun
1580		<i>Comoedie vom Patriarchen Jacob und seinen zwolff Söhnen</i> (Anónimo)	Alemanha	Nördlingen
	1580	Dix sept Drames: 1 Naaman. 2 Tobaeus. 3 Nehemias. 4 Saulus. 5 <i>Josephus.</i> 6 <i>Juditha</i> 7 <i>Susanna</i> 8 <i>Daniel</i> 9 <i>Triumphus Christi.</i> 10 <i>Typhlus.</i> 11 <i>Pentecoste.</i> 12 <i>Ananias.</i> 13 <i>Baptistes.</i> 14 <i>Dyscoll.</i> 15 <i>Pseudostratotiae.</i> 16 <i>Cunae.</i> 17 <i>Vitulus.</i> (Cornellus Schonaeus)	Holanda	

Repre- sentação	Impres- são	TÍTULO	PAÍS (actual)	CIDADE
1580		<i>Comedia von dem Patriarchen</i>	Polónia	Breslau
1583		<i>Jacob</i>	Polónia	Breslau
	1592	(Adam Puschmann)	Alemanha	Görlitz
1582		<i>Comoedia Joseph</i> (Fridericus Zorlern)	Alemanha	Friburgo
1583		<i>Joseph</i> (Anónimo)	Dinamarca	
1583		<i>Joseph Aegyptius</i> (Jacobus Pontanus – drama jesuíta)	Alemanha	Augsburgo (<i>Augustae Vindelicorum</i>)
1583		(Jacobus Pontanus? – drama jesuíta)	Áustria	Graz
1583		(Jacobus Pontanus? – drama jesuíta)	Alemanha	Molsheim
1583		(Jacobus Pontanus – drama jesuíta)	Alemanha	Munique
1583	1583	<i>Joseph In Aegypten / Ein schone und nützliche Comoedj / Erst newlich auss Latinischer sprach in die Deutsch verdol-metschet...</i> (M. Jonam Bitner)	França	Estrasburgo
1583		<i>Joseph In Aegypten...</i> (Johannes Ritter)	Suíça	Lucerna
1584	1584	<i>Josephus comoediae duae</i>	França	Estrasburgo
1586		(Aegidius Hunnius)	Alemanha	Francfort
	1587		Alemanha	Marburgo
1588			Alemanha	Annaberg
1590			Alemanha	Ratisbona
(?)				
1590			Alemanha	Tubinga
1597	1597		França	Estrasburgo
1585		<i>Joseph d'Egypte</i> (Anónimo)	Alemanha	Coblença
1585		<i>Comoedia Josephi</i> (Anónimo – drama jesuíta)	Alemanha	Coblença
1585		<i>Joseph d'Egypte</i> (Anónimo – drama jesuíta)	Alemanha	Colónia

Representação	Impressão	TÍTULO	PAÍS (actual)	CIDADE
1586		<i>Die fart Jacobs des heiligen Patriarchens, Vnd der Vrsprungk der zwolff Geschlecht vnd Stemmen Israels...</i> (Georgium Goebeln)		Budissin
	1587	<i>Castus Joseph</i> (Simon Simonius – drama jesuíta)	Polónia	Cracóvia
1588 1600		<i>Josephi Patriarchae Continentia</i> (Christophe Lauter – drama jesuíta)	Suíça	Luccrna
1590	1857	<i>Joseph, drei comedien...</i> (Nicodemus Frischlins)	Alemanha	Estugarda
1591		<i>Histoires des fils de Jacob</i> (Anónimo)	Alemanha	Hildesheim
1592 (?) 1597	1592 1594 1597 1598 1599 1600 1601	<i>Terentius Christianus, sacrae comoediae:</i> 1 <i>Tobaeus.</i> 2 <i>Nehemias.</i> 3 <i>Saulus.</i> 4 <i>Naaman.</i> 5 <i>Iosephus.</i> 6 <i>Juditha.</i> 7 <i>Pseudostratotiae.</i> (Cornelius Schonaeus)	Holanda Holanda Alemanha Bélgica Holanda Alemanha Finlândia	Harlem Harlem Utrecht Antuérpia Amesterdão Colónia Aboa
1593		<i>Joseph</i>		Pont-à-Mousson
1593 (?)	1593	<i>Joseph. Die gantze Historia von dem frommen vnd keuschen Joseph. Wie er von seinen Brüdern verkauft und die Kinder Israel in Egypten kommen sind mit allen Vmbstenden, in eine schöne christliche und nützliche Comoediam. Erstlich gestellt durch... Nach Biblichem Text mit allen Vmbstenden / in eine schone Christliche vnnnd nutzliche Comoediam Erstlich gestellt...</i> (Christianum Zyrln; Aegldius Hunius; Johann Schlayss)	Alemanha	Tubinga

Repre- sentação	Impres- são	TÍTULO	PAÍS (actual)	CIDADE
	1595	<i>Joseph</i> (Anónimo)	Áustria	Graz
1595		<i>Joseph</i> (Oswald Stadler)	Alemanha	Munique
1597	1597	<i>Josephus. Comoedia sacra, auctore Egidio Hunnio, sacrae Theologiae Doctore et Professore in Academica Wittenbergensi Pro Argentinensi Theatro.</i>	França	Estrasburgo
	1597	<i>Joseph</i> (Johannes Avianus)		
	1597	Trad. de <i>Castus Joseph</i> de Simonides (Stanislaus Goslawski)	Polónia	Cracóvia
1598		<i>Histoire de Joseph</i> (Anónimo)	Alemanha	Nuremberga
1599	1600	<i>Vom Zustand des Himmels und der Höllen</i> (Andr. Hartmanns)	Alemanha	Dresda
1600		<i>Istoyre du petit Joseph</i> (Mr. Mondot)	França	Puy
1600	1603	<i>Speculum Josephi, comoedia</i> (Johann Walther)	Áustria Alemanha	Salzwedel Magdburgo
1600		<i>Joseph eruditus, exaltatus, manifestatus</i> (Anónimo - drama jesuíta)		
1600 1600		<i>Joseph Comaedia</i> (Anónimo - drama jesuíta)	Bélgica Itália	Trêves Roma
1600 1600		<i>Joseph Comaedia sacra Josippus</i> (Jacobus Pontanus? - drama jesuíta)	Alemanha Alemanha	Munique Dilligen
1601		<i>Joseph</i> (Anónimo)	Alemanha	Hanóver

Repre- sentação	Impres- são	TÍTULO	PAÍS (actual)	CIDADE
1601		<i>Josephi Historia</i> (Thomas Gevallensis)	Alemanha	Rostock
	1602	<i>Eine schöne Geistliche / Geistreiche Comoedi / von dem H. Joseph / Sehr lieblich und nützlich zu lesen und zu halten / Hiebeur Lateinisch beschrieben von dem Hochberühmten Theologo Herrn D. Aegidio Hunno...</i> (Matthiasen Hõe von Hönegg)	Alemanha	Dresda
1602		<i>Joseph a fratribus venditus</i> (Anónimo - drama jesuíta)	Áustria	Insbruck
1603		<i>Joseph</i> (Anónimo - drama jesuíta)	Holanda	Emmertich
1603	1610	<i>Joseph...</i> (Gasmann' sche)	Alemanha Alemanha	Rochlitz Leipzig
1603		<i>...Komödien von Joseph...</i>	Alemanha	Königsee

I PARTE

A TRAGICOCOMOEDIA IOSEPHVS

DO

P.^e LUÍS DA CRUZ

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions and activities. It emphasizes that this is crucial for ensuring transparency and accountability in the organization's operations.

2. The second part of the document outlines the various methods and tools used to collect and analyze data. It highlights the need for consistent data collection practices and the use of advanced analytical techniques to derive meaningful insights from the data.

3. The third part of the document focuses on the role of technology in data management and analysis. It discusses how modern software solutions can streamline data collection, storage, and processing, thereby improving efficiency and accuracy.

4. The fourth part of the document addresses the challenges associated with data management, such as data quality, security, and privacy. It provides strategies to mitigate these risks and ensure that the data remains reliable and secure throughout its lifecycle.

5. The fifth part of the document concludes by summarizing the key findings and recommendations. It stresses the importance of ongoing monitoring and evaluation to ensure that the data management processes remain effective and aligned with the organization's goals.

ESTRUTURA E ARTE

1. Estrutura

1.1. *Argumento cénico*

Luis da Cruz, poeta e dramaturgo genial, embora siga praticamente o relato do *Génesis* — excepto os capítulos 38, 48, 49 e 50 ¹⁴², permite-se algumas liberdades imaginativas que muito valorizaram o seu *Ioseph*, uma das obras mais representativas da sua produção teatral.

Com nítida inspiração em Santo Inácio de Loyola, partindo duma visão universalista do mundo, onde campeia o erro e a impiedade, Abraão é escolhido para seu salvador. Raquel conceberá e dará à luz José, filho de Jacob. Arrimo da velhice de seu pai, e filho dilecto, vai concitar os ódios dos irmãos, que o atiram a uma cisterna. Segue-se um animado repasto em que Judá aconselha os irmãos a que o retirem deste local de pena de morte e o vendam a uns comerciantes ismaelítas, que viram entretanto

¹⁴² Sobre a economia dramática da peça, em que a *res* destes capítulos bíblicos é dispensada, vide *infra*, p.

O capítulo 38 relata-nos a história de Judá -Tamar, um episódio da família de Judá.

No capítulo 48, Jacob ficou doente e José apresta-se para o ir visitar, na companhia dos seus filhos, Manassés e Efraim. Jacob vai adoptá-los como seus filhos, herdeiros das promessas paternas, se bem que a sua preferência vá para Efraim, o filho mais novo, pois «a sua prosperidade converter-se-á numa multidão de nações» (48.19).

O capítulo 49 vai revelar-nos o futuro que Jacob vaticinou para cada um dos seus filhos.

Neste capítulo 50, primeiro Jacob, e depois José, ambos serão sepultados em terras de Canaã: «Sepultaram também em Siquém os ossos de José, que os filhos de Israel tinham trazido do Egipto, na porção de terra que Jacob tinha comprado aos filhos de Hamor, pai de Siquém, por cem peças de prata, e que se tornou propriedade dos filhos de José.» (Jos. 24.32)

Claude-Henry Frêches apenas faz menção aos capítulos 38 e 49, o que é manifesta-mente pouco (Cf. *Le théâtre néo-latin...* cit., p. 361).

aproximar-se. A túnica ensanguentada, que levariam ao pai, dissimularia o crime perpetrado. Foi revendido a Putifar, intendente do Faraó do Egípto. Após provações várias, abelrar-se-á do Faraó para lhe decifrar o sonho das sete vacas gordas e das sete vacas magras. Vitorioso, por influência divina, é compensado com a nomeação para administrador do Império. Uma grande fome alastra por todo o orbe e José começa a ficar inquieto com a sorte da sua família. A casa de Jacob não fica imune e os seus irmãos dirigem-se aos celeiros egípcios. José reconhece-os, num ambiente hostil aos Judeus. Ordena que venham à sua presença e dirige-lhes palavras amargas. Mas a caridade e o amor fraterno vencerão velhos ódios e José revelar-se-á aos irmãos, abraçando-os. O Faraó permitirá, por fim, a união da família de José em solo egípcio.

Este é o tema bíblico, que vai permitir ao poeta entretccer a sua fábula, a sua tragicomédia. Sigamos a estrutura do *mythos*.

Prólogo (vv. 1-140) — A primeira cena (vv. 1-58) é preenchida pelo diálogo entre o Arcanjo S. Miguel e o Anjo da Guarda da Europa. Este, após ter percorrido o seu vasto território, dá conta do que viu: os povos afastaram-se de Deus e adoram os rochedos e troncos de árvores; vivem subjogados pelo erro e pelo crime. O Príncipe dos Anjos mostra-lhe o local onde vai naseer a Cidade Eterna, Roma, e anuncia que Deus escolheu a casa de Abraão para trazer a salvação aos homens.

O Anjo da Guarda da Europa introduz a segunda cena (vv. 59-140), a que se segue o testemunho dos Anjos da Guarda da África e da Ásia. A realidade continua a ser a mesma: na Ásia, prestam culto aos astros; em África, reina a superstição. O Arcanjo S. Miguel traz a esperança: Deus enviará o seu próprio filho, o Salvador do mundo. José, com o exemplo da sua vida, é o prenúncio da sua vinda próxima.

Acto I (vv. 141-1022) — Este acto principia com um longo solilóquio de Jacob (I.1. 141-227) que, depois de fazer menção à fragilidade da vida humana, declara que a providência divina a tudo assiste (I.1.161). Todavia, o seu curso resulta de opções livremente tomadas por cada um de nós (I.1.162-165) ¹⁴³. Jacob, «de pobre exilado transformado em pai rico» (I.1. 190), é bem o exemplo das maravilhas da providência divina. Mas eis que turvam a mente de Jacob os dramas familiares, designadamente a traição de Rúben (I.1.195-196). José torna-se arrimo da velhice do pai ¹⁴⁴ (I.1. 199-200).

Como Jacob, o filho José exprime a sua confiança em Deus (I.2.233-235) e alude à má vontade que lhe têm os irmãos devido à denúncia que deles fez ao pai das suas excentricidades libidinosas (I.2.243-248) ¹⁴⁵. Jacob não se pronuncia sobre a ignomínia dos filhos, antes incita à virtude, à moderação, o predilecto José (I.2.269). Segue-se a narração do sonho da ceifa, feita por José (I.2.274). Seu pai, incrédulo do sonho e seu simbolismo, aconselha o filho a não lhe dar importância e incentiva-o a ir ao encontro dos irmãos, de quem não tem notícias, pois há muito estão ausentes na pastoreira, para os lados de Siquém (I.2.309-320) ¹⁴⁶.

¹⁴³ Note-se a defesa do livre arbítrio, que assumiu novas proporções com o molíntismo e a questão *De auxiliis*.

¹⁴⁴ Segundo o relato bíblico, Jacob pretendia a mão de Raquel, filha mais nova de Labão, por quem serviu sete anos. Contudo, á noite, Labão enganou-o e deu-lhe a mão de Lia, a filha mais velha, na companhia da sua escrava Zilpa. Mas o seu verdadeiro amor era a filha mais nova, Raquel. Sete anos mais tarde, ser-lhe-á dada, acompanhada pela escrava Bilha. Este grande amor da sua vida não lhe deu filhos senão após prolongado tempo de esterilidade (José e Benjamim).

Raquel daria á luz José depois de Jacob ter filhos das outras três mulheres. José, não só pela sua virtude como por ser filho primogénito de Raquel, é o filho predilecto de Jacob. Sinal exterior dessa distinção, foi a oferta de seu pai de uma túnica comprida de seda, enquanto, a dos irmãos era de lá grosseira.

¹⁴⁵ Na *Vulgata*, o crime denunciado é designado pela expressão «crime pessimo»; não há certezas quanto á interpretação desta passagem: bestialidade, sodomia... [Cf. *Bíblia Comentada. I Pentateuco*. Por Alberto Colunga y Maximiliano Garcia Cordero, La Editorial Católica (Biblioteca de Autores Cristinaos), Madrid, 1960, p. 305].

¹⁴⁶ O nosso autor continua a seguir o fio condutor da narrativa bíblica. Contudo, no plano bíblico, esta é uma surpresa, pois Simeão e Levi, dois dos filhos de Jacob, haviam

Entretanto, conhecedores do sonho, Dã e Gad, em conjunto, sentenciam a morte de José (I.3.248) e suscitam o apolo dos outros irmãos.

José cumpre a vontade do pai e vemo-lo, na peça, errante por veredas expostas aos perigos da floresta (I.5.401-404), a ser ajudado por um transeunte, que admira os rebanhos de Jacob (I.4.354). Introduce-se o episódio do podador e do camponês, um *intermezzo* lúdico, típico da comédia que serve para desanuviar a tensão dramática (I.6.426-535).

Ao verem aproximar-se José, os irmãos pensam vingar-se dele (I.7.536-556). Opõe-se a moderação de Rúben, que propõe o encarceramento de José, numa cisterna das proximidades (I.8.595). Assim se cumpriu, apesar das súplicas insistentes do desventurado (I.9.679). Consumada a perfídia, divertem-se quais pastores da Arcádia - onde não faltam as contendas de tom virgiliano -, música e dança ao som da lira e do tambor (I.10.736-740)¹⁴⁷, com um jogo de hóquei em campo¹⁴⁸ (I.11.784-860) e um apetitoso manjar, regado com um vinho delicioso (I.11.860-862), numa alegria esfuziante.

Em diálogo com o protagonista, José, o Coro dos Anjos - em conjunto ou através do corifeu, o Anjo da Guarda -, sintetiza as ideias dominantes ao longo deste primeiro acto: Deus não abandona José no momento presente, nem no futuro (I. vv. 863-864; 928-929); há predilecção de Deus, devido à sua virtude (I. vv. 914-915), muito embora sejam grandes as adversidades (I. vv. 863-905); de aspecto distinto (I. v.1016), menino inocente (I. v. 907), isto é, puro de coração, como referem as Bem-

vingado traiçoeiramente sua irmã, Dina, desonrada por Siquém, filho de Hamor: mataram todos os varões e despojaram a cidade de todas as mulheres, filhos e bens.

¹⁴⁷ O autor escolheu propositadamente a ode, composição poética capaz de transmitir a alegria.

¹⁴⁸ A ideia de jogo é de índole clássica: havia mesmo o hábito de jogos fúnebres em honra do morto. Na fundação de Roma, jogos de circo, festivais helénicos - 240 a. C. - mas assume uma feição tipicamente portuguesa. O espírito popular, de folguedo, é de todas as civilizações. É um momento de júbilo macabro. A descrição deste banquete faz-nos lembrar Plauto, se bem que é feito com um vocabulário mais rico e com mais pormenores.

Simeão sugere que se mate um cabrito para festejar o crime, se beba leite, se cante, se dance... Dá saca da lira, à flauta está Zabulão. Issacar no tambor.

aventuranças – a *innocentia* é uma virtude recorrente nesta peça -, foi vítima da inveja fraterna (I. vv. 917-918); mas Deus não faltará às suas promessas (I. vv.940-941); nas dificuldades que se avizinham (I.vv.947-958), o Anjo da Guarda estará com José (I.vv.1004-1005); enquanto isso, os irmãos de José serão arrastados pela fúria das Euménides para o negro Tártaro (I. vv. 975-977) ¹⁴⁹.

O coro dos Anjos termina com a reafirmação da nobreza de José e o enaltecimento da sua virtude, *exemplum* edificante a perdurar entre os seus.

Acto II (vv. 1023-1773) — As três primeiras cenas são dominadas pela actuação tragicómica de Cacodémon, figura que nos recorda o diabo vicentino, pressuroso em concluir a obra criminosa dos irmãos de José (II.1.1071), salvo pela mão de Deus (II.2.1119-1120), o Anjo da Guarda. Há-de sucumbir a uma fatalidade — agoira o diabo (II.2.1120-1121), que se aproxima dos seus homens, os irmãos de José, para os despertar (II.3.1127-1129). Quando todos já se deleitavam com os suculentos manjares ¹⁵⁰ preparados por Gad ¹⁵¹ e Dã ¹⁵² (II.5.1145-1172), eis que surgem dois negociantes de escravos, Mclforano e Bafulte (II.5.1173), a caminho do Egipto (II.7.1185). A ambição do lucro condu-los à decisão de vender José (II.7.1192), sugerida por Judá (II.7.1190) e prontamente aprovada por todos (II.7.1204) ¹⁵³.

Reanimado, à vista das cordas que o retirariam da cisterna (II.8.1210-1213), José depressa percebeu a intenção venenosa dos irmãos, de coração empedernido: o caminho humilhante da escravidão no Egipto

¹⁴⁹ José já lho tinha predito (I.9.709-711). Os últimos quarenta e três versos do Coro são uma paráfrase do Salmo 90 (91), *Deus Altissimus iustorum protector*.

¹⁵⁰ Cf. *epulare conulutum* (II.3.1129) e *epulo lauta condito* (II.3.1146).

¹⁵¹ Assou um cordeiro do rebanho, de cor branca (II.5.1147-1150).

¹⁵² Confectionou o pão (II.5.1155).

¹⁵³ No relato bíblico, estes negociantes são chamados madianistas ou ismaelitas. Ambos os povos são árabes. Historicamente, eram frequentes estas caravana, com origem na Síria e na Arábia e com passagem pela Palestina, em direcção ao Egipto.

(II.8.1243). Vinte moedas de prata foi o preço da transacção (II.8.1285). Mas José, apesar da adversidade, não perdeu a esperança: «A virtude não costuma ser escrava da sorte» (II.9.1331). Melforano convida-o a subir para o camelo (II.10.1339).

Quase de imediato, os irmãos de José ensaiam a dissimulação do seu acto perante o pai. Jacob não pode saber (II.10.1347), por um motivo bem diverso do de José, que não o queria preocupar. Eles pretendiam apenas não ser recriminados e castigados, embora já sentissem o arrependimento do seu acto, de que o coro final é o reflexo (II.1340 sqq.). Enjeitada a hipótese de rapto ¹⁵⁴ (II.10.1352), vão optar (II.10.1370) pela invenção de Dã: José é devorado por uma fera (II.10. 1362). A túnica embebida em sangue de cabrito, que Jacob vem a receber das mãos dum mensageiro (II.10.1365), permitirá «que o crime fique sepultado no silêncio para sempre» (II.10.1368-1369).

Rúben, que se havia afastado ¹⁵⁵, ao regressar, profere um longo solilóquio: se os sonhos forem uma realidade, «tal como ninguém é capaz de pôr termo às rotações do eúu, assim também não à vontade de Deus na sua Providência» (II.11.1385-1386). Mas logo sobrevém o sobressalto de Rúben (II.11.1397) o responsável por lhe ser comutada a pena de morte pelo cárcere na cisterna: o seu irmão não dá sinais de vida (II.11.1394-1409). Surge Simeão que lhe conta a verdade ¹⁵⁶: «vendemo-lo para longe a preço de ouro» (II.11.1443). Rúben faz menção de abandonar os irmãos, mas, a pedido de Judá (II.11.1468), resolve ficar, embora não dê crédito à sua astúcia para silenciar o crime.

Entretanto, Jacob, que permanecia em casa com Benjamim, reerimina-se (II.12.1526), angustiado com a ausência de José. A natureza entristece-se (II.12.1495) em sintonia com o estado de espírito do pai que,

¹⁵⁴ Proposta de Simeão.

¹⁵⁵ Evitou a morte de José ao sugerir que o arremessassem para aquela cisterna.

¹⁵⁶ Nesta pequena contenda, Judá é o primeiro tranquilizá-lo, embora rematada com uma mentira: «o menino foi levado por bárbaros, roubado» (II.11.1438).

na sua «velhice perspícaz», receia que alguma fera o tenha surpreendido (II.12.1547) ou que os irmãos dele se tenham vingado (II.12.1549). Periclitante, recomenda-lhe o Oráculo de Deus firmeza nesta provação (II.13.1559). O mensageiro aproxima-se de casa, Jacob adivinha a sua presença (II.14.1595). A túnica com sangue confirma os seus receios: uma fera havia-o devorado (II.14.1606)! Os filhos que chegam procuram mitigar a dor do ancião. Mas com José, também eles morreram (II.15.1619). E todos, em torno de Jacob, choram a perda do ente querido (II.15.1664-1672).

A finalizar o acto, o Coro II, precedido por Jacob, que segue à frente. O coro, formado pelos filhos e descendentes de Jacob, entoia um canto fúnebre, qual *kommós* da tragédia grega, que serve de ponto de vista do *mythos* para reafirmar o arrependimento dos irmãos de José. Jacob, na ausência do corpo, vertc as suas lágrimas sobre a túnica, que assim «perderá as negras cores» (II. Cor.1765).

O coro não é personagem, como na tragédia grega, muito embora haja uma certa descenvoltura, na sua actuação, através do Corifeu, não se limitando a entoar um cântico final, de que se torna exemplo a tragédia de Séneca.

Acto III (vv. 1774-2507) — Este acto abre com uma reflexão de Putifar sobre os caprichos da fortuna: a compra que fizera de José a uns árabes fora uma grande felicidade (III.1.1775). Expressiva é a sua afirmação: «confio mais nele do que em mim» (III.1.1789). Daí a pouco, a perfidia feminina deitará José a perder: não cede aos desejos da esposa de Putifar (III.2.1812-1813) e a sua túnica servirá de prova de traição, que o levará aos calabouços do Egipto (III.2.1867). Embora fiel à castidade e respeitador dos valores morais e sociais, que vinculam os que se unem pelo casamento, José começa a temer pela sua sorte. Trata-se de um crime inaudito, com prova, que não dá motivos para dúvida (III.3.1880-1881).

O carcereiro admira-se da chegada de José, o preferido de Putifar. Entretanto, Cacodémon dá largas á sua alegria: se não posso fazer mal á alma, fica-me, pelo menos, o corpo (III.5.1932). Mas logo se lhe tolda a esperança, quando vislumbra o Anjo da Guarda, protector de José (III.5.1943), a dirigir-se aos calabouços do faraó para consolar e libertar dos grilhões a vítima da intriga cortesã: só pelo sofrimento se alcança a glória (III.7.1965) ¹⁵⁷.

Mas eis que os tormentos chegam a casa de Putifar (III.8.1986-1988) e a mulher adoece (III.8.1996). O fogo ateadó á casa pelo diabo (III.9.2000) e a azáfama para o apagar completam um quadro movimentado e mesmo violento comprovativo de que a *hybris* merece castigo e que a justiça divina se sobrepõe ás perfídias humanas. Este tema, informador da tragédia clássica, estimula á catarse e dispõe á reflexão moral.

Assustado com a desordem que grassa na casa de Putifar e apercebendo-se da influência divina da sabedoria de José ¹⁵⁸, o carcereiro vai nomeá-lo prefeito da prisão.

Lá longe, na Palestina, Jacob deseja a sepultura, que lhe dará o repouso merecido duma velhice infeliz (III.9.2076-2077). Benjamim consola-o e reafirma-lhe a constância da Providência divina, que a ninguém desampara (III.11.2085). Jacob entrega-se aos desígnios de Deus (III.11.2114). O Oráculo de Deus exorta-o de novo á constância (III.12.2120) e lembra-lhe o sacrificio de Isaac, *in extremis* poupado á generosidade e confiança de seu pai, Abraão (III.12.2145-2149), no mesmo monte, onde, mais tarde, morrerá Jesus Cristo (III.12.2154). Será esse o nobre altar para o sacrificio do cordeiro que, ressuscitado, dominará sobre os infernos (III.12.2174): por que me queixo, se o próprio Deus enveredou pelo caminho duro das provações? (III.12.2190-2191).

¹⁵⁷ Deus não abandona o justo na tribulação e José é objecto do seu enlevo, pois ele é um instrumento das mãos de Deus em prol do seu povo escolhido, Israel. É a providência divina que se manifesta invisível aos olhos dos homens.

¹⁵⁸ José decifrou com êxito os sonhos do copeiro e do padeiro: o primeiro salva-se, enquanto o segundo é crucificado.

A acção entra no palácio do Faraó. Este tece alguns comentários sobre «os males e as preocupações de reinar» (III.13.2205). Abatem-no, agora, umas visões que os áugures egípcios não decifraram satisfatoriamente; ataca a astrologia judiciária e os seus praticantes: a fuga é o conselho que dá a estes charlatães (III.14.2262). O copeiro, conhecedor destes factos, recordou ao faraó a perícia dum prisioneiro, de nome José ¹⁵⁹, na interpretação dos sonhos. O rei convocou-o imediatamente à sua presença (III.14.2281).

Cacodémon, sob a figura de morcego, vai protagonizar mais um episódio de entretenimento. Aterrorizado com a visão medonha do ser infernal, o camponês ¹⁶⁰, que se dirigira ao Egipto para se cultivar, ao pretender, com a sua rede, capturar o diabo metamorfoseado em morcego, torna-se vítima da sua própria armadilha e é espancado por ele (III.15.2345). O camponês, perturbado, confunde o Administrador do Faraó com o diabo, pretexto para condenar a magia ¹⁶¹ e as artes divinatórias conceituadas na corte.

Pela boea de Faraó, Luís da Cruz retoma a exposição do seu ideário político: o monarca deve reinar segundo as leis dos homens (III.17.2370) e de Deus (III.17.2376), cujo auxílio aguarda com a vinda de José (III.17.2183-2184). Inspirado pelo sopro divino ¹⁶², José interpretou os sonhos do rei como «sete anos de colheitas prósperas» (III.18.2428) seguidos de «outros sete anos de pobreza sem cereais» (III.18.2431). Recomenda, ainda, em conformidade, que se façam as provisões

¹⁵⁹ José, perante os sonhos, prognosticou a morte do padeiro e o retorno do copeiro ao seu posto (III.14.2279).

¹⁶⁰ Abandonou as pastagens de Siquém e Dotain e dirigiu-se ao Egipto, pois «é preferível alimentar o espírito ávido de saber, do que servir o ventre, preguiçoso e dado à ignorância» (III.14.2291-2292).

¹⁶¹ «Oxalá o Faraó tivesse visto o que eu acabo de ver. Tomaria providências legais estritíssimas para que ninguém se desse à magia» (III.14.2364-2366).

¹⁶² «Deus deu-me o poder de ver o que está escondido em sonhos» (III.18.2421).

necessárias ¹⁶³, para acautelar o futuro. E José, nomeado Príncipe do Egipto (III.18.2465), é eleito para executar o plano que acaba de propor.

O Coro, muito breve, celebra a castidade de José, «mais digno de reinar que o Faraó» (III.Cor.2500).

Acto IV (vv. 2508-3179) — O diálogo de Jacob e Benjamim, que no acto terceiro interrompe a acção, a decorrer no palácio do faraó, qual *flash* de objectiva – surge com a intenção de marcar simultaneidade temporal do desenvolvimento da intriga, nos dois espaços físicos em que se desenrola. Prossegue o diálogo a introduzir este acto quarto. Nele se evoca a ingratidão humana (IV.1.2534) e o flagelo da fome (IV.1.2523), que Jacob pretende amenizar com cereais provenientes do Egipto (IV.2.2549).

Os filhos de Jacob ¹⁶⁴ são enviados ao Egipto (IV.2.2603), apesar dos perigos de viagem que o pai receia (IV.3.2621). De novo fica consigo Benjamim, que o conforta e lhe dirige palavras de esperança: Deus há-de converter em alegres dias tanto sofrimento (IV.3.2639). Para Jacob, todavia, a verdadeira felicidade consiste em meditar nas Suas santas leis dia e noite (IV.3.2650). A fome (IV.4.2658) alastra pelo mundo e o faraó mostra-se agradecido a Deus (IV.4.2695) e a José (IV.4.2696), a ponto de equacionar a sua adopção como filho (IV.4.2706). E de novo aflora à pena do nosso dramaturgo a teorização política do governo ideal: um rei é feliz quando

¹⁶³ A quinta parte das colheitas (III.18.2444).

¹⁶⁴ Jacob também ficou conhecido pelo epíteto de Israel. Como surgiu? Jacob teve algumas desavenças com o seu irmão Esaú, que procurou superar com alguns presentes. Quando se encontrou só, nas margens do rio Jaboq, teve que lutar com um personagem misterioso. A partir de então, começou a chamar-se Israel «porque combateste contra um ser celeste e permaneceste forte» (Gén. 32, 29). Em Betel, para onde regressou Jacob, Deus reitera-lhe o epíteto e a promessa: «Eu sou o Deus Todo-Poderoso; vals crescer e multiplicar-te; de ti sairá um povo, uma multidão de povos sairá de ti, e das tuas entranhas sairão reis. Concedo-te o país que concedi a Abraão e a Isaac e dá-lo-ei á tua posteridade depois de ti» (Gen. 35, 11-12).

Este episódio da luta de Jacob com o anjo é um marco importante, pois de ora em diante «o elemento espiritual prevalecerá sobre o natural, ao contar antes de tudo o mais com a ajuda divina e menos com os recursos da sua força e habilidade...» (*Bíblia Comentada...* cit., p. 287).

goza da lealdade dos seus súbditos (IV.4.2748). Neste caso particular, refere-se a José, administrador do Egípto, como leal servidor.

No meio desta calamidade, José preocupa-se, lembra-se da família (IV.5.2766). Entretanto, um seu colaborador na administração do reino dá-lhe a notícia da chegada de alguns Hebreus (IV.6.2798). José reconhece os irmãos (IV.6.2807), mas trata-os com severidade: são presos sob acusação de espões (IV.7.2820). Mals tarde, chama-os à sua presença (IV.9.2916); ordena-lhes que tragam o irmão mais novo, Benjamim, à sua presença (IV.9.2940), enquanto Simeão, o irmão mais cruel, fica encarcerado, como refém (IV.9.2980). Sem reconhecerem o irmão, sentem, na consciência, que estão a sofrer pela maldade do passado, todas estas provações (IV.9.2947).

Jacob, em Canaã, lembrado do que acontecera a José, receia pela segurança dos filhos que enviara ao Egípto (IV.10.3013-3016). Benjamim avista os irmãos a aproximarem-se. Chegados a casa, narram ao pai as peripécias da sua estadia no Egípto. De novo, Jacob recorda José e chora a sua dor (IV.11.3107), quando se apercebe de um verdadeiro prodígio: o dinheiro enviado para pagamento é devolvido nos sacos de trigo. Ao ouvir de seus filhos que o Administrador do Egípto exige que levem à sua presença o irmão mais novo, Benjamim, Jacob que já não resistirá à sua perda (IV.11.3127).

O Coro exprime, em sintonia com os sentimentos dos filhos de Jacob, que a justiça pode tardar, mas nunca falha (IV.Cor.3114). Outro dos temas recorrentes é o louvor da integridade de José, que impede o opróbrio do adultério e que, no seu governo, responde ao ódio com o amor (IV.Cor.3174)

Acto V (vv. 3180-4505) — Jacob exprime de novo o medo da fome (V.1.3204). Coagido pela «dura condição da necessidade» (V.2.3303), consente que lhe arrebatem o seu amor, Benjamim. Partem então para o Egípto, onde o impaciente José os aguarda (V.3.3350). Porém, antes da sua chegada, José recebe a visita do príncipe herdeiro do Egípto, que vem

exprimir-lhe a sua gratidão (V.4.3370) e manifestar-lhe o prazer que tem em o ouvir. José enaltece dois valores fundamentais: a lealdade (V.4.3385) e o empenho pelo bem comum (V.4.3394). O príncipe parte para a caça e chegam os irmãos de José (V.5.3431). Este vê Benjamim e logo ordena os preparativos para um lauto banquete (V.6.3451). Informado de que o dinheiro do pagamento se encontrava nos sacos de trigo (V.7.3475), José, na sua generosidade, afirma que, se o lá deixaram, é porque lhes pertencia. Simeão recupera a liberdade e, sem reconhecerem José, ficam assombrados com a prodigalidade da recepção (V.8.3480).

Os preparativos do almoço são pretexto para mais uma cena com riqueza cénica e espectacularidade (V.9.3499-3546) ¹⁶⁵.

O P.^o Luís da Cruz, pela boca de José, vai abordar um tema recorrente na literatura de Quinhentos. Antes de se sentarem à mesa, José conversa com o príncipe herdeiro do Egipto, regressado da caça, sobre a degeneração da nobreza, «uma estirpe depravada», (V.10.3571). Mas José interrompe a conversa para propor que os Hebreus se juntem a eles neste convívio e participem no banquete real (V.10.3589-3591). Agradecidos, os irmãos de José, sem o reconhecerem, cumulam-no de presentes simbólicos, à semelhança dos que os Reis Magos hão-de oferecer a Jesus: resina da Síria, mel, incenso de Sabá, mirra e um ramo de terebinto (V.10.3623-3624). Benjamim entrega-lhe um ramo de amendoeira florida, que simboliza a fertilidade e a Primavera promissora de abundância. José comove-se até às lágrimas, pois recorda o pai Jacob, que lhe atribuía sempre este significado (V.10.3785).

O banquete vai ser motivo de diversão para o espectador. Lá não falta o motivo plautino ¹⁶⁶ – verdadeira cena de mimo – em que um garrafão

¹⁶⁵ José, depois de receber os irmãos que se faziam acompanhar por Benjamim, ordena ao seu administrador que prepare um banquete em honra dos hóspedes hebreus. Durante os preparativos, estabelece-se um diálogo, chelo de peripécias, que vai divertir os espectadores. Escravos serventes são ameaçados a cada passo com o chicote, para delírio dos espectadores. São os antecedentes do grande banquete, na cena seguinte .

de vinho é o pretexto para a festa compartilhada à porta do banquete dos senhores (V.11.3839). Um camponês esfomeado, inebriado com o cheiro dos saborosos manjares (V.11.3855), será o pretexto desta divertida cena, que não deixa contudo de insinuar a intervenção do autor ¹⁶⁷.

Findo o banquete, José diz aos irmãos para levarem todo o trigo que puderem (V.13.3884). Antes de partirem, exprimem a sua gratidão (V.13.3905), pela voz de Simeão – o irmão que mais cruel se manifestara com José.

José quer, contudo, provar a si próprio se Benjamim é amado pelos outros irmãos ou se o ódio que lhe tinham a ele se transferira agora para o seu legítimo irmão. Esconde, por isso, no saco de Benjamim, para que pudesse ser acusado de roubo, o copo augural (V.14.3917) ¹⁶⁸. No seu encalço, José envia um colaborador seu que revista os sacos de todos e se prepara para reconduzir ao Egipto Benjamim, que seria feito escravo (V.15.3990).

Os irmãos acompanham-no ao palácio, afirmam a sua inocência e apresentam-se todos como escravos, numa atitude concertada de afecto pelo irmão mais novo, companheiro e conforto de seu pai. Aproximam-se de José, que eles consideravam um Príncipe e suplicam-lhe compaixão (V.16.4012). José, com o coração apertado, ouve atentamente. Judá oferece-se como escravo em vez de Benjamim (V.16.4050). Comovido com tal generosidade, ordena o afastamento dos circunstantes (V.16.4055) e dá-se a conhecer aos irmãos: «Eu sou José» (V.16.4058). Os irmãos, arrependidos e convertidos, rendem-se à lei do amor (V.16.4101) e alegram-se com a realeza, que o seu sonho há muito profetizara (V.16.4105). O príncipe herdeiro, perante esta *anagnôrisis*, manifesta também o seu contentamento e enaltece a atitude de José: «negar os irmãos, a pátria, a

¹⁶⁶ Cf. designadamente o *Stichus*, vv. (Vide NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Literatura latina. Teatro, sátira, epigrama, romance*, Coimbra, 1999, p.).

¹⁶⁷ Cf. *inuentio*.

¹⁶⁸ Entretanto, José reflecte sobre os insondáveis desígnios da providência divina (V.14.3940)

raça, os seus, é coisa de bárbaros, que não aprovam os direitos sagrados da natureza» (V.17.4135-4137). O Faraó, pai deste príncipe abraça-os também (V.18.4148) e convida toda a família a instalar-se no Egípto (V.18.4177).

Regressa ao paleo o camponês. Em diálogo com o Administrador, vai deixar alguns conselhos de moral prática, de arte de bem viver, em forma de sentença, pois «embora sejamos tidos por rústicos, somos doutos» (V.19.4215).

Os irmãos de José estão a caminho de casa. Jacob, no seu desânimo e ansiedade, deseja o descanso da sepultura (V.20.4270), mas o Oráculo anuncia-lhe tempos de prosperidade (V.20.4276). E eis que ouve o barulho de passos, que anunciam a chegada dos seus tão esperados filhos (V.20.4283). Benjamim dá a notícia ao pai de que José está vivo (V.21.4292) e toda a família inicia os preparativos para a partida para o Egípto, apesar de ser um país hostil (V.21.4307-4308) ¹⁶⁹. Já a caminho, numa visão nocturna, Deus anuncia a Jacob, receoso desta mudança, os seus desígnios. Tranquiliza-se Jacob com a voz do alto e envia Judá a avisar José da sua chegada. Vestido de ouro (V.24.4382), José abraça comovido o saudoso Pai. Apresenta-o ao Faraó (V.25.4435), que concede a toda a família residência fixa no Egípto (V.4442) ¹⁷⁰.

¹⁶⁹ Os príncipes, entretanto, reconhecem a equidade das leis (V.22.4329) e a reforma de costumes, tudo obra de José. Há uma juventude e uma nobreza diferentes: «José civilizou a vida da Corte» (V.24.4379).

¹⁷⁰ Jacob viria a fixar residência no melhor território do Egípto, o de Gessen, mais tarde Ramsés (Cf. *Gen.47.11*), cidade que traria más recordações aos Hebreus, pois foi aqui que trabalharam como escravos, no tempo de Ramsés II (1292-1225 a. C.): «Nomearam então capatzes para os oprímirem com trabalhos penosos. E, assim, construíram as cidades de Pitom e Ramsés, que eram depósitos à ordem do Faraó» (*Ex.1.11*)

O Coro dos Patriarcas e o coro dos Anjos, em estâsimos alternados, celebram José, Rei, outrora aniquilado e escravizado pela cruel inveja fraterna. José, prefiguração de Jesus Cristo, há-de trazer a todos a salvação.

1.2. *Personagens: caracterização dramática*

O drama histórico de José, multifacetado como a própria vida, é uma história de Amor: do amor divino que, no respeito pela aliança estabelecida, nunca abandona o Homem, ao longo da peregrinação terrena, apesar das dúvidas constantes; do amor humano, nas suas múltiplas manifestações, dentro de uma família, de matriz patriarcal.

Sendo, embora o mesmo pai, os filhos são oriundos de diferentes casamentos. O ciúme entre irmãos ensombra a família que caminha para a sua destruição. A busca da sobrevivência, em situação particularmente difícil, traz a união e a sua subsistência para o futuro.

É uma história de sofrimento, mas simultaneamente a festa do perdão e da clemência que transforma o ódio em Amor.

Também no tempo do P.^o Luís da Cruz, a família, célula fundamental da sociedade, estava em desagregação. O *paterfamilias*, com frequência, estava ausente. A empresa dos descobrimentos ou campanhas militares a isso obrigavam ¹⁷¹.

¹⁷¹ Cf. e.g. o *Auto da Índia*, de Gil Vicente. Vide, também, TERESA FERREIRA RODRIGUES, «As estruturas populacionais», in: *História de Portugal*, direcção de José Mattoso. III vol. Lisboa, 1993, p. 236: «Cerca de 1534, Garcia de Resende refere, com preocupação e espanto, a dispersão dos Portugueses por todo o mundo. O reino despovoava-se, enquanto os naturais povoam o Brasil, as ilhas atlânticas, se instalam na Índia, esquecem as suas origens e cultura, raramente regressam. De facto, o povoamento de espaços (re) descobertos e a ocupação de pontos-chave, sejam estes político-estratégicos (praças de África) ou com forte pendor económico (designadamente no Índico), fez-se não raras vezes com prejuízo para o desenvolvimento interno de Portugal, situação para a qual alertaram alguns contemporâneos».

a) *Personagens históricas e dramáticas*

JOSÉ

Esta figura bíblica, ao longo da tragicomédia, revela um carácter constante, em que se evidenciam a *constantia*, a *castitas*, a *temperantia*, a *laetitia*, a *miser cordia* e uma inabalável certeza na protecção divina, em suma, um modelo de sagesa cristã, capaz de contagiar o espectador, sensível aos infortúnios deste herói ¹⁷².

O perfil desta personagem vai ganhando contornos bem definidos na sua relação com o Outro, e. g., o pai, os irmãos. O viandante, o carcereiro e os companheiros da prisão, o Faraó e os Príncipes herdeiros, a face visível do nosso próximo, hão-de confirmar a sólida unidade dum carácter temperado pela adversidade.

Seu pai, o patriarca Jacob, apresenta ao espectador este filho de Raquel (*matrem ob Rachelem: v. 218*) como o seu rebento predilecto ¹⁷³:

«Ideo monebo, quamvis inter tuos
Fratres amore primus, at primum locum
Fuisse in ortu minime concessum tibi,
Meminisse debes.»

‘Por isso te exorto. Embora, entre os teus irmãos, no meu amor o primeiro, o primeiro lugar não te coube no nascimento, não deves esquecê-lo.’ ¹⁷⁴

Esta propensão paterna torna-se-nos compreensível à luz do primeiro esboço de retrato físico: um rapaz de rosto singular, com um olhar penetrante, assim no-lo transmitem as palavras de Jacob:

«Fatebor, ille frontis adapertae nitior,
Illa una species oris excellentior,

¹⁷² HORÁCIO, *Arte Poética*, vv. 98-103.

¹⁷³ José também recolhe os favores celestes: «predilecção de Deus» (I.Cor.915). Na prisão, o carcereiro também reconhece que ele deve ser tido «como filho muito querido» (III.10.2046).

¹⁷⁴ Cf. I.01.264-267.

Ardor oculorum gratus intuentibus,
Vltra parentem quemuls consolabitur.»

‘Vou confessar, aquele brilho da fronte descoberta, aquele aspecto único tão excelente do rosto, o ardor dos olhos, grato aos que o contemplam, há-de ser a maior consolação para qualquer pai.’¹⁷⁵

Esta predilecção de Jacob é abençoada por Deus; daí a invocação do Anjo da guarda de José: *Iosephe puer, Iosephe Dei / Cura* (‘Menino José! Ó José, predilecção de Deus’: vv. 914-915).

Não obstante o lugar privilegiado que ocupa – e de que tem consciência¹⁷⁶ –, é um jovem respeitador da opinião paterna (*Concedo, fas est gnatum assentiri patri*: v. 263), humilde (*Docens coerce*: v. 272), sincero (*Puer id Iosephus scilicet curat tuus*: v. 277) e obediente (*Tacebo pater, Tibi obsequendo disco uirtutem pater*: vv. 302, 308¹⁷⁷). Mostra prontidão e disponibilidade para as tarefas domésticas (*Me mitte ad illos. Ibo*: v. 317); tudo faz com alegria: *Sequor parentem laetitiam* (I.2.320). A estas qualidades humanas, que o espectador vai apreendendo a partir das palavras de José, em diálogo com o seu pai, há-de acrescentar-se uma outra não menos importante, desta feita nas palavras de Jacob: um rapaz de poucas palavras (*In re Iosephum nosco nulla garrulum*: v. 306).

No plano estritamente religioso, é sinal duma fé inabalável em Deus (*Rogo te meorum firma spes rerum Deus*: v. 235).

¹⁷⁵ Cf. I.01.239-242.

¹⁷⁶ Recordemos as suas palavras (I.02.235-238), que ele não suspeitava que estivessem a ser ouvidas pelo pai:

•Rogo te meorum firma spes rerum Deus,
Nil sit parenti triste, qui tam patria
Me caritate diligit propensior,
Videatur ut se adspectu solari meo».

‘Rogo-te, ó Deus, esperança firme da minha vida, que nada seja triste para o meu pai que me ama com demasiada predilecção, para que ele se veja consolado com a minha presença’.

Mais à frente, volta a reforçar esta consciência: *optimo patri* (I.2.246).

¹⁷⁷ A obediência é um momento da acese cristã.

Relativamente aos irmãos, José mostra-se disponível para reconsiderar a sua atitude rancorosa:

IACOBVS

«Habeto quae uis, gnate mi: ueruntamen
Vt uiuo pater omnium, ita germanos tibi
Existima Iosephe amicos uiuere.

IOSEPHVS

Existimabo facile, si se mitigant,
Ipse truculenta lumina ipsorum uide,
Quibus aliquid atrox et ferum denuntiat.
Meditantis oculi pectoris sunt iudices.

IACOBVS

Ignosce fili aetatis est uitium, solet
Malor minorem contueri durior,
Et fingere ora torua, non quod oderit,
Sed quod seuerioribus curis uacet.

IOSEPHVS

Concedo, fas est gnatum assentiri patri.»

JACOB

Toma o que queres, meu querido filho: do mesmo modo que eu vivo como pai de todos, assim tu, ó José, considera os teus irmãos como teus amigos.

JOSÉ

Facilmente o considerarei, se eles se dominarem.
Vê os seus olhos ameaçadores, com que denunciam alguma coisa atroz e cruel. Os olhos são juizes do que vai no coração.

JACOB

Desculpa, filho, é um vício da idade: o maior costuma olhar o mais novo com mais dureza, e dar a impressão de estar zangado, não porque tenha ódio, mas porque se ocupa de cuidados mais sérios.

JOSÉ

Concordo. É justo que um filho seja da mesma opinião que o pai.' 178

178 Cf. I.02.252-263.

Ao longo destas duas primeiras cenas do acto I, ficamos a conhecer o perfil humano da personagem principal. A tessitura desta tragicomédia há-de confirmá-lo ao espectador. E é o que passaremos a fazer, logo de seguida.

Na cena III, deste primeiro acto, confirma-se o mal estar que se foi instalando entre os irmãos de José. E Gad, à interpelação de Dã, responde com uma frase elucidativa: *Instituit regem domi* (v. 323). Mais à frente, é a ironia que dá expressão à repulsa fraterna:

LEVI

«Gnatí ex Iacobo cernuí es proni, mora
Sít nulla, dextram Regis osculamini.»

LEVI

'Filhos de Jacob, ajoelhados e de cabeça inclinada! Vinde beijar,
sem demora, a mão direita do vosso Rei!' 179

O mesmo sentimento de revolta é escarpado na cena IX, majestosamente esculpido nas atitudes e palavras de seus irmãos.

Quando o menino é alcançado pela vista do Viandante, as suas palavras descrevem-nos uma criança distinta (*puer elegans*: vv. 371-372), que trajava uma bela túnica (*tunica pulcher*: v. 393), de variegadas cores (*tunica Polymita*: v. 371). É de todos os que viu, o mais belo menino (*Puer omnium quos uiderim pulcherrime*: v. 403).

O aspecto distinto de José reconhecem-no os próprios irmãos, na transacção que aprontam com Melforano, no acto II: *nobilissimo* (v. 1267), *Florente forma corporis pulcherrimum* (v. 1269), *nobilem* (v. 1282). Convenhamos que não é de somenos importância o facto de estarmos perante um acto promocional duma «mercadoria» que se deseja vender pelo melhor preço!

Já no acto III, Putifar, o Intendente do Faraó, também há-de sublinhar o seu aspecto nobre (*seruum nobilem*: v. 1785). Ainda neste acto,

179 Cf. I.07.544-545.

testemunho idêntico nos dá o Copeiro e o Faraó, que recebe José no seu palácio:

PINCERNA

«Obtemperauí magne Rex iussus tibi :
En ille uultu prodit eximio, decor
Est mentis Index. PH. Forma digna regio
Plane est fauore. Vuigus haud tales alit,
Generatque uultus... »

COPEIRO

'Obedeci às tuas ordens, ó grande rei. El-lo aqui, que se apresenta com aspecto elegante. A boa apresentação é indicio de talento.

FARAÓ

A figura é inteiramente digna do favor régio. O vulgo não cria pessoas com tal perfil, nem gera tais rostos.' 180

Os próprios irmãos, quando o reencontram no Egipto, sem o reconhecerem, hão-de descrevê-lo ao pai como um senhor de rosto grave e severo (*grauí uultu et seuro rector*: vv. 3078-3079), digno de quem governa o Egipto (*Imperio regit is cuncta solus*: vv. 3079-3080). Palavras semelhantes a estas de Rúben, o irmão mais velho, vai proferir Issachar, mais tarde, para persuadir Jacob a deixar partir Benjamim:

«... Sed grauí uultu minax,
Iterum uocatis dixit, aetate ultimum
Afferte fratrem. »

'Mas ameaçador, com rosto severo, mandou-nos chamar de novo e dissc-nos: trazei o vosso irmão mais novo.' 181

Uma sólida formação moral, diria antes, um carácter distinto anima esta figura ímpar, que não deixa ninguém indiferente. A par da

180 Cf. III.18.2387-2391.

181 Cf. IV.02.3253-3255.

inveja fraterna, José vai dando mostras dum coração misericordioso.

Em vão se arroga inocente (*innocens*: v. 622):

«Testor conscium cordis Deum
Aequi ac iniqui iudicem, uobis ego
Nec re nocendo, nec ore uiuo obnoxius.»

'Tomo por testemunha Deus, juiz que conhece os corações bons e maus, em como eu não vivo para vos prejudicar, nem por actos nem por palavras.' 182

No diálogo que estabelece com os irmãos, momentos antes de ser precipitado na cisterna, José diz-se um menino bem intencionado (*puer indole*: v. 680; *pueri candore*, v. 688), traído pelo ódio dos irmãos (*odiis fratrum*: v. 680), que viram no relato dos sonhos (*quando retuli tua somnia*: v. 684) a manifestação dum Rei, que ele mesmo nega (*regni nec cupidus, nec Regis eram cognomine laetus*: vv. 685-686).

Isento de inveja (*expers inuidiae*: v. 688), José, no acto II, vai novamente apelar para a transparência dos seus actos: de ânimo simples e bom lhes confiou os sonhos (*illa quae dixi bono / et simplici animo*: vv. 1226-1227), sem ambições (*Me cupiditatis omnis expertem Deus / Fuisse nouit* v. 1233).

A sua inocência (*Innocens*: v. 1309), porém, havia de despertar o rancor fraterno:

SIMEON

«Puerine somnia? Noulmus te iam diu,
Et quam superbam spem intimis uentis alis.»

SIMEÃO

'Sonhos de criança? Já te conhecemos há muito tempo e que esperanças soberbas alimentas nas tuas veias!' 183

182 Cf. I.09.623-625.

183 Cf. I.08.1231-1232.

José, perante a iminência do negócio, dispõe-se a servir humildemente os irmãos (*Seruire fratribus haud recusabo meis* :v. 1223), ainda que parricidas (*parricidas*: v. 1316), a ser enviado para longe, como escravo.

Não obstante todo o sofrimento, que José aceita com elevação, e os murros na despedida (*pugnos*: v. 1320), ele vai reiterar-lhes o seu amor, o mesmo é dizer, abre-lhes a porta do perdão, do amor fraterno:

«Accipio frater ista, tu lacrimas tamen
Has accipe, memor ueniat in mentem tibi,
Vobisque, dixit haec Iosephus ultimo
Abiens recessu, uos amo quamquam mei
Rupistis odio uincla naturae, et fidem
De patre quid mandabo?»

'Aceito-os, irmão. Tu aceita também estas minhas lágrimas. À lembrança venha a ti e a todos vós o que disse José ao partir, no último adeus: amo-vos, embora, pelo ódio, tendes aniquilado em mim os vínculos da natureza, a lealdade.

E a respeito do pai, que recado vos mandar?' 184

No acto IV, inicia-se um percurso que vai conduzir ao reencontro da família de Jacob. Marca este movimento, desde o início, o impulso da *caritas* cristã, que se realiza numa solidariedade humana e universal, porque todos são irmãos em Cristo.

Ao dividir, em nome do rei faraó, os alimentos pelos povos (*Ego Pharaonis nomine cibos gentibus / Ita diuido*: vv. 2758-2759) que demandam o Egipto, José recorda-se dos seus; preocupa-o apenas a vontade de lhes ser útil:

«Communi in orbis clade quid patris domus
Agat, in memoriam saepe cum lacrimis uenit.
Adhuc ne uiuet ille ? Vel si mortuus
Abiit in umbras, quid mei fratres agunt?»

184 Cf. I.09.1322-1327.

Quaecumque sit condicio gentis patriae,
 Possset utinam cognosci, ut in tanto malo,
 Me subleuante fugiat atrocem famem.
 In me quid illi fecerint haud cogito;
 Sed quid beneficum facere Iosephum decet.»

'No meio desta calamidade geral, muitas vezes me vem ao pensamento, de mistura com as lágrimas, o que se passará em casa de meu pai. Porventura, ele ainda estará vivo? Ou se já morreu e foi para as sombras dos mortos, que fazem os meus irmãos?

Seja qual for a condição da gente da minha pátria, oxalá pudesse saber-se como é que no meio de tamanha desgraça poderia, com a minha ajuda, escapar a fome tão atroz. Não penso no que eles fizeram contra mim. Mas penso, sim, no que convém que José lhes faça de benéfico.' 185

Uma multidão infinita de povos (*Vestibulo clamat infinita gentium / Coacta turba*: vv. 2794-2795) clama auxílio («*Succurre Princeps...*»: vv. 2796); entre estes povos (*Populosque multos inter*: vv. 2798), o Administrador anuncia-lhe a presença de uns hebreus (*Hebraei quoque / A te praesidium rebus euersis petunt*: vv. 2798-2799). O coração de José estremece! Ordena que venham à sua presença:

«... .. IOS. Metuendum patrum
 Numen meorum; quid agam si fuerint mei?
 Placide recipiam? An durus aggrediar, ferant
 Vt quae dederunt? Teneo: uis ipsos mctu
 Punire timidos? Cerno. Sunt fratres mei:
 Seueritatem fingere est opus mihi.
 Ostende uultus animi truculentos.»

'Ó Deus temível de meus pais, que farei se forem os meus? Vou acolhê-los mansamente? Porventura deverei acometê-los com dureza, para que levem o que deram? Já sei: Queres que sejam punidos com o medo, eles que já vêm receosos?

Já os vejo. São os meus irmãos. Preciso de fingir severidade. Mostra um rosto carrancudo, ó minha alma.' 186

185 Cf. IV.05.2766-2774.

186 Cf. IV.05.2804-2809.

A severidade aparente (*Seueritatem fingere*) e o semblante pesado (*uultus truculentos*) de José são sinais divinos «para que eles saibam, contudo, que Deus vingador não esquece o crime perpetrado» (*Quo discant tamen / Meminisse facti sceleris ultorem Deum: vv. 2878-2879*).

Apesar deste rosto duro (*ore duro: v. 2883*), próprio de um tirano (*Quale est Tyranno: v. 2884*), anima o seu espírito um grande desejo de reconciliação,

«... .. quippe Iosephum decet
Crudelitatem uincere, et patriae uetus
Amore caritatis odium extinguere.»

‘pois fica bem a José vencer a crueldade e apagar o velho ódio com o amor da predilecção paterna.’¹⁸⁷

Quase de imediato, há-de fingir mais cordialidade (*mitiorem fingam: v. 2891*), para colher novas de seu pai e do irmão mais novo:

«Me mitiorem redditum fingam: Patrem,
Fratremque percunctando, num ualeant sciam.
Fratrem docebunt interim ignotum, domus
Fortuna quae sit patriae.»

‘Fingirei que me tornei mais amável: perguntando pelo pai e pelo irmão, saberei se eles estão de saúde. Entretanto, informar-me-ão sobre o irmão que ainda não conheço e saberei qual é a sorte da casa paterna.’¹⁸⁸

Enquanto aguarda o regresso dos irmãos, que hão-de trazer consigo Benjamim, o irmão “desconhecido”, a angústia apodera-se do coração de José:

«Vt spero uenient, sed moram longam queror.»

¹⁸⁷ Cf. IV.07.2885-2887.

¹⁸⁸ Cf. IV.08.2891-2894.

Iam me meis restituere pietas iubet.
 Amica uerba dicere, aspectu meo
 Adhuc dolentem forte, solari patrem.»

'Espero que venham, mas custa-me esta demora tão longa. A piedade já me obriga a restituir-me aos meus, a dirigir-lhes palavras amigas, a consolar o pai com a minha presença, a ele que porventura ainda sofra.' 189

De volta ao Egípto, a recepção calorosa que José prepara levanta-lhes suspeitas:

«Hic maleuolenti Aegypto fidendum putas?
 Dissimulat, ut coerceat nos uinculis.»

'Aí! Então tu julgas que se pode a gente fiar neste malévolos Egípto? Dissimula, para nos meter no calabouço.' 190

O Administrador de José sossega-os com a informação de que toda aquela azáfama se prende com os preparativos dum almoço para os novos hóspedes (*Prandium hospitibus paro: v. 3496*). A fim de retemperarem as forças de tão exaustiva jornada, colocou à sua disposição os aposentos adornados do Príncipe (*Ornata principis conclauis: v. 3498*).

Antes do almoço, os onze filhos de Jacob não-de manifestar o seu apreço pela hospitalidade egípcia, oferecendo ao venerando senhor dádivas (*dona: v. 3591*) que dependem da brevidade do tempo corrosivo (*ex aeu pendens breuitate maligni. v. 3620*), pois são frutos da terra, embora estes presentes de Jacob anunciem uma nova era (*Nostri dona tibi portendunt altera patris / Saecula, quae quondam mundo nouus afferet ordo: vv. 3622-3623*).

Quando Benjamim lhe entrega o fruto da amendoeira (*amygdalina ab arbore fructum: v. 3781*), José comove-se, soluça:

189 Cf. v.03.3350-3353.

190 Cf. v.08.3483-3484.

IOSEPHVS

«Gratior hic ipsis frater est amygdalis.
 Quod nomen illi ? RVB. Beniamino. IOS. Caelltes
 Vbique te praesente seruent numine.

IVDAS

Quid ille fletus? RVB. Ecquid hoc miraculi?»

SIMEON

Cur commouetur ?»

JOSÉ

'Este irmão é-me mais agradável do que as amêndoas. Qual é o seu nome?

RÚBEN

Benjamim.

JOSÉ

Que os céus te guardem em toda a parte com a sua celestial presença.

JUDÁ

Que significa aquele choro?

RÚBEN

Que milagre vem a ser este?

SIMEÃO

Por que se comove ele?' ¹⁹¹

Ainda antes de se dar a conhecer aos irmãos, José vai experimentar se as velhas sementes de ódios ainda perduram (*Lubet experiri uetera si durant adhuc / Semina odiorum: vv. 3914-3915*). Ao mandar esconder, na bagagem de Benjamim (*Imperavi poculum / Ideo recondi Beniamini in sarcina: vv. 3916-3917*), o copo augural (*Augurale poculum: v. 3925*) pretendia atrair sobre o irmão mais novo os velhos ódios.

Assim não acontece. Envergonhados (*O rem pudendam!: v. 3982*), regressam ao palácio real confiantes na clemência do Príncipe (*ista forte*

¹⁹¹ Cf. v.10.3782-3786.

tempestas uiri / Illius una concidet clementia: vv. 3988-3989). Judá oferece-se para expiar a falta de Benjamim:

«... ego uineula posco
 Ut ilior seruire tibi: puer in sciis aeui
 Sed iam sorte miser, pergat fuleire parentem,
 Et uiuum retinere senem, dum fata morantur.»

'Extjo as algemas, sou mais útil ao teu serviço. O menino ignorante, por falta de idade e já bem infeliz pela sorte que lhe toca, que vá sustentar o velho pai e mantê-lo vivo, enquanto retarda o destino.' 192

E José, certificado da mudança dos irmãos, deixa que, finalmente, irrompa a chama viva (*flamma uiuida: v.4053*), por tão longo tempo contida no seu peito:

«Erumpet flamma uiuida, et qualem tibi
 Inclusa uentis extum optabas, habe.
 Vos hinc abite gentis o Aegyptiae.»

'Irrompe, ó chama viva e tem a saída que desejavas, quando estavas escondida nas minhas velas. Vós, os egípcios, ide-vos embora.' 193

Já Simeão havia sido preso, não num cárcere, mas numa verdadeira mansão, com direito às mordomias dum verdadeiro príncipe:

«... ... Scilicet ei lautior
 Sit mensa, quam primoribus Aegypti fuit,
 Ex quo uagari coepit haec atrox fames:
 Nomineque solum carcer, ipsa re domus.
 Terrere uano pectora optauit metu,
 Augere ueris sed meos beneficiis.
 Iosephus amat hanc gloriam, inuentos suos
 Pietatis omni subleuauit munere.»

192 Cf. V.16.4049-4052.

193 Cf. V.16.4053-4055.

'Que tenha, é claro, uma mesa mais lauta que aquela que foi usufruída pelos principais do Egipto, desde que começou a alastrar esta negra fome.

O cárcere é apenas de nome; na realidade, é uma vivenda.

Preferi atemorizar-lhes os corações com medo vão, mas cumular os meus com benefícios verdadeiros.

Esta é a glória que José ama: ajudou com toda a espécie de carinho os seus que finalmente encontrou.' 194

Este espírito de reconciliação, este amor fraternal, que nunca vacilou em José, não obstante as adversidades, habitava uma alma inocente, um espírito puro de costumes, casto, anunciado logo no início desta tragicomédia.

Com efeito, José, como convinha, denunciou ao pai o *crimen pessimum* (vv 245-246). É esta a virtude que o diabo mais receia:

«Nam timeo puerum, castus est, et moribus
Lectissimis, parentis imitator sui.»

'É que temo o menino, é casto, de costumes agradabilíssimos, imitador do seu pai.' 195

Este menino de bela e casta formosura (*puer casta speciosa forma*: v. 1016), celebrado pelo Coro dos Anjos, é o maior obstáculo à propagação insidiosa do reino do tártaro:

«... Progeniem inuidus
Odi piorum. Timeo ne egregius puer,
Iosephus iste uluat, et stirpem suis
Informet olim moribus, nostrae domus
Ius unde minuat. »

'Eu, invejoso, odeio a descendência dos justos.

Receio que esse ilustre menino, José, sobreviva e modele um dia a sua descendência com os seus costumes, e faça com que diminua o poder da nossa morada.' 196

194 Cf. IV.10.3005-3012.

195 Cf. II.02.1068-1070.

Coluna da casa de Jacob (*Columna nostrae Iosephe domus*: v. 1770), como canta o Coro formado pelos seus irmãos, Putifar enaltece-lhe o carácter modesto (*pudore ingenii*: v.1786). No pleno exercício desta virtude, pois só assim é possível robustecer o seu carácter, José opor-se-á, com êxito, às pretensões da mulher de Putifar, intendente do Egipto:

«... Iniecit manum,
Fugit, stetit animus integer, sed non fero
Polluta tactu. »

'Lançou-me as mãos; fugi; o meu coração permaneceu íntegro; mas não suporto a poluição do seu tacto.' 197

Repellido o ataque por José, o demónio confessa ao público que um dos maiores obstáculos aos seus intentos é a inocência (*innocentia*: v. 1913) deste menino que, um dia, vencedor, há-de depredar o Averno (*uictor olim Auerna depraedabitur*: v. 1919):

«... ... Posse credideram capi
Amore dominae, restitit: castum piget
Tentasse iuuenem, ne multi exemplum probent:
Et abstinere turpi a congressu uelint.»

'Julguei que podia deixar-se levar pelo amor da senhora, mas resistiu. Envergonho-me de ter tentado um jovem casto, porque muitos hão-de aprovar tal exemplo e hão-de querer abster-se de relações torpes.' 198

Subjugado, de forma iníqua, aos grilhões do cárcere, o demónio verbera a grande estultícia dos mortais (*magnam amentiam mortalium*: v. 2032), que os leva a preterir os bons (*optimos pellant domo*: v. 2036).

196 Cf. II.02.1107-1111.

197 Cf. III.02.1812-1814.

198 Cf. III.05.1921-1924.

Nesta dura luta contra a devassidão, José pôde contar com o precioso auxílio do seu Anjo da Guarda que, afastando o demónio (*Euade teter concitator criminum*: v. 1947), lhe elogia a castidade:

«Iosephe digne regis aula regiae,
Huc o decora castitate nobilis
Accede, tutum uenio praesidium tibi.»

'Ó José, digno de um palácio real e de um rei, aproxima-te daqui!
Oh! Que feitos ilustres em prol da castidade, que nobreza!
Venho como teu protector seguro!' 199

Com a intervenção do Anjo da Guarda, que lhe anuncia a liberdade e a amizade do carcereiro,

«Solueris, etenim carcerem ingrediar comes,
Et cuneta dedet carceris custos tibi.»

'Depois da tua libertação, pois eu, como teu companheiro, vou entrar no cárcere, o carcereiro entregar-te-á tudo.' 200

José há-de obter o reconhecimento do carcereiro:

«Iosephe, uinctos cura, fidei nam tuae
Maiores credi posse, sat notum est mihi.
Clarus tuarum namque uirtutum nitor,
Fulgens in umbra ergastuli id de te iubet
Concipere animo.»

'Ó José, vigia os presos, pois já me é por demais conhecido que coisas maiores podem ser entregues à tua confiança.

O esplendor das tuas virtudes, refulgindo na escuridão da prisão, permite formar de ti este juízo.' 201

199 Cf. III.07.1956-1958.

200 Cf. III.07.1976-1977.

201 Cf. III.10.2040-2044.

O Anjo da Guarda, figura que o magistério da Igreja consagra na liturgia, medeia o auxílio divino dispensado a José. Penúltimo filho de Jacob, herda de seu pai uma fé inquebrantável no seu Deus.

Quando deixa a casa paterna, rumo aos campos que retinham os irmãos, entregues aos cuidados da pastorícia, a certa altura, José sente-se perdido. Os seus pensamentos de imediato se elevam até Deus, a quem suplica auxílio,

«Patrocinare Numen aeternum mihi,
Et redde patri sospitem natum seni.
Versantur isto forsan in saltu ferae.»

'Ó divindade eterna, protege-me e devolve o filho são e salvo ao velho pai. É que talvez haja feras neste bosque.' 202

pois, segundo ele,

«... .. Solus haud est
Quem numen ambít, et fauor leuat Dei.»

'não está sozinho aquele a quem o poder divino acompanha e o auxílio de Deus consola.' 203

A manifestação desta fé inabalável no Altíssimo acontece não emudece no seio das maiores adversidades, como sejam os momentos que precedem o seu encarceramento na cisterna (I.09.671-678) ou a sua partida para a escravidão egípcia: «assim aprovou a Deus» (*Sic Deo placuit, scio: v.1333*).

Quando era içado das profundezas da caverna, e em face da provocação de Simeão, ainda teve ânimo para o reafirmar:

«... .. nemini roganti opem,
Facilem negabit tendere e caelo manum.»

202 Cf. I.05.389-391.

203 Cf. I.05.389-391.

'Ele nunca negará auxílio a quem lho pede, nem deixará de estender lá do céu a sua mão favorável.' 204

Quando José, ainda incógnito, recebe os irmãos no Egipto, pela primeira vez, continua a revelar-se um homem profundamente religioso, apesar de viver em ambiente hostil:

•Quicumque sitis gente, me cognoscite.
Fandi et nefandi consciunt, semper Deum,
Timuisse, per uim nemini mortalium
Nocuisse.•

'Seja qual for a vossa raça, ficai a conhecer-me.
Sou um homem conhecedor do bem e do mal e sempre temente a Deus.
Nunca pela violência fiz mal a algum mortal.' 205

Não admira, pois, que Putifar tenha jurado que Deus amasse o seu escravo, tal a singularidade humana de José:

•Ut quicquid ille dicat, recte dixerit,
Et quicquid ille faciat, recte fecerit.
Iurabo, nostrum diligit seruum Deus,
Et carus homini iure multo maximo est.
Fas est amare quos amant ipsi Dei.•

Tudo o que ele diz, está bem dito; tudo o que ele faz, está bem feito. Estou em jurar que Deus ama este nosso escravo e é justamente, sobretudo muito querido para mim.

É lícito amar aqueles que os próprios deuses amam.' 206

O Anjo da Guarda há-de confirmar a predilecção de Deus pelo seu servo:

204 Cf. II.08.1219-1220.

205 Cf. IV.09.2927-2930.

206 Cf. III.01.1800-1804.

«... .. Felix, Dei
 Quem certa uersat, agitque prouidentia.
 Dolebit ille uespere, at primo caput
 Sub mane tollet lucidum, solis uelut
 Nascentis ortu surgit in primo rota.»

'Feliz aquele que a providência de Deus protege e conduz com fidelidade. Sofrerá á noite, mas de manhã cedo levantará a cabeça luminosa como o sol se eleva ao ralar da manhã.' 207

Eleito de Deus, José, o sonhador (*somniosus*: v. 293), como lhe chama seu pai, Jacob, vê reconhecidos os seus dotes de adivinho pelo carcereiro, no presídio da realza egípcia, após a interpretação judiciosa dos dois sonhos do padeiro e do copeiro, servidores de Faraó:

«Praeterea diuina mente es, qua re potes
 Aegyptiorum maximus haberi augurum.
 Pistoris et Pincernae bina somnia
 Quam uerus interpretas dissoluisti!»

'Além disso, és dotado de mente divina, que pode fazer de ti o maior dos áugures entre os egípcios.

Os dois sonhos do padeiro e do copeiro, como tu os interpretaste com verdade!' 208

Porém, José, chamado à presença de Faraó, apresenta-se como um mero instrumento ao serviço de Deus:

«PH. Tu ne coniector meos
 Aperire sensus, et futurarum potes
 Praescire rerum euenta, sub somni abditis
 Oblecta formis? IOS. Absque me pandet Deus
 Laeta Pharaoni. »

207 Cf. III.08.1969-1973.

208 Cf. III.10.2047-2050.

FARAÓ

'Serás tu capaz, adivinho, de interpretar os meus pensamentos e prever os acontecimentos futuros, escondidos na forma enigmática de sonhos?

JOSÉ

Deus revelará sem mim coisas alegres para o Faraó.' 209

A mesma simplicidade enforma o seu cargo de Administrador, entendido como um serviço a favor da comunidade. Não se vangloria do lugar que ocupa, pelo contrário, mostra gratidão:

«Nam cogitanti qui fui quondam, mihi
Occurrit haec cum dignitas, quam maximo
Pudore uincor, quippe superari meam
Contemplor operam a Regis honoribus.»

'Na verdade, ao pensar no que outrora fui, ao ver-me rodeado de tanta dignidade, sinto-me envergonhado, porque vejo que a minha obra é superada pelas honras reais.' 210

Embora confidente, ou melhor, preceptor do Príncipe herdeiro, continua submisso às suas ordens, sem revelar afeição pela vida cortesã:

«Obtemperabo iussus. Hi sordent mihi
Iam plane honores, nam uideo quam sit leuis
Tandem aula, uanitatis est domicilium...»

'Eu obedecerei às tuas ordens. Já me enojam completamente estas honras, pois vejo que é leviana corte, domicílio de vaidade...' 211

José, um filho submisso e irmão amigo, afável no trato, com a sua misericórdia salvou a família de um extermínio certo. No exílio, com dedicação, serviu o inimigo sem curvar a cerviz. Não se deixou embevecido pelas benesses do poder; em sinal de gratidão, retribuiu com a sua

209 Cf. III.18.2391-2393.

210 Cf. V.04.3380-3383.

211 Cf. V.04.3416-3418.

lealdade. Abria, assim, uma porta para a reconciliação entre o povo hebreu e o Egipto, num *exemplum* perfeito do grande mandamento dos cristãos: *amai-vos uns aos outros como Eu vos amei*.

JACOB

Iacobus, pater Iosephi – assim abre o acto I – é um venerável ancião que vive angustiado, na companhia da sua numerosa prole:

«... .. Viuo turba liberum
Ex inope diues exule effectus pater,
Nunc liberorum copia est fastidio,
Imo labori; coepta nam certamina
Turbant famillam...»

‘Vivo rodeado dos meus muitos filhos; de pobre exilado, transformado em pai rico.

Agora, o grande número de filhos causa-me preocupação, ou melhor, canseira. De facto, as desavenças, depois de inícladas, lançam a confusão na família...’ 212

O seu espírito, indeciso (*anceps*: v. 202), atormenta-o por um lado a esperança, por outro, o temor (*Cruciat hinc spes, hinc timor*: v. 201), quando José lhe narra os sonhos (*nocturna uisa*: v. 202). Por isso, implora o auxílio de Deus, que já havia protegido os seus antepassados:

«O Auctor harum perspicax rerum Deus
Auí, ac parentis anchora, et firmum míhi
Vbiq̄ue Numen, respice : et quicquid meum est,
Id in Iosephi capite conserues rogo.»

‘Ó meu Deus, autor clarividente destas coisas, âncora do meu avô e do meu pai c, para mim, uma protecção constante em toda a parte, olha para mim: e tudo aquilo que é meu, eu te suplico que o conserves na cabeça de José.’ 213

212 Cf. I.01.189-193.

213 Cf. I.01.207-210.

Esta referência exclusiva a José introduz um elemento novo, determinante no seio desta família: Jacob tem uma maior inclinação por José – *inter tuos / Fratres amore primus* (vv. 264-265). Com efeito, embora seu pai procure dissimulá-lo (*est amandum amore celato mihi*: v. 227), os irmãos queixam-se de que José seja o filho predilecto (*Queruntur esse filium hunc solum mihi*: v. 220).

Trata-se duma longa intervenção – quase uma centena de versos –, em tom reflexivo, com tiradas moralizantes. Revela-nos um pai torturado pelos cuidados paternos e, simultaneamente, um homem piedoso. Este carácter do velho patriarca manter-se-á íntegro ao longo da diegese dramática.

Se no acto II, Jacob renova o seu enfado paternal – «sei pela experiência o que é ter filhos, ó pesada carga!» (*experto tamen / Quid est habere liberos, onus o graue!*: vv. 1509-1510) –, pois, «ora este, ora aquele me aflige e enche de cuidados o meu coração de pai» (*Ita hic, uel ille torquet, ac implet sui / Cura parentem*: vv. 1519-1520) – quem tem filhos, tem cadilhos, lá diz a voz do povo –, porém o desvelo dum pai interessado sobrepõe-se e é uma constante.

Quando José partiu para os campos, ao encontro dos irmãos, e o seu regresso tarda, Jacob teme o pior e recrimina-se, pois

«Annis cauere debui genitor tuis,
Et praeuidere, posse siluarum feras
Occurrere tibi, uel leaena turbidam
Crudeliorem liberum discordiam.»

‘eu, teu pai, devia olhar à tua tenra idade e prever que poderiam surgir as feras dos bosques ou alguma horrível discórdia dos meus filhos ainda mais cruel do que uma leoa.’²¹⁴

²¹⁴ Cf. II.12.1528-1531. Mais à frente, Jacob volta a reiterar esta comparação (II.13.1571):

«illa feris etiam discordia belua maior...»

‘Aquele discórdia imbecil maior que os animais selvagens...’

Benjamim afasta-se (*Discedo iussus*: v. 1504), e Jacob, agora em recolhimento absoluto, dirige as suas súplicas ao poderoso Pai (*Magne genitor*: v. 1555), que lhe responde:

«Natorum uariis longaeue exercite curis,
Nullis cede malis, patiendo exempla relinque.»

'Ó idoso ancião, preocupado com os vários cuidados dos teus filhos, não cedas a nenhum mal, deixa exemplos de paciência.' ²¹⁵

Preocupações (*curae*) pela segurança e sobrevivência dos seus manifesta-as Jacob quando a família, privada de cereais (*destituta frugibus*: v. 2575), se debilita (*languet* v. 2575) e adocece (*aegrescit* v. 2576) diariamente (*quotidie*: v. 2576), com aquela fome cruel (*saeviente fame*: v. 2576). Interpela Rúben, o filho mais velho - *Rubene, quid cessatur?* («Rúben, de que é que se está à espera?» v. 2551) - pois,

«Pateretur aetas ista, uobis omnibus
Labore solus ego consuissem meo.»

'Oxalá esta minha idade permitisse, e eu, sozinho, teria olhado por todos vós, com o meu trabalho.' ²¹⁶

Rúben aceita o desafio e dispõe-se a partir para o Egipto, ainda que seja sozinho (*Aegyptum petam / Vel solus...*: v. 2573-2574). Acompanhado pelos irmãos, partirá em demanda dos cereais, após a bênção do pai, que há-de usufruir da companhia de Benjamim:

«... ... Ite uos patrum Deus
Seruet meorum, sistat et reduces meis
Oculis uidendos.»

²¹⁵ Cf. II.12.1558-1559.

²¹⁶ Cf. IV.02.2557-2558.

'Ide. Que o Deus de meus pais vos guarde, vos assista e restitua aos meus olhos, para vos tornar a ver.' 217

É no Deus de seus antepassados, uma imagem característica do Antigo Testamento, que Jacob encontra apoio firme para os seus temores. Enquanto os filhos não regressam, atormenta-o (*sollicitat*: v. 3013) uma grande preocupação (*ingens cura*: v. 3014) pela sua segurança:

«... Illis omnia
Infesta fiunt saepe, diuersoria,
Itinera, siluae, beluae, urbes, oppida.»

'Muitas vezes, as hospedarias, os caminhos, as florestas, as feras, as cidades grandes e pequenas, tudo se lhes torna perigoso.' 218

A verdadeira esperança encontra-a Jacob no Altíssimo:

«At nostra spes non multum habet solatii,
Incerta, fallax, dubia, quam baculum uoco,
Expertus illam saepe uanam, iunceum.
Spes illa uera et firma, quae fidit Deo.»

'Mas a nossa esperança pouca consolação tem: incerta, ilusória, duvidosa, chamo-lhe o meu bastão de junco; segundo a minha experiência, muitas vezes é vã. A esperança verdadeira e firme é aquela que confia em Deus.' 219

À protecção divina recorre quando, pela segunda vez, os seus filhos regressam ao Egípto, acompanhados, agora, por Benjamim:

«O aeternae parens audi, tuus orat ab alio
Materna Iacobus, opem saepe rogatam
Obtinui, concede meis. »

217 Cf. IV.02.2594-2596.

218 Cf. IV.10.3016-3018.

219 Cf. IV.10.3030-3033.

'Ó Pai Eterno, escuta-me! Reza-te Jacob, teu, desde o ventre materno; o auxílio que eu tantas vezes obtive depois de o suplicar, concede-o aos meus.' 220

Abandonado a si próprio, na Palestina, Jacob confia o seu desespero a Deus, que o ajuda a recobrar o ânimo, exausto pelas cansaças domésticas. É a voz do *Oraculum*:

«... .. non illa uidet solacia rerum,
Quae pater extremo seruat sub fine maiorum.
Durasti, ut grauium maior stridente laborum
Tempestate, hodie rebus fruerere secundis.»

'... não vês as verdadeiras consolações que um pai conserva no fim dos seus males. Sofreste, a fim de agora, já velho, depois da tempestade sibilante dos pesados trabalhos, gozares, hoje, tempos de prosperidade.' 221

A caminho do Egipto, Jacob ainda receta o povo inimigo. Mas de novo se manifesta a voz de Deus, numa profecia típica do Antigo Testamento:

«Me Deus, Deus ille patris fortissimus in fit.
Expectate solo Phario, Regisque superbi
Diuitiis, ne regna time nouus aduena Nili.»

'Fala aquele Deus, o Deus todo poderoso de teus Pais. Esperai no reino de faraó, nas riquezas desse Rei ilustre e tu, novo habitante, não temas os reinos do Nilo.' 222

Aos olhos do espectador, o patriarca Jacob revela-se um ancião místico, bom 223 e tolerante 224. Deste modo se compreende a sua

220 Cf. V.02.3308-3310.

221 Cf. V.20.4273-4276.

222 Cf. V.23.4357-4359.

223 Cf. ARISTÓTELES, *Poética* 1454a 16-21.

propensão à reflexão de pendor moralista, assim como uma aparentemente excessiva magnanimidade ²²⁵.

Martirizado pelos cuidados domésticos, a emotividade marca a índole temperamental deste ancião: sente-se maravilhado com a presença do “seu” José ou deixa-se arrastar por um espírito temeroso, constante ao longo da tragicomédia. Contudo, também encontramos sinais de racionalismo: quando procura ocultar as suas preferências ou aconselha alguma prudência a José, na interpretação dos sonhos.

De significativa ressonância bíblica e humana é o abraço de Jacob ao seu filho José, agora “ressuscitado”, em terras do Nilo. Maravilhado com o reencontro, mal contém as palavras: «Já que te deixo são e salvo, posso morrer» (*Superstitem / Quia te relinquo, moriar*: vv. 4390-4391). Acabava de estreitar entre os seus braços o filho que há muito julgava desaparecido.

Manifestação semelhante prodigalizou o velho Simeão quando tomou nos seus braços Jesus, que veio ao Templo de Jerusalém para a consagração: «Agora, Senhor, podes deixar o Teu servo partir em paz, segundo a Tua palavra, porque os meus olhos viram a Salvação que preparaste em favor de todos os povos: Luz para iluminar as nações e glória de Israel, Teu povo» (*Lc. 2.29-32*).

Aos olhos do espectador – como ao entendimento dos filhos – é manifesta a dedicação e afecto de Jacob pelos filhos que sobressaem na virtude (os filhos de Raquel, a grande paixão da vida de Jacob, que Camões eterniza em «Sete anos de pastor Jacob servia» («... Labão, pai de Raquel,

²²⁴ Um carácter ajustado ao papel que desempenha (*Ibid.*, 1454a 21; HORÁCIO, *Arte Poética*, vv. 155 e sqq. maxime vv. 169-175).

²²⁵ Vejamos este testemunho contemporâneo abonatório da benignidade deste pai-avô: «(O meu filho Zé) foi para o Soito passar uns dias com os Avós maternos. Irrequieto como é (uma pele de lume, como se diz na Ilha), largou fogo com fósforos no palheiro do avô, que fica à illharga da casa. Podia ter sido uma desgraça, mas foi evitada a tempo. O que mais impressionou o meu filho, disse-me, foi o facto de o avô não lhe ter dado nenhuma reprimenda, nem sequer uma estalada na cara. Limitou-se a avisá-lo, com muito bons modos, que para outra vez tivesse mais cuidado com os fósforos. Confesso que não teria essa calma, nem muito menos tamanha mansidão.» (CRISTÓVÃO DE AGUIAR, *Relação de Bordo (1964-1988. Diário ou nem tanto ou talvez muito mais*. Coimbra, 1999, p. 118)

serrana bela; / mas não servia ao pai, servia a ela, / que a ela só por prêmio pretendia...».

<u>A descendência de Jacob</u> (As doze tribos de Israel)	
<p><u>Lia</u> 226 (Gen. 29, 31-35) Rúben Simeão Levi Judá</p>	<p><u>Bilha</u> 227 (Gen. 30, 1-9) Dã Neftali</p>
<p><u>Lia</u> (Gen. 30, 14-21) Issacar Zabulão Dina</p>	<p><u>Zilpa</u> 228 (Gen. 30, 9-13) Gad Asser</p>
	<p><u>Raquel</u> 229 (Gen. 30, 22-24) José (Gen. 35, 16-20) Benjamim</p>

OS IRMÃOS DE JOSÉ

Treze são os filhos de Jacob, embora a maternidade pertença a duas mulheres livres e a duas escravas: de Lia, filha mais velha de Labão, nasceram Rúben, Simeão, Levi, Judá ²³⁰, Issacar, Zabulão e Dina ²³¹; de

²²⁶ Labão, seu pai, dá a sua mão em casamento a Jacob, que só na manhã seguinte reconhece o logro daquele.

²²⁷ Escrava de Raquel.

²²⁸ Escrava de Lia.

²²⁹ A filha mais nova de Labão, a eleita de Jacob.

²³⁰ Cf. Gen. 29, 31-35.

²³¹ Cf. Gen. 30, 14-21.

Bilha, escrava de Raquel, Dã e Neftali ²³²; de Zilpa, escrava de Lia, Gad e Asser ²³³; de Raquel, irmã de Lia, José ²³⁴ e Benjamim ²³⁵, os dois filhos preferidos.

Fiel ao relato bíblico, a história dramática apenas menciona doze filhos, epónimos das doze tribos de Israel ²³⁶, sobrenome dado a Jacob por Deus quando lhe aparece em Betel e lhe predisse uma numerosa descendência (*Gen.35.9-15*).

Benjamim — Este é o filho mais novo de Jacob e irmão uterino do “malogrado” José:

«... ... Paruus hic restat puer
Vterinus illi frater, immanes ferae
Quem sustulere. »

‘Resta-me este menino pequeno, irmão uterino daquele que feras horríveis arrebataram.’ ²³⁷

Normalmente, permanece em casa, e vai transformar-se no confidente e amparo de seu pai, que assim no-lo apresenta, quando os irmãos se aprestam para irem em busca do alimento tão desejado:

«... ... IAC. Beniamine paruule
Vnum senectae pignus ablato altero,
Mecum manebis. Nequid eueniat mali
Tibi, pertimesco, fratri ut euenit tuo.»

‘Tu, pequeno Benjamim, ficarás comigo, único amparo da minha velhice, depois de me terem tirado o outro. Temó que te aconteça algum mal, como sucedeu ao teu irmão.’ ²³⁸

²³² Cf. *Gen.* 30, 5-8.

²³³ Cf. *Gen.* 30, 9-13.

²³⁴ Cf. *Gen.* 30, 22-24.

²³⁵ Cf. *Gen.* 35, 16-20.

²³⁶ Cf. *Gen.* 35, 23-26.

²³⁷ Cf. *IV.03.2627-2629.*

²³⁸ Cf. *IV.02.2587-2590.*

Após o desaparecimento de José, Benjamim vai ocupar o seu lugar no coração do velho patriarca. Às investidas dos filhos, para que deixe partir o pequeno Benjamim, Jacob refuta, em primeiro lugar, as pretensões de Rúben com outras tantas objecções:

'Rubene, canos respice annosi patris,
Solamen hic aetatis est maestissimae,
Iosephus obiit frater, hoc solum meae
Superest Rachellis pignus. Interea, patri
Aperi sepulchrum.'

'Ó Rúben, olha os cabelos brancos do teu velho pai, ele é a consolação da minha vida tão triste. O teu irmão José morreu. Somente me resta este penhor da minha Raquel.
Se morrer, abre a sepultura para teu pai.' ²³⁹

Na resposta a Levi, não esconde a sua preferência por este filho querido (*gnate care*: v. 3049) de Raquel:

'Scio quo properet oratio. Orbari patrem
Hac stirpe uultis ultima'

'Sei o que pretendes com o teu pedido. Querels que o vosso pai fique privado do seu último filho.' ²⁴⁰

O tesouro (*pignus*: v. 3290) de Jacob vai acompanhar os outros irmãos. Na despedida, novamente menção especial para Benjamim:

'Mi Beniamine, pende de collo patris!
O dulce pignus, oscula abscedens cape.
Necessitatis dura condicio meis
Te tollit iculis.'

'Meu querido Benjamim, agarra-te aqui ao pescoço do teu pai! Ó meu doce penhor, recebe os meus beijos na despedida.

²³⁹ Cf. V.02.3229-3232.

²⁴⁰ Cf. V.02.3265-3266.

A dura condição da necessidade arranca-te a meus olhos. ²⁴¹

Esta personagem intervém a partir do Acto II, já perto do fim.

Jacob observa a natureza circundante coberta por um véu sinistro (*lugubribus / Obtecta uelis: vv. 1496-1497*). Atento a seu pai, que desespera com a demora de José, Benjamim procura animá-lo, pois tudo isso não passa duma visão, fruto dum espírito abatido (*maestus animus: v. 1500*), propenso a inquietações funestas (*pronus in tristem metum: v. 1500*).

Atitude idêntica vai tomar novamente Benjamim, mais adiante, no acto III, após as lamentações do pai, enquanto José, no Egípto, sofria o suplício da prisão: «Pai, levanta o teu espírito...» (*Mentem pater / Attolle: v. 2084-2085*). Esta invocação inicia um apelo à esperança, a uma confiança ilimitada na Divina Providência:

«... cursum cerne prouidentiae,
Qua rector orbis cuncta non motus mouet,
Et te relaxa : stant Dei fixae tui,
Stabuntque uoces, nomen ad serum genus
Iacobe mittes inclytum, quod non solet
Virtutis expers posteros attingere.»

‘Vê os caminhos da providência, pela qual o Criador do Universo move todas coisas sem ser movido, e descansa o teu espírito: as palavras de Deus permanecem e não-de permanecer em ti.

Ó Jacob! Tu deixarás um nome ilustre para uma posteridade tardia, nome que não costuma aplicar-se à posteridade que ignora a virtude’ ²⁴²

Quando os irmãos estão a caminho do Egípto, renovam-se no espírito de Jacob os receios de perigos vários, pois ainda mantém bem viva na memória a perda do seu José - «esta recordação amarga dilacera-me a alma», diz Jacob.

²⁴¹ Cf. V.02.3301-3304.

²⁴² Cf. III.11.2085-2090.

Não obstante as incertezas, Benjamim surpreende-o quando lhe augura uma felicidade próxima:

«Ne quaeso fletu maceres animum pater:
Acerba reddet mītia aetherea Deus
Qui sede regnat. Ille non canos sinet
Prius sepulchro frigido inferri tuos
Quam tot labores uertat in laetos dies.»

'Peço-te, meu pai, que não atormentes o teu espírito com lamentações. Deus, que reina no assento etéreo, suavizará as tuas amarguras. Ele não permitirá que os teus cabelos brancos sejam lançados no frio sepulcro antes de converter em alegres dias tanto sofrimento.' 243

Raquel, momentos antes de expirar, em consequência do parto de Benjamim, chamou-lhe *Ben-Oni*, quer dizer, «filho da minha dor». Jacob, contudo, havia de mudar-lhe o nome para *Ben-jamim*, «filho do sul», que se interpreta como sendo «o filho da (mão) direita», sinal de bom augúrio, de felicidade (*Gén.35.18*) 244.

Já há muito que os filhos de Jacob tinham partido para o Egipto. Tarda o regresso e as inquietações assomam muito naturalmente ao coração paterno vacilante (*dubitantem*: v. 3049); todavia, a voz da esperança - «Com o temor nada remediarás, porém, com a esperança...» (*Timendo nullum rebus auxilium feres, / Sperando tamen...* : vv. 3028-3029), diz Benjamim para Jacob, seu pai - não vacila: «Seremos saciados, não temas» (*Saturabimur, ne metue*: v. 3070) (IV.11.3070), assevera Benjamim. E Jacob tem esta resposta premonitória: «Já o pressinto: esta saciedade virá temperada com o mal» (*Iam praesagio / Quo temperata ueniet haec saties malo*: v. 3071).

243 Cf. IV.03.2635-2639.

244 Cf. JOSÉ PEDRO MACHADO, *Dicionário onomástico etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1993, I Vol., p. 242.

As palavras de Jacob haviam de revelar-se verdadeiras. Chegam os ccreais e com eles “novos desafios”; a antiga dor recrudescce. Simeão ficou refém no Egípto; em troca, Benjamim deve acompanhar os irmãos, à presença do grande senhor do Egípto.

Arrancado aos braços de seu pai, que roga a protecção da divina providência para o seu ente querido, seu filho ainda teve tempo para lhe dirigir palavras de encorajamento: «(Deus) Há-de restituir-te todos os teus filhos, são e salvos» (*Restituet omnes sospites gnatos tibi: v. 3307*). Mais à frente, volta a reiterar o mesmo pensamento:

«Ne tu dolori tristior praebe locum,
Meliora faciet, ut solet, patrum Deus.
Icolumis adero. »

'Demasiado triste, não dês lugar à dor. O Deus de nossos pais há-de melhorar as coisas, como é costume.
Voltarei incólume.' 245

Como vimos, Benjamim, o filho mais novo de Raquel, é uma figura serena, paciente, que possui uma grande força de vontade, que associa à virtude da obediência (IV.10.3050-3051).

OS OUTROS IRMÃOS

Todos os outros irmãos estão em sintonia de sentimentos; Rúben afasta-se, mas é cúmplice, pois tomou previamente conhecimento da perfídia que se preparava. As diversas figuras que embelezam cenicamente a peça, além de possibilitarem um número maior de figurantes – os alunos do colégio – dão expressão a vários temas de teor humanístico, quer pela positiva, quer pela negativa: o que eles assumem e não deviam assumir (cruéis, pérfidos, astutos, enganadores e dissimulados), o que eles não são e deviam ser (deviam cultivar o amor fraternal, a verdade, a rectidão).

245 Cf. V.02.3327-3329.

São personagens do mundo rural, que exercem o ofício de pastores, um mester de gente simples e rude. Nestes termos os caracteriza Dã, quando todos, na ausência de Rúben, se preocupam em encontrar um disfarce convincente para o crime cometido:

«Verum est profecto neminem pastoribus
Esse rudiores. Vivimus cum belluis:
Hinc bruti, inepti, simplices, nulli sumus.»

'É bem verdade que ninguém é mais rude do que os pastores. Vivemos com os animais selvagens, daí sermos brutos, desajeitados, simplórios, uma nulidade.' ²⁴⁶

Estes pastores sentem-se esmagados pela ascendência de José, pelo rei dos sonhos (*A somniorum rege*: v. 562), como todos (*omnes*) afirmam, à excepção de Rúben:

«A fratre premimur unico.»

'Somos esmagados por um único irmão.' ²⁴⁷

Por isso, recciam a escravidão:

RVBENVVS

«Quid hic timoris? OMNES. Quid Rubene? Seruitus.
Vnus ne fratres opprimet frater decem?»

RÚBEN

'Qual é este receio?

TODOS

Qual é, Rúben? A escravidão. Porventura, há-de um só irmão oprimir os outros dez?' ²⁴⁸

²⁴⁶ Cf. II.10.1358-1360.

²⁴⁷ Cf. I.08.561.

²⁴⁸ Cf. I.08.563-564.

Idêntica referência já havia sido mencionada por Gad que, à interpelação de Dã, responde com um elucidativo *seruimus* (v. 325).

Rúben procura refrear, em vão, os ânimos, desejosos de vingança:

«Ne Dane praeceps fratris in caedem rue.
Deliberare oportet ante plurimum,
Quam caede fratris impiam tingas manum.»

'Não te precipites, Dã, para o assassinio de teu irmão. É preciso deliberar muito, antes de manchares as tuas mãos ímpias com a morte dum irmão.' 249

Rúben afasta-se, depois de os persuadir a atirar José para uma cisterna, ali perto; poriam fim aos receios com uma morte incruenta (*incruenta morte*: v. 597).

Todos (*omnes*) o aguardam, qual humilde cordeiro que se encaminha para as mãos do seu carrasco, como denunciavam as palavras de Simeão:

«En fit propinquus, agnus a saeuo lupo
Aut qualis a leone mactatur truci,
Vngues in istos incidet talis.»

'Els que se aproxima!
Como um cordeiro que é morto por lobo cruel ou por um leão feroz, assim cairá ele nestas garras.' 250

Precipitado José na caverna, esta gente rude, insensível, dedica a este feito memorável (*facto memorabili*: v. 721) um festim, um banquete opíparo (*Epulas lautiores* : v. 724), bem regado (*poculis*: v. 722). Segue-se canto e dança e o divertimento do jogo. Neste clima de festa, que continua

249 Cf. I.08.575-577.

250 Cf. I.08.603-605.

no acto II, Judá adianta a hipótese da sua venda, o que “engordaria” o magro pecúlio de todos:

«.. ... IVD. Finge, moriatur puer,
 Illata quid mors proderit? Magno procul
 Agatur exul commodo, uenumdatus
 Abeat in oras, et sola terrarum ultima:
 Illo impleamur uendito pecunia.»

‘Imaginem que o menino morre. O que é que nos aproveitará esta morte que lhe infligimos? Será mais proveitoso que seja levado para longe, exilado; vendido, que vá para os confins da terra.

Com a sua venda, ficaremos cheios de dinheiro.’²⁵¹

Ao invés da morte, «os cabecilhas do povo hebreu» (*proceres gentis Hebraeae*: v. 1123), na designação de Cacodémon, haveriam de lhe sentenciar a escravidão ignominiosa, comunicada pela voz de Simeão:

«Transacta res est mancipatus mancipem
 Sequere, tuorum carpe dominorum uiam.»

‘O negócio está feito. Como escravo, segue o teu dono, toma o caminho dos teus senhores.’²⁵²

Este acto pérfido é motivado pelo ciúme: os irmãos não aceitam as preferências paternas pelo seu irmão José, que se materializam em conforto, como no-lo transmitem as palavras de Simeão:

«... ... SIM. Deserta per haec sola
 Nos sole tosti, frigore rigentes, rudi
 Vix lana amicti, pelle contacti horrida
 Viuemus, ille uiuat ut bombicyno,
 Bene lautus habitu, et patris in sinu cubet?»

²⁵¹ Cf. II.07.1117-1121.

²⁵² Cf. II.09.1317-1318.

'Andaremos por estes desertos solitários, queimados pelo sol, enregelados pelo frio, mal cobertos por lâ grosseira e protegidos por uma pele hirsuta, para que ele viva envolvido em seda, com um aspecto de grande rio, e durma no colo do pai?' 253

Semelhante atitude nos transmitem as palavras de Issacar, logo a seguir:

«Deinde narret non ferenda somnia,
Paterque ridens pene narrantem ferat?»

'Para que depois vá contar sonhos insuportáveis, e o pai suporte o narrador quase a sorrir?' 254

Os irmãos consideram-no um inimigo (*hostis*: v. 560). De Simeão recebe o epíteto *scelesle* (v. 1254). A confirmar esta atitude hostil por parte dos irmãos, nas palavras de José encontramos a expressão «olhos ameaçadores» (*truculenta lumina*: v. 256) e a referência a uma perseguição odiosa (*odio me insectantur*: v. 243).

Para esta tragédia muito contribuiu a parcialidade de Jacob. Com efeito, na perspectiva dos filhos, seu pai apenas via José, por ser filho de Raquel (noutros passos referido):

GADDVS

«Praesagit animus hoc fore insigni malo.
Tibi quid uidetur? DAN. Insanire plurimum
Amore pueri. GAD. Non. Repuerascunt senes
Ideo relictis grandibus, paruos amant.

DANVS

Mea cogitata prodis, et quidem arbitror
Veram esse uulgi de senibus sententiam :
Pueros redire ad ipsos: hinc illacrumant,
Placantur, irascuntur quam facillime.

253 Cf. II.07.550-554.

254 Cf. II.07.555-556.

Prouectiores negligunt, gratas habent
Nugas fabellas, nentias, ineptias.

GADDVS

Vt illa pueri dormientis somnia.
Quem sic amat quasi genuerit solum sibi.

DANVS

Praelatus aliis hoc habet, ut etiam patri
Videatur imperare. Mater uiueret.

GAD

'O meu espírito pressente que isto vai ser uma grande desgraça.
Que te parecec?

DÃ

Que ele está loucamente enamorado do seu filho!

GAD

Não. Os velhos tornam-se novamente crianças e, por isso,
abandonados os grandes, amam os pequenos.

DÃ

Parece que adivinhas os meus pensamentos e estou seguro de
que há uma sentença verdadeira do povo acerca dos velhos: voltam a
ser crianças e daí que, facilmente, ora se ponham a choramingar,
ora se acalmem, ora se zanguem. Desprezam os mais velhos; gostam
de historietas, infantilidades e futilidades.

GAD

Como aqueles sonhos do menino, durante o sono: ama-o, como se
o tivesse gerado só para si.

DÃ

É isso mesmo, colocando-se acima dos outros, até dá a impressão
de mandar no próprio pai. Se a mãe vivesse!... 255

Gad e Dã consertam pontos de vista e germinam as sementes de revolta:

* GAD. Facto est opus.
 Alamus odium: flatus accendit rogum:
 Caedis patrandae non aberit occasio.

GAD

'É necessário agir. Fomentemos o ódio; o orgulho incendia a fogueira; não estará longe a ocasião de perpetrar a sua morte.' 256

Para Rúben, contudo, seu pai é ainda garantia de equidade no Lar. Mas os irmãos há muito haviam perdido essa ilusão e aduzem o argumento irrefutável do passado, a fraude de Jacob, que roubou o direito de progeneritura a Esaú:

RVBENVS

«Pater cauebit, non sinet falli suos.

SIMEON

Noua res Iacobo est fallere ? Esaum roga.

RVBENVS

Quid ille ad istos? NEP. Perdidit ut illum dolo
 Matris Rebeccae, eum uafere patri obtulit
 Se non uidenti, pelle mentitus manus,
 Collumque fratris matris imitator suae :
 Ita te, me et hosce perdet, ac praeposteros
 Aget reponens coreulum in primo loeo.

RÚBEN

'O pai tomará providências e não permitirá que os seus sejam enganados.

SIMEÃO

256 Cf. II.03.349-351.

É o engano coisa nova para Jacob? Pergunta a Esaú.

RÚBEN

Que tem ele que ver com estes?

NEFTALI

Assim como o deixou a perder por fraude de sua mãe Rebeca, quando, matreiro, se ofereceu ao pai que o não via, disfarçando as mãos com uma pele e imitando o pescoço do irmão de sua mãe, assim também nos destruirá, a ti, a mim e a estes e há-de por-nos em segundo plano, ao repor este coraçãozinho no primeiro lugar²⁵⁷.

Como vimos, a tragédia vai consumir-se. E com a partida de José, sobrevêm de imediato os primeiros sinais de arrependimento. Vejamos as palavras de Judá:

«Quid hoc ? Patrato seelere paenitentia
Irrepat animo. Quls tam commutabile
Nobis repente hominibus ingenium dedit?
Flagrabam amore perpetrandi criminis:
Est perpetratum, et perpetrasse paenitet.»

'Que é isto? Depois de praticado o crime, começa a surgir no meu espírito o arrependimento. Quem nos deu, repentinamente, um espírito tão volúvel, a nós, os homens? Estava em chamas com desejo de perpetrar o crime: foi perpetrado e agora arrependo-me de o ter tido perpetrado.' ²⁵⁸

Rúben regressa, mas em vão procura o irmão nas cavernas (*in his cauernis*: v. 1409). Implora aos irmãos uma explicação. A resposta é um silêncio de amargura:

«... ... Vivit, an uestris dolls

²⁵⁷ Cf. II.08.565-573.

²⁵⁸ Cf. II.10.1340-1344.

Peremptus obiit? Reddite petenti mihi.
Rubene, tristes, pallidi muti, silent.»

‘... Estará vivo ou terá morrido, perecendo às vossas ciladas?
Restitui-mo, eu vos imploro.

Ó Rúben, eles, tristes, pálidos, mudos, calam-se.’²⁵⁹

Está iniciado o calvário do arrependimento, o percurso duma transformação que conduzirá ao Homem Novo, que há-de renascer da dura experiência do pecado. A reconciliação reunirá novamente a família ao redor do *paterfamilias* Jacob.

Com uma humildade idêntica à de José, aquando do seu desterro, os irmãos vão suportar as sucessivas humilhações que o Egípto lhes impõe pela mão de um senhor de rosto grave e severo (*gravi / Vultu et seuro rector*: vv. 3078-3079): apelidados de inimigos (*perduellibus*: vv. 2814, 2824; *hostes sagaces*: v. 2822; *hostis clancularius*: v. 2828) e espiões (*Exploratores hostium*: vv. 2819, 2854), embora inocentes, são algemados (*Iniicite - iubeo - uincla perduellibus*: v. 2824). Nas palavras de assentimento de Rúben, perscruta-se a resignação às ordens do «grande senhor» (*magne dominator*: v. 2816) do Egípto:

«Iussa faciemus. Est parendum Principi,
Dedere quando Caelites, ut omnia
In nos licerent magne dominator tibi.»

‘Cumpriremos as tuas ordens. Deve-se obedecer ao Príncipe, visto que os habitantes celestes te permitiam tudo, ó grande senhor, tratando-se de nós.’²⁶⁰

Quando regressam ao Egípto, já acompanhados por Benjamim, em vez da arrogância de outrora, mostram-se submissos:

‘... ... RVB. Moderator Phari

²⁵⁹ Cf. II.11.1415-1417.

²⁶⁰ Cf. IV.09.2944-2946.

Venerande custos orbis, en serui tui.
 En ille nostrum minimus. Accede o puer,
 Domini osculare genua.»

‘Ó superintendente do reino do Egípto, guarda venerando do orbe, eis-nos aqui teus servos. Eis também o mais pequeno de nós Aproxima-te, menino, beija os joelhos do senhor.’²⁶¹

De rosto por terra (*en ponimus omnes / Ora solo*: vv. 3605-3606), entregam-lhe as humildes oferendas paternas (*haec inopis munuscula summe parentis*: v. 3607), reveladoras de gratidão (*acceptae memoris uitae*: v. 3608). As lágrimas de saudade (vv. 3782-3785 por Benjamim, que, afinal, já não é odiado pelos irmãos – todos vivem em paz – são o prelúdio do *happy end*).

José torna-se, assim, no *exemplum* do quanto pode a força do Amor: «muito semelhante aos deuses» (*simillime diuis*: v. 4093), como o proclama Rúben, não exerceu represálias (v. 4096-4098), como reconhece Simeão:

«Non te barbaries armis infensa tuorum,
 Non odium, non libertas erepta coegit
 Exercere minas, inuentaque perdere ferro
 Flagitia.»

‘Nem a barbárie inimiga armada dos teus, nem o ódio nem a liberdade que te foi arrancada te obrigou a exerceres ameaças e a deitar a perder com a espada os crimes descobertos.’²⁶²

Pelo contrário: apesar de incógnito (*ignoto*: v. 4099), cumulou os alforjes dos irmãos (*plenos / Ire tubes*: v. 4100-4101), testemunha Gad.

Sinal de mudança, agora todos lhe pedem que reine (*Omnes: Regna*: v. 4106). Ouçamos Zabulão:

«Luna tibi, sol ipse tibi, tibi sidera flectant
 Prona genu. Fratrem in fratres regnare sinamus.»

²⁶¹ Cf. V.06.3444-3447.

²⁶² Cf. V.16.4096-4099.

'Que a Lua, o Sol, e as Estrelas dobrem o seu joelho diante de ti.
Deixamos que o nosso irmão reine sobre os seus irmãos.' 263

Que a mãe, o pai e os irmãos ... e de novo a harmonia familiar.
Agora, é o convite de José à celebração de tão sublime acontecimento:

«Renouare noli uetera : laetitiae die
Hunc consecremus. Ite, uelocissimi
Docete patrem uiuere Iosephum, alterum
Paene Pharaonem.»

'Não quero ressuscitar coisas antigas: celebremos este dia de
alegria. Ide a toda a velocidade dizer ao nosso Pai que o José está
vivo e é quase um segundo Faraó.' 264

Rúben — Este é o filho mais velho de Jacob e de Lia. Tem pelo
irmão José uma estima semelhante à do pai:

«... .. Quam timeo ne quid mali
Absente me pertulerit, o frater, puer?
Anima tam patri, quam mihi carissima,
Responsa nulla reddis? O casum grauem!
Miserum Rubenum, si quid est passus puer.
Iosephe care ?»

'Como recelo que, na minha ausência, tenhas sofrido algum mal,
ó meu menino e meu irmãos!

Ó alma tão querida ao pai como a mim, nada respondes? Ó que
desventura tremenda! Ó infeliz Rúben, se o menino sofreu algum
mal. Ó meu querido José?' 265

Este é o único filho que vai enaltecer o amor do pai por José,

«Puer decore, iure patri amabilis,
Iniuria hisce parriedis perdit.»

263 Cf. V.16.4104-4105.

264 Cf. V.17.4107-4110.

265 Cf. II.11. 1394-1399.

'... ó meu belo menino, justamente amado pelo nosso pai e perdido injustamente por estes parricidas!' 266

e reafirmar a sua fé no Deus de seu pai, a quem adorou e há-de adorar:

«... ... Exige armata puerum.
Per spes auitas: per Dei numen patris
Quod una caste colui et colet domus.»

'Exige o menino pelas armas, pelas esperanças dos nossos antepassados, pelo poder do Deus de nosso pai, que eu, com ele, religiosamente adorei e a nossa família adorará.' 267

No momento em que Jacob dá permissão para levarem Benjamim, que assim será presente ao grande senhor do Egípto, havia de brotar dos lábios de Rúben uma frase que dissipará todas as dúvidas da aceitação do pai junto de seus filhos. As dificuldades haviam conduzido à união familiar:

«Nunc te uocabo iure communem patrem.»

'Agora, chamar-te-ei com razão pai de todos nós.' 268

Perante a sede de vingança dos irmãos, Rúben procura apaziguar os espíritos (I.08.575-577), incitando-os à reflexão, em busca da ponderação (*mature consilio*: vv. 578-579): propõe o encarceramento na cisterna, uma morte incruenta (*incruenta morte*: v. 597), preferível a um crime cruel de derramamento de sangue (*Immane saltem sanguinis / Fusi caute crimen*: vv. 592-593), que Deus testemunhará (*Tanto facinori testis est praesens Deus*: v. 587). Mas não fica para assistir, e afasta-se:

«Obstringit ille scelere se tanto satis,

266 Cf. II.11. 1430-1431.

267 Cf. II.11. 1418-1420.

268 Cf. V.02.3292.

Qui dat patrandae tale consilium necis.
Abeo, Rubenum ne uocans flectat puer,
Lacrimisque memet molliat.»

'Já é responsável bastante por tamanho crime o que aconselha perpetrar tal morte.

Vou-me embora, não vá a voz do menino aclamar por Rúben, por mim, levar-me a recuar e com lágrimas comover-me.' 269

Como vemos, as palavras de Rúben revelam-nos um irmão moderado e sensível. Este carácter vai sair reforçado em território egípcio. Quando Simeão é feito refém, todos revivem o antigo crime e Rúben comenta:

«... ... RVB. Dicite, inuisum scelus
Non improbauit? Et feruidae iracundiae
Volui monendo incendium restinguere,
Consilia quando sana furiosis dedi?
Me nolulistis optima monentem sequi:
Feramus omnes damna quam saeuissima.»

'Dizei-me, não é verdade que ele reprovou aquele nefando crime? Eu bem quis apagar, com as minhas advertências, o incêndio da ira que em vós fervia quando, furiosos, vos dei conselhos salutares! A mim, que vos advertia para o melhor, não me quisestes seguir. Temos que suportar todos, ah, que danos tão terríveis!' 270

À imagem de seu pai, além de manifestar preocupação pela segurança de seu irmão José, Rúben é possuidor dum espírito pressagioso:

«Natum abstulistis, fallere parentem, leue est :
Ergo lte laeti, non diu laetos tamen
Diuinat animus. Namque quae celat dolus
Non cogitata saepe produntur uia.
Fauebo causae propter imbellem patrem,
Sed danda sceleri praemia uidebit Deus.»

269 Cf. I.08. 599-602.

270 Cf. IV.09.2953-2958.

‘Fizestes desaparecer meu filho, é fácil enganar o pai: então, ide, alegres, não por muito tempo, é certo, vaticina o meu espírito. O que a manha eneobre, muitas vezes, quando menos se pensa (se espera) se descobre.

Apolarel a causa pelo pai enfranquecido, mas quanto a premiar o crime, Deus o verá. ’ 271

É esta uma linguagem sentenciosa, própria dum ancião prudente, sempre preocupado em moralizar os filhos.

Rúben não aprova o crime; momentos antes, num longo solilóquio, enquanto procurava o seu irmão, já havia transmitido ao espectador a sua infelicidade (*Iam quid infelix agam?*: v. 1401), vociferando contra os «parricidas criminosos» (*impi / parricidae*: vv. 1410-1411); de espada na mão, exige contas ao criminoso Simeão:

RVBENVVS

«Cur uera dicta gesta mendael tegis?

SIMEON.

Narrabo uera, ne tamen frustra minax
Stomacheris, oro. Vicit inuidiae malum
Ardens amorem fratris, accepto procul
Vendidimus auro. RVB. Vendidistis? Proh! Scelus
Quod ab Abrahami stirpe delecta subit?
Non Hismaelis grauius auderet genus..»

RÚBEN

‘Por que razão ocultas, com a mentira, a verdade do que se passou?

SIMEÃO

Vou contar a verdade, contudo peço-te que em vão não te aborreças com ameaças. O mal da inveja em que ardíamos venceu o amor de irmão: vendemo-lo para longe a peso de ouro.

RÚBEN

271 Cf. II.12.1483-1488.

Vendeste-lo? Ah! O crime que sobrevive dese a geração escolhida de Abraão? A raça de Ismael não ousaria coisa mais grave.' 272

A liderança de Rúben - muito natural, pois é o mais velho - vai reforçar-se noutras circunstâncias: questionado pelo pai, é o primeiro que toma a iniciativa de partir para o Egipto, ainda que seja sozinho (*Aegyptum petam / Vel solus*: vv. 2573-2574). Aqui, na companhia dos irmãos, toma a dianteira e dirige-se ao «preclaríssimo Príncipe dos Egípcios» (*Aegyptiorum Princeps ornatissime*: v. 2826), que esclareceu com informações detalhadas sobre a família:

IOSEPHVS

«Omnes ab uno uos ne prognati patre?»

RVBENVS

Parente eodem nati, sed serui tui,
Vir omnium clarissime. olim liberti
Numero duodecim, minimus est apud patrem.
Germanus illi iam diu esse desit.»

JOSÉ

'Então sois todos descendentes do mesmo pai?

RÚBEN

Nascidos do mesmo pai, mas somos teus servos, ó ilustríssimo Varão. Outrora, éramos doze filhos: o mais pequeno está junto do pai. O seu outro irmão, já há muito deixou de existir.' 273

Vai ainda interceder por Simeão, que fica encarcerado,

«Si deprecantis aduenae lacrimae ualent,
Id oro supplex frater, hunc fratrem lube
Dum nos redimus citius, in uinclis ali.»

'Se valem alguma coisa as lágrimas dum estrangeiro, que vos suplica, rogo-te como irmão, humildemente, que mandes, quanto

272 Cf. II.12.1483-1488.

273 Cf. IV.07.2834-2838.

antes, alimentar este nosso irmão na cadeia até nós voltarmos rapidamente.’ 274

e honrar a sua palavra: Benjamim virá ao palácio de Faraó (*tibi mittit et illum*, / *Extremo genuit puerum quem fine senectae*: vv. 3608-3609).

Simeão — Filho de Lia, é o segundo filho de Jacob, em idade.

As suas palavras transmitem-nos o ciúme de quem não se sente eleito na predilecção do pai: Jacob entregou-se apenas a um – José – (*ille qui se tradidit* / *Vni*: vv. 665-666) e abandonou os outros como filhos bastardos (*et reliquit caeteros ut spurios*: v. 666) que, na pastorícia, enregelados pelo frio (*frigore rigentes*: v. 551), se protegiam com lã grosseira (*rudi* / *Vix lana amicti*: vv. 551-551) e uma pele hirsuta (*pelle contecti horrida*: v. 552), enquanto José vestia seda (*ut bombicyno*: v. 553) e dormia no colo do pai (*patris in sinu*: v. 554).

Impetuoso, Simeão vai liderar a revolta dos irmãos e levá-los a consumir a vingança. À vista de José, as suas palavras são elucidativas:

«... .. Video. Adeste fratres, orgia,
Hodie, et triumphus.»

‘Já o vejo. Vinde cá, irmãos, hoje temos orgia e triunfo.’ 275

Encerrado na cisterna, Simeão já não receia o escolho de José (*Iam nostra scopulum nauis haud illum horeat*: v. 720) e rejubila de alegria:

«Nequit laetitia contineri pectore,
Ebullit, ardet, feruet in praecordiis :
Manus, pedesque saltitando gestiunt.»

‘A alegria não se pode conter no peito; ferve, arde, referve no coração: mãos e pés estão desejosos de dançar.’ 276

274 Cf. IV.07.2984-2986.

275 Cf. I.07.542-543.

276 Cf. I.10.729-731.

Depois de ouvir atentamente a proposta de Judá – Simeão é um antropónimo de origem hebraica, com um radical que significa «ouvir» - que aponta o caminho do exílio para José, aprova-a de imediato, e todos o seguirão:

SIMEON

O mente magna praeditum consultior
 Nunquam fuisti causa, res, tempus, locus
 Pro te loquuntur. Eia me sequamini.
 Felix bonumque quod sit, ipse assentior.

OMNES

Vendatur exul: liberet fratres metu.»

SIMEÃO

‘Ó homem dotado de tão grande espírito, nunca foste mais sensato! A causa, o negócio, o tempo, o lugar falam por ti. Vamos, segui-me. No que for feliz e bom, estou de acordo.

TODOS

Que seja vendido e exilado: dessa forma, livrará os irmãos do medo.’²⁷⁷

É ainda Simeão a ordenar que se retire José da cisterna (*Puer extrahatur*: v. 1207).

José parte e de imediato se inicia a busca de um alibi que conveça Jacob: Simeão, para sossegar Judá, dir-lhe-ia que fora arrabatado por uns miseráveis para parte incerta (*Abs te reuulsum miseris quo nescio*: v. 1352). Porém, havia de vingar a hipótese de Dã: José foi arrebatado pelas feras (*Puerum tuum comedit in saltu fera*: v. 1362); Simeão havia de acrescentar o pormenor da túnica ensanguentada (*Tunicam / cruentatam*: vv.1365-1366), que um mensageiro levaria ao pai (*Deferret illam qui*: v. 1366), para maior verosimilhança.

²⁷⁷ Cf. II.07.1200-1204.

Esta liderança da revolta é confirmada pela voz de José, no acto IV, após eleger Simeão como refém:

«Atrociozem memini Simeonem meo.
Fuisse capiti qui si fecisset uelut
Fecit Rubenus, nulla coniuratio
Hoc uendidisset Barbaris auro caput.
Sed ille post Rubenum natu maximus
Accendit alios. Ergo sustineat, leuat,
Pendantque poenam tam grauem, quam mens potest
Mea imperare, scilicet ei lautior
Sit mensa, quam primoribus Aegypti fuit,
Ex quo uagari coepit haec atrox fames:
Nomineque solum carcer, ipsa re domus.»

'Lembro-me que Simeão foi o mais atroz para a minha vida. Se ele tivesse feito como fez Rúben, não haveria nenhuma conspiração que vendesse por dinheiro esta vida aos bárbaros. Mas ele, mais velho, depois de Rúben, é que instigou os outros. Por consequência, que suporte, que expie, e sofra um castigo tão pesado, quanto o meu espírito pode mandar. Que tenha, é elaro, mesa mais lauta do que a que tiveram os principais do Egpto, desde que começou a alastrar esta negra fome.

O cárcere é apenas de nome; na realidade, é uma vivenda.' 278

Rúben também denuncia esta liderança quando somente pede contas a Simeão, a quem atribui o epíteto de *sceleste*:

«Abs te Simeon sceleste repeto, o Parens
Tragoediarum.»

'A ti, criminoso Simeão, ó gerador de tragédias, exijo contas.' 279

Já antes havia ocorrido um *mea culpa*. Logo após terem sido libertados do cárcere, Simeão desabafa com os irmãos:

278 Cf. IV.10.2998-3008.

279 Cf. II.11.1424-1425.

«Illa in Iosephum belluina immanitas
 Pro se precantem, quae superbe reppulit,
 Nunc armat huius hominis ignoti manum,
 Et stimulat iram.»

'Aquea crueldade brutal contra José, que nos suplicava, e que com soberba o repeliu, arma agora a mão deste homem desconhecido, e estimula-lhe a ira.' 280

À ferocidade de antanho sucede-se o arrependimento e renasce, da barbárie, um homem grato:

«O famae titulis, et laude ingentior omni
 Vir diuine: quibus linquent tua limina uerbis,
 Experti super humanum pietatis honorem?
 Auxillium miseris dando, te in sidera tollis:
 Absentem recreas genitorem frugibus, arces
 Interitum, donatque seni tua dextra natos.»

'Ó varão divino, maior que os títulos da fama e de que todo o louvor! Com que palavras não-de estes abandonar o teu palácio, depois de terem experimentado a honra sobre-humana? Dando auxílio aos infelizes, elevas-te acima das estrelas! Reanimas com cereais o Pai ausente, afastas a morte, a tua mão devolve os filhos ao ancião!...' 281

Judá — Filho de Lia e de Jacob, caracteriza-o um espírito ardiloso: ordena a Simeão que oculte o seu rancor (*Iramque conde: v. 606*), quando José se aproximava; à vista dos negociantes, propõe a sua venda (*Illo impleamur uendito pecunia: v. 1192*). Rúben também o caracteriza como alguém engandor: *perfido / teste* (v. 1427-1428).

Com efeito, é Judá quem adianta, a Rúben, a primeira explicação ardilosa para o desaparecimento do irmão:

«Sublatus est a barbaris furto pucr.»

280 Cf. IV.09.2950-2953.

281 Cf. V.13.3891-3896.

'O menino foi levado por bárbaros, roubado.'²⁸²

Diante das reticências, Judá vai apresentar-lhe, como seu, o embuste urdido por Dã e Simeão:

«... .. Inueni modum
 Quo forte eredit. Hisce Iosephum locis
 Tigre captum, uel leone, sanguine
 Imbuta capri facile suadebit chlamis.»

'Eu encontrei o modo com que talvez venha a acreditar. A túnica embebida em sangue de bode facilmente o convencerá de que José foi apanhado nestes lugares por um tigre ou por um leão.'²⁸³

O discurso de Rúben contém referências linguísticas a este universo de falsidade: *eluditisne* ? (v. 1437) e *mendaci* (v. 1439).

Anima esta personagem um espírito positivo, suficientemente frio a ponto de "mimosear" o pai com duras invectivas. Sirvam de exemplo estas duas: quando Jacob chorava a perda de José - seu caríssimo filho (*fili carissimi*: v. 1625), como nos recorda Judá - e desabafou que preferia a morte à vida:

«Te maceras inaniter. Demortuus
 Fuisne lacrimis natus excitabitur?»

'Mortificas-te em vão. Pensas que o teu filho morto ressuscitará com as lágrimas que derramas?'²⁸⁴

Antes de partirem para o Egipto, pela segunda vez, tornava-se difícil convencer o pai a deixar partir Benjamim:

²⁸² Cf. II.11.1438.

²⁸³ Cf. II.12.1479-1482.

²⁸⁴ Cf. II.15.1636-1637.

«Amor senilis quam suae est mentis tenax,
Et amando caecus.»

'O amor senil como está seguro da sua opinião! E como é cego, no amor!' 285

Esta positividade materializa-se no que é mais útil em cada momento. É neste contexto que surge a proposta de venda do irmão,

«Nescio quid utile nunc mihi in mentem uenit.»

'Não sei o que é que de útil me vem agora à mente.' 286

ou se recomenda ao pai a consolação dos sacos cheios de trigo, enquanto Simeão permanecia refém no Egípto e as redondezas pereciam com a fome devoradora:

«... .. Mitiga
Pater hunc dolorem. Nulla pars deerit tibi.
Cito Simeonem soluet is, qui detinet.
Fruiere uidendo. Laeta saccis adspice
Frumenta plenís, subsidia nostrae domus,
Dum dente cunctos rodit atroci famcs.
Hue ante patrem.»

'Ó pai, abrande essa dor! Nenhum deles te faltará. Depressa soltará Simeão, aquele que o detém. Gozarás ao vê-lo.

Olha para os sacos a abarrotar de belo trigo, que serão o sustento da nossa casa, enquanto a fome dilacera a todos com o seu dente atroz. Para aqui, para diante do pai.' 287

Mais tarde, quando todos desejam o reabastecimento de cereais, por necessidade imperiosa, Judá recorre a um argumento *ad hominem*:

285 Cf. V.02.3273-3274.

286 Cf. II.07.1187.

287 Cf. IV.11.3099-3105.

«... .. Haud sentis pater
 Hunc auferendum mox tibi puerum fame?
 Accommodato, uiuet; et uiuent tui.
 At obstinate pernega, mortendum puta :
 Spes namque uitae nulla seruandae manet.»

‘Não percebes, pai, que este filho te vai ser arrancado em breve por causa da fome? Acomoda-te e ele viverá; e viverão os teus. mas se continuas a negar telmosamente, fica sabendo que vai morrer: não resta esperança alguma de conservar a vida.’ 288

E Judá, com a sua atitude, dá mostras da mudança espiritual que os caracteriza – mostra-se disposto a morrer pela segurança do seu irmão Benjamim:

«Rogauit ille cuncta. Nunquid prouida
 Potuit futuri mens, uiri cognoscere
 Animum imperantis ? Iussit afferri, obsidem
 Arripuit alium. Da pater puerum, tibe
 Vel nos perire. Te sine exorem pater.
 Mihi crede natum sub meam accipio fidem.
 Ex me require: quem nisi incolumem tibi
 Reddidero, uindex perge me solum reum,
 Tibi parricidae nomine ut poenas luam.»

‘Ele perguntou tudo. Acaso podia um espírito providente conhecer a mente dum homem que manda? Ordenou que o levássemos e arrebatou outro como refém.

Ó pai, dá-nos o teu filho, ou ordena que morramos. Deixa que te implore, pai. Acredita em mim, recebo o teu filho sob a minha palavra de honra. Exige-mo a mim. Se eu to não restituir incólume, vingá-te unicamente em mim, que sou o único réu para sofrer o castigo com o nome de parricida.’ 289

No Egipto, Judá recusa insistentemente que sejam apodados de inimigos (*Nos perduelles?*: v. 2825; *Nos simus hostes?*: v. 2829), pois estão

288 Cf. V.02.3274-3278.

289 Cf. V.02.3280-3287.

inocentes. Com efeito, à frase de José, no momento em que os enviava a todos para o cárcere,

«Ite, ite uindex poena consequitur reos.»

'Ide, ide, o castigo vingador acompanha os réus.' 290

Judá dará uma resposta elucidativa:

«Imo innocentes.»

'Pelo contrário, inocentes.' 291

Este é o exemplo dum carácter ardiloso que vai converter-se, fundamentalmente, num espírito determinado e positivo. Vivacidade e uma apreciável capacidade de iniciativa são outras marcas a acrescentar a este perfil humano.

Sinal desta iniciativa é a exposição das dádivas enviadas pelo pai, a solicitação de Judá, após as apresentações de Rúben:

«Ela aperite sinus, loculosque recludite clausos
Singula quo genitor dedit ordine promitte dona
Eia suis Levi depone liquoribus urnas.»

'Vamos, abri o vosso regaço e tirai para fora esses baús escondidos: tudo pela ordem com que o nosso Pai os deu.

Vamos, Levi, depõe as urnas com os seus licores!' 292

Ainda outro facto justifica a capacidade de influência que detinha junto dos irmãos. Com efeito, é a ele que José recorre para que se impeça o crime da cisterna:

290 Cf. IV.07.2859.

291 Cf. IV.07.2860.

292 Cf. V.10.3624-3626.

«O facinus audax! Iuda, prohibeto hoc scelus.»

'Que crime audacioso! Judá, Impede este crime.' 293

Seria Judá, também o guardião de Benjamim, a pedido expresso do pai:

«Vtinam ne expediendo, me impediam. Sed tibi
Hoc credo Iuda pignus.»

'Oxalá não venha a embarçar-me mais ao enviar-vos. Mas a ti, Judá, confio este penhor.' 294

O espírito vivo de Judá leva-o a ser o primeiro a observar os sinais estranhos dum choro, aquando das oferendas de Benjamim:

«Quid ille fletus?»

'Que significa aquele choro?' 295

Outros filhos de Lia — Levi, Issacar e Zabulão são personagens desta família com relativa importância na economia da narrativa.

Enquanto Levi, durante a recepção nos campos de Dothain, havia ameaçado arrancar as orelhas de José (*Hasce aures ego: v. 616*), Issacar decidia-se pelos olhos (*Quin ego prior oculos hosce euellam tibi? v. 615*) e Zabulão já premeditava a sua morte (*Vitam ego: v. 616*).

Levi, que atribui a José o epíteto de nobre adivinho (*augur nobilis: v. 626*), procura despachá-lo rapidamente para o fundo da cisterna (*Curctamur ut deludat: v. 626* - 'Hesitamos para que ele nos engane...'), mandando vir as cordas para o descer (*Praebete funes: v. 633*); Issacar

293 Cf. I.09.617.

294 Cf. V.02.3336-3337.

295 Cf. I.09.617.

ajuda a atar-lhe os braços e as mãos (*Eia implicate brachia, ac ambas manus: v. 636*).

Quando José partia para o exílio, Issacar despede-se aos murros (*Hosce pro osculo pugnos habe: v. 1320*). Esta atitude agressiva parece fazer ressaltar a imagem duma compleição física forte, como nos deixa entender a descrição de Dã:

‘... .. Pinguarius
Stomachi ampliabis aream carnarii.’

‘Tu, amigo da gordura, alargarás o teu estômago voraz.’²⁹⁶

Mais tarde, no Egipto, perante a solicitude de José com Simeão, que fica refém, Zabulão dá expressão colectiva à gratidão, dobrando o joelho (*Curuamus ob id genua: v. 2990*).

Os filhos das escravas — Dã e Neftali são filhos de Bilha, escrava de Raquel; Gad e Asser de Zilpa, escrava de Lia.

São personagens com uma pequena intervenção na tragicomédia.

Gad e Dã foram os primeiros irmãos a dar expressão ao descontentamento que reinava entre os irmãos. Quando discorrem sobre o ambiente doméstico (I.3.321-351), pintam-no com cores negras. Segundo eles, o pai colocou José acima dos irmãos (*Instituit regem domi: v. 323*, diz Gad) e até parece mandar no próprio pai (*ut etiam patri / Videatur imperari: vv. 339-340*, diz Dã). A morte poria fim às ilusões do sonhador, que os oprime (*Ego perdidissem, qui uolet me perdere: v. 348*, diz Gad). E decidem fomentar a revolta (*Facto est opus: v. 349*, diz Gad).

Neftali desconfia da imparcialidade de Jacob, pois recorda o ardil que Jacob utilizou para herdar o direito de progentura (I.08.567-572). Por isso lhe chama astuto (*uafer: v. 568*) e atribui o epíteto carinhoso *corculum*

²⁹⁶ Cf. II.05.1153-1154.

(v. 572) a José, a quem havia de prometer arrancar os cabelos (*Capillum ego*: v. 616).

No Egípto, quando José exige que lhe tragam Benjamim, Neftali revive o passado esquecido:

«Profecto iusta, nunc reululscit nefas
Oblivioso conditum silentio.»

'Sem dúvida que é justo. Agora revive o crime escondido pelo
olvido do silêncio.' ²⁹⁷

Dã, em sintonia com os irmãos, também manifesta a opinião de que o pai, Jacob, está encantado pelo filho (*Insanire plurimum / Amore pueri*: vv. 328-329), a que ele, no lar, tributa honras de rei (*dextram Regis osculamini*: v. 545). Da sua inspiração partiu a invenção do disfarce para o desaparecimento de José, arrebatado por uma fera (II.10.1358-1362).

No Egípto, o irmão que esteve na génese da revolta é o primeiro que se arrepende:

«En poena iusta punit antiquum scelus.»

'Eis a punição justa que castiga o antigo crime.' ²⁹⁸

Para Gad, só a morte os libertará da ameaça de José (I.3.348), a quem desejava extirpar a língua (*Linguam ego*: v. 616).

Um sinal evidente da mudança de atitude, que é comum a todos, é o desejo de salvar Simeão, refém no Egípto.

Constrangidos pela severidade da vida pastoril e traídos ainda pela denúncia de José, vão atentar contra a sua vida. Rúben, o irmão mais velho, procura moderar a crescente animosidade. Poupa o sangue, mas demite-se da sua liderança e afasta-se medrosamente. A ascendência do

²⁹⁷ Cf. IV.09.2948-2949.

²⁹⁸ Cf. IV.09.2948-2949.

nefando Simeão, com o refalsado Judá, unidos aos restantes, arremessam-no à cisterna, crivado de impropérios. Festejam ruidosamente o triunfo. E, finalmente, o seu espírito orgíaco, estimulado pela cupidez argentárea, vai entregá-lo ao Egípto.

De súbito, o arrependimento ²⁹⁹. Uma névoa aplaca o seu espírito feroso. Vão animar-se com a busca dum disfarce. Mas Deus é testemunha omnipresente, cuja justiça se manifesta na mão implacável do Administrador do Egípto, José, que os irmãos vão reconhecer e adorar. O sofrimento havia-os purificado.

Luís da Cruz alonga-se e compraz-se nas minúcias descritivas. Compôs, afinal, o mais fiel retrato da família, a partir de uma das narrativas mais ternurentas da Sagrada Escritura.

O Homem, naturalmente bom, está a caminho. Mas esta caminhada, vertiginosa, está salpicada de pequenos escolhos catárticos, numa busca incessante da Perfeição. É um mundo cheio de invejas e orgulho, manchado pelo sangue de inocentes ³⁰⁰, que só alcançará a salvação em Jesus Cristo, filho de Deus. Não é a morte do pecador que se deseja ³⁰¹, mas a sua conversão ³⁰², um espírito novo ³⁰³.

²⁹⁹ Quantas vezes, mal praticámos um acto, logo nos arrependemos. Naturalmente, a dinâmica de grupo empurrou-os para tal. Contudo, o vazio que emerge com a partida do irmão, leva-os à reflexão, solitária: «como foi possível?»

³⁰⁰ Vide *Sab.* 2.24: «Por inveja do demónio é que a morte entrou no mundo e prová-la--ão os que pertencem ao demónio». No *Génesis*, enxergamos que a morte é uma das consequências da inveja (Cf.: *Caim* matou Abel - 4.4-8; *Esaú* promete matar Jacob - 27.41), amaldiçoada no livro dos *Provérbios*: «Um coração tranquilo é a vida do corpo, mas a inveja é a carne dos ossos» (14.30).

³⁰¹ Assim é a mensagem já no Antigo Testamento (Cf. *Ez.* 33.11): «Diz-lhes isto: Por minha vida, oráculo do Senhor Deus, não tenho prazer na morte do ímpio, mas sim na sua conversão, de maneira que ele tenha a vida. Convertel-vos! Afastal-vos desse mau caminho que seguis; por que persistis em querer morrer, casa de Israel?»

³⁰² Vide *Lc.* 15.7: «Digo-vos eu: haverá mais alegria no Céu por um só pecador que se arrepende do que por noventa e nove justos que não necessitam de arrependimento».

³⁰³ Vide *Ez.* 36.26: «Dar-vos-ei um coração novo e introduzirei em vós um espírito novo: arrancarei do vosso peito o coração de pedra e vos darei um coração de carne». Como vimos, José procurou «experimentar se as velhas sementes de ódios ainda perduram» (Cf. V.14.3913-3914).

A FAMÍLIA REAL DO EGÍPTO E SUA COORTE

As marcas distintivas deste universo são a gratidão e a lealdade.

Na prossecução do objectivo último da realeza, privilegia-se a *humanitas*, actualizada em cada ser humano, como factor universal de comunicação. Isso explica que Faraó tenha chamado, sem hesitação, José, quando ainda estava preso e escravo, e o viesse a promover na administração do Egipto. Cumpria-se, desta forma, o desígnio de socorrer os súbditos, especialmente os mais desprotegidos.

Os príncipes do Egipto intervêm a partir do Acto III, cena XVIII, quando dão o assentimento ao pai Faraó, a fim de premiar José, o adivinho sob os auspícios de Deus (*auspice Deo*: v. 2422) como se reconhece. Atentos ao exercício da governação, preocupa-os a deterioração das relações entre a nobreza e o povo. Todavia, para o irmão do Príncipe herdeiro, o empenhamento pedagógico de José é o garante suficiente da ordem social (*Haec uanitatis saeua tempestas, tua / Placetur ut uirtute certas iam diu*: vv. 3579-3580).

O Faraó — Só intervêm a partir do Acto III, preocupado com medos nocturnos em tempo de paz (*Accuso nunc in pace nocturnos metus*: v. 2222) e sonhos cobertos por invólucros dissimulados (*Et tecta caecis inuolucris somnia*: v. 223) que nenhum mago sabiamente interpreta (*neminem inuenio magum / Qui uisa retegat*: vv. 2224-2225). Decepcionado, vai desprezá-los, reputar o oráculo como prestidigitação (*Et arbitrari Oraculum, praestigias*: v. 2255), a quem deixa o conselho da fuga (*consulat uobis fuga*: v. 2262).

Governa o Estado com justiça e piedade (*quam iure legum, quam probatis moribus*: v. 2370), no respeito pela humanidade que habita cada ser humano ³⁰⁴. Assombrado com a sagacidade de José (*sapientiore quippe, nec similem tui / Tulit orbis hominem*: 'visto que o mundo não produziu homem mais sábio nem semelhante a ti' - vv. 2462-2463), eleva-o

³⁰⁴ Apesar de escravo e prisioneiro, é com gosto que recebe José (III.18.2396), numa clara referência à *humanitas* terenciana: atrás da "catalogação social", antes de mais, estava o homem, encarnação concreta da humanidade, que exige o nosso respeito.

a Príncipe do Egipto (*Principem Aegypti creo / Ego te*: v. 2464). Por este, e outros dons, manifesta a sua gratidão a Deus: (*Ob haec sacrifico munera, sacerdos Deo*: v. 2689).

A suprema magistratura egípcia vai depositar firme esperança no novo inquilino do palácio real. Com a sua lealdade chega a tranquilidade (*Tua quietem consequor tutam fide*: v. 2761) ao palácio; a sua prudência na gestão dos negócios do reino (*At prudentia / Regno in gerendo*: v. 2703-2704) leva o Faraó a desejar adoptá-lo como filho (*Vellem carere libere, illum mihi / Adoptione filium factum*: 'Eu desejaria não ter filhos e adoptá-lo-ia como filho' - vv. 2705-2706). Os povos famintos do imenso orbe serão alimentados em nome do Faraó (*Ego Pharaonis nomine cibos gentibus / Ita diuido*: vv. 2758-2759).

Pese, embora, o facto de serem povos inimigos, em guerra, os irmão de José vão disfrutar da hospitalidade egípcia, que El-Rei Faraó há-de abençoar:

«... .. Hos causa tui
Amplector ultro. Gratulor fratres tibi
Tandem receptos. Gratulor uobiscum
Qualem inuenitis. Nulla res sit, diem
Quae possit hunc ornare. Vos omnes eo
Quem postularit frater, accipiam loco.»

'Por causa de ti, abraço-os com todo o gosto. Alegro-me de que tenhas finalmente recebido os teus irmãos. Congratulo-me convosco de que o tenhais encontrado. Que não haja nada que possa adornar este dia; receber-vos-ei a todos no lugar que o vosso irmão solicitar.'

305

O Príncipe herdeiro — Enquanto as provisões cerealíferas do Egipto alimentam o seu povo, toda a terra é flagelada por uma fome devastadora (*Nam cum fatiget orbe toto maxima / Populos, et oras gentium penuria*: vv.

305 Cf. IV.09.4147-4152.

3360-3361). Motivo suficiente para o Príncipe herdeiro, em pessoa, se dirigir a José, em sinal de gratidão:

«*Felicitatis huius auctor unicus
Haberis a parente. Viue maxime
Seruator orbis, haec tui appellatio est.*»

'Depois de meu pai, tu és o único autor desta felicidade.
Vive, ó grande Salvador do Mundo: este é o teu apelido!' 306

De espírito afável, com agrado ouve José (*Animo uolente regiae accipio lubens / Documenta uitae: vv. 3412-3413*) reflectir sobre o exercício da governação.

O grande elogio de José fá-lo-ã mais tarde, quando toma conhecimento, através de um pajem (*Re noua tuam domum / Trepidare sensit unus e pueris puer: vv. 4112-4113*), do reencontro da família de Jacob: porque não negou a sua família, esse facto tornou-o ainda mais admirável aos olhos do Príncipe herdeiro (*Te gratiorem reddit hoc factum mihi: v. 4134*). Ele próprio levará os irmãos de José à presença de Faraó:

«*At huc parentem. Laetus hos pater aducnas
Rex intuere.*»

'Rei e pai, olha com alegria para estes estrangeiros que te vêem como um pai.' 307

Os méritos de José, segundo este príncipe, não estão tanto nas riquezas que trouxe para o Egipto, mas nas leis justas e nos bons costumes que instaurou neste reino (*Alia iuuentus, alia nobilitas uiget: v. 4331*).

O outro Príncipe — Vive em perfeita harmonia com o irmão primogénito, sem nunca dar mostras de inveja ou rancor. Elogia a prosperidade económica que o Egipto conhece com a administração de José

306 Cf. V.04.3366-3368.

307 Cf. V.18.4142-4143.

(*mira sed prudentia / Cumulata, floret gentium pecuniis*: v. 4318), mas o irmão acentua a importância da nova mentalidade, como vimos acima.

Putifar — O chefe dos egípcios, como ele próprio se apresenta (*Hocine fieri duci / Aegyptiorum credet Aegyptus?* – ‘Acreditará o Egípto que isto possa acontecer ao chefe dos egípcios’ - v. 1990-1991), vai comprar José a uns árabes (*Mihi vendiderunt Arabes seruum nobilem*: v. 1785); com este servo, Putifar viria a conhecer uma felicidade inaudita (*Fons honorum in aedibus / Perennitate clarus exundat meis* - ‘Uma fonte clara de honras jorra permanentemente na minha casa’ - vv. 1793-1794). Com efeito, o Intendente do Faraó vai elogiar as suas capacidades de bom Administrador, que lhe auguravam um futuro distinto na corte egípcia:

•Et sum beatus. Prandeo, ceno, accubo
Sine sollicitudine quippe rem curat, domum
Moderatur unus, seruatque, mihi familiam:
Locupletat etiam.▪

‘E sinto-me feliz. Almoço, janto, deito-me, sem preocupações. Ele cuida sozinho dos haveres, dirige e conserva a casa e a minha família: e até a enriquece!’ 308

O engodo da esposa matreira tudo põe a perder. Iludido, o marido angustiado (*Paulo ante felix, nunc sum infelicissimus*: v. 1978) recia os fantasmas dentro de casa (*Nunquid id uerum rear, / Quod uulgus asserit ire laruas per domos?* – ‘Porventura será verdade aquilo que o povo diz, que andam fantasmas pela casa?’ - v.1985-1988). Aterrorizada (*Territa uxor occidit*: v. 1994), a esposa recolhe à cama, tomada por doença violenta (*Repente morbo capta uiolento cadit*: v. 1995). E Putifar decide partir (*Sane meis, / Carere praestat aedibus, quam perpeti / Horrenda uisu* - ‘Sem dúvida, é preferível ficar sem a minha casa do que sofrer perpetuamente coisas tão horríveis de ver’ - vv. 1992-1994).

308 Cf. III.01.1790-1793.

O *Chefe dos Magos* — Rodeado pelos magos do Egipto, El-Rei Faraó aguarda uma interpretação das suas visões, que há-de desapontar sua alteza real (*Hoc regis esse somnium tanti putas? / Pastoris esset* - 'Pensas que este sonho é próprio de tão grande rei? Sê-lo-ia dum pastor' - vv. 2239-2240).

O *Administrador de Faraó* — Intervém na cena XVI, do acto III, para condenar, de forma peremptória, a magia (vv. 2634-2636).

O *Administrador de José* — Esta personagem revela-se obediente (*Fieri iube*: v. 3449; *Age, iussa perage*: v. 3930) às ordens de José e vai protagonizar algumas cenas hilariantes durante os preparativos para o banquete em honra dos hóspedes hebreus (V.9.3499-3555).

Homem da confiança de José, vai acusar Benjamim de roubo, e reconduzi-lo ao palácio, como escravo:

«Redire non prohibeo, sed iuris mei
Hunc esse noctis. Defero, sequimini.»

'Não vos proíbo de que voltéis. Mas, por esta noite, este está em meu poder. Levo-o. Segui-me.' 309

O *Copeiro* — Fiel ao seu «grande Rei» (*magne rector*: v. 2263), informa-o do menino hebreu que lhe decifrou o sonho na prisão (III.14.2277-2279):

«... .. Verus interpres tamen
Vtrumque inire soluit, et me pristinum
Manere dixit munus, ast illum crucem.»

'Então, o verdadeiro Intérprete resolveu um e outro e disse-me que voltaria ao cargo antigo, mas que ao outro o esperava uma cruz.'
310

309 Cf. V.15.3990-3991.

310 Cf. III.14.2277-2279.

O carcereiro e os esbirros — Os Esbirros arrastam José para o calabouço real do Egipto (III.3.1867-1868).

O carcereiro, que o havia acorrentado, toma conhecimento dos tormentos de Putifar e vai nomeá-lo prefeito da prisão (*Meo / Praefectus esto nomine*: vv. 2053-2054).

Mais tarde, quando José reencontra os seus irmãos pela primeira vez, tê-los-á enviado para este cárcere (IV.7.2858).

Os pajens — O primeiro pajem que aparece na tragicomédia é o mensageiro de Putifar, que lhe anuncia o pavoroso incêndio que lavra em sua casa (*Flama, flamma peruolat / In summa tecta*: vv. 2004-2005).

No Acto IV, aparece um Pajem da corte do Faraó, que anuncia a chegada de José ao palácio (*Adest magister regiae et ductor domus*: v. 2711).

Aparecem, ainda, os Pajens de José: chamam o carcereiro (IV.8.2889) e, mais tarde, anunciam a chegada do Príncipe herdeiro ao seu palácio (*Pharaonis haeres in tuas aedes uenit* v. 3354), bem como a notícia mais esperada: o regresso dos irmãos (V.5.3431-3433). É ainda um dos seus pajens que impedirá o avanço do Lavrador para o banquete que decorria em honra dos irmãos, na companhia dos príncipes (V.11.3857).

O LAVRADOR E O PODADOR

O Lavrador vai revelar-se uma personagem com muito peso no ritmo da acção, da peripécia.

A primeira intervenção sucede no acto I, cena VI: depois de uma longa reflexão sobre a origem do espírito (*nosse sternuendi originem*: v. 466) — embora o espírito goste de filosofar à sua maneira, os trabalhos rústicos não permitem tal ócio (*Verum et si cupidus sit animus modo suo / Philosophandi, tamen intermittit rusticos / Propter labores, qui otiosi non sinunt*: Mas, mesmo que o espírito goste de filosofar à sua maneira, contudo interrompe-se por causa dos trabalhos rústicos, que não permitem o ócio' — vv. 471-473) — o Lavrador protagoniza uma cena hilariante com o podador, retardando, assim, o ritmo veloz da acção.

Trata-se de uma altereação proveada por um molho de ramos que o podador subtraiu à floresta do Lavrador. Uma cena de pugilato, acompanhada de uma disputa verbal bem viva, ao agrado dos espectadores.

No Acto III, cenas XV e XVI, a facécia, o tom jocoso volta ao palco pela mão do Lavrador. A acção decorre no Egipto, no palácio do Faraó, e novamente provoca um retardamento: após o divertimento é que José entra no palácio real, acompanhado pelo copeiro. Renova-se o *topos* da paneadaria, desta feita, com o diabo.

Esta personagem que havia descido ao Egipto em busca de novas experiências (*Cupienti satius est menti dare pabulum, / Servire uentri quam pigro ad ignorantiam*: 'é preferível dar pasto ao espírito ávido de saber, do que servir o ventre preguiçoso para a ignorância' - vv. 2291-2292), vai ser arrebatado pelo demónio (*Hei cerno Cacodaemonem*: 'Ai que estou a ver o Espírito Maligno!' - 2336), que confundira com um morcego (*Rostro et alis dicerem / Vespertilionem*: Pelo focinho e pelas asas diria que é um morcego' - vv. 2300-2301).

Ainda em terras do Nilo, este ancião, com a melodia do seu canto, procura intrometer-se no almoço de recepção que José estava a oferecer aos irmãos (V.11.3797-3861). Impedido de entrar, vai mostrar a sua sabedoria ao Administrador de José (V.19.4198-4248). Manifesta, nesta altura, um tom sentencioso, moralizante, em representação da sabedoria da vida, a *sapientia* que Deus revela aos humildes.

VIANDANTE

Dã e Gad acabam de urdir uma trama contra José que, entretanto, vagueia por aqueles inóspitos lugares (I.5.401). A sua presença não escapou ao precavido Viandante. Embevecido com a distinta criança (*elegans puer*: vv. 371-372), escutou os seus anelos, discretamente afastado da sua visão. A fragilidade do menino inquietou-o e logo se aprestou para lhe indiar o atalho mais curto (*compendiaria semita*: vv. 411-412) que o havia de conduzir aos irmãos. Mas o seu coração adivinha desgraça (*suspitor / Pro fratribus aliquod fore ei infortunium*: vv. 420-421).

MELFORANO E BAFULTE

Enquanto saboreavam um lauto repasto, os irmãos de José avistaram estes dois negociantes de escravos a caminho do Egípto (II.9.1259-1261). São eles os compradores de José; Melforano vai cumulá-lo de atenções, como vimos.

O MENSAGEIRO, COM A TÚNICA

Precedendo a chegada dos irmãos, surge o mensageiro com a tão dolorosa narrativa (*tantum / dolorem*: vv. 1586-1587). Apavorado (*O grauem casum tibi*: v. 1593), hesita, mas Jacob apercebe-se da sua chegada (*De meis unum?*: v. 1587). Reconhece a túnica de José (*Tunica Iosephi mei est*: v. 1602) e compreende a inevitável notícia:

«... ... Vasto nemore deprensus ferae
Rapuerel»

'As feras arrebataram-no na vasta floresta.'³¹¹

b) Figuras alegóricas

O prólogo apresenta-nos um diálogo entre o Arcanjo S. Miguel e os Anjos da Guarda da Europa, África e Ásia. A quarta personagem alegórica é o diabo, apelidado Cacodémon, que intervém nos três primeiros actos.

A missão destes Anjos, mensageiros de Deus, é levar os homens ao conhecimento do Altíssimo, enquanto Cacodémon procura a sua perdição. Em vão atenta contra José, o eleito.

ARCANJO S. MIGUEL

Enviado por Deus, à casa de Abraão (*Abrahami domum / Me uisere iubet* 'Ele ordena-me que visite a casa de Abraão' - vv. 54-55), anuncia a salvação dos povos em Jesus Cristo, filho de Deus (*Seruator hic est orbis*: v. 130).

³¹¹ Cf. II.14.1605-1606.

O Anjo da Guarda da Europa apresenta-o como um ilustre guia do mundo,

«... .. Inclyte Michael ducem
Siquidem per orbem te Deus totum dedit»

‘Ó ilustre Miguel, já que Deus te fez guia do mundo inteiro...’ 312

um bom chefe e enérgico príncipe das milícias celestes (*alme Regnator poli / Animose ductor*: vv. 12-13), de fronte resplandecente com os louros da vitória (*laurea cuius micat / ... uictrici caput*: vv. 14-15).

O Anjo da Guarda de África também se fixa no busto distinto do Arcanjo, a quem elogia a agilidade:

«Sed ut Michael aliger celsissimae
Honore frontis reuolati»

‘Mas como se eleva nos céus o veloz Miguel com a sua fronte aureolada de excelsa honra!’ 313

ANJO DA GUARDA DA EUROPA

Intitula-se o protector duma Europa de timbre guerreiro,

«Qui bellicosam praepes Europam Deo
Iubente custos seruo, peragraui cito
Harum uolatu gentium prouíncias.»

‘Eu sou o Anjo da guarda que, por ordem de Deus, protejo a Europa belicosa; num voo, percorri, rapidamente, os vastos territórios dos seus povos.’ 314

312 Cf. Pr.01.27-28.

313 Cf. Pr.02.77-78.

314 Cf. Pr.01.01-03.

preocupado com o seu afastamento do Altíssimo (*Dabitur ne finis aliquis his olim malis?* 'Haverá um fim, algum dia, para estes males' – v. 15; *Dabit aliquando uanitas ueris locum?* 'Quando é que essa erredulidade dará lugar à verdade?' – v. 39), embora tenha confiança na misericórdia ³¹⁵ e no auxílio de Deus:

«Deus est misericors, ipse flectetur malis,
Humana quae gens patitur.»

'Deus é misericordioso, ele próprio se comoverá com os males que a raça humana sofre.' ³¹⁶

Mais à frente, renova este pensamento (*Ita misereri, et ferre praesidium, Dei est*: 'Assim, é próprio de Deus ser misericordioso e prestar auxílio' – v. 97).

O Arcanjo S. Miguel atribui-lhe os epítetos de «nobre príncipe» (*Generose princeps*: v. 16) e de «ave animosa» (*Praepes animose*, v. 30) e prediz a sua vitória final:

«... .. Tempus orietur suo
Labente cursu sole, cum clarissimos
Ages triumphos. Solus implebis loca
Permulta caeli, uacua quae fecit nefas
Rabidi Tyranni...»

'Tempo virá em que, no deslizar dos sóis, obterás retumbantes triunfos. Só tu ocuparás um grande número de lugares do Céu, que a impledade do raivoso Tirano deixou vazios.' ³¹⁷

³¹⁵ No prólogo do *Proditus* faz-se um apelo semelhante à confiança na misericórdia e no perdão de Deus.

³¹⁶ Cf. Pr.01.53-54.

³¹⁷ Cf. Pr.01.19-23.

ANJO DA GUARDA DA ÁFRICA

Manifesta uma grande inquietação pela condenação eterna dos povos desta região:

«... .. O nostri chori
 Laus prima, certis cuius auspiciis genus
 Pium, Tonantem debito cultu colit.
 Effare quando finis aut orbi, aut meis
 Dabitur querelis? Afra gens frustra meo
 Munita clypeo, uadit in stygios lacus
 Et feta flammis sempiternis Tartara.»

‘Ó primeiro louvor do nosso coro, sob a tua resoluta autoridade, a raça dos piedosos adora com merecido culto o Deus do Universo! Conta-nos, quando é que se porá fim ao mundo ou às queixas dos meus?’

A raça africana, em vão protegida com o meu escudo, se precipita nos lagos infernais e nos tártaros prenes de chamas eternas.’ 318

ANJO DA GUARDA DA ÁSIA

A mesma visão pungente nos é transmitida pela voz deste anjo, cujos povos ignoram a existência de Deus:

«... .. Nemo tot Prouíncias
 Quot solis ortu flammeo ardentis calent,
 Attolit oculos. Luna quam uersatili
 Orbis rotatu primus obuoluit, Dea
 Passim uocatur: clara quae praebet diem
 Iussu Tonantis flamma cultores habet
 Numero carentes. Astra quae noctem uago
 Solantur atram lumine, innumeros sui
 Sortita cupidos, obtinent altaria.
 Ignotus horum conditor iacet Deus.»

‘Ninguém ergue o seu olhar em tantas províncias quantas as que são aquecidas pelos raios flamejantes do Sol nascente. A Lua que o Orbe, na sua rota giratória, foi o primeiro astro a envolver, deusa é chamada por toda a parte. Com a claridade da sua luz dá origem ao

318 Cf. Pt.02.78-84.

dia por ordem do Onnipotente, tem um número incontável de adoradores.

Os astros, que alegam a noite escura com a sua luz errante, têm os seus altares com inúmeros devotos.

Deus, seu criador, permanece um desconhecido para eles.' 319

ANJO DA GUARDA DE JOSÉ

Quando o Anjo da guarda se aproxima da cisterna para confortar o seu protegido, José invoca-o como bem-aventurado e doce refúgio (*Prosper alarum*, v. 924; *dulce refugium*, v. 925). Com efeito, a sua compleição robusta, aliada a uma atitude decidida, afastará o perigo do ataque de Cacodémon, que visava a eliminação do eleito de Deus:

CACODAEMON

«Libet experiri robur. A. Accedis? Meum
Infesta gladium bellua cruenta, tibi
En quam potenti elldo ceruicem pcede.

CACODAEMON

Tentasse tecum praelium, et uires piget.»

CACODÉMON

'Apraz-me experimentar o teu vigor

ANJO

Aproximas-te? Enfrenta a minha espada, monstro sanguinário e hostil! Eis que te esmago a cabeça com o meu forte pé.

CACODÉMON

Tenho vergonha de terçar armas e medir forças contigo.' 320

Este guardião às ordens de Deus, como as suas próprias palavras deixam entender (*Iubeat Deus...*: v.1092), apresenta-se como *tutum praesidium* (v.1958) de José, quando o visita na prisão real do Egipto. José

319 Cf. Pr.02.61-70.

320 Cf. II.02.1095-1098.

mostra-se grato pelo auxílio divino e descreve o seu Anjo da guarda como um ser radiante:

«O praepes alme, semper in dubiis opem,
Laturus omnem, rebus adiutor ueni,
Sine te labascit animus: ut pulcher tamen
Honore laetae frontis appares, uigor
Attollit, et sperare me certam iubet
Vitae salutem perditae.»

'Ó veloz amigo, sempre disposto a trazer-me ajuda nos momentos de dúvida, vem ajudar-me nesta situação.

Sem ti, o meu espírito deixa-se abater: mas logo que tu, poderoso, apareces com a beleza do teu rosto alegre, cresce o meu vigor e manda-me esperar a salvação certa desta vida perdida.' ³²¹

CACODÉMON

O diabo, que faz a sua aparição na abertura do acto II, apresenta-se aos espectadores como incitador de discórdias (*Discordiarum concitator omnium*: v. 1023), inventor do engano (*Malae repertor fraudis*: v. 1024) e dotado duma mente ardilosa, propenso às quesíllas (*et mendaciis / Turbare pacem solitus antiquam nouo / Genere odiorum*: 'habitudo a perturbar a paz antiga com mentiras e um novo género de ódios' - vv. 1024-1025). Por isso, ele próprio se arroga de ter instigado a revolta dos irmãos de José (*Homines ueneno pessimo infeci decem / Fratres eosdem, quos ego feci meos*: 'Eu corrompi estes dez homens, irmãos, que fiz meus, com um péssimo veneno' - vv. 1054), conduzindo-os ao crime contra um irmão inocente (*Nunc addidere fratrem in insontem scelus*: v. 1066).

Este retrato demoníaco confirma-o o Anjo da guarda, a que acrescenta novas informações: celerado tirano (*scelestes / Tyranne*: vv. 1072-1073), arrogante (*arrogans*: v. 1080), a ponto de a própria soberba (*ob*

³²¹ Cf. III.07.1960-1965.

superbiam: v. 1081) o arrastar para as profundezas do tártaro (*profunda tartara*: v. 1080). Artífice manhoso de crimes (*Callide facinorum artifex*: v. 1102; *teter concitator criminum*: v. 1947), acaba vencido aos pés do Anjo:

«... .. CAC. Ceruicem premís?
Omitte. Fabor. ANG. Fare. C. Cur cogís? Sat est.
Discede uictor.»

CACODÊMÓN

'Esmasga-me a cabeça? Deixa-te disso. Eu falarei.

ANJO

Fala.

CACODÊMÓN

Por que me obrigas? Já basta. Afasta-te, vencedor.' 322

Daí que o diabo tenha vergonha de lutar com o Anjo (*Tentasse tecum praelium, et uires piget*: 'Tenho vergonha de ter terçado armas e medido forças contigo' - v. 1098); receia que José sobreviva, pois há-de moldar a descendência com os seus costumes:

«... .. C. Progeniem inuidus
Odi plorum. Timeo ne egregius puer,
Iosephus iste uiuat, et stirpem suis
Informet olim moribus, nostrae domus
Ius unde minuat.»

'Eu, invejoso, odeio a descendência dos justos.

Receio que esse ilustre menino, o José, sobreviva e modele um dia a sua descendência com os seus costumes e diminua o poder da nossa morada.' 323

Oriundo do tenebroso abismo (*Barathro de tenebroso*: v. 1039), donde chega através de rochas perfuradas com uma enorme abertura (*Per*

322 Cf. II.02.1100-1102.

323 Cf. II.02.1107-1111.

saxa, hiatus perforata maximo: v. 1028), move o diabo uma perfidia insaciável³²⁴:

«Res una Barathro de tenebroso mouet
Huc exilire, scilicet inexplebilis
Amor nocendi, quo magis etiam ardeo,
Quam sempiternae incendio flammae cremor.»

'Uma coisa só me leva a sair do tenebroso abismo, cá para fora: o desejo insaciável de fazer mal, que me inflama ainda mais do que ser queimado pelo fogo das chamas eternas.'³²⁵

A acção de Cacodémon ao longo da diegese dramática é prova deste carácter matreiro e insistente: as contínuas tentativas para destruir José³²⁶, socorrendo-se da ajuda dos irmãos e da esposa de Putifar, Intendente do Egipto.

Para o regozijo do diabo havia de contribuir o crime de incesto de Judá. É natural o contentamento de Cacodémon:

«Proficuo multum prospere eedunt doli.
Locupletor ex Haebraeis, aut ipsi eadunt,
In flagitia, aut inique in ipsos perpetrant
Indigna multi ob nostram diligentiam
Ea est uoluptas maxima, ut flam mei
Cum sceiera faeiunt, aut si uitant erimina,
Cupidos noeendi ne deuitent improbos.»

'Eu estou a progredir muito; as astúcias sucedem-se favoravelmente. Enriqueço com os Hebreus ou eles próprios caem

³²⁴ As cores carregadas nas palavras do Anjo são bem indicadoras desta propensão: *infesta... bellua cruenta* (II.2.1096).

Na Sagrada Escritura encontramos os epítetos de «o sedutor do mundo inteiro» (Ap. 9.12), «príncipe deste mundo» (Jo. 12.31), «o deus deste mundo» (2 Cor.4.4).

³²⁵ Cf. II.01.1039-1042.

³²⁶ Recordemos, a propósito, a três tentações infligidas por Satanás a Jesus Cristo: no deserto (Mt. 4.4) — onde o povo eleito sucumbiu à idolatria, adorando um bezerro de ouro (Ex. 32), no pináculo do templo (Mt.4.5) e no alto da montanha (Mt.4.8).

em imoralidades ou sofrem muitos deles Iniquidades e infâmias por diligência nossa.

Este é o meu maior prazer: que sejam meus quando cometem crimes ou, se evitam os crimes, que não impeçam os improbos desejosos de fazer mal.' 327

O demónio afirma-se inimigo do género humano (*Ego Cacodaemon hostis humani gregis*: v. 2031), pois deseja a perdição de todos (*Deo posthabito, me potius uolunt, / Qui nolo quemquam sospitem, euersum uolo*: 'depois de abandonar Deus, preferem-me antes a mim, que não quero a salvação de ninguém, mas a perdição de todos' – vv.2028-2029). Tudo por causa da loucura humana (*Humana uecordia*: v. 2024), da grande estultícia dos mortais (*magnam amentiam mortalium*: v. 2032), que seguem a todo o custo o que devem evitar (*Fugienda uero persequi enixim*: v. 2035): os infernos enchem-se com estes loucos (*Implentur istis tartara at dementibus*: v. 2033).

Bene est – conclui o diabo: que expulsem de casa os melhores e que me chamem a sua casa, a mim que sou o pai de tragédias (*optimos pellant domo / Tragoediarum me parentem ad se uocent*: vv. 2036-2037). Assim aconteceu na casa de Putifar: expulsou José e chamou a discórdia ao lar:

*... ... Hoe habeat boni
Qui me, nimis credendo uxori uxorius,
Ad has procellas hospitem optauit sibi:
Seruumque frugi perdidit.*

'Seja esta uma boa lição para qualquer marido que acredite demasiado na esposa.

Preferiu trazer o hóspede a estas procelas e perdeu um escravo frugal.' 328

327 Cf. III.05.1902-1908.

328 Cf. III.09.2020-2023.

Nem o Lavrador, que demandou o Egipto ávido de novos conhecimentos, havia de escapar às traquinices do diabo, personagem da tradição dos mistérios medievais, de que o teatro vicentino é um exemplo expressivo, ou o teatro catequético, nos pontos do orbe terrestre em que há missões, como no Brasil e no Oriente.

Através da presença do diabo, que personifica o mal, o público sabe que estes irmãos são seus aliados e por isso assim se define a sua maldade, merecedora das penas infernais.

A simbologia do inferno e a apresentação de quem o merece faz parte do cunho pedagógico, parenético do teatro jesuíta.

ORÁCULO (DEUS)

É a voz de Deus. A Ele se dirige Jacob com os seus queixumes (*O Magne genitor! Oro da faciem meis / Aurem querelis: vv. 1555-1556*). A esta beleza alada (*O penniger decore: v. 2125*), o Criador (*alme genitor: v. 2130*), recorre Jacob, enquanto José está aprisionado no Egipto. A resposta às inquietações de Jacob é um invariável apelo à constância:

«Natorum uarlis longaeue exercite curis,
Nullis cede malis, patiendo exempla relinque.»

'Ó idoso ancião, preocupado com os vários cuidados dos teus filhos, não cedas a nenhuns males, deixa exemplos de paciência.'
329

A mesma atitude é reiterada mais tarde:

«... Languentis ne cede laboribus aeui.
Inter acerba solet rerum discrimina condi
Vera quies.»

'Não cedas aos sofrimentos da tua debilitada idade! O verdadeiro descanso costuma esconder-se entre os reveses da fortuna.'
330

329 Cf. II.13.1558-1559.

Este poder divino (*Numer:* v. 2107), como o designa Benjamim, vai anunciar-lhe a vinda próxima de Jesus Cristo:

«... .. Sine tempora cursu
Ire suo, ueniet lustris properantibus aetas,
Cum Deus ipse aderit, Deus ipse, et plurima coram,
Humanoque tuos affabatur ore nepotes.»

'Deixa que os tempos sigam o seu curso. Com o andar dos tempos, virá uma idade em que o próprio Deus, Deus em pessoa, estará presente e dirá muitas coisas face a face aos teus netos com boca humana.' 331

E depois de tantos sofrimentos, o Oráculo, qual profeta, vai augurar-lhe a felicidade:

«Durasti, ut grauium maior stridente laborum
Tempestate, hodie rebus frueri secundis.»

'Sofreste, a fim de , já velho, depois da tempestade sibilante dos trabalhos pesados, gozares hoje de tempos de prosperidade.' 332

E logo tem a alegria do regresso dos filhos, que estão de volta do Egipto:

«... .. Laetitiam mihi
Hanc nunc canebat affore interpres Dei,
Et amicus Ales. Nate in amplexus rue.
Simeon redisti?»

'Esta minha alegria, ainda agora me predizia o oráculo de Deus, o Anjo amigo. Ó meu filho, dá-me um abraço.
Voltaste, Simeão?' 333

330 Cf. II.13.2120-2122.

331 Cf. III.12.2135-2138.

332 Cf. IV.20.4275-4276.

A caminho do Egípto, e no momento em que Jacob tudo dispunha para um descanso em segurança, o Oráculo anuncia-lhe uma estada tranquila no reino do Faraó; ali nascerá um povo inumerável. Contudo, vai ter de abandonar esta terra, por indicação de Deus:

IACOBVS

«Tuum ne famulum Penniger uocas? tua est
Audita mi uox? Pronus aduoluo tibi.

ORACVLVM

Me Deus, Deus ille patris fortissimus in fit.
Expectate solo Phario, Regisque superbi
Diuitis, ne regna time nouus aduena Nili.
Innumerum gignes populum. Me pareside fines
Ingredere Pharios, et me assertore relinques.
Ac tibi grandaeuo Iosephus lumina claudet.»

JACOB

‘És tu, Anjo, que chamas o teu servo? É a tua voz que escutei?
Inclino-me diante de ti.

ORÁCULO

Fala aquele Deus, o Deus fortíssimo de teus Pais. Espera no reino de faraó, nas riquezas desse Rei soberbo, e tu, novo habitante, não temas os reinos do Nilo.

Gerarás um povo inumerável. Sob a minha égide, entrarás nos reinos do Faraó e, quando eu te disser, deixá-los-ás. E José fechar-te-á os olhos já em idade avançada.’³³⁴

³³³ Cf. IV.21.4283-4286.

³³⁴ Cf. V.23.4357-4362.

A análise destas personagens em pormenor permite, no entretecer da intriga, apresentá-las no seu *êthos*, na sua personalidade e sua função social. O exagero de personagens em palco, bem como o número indefinido de figurantes, que o texto sugere, parece indicar a necessidade de englobar o maior número de alunos, o que se adequava à pedagogia dos colégios jesuítas.

Na verdade, esta *exercitatio* pública estava reservada fundamentalmente aos alunos da quinta classe de retórica, que concluíam a sua formação humanística.

Porém, esta prática torna a intriga menos movimentada, mais retórica, mais parenética e moralizante. Nestas circunstâncias, não existe uma evolução de caracteres, mas uma justaposição de asserções. Esta afirmação é válida para as personagens alegóricas, para a família real egípcia, para o velho Jacob, para José e o seu filho Benjamim. Mas, e contrariando a opinião expressa pelo investigador francês Claude-Henry Frêches³³⁵, não podemos asseverar o mesmo a respeito dos irmãos mais velhos de José. Como já foi dito, eles encarnam a inevitável catarse do seu acto tresloucado. Conscientes desta pena, vão aceitar, sem rancor, as provações que a mão enérgica do grande senhor, no Egipto, lhes há-de infligir. Finalmente purificados, a família de Jacob reencontra a sua harmonia em território hostil que, em sinal de gratidão, a premia com um tecto seguro.

³³⁵ Conforme opinião expressa, é incompreensível a mudança brusca dos irmãos mais velhos de José, a passagem brusca da arrogância à humildade: "parece que envelheceram"!

A natureza humana é mesmo assim, como já o testemunhámos. O tempo e as dificuldades emergentes ajudaram a amadurecer a incontida arrogância juvenil; onde antes víamos o irreverente adolescente, desponta agora, muito naturalmente, um jovem emancipado, mais consciente dos seus actos.

Também não o corroboramos quando ele afirma que esta tragicomédia mais parece um comédia lacrimajante, um drama burguês "avant la lettre" (Cf. *Le théâtre neo-latín...* cit., p. 395), o que contraria, na nossa humilde opinião, a hipótese de teatro de tese, aventada, mais à frente, pelo mesmo autor (*Ibid.*, p. 550).

As personagens intervenientes na acção dramática são em número de trinta e seis. Mas poderá ter-se exibido um número superior, pois não sabemos ao certo quantos esbirros acompanharam José aos calabouços do Faraó ou quantos escravos ajudaram o administrador de José a pôr a mesa para o banquete em que os hebreus foram convivas ³³⁶.

Se há do ponto de vista da acção dramática uma nítida distinção entre o argumento trágico e o argumento cómico, tal não acontece do ponto de vista formal, no que se refere ao número de personagens intervenientes em cena. A *Arte Poética* horaciana prescrevia três personagens em cena – a quarta deve ser uma *muta persona* ³³⁷ – o que se esperara na parte trágica.

Muito embora tal preceito formalmente não seja sistematicamente observado, dado que se trata de uma tragicomédia, talvez a própria *res tragica* da primeira parte da peça implicasse uma contenção dramática, mesmo ao nível de personagens intervenientes, como são disso exemplo e. g. no Acto I as cenas I, II, IV, V e VI.

2. A Arte

2.1. As concepções estéticas da dramaturgia quinhentista: a tragicomédia

Madcleine Lazard pronuncia-se sobre as raízes medievais da tragicomédia, nestes termos: «Si les historiens du théâtre sont d'accord sur les origines médiévales du genre, ils ne le sont plus lorsqu'il s'agit de trouver ses antécédents dans les mystères ou dans les moralités» ³³⁸.

A imprecisão destas considerações afigura-se-nos evidente.

³³⁶ CLAUDE-HENRY FRÈCHES fala em mais de trinta e cinco personagens e menciona uns quatro mil versos (Cf. *Le théâtre neo-latin...* cit., p. 361)

³³⁷ Cf. v. 192.

³³⁸ Cf. *Le théâtre en France au XVI^e siècle*. Paris, 1980, p. 222.

Tragicomédia, definida dentro dos cânones clássicos da teorização dramática, é o *Anfitrião* de Plauto. São estas as palavras que Mercúrio - personagem que profere o *Prologus* - dirige ao auditório: 'Vou mas é fazer com que seja uma comédia com uma pitada de trágico, pois não crelo que seja justo fazer uma comédia de fio a pavio, quando nela intervêm reis e deuses. Pois quê?! Já que há nela, também, um papel de escravo, vou fazer tal e qual como disse: uma tragicomédia' ³³⁹.

Plauto teria já, na comédia nova, modelos de tragicomédia, se não mesmo na comédia antiga, onde não falta a paródia em que intervêm os deuses, de que é exemplo a comédia *Rãs* de Aristófanes. O que se nos afigura fora de dúvida é que, por influência do teatro clássico, a tragicomédia se tornou um género com grande representação no Renascimento.

De inícios do Renascimento conhece-se o *Fernandus Servatus* (1493) ³⁴⁰, do italiano Marcellino Verardi, bem como o "best-seller" *La Celestina* (1500) ³⁴¹, do espanhol Fernando de La Rojas, que muito contribuiu para difundir este género na literatura em vulgar.

Entre nós, Gil Vicente foi o continuador desta tradição com as tragicomédias *Dom Duardos* e *Amadis de Gaula* ³⁴². Ainda em vernáculo, Luís de Camões escreveria a *Comédia dos Enfatriões*, editada em 1615, por Vicente Alvarez, também uma imitação de Plauto.

³³⁹ Plauto, *Anfitrião*. Introdução, versão do latim e notas de Carlos Louro da Fonseca, Coimbra, ³1988, p. 20.

Vide *Amphitruo*, vv. 59-63: *Faciam ut commixta sit tragico comoedia; / Nam me perpetuo facere ut sit comoedia, / Reges quo uentant et di, non par arbitror. / Quid igitur? quoniam hic seruus quoque partes habet, / Faciam sit, proinde ut dixi, tragico(co)moedia.*

³⁴⁰ Cita-se a frase latina que aparece no próemlo: *Potest enim haec nostra, ut Amphitruonem suum Plautus appellat, Tragicomoedia nuncupari* (Cf. A. STÄUBLE, *La commedia umanistica del Quattrocento*, Firenze, 1968, p. 128, apud Cf. ETTORE PARATORE, «Nuove prospettive...» cit., p. 14.

³⁴¹ O verdadeiro título desta obra que imortalizou o seu autor é *Tragicomedia de Calixto y Melíbea*. A primeira edição data de 1499.

³⁴² Cf. João Mendes, *Literatura Portuguesa*. Lisboa, 1974, p. 144.

Em Itália, a produção cómica latina, cujo último representante foi Girolamo Fondoli da Cremona, extinguiu-se entre 1510-1515 ³⁴³.

Na sequência do drama medieval, que encenou predominantemente temas sugeridos pelas Sagradas Escrituras, havia de surgir, já no final do *Quattrocento*, o «primo esempio di tragedia spirituale umanistica sulla Passione di Cristo» ³⁴⁴, composta pelo veronês Bernardino Campagna, que a dedicou ao Papa Sisto IV ³⁴⁵. O género da tragicomédia viria a impor-se no dealbar do séc. XVI, quando já não aparecia tão rígida a distinção entre tragédia e comédia, devido ao afastamento gradual da rígida normatividade clássica ³⁴⁶. Já o teorizador italiano Musumarra deixa entender que «gli esiti della “comoedia tragica” e del “dramma comicotragicum”, non sono da considerare un comodo rifugio di incertezze e di dubbi, ma costituiscono un punto d'incontro». E continua: «Scipione Ammirato, dedicando la commedia *I trasformati* a Ferrante Mansorio, conferma le divergenze tra commedia e tragedia, ma lascia ritraggono *l'imitation della vita*, e non esclude che la

³⁴³ Cf. FEDERICO DOGLIO, «Il teatro in latino nel cinquecento», in: *Atti del convegno sul tema: Il teatro classico italiano nel '500 (Roma, 9-12 febbraio 1969)*. Roma, 1971, pp. 163-196, maxime p.180: «Mentre la produzione comica, infatti, tutta concentrata nel primo decennio del secolo, conclude quella del'400 e ben presto si estingue, la produzione tragica, quasi inesistente all' inizio del' 500 e senza rapporti evidenti con quella precedente, si sviluppa verso la fine del secolo, per continuare a vivere durante il' 600».

³⁴⁴ FEDERICO DOGLIO, «Il teatro in latino...» ... cit., p. 185. A *Favola d'Orfeo* (1480) de Agnolo Poliziano precedeu a primeira imitação profana duma tragédia clássica, em vernáculo, foi a *Sofonisba* (1514-1515) de Trissino, uma tragédia humanista à maneira grega, mas com o moralismo de Séneca. Este texto, quicá o mais representativo da tragédia renascentista, foi precedido pelo *Ecerinis* (1314-1315), tragédia humanista, escrita em latim e composta por Albertino Mussato.

³⁴⁵ Cf. FEDERICO DOGLIO, «Il teatro in latino...» cit., p.185: «Questi, dunque, gli antecedenti probabili delle tragedie dei nostri autori cinquecentisti che, è opportuno notarli, erano quasi tutti ecclesiastici, salvo il primo della serie, quel Conti, che per la notorietà internazionale e la quantità delle opere, costituisce un'eccezione.»

³⁴⁶ «Le développement de la tragédie irrégulière à la fin du siècle indique que le respect des règles devenait beaucoup moins nettement définies. Cette anarchie devait favoriser l'avènement d'un genre mixte, la tragi-comédie...» ((Cf. MADELEINE LAZARD, *Le théâtre en France* cit., p. 220).

tragedia possa inserirsi nei modi del vivere — sia pure come *maestra dei Re* — accostandosi in tal modo agli intendimenti pratici della commedia»³⁴⁷.

Esta progressiva emancipação relativamente aos modelos clássicos é perceptível nos prólogos da *Favola di Cefalo*, de Niccolò da Corregio, e da *Comedia sine titulo*, de Girolano Morlini, pertencentes ao período de 1503-1504.

A *Historia Baetica*, de Carlo Verardi (1492) e o *De casu Cesene*, de Ludovico Romani da Fabriano (1377) testemunham igualmente esta indefinição dos conceitos de tragédia e comédia³⁴⁸.

O triunfo do novo género vai consolidar-se num período em que os comentadores italianos da *Poética* de Aristóteles, desconhecida até ao dealbar do Renascimento, fizeram emergir aquilo que se pode designar pela normatização classicista do *Cinquecento*, «cui tutti i drammaturghi avrebbero dovuto ispirarsi»³⁴⁹.

Este novo género deve a sua implantação em França aos teorizadores italianos e às preferências do público que assim o exigiram: «Et c'est l'influence de l'Italie qui contribue à planter en France le nouveau genre par ses théoriciens et par ses pastorales dont les ressorts sont ceux de la tragédie, amours traversés, aventures romanesques, magie, par ses comédiens aussi.»

E mais adiante, acrescenta : «L'évolution du goût d'un public élargi, avide d'émotions fortes, qui favorise, nous l'avons vu, le développement de la tragédie irrégulière, contribue également à la vogue d'un genre plus libre

³⁴⁷ *La poesia tragica italiana* cit., p. 29.

³⁴⁸ Cf. ETTORE PARATORE, «Nuove prospettive...» cit., pp. 9-96, maxime p.13-14, ANTONIO STÄUBLE, «L'idea della tragedia nell'umanesimo», in: *Atti del IV Convegno di Studio: La rinascita della tragedia nell'Italia dell'Umanesimo (Viterbo, 15-16-17 Giugno 1979)*, 1980, pp.47-70, maxime pp. 58-59 e B. WEINBERG, *A history of literary criticism in the Italian Renaissance*, Chicago, 1961, Vol. II, pp.1074-1105.

³⁴⁹ Cf. ANTONIO STÄUBLE, «L'idea della tragedia...» cit., p. 56. Mas logo sublinha, para afastar dúvidas: «Le tragedie umanistiche del Trecento e del Quattrocento sono indubbiamente opere di ispirazione classica ed il loro grande modello è Seneca» (*Ibid.*).

et qui fait une large place au spectacle et aux péripéties romanesques d'une action mouvementée» 350.

Em França, a tragicomédia assumiria uma orientação definitiva com *Bradamante* (1580) de Robert Garnier, que se inspirou no *Orlando Furioso* (1516) de Ludovico Ariosto. Mas houve outras manifestações que a precederam: Louis Le Jars (*Lucelle, tragicomédie en prose française*, 1576); Antoine de La Croix (*Tragique Comédie Française de l'homme justifié par Foy*, 1544; *La Gaule*, 1560; *Argument pris du troisième chapitre de Daniel, avec le cantique des trois enfants, chanté en la fournaise*, 1561) e Mlle des Roches (*Tobie*, 1579) 351. Posterior é a *Polyxène* (1597) de Behourt.

A finalidade da tragicomédia é recrear o espectador, sem deixar de respeitar, em grande parte, a sua gravidade 352. É um género que se aproxima da tragédia com um desenlace feliz 353. Com uma estrutura formal que se aproxima do teatro antigo, vai privilegiar a história e as aventuras do herói 354.

Não andava longe desta concepção Luís da Cruz, como se verifica ao longo das suas peças. Mas, a julgar particularmente pela tragicomédia *José*, quer-nos parecer que o seu pendor se inclinava mais para a tragédia de tipo clássico. A parte cômica surge como que a contragosto, mais para servir as convenções do que o pendor natural do autor.

350 MADELEINE LAZARD, *Le théâtre en France* cit., p. 222.

351 Cf. MADELEINE LAZARD, *Le théâtre en France* cit., p. 222.

Já no séc. XVII, em França, o destaque vai para *Le Cid*, de Corneille, com desenlace feliz: «La parenté des deux genres, sensible chez Garnier, s'accentuera encore dans *Le Cid*. L'esthétique de la tragi-comédie, très proche de l'esthétique romanesque, devait toutefois exercer une influence décisive sur l'évolution de la tragédie en centrant l'intérêt non sur un problème ou une situation, mais sur une histoire et sur les aventures d'un héros» (*Ibid.*, p. 230).

352 CLAUDE-HENRI FRECHES, *Le théâtre neo-latin au Portugal (1550-1745)*. Paris-Lisboa, 1964, p. 416.

353 Vide Giraldo Cinthio, que invoca o exemplo de duas tragédias de Eurípides: *Ion* e *Alceste*. Outros teorizadores, pelo contrário, sustentam que é próprio da tragédia um desenlace funesto: Scaligero.

354 Cf. MADELEINE LAZARD, *Le théâtre en France* cit., pp. 222 e 230.

Vejamos, agora, o prólogo dirigido ao *Beneuolo, amicoque lectori*, inserto nas *Tragicae, Comicaeque Actiones*, onde o autor, em matéria de poética teatral, justifica igualmente a distinção importante que faz de tragédia, comédia e tragicomédia.

Para o jesuíta Luís da Cruz, a tragédia é de índole triste (põe em cena *tristia*), a sua fábula narra acontecimentos grandiosos (*res magnas*), tais como mortes de reis (*caedes regum*) ou destruições de cidades e de reinos (*urbium euersiones atque regnorum*), num estilo grave e elevado (*grauior et excelsior*).

A comédia, porém, é de cariz popular (põe em cena *res populares*); a *actio* tende para a tranquilidade ³⁵⁵ e a linguagem, a *oratio*, é idêntica à da praça pública, o *forum* ³⁵⁶.

O género misto da tragicomédia, denominação que atribuiu a *O Prodigus*, a *Iosephus* e a *Manasses restitutus*, é uma construção poética intencional (*utrumque copulare fuit in animo*), que resulta da confluência da tragédia e da comédia ³⁵⁷, como também reconheceu o crítico italiano

³⁵⁵ Vide Aristóteles, *Poética*, 1449a 22.

³⁵⁶ Vide Aristóteles, *Poética*, 1449b 24-28 e Horácio, *Arte Poética*, vv.114-118: o estilo deve adaptar-se aos caracteres. Conceção conforme a expressa pelos principais teorizadores da poética do Renascimento.

³⁵⁷ Horácio, *Arte Poética*, vv.220-250: fala-nos do drama satírico, que partilha do estilo elevado da tragédia e do estilo humilde da comédia, cujo resultado era um *medium dicendi genus*.

Para o humanista italiano Scaligero, a origem comum da comédia e da tragédia está na fábula: «Tragoediae vero et Comoediae genus unum commune, commune unum nomen, Fabula» (*Poética*, 1, I, cap. V in: Carmelo Musumarra, *La poesta tragica italiana nel rinascimento*. Firenze, 1972, p. 33).

Giulio Cesare Scaligero é um dos principais comentadores da *Poética* de Aristóteles. A sua obra fundamental é precisamente a *Poética*, que foi publicada numa edição póstuma, em Genebra, em 1561. Considerada por todos como o tratado fundamental da crítica renascentista, exerceu um papel preponderante nas correntes literárias europeias até ao Romantismo.

A necessidade que Luís da Cruz sentiu para expor a sua poética teatral é fruto dos ventos de mudança que se faziam sentir desde Itália. Segundo Musumarra, Scaligero sustentava que as concepções pessoais do poeta são um factor determinante da obra poética (*Ibid.*, p. 34).

Carmelo Musumarra ³⁵⁸. Numa missão de serviço à comunidade, aliou, assim, a seriedade (*grauitas*) e o riso (*hilaritudo*) ³⁵⁹.

O *Anfitrião* de Plauto é a comédia latina evocada para apoiar a sua tese ³⁶⁰. De facto, no Prólogo, Mercúrio, deus *ludens*, afirma que se quiser pode converter a anunciada tragédia numa tragicomédia (*tragicocomoedia*), por forma a suavizar ao gosto do público latino a austeridade trágica com a desconstracção cômica (*ut austeritatem tragicam comica facilitate mitigareſ*). A notícia de que se tratava de uma tragédia, género menos adequado ao *italum acetum*, havia toldado o semblante do povoleu. Assim, a *captatio benevolentiae* havia de prevalecer, com o mensageiro de Júpiter a prometer uma comédia com uma pitada de trágico (*faciam ut commista sit tragicocomoedia*) ³⁶¹. A uma ambiência elevada, com personagens de alto coturno, segula-se a truanice, para divertir o espectador (*quae per interualla spectatorem recreareſ*) ³⁶².

³⁵⁸ *La poesia tragica italiana* cit., p. 29.

³⁵⁹ «Praefatio ad lectorem» in: *TRAGICAE COMICAEQUE ACTIONES* cit., fl. ** 3v: *Cur Prodigum, Iosephum, Manassemque; appellem tragicocomoedias, nunc accipe. Nosti quid inter tragoediam, Comoediamque intersit. Illa res magnas, euentus inopinatos, caedes Regum, urbium euersiones atque regnorum, tristia denique postulare solet. Comoedia contra res populares, factas ex turbulentis tranquilliores. Ob hanc causam stylus et oratio foro similis est Comoedia: grauior et excelsior Tragoediae. Vtrumque, copulare fuit in animo, ut tragoediae aliquid, et comoediae haberetur. Sic enim grauitati auditorum, et hilaritudini seruire me posse arbitrabar.*

³⁶⁰ «Praefatio ad lectorem» in: *TRAGICAE COMICAEQUE ACTIONES* cit., fl. ** 3v: *Hoc inuentum apud Amphitruonem Plauti Mercurius approbauit, qui cum ingrato nomine tragoediae populum laetiora appetentem commouisset, repente in tragicocomoediam vertit, ut austeritatem tragicam comica facilitate mitigaret.*

³⁶¹ «Praefatio ad lectorem» in: *TRAGICAE COMICAEQUE ACTIONES* cit., fl. ** 3v: *Argumentum, inquit, huius eloquar tragoediae. / Deinde. Quid contraxistis frontem? Quia tragoediam / Dixi futuram hanc? Deus sum, commutauero / Eandem hanc si uoltis. / Pergit Mercurius. Teneo quid animi uestri super hac re siet. / Faciam ut commista sit Tragicocomoedia.*

Confronte Plauto, *Amphitruo*, vv. 51-59: *Post argumentum huius eloquar tragoediae / Quid contraxistis frontem? quia tragoediam / Dixi futuram hanc? deus sum, commutauero. / Eandem hanc, si uoltis, factam ex tragoedia / Comoedia ut sit omnibus isdem uorsibus. / Vtrum sit an non uoltis? sed ego stultior. / Quasi nesciam uos uelle, qui diuus stem. / Teneo quid animi uestri super hac re siet. / Faciam ut commixta sit tragico comoedia.*

³⁶² «Praefatio ad lectorem» in: *TRAGICAE COMICAEQUE ACTIONES* cit., fl. ** 4r: *Hoc secutus exemplum, malui tragicocomoediis dare, quam uel solas Comoedias aut Tragoedias. Ut*

Numa perspectiva cívica, o humanista Luís da Cruz procurou, desta forma, a decência, a *modestia*, a edificação e a formação nos bons costumes. Numa palavra, a moralidade, a *seueritatem* que a *Societas Iesu* prescrevia. A defesa da castidade, a *castimonia*, era uma das suas mais altas bandeiras ³⁶³. Buscava a *delectatio* em função dum princípio superior, a *utilitas* ³⁶⁴.

Tais são os propósitos do jesuíta Luís da Cruz, que reflectem as preocupações fundamentais deste século: «os teorizadores e dramaturgos do séc. XVI, na sua admiração pelo teatro de Séneca e influenciados pela realização do Concílio de Trento (1545-1554) e pelo formalismo da Contra-Reforma tentam conciliar, numa adaptação da teoria aristotélica ao pensamento horaciano, o fim hedonístico e o fim ético da poesia.» ³⁶⁵

Giraldi Cinzio, o maior teorizador da tragédia do Cinquecento, no prólogo da tragédia *Altile* aponta o grande ideal do dramaturgo de todos os tempos:

*E servire a l'età, agli spettatori
E a la materia, non più tocca inanzi
O da poeta antico o da moderno.* ³⁶⁶

et grauitas esset nostris hominibus gratissima, et hilaritas quaedam popularis, quae per interualla spectatorem recrearet.

³⁶³ «Praefatio ad lectorem» in: *TRAGICAE COMICAEQUE ACTIONES* cit., fl. ** 5rv: *Scripti nunquam, nec scribam quae modestiae obstant. Et meopte ingenio amo seueritatem Instituto Societatis nostrae familiarem, eamque in aliis officiose colo. Qua de causa istos nec audio, nec lego, qui se elegantes in re a castimonia aliena, ingeniososque ostendunt. At quoniam mihi magistro, iis mandantibus praecipere qui poterant, fuit in hoc genere scribendum, multorum patrum adhortatione grauibus adiunxi, quae quoquo modo honeste auditorem hilarare possent. Et in his ipsis dedi operam ut apparerent, quae bonos mores tuerentur.*

³⁶⁴ O teatro jesuítico, que nasceu por imperativos didácticos, aos quais associou, com êxito, objectivos de instrução e éticos junto do público, pode encontrar as suas raízes no *Christus* de Coriolano Martirano que surge como símbolo da convergência feliz dos humanistas com o teatro clássico e cristão: «Ma il supposto incontro del *Christus* con il pubblico, non è che l' inizio d' un rapporto che i nuovi autori tragici della scuola Gesuítica stanno per istituire, cominciando da quel Collegio Mamertino in Messina che, dal' 51, diventa il primo centro teatrale attivo del Meridione d'Italia grazie al padre Benedetto Palmio ed al suoi successori.» (FEDERICO DOGLIO, «Il teatro in latino...» cit., pp.195-196, que cita B. SOLDATI, *Il Collegio Mamertino e le origini del teatro Gesuítico*. Torino, 1908).

³⁶⁵ NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «Dramaturgia e actualidade do teatro clássico: matéria e forma na tragédia quinhentista» in: *I Congresso da APEC. Raízes greco-latinas da cultura portuguesa*. Coimbra, 1999, p. 180.

³⁶⁶ Vv. 11-13, in: *Trattati di poetica e retorica del cinquecento*, a cura di Bernard Weinberg, Vol. I. Bari, 1970, p. 489.

2.2. A arte dramática do Iosephus: estrutura temático-formal

2.2.1. A res e os uerba

a) A dispositio

A *tragicocomoedia Iosephus* principia com um prólogo ³⁶⁷, de tradição clássica, que apresenta o drama de José do Egipto no contexto da história da salvação. O mundo afastou-se de Deus que, na sua misericórdia, se apresta para lhe enviar o Salvador, seu Filho Jesus Cristo. O percurso terreno havia de afigurar-se semelhante ao do patriarca José, filho de Jacob.

Num tom majestoso, claramente apelativo, que apóstrofes

CVSTOS AFRICÆ

«... O nostri chori
Laus prima, certis cuius auspiciis genus
Pium, Tonantem debito cultu colit.»

ANJO DA GUARDA DA EUROPA

'Ó primeiro louvor do nosso coro, sob tua verdadeira autoridade,
a piedosa raça adora, com merecido culto, o Deus do Universo!' ³⁶⁸

CVSTOS EUROPÆ

«O sacra mundo nascere cadenti hostia.
...
O sidus affer aureum terris diem»

ANJO DA GUARDA DA EUROPA

'Ó vítima sagrada, nasce para este mundo em decadência!' ³⁶⁹

³⁶⁷ Se bem que, excepção feita à écloga *Polycronius*, as obras dramáticas de Luís da Cruz apresentem prólogo, uma reminiscência do teatro greco-latino, v. g., Eurípides, Plauto e Terêncio, eram raras as representações jesuíticas que o apresentavam (Cf. FRANÇOIS BERTHEAUX, *Le théâtre didactique des Jésuites...* cit., pp. 56-57). Porém, Miguel Venegas também faz preceder as produções teatrais de um prólogo, se bem que haja uma pequena diferença: enquanto a *Achabus* e a *Absalon* o têm incluso no inleio do Acto I, em *Saul Gelboeus* ele apresenta-se distinto, antes do Acto I, à maneira de Luís da Cruz.

³⁶⁸ Cf. Pr.II.78-80.

... ..
 'Ó sol, traz esse belo dia às nações!' 370

e interrogações retóricas intensificam,

MICHAEL

«... .. Cernis illa horrentia
 Dumeta siluis? Inter umbrosum nemus
 Fluuium sonantem qua mare urget in ferum
 Objecta sacra litori?»

MIGUEL

'Vês aqueles horrendos matagais? O ressoar do rio, entre o umbroso bosque, por onde arremessa para o mar feroz os objectos sagrados lançados à sua margem?' 371

os Anjos da Guarda da Europa, da África e da Ásia narram ao Arcanjo S. Miguel os crimes que assolam toda a terra, a idolatria 372 e a superstição 373. Num crescendo de intensidade discursiva, o Homem surge esmagado por crimes cometidos contra a sociedade (*scelus*) 374, contra si próprio (*flagitia*) 375 e contra Deus (*nefas*) 376; imperam os fantasmas (*spectra*) 377 e a vaidade (*uanitas*) 378, o mundo está decadente (*cadenti*) 379.

A misericórdia de Deus, reiterada pelo Anjo da Guarda da Europa, enviará o seu Filho, cuja nobre geração ascende à casa de Abraão:

369 Cf. Pr.II.132.

370 Cf. Pr.II.135.

371 Cf. Pr.I.32-34.

372 Cf. Pr. I.10-11. Este *topos* bíblico, recorrente no *Génesis*, também aparece na tragédia *Sedectas*, e. g., vv. 36-38; 599-600; 717-718.

373 Cf. Pr.II.74.

374 Cf. Pr.I.7.

375 Cf. Pr.I.9.

376 Cf. Pr.I.22.

377 Cf. Pr.II.74.

378 Cf. Pr.I.37.

379 Cf. Pr.II.132.

«Deus est misericors, ipse flectetur malis,
Humana quae gens patitur.»

'Deus é misericordioso, ele próprio se comoverá com os males de que a raça humana padece.' 380

Na defesa da ortodoxia, e em clara oposição às aspirações protestantes, vaticina Roma, como capital da cristandade 381; S. Miguel introduz o espectador na intriga da peça:

«Jam lecta soboles, unde prodibit, suos
Ramos propagat. Natus exemplum dabit
Deus ipse uitae nobile futurum suae.
Iosephus ore liberum pulcherrimus
Quos ille genuit, ille Iacobus Pater,
Fratrum suorum crimine repulsus domo
Agetur exul; Barbaris emptoribus
Vendetur auro. Feminae mendacio
Idem in catenas ibit, ac grandi fame
Instante, uinclis eximet iuuenem Deus,
Atque Pharaonis regis efficiet patrem.
Seruator orbis ipse dicetur: suos
Fratres uidebit ante se non cognitus
Orare pacem rebus: *et* notus dabit
Trepidis salutem. Talis Hebraea ab domo
Tonantis olim genitus attollet caput.
Ab inuidenti stirpe pelletur tamen,
In mortis usque regna compulsus: iubar
Rediuiuus omni lucidum sparget solo.
Seruator hic est orbis. Hic est uictima,
Quam nuper alto uidit Abrahamus iugo.»

'Já uma distinta geração, donde nascerá, perpetua a sua genealogia. O seu Filho dará o exemplo e o próprio Deus proporcionará um nobre futuro à sua vida.

José, o de mais belo aspecto dos filhos que Jacob, seu pai, gerou, repellido de casa pelo crime dos seus irmãos, viverá desterrado; será

380 Cf. Pr. I.53. O mesmo sentimento é repetido mais adiante (Cf. Pr.I.97).

381 Cf. Pr. I.38.

vendido por ouro a compradores bárbaros. Por causa da mentira duma mulher, irá para a cadeia, e, estando iminente uma grande fome, Deus há-de livrar este jovem da prisão e torná-lo pai do rei faraó. Ele próprio será chamado o Salvador do mundo. Sem se dar a conhecer, verá diante de si os irmãos, que pedem a paz para os seus haveres; e, reconhecido, dará a salvação aos oprimidos.

Um dia, da casa da Judeia, a tal geração do Omnipotente levantará a cabeça. Todavia, ele será rejeitado pela linhagem invejosa e impelido para os reinos da morte. Ressuscitado, espalhará a sua luz resplandecente por todo o mundo.

Este é o Salvador do mundo. Este é a vítima, que há pouco Abraão viu do alto do monte.' 382

José é a prefiguração de Cristo, o Salvador do mundo, a Verdade, que todos esperam 383.

Nesta atmosfera messiânica, S. Miguel, ao raiar do dia, envia os seus Anjos a anunciar a boa nova!

Em crescendo, a coloração terrífica do globo terrestre introduz o leitor na trama e permite ao autor lançar-se *in medias res* na apresentação do *mythos*.

A *inuentio* e a *dispositio* da *res* deste prólogo são claramente enformadas pela primeira e segunda semanas dos *Exercícios Espirituais* de Inácio de Loyola.

A visão universalista que nos é transmitida é nitidamente de inspiração inaciana e radica na contemplação da Encarnação, no primeiro dia da segunda semana. O Pai, o Filho e o Divino Espírito Santo contemplam a face da terra, cheia de homens, que se precipitam nas

382 Cf. Pr. II.111-131.

383 Vide Pr.II.95-96: «... permitirá que o seu Filho, por amor, se esconda na frágil urna dum corpo humano», que precede duma outra afirmação clara: «recordado, contudo, do frágil barro em que encerrou as almas» (Pr.II.94). Esta afirmação também estará correlacionada com a composição do lugar no primeiro exercício da primeira semana: «... Na invisível, como é aqui a dos pecados, composição será ver, com a vista imaginativa e considerar que a minha alma está encarcerada neste corpo corruptível e todo o composto neste vale, como que desterrado entre brutos animais. Digo todo o composto de alma e corpo» (INÁCIO DE LOIOLA, *Exercícios espirituais*. Porto, 2^a 1983, p. 42).

chamas infernais. Misericordioso, Deus vai redimir o género humano, enviando-lhe o seu Filho, que vai incarnar no seio da Santíssima Virgem.

No 1.º Preâmbulo, determina-se a recordação de «como as três pessoas divinas olhavam toda a planície ou redondeza de todo o mundo, cheia de homens, e como vendo que todos desciam ao inferno, se determina, na sua eternidade, que a segunda pessoa se faça homem, para salvar o género humano. E assim, chegada a plenitude dos tempos, se envia o anjo Gabriel a nossa Senhora.» 384

A denominada composição de lugar, no 2.º Preâmbulo, insiste na contemplação do mundo e na diversidade dos seus povos: «ver a grande capacidade e redondeza do mundo, na qual estão tantas e tão diversas gentes» 385. No 1.º Ponto, apela-se a uma visão mais pormenorizada e distinta das pessoas: «Primeiro as da face da terra, em tanta diversidade, assim como em trajes como em gestos: uns brancos e outros negros, uns em paz e outros em guerra, uns chorando e outros rindo, uns são e outros enfermos, uns nascendo e outros morrendo, etc. »; «Ver e considerar as três pessoas divinas... como olham toda a face e redondeza da terra e todas as gentes em tanta cegueira, e como morrem e descem ao inferno.» 386

Os Anjos da Guarda da África e da Ásia trazem, com efeito, informações de outros povos, numa caminhada semelhante para a perdição.

Finalmente, exorta-se a um conhecimento mais profundo de Jesus Cristo, «para que mais O ame e O siga», conforme o 3.º Preâmbulo 387. Daí que os anjos façam um apelo veemente à Sua vinda e O anunciem às nações.

Subjacente ao exercício desta contemplação, há uma dialéctica contínua de reflexão-acção: «reflectir para tirar proveito» 388.

384 Cf. INÁCIO DE LOIOLA, *Exercícios...* cit., n.º 102, p. 67.

385 Cf. INÁCIO DE LOIOLA, *Exercícios...* cit., n.º 103, pp. 67-68.

386 Cf. INÁCIO DE LOIOLA, *Exercícios...* cit., n.º 106, p. 68.

387 Cf. INÁCIO DE LOIOLA, *Exercícios...* cit., n.º 104, p. 68.

388 Cf. INÁCIO DE LOIOLA, *Exercícios...* cit., n.º 106, 107 e 108 pp. 68-69.

No quarto dia, da segunda semana dos *Exercícios*, propõe-se a meditação de duas bandeiras: «uma de Cristo, sumo capitão, e Senhor nosso, a outra de Lúcifer, mortal inimigo da nossa natureza humana». Na composição de lugar, 2.º Preâmbulo, referencia-se a Babilónia, como região da perdição: «Composição, vendo o lugar. Será aqui ver um grande campo, em toda aquela região de Jerusalém, onde o sumo capitão general dos bons é Cristo, nosso Senhor. Outro campo, na região da Babilónia, onde o caudilho dos inimigos é Lúcifer»³⁸⁹. Ouçamos as palavras do Anjo da Guarda do continente africano:

«Deserta Libyes arua tenuerunt sua
Babylone pulsí: qua per immensum uagi
Spatium feruntur Africac nudae incolae.»

'Expulsos da Babilónia, os Líbios viram os seus campos desertos, por lá são arrastados os habitantes da árida África, através da imensidade do espaço.'³⁹⁰

Mais abaixo, narra a terrível perdição das nações africanas, sublinhada por uma expressiva hipérbole, a terminar:

«Effare quando finis aut orbi, aut meis
Dabitur querelis? Afra gens frustra meo
Munita clypeo, uadit in styglos lacus,
Et feta flammis sempiternis Tartara.
Quam densa pluulo grando de caelo cadit,
Aquillone nubes quando Sarmatico rigent,
Tam multa Barathri luridum in stagnum ruit
Afris ab oris copia.»

'Conta-nos, quando vão findar as queixas do mundo e dos meus? A raça africana, protegida em vão com o meu escudo, precipita-se nos lagos infernais e no Tártaro pejado de chamas eternas. Assim como o denso granizo cai do pluvioso céu quando as nuvens se

³⁸⁹ Cf. INÁCIO DE LOIOLA, *Exercícios...* cit., n.º 136, p. 79.

³⁹⁰ Cf. Pr. II.71-73.

entumecem com o vento Sarmático, assim é grande a multidão que, das costas de África, se precipita no pálido lago do Báratro.’³⁹¹

Esta visão patética, uma enorme multidão africana que se precipita num inferno aterrador, é uma referência ao quinto exercício, a meditação do inferno, durante a primeira semana. O 1.º Preâmbulo, na composição de lugar, propõe recriar, «com a vista da imaginação, o comprimento, largura e profundidade do inferno.» No 2.º Preâmbulo, reforça-se, ainda mais, o pormenor: «ver com a vista da imaginação, os grandes fogos e as almas como que em corpos incandescentes»³⁹².

A presença dos *Exercícios* é ainda perscrutável na referência à revolta orgulhosa dos Anjos que se recusaram a adorar o Filho Primogénito de Deus:

MICHAEL.

«Cum procreauit alites caelo choros
Tonans Tonanti fillo dixit: «Mihi
Parcm et coaeuum nate te genui meae
Aeternitatis unieum pignus die.
Ibis scd olim missus a patrio sinu
In orbis oras infimi, et matrem Deus
Infans habebis uirginem». Tunc annuit,
Iussitque pronos Alites proeumbere.

CVST. ANGELVS.

Qui nolueret prae sua insolentia,
Missi in cauernas Tartari, poenas luunt.
At nos honorem filii defendimus,
Cui militamus.»

MIGUEL

‘Quando gerou os coros dos anjos do céu, Deus disse ao seu filho:
«Gerei-te, outrora, ó Meu Filho, igual a Mim e coeterno, como o
único penhor da minha eternidade. Mas um dia, enviado do regaço

³⁹¹ Cf. Pr. II.81-88.

³⁹² Cf. INÁCIO DE LOIOLA, *Exercícios...* cit., n.º 65 e 66, p. 51.

paterno, tu irás aos confins da infima terra e, como Deus menino, terás uma Mãe Virgem». Então anulou e ordenou aos Anjos que se prostrassem diante d'Ele.

ANJO DA GUARDA

Aqueles que se recusaram, por eausa da sua insolência, foram enviados para as cavernas do Tártaro, onde são castigados. Todavia nós defendemos a honra do seu Filho por quem combatemos.³⁹³

Estamos em presença dum *topos* que nos remete para o 1º Ponto do primeiro exercício, na primeira semana: «O primeiro ponto será aplicar a memória sobre o primeiro pecado, que foi o dos anjos, e a seguir o entendimento, discorrendo sobre o mesmo, e finalmente a vontade, querendo recordar e entender tudo isto, para mais me envergonhar e confundir... Digo trazer à memória o pecado dos anjos: como sendo eles criados em graça, e não se querendo ajudar de sua liberdade para prestar reverência e obediência a seu Criador e Senhor, ensoberbecendo-se, foram convertidos de graça em malícia, e lançados do céu ao inferno...»³⁹⁴.

O castigo do orgulho, da *hybris* por parte dos deuses, que se torna desde os Poemas homéricos e designadamente na tragédia ática do séc. V^a C.³⁹⁵, num verdadeiro *topos*, encontra representação no *Iosephus*. Este motivo trágico, que se espraia numa *amplificatio* intencional, própria para despertar o *páthos*, - para o qual concorrem não só os *ēthē*, os caracteres

³⁹³ Cf. Pr. II,98-109.

Vide Isaías.(14.12-15), cujas palavras ditas acerca do rei da Babilónia foram postas na boca de Satanás: «Como caíste dos céus, / ó astro brilhante, Filho da Aurora? / Como foste abatido por terra, ó dominador das nações? / Tu que dizias no teu coração: / subirei aos céus, estabecerei o meu trono / acima das estrelas de Deus, sentar-me-ei sobre o Monte da Assembleia, / na extremidade do céu: subirei sobre o cume das nuvens e serei semelhante ao Altíssimo. / O quê! foste precipitado no abismo, / no mais profundo dos abismos!» (*Bíblia Sagrada* cit., p. 965).

O evangelho de S. Mateus (25.41) retoma esta mesma ideia: «Em seguida, dirá aos da esquerda: Afastai-vos de Mim malditos, para o fogo eterno que está preparado para o diabo e para os seus anjos» (*Bíblia Sagrada* cit., p. 1326).

³⁹⁴ Cf. INÁCIO DE LOIOLA, *Exercícios...* cit., p. 43.

³⁹⁵ É o receio humano de atrair a cólera dos deuses: o homem era castigado por causa da *hybris*, do seu orgulho (Cf. ANTÓNIO FREIRE, *Conceito de Moira na tragédia grega*. Braga, 1969, p.97).

das personagens, mas a própria *elocutio* - está ao serviço da *utilitas causae*, da mensagem essencial do texto dramático (no prólogo e nos Actos I e II). É urgente afastar o Homem do seu egoísmo e arrogância e sensibilizá-lo para uma mudança de vida: a humildade e o perdão. Esta atitude, capaz de estimular a catarse, será favorecida pelo empenho e bafejo dos Anjos: de coração apertado, preocupa-os a hora de libertação dos seus povos, e S. Miguel anuncia-lhes a vinda próxima do Salvador ³⁹⁶.

Mas as reminiscências dos *Exercícios Espirituais* estendem-se ainda à bela metáfora da alma encarcerada *Corporis in urna fragilis humana* e ao acto de enviar anjos a anunciar a Boa Nova, pelo Arcanjo S. Miguel.

A vinda de Jesus Cristo consubstanciou-se no mistério da Incarnação, que se fez homem e habitou entre nós, sujeito às leis da transitoriedade humana:

‘... .. MICH. Sic eant quando Deo
Laxare mundo frena labenti placet.
Humana soboles noscat ut mortem suis
Habere se sceleribus: at uitam Dei
Tantum uolentis munere Aeternus pater
Tamen abdidisse fictili testa memor
Animos: recondi amoris ergo, filium
Corporis in urna fragilis humana sinet.’

MIGUEL

‘Que continuem, pois agrada a Deus dar rédea larga ao mundo decaído, para que a raça humana saiba que tem a morte para os seus crimes. Porém, a vida divina somente o Eterno Pai lha poderá dar por vontade sua, recordado ainda assim do frágil barro em que encerrou as almas. Ele, por amor, permitirá que o Filho se esconda na frágil urna de um corpo humano.’ ³⁹⁷

³⁹⁶ Cf. maxime a fala do Anjo da Guarda da Europa, que introduz o prólogo e apresenta os companheiros da Ásia e da África (Pr.I.15, 39, 109-110) e a do Anjo da Guarda da África (Pr.II.81.82).

³⁹⁷ Cf. Pr. II.88-96.

Este prólogo remata com a decisão do Arcanjo S. Miguel enviar os seus anjos a anunciar a vinda do Salvador, que há-de pôr fim à barbárie que se propagou a todo o orbe:

«Ergo ite uolucres aderit Europae suae,
Asiaeque magna, ac Africac felicitas.»

'Portanto, ide ligeiros, pois a felicidade há-de chegar à sua Europa, à grande Ásia e a África.' 398

Está presente, neste excerto, a exigência da propagação da fé cristã, o ardor da missionação por terras de além-mar. Na meditação das duas bandeiras, já mencionada acima, que corresponde ao quarto dia da segunda semana, há um apelo muito forte para esta urgência: «Considerar como o Senhor de todo o mundo escolhe tantas pessoas: apóstolos, discípulos, etc., e os envia por todo o mundo a espalhar a sua sagrada doutrina por todos os estados e condições de pessoas» 399.

Em forma de conclusão, podemos afirmar que este prólogo encerra um chamamento veemente à redenção do género humano, com a sua colaboração e a intercessão dos anjos, uma dádiva gratuita de Deus Amor: «O Amor é o nome próprio de Deus, é Deus contemplado em si mesmo e na sua acção infinita em todos e em tudo. Estaremos, de facto, um dia, na presença dos anjos e dos santos, não só eles intercedendo por nós (cf. EE, 232), mas nós também intercedendo, com eles, no seio da Santíssima Trindade, por todos e por tudo. Acção, por excelência, à imitação do Pai que "trabalha sempre" (Jo. 5.17), pelo Filho, no Espírito Santo, a favor da salvação do Mundo. Ouvir internamente, como Santo Inácio recomenda, no 2º Ponto da "Contemplação da Encarnação": "o que dizem as pessoas divinas, a saber: Façamos a redenção do género humano" (EE, 107). Colaborar com Deus na redenção do género humano, que maior acção

398 Cf. Pr. II.139-140.

399 Cf. INÁCIO DE LOIOLA, *Exercícios...* cit., n.º 145, 2.º Ponto, p. 43.

contemplativa e que mais grandiosa e gratificante contemplação activa, podemos realizar, neste mundo e por toda a eternidade?»⁴⁰⁰.

Após a visão sobrenatural do que se passa no mundo, isto é, a denúncia do vício que campeia por todo a parte, capaz de estimular a reflexão e o arrependimento individual⁴⁰¹, segue-se a *probatio*, a história de José do Egipto, capaz de persuadir em definitivo os espectadores. Mais uma vez estamos perante a indefectível proeminência dos *Exercícios Espirituais*: «toda a sua pedagogia eneaminha o exercitante para uma libertação dos condicionamentos da liberdade e, por isso, para a melhor escolha, a melhor decisão, a que for de maior serviço e glória de Sua divina Majestade, no rumo que se pretende dar à vida: de modo global, escolhendo um estado de vida, ou de modo particular, decidindo sobre situações concretas»⁴⁰².

Logo no acto primeiro, a plateia toma conhecimento do ambiente da intriga e do carácter dominante das personagens intervenientes, definidores duma rígida hierarquia familiar. Esta primeira fase do enlace, marcadamente informativa, corresponde à prótase⁴⁰³. No plano bíblico, o enredo compreende os primeiros vinte e quatro parágrafos do capítulo trinta e sete do *Génesis*.

Reerudese a tensão dramática no acto segundo. Este primeiro momento da segunda fase do enlace, corresponde à epítase⁴⁰⁴. Germina, aqui, o desenlace feliz desta tragédia, que nos é apontado pelos indícios⁴⁰⁵, os *praemonitia*, prefigurados em atitudes inesperadas de favorecimento,

⁴⁰⁰ MÁRIO GARCIA, S.J., «Contemplativos também na acção», in: *Deus e o Homem segundo S. Inácio*, Actas da 2ª Semana de Estudos de Espiritualidade Inaciana, Braga, 1996, p. 177.

⁴⁰¹ Prática que se insere no ideal inaciano: reflectir para agir, fazendo.

⁴⁰² LUÍS ROCHA E MELO, S.J., «Santo inácio de Lolola no seu tempo», in: *Deus e o Homem...* cit., p. 25.

⁴⁰³ Vide HEINRICH LAUSBERG, *Elementos de retórica literária*. Trad., prefácio e aditamentos de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa, 2^a 1972, p. 98.

⁴⁰⁴ Vide HEINRICH LAUSBERG, *Elementos de retórica...* cit., p. 98.

⁴⁰⁵ Vide infra, quando se fala dos indícios.

em circunstâncias difíceis, da vida de José. É ainda o mesmo capítulo do *Génesis* (parágrafo 25 ao 35) que serve de base à intriga deste acto.

O acto terceiro é marcado pela riqueza da peripécia, ao fazer evoluir a acção para uma situação de felicidade, segundo os cânones aristotélicos⁴⁰⁶. É o segundo momento do enlace, ainda dentro da epítase, em que a fábula se encaminha velozmente para o final feliz. Contrariamente ao que tem sucedido, neste acto assistimos a um avanço brusco na narrativa bíblica, desde o parágrafo 36 do capítulo 37 ao parágrafo 44 do capítulo 41. O autor ignora o capítulo 38 que narra a história de Judá-Tamar, por entender, e bem, a falta de relevância no significado essencial da peça.

Uma nova peripécia marca o acto quarto. É o terceiro momento da epítase, quando se vislumbra já o *happy end*. A prolongar a tensão dramática e a enriquecer o *páthos*, o desenlace foi retardado, pelo que este terceiro momento da epítase se pode identificar com a catástase⁴⁰⁷.

Luís da Cruz vai urdir a teia dramática desde o relato bíblico compreendido entre os parágrafos 47 do capítulo 41 e o parágrafo 35 do capítulo 42. São ignorados os parágrafos 45, 46, 50, 51 e 52 do capítulo 41, onde se narra que o Faraó deu Asenat, como esposa, a José, da qual teve dois filhos: Manassés e Efraim.

A catástase vai prolongar-se desde o acto quarto até à cena XV do último acto. Na cena XVI, sucede o reconhecimento, a *anagnôrisis* aristotélica (vv. 4058-4062)⁴⁰⁸, que se precipita com a presença singular de Benjamim. No relato bíblico, a intriga vai do parágrafo 36 do capítulo 42 ao parágrafo 12 do capítulo 47.

⁴⁰⁶ Cf. Aristóteles, *Poética*, 1452a 22 sqq. Vide NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O teatro clássico...* cit., p. 194.

⁴⁰⁷ Vide HEINRICH LAUSBERG, *Elementos de retórica...* cit., p. 90.

⁴⁰⁸ Vide *Gen.* 45.3.

Cumpriam-se, assim, os designios da reforma pretendida pelo Concilio de Trento (1545-1563): uma profunda renovação no sentimento e na prática da religião por parte do clero e do povo.

b) *Inuentio*

A tradição da Igreja apresenta-nos o patriarca José como uma *praefiguratio Christi*. O movimento da Contra-Reforma, cuja *ecclesia militans* tomou Cristo como garantia da salvação ⁴⁰⁹, encontra marcada expressão nas *bonnae litterae* ⁴¹⁰.

Esta tradição radica no Antigo Testamento. Inspirado na revelação de Deus e no advento do Salvador, as suas narrativas profetizam episódios da vida de Jesus Cristo: Caím e Abel, Abraão e Isaac, Moisés, José, David e Golias, Salomão.

O *Iosephus* de Luís da Cruz, que se inspirou na história bíblica de José, prossegue nesta linha. Alguns trechos desta peça remetem-nos para esta aproximação que, pela voz do Arcanjo S. Miguel, é feita desde logo no prólogo da tragicomédia (*Pr.*, 2.111-129), num caloroso apelo messiânico, em prol duma urgente *renouatio mundi* ⁴¹¹. Enumeremos as principais.

No acto I, vítima da extrema *superbia fraterna*, José é condenado à morte ⁴¹² [I.8.582 — esta sentença será comutada pela humilhante escravidão no estrangeiro (II.7.1204)]; no diálogo que mantém com os

⁴⁰⁹ Vide JAMES A. PARENTE, *Religious drama...* cit., p. 83.

⁴¹⁰ Vide JORGE BORGES DE MACEDO, «Livros impressos em Portugal no séc. XVI. Interesses e formas de mentalidade», *Arquivos do Centro Cultural Português*, IX - *Homenagem a Marcel Bataillon*. Paris, 1975, p. 214 e sqq. e J. S. SILVA DIAS, *Correntes do sentimento religioso em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*, Coimbra, 1960.

⁴¹¹ JEAN-MARIE VALENTIN, «Les jésuites et la scène : Orphée, Pallas et la *renouatio mundi*», in : *Les jésuites à l'âge baroque* cit., pp. 131-142.

⁴¹² Jesus Cristo, inocente, foi condenado por inveja (Cf. *Mtt.* 27.18). Outro pormenor é este: a morte de José foi denunciada pela túnica ensanguentada que o mensageiro levou até Jacob; Jesus Cristo vestiu uma túnica escarlate, quando lhe impuseram a coroa de espinhos (Cf. *Mtt.* 27.28), que lhe foi despida.

irmãos, José solicita alguns momentos para orar ⁴¹³ e vai apelar para os *exempla* de Abraão (I.9.695) e de Abel (I.10.716).

No acto II, Judá recomenda a venda de José por trinta moedas de prata ⁴¹⁴ (II.9.1274), que se fixou em vinte (II.9.1279); por três vezes ⁴¹⁵, José pergunta se um irmão deve ser vendido por ouro (II.8.1245-1247); dos irmãos, recebe blasfêmias, ironia, socos (I.9.607-705; II.8.1209-1244; II.9.1320-1321) ⁴¹⁶; *repente*, o arrependimento arrebatou os irmãos (II.10.1340-1344) ⁴¹⁷.

No acto III, pela terceira vez, José resistiu heroicamente às investidas do diabo (III.8.1976-1977) ⁴¹⁸.

No acto V, recebeu o epíteto de *Seruator orbis* (V.4.3368) ⁴¹⁹; pagou o mal com o bem (V.16.3998-4010); quando os filhos de Jacob lhe anunciam que José está vivo, Simeão emprega a expressão *at demortuos denuntio reuixisse* (V.21.4287-4288) ⁴²⁰.

O *Iosephus* é uma tragicomédia dividida em cinco actos ⁴²¹, como as tragédias de Séneca, tão em voga no teatro humanístico, até mesmo no

⁴¹³ Jesus Cristo, antes de ser entregue aos príncipes dos sacerdotes e aos anciãos do povo, vai orar no monte das Oliveiras.

⁴¹⁴ Judas Iscariotes entregou Jesus aos príncipes dos sacerdotes por trinta moedas de prata (Cf. *Mtt.* 26.15), com um beijo. Judá ordenou que disfarçassem o rancor, ante a presença iminente de José (Cf. I.8.605-606).

⁴¹⁵ Pedro negou Jesus, o Galileu, por três vezes, antes do galo cantar (Cf. *Mtt.* 26.75).

⁴¹⁶ Após a condenação pelo tribunal judaico, Jesus Cristo foi insultado, cuspidor, esbofeteado e soqueado (Cf. *Mtt.* 26.67).

⁴¹⁷ O evangelho também regista que os remorsos de Judas Iscariotes foram imediatos, pois Jesus havia sido condenado logo a seguir (Cf. *Mtt.* 27.3).

⁴¹⁸ Jesus Cristo é tentado três vezes no deserto. Também o diabo investe contra José por três vezes: na cisterna, quando é auxiliado pelo Anjo da Guarda (II.2.1072-1073); em casa de Putifar, pela sua esposa (III.3.1841-1842) e quando é acorrentado (III.5.1932-1935).

⁴¹⁹ O Filho de Deus virá para salvar o povo dos seus pecados (Cf. *Mtt.* 1.21).

⁴²⁰ As santas mulheres anunciaram aos discípulos de Jesus que ele tinha ressuscitado dos mortos (Cf. *Mt.* 28.5-10).

⁴²¹ Esta regra é consagrada na *Arte Poética* (vv. 189-190) de Horácio, cuja origem pode ser a *Poética* (1452b 14-27) de Aristóteles, que divide a tragédia em quatro partes: prólogo, episódios, êxodo e coros intermédios. Esta divisão deve ter surgido já na época helenística, na escola de Teofrasto (Cf. G. E. DUCKWORTH, *The nature of Roman comedy*, Princeton, 1952, p. 98-101).

de inspiração bíblica ⁴²². A razão por que o jesuíta Luís da Cruz preferiu apresentar uma tragicomédia, género com reminiscências clássicas, já a vimos atrás. Porém, o dramaturgo, no *praefatio ad lectorem*, sublinha outros aspectos que nos remetem para uma poética original, que é uma actualização dos cânones clássicos, determinada por circunstâncias temporais (*primum quis pro ea re decertabit, quam tempora antiquarunt?*) ⁴²³.

A eleição deste tema bíblico, conhecido e apreciado pelo público, tratado dentro dos cânones clássicos, actualizados pela criatividade do autor, atento à sensibilidade e aos gostos da época, augurava-lhe um êxito garantido. Significado especial adquire, neste sentido, o testemunho do dramaturgo: se a representação duma comédia plautina por ocasião da visita de D. João III ao Colégio das Artes, em 1550 ⁴²⁴, foi condenada ao fracasso (*rem infacetam ridiculamque*) ⁴²⁵, fortuna bem diferente conheceu o teatro feito pelos "nossos" que seguiram os competentes mestres vindos de França e de Itália (*uiri doctissimi ex Gallia, Italiaque*) ⁴²⁶. No entendimento

A *Poética* de Aristóteles foi traduzida para latim por Jorge Valla em 1498 e editada em Veneza, nas oficinas de Aldo Manúcio, em 1508, por João Láscaris.

Segundo FRANÇOIS BERTHEAUX, as tragédias representadas durante o ano escolar tinham apenas três actos; a tragédia de cinco actos estava reservada para a cerimónia de distribuição de prémios. Por outro lado, enquanto estas eram representadas pelos alunos de retórica, já aquelas eram interpretadas pelos alunos da segunda classe (Cf. *Le théâtre didactique des Jésuites. Objectifs pédagogiques et réalisations. Conformité et contradiction avec les préceptes de base*. Louvain, 1982, p. 56. Esta obra é um manuscrito que se encontra no ARSI, com a cota *Hist. Soc. III.101*).

⁴²² O ambiente cultural de Coimbra, centro do saber do Portugal de Quinhentos, onde se havia formado o dramaturgo P.^o Luís da Cruz, era bem o reflexo do magistério e até do convívio de grandes mestres europeus. Vide SENECA, *Tragédias*, introdução, tradução e notas de Jesus Luque Moreno, Madrid, 1979.

⁴²³ «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 2r.

⁴²⁴ A representação ocorreu a 15 de Novembro deste ano, após o jantar, nas instalações ainda situadas na baixa coimbrá (Cf. MÁRIO BRANDÃO, *O Colégio das Artes*. Coimbra, 1924, p.168).

⁴²⁵ «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 2r e ** 2v.

⁴²⁶ «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 2r e ** 2v. Sobre a importância da dramaturgia dos autores italianos e franceses (neste particular os "bordaleses) nas tendências do teatro em Portugal, vide NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Teatro clássico no séc. XVI..* cit., pp. 87-91.

do humanista jesuíta, tal notoriedade justifica-se pela preferência dada aos argumentos sagrados (*ueris sacrarum litterarum argumentis*)⁴²⁷, pela *latinitas (bonitate carminis)*⁴²⁸ e pelos adereços cénicos (*apparatu scenae e actorum elegantia*)⁴²⁹. Numa palavra, este teatro colhe cada vez mais os favores do público pela sua magnificência (*conquisita suppellectilii*)⁴³⁰, mais acentuada ainda na centúria seguinte. É um teatro «enformado pelo espírito do humanismo cristão, todo ele empenhado em conciliar a sedução dos valores estéticos com o sentido da moral canónica»⁴³¹.

No que se refere aos "bordaleses", o Colégio das Artes abriu solenemente a 21 de Fevereiro de 1548, pela mão André de Gouvêa, proveniente da escola Aquitânica. Acompanharam-no um distinto grupo de mestres: Jorge Buchanan, Guilherme de Guarente, Diogo de Teive – conceituados dramaturgos, cujas obras foram representadas em Coimbra -, Arnaldo Fabricio, Elias Vinet, João da Costa, António Mendes. (Cf. MÁRIO BRANDÃO, *O Colégio... cit.*, pp. 70-71;88) Recorde-se que a vinda de mestres de Paris e de Alcalá se deve à reforma do *studium particulare* de Santa Cruz, dos cônegos regentes de Santo Agostinho. Em seu lugar, vai aparecer um *studium generale*: «As reformas de 1534 a 1536 deram ao ginásio monacal de Santa Cruz uma feição de escola pública e um quadro de professores de formação europeia, que o colocaram à cabeça dos estabelecimentos congêneres portugueses. Pretenderam, ao mesmo tempo, fazer dele um centro de ensino modelar e susceptível de atrair tanto como Alcalá e Salamanca as atenções da nossa mocidade estudiosa» (JOSÉ SEBASTIÃO DA SILVA DIAS, *A política cultural da época de D. João III*, Volume primeiro, Coimbra, 1969, p. 494). Vide, ainda, JORGE FARIA, «O teatro escolar dos séculos XVI, XVII e XVIII», in: *A evolução e o espírito do teatro em Portugal*, 2.º ciclo (1.ª série) de conferências promovido pelo «Século», 1947, pp.255-278; RAYMOND LEBÈGUE, *George Buchanan. As vie, son oeuvre, son influence en France et au Portugal*, Coimbra, 1931; ERNESTO GONÇALVES DE PINHO, *Santa Cruz de Coimbra, centro de actividade musical nos séculos XVI e XVIII*, Lisboa, 1981; DOMINGOS MAURÍCIO GOMES DOS SANTOS, «Buchanan e o ambiente coimbrão do séc. XVI», *Humanitas*, 15-16 (1963-1964) 261-327; FRANCISCO RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, tomo II, PORTO, 1939, capítulo III, «Teatro pedagógico», pp. 69-74).

Para o teatro jesuítico espanhol, vide JULIO ALONSO ASENJO, «Un lustro de ediciones del teatro jesuítico del siglo de Oro, 1993-1997», *Diablotexto*, 4-5 (1997-1998) 417-445; COYO GONZÁLEZ GUTIÉRREZ, «El teatro en los colegios de jesuitas. Bibliografía comentada», *Cuadernos para investigación de la literatura hispánica*, 23 (1998) 91-112; ID., *El teatro escolar de los jesuitas (1555-1640)*. (Su influencia en el teatro del Siglo de Oro). Edición de la «Tragedia de San Hermenegildo» [de Hermano de Ávila] Oviedo, 1997.

⁴²⁷ «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicæ, comicæque actiones...* cit., ** 2v.

⁴²⁸ *Ibid.*

⁴²⁹ *Ibid.*

⁴³⁰ *Ibid.*

⁴³¹ LUÍS DE SOUSA REBELO, «Teatro clássico», in: *Dicionário de Literatura*, 4º Vol. Porto, 1984, p.1065.

Em estudo recente, ficámos a conhecer o outro prefácio, que permaneceu inédito no cod. 3234 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Com um título diferente, «Ad beneuolum eruditumque lectorem. Praefatio in sequentes actiones», apresenta o testemunho de Luís da Cruz acerca da representação do *Iosephus*. Por não constar no prefácio publicado em Lião, aqui o transcrevemos: «Quando foi levado à cena o nosso *Iosephus*, não só assistiu ao espectáculo a Academia, e o seu magnífico reitor Emanuel de Menezes, bem como o respeitabilíssimo ajuntamento de todas as classes sociais, mas também consideradíssimas personalidades italianas que casualmente tinham vindo naquela altura a Coimbra. De entre estes, lembro-me de ter havido um que, convidado a presenciar o espectáculo, preferia permanecer sozinho na hospedaria. "Quê - dizia ele - que verei eu aqui que não tenha já visto nas magnificentes cidades de Itália?" E enaltecia os encantos dos espectáculos do povo florentino, e as representações cénicas dos Medici, e outras coisas do género, belissimas, não negarei, sobretudo na mais rica província de Itália no que respeita a todos os bons talentos. Contudo, entendendo ele dever ceder aos pedidos dos seus hóspedes, mesmo sem ter grande vontade de presenciar o espectáculo, quando viu a peça a ser representada, confessou não apenas ter-se comprazido muitíssimo, mas também não haver razão para, neste género, qualquer estrangeiro preferir a estas as representações cénicas do seu país; sendo um homem muitíssimo sabedor desta arte, ele veria, desde que lhe agradasse, não só uma quarta personagem a falar mas também uma décima segunda, muitas mais cenas do que sete. E julgo que até quem prescreveu tal número, se tivesse assistido, não teria sentido qualquer enfado. Se o êxito obtido aprovou todas estas coisas, fiquem os mesmos com as suas ideias, como pretendem, e deixem-nos a nós com as nossas. Passo de seguida àqueles dramas que eram recitados dentro duma revolução do sol.»⁴³²

⁴³² MANUEL JOSÉ DE SOUSA BARBOSA, «Luís da Cruz e a poética teatral dos Jesuítas: o prefácio que ficou inédito», *Euphrosyne*, 28 (2000) 397. Este artigo consta de um estudo

Pese, embora, o valor do testemunho deste humanista, a história mostra-nos que foram dois mestres bordaleses que actualizaram, em Coimbra, o hábito do teatro escolar novilatino, de raiz bíblica. Foram eles o escocês Jorge Buchanan ⁴³³, que escreveu duas tragédias originais, de assunto religioso, *Jephtes* e *Baptistes* ⁴³⁴, e o bracarense Diogo de Teive, que escreveu as tragédias *David* e *Judite*, até hoje perdidas, e *David ou Golias*, levado à cena nos claustros do Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, a 16 de Março de 1550. De temática nacional, este humanista português escreveu a *Ioannes Princeps Tragoediae* ⁴³⁵. Entre os jesuítas, os grandes continuadores desta tradição na Península Ibérica ⁴³⁶, o primeiro mestre foi o P.^o Miguel Venegas ⁴³⁷.

introdutório, da transcrição do texto latino e duma tradução

⁴³³ Sobre a importância deste autor no Humanismo Português, entre outros estudos, vide AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, *Para a história do humanismo em Portugal - I*. Coimbra, 1988, pp.105-120: «Portugal em dois poemas de George Buchanan», a tese de doutoramento de PHILIP J. FORD, *George Buchanan, prince of poets*. Aberdeen University Press, 1982 e DOMINGOS MAURÍCIO DOS SANTOS, «Buchanan e o ambiente coimbrão no séc. XVI», *Humanitas*, XV - XVI (1963-1964) 261-327.

Mesmo antes da chegada dos mestres contratados por André de Gouveia, em Coimbra, v. g., já havia humanistas distintos, como o alemão Vicente Fabricio, o sevilhano Juan Fernández e o português Gonçalo Vaz (Cf. AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, *Para a história...* - I cit., p. 106.

⁴³⁴ A tragédia *Jephtes* foi publicada em 1554 e é quase certo que uma delas terá sido representada em Coimbra. Vide GEORGE BUCHANAN, *Tragedies*. Edited by P. Sharat and P. G. Wals, Edimburg, Scottish Academic Press, 1983.

⁴³⁵ Vide NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Teatro clássico...* cit., pp. 17-25; ID., *Tragédia do príncipe João de Diogo de Teive*. Coimbra, 1977.

⁴³⁶ Cf. LUÍS DE SOUSA REBELO, *A tradição clássica na literatura portuguesa*, 1982, pp.169-170.

⁴³⁷ AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, «Humanismo em Portugal», in: *I Congresso da APEC. Raízes Greco-Latinas da Cultura Portuguesa - Actas*. Coimbra, 1999, pp.147-160, maxime p. 153. Sob a orientação do mestre coimbricense, as peças de Miguel Venegas têm sido objecto de estudo para efeito de teses de licenciatura ou de mestrado: MARIA MANUELA RIBEIRO NOGUEIRA, *Absalon de Miguel Venegas, (Actos I - II)*, Coimbra, 1971; MARIA DA GRAÇA GASPAS MENDES DE PINHO DA CRUZ, *Tragoedia cui nomen inditum Absalon, (Actos III - V)*, Coimbra, 1996; MARIA MARGARIDA LOPES DE MIRANDA, *Tragoedia cui nomen inditum Achabus de Migue Venegas*, Coimbra, 1992.

A publicação da obra dramática de Luís da Cruz foi uma excepção, pois a produção literária do Colégio das Artes continua ainda, em grande parte, inédita. No momento, a lista mais completa foi publicada por PAUL OSKAR KRISTELLER, *Iter Italicum, vol. IX Alia Itinera II (Great Britain to Spain)*, London, 1989.

Isto é bem revelador dum «intenso convívio intelectual entre os humanistas de toda a Europa, graças ao emprego do latim como língua universal»⁴³⁸.

A oportunidade do tema bíblico de José permitiu que o nosso autor revelasse a sua integração no contexto do Renascimento. Movimento cultural complexo, porque abrangente de toda a inividência humana, aflorou em Itália, no *Quattrocento*, e envolveu uma atitude de renovação dos grandes vultos do saber, a partir de Petrarca, considerado o primeiro humanista.

A *inuentio* desta tragicomédia do jesuíta Luís da Cruz beneficiou deste património comum, identificado com o pensamento humanista, que assimilou e adaptou à sua época.

Desde os finais da Idade Média⁴³⁹ que se fazia sentir um apelo muito forte à reforma da Igreja⁴⁴⁰ e a uma renovação espiritual. No séc. XVI, esta *renouatio* ganha contornos bem definidos com «dos movimientos reformistas, la Reforma Protestante y la Reforma Católica, cuyas

⁴³⁸ AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, «Humanismo em Portugal» cit., p. 154.

⁴³⁹ Esta questão está presente no seio da Igreja desde o Concílio de Constança (1414-1418), o concílio da unidade, que, com a eleição de Martinho V, pôs fim à divisão da cristandade em três facções: Gregório XII (Roma: 1406-1415), Bento XIII (Avinhão: 1394-1417) e João XXIII (Pisa: 1410-1415). Vários papas empreenderam, sem sucesso, projectos de reforma (Vide AUGUST FRANZEN, *Breve história da Igreja*. Lisboa, 1996, p. 323).

⁴⁴⁰ Se bem que a degradação da vida eclesiástica era evidente neste período, contudo não se podem ignorar os traços profundamente religiosos que caracterizaram esta época. Estes estão bem patentes nos inúmeros donativos que eram feitos à Igreja, nas grandiosas construções de igrejas... na fundação de inúmeras novas ordens e instituições de caridade, tais como hospitais, asilos e hospícios para enfermos. Todos eles surgiram em estreita relação com a Igreja. Isto não indica uma animosidade geral ou amplamente difundida contra a Igreja... No fim da Idade Média, «em contrapartida, pode verificar-se uma renovação da religiosidade... esta manifestou-se, entre outras coisas, na participação activa nas festas eclesiásticas, organizadas durante os grandes feriados populares (patrocínios, quermesses). Os serviços religiosos e as pregações eram objecto de visitas assíduas...» (AUGUST FRANZEN, *Breve história...* cit., p. 268).

formulaciones educativas contienen intereses morales y religiosos bien definidos» 441.

O movimento da Reforma Católica, também conhecido por Contra-Reforma, havia de ser marcado indissolúvelmente por Inácio de Loyola (1491-1556), fundador da Companhia de Jesus. A acção dos jesuítas, atentos à mensagem tridentina, vai desenvolver-se em três áreas complementares: revitalização da vivência cristã; a formação moral e intelectual do clero, fundamental no combate às ideias reformistas; propagação da fé cristã 442.

Os colégios, primeiro para os estudantes da Companhia, e mais tarde, também para os externos, hão-de favorecer este projecto apostólico-religioso de formação da juventude 443. Era divisa de Inácio a formação integral do homem, que visava uma simbiose integradora da formação intelectual humanista com a educação moral cristã: «trata-se de integrar virtudes e letras, vida e ciência, conduta e saber» 444.

441 CARMEN LABRADOR, «El sistema educativo de la Compañía de Jesús», *Rassegna di Pedagogia*, 3-4 (1999) 126; vide também ESTEBAN OCAMPO FLÓREZ, «Claves de la *Ratio Studiorum* para la lectura de la propuesta educativa de la Compañía de Jesús hoy», *Revista Portuguesa de Filosofia*, 55 (1999) 331-356.

442 JOSÉ MANUEL MARTINS LOPES, *Projecto educativo dos colégios da Companhia de Jesus*, Braga, 1997, p. 41.

443 Vide G. M. PACHTLER, *Ratio studiorum et institutiones scholasticae Societatis Jesu per Germaniam olim vigentes*, Berolini, 1887-1894. Para a Escola Aquilânica, cujos mestres fundaram o Real Colégio das Artes em 1548, vide E. VINET, *Schola Aquilanica*, Coimbra, 1941; MARGARIDA MIRANDA, «Uma 'paidéia' humanística: a importância dos estudos literários na pedagogia jesuítica do séc. XVI», *Humanitas*, 48 (1996) 223-256; DOMINIQUE JULIA, «Généalogie de la *Ratio Studiorum*», in: *Les jésuites à l'âge baroque (1540-1640)*, sous la direction de LUCE GIARD (CNRS) et LOUIS DE VAUCELLES, SJ., Grenoble, 1996, pp. 115-130; MARIO BARBERA, SJ., «Pedagogia e didattica della *Ratio*», *Rassegna di Pedagogia*, 57 (1999) 111-123; MANUEL PEREIRA GOMES, «*Ratio studiorum* dos jesuítas: carisma, inovação, actualidade», *Revista Portuguesa de Filosofia*, 55 (1999) 219-227; EUSEBIO GIL (edit.), *El sistema educativo de la Compañía de Jesús: la ratio studiorum*, Madrid, 1992; FRANÇOIS LAPLANCHE, «Réseaux intellectuels et options confessionnelles entre 1550 et 1620», in: *Les jésuites à l'âge baroque cit.*, pp. 89-114.

444 JOSÉ MANUEL MARTINS LOPES, *Projecto educativo...cit.*, p. 54.

Para Inácio, «o fim da Companhia e dos estudos é ajudar o próximo a conhecer e amar a Deus, e a salvar a sua alma»⁴⁴⁵. A meta suprema é conseguir a Bem-aventurança, a salvação eterna⁴⁴⁶. Para Ele convergem todos os saberes⁴⁴⁷; d' Ele dimana toda a acção. À luz deste princípio fundacional, consagrado nas Constituições da Companhia de Jesus, havemos de discernir outra faceta não menos importante: a atitude interventiva⁴⁴⁸ da Companhia, que privilegiou as representações teatrais. Com efeito, por esta ocasião, reunia-se uma vasta plateia, oriunda de diferentes estratos sociais.

Definidas as coordenadas da mundividência crusiana, vamos analisar o conteúdo ideológico deste drama, os *copia rerum*.

I. RES THEOLOGICA

Para Inácio, todos os saberes convergem para a teologia; por isso, recomendava que os escolásticos se iniciassem «no latim, antes de frequentar as artes; e nestas, antes de passar à teologia...»⁴⁴⁹.

Atendia-se, desta forma, à prossecução do objectivo primordial da Companhia: a salvação das almas próprias e das dos próximos, aperfeiçoadas no conhecimento do Altíssimo⁴⁵⁰.

Este combate por Deus, sob as ordens do Pontífice Romano, foi reforçado com um voto especial que os obriga «a ir sem demora para qualquer região... quer julguem dever enviar-nos para entre os Turcos ou outros infiéis...»⁴⁵¹, para proveito das almas e propagação da fé.

⁴⁴⁵ *Constituições da Companhia de Jesus...* cit., p. 120, n.º 446.

⁴⁴⁶ *Constituições da Companhia de Jesus...* cit., pp. 60 e 61, n.ºs 156 e 163.

⁴⁴⁷ *Constituições da Companhia de Jesus...* cit., pp. 93, 103 e 115, n.ºs 307, 351 e 418.

⁴⁴⁸ «Apesar de não ser a expressão amorosa a intenção primeira destas tragédias – que quase poderiam chamar-se de intervenção –, a cada passo a intuição natural da psicologia humana se revela e dá lugar à luta de afectos entre as diversas personagens» (NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Teatro clássico no séc. XVI...* cit., p. 220).

⁴⁴⁹ *Constituições da Companhia de Jesus...* cit., p. 106, n.º 366.

⁴⁵⁰ Cf. *Constituições da Companhia de Jesus...* cit., p. 24, n.º 3.

⁴⁵¹ «Fórmulas do Instituto da Companhia de Jesus», n.º 3, in: *Constituições da Companhia de Jesus...* cit., p. 11.

Consciente da solenidade da matéria, Luís da Cruz redigiu um prólogo em estilo elevado, persuasivo, arrebatador da densa plateia que assistia à representação do *Iosephus*.

O Anjo da Guarda da Europa, que abre o diálogo com o Arcanjo S. Miguel, deplora o afastamento de Deus desta gente laboriosa e suplica-lhe auxílio.

A urgência do anúncio da Boa Nova a todos os povos, e da sua conversão, decorria das normas emanadas pelo Concílio de Trento, das Fórmulas do Instituto da Companhia de Jesus e da preparação próxima do Ano Santo de 1575 ⁴⁵², o que conferia maior dignidade ao tema.

Gravidade maior lhe emprestava ainda a gesta lusa dos descobrimentos, que abriu perspectivas de expansão da cristandade. Sensibilizado pelas novas exigências, Inácio de Loyola respondeu positivamente ao apelo de D. João III, quando lhe enviou Simão Rodrigues e Francisco Xavier. Enquanto o primeiro permanecia em solo lusitano, Xavier partia para o Oriente, tendo chegado a Goa no dia 6 de Maio de 1542.

A obra missionária dos jesuítas havia de estender-se ao Brasil (Manuel da Nóbrega, em 1549; o beato José de Anchieta, em 1553 ⁴⁵³), à Etiópia (Nunes Barreto, 1556), a Angola (Francisco de Gouveia, em 1560), e à ilha de Moçambique (Gonçalo da Silveira, em 1560).

O tecto da Igreja de Sto. Inácio, em Roma, pintado pelo irmão jesuíta Andrea Pozzo, já no final da centúria seguinte (1691-1694), é bem o corolário da missão universal da Companhia: *Idc e inflamai o mundo*.

⁴⁵² O Ano Santo inicia-se no dia de Natal, com a abertura solene da Porta Santa, na Basílica de S. Pedro, em Roma.

O primeiro Ano Santo foi instituído pelo Papa Bonifácio VIII, a 22 de Fevereiro de 1300, com a publicação da bula *Antiquorum habet*. Paulo II, pela bula *Ineffabilis Providentia*, de 19 de Abril de 1470, fixou a sua periodicidade em 25 anos.

⁴⁵³ Na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, numa organização conjunta do Instituto de Estudos Clássicos, do Instituto de Estudos Brasileiros e do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, decorreu o Congresso Internacional *Anchieta em Coimbra - 450 anos. Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*, de 25 a 29 de Outubro de 1998. Aguarda-se, para breve, a publicação das Actas.

Iluminadas por Santo Inácio, quatro alegorias evocam os continentes triunfantes da idolatria e da heresia: a Europa, a África, a Ásia e a América⁴⁵⁴. Do fundador se projecta ainda um raio de luz sobre o brasão da Ordem (*Ad maiorem Dei gloriam*), transportado por um anjo, donde irradia o amor divino para outros anjos.

Mas o facho luminoso que Inácio partilha⁴⁵⁵ emana da Santíssima Trindade, que se eleva ao centro, *super omnia*. O símbolo do madeiro da cruz identifica o Filho, Jesus Cristo. A maior glória de Deus atinge-se pelo conhecimento, amor e imitação de Jesus Cristo, pedra angular da mensagem evangélica para o Jubileu 2000 - Cristo: ontem, hoje e sempre.

Muitos anos antes, de forma semelhante «pintou» Luís da Cruz o universo teológico da *tragicomoedia Iosephus*.

1.1. Deus, Pai (*pater*)⁴⁵⁶

O Concílio de Trento havia reconhecido a necessidade do ensino da doutrina; atingia-se, desta forma, o intelecto humano, centro do discernimento.

Neste contexto, os Jesuítas desde cedo utilizaram o teatro de colégio para a «veiculação proselitica da mensagem cristã»⁴⁵⁷. O *Iosephus* é um bom *exemplum* deste poderosos meio de comunicação ao serviço da catequese. O espectador vai aprender que um único e eterno Deus, feito Amor, preside aos destinos do Universo. Embora governado pela providência divina, é ao homem que, na sua libérrima vontade, cabe a última palavra nas escolhas que faz.

⁴⁵⁴ Só a partir de 1593 é que os mapas começaram a registar este continente. No período anterior, encontramos duas modalidades de registo: *America siue India Noua* (até 1569) e *America siue Nouus Orbis* (depois de 1570).

⁴⁵⁵ Cf. KLAUS SCHWAGER, «A arte barroca», in: *História da Arte Larousse*, Lisboa, 1991, pp. 408-409. Aquando da nossa estadia em Roma, tivemos ocasião de observar *in loco* esta maravilha da pintura barroca.

⁴⁵⁶ Cf. Cor. 1.928.

⁴⁵⁷ NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Teatro clássico...* cit., p. 216.

Luís da Cruz vai apresentar Deus como a divindade suprema do Universo (*Animose caeli ductor*) ⁴⁵⁸, o criador de todas as coisas (*sator rerum*) ⁴⁵⁹. Em ambiente literário marcado pela pervivência da Antiguidade Clássica, esta imagem do Pai Eterno (*Aeternus pater*) ⁴⁶⁰ dos cristãos é reforçada com os atributos *rector aeterna poli* ⁴⁶¹, *genitor* ⁴⁶² e o adjetivo *tonans* ⁴⁶³, epítetos do pai dos deuses, na mundividência pagã: Júpiter, assimilado a Zeus dos gregos. A força do poder divino é traduzida pela expressão *numen aeternum* ⁴⁶⁴, apenas por *numen* ⁴⁶⁵, ou ainda por *Oraculum*. Procura-se transmitir, a uma assembleia muito heterogénea, a imagem de um Deus Onnipotente, «O Todo Poderoso», como é apelidado nos *Génesis* ⁴⁶⁶.

Em estreita ligação com as concepções divinas do mundo antigo, ocorrem as designações de Céu (*caelum* ⁴⁶⁷, *Olympus* ⁴⁶⁸, *polus* ⁴⁶⁹), de inferno (*avernus* ⁴⁷⁰, *barathrum* ⁴⁷¹, *orcus* ⁴⁷², *stygius* ⁴⁷³, *tartareus* ⁴⁷⁴, *tartarus* ⁴⁷⁵), de ventos (*borealis* ⁴⁷⁶, *aquilo* ⁴⁷⁷, *auster* ⁴⁷⁸, *eurus* ⁴⁷⁹, *zephyrus* ⁴⁸⁰) e do diabo (*tyrannus* ⁴⁸¹).

458 Cf. Cor. I.959.

459 Cf. Cor. I.1012.

460 Cf. Pr. II.93.

461 Cf. Pr. I.40.

462 Cf. I.2.40.

463 Cf. Pr. 99. Este epíteto é reiterado nos seguintes versos: *tonantí* (Pr. I.30 e II.99), *tonantis* (Pr. II.66 e 126) e *tonantem* (Pr. II.80).

464 Cf. I.5.389.

465 Cf. I.1.162, 182, 185 e 207; Cor. I.890.

466 Cf. *Gén.* 17.1; 28.3; 35.11; 43.14 e 48.3.

467 Cf. Pr. I.22 e 58; Cor. I.962.

468 Cf. I.9.709; Cor. I.975.

469 Cf. Pr. I.12 e 40.

470 Cf. Cor. I.975.

471 Cf. Pr. II.87; I.8.590.

472 Cf. Pr. I.57; Cor. I.897.

473 Cf. Pr. II.83.

474 Cf. Cor. I.977.

475 Cf. Pr. I.46; II.84 e 107.

476 Cf. I.11.796 e 823.

477 Cf. Pr. II.86.

478 Cf. I.11.795.

Em termos estatísticos, um dado assume particular relevância neste levantamento feito ao acto primeiro: o número de ocorrências do signo *Deus* ⁴⁸² será em número semelhante ou superior à totalidade de idênticas referências do universo pagão. Luís da Cruz era um autor católico, um membro da Companhia de Jesus empenhado na renovação e propagação da fé cristã.

Estas reflexões conduzem-nos a uma questão de grande importância nesta época, a incompatibilidade entre cristianismo e paganismo, que se foi acentuando desde o início do Renascimento.

Segundo Paul Kristeller, o humanismo renascentista italiano não é um movimento pagão, pois a essência desta tradição «consiste na afirmação e no aumento contínuo, irresistível, de interesses intelectuais religiosos, que não se opunham tanto ao conteúdo da doutrina religiosa quanto estavam com ele em concorrência em ocupar a atenção individual e pública.» ⁴⁸³ E logo recorda que, apesar da literatura falar de «deuses e heróis pagãos, embora sob o impulso das crenças astrológicas e recorrendo ao habitual meio da alegoria, mas foram poucos, para não dizer nenhum, os pensadores que se propuseram verdadeiramente fazer reviver antigos cultos pagãos» ⁴⁸⁴.

Presume Paul Kristeller que o «humanismo não era, no seu núcleo central, nem religioso nem anti-religioso, mas uma orientação literária e de estudo» ⁴⁸⁵.

O crítico italiano Carmelo Musumarra emite um juízo idêntico, ao admitir que a conciliação de universos diferentes, o pagão e o cristão, não é

⁴⁷⁹ Cf. I.11.822.

⁴⁸⁰ Cf. Cor.I.887.

⁴⁸¹ Cf. Pr. I.23.

⁴⁸² Cf. Pr. I.24, 28, 47, 53; Pr. II.60, 70, 89, 92, 97, 103, 110, 113 e 120; I.1.165, 176, 184 e 207; I.2.235; I.8.587; I.9.623, 669, 712; Cor. I.863, 901, 911, 920, 939, 945, 966, 980, 1000, 1004 e 1021.

⁴⁸³ *Tradição clássica...* cit., p. 77.

⁴⁸⁴ *Tradição clássica...* cit., p. 76.

⁴⁸⁵ *Tradição clássica...* cit., p. 79.

alheia à tradição e às novas exigências sócio-culturais: «L'accostamento di elementi pagani e cristiani (avvertibile già nell'*Ecerinis* di Albertino Mussato) è caratteristico del teatro sacro quattrocentesco, onde nella tragedia regolare cinquecentesca si stabilisce un fenomeno in certo senso concomitante, con la tendenza a cristianizzare la mitologia classica. Ma in questo fenomeno è soprattutto da rilevare la tendenza, che è di tutti gli autori di teatro, sacro e profano, di fondere tradizioni diverse per renderle più moderne e accessibili alle nuove esigenze culturali dei dotti o, più genericamente, alle mutate esigenze moralistiche e religiose della società»⁴⁸⁶.

Objectivos semelhantes presidiam à empresa dos humanistas portugueses, que «visam sobretudo uma concordância entre a fé cristã e o pensamento da Antiguidade, a um compromisso irénico entre a tradição e as ideias novas»⁴⁸⁷. A posição assumida por André de Resende, na *Oratio pro Rostris* (1534), é uma manifestação eloquente desta atitude⁴⁸⁸.

Nesta linha de pensamento se situa a colectânea de sentenças composta por André Rodrigues de Évora, editada em Lisboa, em 1554, sob o título *Primera parte de las sentencias... por diversos autores escripta*, em defesa de uma «complementaridade da mensagem de autores pagãos e cristãos»⁴⁸⁹.

Este procedimento de Luís da Cruz, que já se verificou no *Sedecias*⁴⁹⁰, encontra paralelo na tragédia *Ioannes Princeps tragoedia* do humanista bracarense Diogo de Teive. Une-os um modelo comum, Séneca. Para os epítetos de Deus, citem-se as suas tragédias *Agamemnon* (vv. 381-387), *Hercules furens* (vv. 459, 516-517) e *Thyestes* (v. 1077); para o popular

⁴⁸⁶ *La poesia tragica italiana nel rinascimento*. Firenze, 1972, p. 28.

⁴⁸⁷ LUIZ DE SOUSA REBELO, «Humanismo» cit., p.437.

⁴⁸⁸ Oração proferida na abertura do ano lectivo da Universidade de Lisboa, em 1534. Vide ANDRÉ DE RESENDE, *Oratio pro Rostris (Oração de Sapiência)*, trad. de Miguel Pinto de Meneses e introdução de A. Moreira de Sá Lisboa, 1956.

⁴⁸⁹ NAIR CASTRO SOARES, «A literatura de sentenças...» cit., p. 406.

⁴⁹⁰ Cf. MANUEL JOSÉ DE SOUSA BARBOSA, *Bíblia tradição clássica... cit.*, Tomo I, pp. 176-183.

epíteto *tonans*, devemos juntar as fontes ovidianas (*Metamorphoses*, 1.170; 2.466; 11.198; *Heroides*, 9.7; *Fasti*, 2.69; 6.33) e a tragédia senequiana *Medea* (v. 59).

Sob os auspícios desta tradição literária, apareceu anónima, em 1563, na cidade de Coimbra, a publicação do poema *De Gestis Mendi de Saa*. Hoje sabe-se que o autor deste poema, que narra os feitos de Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil, foi um ilustre discípulo de Inácio, José de Anchieta⁴⁹¹. Também nesta edição, «Deus é *Tonans*, 'trovejante', como Júpiter na *Eneida* de Virgílio e nos poetas de Coimbra, dos tempos em que Anchieta por lá andou»⁴⁹². O paralelismo das reminiscências clássicas estende-se aos ventos, «o Austro, o Euro, o Áfrico, o Noto, o Aquilão, o Bóreas e, mais ameno que todos eles, o Zéfiro»⁴⁹³. Até o céu é designado por *Olympus*.

Vem a propósito citar as sábias palavras escritas pelo Prof. Américo da Costa Ramalho acerca do *De Gestis Mendi de Saa*, e que correspondem ao nosso pensamento acerca do *Iosephus*: «Deus Trino e Uno é nele a força que preside aos destinos do homem. Todavia, como em qualquer outro poema do Renascimento, as manifestações do poder divino são expressas no vocabulário pagão da poesia latina: Virgílio sobretudo, depois dele, Ovídio, Lucano, Horácio, por ali andam em ecos e reminiscências. E também o vocabulário dos poetas novilatinos portugueses de meados do séc. XVI.»⁴⁹⁴

⁴⁹¹ Vide AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, «Dois humanistas da Companhia de Jesus: José de Anchieta (1534-1597) e Duarte de Sande (1547-1600)», in: *Actas do I Congresso Internacional Humanismo Novilatinu e Pedagogia – Gramáticas, criações maiores e teatro*, Braga, 1999, pp. 87-98; «Padre Joseph de Anchieta, S. I., *De Gestis Mendi de Saa*», in: *Para a história do humanismo em Portugal (III)*, Lisboa, 1998, pp. 203-205.

⁴⁹² AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, «O inferno no "De Gestis Mendi de Saa" de Anchieta», in: *Para a história do humanismo em Portugal (II)*, Coimbra, 1988, p. 164.

⁴⁹³ AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, «O inferno no "De Gestis Mendi de Saa"... cit., p. 165.

⁴⁹⁴ AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, «As poesias de Anchieta em Português. Estabelecimento do texto e apreciação literária», in: *Para a história do humanismo em Portugal (III)*, Lisboa, 1998, p. 194.

1.2. Deus, Providência

A representação desta tragicomédia ocorreu durante as denominadas Guerras de Religião ou Guerra dos Huguenotes, em França 495.

À tolerância e liberdade, atributos do primeiro humanismo, havia sucedido o fanatismo. Tristemente célebre ficou o episódio da carnificina, na noite de S. Bartolomeu (1572).

Actos de semelhante barbárie haviam sido perpetrados desde o início do séc. XVI: o humanista italiano Savonarola (1498) e o médico e teólogo espanhol Miguel Servet ou Vilanovano (1553) foram condenados aos suplício da fogueira; a guerra dos camponeses alemães finava em 1525, com milhares de mortos; em Inglaterra, Henrique VIII perseguia os católicos e instaurava o Anglicanismo 496.

Era este ainda um tempo propício a querelas teológicas, matéria de reflexão nas tragédias renascentistas 497. Um desses temas foi o mistério da predestinação, objecto de acesa disputa. Enquanto Erasmo sustentava, em tom conciliador, a harmonização da graça divina com a liberdade humana (*De libero arbitrio*, 1524; *Hyperaspistes*, 1526), Lutero, defensor do

Neste volume, vide ainda «José de Anchieta em Coimbra», «As poesias de Anchieta em Português. Estabelecimento do texto e apreciação literária» e «A obra de Anchieta e a literatura novilatina em Portugal», respectivamente pp. 171-191, 193-196 e 197-202.

⁴⁹⁵ Estava em curso a quinta guerra (1574-1576), que os católicos venceram.

Sob esta designação se englobaram as lutas travadas entre católicos e protestantes em solo francês, na segunda metade do séc. XVI. Iniciam-se em 1562 e terminaram com a publicação do Édito de Nantes, em 1598, por Henrique IV.

Sobre as Guerras de Religião, vide GERMANO TÚCHLE e C. A. BOUMAN, *Nova história da Igreja. III. Reforma e Contra-Reforma*, Rio de Janeiro, 1971, pp. 105-142, maxime pp. 119-123.

⁴⁹⁶ AMADEU TORRES, *Noese e crise na epistolografia latina gotsiana. II. Damião de Góis na mundividência do Renascimento*. Análise ideológica, estético-linguística e apêndice diplomático, Paris, 1982, pp. 36-37.

⁴⁹⁷ AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, *Para a história do humanismo em Portugal (III)* cit., p. 187.

fatalismo teológico, sustentava uma posição antagónica (*De seruo arbitrio*, 1525) 498.

A propósito desta polémica, vejamos as palavras judiciosas do especialista português, José de V. Pina Martins, quando caracteriza o erasmismo teológico do humanista português André de Resende (1500-1573), teólogo da Contra-Reforma: «Se é verdade que o nosso humanista, como o seu mestre, tem a noção lucidíssima de que o homem, tão digno porque reflecte a grandeza divina, é um pobre ser miserável cuja salvação depende de Cristo, já que de outro modo se perderia, é igualmente exacto que ambos foram influenciados pela concepção antropológica do Humanismo italiano, que coloca o homem no centro do mundo, nele celebrando, como virtude excelente e primeira, a liberdade, isto é, a capacidade de agir segundo o próprio querer, assumindo a plenitude da responsabilidade dos próprios actos e a sua imputabilidade na ordem jurídica, moral e espiritual. Resende, por isso mesmo, como Erasmo, não podia aceitar o pessimismo antropológico luterano». E acrescenta, em nota de rodapé: «Abstemo-nos de comentar... tão conhecidas são... as ideias que de Petrarca a Erasmo circularam pela Itália e depois pela Europa nos séculos XV e XVI. Mas como não recordar nomes como os de Coluccio Salutati e Leon-Battista Alberti, Leonardo Bruni e Platina, Poggio Bracciolini e Lorenzo Valla, Filelfo e Giannozzo Manetti, Matteo Palmieri e Cristoforo Landino, Marsilio Ficino e Poliziano, Ermolao Barbaro e Giovanni Pico della Mirandolla, em cujas obras seria possível respigar um florilégio de textos exemplares sobre o homem e a liberdade, pela qual o humano se ergue ao nível do divino?» 499.

498 AMADEU TORRES, *Damião de Góts na mundividência...* cit., p. 35. Vide JEAN BOISSET, *Érasme et Luther - Libre arbitre ou serf-arbitre?* Paris, 1962 e GIUSEPPE TOFFANIN, *Historia del humanismo desde el siglo XIII hasta nuestros días*, Buenos Aires, 1952, «La batalla por el libre albedrío», pp. 431-434.

499 JOSÉ V. DE PINA MARTINS, *Humanismo e Erasmismo...* cit., cap. VIII, «Aspectos do erasmismo de André de Resende», pp. 120-121.

Esta controvérsia, que separou católicos e protestantes ⁵⁰⁰, foi debatida no Concílio de Trento. Aqui se havia de precisar a doutrina do livre arbítrio durante a décima sexta sessão, no dia 13 de Janeiro de 1547, com o decreto *De justificatione*. O concílio reafirmou, na linha tradicional da Igreja, o concurso necessário da graça divina para a salvação do homem, operando-se uma verdadeira regeneração. Lutero e Calvino defendiam a ausência de colaboração humana, bastava-lhe a fé. E o cerne do problema fixou-se na discussão em torno do livre arbítrio.

Actualmente, testemunhamos uma crescente aproximação entre luteranos e católicos. Prova-o a *Declaração comum sobre a doutrina da justificação*, entre a Federação luterana mundial e a Igreja Católica, rubricada na cidade alemã de Augsburg, a 31 de Outubro de 1999, a culminar uma longa caminhada, que se iniciou na década de sessenta ⁵⁰¹. Na aprecação ao documento, Michel Deneken, articulista da revista francesa *Études*, sublinha que «l'affirmation central de la DC constitue une confession de foi en Jésus Christ seul médiateur du salut, en tan qu' il donne la grâce et la foi comme moyen sous le mode du don gratuit.» ⁵⁰²

Radica esta querela nas Sagradas Escrituras que, de forma insofismável, proclamam o princípio do livre arbítrio, c. g., no *Génese* 4.7 («Se procederes bem, certamente voltarás a erguer o rosto; se procederes mal, o pecado deitar-se-á à tua porta e andarà a espreitar-te.»), no *Eclesiástico* 15.14-15 («No princípio Deus criou o homem, e entregou-o ao seu próprio juízo. Se quiseres, observarás os mandamentos, ser-lhes fiel será questão da tua vontade.») e em *I Coríntios* 7.37 («Mas, o que resolveu

⁵⁰⁰ JO.

⁵⁰¹ Já havia sido nesta cidade alemã, em 1530, que se reunira a assembleia donde brotou o texto fundacional deste movimento da Reforma, a *Confessio Augustana*. Esse texto foi redigido essencialmente pelo punho do humanista Mélancton.

⁵⁰² «La Déclaration luthero-catholique sur la doctrine de la justification. Une herméneutique du salut», *Études*, Março 2000, p. 362.

Para mais pormenores, vide a coedição *Église catholique – Fédération luthérienne mondiale, La Doctrine de la Justification. Déclaration commune*. Préface de Joseph Doré et Marc Lienhard. Présentation par M. Deneken, J. Hoffmann, É. Parmentier, P. Prigent. Cerf/Bayard – Centurion /Fleurus – Mame / Labor et fides, 1999.

firmemente, no seu íntimo, não o obrigando a necessidade e com perfeita liberdade de escolha...».

Defendido pelos Padres da Igreja, foi, contudo, Santo Agostinho (354-430) que mais contribuiu para a fixação da doutrina da Igreja sobre esta matéria, ou seja, a conciliação da Providência divina com a liberdade humana e a existência do mal. No combate travado contra a seita dos maniqueus, exalta fundamentalmente a força do livre arbítrio humano (*De libero arbitrio*, 395); mais tarde, na disputa que manteve com o pelagianismo, o «doutor da Graça» pôs a tónica no concurso imprescindível da graça sanante para a salvação do homem (*De natura et gratia*, 415). Formulação idêntica vamos encontrar na escolástica, exarada nas *Questiones disputatae de Veritate*, pelo dominicano S. Tomás de Aquino (1224-1274) ⁵⁰³.

A esta problemática teológica, de grande actualidade na época, devemos acrescentar a influência que exerceu a leitura de a *Farsália*, na segunda metade do séc. XVI. Neste poema de Luceano, «os deuses não têm qualquer papel. Todas as acções humanas são... determinadas pelo *Fatum*, o Destino» ⁵⁰⁴.

Assim sucedeu na concepção da tragicomédia *Iosephus*. De forma semelhante à *Ioannes Princeps*, o desfecho resulta «dum *Fatum* no sentido cristão, dum Deus de quem depende a vida e o destino dos homens» ⁵⁰⁵:

IOSEPHVS

... ..
 «Venalis alto consilio auiti Dei,
 Aegyptiorum regna ueni, prouidus
 Vestrae ut saluti consuleret olim Deus
 Biennio cruenta quae saeuit fames,
 Graulor sequenti saeuisset quinquennio,

⁵⁰³ A. D'ALÈS, «Liberté, libre arbitre», in: *Dictionnaire Apologétique de la Foi Catholique*. T. II. Paris, 1924, coll. 1851-1862.

⁵⁰⁴ AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, *Para a história do humanismo em Portugal (III)* cit., p. 201.

⁵⁰⁵ NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES. *Teatro clássico no séc. XVI..* cit., p. 85.

Quo spes arandi, quo est metendi perdita.
 En me ante misit Numen aeternum, ut forem
 Columnen paternis rebus optatum, Dei
 Huc me uoluntas, uestra non uis compulit.*

OSÉ

Vendido por alto desígnio do Deus de nossos pais, vim para os reinos do Egípto, para que a Providência divina olhasse um dia pelo vosso bem-estar. Há dois anos que grassa uma fome cruel e continuará a grassar ainda mais forte durante cinco anos, em que toda a esperança de lavrar e fazer colheitas está perdida. Eis que Deus eterno me mandou à vossa frente, para servir da desejada coluna para os haveres paternos.

Foi a vontade de Deus que me trouxe para aqui, não a vossa violência.* 506

A Providência divina é a entidade suprema que tudo governa, mesmo as coisas mais ínfimas. Graças a Ela, o crime transformou-se no bem supremo que conduziu à sobrevivência da família de Jacob e à exaltação da virtude.

É ainda com este sentido que José exclama, quando o Administrador lhe anuncia o regresso dos irmãos, acompanhados por Benjamim:

•Mirabor unus acta prouidentiae
 Tuae stupenda: per tot ambages cauo
 Reuocatus orco, regno: quo tanta in famis
 Atrocitate, uiuerent per me mei.
 Agnoscat orbis esse qui nutu regit
 Ambita caelo, quique rebus prospicit:
 Et summa cum gubernet, curat infima.
 En Beniaminum uideo.*

'Serei eu só a admirar os prodígios da tua Providência. Através de tantos obstáculos e arrancado ao cavernoso Orco, encontro-me a reinar para que no meio da fome atroz, os meus vivessem graças a mim.

506 Cf. V.16.4063-4071.

Saiba o mundo que há no céu quem tudo regê com a sua vontade e que olha por tudo e que governando as coisas supremas, cuida também das ínfimas.' 507

A onipotência deste Deus único, guia do Universo, impõe-se à humanidade:

•Caeli ut rotatum nemo quibit sistere,
Ita prouidentis nec uoluntatem Dei.▪

'Assim como ninguém é capaz de pôr termo às rotações celestes, assim também acontece com a vontade de Deus, na sua divina providência.' 508

Desta harmonia dos astros decorre a lei universal, lei da natureza, que se impõe aos homens, em detrimento das leis particulares, segundo o pensamento estóico.

Quantas vezes "troca as voltas" aos desígnios dos homens. Jacob pressente-o nos sonhos de José, que o elevam a "primogénito". À incredulidade do pai, José contrapõe uma profissão de fé na vontade de Deus:

IOSEPHVS

Futura saepe somnio ostendit Deus.

IACOBVS

Non omnia tamen somnia immittit Deus.

IOSEPHVS

Fortasse misit ista. Quidnam obstat pater?

IACOBVS

Natura prohibet, ordo, mos, concordia.

Dare hacc minori iura maiorem uolunt.

IOSEPHVS

Diuina mutat ista prouidentia.▪

507 Cf. V.05.3437-3444.

508 Cf. II.11.1385-1386.

JOSÉ

'Deus revela muitas vezes o futuro através de sonhos.

JACOB

Mas nem todos os sonhos vêm de Deus'

JOSÉ

Talvez venham estes. Que inconveniente há nisso, pai?

JACOB

A natureza, a ordem, o costume e a concórdia proibem-no. Querem que o mais velho dê estes direitos ao mais novo.

JOSÉ

A divina providência inverte as coisas.' 509

Os efeitos da fome alastram pelo orbe e José volve os seus pensamentos para a família. Por enquanto, sente-se impotente para lhe aliviar o sofrimento. Na disposição de perdoar aos irmãos, atalha o soliloquio com a menção à Providência:

IOSEPHVS

«... ... Sed tuae, o clemens pater,
Consillum ego quid sileo prouidentiae?
Per illa fratrum scelera, perque adulterae
Libidinem mulieris, et per compedes,
Per carceris tormenta quam teterrimi,
Ad scepra compulisti. Quae non debui
Sperare felix munera, obtinui miser.»

JOSÉ

'Mas como posso eu silenciar, ó Pai bondoso, os desígnios da tua Providência?

Através daqueles crimes dos meus irmãos, e da paixão da mulher adúltera, e dos grilhões e dos tormentos da prisão horrorosa, trouxeste-me ao trono. Os presentes que não devia esperar, quando era feliz, obtive-os na desgraça!' 510

509 Cf. I.01.283-288.

510 Cf. IV.05.2786-2791.

Atitude semelhante havia já manifestado seu pai Jacob a Deus:

«O magne domitor, quem meus coluit pater,
 Quem coluit auus, et mille quem modis colam
 Obstrictus; haec humana si pronus meo
 Sub corde uoluo, concido: molles sumus
 Ad perferendum. Namque Iosephum pater
 Quis pertulisset mortuum? Verum tuae
 Cum reddo prouidentiae me supplicem,
 Respiro. Dominum te decet seruos uia
 Qua uis, iubere: siue sit laetissima,
 Sit siue damnis semper infestissima.»

‘Ó grande domador, que o meu pai venerou, que o meu avô venerou, e que eu hei-de venerar de mil modos, obrigado. Se me inclino a revolver, no meu coração, estas coisas humanas, desfaleço, somos fracos para as suportar. Qual é o pai que suportaria a morte de José? Mas quando, suplicante, me entrego à tua Providência, respiro de alívio. Fica-te bem, como senhor, aconselhar os teus servos pelo caminho que te apraz: quer ele seja muito alegre, quer sempre infestado de danos bem nocivos’ 511

Na sequência destes extractos, naturalmente somos tentados a afirmar que a providência divina esmaga a liberdade do homem; poder-se-ia, até, insinuar a negação do livre arbítrio humano. Porém, esta não é a doutrina oficial da Igreja Católica, proclamada pela Companhia de Jesus. E o *Iosephus* aponta na linha de uma afirmação clara desta tese. Como?

Em primeiro lugar, registamos que a intervenção divina se manifesta a pedido de José e de Jacob, que emprestam a sua colaboração.

Vejamos duas invocações de José, em situação de crise:

«Dum non repectos quaero, deserui uiam.
 Per tesqua noti itineris incertus uagor,
 Nullumque uideo quem uilatorem rogem:

511 Cf. III.12.2108-2117.

Patrocinare Numen aeternum mihi,
Et redde patri sospitem natum seni.
Versantur isto forsitan in saltu ferae.»

'Enquanto os procuro sem os encontrar, perdi o caminho. Inquieto, vagueio por lugares desertos dum trajecto desconhecido. Não vejo nenhum viandante a quem peça opinião.

Ó poder divino, protege-me e devolve o filho são e salvo ao velho pai. Talvez haja feras neste bosque.' 512

«... .. O rerum arbiter,
Aeternae, facile numen aduerte, et meo
Ades labori: peius hic periclitor,
Quam sub meorum periclitabar inuida,
Cohorte fratrum. Crimen hic nefarium
Imponitur, probatur, ab hero creditur.
Ibi culpa nulla. Tu tamen ueri tenax,
Iustique uindex, antequam casus trahant,
In plura rerum exempla, meme supplicem
Ostende: quanti fecerim thalami fidem.»

'Ó eterno árbitro do universo, dirige a meu favor o teu poder, que é bem fácil. Assiste-me nesta aflição. O meu perigo aqui é maior do que o que corria sob a comitiva invejosa dos meus irmãos.

Aqui trata-se dum crime inaudito que se impõe, é provado, e o patrão acredita nele. Mas não há aí culpa alguma. Tu, porém, detentor da verdade, reivindicador do que é justo, antes que os acontecimentos se precipitem, para exemplo de outros casos, mostra-me, eu te suplico, quanto estimei a fidelidade conjugal.' 513

Também Jacob, na juventude e a súplica sua, obteve o auxílio de

Deus:

«Id euenire dico prouidentia
Regentis orbem numinis, sed arbiter
Etiam actionum quisque concillat sibi
Peiora rerum, ex sorte commutabili:
Potiora iuuenis sed mihi optauit Deo
Opem ferente: namque cum fugi mei
Peregrinus odium fratris atque auunculum

512 Cf. I.05.386-391.

513 Cf. III.03.1876-1885.

Adi Labanum a patria extorris domo.»

'Eu digo que isto acontece pela providência da divindade que governa o mundo.

No entanto, ainda assim é cada um de nós, como árbitro das suas acções, que da sorte mutável tira para si as piores coisas.

Porém, eu, ainda jovem, escolhi as coisas melhores para mim, com a ajuda de Deus. Com efeito, como peregrino, evitei o ódio do meu irmão e, exilado da casa paterna, fui para casa do meu tio Labão.' 514

Nesta transcrição, aponta-se o segundo aspecto importante: não obstante o homem exercer livremente o direito à opção, a colaboração divina é imprescindível para o 'sucesso'. Salvaguarda-se, deste modo, a liberdade humana, que há-de cooperar ou não voluntariamente com Deus. A iniciativa pertence, assim, ao livre arbítrio, o que se harmoniza com o cariz ascético da escola inaciana 515: «procuravam então afirmar a absoluta liberdade da vontade também diante da infalível operação da graça de Deus, de sorte que, pela doutrina deles, há um concurso de Deus em todos os actos humanos, mas somente em função do prévio conhecimento de Deus a respeito do modo que o homem tome suas decisões» 516.

Resulta, daqui, a infalibilidade de Deus, salvaguardada pela *ciência média*, cujo objecto são os *futuríveis*. Esta doutrina havia de celebrar-se sob a designação de molinismo, em memória do seu principal

514 Cf. I.01.161-168.

515 Vide CARLOTA MIRANDA URBANO, «O canto do martírio: espírito agónico no humanismo», in: *O Espírito Olímpico no novo milénio*, Coord. de Francisco de Oliveira, Coimbra, 2000, 183-195. Neste artigo, interpreta-se o *Pactecidos libri duodecim*, de Bartolomeu Pereira, à luz da ascese inaciana, enquanto exercício de aperfeiçoamento das virtudes. Este poema conheceu a sua primeira edição em 1640, na cidade de Coimbra. Ainda no contexto do séc. XVII, vide também GUY LAFLÈCHE, «Les jésuites de la nouvelle-France et le mythe de leurs martyrs», in: *Les jésuites parmi les hommes aux XVI^e et XVII^e siècles*. Clermont-Ferrand, 1987, pp. 35-45; MICHEL MORINEAU, «Les jésuites parmi les hommes. La soif du martyr», *ibid.*, pp. 47-63.

516 TÜCHLE, G. e BOUMAN, C. A., *Reforma e Contra-Reforma*, Rio de Janeiro, 1971, p. 220.

impulsionador, o jesuíta espanhol Luís de Molina (1535-1600) ⁵¹⁷. As suas teses foram publicadas na capital do reino português, sob o título *Libert arbitrii cum gratiae donis, diuina praescientia, prouidentia, praedestinatione et reprobatione Concordia*, em 1588. Procura o seu autor a «conciliação teológica da liberdade humana com a eficácia da graça divina» ⁵¹⁸. Já no declinar deste século, esta publicação despoletou viva polémica com os dominicanos, que se estendeu ao início do séc. XVII e ficaria conhecida pela controvérsia *De Auxiliis (gratiae)*.

Luís da Cruz deixa entrever esta acalorada disputa teológica, quando caracteriza Deus como o “motor imóvel” do universo:

‘... .. BEN. Mentem pater
Attolle, cursum cerne prouidentiae,
Qua rector orbis cuncta non motus mouet,
Et te relaxa: stant Dei fixae tui,
Stabuntque uoces, nomen ad serum genus
Iacobe mittes inclytum, quod non solet
Virtutis expers posteros attingere.’

BENJAMIM

‘Pai, levanta o teu espírito, vê os caminhos da providência, pela qual o criador do universo move todas as coisas sem ser movido, e relaxa-te: as palavras do teu Deus permanecem e hão-de permanecer gravadas. Ó Jacob, deixarás um nome ilustre para uma descendência tardia, nome que não costuma aplicar-se à posteridade que ignora a virtude.’ ⁵¹⁹

Com efeito, a escola dominicana vai colocar a tónica em Deus, motor primeiro e universal, que configura a *predeterminação física*, enunciada pelo corifeu desta escola, Domingos Bañez (1528-1604): “no

⁵¹⁷ Fez o noviciado e a sua formação académica em Coimbra. Exerceu o seu magistério no Colégio das Artes (Filosofia: 1563-1567) e na Universidade de Évora (Teologia: 1567-1583). A morte surpreendeu-o em Madrid.

⁵¹⁸ DOMINGOS MAURÍCIO, «Os Jesuítas e a filosofia portuguesa dos sécs. XVI e XVII...» cit., p. 326.

⁵¹⁹ Cf. III.11.2084-2090.

concurso da graça e do livre arbítrio, a graça deve, por assim dizer, arrancar a vontade do estado de potência para o estado de acção" ⁵²⁰. Este princípio de o motor imóvel (*cuncta non motus mouet*) aproxima-nos do conceito aristotélico do 1º Motor Imóvel, a 1ª das cinco vias para São Tomás provar a existência de Deus ⁵²¹.

À luz destes princípios se pode ainda interpretar esta passagem do Prólogo, no *Iosephus*:

⁵²⁰ G. TÚCHLE e C. A. BOUMAN, *Reforma e Contra-Reforma*, Rio de Janeiro, 1971, p. 220.

⁵²¹ Cf. *Summa Theologica*, I, q. 2 a 3.

Vem a propósito reflectir sobre uma passagem de «O sonho de Cipião» (Cícero, *A República* VI.24-26), o célebre texto a concluir o Livro VI. Depois de uma exortação à defesa da *res publica*, a mais nobre das virtudes, Cipião Emíliano ouve seu avô, Cipião-o-Africano Maior, a definir a imortalidade da alma, com base neste mesmo princípio. Passo a transcrever, na tradução de MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA, *Romana. Antologia de cultura romana*, Coimbra, 1994, pp. 46-47: «Esforça-te, sim, e pensa que não és tu que és mortal, mas este corpo; nem tão-pouco és aquele que esses contornos definem, mas a alma de cada um é ele mesmo, e não é a figura, que se pode apontar com o dedo. Fica sabendo, portanto, que és um ser divino, se na verdade é um ser divino aquilo que é dotado de vigor, de sensações, de memória, de prudência, que rege e modera e move aquele corpo em quem manda, tal como o deus máximo faz ao mundo; e tal como esse mesmo deus eterno move um mundo que em parte é mortal, assim a alma imortal move um corpo que é frágil. Na verdade, o que se move sempre é eterno; o que transmite o movimento que recebe de outro lado, quando o movimento chega ao fim, forçoso é que tenha termo a sua vida. Portanto, só o que se move a si mesmo, como nunca é abandonado por si mesmo, nunca pára de se mover. É até a origem e princípio do movimento das outras coisas que se movem. Ora o princípio não tem origem, pois do princípio se originam todas as coisas, ao passo que ele não pode nascer de nenhuma outra coisa; nem seria princípio aquilo que fosse gerado de outra origem. Ora, se nunca nasce, nunca morre. Pois o princípio que morresse não renasceria de outro nem criaria outro a partir de si, se na verdade é forçoso que no princípio tudo se origine. Assim é que o princípio do movimento provém de algo que se mova por si. Esse ser não pode nascer nem morrer, aliás seria forçoso que todo o céu e toda a natureza caíssem e parassem, e que não encontrasse força alguma que lhe desse um impulso para a pôr em movimento. Estando patente que é eterno aquilo que se move a si mesmo, quem há que negue que foi essa a natureza atribuída às almas? Pois é desprovido de alma aquilo que é movido por um impulso externo; ao passo que os seres animados se agitam por um movimento próprio interior, pois é essa a natureza e a força própria da alma; se ela é a única, entre outras, que se move por si, certamente que não teve nascimento e será eterna.

Exercita-a, a ela, nas melhores acções! Os melhores cuidados são os da salvação da pátria. Agitada e exercitada por eles, a alma voará mais veloz para esta mansão, que é a sua morada (...).

«... .. at uitam Dei
 Tantum uolentis munere Aeternus pater
 Tamen abdidisse fictili testa memor
 Animos: recondi amoris ergo, filium
 Corporis in urna fragilis humana sinet.»

'Porém, a vida divina só o Eterno Pai lhe poderá dar por vontade sua, recordado, contudo do frágil barro em que encerrou as almas. Por amor, Ele permitirá que o seu Filho se esconda na frágil urna de um corpo humano.' 522

O mundo afastou-se de Deus, pois o Homem, segundo uma escolha livre e pessoal, negou-se a cooperar com a graça divina. Todavia, é Deus que, por iniciativa sua e desde a eternidade, continua a chamar o homem à salvação, ao seio da vida eterna: «Então te desposarei para sempre; desposar-te-ei conforme a justiça e o direito, com misericórdia e amor. Desposar-te-ei com fidelidade e tu conhecerás o Senhor.» 523

A liberdade humana era muito prezada pelos humanistas. As Sagradas Escrituras consagraram-na. Mas a salvação eterna é uma dádiva por libérrima vontade de Deus, que carece da colaboração do Homem: «Desde Lorenzo Valla que a crença na liberdade humana, assente numa concepção optimista da natureza do homem e da sua acção, foi uma das bandeiras ideológicas do Humanismo. Isto apesar da concepção pessimista da existência terrena, de cariz agostiniano, que o luteranismo defendeu e o calvinismo radicalizou – que levou ao debate no Concílio de Trento, e entre jesuítas e dominicanos. Este último impôs e difundiu, nos finais do séc. XVI, a doutrina do molinismo, defendida pelos “apóstolos”, em concertação perfeita entre liberdade humana e graça divina, que figura tantas vezes na literatura dramática produzida, com intenção pedagógica, nos colégios dos jesuítas de então.» 524

522 Cf. Pr.02.92-96.

523 Os., 2.21-22. Vide ROQUE CABRAL, «Graça», in: *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasíleira de Cultura*. Vol. 9, Lisboa, Coll., 858-865.

524 NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O teatro clássico...* cit., p. 188.

O magistério de Luís da Cruz está amparado pelo livrinho fundacional da espiritualidade da Companhia, os *Exercícios Espirituais* 525. Quatro Regras são dedicadas pelo Fundador a este assunto, da 14ª à 17ª, numa tentativa de conciliar a Fé com a predestinação (sem cair no determinismo), o valor das obras e a liberdade. De modo sucinto se apela a grande zelo na pregação, pois «ainda que seja muito verdade que ninguém se pode salvar sem estar predestinado, e sem ter fé e graça, é muito de advertir no modo de falar e de expor estas coisas» 526. A predestinação há-de ser um tema raro e sempre de forma a evitar o perigo da predestinação, que leva o povo a exclamar: «se tenho de me salvar ou condenar, já está determinado, e pelo meu procedimento bom ou mau, não pode já acontecer outra cosa» 527; falar com muita insistência da fé pode dar ocasião ao «povo de vir a ser tardo e preguiçoso nas obras» 528. E vejamos agora a 17ª Regra, que faz uma referência aos conturbados tempos que marcaram a Igreja em hora tão difícil: «Do mesmo modo, não devemos falar tão longamente, nem insistir tanto na graça, que se gere o veneno de negar a liberdade. Pode-se, com certeza, falar da fé e da graça, mediante o auxílio divino, para maior louvor de sua divina majestade, mas não de tal sorte nem por tais modos, mormente em nossos tempos tão perigosos, que as obras e o livre arbítrio sejam prejudicados ou tidos em nenhuma conta» 529.

Não obstante os obstáculos, o Bem acabará por triunfar sobre as forças do Mal, como nos é revelado na terceira parte do segredo de Fátima, segundo a interpretação do Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, Cardeal Joseph Ratzinger. Como ali se refere, também na família de Jacob nenhum sofrimento foi em vão, antes caminho de purificação e renovação interiores, para reunificar a Família, salva do suplício da fome pela mão

525 ADRIEN DEMOUSTIER, SJ., «L'originalité des Exercices spirituels», in: *Les jésuites à l'âge baroque* cit., pp. 23-35.

526 INÁCIO DE LOIOLA, *Exercícios...* cit., n.º 366, 14ª Regra, p. 194.

527 INÁCIO DE LOIOLA, *Exercícios...* cit., n.º 367, 15ª Regra, pp. 194-195.

528 INÁCIO DE LOIOLA, *Exercícios...* cit., n.º 368, p. 195.

529 INÁCIO DE LOIOLA, *Exercícios...* cit., n.º 369, p. 195.

providente de José. Apesar dos terríveis crimes, dali há-de erguer-se um dia a luz da Esperança:

«Homines ueneno pessimo infeci decem
 Fratres eosdem, quos ego feci meos,
 Et quod putandum malus, Isacidae satos.
 Quem gentis unum uoluit Hebraeae Deus
 Magnum parentem: culus ab stirpe efferet
 Nescio quis hominum nobile et celsum caput:
 Orci insolentem calce ceruicem suo
 Pressurus olim. Familiam facinoribus
 Cumulabo. Sed Iacobe tam foedis tuam,
 Pudeat ut inde principem nasci Deum:
 Qui se timorem Tartari dici uelit.»

'Eu corrompi estes dez homens, irmãos, que fiz meus, com um péssimo veneno; e o que é mais, descendentes de Isaac que Deus escolheu para único grande pai da raça hebreia: dessa estirpe brotará não sei que homem de uma nobre e excelsa cabeça. Um dia há-de esmagar com o seu pé a insolente cerviz do Orco. Cumularei a família com crimes. Mas ó Jacob, que a tua família se envergonhe de que apesar de tamanhos crimes dela nasça o Deus soberano que há-de ser chamado o terror do Tártaro...' 530

A persistência na oração e fidelidade a Deus arrancaram a família do Patriarca Jacob a um destino que parecia imutável. Como na mensagem de Fátima, aqui se pode perscrutar a afirmação clara do valor da oração e da perseverança na Fé em Deus, bem como o reconhecimento da liberdade do homem, isto é, a negação do determinismo.

1.3. *Deus, Amor e Justiça*

Como vimos acima, Deus, por Sua libérrima vontade, enviará seu Filho, Jesus Cristo que, por Amor, há-de redimir os Homens com a morte

530 Cf. II.01.1054-1064.

na cruz - a *stultitia* erasmiana ⁵³¹, evocativa da mensagem de S. Paulo: «Porque Cristo não me enviou a baptizar, mas a pregar o Evangelho, não, porém, com sabedoria de palavras, a fim de se não desvirtuar a Cruz de Cristo. Porque a linguagem da Cruz é loucura para os que se perdem, e poder de Deus para os que se salvam, isto é, para nós, pois está escrito: "Destruirei a sabedoria dos sábios e reprovarei a prudência dos prudentes"» ⁵³².

Com efeito, a par da fidelidade, a ideia de um Deus misericordioso é uma constante nos livros sagrados do Antigo Testamento.

Um texto do *Êxodo* (34.6-7) é apontado como fundamental: «O Senhor passou em frente dele, e exclamou: Javé! Javé! Deus misericordioso e clemente, vagaroso em encolerizar-Se, cheio de bondade e fidelidade, que mantém a Sua graça até à milésima geração...» Nestes termos se dirigiu Deus a Moisés, no alto do Monte Sinai.

Esta imagem está desde logo presente no Prólogo desta tragicomédia:

«Deus est misericors, ipse flectetur malis,
Humana quae gens patitur.»

‘Deus é misericordioso, ele próprio se comoverá com os males que a raça humana sofre.’ ⁵³³

«Ita misereri, et ferre praesidium, Dei est.»

‘Assim ser misericordioso e prestar auxílio é tarefa de Deus.’ ⁵³⁴

⁵³¹ Uma evocação da figura simbólica do *stultus* do *Elogio da Loucura* de Erasmo (Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideal no séc. XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*, Coimbra, 1994, p. 432).

⁵³² *1Cor.* 1.17-19. Este apelo a uma sabedoria de ordem superior, à sabedoria cristã, que não podia ser confundida com a sabedoria pagã das escolas filosófico-religiosas da época, vai retomá-lo no capítulo segundo desta carta aos habitantes da cidade de Corinto. É uma sabedoria que se identifica com Jesus Cristo crucificado: «Julguei não dever saber coisa alguma entre vós a não ser Jesus Cristo, e Este crucificado» (*1Cor.* 2.2).

⁵³³ Cf. *Pr.* 01.54-55.

No Seu infinito Amor, Ele há-de socorrer o mundo,

«... ... qui gubernat humanum genus,
 Praesente qui tunc numine occurret malis
 Cum nulla fractis rebus apparet salus.
 Quondam sonoris imbribus terram obruit,
 Libidinis ut incendium restingueret.
 Iterum fauilla tartaro erumpens uocat
 Flammas priores. Attamen parcit Deus
 Aperire fontes nubium, undarum graui
 Ne mole condat misera terrarum sola.
 Diuina bonitas quippe decreuit ula
 Alia mederi rebus, et fundamina
 Salutis alto prima consilio locat.»

‘É Ele que governa a raça humana e com o seu poder e providência há-de acorrer então aos males, quando em situações desesperadas se não oferecer salvação alguma. Outrora aniquilou a terra com chuvas torrenciais para extinguir o fogo das paixões. E as centelhas que irrompem do Tártaro de novo reacendem as antigas chamas. Entretanto, Deus contém o abrir das fontes das nuvens para não submergir com a mole imensa das águas o solo infeliz da terra. É que a bondade divina decidiu dar remédio à situação por outra via, e estabelecer, com alto desígnio, os primeiros alicerces da salvação.’⁵³⁵

e providenciar auxílio ao justo. Após o sonho em Betel, durante o descanso da jornada que o havia de levar a casa do seu tio Labão, Jacob prometeu adoração ao Deus de Abraão se Ele o protegesse e lhe viesse a permitir o regresso em paz ao lar paterno, o que felizmente veio a acontecer:

«Tunc obligauit me quibus uotis Deo?
 Dixi colendum Numen aeternum mihi.
 Rem prouideret ipse uestiariam,
 Alimenta modico poneret uitae in penu:

⁵³⁴ Cf. Pr.02.97.

⁵³⁵ Cf. Pr.01.41-52.

Reduceretque sospitem in patrium larem.
 Dedi haec abunde. Viuo turba liberum
 Ex inope diues exule effectus pater.»

'Então eu liguei-me a Deus com que votos? Eu disse que esta divindade eterna devia ser adorada por mim. Ele mesmo providenciaria o vestuário, colocaria numa modesta despensa os alimentos para a vida e reconduzir-me-ia são e salvo ao meu lar paterno. Deus deu estas coisas com abundância. Vivo rodeado dos meus numerosos filhos, de pobre exilado transformado em patriarca.' 536

Ao testemunho de Jacob, podemos juntar o de José, sinal duma confiança inabalável em Deus. Em sonhos se revela a Providência:

Tam multa dormienti se mihi offerunt,
 Ita copulata nempe, dubitandi ut locum
 Nullum relinquunt, quin putem miracula
 In me futura magna Providentiae,
 Nunquam bonos fallentis o genitor tuae
 Rogo te mearum firma spes rerum Deus,
 Nil sit parenti triste, qui tam patria
 Me caritate diligit propensior,
 Videatur ut se adspectu solari meo.»

Quantas coisas se me oferecem enquanto durmo! E de tal maneira se conjugam que não me deixam qualquer lugar a dúvidas sobre as grandes maravilhas da tua Providência, que nunca engana os bons e no futuro se vão operar em mim, ó Criador! Rogo-te, ó Deus, esperança firme da minha vida, que nada seja triste para o meu pai que me ama com mais predilecção, para que ele se veja consolado com a minha presença.' 537

Os irmãos começam a olhá-lo de soslaio. Contudo, não se intimida e, por vontade do pai, vai em demanda de notícias suas. Há já algum tempo que se entregam ao pastoreio, perto de Siquém. No caminho, José perde-se nas sendas tortuosas da floresta e um transeunte presta-lhe auxílio:

536 Cf. I.01.184-190.

537 Cf. I.02.230-238.

IOSEPHVS

•Non sine beneuoli commodum nutu Dei,
Tu te obtulisti quisquis es, hominem mihi.
Aspreta iussu patris haec lustru mei.

VIATOR

Inuisus illi es? IOS. Imo sum clarissimus.

VIATOR

Cur ego solum? IOS. Solus haud est optimi
Quem numen ambit, et fauor leuat Dei.»

JOSÉ

'Não foi sem a vontade de Deus benevolente que tu, homem,
quem quer que sejas, te apresentaste a mim. Eu percorro estes
lugares pedregosos por ordem de meu pai.

VIANDANTE

És indesejado por ele?

JOSÉ

Pelo contrário, sou até muito considerado.

VIANDANTE

Por que razão somente eu o sou?

JOSÉ

Muito bem! Não está sozinho aquele a quem o poder de Deus
acompanha e o seu auxílio consola.' 538

Mais tarde, nem mesmo o suplicio da cisterna faz vacilar José na
confiança que deposita no seu Deus:

•Est magna Simeon, neminem feret sui
Memorem perire, nemini roganti opem,
Facilem negabit tendere e caelo manum.»

538 Cf. I.05.395-400.

'Preocupa-se muito, Simeão. Ele não permitirá que pereça quem se lembra d'Ele, a ninguém negará auxílio e nem deixará de estender lá do céu a sua mão favorável.' 539

A par da imagem de um Deus compadecido com os males humanos, misericordioso, que «se apegou com amor» ao seu Povo (*Deut.* 10.15), surge a visão agostiniana de Deus que envia o flagelo da fome – em suma, o castigo – por causa da ingratidão:

JACOB

«Iuste laborat orbis, et tanto malo
 Aegrescit aequae. Quando fundentem Deum
 Omnia, recusat noscere, negantem omnia
 Fortasse noscet. Quippe meliores sumus,
 Cum durioris arma sentimus Dei.
 Ingrata gens mortalium tanquam sues
 Querceta pascit, et oculos nunquam leuat,
 Vt cernat illum, qui manu glandes solo
 Spargit, datosque largus impertit cibos.
 Cum laetus annus parturit fruges, putant
 Temere uenire, nec Deo grates agunt.
 Tellus fatiscat arida, et fruges, neget,
 Credant ut esse numen aeternum, fame
 Quod punit ob agri copiam, oblitos sui.
 Te magne domitor orbis at supplex rogo,
 Mihi meisque consulas, et quam puer,
 Quam uir salutem semper inueni, senex
 Tanto in labore rebus inueniam meis.»

JACOB

'O mundo sofre justamente e, com tamanha desgraça, vai igualmente adoecendo. Já que recusa conhecer Deus que tudo lhe dá, talvez o reconheça se Ele lho negar. É que somos melhores, quando sentimos as armas dum Deus mais severo. A raça ingrata dos mortais assemelha-se a uma vara de porcos que come bolotas e nunca levanta os olhos para ver aquele que com a mão as espalha pelo chão e lhes dá com largueza o alimento. Quando um ano fértil produz boas colheitas, julgam que vêm por acaso e não agradecem a

539 Cf. I.05.1218-1220.

Deus. Se a terra árida se cansar e negar colheitas, não-de julgar que é Deus eterno que os pune com a fome por causa da abundância do campo, a eles que se esqueceram d'Ele.

Porém, suplicante te rogo, ó grande Senhor do mundo, que cuides de mim e dos meus, e assim como eu quando menino e quando já adulto sempre encontrei a salvação, eu a encontre também agora na velhice, para os meus haveres, no meio de tanto sofrimento.' 540

Na boca de Jacob, a fome surge como um sinal claro dos caminhos transviados que o Homem percorre, ao eleger, como seu senhor, a fragilidade dos ídolos de madeira:

«Afflictus orbis esurit iuste, quia
Vitae datorem non colit, ritu impio
Sed muta ligna adorat, et in aris locat.»

'O mundo aflito passa fome com razão, porque não adora o dador da vida; mas, com seus ritos sacrílegos, adora objectos silenciosos de madeira e coloca-os nos altares.' 541

A punição de Deus é universal; quer o justo, quer o pecador sofrem as consequências do seu exercício:

IACOB, BENIAMINVS

«Si ferret ipsa uita mortales eo
Abire cursu, quo uolet ferri Deus,
Daretur isti iam senectuti quies.
Sed laxa sceleri frena cum dent improbi,
Crescantque partu semper aucto crimina:
Pauci seuera iura iustitiae colant,
Misti sequantur quod libet, non quod licet:
Pugnare saeue cogitur bello Deus,
Vt arma iusta proferat contra improbos:
Memores nefandi, turis oblitos pii

BENIAMINUS

540 Cf. IV.01. 2527-2544.

541 Cf. IV.10. 3063-3065.

Ergo metuenda bella dum uindex mouet,
 Nos quoque periclitamur, innocuae diu
 Pietatis, et si studia semper exules
 Exerceamus. Sola maiorum domus
 Veri tuorum numinis nomen colit.
 At nos eadem, qua impij pereunt fame,
 Perimus etiam; sterilis omnino negat
 Alimenta tellus. Frugibus homines carent:
 Iumenta pastu : Pabulo nostri greges.»

JACOB

'Se a própria vida levasse os mortais a afastarem-se do caminho para onde Deus quer que sejam levados, já seria dado repouso a esta velhice. Mas como os malvados dão rédea solta ao crime, e esses crimes aumentam sempre com novos surtos, e como são poucos os que respeitam os direitos severos da justiça, permitiste que juntos sigam o que lhes agrada e não o que lhes é permitido. Deus vê-se obrigado a combater numa guerra cruel, para apresentar armas justas contra os malvados, recordados das infâmias e esquecidos do que é justo e pio.

BENJAMIM

Portanto, enquanto o vingador move guerras temíveis, nós também estamos em perigo, embora, exilados, nos esforcemos sempre por pôr em prática uma piedade inócua. Só a casa dos teus antepassados adora o nome do verdadeiro Deus. Mas nós também perecemos com a mesma fome que perecem os ímpios: também a nós a terra estéril nega totalmente os alimentos. Os homens carecem de cereais, os jumentos de pasto e os rebanhos de pastagens.' ⁵⁴²

Num claro aceno à imagem da luta constante dos atletas, as adversidades, para os bons, são uma ocasião de perseverança, de exercício na *fortitudo*, uma das virtudes cardiais dos estóicos, justamente virtudes da vida activa. Como o sabor da água do mar que não muda, apesar da quantidade de água que jorra dos céus e dos rios que nele desaguam, assim o homem bom necessita deste exercício, sem nada temer (Séneca, *De prouidentia* II). A felicidade conquista-se com esforço, com ascese, à

⁵⁴² Cf. IV.01. 2508-2526.

maneira do sábio estóico, que Jacob encarna ⁵⁴³. A virtude de José também contempla duas vertentes: o esforço ou ascese e a providência divina, como admite Aristóteles ⁵⁴⁴.

Atitude idêntica perante a adversidade nos comunica Aristóteles, na *Ética a Nicómaco* (1101a 1-2). No plano geral da virtude, ela adquire-se com o exercício, como as artes (*Ibid.*, 1103a 31-32); contudo, o excesso ou a minguagem de exercício destroem a *sophrosyne* («temperantia») e a *andreia* («fortitudo»), apenas o meio termo as conserva (*Ibid.*, 1104a 24-25).

As palavras de Benjamim evocam o Deus castigador do Deuteronomio (10.17-18), o «Deus supremo, poderoso e temível», que «faz justiça». Este entendimento, que prevalece no Antigo Testamento e é retomado pelo augustinismo, reaparece no Coro do canto IV. Não obstante, Jacob jamais duvidará da clemência divina.

O *Iosephus* é uma narrativa bíblica do Antigo Testamento. Por isso, no respeito pela fidelidade do tempo histórico, tem que haver a expressão do respectivo pensamento teológico, que serviu de âncora ao movimento da Reforma. Porém, a Contra-Reforma, que recebeu o abnegado impulso de Jesuítas e Carmelitas, fixa o seu olhar na imitação de Jesus Cristo, que morre na cruz para salvação da humanidade – Deus misericordioso. É a lição do perdão, com amor, transmitida pela Nova Aliança e consagrada no Novo Testamento que se quer fazer vida. Filhos de Deus em Jesus Cristo, o fundamento ético da nova relação é o amor, a *caritas* fraternal. De raiz pauliniana, ganha forma o cristocentrismo, tão ao agrado dos humanistas.

Manifesta-se, deste modo, a Providência divina, cuja justiça nunca falha na recompensa à virtude e na punição do crime. As palavras de José, o eleito de Deus, são um vaticínio desta infalibilidade:

«Si taceat orbis, non tacebit conditor
Huiusce molis»

⁵⁴³ Para Aristóteles (*Ética a Nicómaco*, 1099 b 9-10), a virtude pode adquirir-se pelo estudo, pelo hábito e pelo exercício.

⁵⁴⁴ Cf. *Ibid.*, 1099 b 10-11.

'Se o mundo se calar, não se há-de calar o criador deste imenso orbe' 545.

No sonho, o feixe mais elevado de José elege-o como o preferido de Deus. Esta predilecção, contudo, não é predestinação através de influência de graça agostiniana; ela deve-se antes ao mérito, pela virtude, como se verá. Há aqui uma concepção tomista que se sobrepõe a qualquer determinismo de raiz agostiniana. Não será demais sublinhar que José, a par do seu irmão mais novo, Benjamim, são os únicos filhos legítimos.

A mesma ideia é retomada pelo irmão mais velho, Rúben, quando os outros haviam decidido matá-lo,

«Tanto facinori testis est praesens Deus.
Et ultor idem, nunc uel olim, grandior
Cum poena surget aequa parricidio.' 546

'Deus é testemunha presente a tamanho crime. E surgirá, agora ou mais tarde, um vingador maior, com um castigo igual ao parricidio.' 546

e pelo mesmo José quando, já Administrador do Egípto, e sem ser reconhecido, recebe os seus que ali procuravam cereais para sustento da família:

«O qui mearum semper habuisti pater
Colende rerum curam, et ingenti meos
Ambage fratres detulisti,...
... ..
... .. Quo discant tamen
Memnisse facti sceleris ultorem Deum,
Exerceantur paululum infecto metu.»

545 Cf. II.09.1301-1302.

546 Cf. I.08.587-589.

'Ó venerando pai, que sempre cuidaste das minhas coisas, e com grandes rodeios me trouxeste os meus irmãos...Contudo, para que eles saibam que Deus não esquece e pune o crime, é bom que eles sejam postos à prova e se lhes incuta um pouco de medo.' 547

Sob os desígnios do Altíssimo, os irmãos de José vão recordar o crime inumano que cometeram. No Egipto, um senhor de rosto grave e severo, (*est in Aegypto graui uultu et seuro rector*) 548 - assim designam José na narração que fazem ao Pai -, tratou-os severamente.

Presos sob a acusação de espiões, solta-os para lhes exigir a presença de Benjamim. Como garantia, um deles irá permanecer, no Egipto, como refém. As palavras fugidias que, entretanto, e a medo, trocam entre si, transmitem-nos a tomada de consciência do acto tresloucado de outrora e, simultaneamente, pesar e acolhimento benévolo da exploração presente:

DANVS

«En poena iusta punit antiquum scelus.

NEPHTALIM

Profecto iusta, nunc reuulscit nefas

Obluioso conditum silentio.

... ..

... .. RVB.

Iustitia poenam quam statim scelerit negat,

Longum irrogare iusta post tempus solet.»

DÃ

'Eis a punição justa, pelo antigo crime.

NEFTALI

Agora revive o crime escondido pelo olvido do nosso silêncio.

RÚBEN

547 Cf. IV.07.2863-2865; 2878-2880.

548 Cf. IV.07.2863-2865; 2878-2880.

... O castigo que a justiça nega logo após o crime, costuma infligi-lo passado muito tempo.' 549

Simeão, que havia sido de todos o mais cruel, é encarcerado. Também ele perscruta no presente a pena para o crime de antanho:

RVBENVS

«Illa in Iosephum belluina immanitas
Pro se precantem, quae superbe reppulit,
Nunc armat huius hominis ignoti manum,
Et stimulat iram.»

RÚBEN

'Aquele crueldade brutal contra José, que nos suplicava, e que com soberba o repelhu, arma agora a mão deste homem desconhecido, e estimula-lhe a ira.' 550

Destas palavras podemos inferir a presença espiritual de Sêneca. Com efeito, a ira cega e obstinada, fechada à razão, deitou a perder a felicidade familiar e fragilizou o espírito dos irmãos, em clara oposição aos peripatéticos (*De ira*, I).

O Arcanjo S. Miguel, no Prólogo, aponta o exemplo de Deus que, no presente, castiga os homens por causa dos seus crimes, a idolatria e a superstição. Atitude idêntica já havia assumido com os anjos revoltosos, que o Anjo da Guarda da Europa recorda aos espectadores:

«... ... MICH. Sic eant quando Dco
Laxare mundo frena labenti placet.
Humana soboles noscat ut mortem suis
Habere se sceleribus.

...

CVSTOS ANGELVS

Qui nolueret prae sua insolentia,
Missi in cauernas Tartari, poenas luunt.»

549 Cf. IV.9.2947-2949; IV.9.2959-2960.

550 Cf. IV.9.2950-2953.

MIGUEL

'Que continuem, pois agrada a Deus dar rédea larga ao mundo decaído, para que a raça humana saiba que tem a morte para os seus crimes.

... ..

ANJO DA GUARDA DA EUROPA

Aqueles que se recusaram (a adorá-Lo) por causa da sua insolência foram enviados para as cavernas do Tártaro, onde são castigados. ⁵⁵¹

A terminar o acto IV, o coro reitera a imagem de um Deus vingador (*ultor*), que exerce, implacável, a sua justiça,

«Terrarum in gelidis finibus, horridos
 Qua nix Sauromatas obruit, improba
 Aude mente nefas: mox Aquilonibus
 Ortum solis adi uela ferentibus:
 Heu non effugies. Scrius, oclus
 Vindex iustitiae poena fugacibus
 Sese aequare solet passibus impi.
 Magnis poena reum naribus olfact.
 Venatura plaga solis ab ultima,
 Praedam gemmifera sentit in India.
 Iacobi soboles aemula gloriae
 Fraternal, puerum debilis unicum
 Patris praesidium uendidit: immemor
 Patris sceleris, nunc rea proditur.
 Vltorisque Dei conscia debitum
 Horret supplicium.»

'Nos confins gelados da terra, por onde a neve destrói os erçados Sármatas, atreve-te a praticar o crime com a tua vontade malvada; depois, dirige-te ao nascer do sol, com os ventos desfraldando as velas. Ai, não escaparás!

Mais tarde ou mais cedo, o castigo vingador da justiça costuma alcançar os passos fugitivos do ímpio. O castigo fareja o réu com as suas poderosas narinas, e vai à caça desse réu desde a última praia do sol e descobre a presa na Índia, produtora de pedras preciosas. A descendência de Jacob invejosa da glória fraterna, vendeu o filho

⁵⁵¹ Cf. Prol.02.89-92; 106-107.

que era o único arrimo do débil pai. Esquecida do crime que praticara, agora denuncia-se como ré. E consciente de Deus vingador, sente horror ao suplício merecido.' 552

de um Deus que favorece o triunfo da virtude e da castidade,

*... .. Nemo Tyrannidem
 Exercere uelit maior in infimum:
 Infirmumque potens nemo superbiae
 Fastu despleiat: nam Deus orbita
 Versat res hominum. Quem uidet ingredi
 Elatum, celeri turbine deicit,
 Delectumque locat saepe sub illius
 Neglecti imperio, quem grauis antea
 Vultu terruerat. Tu caput erige
 Vitae o integritas, nescia deprimi.
 Si quandoque potes ceu ratis Africo
 Circumuenta premi: nubila tempora
 Postquam conciderint, solis ut orbita
 Surges de medijs splendida nubibus.
 Fratrum liuor edax uendere barbaris
 Iosephum potuit: crimen adulterae
 Insontem Pharis tradere uinculis:
 Sed uirtus placidum cum caput extulit,
 Indignata iugum, clara per oppida
 Coepit liberior currere, flumine
 Quae Nilus lutco proluit aduena.
 Et deuecta rotis omnia castitas
 Mentitam docuit saecula feminam.
 Quid flamma inuidiae dissociabilis?
 Atrox illa sui sanguinis aemula,
 Quid tandem potuit? Dum reminiscitur
 Patrati sceleris, supplicium timet.»

'Que nenhum, por ser maior, queira exercer a tirania sobre o menor; que nenhum poderoso despreze o fraco através da altivez e do orgulho. Na verdade, Deus vira ao avesso as coisas dos homens. Quem ele vê que se eleva para o alto, derruba-o com célere turbilhão

552 Cf. IV.9.3128-3143.

e, depois de o derrubar, coloca-o muitas vezes sob o império do desprezado, a quem antes atemorizara com o rosto severo.

Tu, ó integridade da vida, levanta a cabeça, sem te deixares deprimir. Se alguma vez puderes ser oprimida, envolvida pelo vento Áfrico como uma jangada, depois de amainarem os tempos nebulosos, levantar-te-ás esplêndida do meio das nuvens, como a órbita solar. A inveja devoradora dos irmãos pôde vender José aos bárbaros; o crime da adúltera pôde atirar com ele, inocente, para os calabouços do Faraó. Mas quando a virtude indignada com o jugo levantou a sua serena cabeça, começou a correr através de ilustres cidades mais livremente do que um rio. Aquilo que o Nilo banhou com a sua corrente lodosa e todas as gerações transportaram com os seus carros, a castidade mostrou uma mulher mentirosa. ' 553

a vitória do amor sobre o ódio:

«At Iosephe tuis victor in hostibus,
Non exempla ferox edis atrocía
Vindictae, sed amans munera collocas.
Vt tellis odii pugnet acerbitas,
Exarmatus amor, sed nihil afferat
Excepto clypeo non penetrabili.
Quo se significat nolle rependere,
Damnis damna: pati uelle sed omnia:
Donec lux ueniat temporis aurea,
Qua uincendo suos erigat aemulos.»

Mas tu, José, vencedor entre os teus inimigos, não dás exemplos de vingança ferina e atroz. É no amor que colocas os teus presentes, para que a severidade lute com os dardos do ódio e o amor desarmado nada traga, excepto o escudo impenetrável. Com isso, quer mostrar que não deseja vingar danos com danos, mas prefere tudo sofrer, até chegar a áurea luz dos tempos, com a qual, vencendo, levante os seus émulos. ' 554

553 Cf. IV.chor.3143-3169.

554 Cf. IV.3170-3179.

1.4. *Deus, a Verdade*

A teologia paulina, no rumo da tradição judaica, define a Verdade de Deus como fidelidade à Sua promessa: o envio de Seu Filho Jesus Cristo. Na *Carta aos Romanos*, S. Paulo diz «que Cristo Se fez servidor dos circuncisos, a fim de mostrar a veracidade de Deus, para confirmar as promessas feitas aos patriarcas» (Rom.15.8). É em Cristo que se manifesta a Verdade de Deus (2 Cor.1.20). Cristo é a Verdade (Joan.14.6) que nos libertará da escravidão do pecado (Joan.8.30-36).

Preocupações de índole soteriológica assinalam o Prólogo do *Iosephus*, que exorta a plateia à redescoberta da Verdade. O Anjo protector da Europa, em diálogo com o Arcanjo S. Miguel, comunica o seu desalento em interrogativas sucessivas:

«Dabiturne finis aliquis his olim malis?

 Inclyte Michael ducem
 Siquidem per orbem te Deus totum dedit,
 Erit aliquando tempus Europae locum
 Quo det Tonanti?

 Dabit aliquando uanitas ueris locum?»

‘Haverá um fim, algum dia, para estes males?
 (...) Ó ilustre Miguel, já que Deus te fez guia do mundo inteiro, virá o tempo, algum dia, em que um lugar da Europa se consagre ao Senhor do Universo?
 (...) Dará, alguma vez, a credulidade lugar á verdade?’⁵⁵⁵

O Arcanjo S. Miguel anima-o com a visão da futura capital da cristandade, que se implantará na cidade de Roma, sob o signo da Verdade:

«... .. Praepes animose euola
 Mecum per auras. Cernis illa horrentia
 Dumeta siluis? Inter umbrosum nemus

⁵⁵⁵ Cf. Prol.01.15 ; 27-30 ; 39.

Fluuium sonantem qua mare urget in ferum
 Obiecta sacra litori? Surget manu
 Illic potenti ciuitas, primum impla,
 Iura pietatis inde sed populi petent,
 Cum ueritati uanitas dederit locum,
 Nomen erit urbi Roma, Tiberis, flumini.»

Ó anjo magnânimo, voa comigo pelas alturas! Vês aqueles horrendos matagais? E o ressoar do rio, entre o umbroso bosque, por onde arremessa para o mar feroz os objectos sagrados lançados às suas margens? Erguer-se-á ali uma cidade com mão poderosa, que primeiramente fora infiel. Mas a seguir, os povos hão-de procurar os direitos da religião, logo que a credulidade der lugar á verdade. O nome da cidade será Roma, Tibre, o do rio.' 556

Verdade é fidelidade e, por isso, Deus não abandonará a humanidade, que vai reconduzir à Luz (da Verdade):

«Dare coget ille rector aeterna poli
 De sede, qui gubernat humanum genus,
 Praesente qui tunc numine occurret malis
 Cum nulla fractis rebus apparet salus.
 Quondam sonoris imbribus terram obruit,
 Libidinis ut incendium restingueret.
 Iterum fauilla tartaro erumpens uocat
 Flammas priores. Attamen parcit Deus
 Aperire fontes nubium, undarum graui
 Ne mole condat misera terrarum sola.
 Diuina bonitas quippe decreuit uia
 Alia mederi rebus, et fundamina
 Salutis alto prima consilio locat.»

'A ela (verdade) obrigará esse senhor do mundo, lá do seu trono eterno. É ele que governa a raça humana e com o seu poder e providência há-de acorrer então aos males, quando se não oferecer salvação alguma

Outrora, aniquilou a terra com chuvas torrenciais, para extinguir o fogo das paixões. E as centelhas que irrompem do Tártaro de novo reacendem as antigas chamas. Entretanto, Deus contém o abrir das

556 Cf. Prol.01.30-38.

fontes das nuvens para não submergir com a mole imensa das águas o solo infelix da terra.

É que a bondade divina decidiu dar remédio à situação por outra via e estabelecer, com alto desígnio, os primeiros alicerces da salvação.' 557

Da linhagem de Abraão nascerá o Salvador. É para lá que se dirige o Arcanjo S. Miguel:

‘... Abrahami domum
Me uisere iubet, quam sibi legit, ducem
Vt inde terris omnibus magnum creet,
Orci nigrantis quem canes saeui tremant,
Homines secuti uerticem in caeli uolent.’

‘Ele ordena-me que visite a casa de Abraão, que elegeu para si, para nela se gerar o grande chefe de todas as nações. Diante dele, háo-de tremer os cães ferozes do negro Orco; os homens que o seguirem vão subir com ele até ao mais alto do Céu.’ 558

A Verdade é Deus. Mas os povos da Europa, da Ásia e da África adoram ídolos de madeira ou pedra, os astros e dão-se à superstição:

ANGELVS CVSTOS EVROPAE
‘Truncosque placant ligneos honoribus.
Et te relinquunt aIme Regnator poli
Animose ductor ... ’
...
... ... C. AS. (...) Luna, quam uersatili
Orbis rotatu primus obuoluit, Dea
Passim uocatur: clara quae praebet diem
Iussu Tonantis flamma cultores habet
Numero carentes. Astra quae noctem uago
Solantur atram lumine, innumeros sui
Sortita cupidos, obtinent altaria.
Ignotus horum conditor iacet Deus.

557 Cf. Prol.01.40-52.

558 Cf. Prol.01.54-58.

... ..

ANGELVS CVSTOS AFRICAE

Deserta Lybies arua tenuerunt sua
 Babylone pulsi: qua per immensum uagi
 Spatium feruntur Africae nudae incolae,
 Et spectra regnant et superstilio uiget:
 Ab hoc propinquo fluminis Nili ostio,
 Ad illa uasta saxa purpurei freti.»

ANJO DA GUARDA DA EUROPA

‘Prestam culto aos rochedos e aos troncos de madrela veneram com honras d’ívinas. E esqueceram-se de ti, Arcanjo Miguel, bom chefe e enérgico príncipe das milícias celestes.

ANJO DA GUARDA DA ÁSIA

(...) A lua que o Orbe, na sua rota giratória, foi o primeiro astro a envolver, deusa é chamada por toda a parte. Com a claridade da sua luz dá origem ao dia por ordem do Onnipotente, tem um número incontável de adoradores. Os astros, que alegam a noite escura com a sua luz errante, têm os seus altares com inumeros devotos. Deus, seu criador, permanece um desconhecido.

ANJO DA GUARDA DA ÁFRICA

(...) Expulsos da Babilónia, os Líbios viram os seus campos desertos: por lá são arrastados os habitantes errantes da árida África, através da imensidade do espaço. Reinam os fantasmas e campeia a superstição, desde a desembocadura próxima do rio Nilo até aos vastos rochedos do Mar Vermelho. * 559

O apelo ao combate da idolatria e à adoração do *Deus uerus*, na expressão do Anjo protector da Europa ⁵⁶⁰, é renovado ao longo da tragicomédia, pois o afastamento de Deus atirou o mundo para as trevas do crime:

ANGELVS CVSTOS EVROPAE

*... .. Error, impietas, scelus

⁵⁵⁹ Cf. Prol.01.10-13 ; 02.63-70 , 71-76.

⁵⁶⁰ Cf. Prol.02.60-61.

Commune repit. Lumen illud luminum,
 Haustum a parente, flagitia mortalibus
 Paene abstulerunt.

... ..

BENIAMINVS

... .. Sola maiorum domus
 Veri tuorum numinis nomen colit.
 At nos eadem, qua impij pereunt fame,
 Perimus etiam; sterilis omnino negat
 Allmenta tellus. Frugibus homines carent:
 Iumenta pastu : Pabulo nostri greges.

... ..

IACOBVS

Quin ipsa tabes uera terrarum, est fames;
 Vitoris ideo immane supplicium Dei:
 uem terra nescit reddere exorabilem.
 Infida quippe longius oberrat suo
 Scelere, colendo spectra, neglecto Deo.»

ANJO DA GUARDA DA EUROPA

'O erro, a impiedade e o crime campelam por toda a parte.
 Aquela luz das luzes, haurida de nossos primeiros pais, esses crimes
 quase a arrancaram aos mortais.

(...) Só a casa dos teus antepassados adora o nome do verdadeiro
 Deus. Mas nós também perecemos com a mesma fome com que
 perecem os impios: também a nós, a terra estéril nega totalmente os
 alimentos. Os homens carecem de cereais; os jumentos de pasto; os
 rebanhos de pastagens.

(...) O mundo sofre justamente e, com tamanha desgraça, vai
 adoecendo igualmente. Já que recusa conhecer Deus que lhe dá
 tudo, talvez o reconheça se Ele lho negar.

(...) É que a fome é verdadeira epidemia da terra e portanto
 terrível suplício dum Deus vingador, a quem a terra não sabe tornar
 propício. Na sua infidelidade, vagueia ao longe com o seu crime,
 adorando ídolos e desprezando a Deus.' 561

Como já foram transcritos, limitamo-nos agora à indicação de
 outros trechos que também nos remetem para um universo de crime
 galopante (IV.01.2511-2512), pois a humanidade recusa-se a conhecer
 Deus (IV.01.2528-2530), *sed muta ligna adorat, et in aris locat* (IV.10.3065).

561 Cf. ProL. 01.07-10; IV.01.2521-2526; V.01.3207-3211.

A caminhada do Povo Eleito para a Terra Prometida está marcada pela tentação de prestar culto a ídolos, a falsos deuses. A imagem cultural do Bezerra de ouro fabricada por Aarão é um primeiro testemunho.

A mensagem paulina também é clara neste ponto, pois «sabemos todos que o ídolo não é nada neste mundo, e que não há outro Deus senão um só» (1 Cor.8.4).

À luz desta Verdade, condena-se a adivinhação, prática corrente no mundo pagão. Entre os gregos, ficou famoso o Oráculo de Apolo, em Delfos – era seu intérprete a sacerdotisa Pítia. No coração do Império romano, exerceram influência de relevo os áugures e os harúspices etruscos.

Chamado à presença do Faraó, para decifrar o sonho do seu amo real, o Chefe dos Magos não se desembaraça satisfatoriamente da missão:

*... .. PH. Tales magos
Pharaonis aula nutrit? His morem gerit
Regum uoluntas? His futura uatibus
Euenta constant? Praestat humano capi
Errore potius, decipi quam nenis,
Et arbitrari Oraculum, praestigias.

MAGORVM PRINCEPS

Pracstigias? PH. Compesce linguam, credulam
Doleo quod aurem saepe praebuerim tibi.
Abite pleni uanitatis augures.
Ego uos docebo fallere. At si caelites
Vobis reuelant abdita, in uestrum caput
Quae noster animus cogitat, denuntient.
Et ante moneo, consulat uobis fuga.»

FARAÓ

‘O palácio do faraó alimenta tais magos? A vontade dos reis obedecelhes? O vaticínio do futuro depende destes adivinhos? Antes é preferível ser apanhado por erro humano, do que ser enganado por estas futilidades e reputar o Oráculo como prestidigitação.

CHEFE DOS MAGOS

Prestidigitação?

FARAÓ

Refreia a língua! Já estou arrependido de tantas vezes te prestar ouvidos crédulos. Ide-vos, adivinhos, enfatuados de prosápia. Eu vos ensinarei a enganar. Mas se são os habitantes celestes que vos revelam o que está oculto, que eles denunciem aquilo que o nosso espírito está cá a pensar contra a vossa cabeça.

Mas antes, dou-vos um aviso: a fuga que vos aconselhe! 562

Atitude idêntica vai tomar o Administrador de Faraó, após a exibição do estulto Lavrador que, vítima das artimanhas de Cacodémon, procura a fuga:

... .. OEC. Teram
 Tecum ne tempus? Has inepte nentias
 Praestigiasque tolle. VIL. Das fugae locum?

OECONOMVS

Cessas? VIL. Reuellere conor haerentes pedes.
 Vidisset utinam Pharao, quae uidi modo.
 Caulsset idem lege quam sanctissima
 Nequis magia faceret. At prodit foras.»

ADMINISTRADOR

'Irei perder tempo contigo? Oh imbecil! Deixa-te de parvoíces e de prestidigitações.

LAVRADOR

Deixas-me fugir?

ADMINISTRADOR

Estás a hesitar?

LAVRADOR

Estou a tentar arrancar os pés que estão presos.

ADMINISTRADOR

Oxalá o Faraó tivesse visto o que eu acabei de ver. O próprio teria tomado providências legais estritíssimas para que ninguém se desse à magia.

562 Cf. III.13.2250-2262.

Aí vem ele a sair.' 563

Não obstante o ambiente pagão, é a adivinhação sob os auspícios de Deus que merece o devido reconhecimento ao Faraó, rei do povo egípcio:

IOSEPHVS

«Interpres, o Rex, unus accedam, Deus
Mihí contueri condita in somnis dedit.

PHARAO

Macte esto uates, auspice enarra Deo.

... ..

IOSEPHVS

Haec somniorum uera interpretatio
Rex est tuorum. Nunc utrum quaere impígrum,
Probum, fidelem, qui saluti consulat,
Et inopiae perampla fundet horrea.»

JOSÉ

'Ó Rei, apresentar-me-ei como único intérprete; Deus deu-me o poder de ver o que está escondido em sonhos.

FARAÓ

Coragem, adivinho! Sob os auspícios de Deus, conta-me.

(...) Não é de admirar que estes homens livres e próceres te queiram ver cumulado de grandes prémios, quando os bem-aventurados do Céu te amam. És um conselheiro divino e admirável.' 564

Verbera-se, deste modo, a superstição, a bruxaria e outras práticas quejandas. No círculo oitavo do Inferno encontrou Dante adivinhos e feiticeiros famosos: Tirésias, de Tebas; Aronte, arúspice etrusco; Eurípilo e Calcante que, em Áulide, determinaram o momento propício à partida da frota grega para a Guerra de Tróia e o italiano, natural de Parma, Asdente, a par duma numerosa turba feminina que «... triste já, agulhas, fuso, / e

563 Cf. III.13.2360-2366.

564 Cf. III.13.2420-2423; 2439-2442.

tear deixou, fazendo-se adivinha; / de imagens e ervas tem o mau uso.⁵⁶⁵ Ali encontra, ainda os astrólogos Guido Bonati e Miguel Escoto. Este último, médico e mago reconhecido na corte de Frederico II, rei da Sicília (1197-1250) e imperador da Alemanha (1220-1250). Com efeito, é incontestável a importância da astrologia judiciária nas cortes europeias, de que é exemplo, no século XVI, o célebre Nostradamus (1503-1566)⁵⁶⁶, com as suas profecias com ecos que se estendem aos dias de hoje. Igual favor gozava a astrologia na corte portuguesa.

A própria ciência não ficará incólume à luz desta Verdade. Com efeito, Luís da Cruz refuta a opinião corrente do geocentrismo com a teoria do heliocentrismo:

‘... ... Luna quam uersatili
Orbis rotatu primus obuoluit, ...’

‘A lua que o Orbe, na sua rota giratória, foi o primeiro astro a envolver...’⁵⁶⁷

A formulação desta teoria remonta a Aristarco de Samos (310-230 a. C.); este astrónomo de Alexandria revelou ainda que a Lua, à excepção dos outros astros, girava em torno da terra⁵⁶⁸. Arquimedes (287-212 a. C.) impugná-la-ia no seu tratado *O Arenário*, I.⁵⁶⁹

A teoria geocêntrica, com Hiparco de Niceia (Séc. II a. C.) e o impulso de Ptolomeu (90-168 d. C.)⁵⁷⁰, havia de prolongar-se até à revolução coperniciana, já em pleno Renascimento. Efectivamente, foi em 1543 que, após longas hesitações, se publicou o *De reuolutionibus orbium*

⁵⁶⁵ DANTE ALIGHIERI, *A Divina Comédia* cit., XX.121-123, p. 151.

⁵⁶⁶ Foi conselheiro de Henrique II.

⁵⁶⁷ Cf. Prol.02.63-64.

⁵⁶⁸ Vide T.L.HEATH. *Aristarchus of Samos, the Ancient Copernicus*, Oxford, 1966.

⁵⁶⁹ Vide a tradução desta fonte em MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA, *Hélide. Antologia de cultura grega*. Coimbra, 1998, p. 477. Na página 485, podemos ler outro testemunho de Plutarco (*O Rosto no Disco da Lua*, 922 f-923a).

⁵⁷⁰ Vide a tradução desta fonte (*Tetrabiblos*, I, 2) em MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA, *Hélide* cit., p. 500.

coelestium libri VI, de Nicolau Copérnico (1473-1543). Galileu Galilei (1564-1642) continuaria na senda do heliocentrismo. Já em pleno séc. XVII, grande controvérsia havia de causar a publicação do *Dialogo delle due massimi sistemi del Mondo* (1632), que o Santo Ofício relegaria para o *Index* 571, pois contrariava a revelação das Sagradas Escrituras e a física aristotélica.

Ainda um outro episódio indicia os ventos da mundança que se fez sentir no contexto cultural que envolveu o aparecimento do *Iosephus*: a reflexão empírica sobre a origem do espirito. Aparece encastoadado na cena VI do Acto I, que nos narra a altercação entre o podador e o lavrador.

O Podador transporta aos ombros um feixe de varas que havia cortado na herdade. Ao ver aproximar-se o indesejado lavrador (*Iste suspicabitur / Fecisse ligna me lucis in proximis*) 572, agacha-se num esconderijo próximo. Entretanto, o sol provoca um espirito ao Lavrador, que se interroga e expõe o resultado das suas observações:

•Sternuo. Quid hoc est? Ela sternutatio.
Graue geminata quam mihi exonerat caput.
Etenim per haec sternutamenta, sentio
Plusquam mediocriter minui grauedinem.
Verum ex euentu hoc quemadmodum fit in aliis,
Incessit animum non libido paruula
Intellegendi, cur cum ex umbra prodeo
Veluti nunc, et solem (en me Deus bone)
Et solem inquam adspicio parumper, sternuo.
Id iam qui olim fuit mihi natura pater,
Homo catus inquirebat, et sapiens auus
Atausque disputabat, et uetustior
Tertius ab atauo, tam est antiqua sternutatio.
Ita fit, ab umbra quando soli exponimur,
Per utrasque nares concitatur spiritus.

571 Para estas questões, vide T.L.HEATH, «Mathematics and Astronomy», in: R.W. LIVINGSTONE, ed., *The Legacy of Greece*, Oxford, 1969; G.E.R. LLOYD, *Greek Science after Aristotle*, London, 1973 e G. SARTON, *A history of science. Hellenistic science and culture in the last three centuries B. C.*, Cambridge, 1959.

572 Cf. I.06.430-431.

A sole in umbram uerum cum recedimus,
 Cur nil quietis naribus disploditur?
 Sed quaedam oculis caligo circumfunditur:
 Inopaca si fortasse nos cubilia
 Ingredimur a patente solis atrio!»

'Espirro. O que vem a ser isto? Eia! Outro espirro. Como sinto a cabeça duas vezes aliviada. Como me aliviou a cabeça pesada este duplo espirro! Com efeito, através deste espirro, sinto que diminuiu o incômodo mais do que medianamente. Mas, por este acontecimento, como sucede noutros, veio-me não pequena vontade de saber por que é que ao sair da sombra, como o faço agora, e vejo o sol (Ó meu bom Deus!), repito, e vejo, por um pouco, o Sol, começo a espirrar.

Já outrora, aquele que foi, por natureza, meu pai, homem avisado, procurava saber; e o meu avô, homem sábio, bem como o meu bisavô, e o terceiro mais velho, o trisavô, debatiam a questão ao pormenor: tão antigo é o espirro.

Assim acontece quando saímos da sombra e nos expomos ao sol, a respiração acelera-se através de ambas as narinas. Porém, quando nos afastamos da luz do dia para a sombra, por que razão nada sai do nariz sossegado? Todavia uma certa escuridão envolve os nossos olhos, se por acaso do vasto átrio iluminado entramos nos aposentos semi-escuros!'⁵⁷³

Um pormenor destacamos neste solilóquio: o ócio, e não necessariamente a riqueza, enquanto elemento propiciador da reflexão que conduz ao avanço da ciência e da cultura. O diálogo intercultural também se anuncia, com a referência ao Egípto:

«Haec nihili pendunt lauti, et quidam umbratili
 Studentes sapientiae, ut Aegypti satrapae,
 Et Nili mystagogi, qui per sidera
 Videntur ambulare, cum decempedis
 Vt arua nos metimur, illi iugera
 Remetiuntur Aetheris sublimia.
 Recte parentes audiebam dicere,
 "Ne quaere supra te quae sunt: sed inspice

⁵⁷³ Cf. I.06.433-452.

Quae circa te geruntur, aut in corpore
 Aut re pecuniaria, uel tempore,
 Vere, hieme, aestate, autumno. Quam sanctissime."
 Ignorare tua namque, et aliena sapere
 Extrema cautis dicitur dementia.
 Propterea nosse sternuendi originem
 Pluris ego facio, quam metiri sidera.
 Est alia primae quaestio quam proxima.
 Cur sternutationem circumstantium
 Excipiat quaedam officiosa salutatio?
 Verum et si cupidus sit animus modo suo
 Philosophandi, tamen intermittit rusticos
 Propter labores, qui otiosi non sinunt.»

'Os ricos não apreciam nada disto. E alguns, desejosos de sabedoria, numa vida ociosa como os sátrapas do Egipto e os mistagogos do rio Nilo, que parecem deambuiar nas nuvens, quando medimos os campos com varas de dez pés, percorrem eles em sentido inverso as jérras sublimes do Céu.

Bem ouvia eu contar aos meus pais: «não investigues o que fica fora do teu alcance; examina, sim, atentamente o que se passa à tua volta, quer no corpo, quer nos negócios pecuniários, quer no tempo, na Primavera, Inverno, Verão ou Outono. Que sentido do sagrado! Com efeito, ignorar o que é teu e conhecer o alheio, é rematada loucura aos olhos dos cautelosos.

Por isso, conhecer a origem do espirro vale mais para mim do que medir os astros. Há outra questão muito próxima da primeira. Por que razão uma certa saudação delicada recebe um espirro dos circunstantes?

Mas, mesmo que o espírito goste de filosofar à sua maneira, contudo interrompe-se por causa dos trabalhos rústicos, que não permitem o ócio.' 574

Esta questão do espirro reveste-se de especial importância no contexto do séc. XVI. Com efeito, durante a Idade Média, Deus era o centro de todas as preocupações; a ele tudo se subordinava. As funções de teólogo, filósofo e cientista acumulavam-se na mesma pessoa e o saber

574 Cf. I.06.453-473.

caracterizava-se por um «saber livresco», do *magister dixit*. Não havia preocupação de compreender os diferentes fenómenos da natureza.

O humanismo renascentista foi um dos factores decisivos para a mudança de mentalidades. A valorização das *litterae humaniores*, que se repercutiu na humanização do homem, coloca-o no centro das atenções: ao teocentrismo medieval sucede o antropocentrismo moderno. Este movimento, com raízes italianas, vai trazer uma matiz profundamente individualista. Os descobrimentos portugueses, ao colocarem o homem em novas situações e imprevistas, trouxeram, finalmente, uma nova mentalidade científica: o experimentalismo ⁵⁷⁵. Ganhou alento um novo tipo de saber, de «experiência feito», de que são exemplo Duarte Pacheco Pereira (*Esmeraldo de Situ Orbis*, 1508), Pedro Nunes (*De Crepusculis*, 1541; *Tratado de certas dúvidas da navegação; Tratado em defesa da carta de marear*), Garcia da Orta (*Colóquios dos simplices e drogas e cousas medicinais da Índia*, Goa, 1563) e D. João de Castro (*Tratado da esfera*). Este movimento teve profundas repercussões na filosofia e significou uma investida contra a tradicional autoridade aristotélica. Combateu-se a teoria dos universais e propunha-se para reflexão a natureza, o indivíduo, o concreto, o singular. Esta foi a teoria do conhecimento sugerida por Francisco Sanches (1550-1623), com a publicação do *Quod nihil Scitur* ⁵⁷⁶, na cidade francesa de Lião, em 1581. À ciência antiga, ele iria opor uma nova ciência fundada na dúvida metódica. Para ele, o conhecimento humano tem dois caminhos: a experiência e a razão, o verdadeiro método das ciências do saber. Assim tomava expressão, entre nós, o nominalismo, uma corrente da escolástica que já se havia manifestado no séc. XIV, com o inglês Guilherme de Ockham (1255-1350) ⁵⁷⁷.

⁵⁷⁵ Para mais pormenores, vide MARIA TERESA DE FRAGA, *Humanismo e Experimentalismo na Cultura do Séc. XVI*, Coimbra, 1976.

⁵⁷⁶ Vide FRANCISCO SANCHES, *Opera Philosophica*, Introd. de Joaquim de Carvalho, Coimbra, 1955; ID., *Quod Nihil Scitur*, edición y traducción de S. Rabade J. M. Artola y M. Perez, Madrid, 1984; ID., *Il N'Est Science de Rien*, éd. critique lat.-français par André Comparot, Paris, 1984.

⁵⁷⁷ Entre outros, testemunha o valor da experiência um dos grandes vultos do renascimento italiano, Leonardo de Vinci (1452-1519); são ainda as navegações que

A referência ao rio Nilo justifica-se, pois foram os portugueses que descobriram a sua nascente. Outro acontecimento de relevo, neste contexto, foi a expedição de D. João de Castro ao Mar Roxo (1540-1541), para desvendar o mistério da cor vermelha das suas águas, que os Antigos lhe atribuíram ⁵⁷⁸.

Com o advento da época moderna, o epicentro da epopeia marítima desloca-se do *mare nostrum* para o Atlântico, que levaria os navegadores «por mares nunca dantes navegados» ⁵⁷⁹. Ainda assim, continua a persistir o mesmo espírito da Antiguidade: «As viagens dos Portugueses e dos Espanhóis nos séculos XV e XVI continuam ao nível planetário o espírito de inquirição que dominará a viagem no mundo clássico» ⁵⁸⁰. Um bom exemplo deste espírito na Antiguidade é a *Orla Marítima*, de Rúfio Festo Avieno, poeta latino do séc. IV d. C., natural da Etrúria, que nos relata, sob a feição de périplo, as aventuras de uma viagem desde o Ponto, no Oriente, até à Bretanha. O poema, de que nos chegaram apenas excertos do 1º livro, transmite-nos informações pertinentes para geógrafos e etnólogos: baseia-se esta obra «num *Périplo* do séc. VI a. C. com acrescentos posteriores de autores vários e de épocas diferentes» ⁵⁸¹.

propiciam grandes avanços na ciência da Geografia. No contexto do confronto entre a tradição geográfica da antiguidade e os novos conhecimentos provenientes das descobertas, vide JOÃO DANIEL L. M. LOURENÇO, «A descoberta dos antigos no Renascimento: o caso particular da *Geografia* de Ptolomeu», *Euphrosyne*, nova série, XXVII (1999) 339-350.

Na Antiguidade, só a Medicina havia de reconhecer os dois pilares fundamentais da ciência moderna: a experiência e a razão. (Cf. JUAN GIL, «De la ciencia al mito», *Euphrosyne*, nova série, XXVII (1999) 222.

⁵⁷⁸ Para mais pormenores, vide o Roteiro do mar Roxo in: D. JOÃO DE CASTRO, *Obras completas*, Coimbra, 1968-1981, pp. 368-371 maxime; ANTÓNIO ROSA MENDES, «A vida cultural» in: *História de Portugal*, direc. de José Mattoso, Vol. III - «No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)», coord. de Joaquim Romero Magalhães, p. 410 maxime. As *Décadas* de João de Barros são a fonte privilegiada da informação nesta época (Vide JOÃO DE BARROS, *Ásia*, Lisboa, 1974-1990).

⁵⁷⁹ LUÍS DE CAMÕES, *Os Lusíadas*, I.01.03.

⁵⁸⁰ LUÍS DA SOUSA REBELO, «Os descobrimentos e a viagem no mundo clássico», *Euphrosyne*, nova série, XXVII (1999) 210.

⁵⁸¹ JOSÉ RIBEIRO FERREIRA, «Introdução», in: AVIENO, *Orla marítima*, trad. de José Ribeiro Ferreira, Coimbra, 2º1992.

Foi este «afán de curiosidad y conocimiento de mundos lejanos y extraños»⁵⁸² que animou a deslocação do Lavrador às cidades do Egipto:

«Spe fortunae melioris a Sichemis
Atque Dothaimis pascuis Aegyptias
Vrbes petiui, maxime ut mysteria
Aegyptiorum magna quaedam discerem.»

'Com esperança de melhor sorte, dirigi-me das pastagens de Siquém e de Dothain às cidades do Egipto, sobretudo para aprender certos mistérios importantes do Egípcios.'⁵⁸³

Logo de seguida, o Lavrador transmite à plateia que esta sua viagem e estada no Egipto é motivada pelo desejo de crescer em sabedoria⁵⁸⁴. Contudo, se não for do agrado pessoal, há-de penetrar nas florestas africanas e admirar o colorido humano que as habita:

«Est rusticatum satis, huc philosophatum eo,
Quacumque paupertate uictus opprimar,
Cupienti satius est menti dare pabulum,
Seruire uentri quam pigro ad ignorantiam.
Et si mihi displicuerit Aegyptus, lubens
Penetrabo siluas Africae, ut liceat frui
Animantium diuersarum spectaculis,
Quarum illa diues dicitur prouincia.»

'Já estou farto de lavoura. Vou filosofar para lá. Seja qual for a pobreza que me oprima, é preferível dar pasto ao espírito ávido de saber, do que servir o ventre preguiçoso para a ignorância.

E se o Egipto me desagradar, penetrarei com gosto nas florestas africanas, para poder gozar o espectáculo das diversas raças, em que se diz ser rica essa província.'⁵⁸⁵

Esta edição contém um facsímile da *editio princeps* da *Ora marítima*, publicada em Veneza, em 1488.

⁵⁸² MANUEL PÉREZ LÓPEZ, «Viajes y relatos: de Homero a Apolonio Rodio», *Euphrosyne*, nova série, XXVII (1999) 314.

⁵⁸³ Cf. III.15.2285-2288.

⁵⁸⁴ O elogio da sabedoria, entre os romanos, aparece, pela primeira vez, em Ênio, *Anais*, VII.130-131 (Vide a tradução por MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA, *Romana*, cit., p. 9). No canto VIII, o poeta vai referir o desprezo a que é votado o bom orador e a glória que é tributada ao horrído soldado (v.157).

⁵⁸⁵ Cf. III.15.2289-2296.

Os últimos versos do episódio anterior do espirro, assim como estes, avivam na nossa memória o tema clássico, tão caro a Cícero, da dedicação ao estudo. Efectivamente, entre os romanos, a virtude por excelência realizava-se ao serviço da *res publica*; a inactividade era vista com alguma suspeição. É o reflexo da dicotomia entre a carreira das armas e a carreira de orador, a que Cícero poria fim, com o célebre elogio das Belas Letras em a *Defesa de Áquias*, «essa oração que havia de ser redescoberta no séc. XIV por Petrarca, e que ficou conhecida como a *magna charta do humanismo*»⁵⁸⁶.

Os novos conhecimentos adquiridos na aventura náutica dos portugueses, conduzida por um providencial *plus ultra*⁵⁸⁷, abarcava-os a Filosofia⁵⁸⁸, no Real Colégio das Artes. De pouco haviam de servir, pois à Igreja, reunida em Trento (1545-1563), acima de tudo, preocupava-a o combate ao protestantismo, cada vez mais influente no Norte da Europa.

Com a ajuda do vigilante Tribunal do Santo Ofício⁵⁸⁹, a Companhia de Jesus recebe de D. João III, a 10 de Setembro de 1555, a direcção do Colégio e, com ele, o encargo de velar pela boa formação da juventude do reino. O êxito desta missão é referido explicitamente nas palavras do

⁵⁸⁶ MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA, *Estudos de História de Cultura Clássica. II - Cultura Romana*, Coimbra, 1990, p. 131)

⁵⁸⁷ LUÍS DA SOUSA REBELO, «Os descobrimentos e a viagem...» cit., p. 215.

⁵⁸⁸ A reforma pombalina da Universidade de Coimbra (1772), implementada pelo ministro de D. José I, poria fim a esta unidade, que havia de perdurar além-fronteiras.

⁵⁸⁹ Criada em 1536, a instalação do tribunal só ocorre em 1547. Em 1550, por suspeita de heresia, ordena a prisão do Principal do Colégio, João da Costa, de Diogo de Teive e de George Buchanan, mestres «bordaleses» que vieram do Collège de Guyenne - as normas deste colégio estão compiladas no regulamento *Schola Aquitanica*, elaborado por André de Gouveia (Vide ELIAS VINET, *Schola Aquitanica*, texto latino revisto por Alfredo de Carvalho, Coimbra, 1941).

Sobre o processo dos lentes bordaleses, vide MÁRIO BRANDÃO, *A inquisição e os professores do Colégio das Artes*, Coimbra, 1948 e 1969; ID., *O processo na inquisição de M.º Diogo de Teive*, Coimbra, 1943; ID., *O processo na inquisição de M.º João da Costa*, Coimbra, 1944 e a análise dos processos por AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, «(José de Anchieta) Estudante no Colégio das Artes», na colectânea *Para a história do humanismo em Portugal III*, Lisboa, 1998, pp. 180-191.

Príncipe herdeiro, do trono egípcio, quando, em comparação com as riquezas que José amealhou para o erário público, atribui à educação que implementou um valor mais elevado:

«Haec sunt minora merita, quae quis maxima
Existimasset. Perge quam mentem dedit
Bene imbuendo, gratiam reddet parem
Remunerando nemo. Nam floret quibus
Parentis aula moribus? Quam curia.
Componit aequis aequa lites legibus?
Quam nulla datur impunitas licentiae?
Quam nemo Procerum exhorret insolentias?
Alia iuuentus, alia nobilitas uiget,
Ex quo magister ille de caelo est datus.»

‘Esses méritos (as riquezas), que alguém poderia considerar o máximo, são os menores. Continua a educar bem a mentalidade que ele te deu; ninguém manifestará gratidão igual como recompensa.

O palácio do Pai com que outros bons costumes floresce? Que Cúria apazigua litígios iguais com leis iguais? Onde é que a libertinagem fica impune? Quem é que não detesta as basólias dos príncipes?

Desde que este chefe nos foi dado lá do Céu como mestre, vigora outra juventude, outra nobreza.’ 590

A caminho do Egito, Simeão, que fora hóspede em terras do inimigo, confirma a seu pai, Jacob, a transformação operada na Corte egípcia, graças ao empenhamento de José:

IACOBVS

«Adesto, Simeon, namque tu uetustior
Hospes fuistis Aegyptiorum finium:
Viuunt ne iure, moribus, concordia?

SIMEON

Iosephus istaec docuit: is aulicam
Vitam expoliuit. Ipse Rex celsissimo

590 Cf. V.22,4323-4332.

Decorus ore, filius similis patri,
 Vnum intuentur. Pharao, Rex uoce imperat:
 Sed ipsa regni frena Iosephus tenet.»

JACOB

Vem cá, Simeão, pois foste o hóspede mais velho em terras dos Egípcios? Vivem eles com justiça, com bons costumes, em concórdia?

SIMEÃO

José assim nos disse. Ele civilizou a vida da Corte. O próprio Rei, de bellissimo aspecto, filho semelhante ao pai, são como um só. O Faraó dá ordens como rei, mas quem mantém as rédeas do governo é José.⁵⁹¹

Os últimos versos desta transcrição deixam perceber uma influência significativa da Companhia de Jesus junto do Poder, no caso particular, no jovem monarca D. Sebastião. Com efeito, o jesuíta P.^o Luís Gonçalves da Câmara, seu mestre e, mais tarde, confessor, havia de o educar para «fazer dele um rei que retirasse o país do marasmo em que então se encontrava e o elevasse á grandeza dos tempos áureos da prosperidade»⁵⁹².

O veículo de comunicação por excelência é o Latim, verdadeira língua franca nesta época; porém, o estudo do grego e do hebraico não era descurado, o que nos coloca a par da Europa culta do tempo, pois «através do conhecimento destas línguas era possível o recurso às fontes do saber, á riqueza literária da Antiguidade clássica e á exegese bíblica, aspectos marcantes da actividade intelectual dos nossos humanistas»⁵⁹³.

⁵⁹¹ Cf. V.24.4374-4381.

⁵⁹² FRANCISCO RODRIGUES, *História da Companhia* cit., T. II/2, pp. 259-260.

⁵⁹³ NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «Mito, imagens e motivos clássicos...» cit., p. 72.

As exigências de evangelização também obrigaram á aprendizagem de numerosas línguas nativas, no Brasil, África e Oriente. Vide BERNARD DOMPNIER, «La Compagnie de Jésus et la mission de l'Intérieur», *Les jésuites à l'âge baroque* cit., pp. 155-179.

Foi na língua do Lácio que a Europa tomou conhecimento da gesta marítima dos portugueses ⁵⁹⁴. O papa Sisto IV, a 31 de Agosto de 1481, teria o privilégio de ouvir o primeiro testemunho escrito por um português, o bispo de Évora, D. Garcia de Meneses, e estudado pelo Professor Costa Ramalho ⁵⁹⁵: «É uma oração ⁵⁹⁶ que surpreende, pela qualidade do latim, do melhor nível humanístico» ⁵⁹⁷. O próprio Luís da Cruz faz referências às riquezas da Índia que afluem o reino:

«Animose Princeps in tuum regnum senem
Venire gaude, qui dedit talem uirum.
Quo non fugata solum ab Aegypto fuit
Penuria omnis: mira sed prudentia
Cumulata, floret gentium pecuniis.
Creuere reditus regi stipendiis,
Et gaza creuit, nemo Rex ditissimum
Se gloriatur uectigalis Indiae
Quamuis recondat ille thesauris opes.»

⁵⁹⁴ Acerca da expressão desta literatura, vide LUÍS DE MATOS, *L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*, Lisboa, 1991; o repertório bibliográfico HISLAMP (Hispanorum Index Scriptorum Latinorum Medii Posteriorisque Aevi) - Autores latinos Hispânicos do período dos Descobrimentos (1450-1560), Lisboa, 1993; AIRES A. NASCIMENTO, «Littérature latine des Découvertes Portugaises: le latin, une langue de culture», in *Euphrosyne*, nova série, XXVII (1999) 381-404. Este número da revista *Euphrosyne* publica as *Acta Colloquii Didactici Classici XVII Olisiponensts*: «A Antiguidade Clássica e o Espírito da Descoberta» (Lisboa, 30 de Setembro - 3 de Outubro, 1998), pp. 205-404.

⁵⁹⁵ «D. Garcia de Meneses. Discurso ao Papa Sisto IV (1481)», in: *Latim Renascentista em Portugal*, Coimbra, 1985, pp. 1-25.

⁵⁹⁶ Na época, as orações de obediência tornaram-se um hábito, sempre que era nomeado um Pontífice, ou subia ao trono um novo monarca. Qual documento de Intenções, eram pronunciadas em Roma, perante o Papa, os cardeais e o corpo diplomático ali acreditado (Vide MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Orações de Obediência, Séculos XV e XVI*. Trad. de Miguel de Meneses, Lisboa, 1988).

⁵⁹⁷ «Os humanistas e a divulgação dos descobrimentos», in: *Para a história do humanismo...* cit., p. 135.

Como aponta o ilustre professor, a primeira fonte literária da Expansão Portuguesa, redigida em latim, é da autoria de um italiano, Mateo de Pisano, que frequentava a corte de D. Afonso V. O *De Gesta Illustrissimi Regis Ioannis De Bello Septensi* é o título do livro, que nos narra a conquista de Ceuta em 1415 (Cf. *Ibid.*).

'Corajoso príncipe, alegra-te de que venha para os teus reinos um ancião que gerou tal herói. Graças a ele, não só se afugentou de todo o Egipto todo o resquício de fome, mas com a sua excelsa prudência o Egipto enriquece com o dinheiro de outros povos. Cresceram os réditos reais com impostos, cresceu o erário público. Rei nenhum se poderá gloriar de ser tão rico, embora tenha amealhado nos seus tesouros todas as riquezas provenientes dos impostos da Índia.' 598

Neste contexto, as *litterae humaniores* vão transformar-se no suporte da formação intelectual do *homo religiosus*, ao serviço da contra-reforma, numa tentativa conciliatória com a mundividência humanística. O domínio perfeito da língua latina, na sua expressão escrita e oral, era um objectivo prioritário, pois, além de ser a língua de comunicação na Europa, era idioma escolar. E vem a propósito transcrever de os *Estatutos da Universidade de Coimbra* de 1559, o que a eia se refere: «Hos alunos, que ouverem de ouvir Artes, tenham ouvida Latinidade, de maneira que saibão falar e compor» 599. Nos Colégios da Companhia, os estudos humanísticos são a base do currículo escolar, assim o determinam as *Constituições* 600. A gramática e a retórica são as disciplinas nucleares deste ciclo 601, que pretende ministrar «bons fundamentos no latim» 602. Não admira, pois, que a aprendizagem da língua latina fosse favorecida com os primeiros manuais

598 Cf. V.22.4314-4322.

599 Cf.

600 Cf. *Constituições da Companhia* cit., [351], p. 103. Não se trata de inovação alguma, pois já os mestres bordaleses haviam dado destaque às disciplinas literárias, no âmbito de um programa em tudo semelhante ao que figurava no regulamento da *Schola Aquitanica* (Vide NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «Mito, imagens e motivos clássicos...» cit., p. 73; MÁRIO BRANDÃO, *O Colégio das Artes, I (1547-1555)*, Coimbra, 1924, pp. 272 2 282; ID., *Documentos de D. João III*, 4 vols. Coimbra, 1937-1941: vol. III, p. 109).

601 Cf. *Constituições da Companhia* cit., [352], p. 103.

602 Cf. *Constituições da Companhia* cit., [366], p. 106. Para além do ensino das línguas grega e hebraica que, por excepção, pode vir a acontecer antes ou depois das Artes e da Teologia (Cf. *Constituições da Companhia* cit., [460], p. 123), «quando num colégio ou universidade se projectasse formar pessoas para serem enviadas aos Mouros, ou aos Turcos, estariam indicados o árabe ou o caldeu; como para ir aos Índios, o Indiano. O mesmo se diga de outras línguas que, por motivos análogos, poderão ser mais úteis noutras regiões» (*Constituições da Companhia* cit., [449], p. 121).

escolares: *De arte rhetorica*, 1562, por Cipriano Soares, e *De institutione grammatica libri tres* ⁶⁰³, em 1572, por Manuel Álvares, ambos sacerdotes jesuítas. Sob o signo da Companhia, a retórica afastar-se-ia do magistério de Cicero para se aproximar de Aristóteles ⁶⁰⁴, um percurso em harmonia com as *Constituições*. De facto, ali se determina que «na lógica, na filosofia natural e moral e na metafísica, bem como nas artes liberais, seguir-se-á a doutrina de Aristóteles» ⁶⁰⁵. A adopção de livros de textos compostos na Companhia, porque mais úteis do que os seguidos comumente ⁶⁰⁶, abria a possibilidade de dar continuidade ao pendor aristotélico que marcou o ensino da filosofia no Colégio das Artes, desde a sua fundação. O lídimo representante desta pedagogia é o inovador Nicolau Grouchy ⁶⁰⁷.

O maior contributo para a reafirmação do aristotelismo foi a publicação de os *Comentários do Colégio Conimbricense da Companhia de Jesus* («Comentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu»), em oito volumes, entre 1592 e 1606, sob a direcção de Manuel de Góis, Baltasar Álvares e Sebastião do Couto ⁶⁰⁸, que alcançariam mais de cem edições,

⁶⁰³ Vide E. SPRINGHETTI, «Storia e fortuna della Grammatica di Em. Alvares», *Humanitas*, XIII-XIV (1961-1962) 283-304.

⁶⁰⁴ Cf. ANÍBAL PINTO DE CASTRO, *Retórica e teorização literária em Portugal*, Coimbra, 1973.

⁶⁰⁵ Cf. *Constituições da Companhia* cit., [470], p. 124. Esta orientação seria consagrada na *Ratio Studiorum*, promulgada em 1599.

⁶⁰⁶ Cf. *Constituições da Companhia* cit., [466], p. 124.

⁶⁰⁷ A competência dos mestres bordaleses havia de conferir aos graus de bacharel e licenciado em Artes prestígio igual aos graus universitários. Como referência das inovações pedagógicas introduzidas por estes mestres, aponta-se o comentário ao *Organon* de Aristóteles, feito pelo humanista francês Nicholas Grouchy, que também traduziu a *Ética a Nicómaco* (Vide NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «Mito, imagens e motivos clássicos na poesia trágica renascentista em Portugal», in: *Actas do Symposium Classicum I Bracarense. A mitologia clássica e a sua recepção na Literatura Portuguesa*, Braga, 2000, pp. 72-73).

⁶⁰⁸ Pedro da Fonseca integrou a primeira comissão nomeada, ao que parece, por Jerónimo Nadal, em 1561. Para mais pormenores, vide M. S. ALVES, «Pedro da Fonseca e o "Cursus Collegii Conimbricensis"», *Revista Portuguesa de Filosofia*, XI (1955) 479-489; A. A. COXITO, «Método e ensino em P. da Fonseca e nos conimbricenses», *Revista Portuguesa de Filosofia*, 36 (1980) 88-107; J. S. SILVA DIAS, *A Política Cultural de D. João III*, Coimbra, 2 vols., 1969; ID., *Portugal e a Cultura Europeia (séculos XVI a XVIII)*, Coimbra, 1952; J. BACELAR DE OLIVEIRA, «Filosofia escolástica e curso conimbricense», *Revista Portuguesa de Filosofia*, 16 (1960) 124-141).

deveras elucidativas do impacto que alcançou além fronteiras. Com efeito, foram os Conimbricenses que sepultaram o nominalismo, ao promoverem uma escolástica renovada pelo espírito tridentino ⁶⁰⁹. Esta influência continuou por toda a Europa através de dois vultos espanhóis da Companhia, Luís de Molina e Francisco Suárez, que também exerceram o seu magistério no reino português: o primeiro, ensinou Filosofia (1554-1558) e Teologia (1558-1562) no Colégio das Artes, em Coimbra; Francisco Suárez também ali havia de ensinar Teologia e, em 1594, é nomeado, por Filipe II, rei de Espanha, para a cátedra de Teologia da Universidade de Coimbra.

Não obstante algumas manifestações anteriores de inconformismo, só em pleno séc. XVIII, a filosofia aristotélica da Companhia sofreria oficialmente o primeiro revés na XVI Congregação Geral (1730-1731), que sancionou uma maior abertura às ideias modernas ⁶¹⁰. Para melhor enquadramento desta lenta mudança, devemos lembrar que os *Exercícios Espirituais*, na 11ª Regra, preconizavam o louvor da doutrina da escolástica, «porque (...) é mais próprio dos escolásticos, tais como, S. Tomás, S. Boaventura, e o Mestre das Sentenças ⁶¹¹, etc., definir ou explicar, para os nossos tempos, as coisas necessárias à salvação eterna, e atacar e explicar mais todos os erros e falácias. Porque, os doutores escolásticos, como são mais modernos, não somente se aproveitam da verdadeira inteligência da sagrada Escritura e dos Santos Doutores positivos; mas ainda, sendo

⁶⁰⁹ Cf. J. M. DA CRUZ PONTES, «Escolástica», in: *Logos. Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, vol. 2, Lisboa, 1990, coll. 166-181.

⁶¹⁰ Cf. A. COXITO, «Aristotelismo em Portugal. II - Séculos XVI-XVIII», in: *Logos. Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, vol. 1, Lisboa, 1989, coll. 438-449.

⁶¹¹ O epíteto *magister sententiarum*, atribuído ao teólogo italiano Pedro Lombardo (c. 1100 - 1160), deriva da sua obra fundamental, *IV Libri Sententiarum*. Após o êxito no IV Concílio de Latrão (Novembro de 1215), as *Sententiae* foram adoptadas como livro de texto nas aulas de teologia. A sua importância começou a diminuir durante o séc. XVI, com a importância crescente da *Summa Theologica* de S. Tomás de Aquino (Para mais pormenores, vide P. DELAYE, *Pierre Lombard, sa vie, ses oeuvres, sa morale*, 1961).

iluminados e esclarecidos da virtude divina, ajudam-se dos concílios, cânones, e constituições de nossa santa mãe a Igreja»⁶¹².

Se é verdade que o espírito tridentino trouxe um novo alento à missão evangelizadora da Igreja, porta-voz da Boa Nova, não é menos verdade que esta causa já estava presente na mente dos nossos reis, desde muito cedo. Na verdade, a oração de D. Garcia de Meneses, citada acima, pronunciada perante sua Santidade, na qualidade de embaixador do Rei e de comandante da armada real contra os Turcos, que ocupavam Otranto, na Apúlia - em Itália, já contém um apelo veemente à militância de Cristo, sem apego a outras quaisquer honrarias ou compensações: «Veja que nós não somos ávidos nem de ouro, nem de pedraria, nem de móveis preciosos, mas que em maior conta do que tudo isto, e do que a própria vida, temos a fé e a Igreja de Deus»⁶¹³. E aponta o exemplo do reino português, pois é graças ao *labore et sanguine regum Lusitaniae*, que se mantém a *fidem Christi* no Norte de África. Ali se exorta a que se siga a Cristo Jesus, o melhor guia (*optimum ducem*) e se O anuncie aos Príncipes e povos da Europa: «e os que, de entre todo o clero, forem fortes pela eloquência e autoridade, esses sejam enviados por Vossa Santidade para mover os ânimos dos príncipes e dos povos»⁶¹⁴.

Em nome da Verdade, que é Jesus Cristo, o dramaturgo jesuíta não se cansa de acenar à plateia, a cada passo, com o espectro da sua vinda próxima. A torrente messiânica do Antigo Testamento espraia-se no *Iosephus*:

«... .. C. EVR. Quando fulgebit dies

⁶¹² INÁCIO DE LOIOLA, *Exercícios...* cit., n.º 363, p. 192.

⁶¹³ «D. Garcia de Meneses. Discurso ao Papa Sisto IV (1481)», in: *Latim Renascentista...* cit., p. 15.

⁶¹⁴ «D. Garcia de Meneses. Discurso ao Papa Sisto IV (1481)», in: *Latim Renascentista...* cit., p. 25.

Ostendet orbi quo suam prolem Deus?»

«... .. Talis Hebraea ab domo
Tonantis olim genitus attollet caput.
Ab inuidenti stirpe pelletur tamen,
In mortis usque regna compuisus: iubar
Rediuluus omni lucidum sparget solo.
Seruator hic est orbis. Hic est uictima,
Quam nuper alto uidit Abrahamus iugo.
O sacra mundo nascere cadenti hostia.»

«O sidus affer aureum terris diem,
Noctemque pelle lugubrem. ...»

«Homines ueneno pessimo infeci decem
Fratres eosdem, quos ego feci meos,
Et quod putandum maius, Isaacidae satos.
Quem gentis unum uoluit Hebraeae Deus
Magnum parentem: cuius ab stirpe efferet
Nescio quis hominum nobile et celsum caput:
Orbi insolentem calce cerulcem suo
Pressurus olim. Familiam facinoribus
Cumulabo. Sed Iacobe tam foedis tuam,
Pudeat ut inde principem nasci Deum:
Qui se timorem Tartari dici uelit.
Infanda fratres culpa iam decem premit.»

«... .. Tempora uolabunt suo
Properata cursu, saeculum quondam aureum
Nascetur orbi, quo propior erit Deo,
Opulenta qui reliquerit patrimonia.
... ..
Orietur olim sidus e nostra domo,
Et flamma discussura nubes horridas...»

«Nostris dona tibi portendunt altera patris
Saecula, quae quondam mundo nouus afferet ordo.
... ..
Alter enim rerum quondam tibi nascitur ordo.»

«Nam tempus erit quo uictor aget
Nostris domitum sanguinis orbem.
Non terrificis horridus armis,
Sed memorandi robore ligni.»

«Sed belli non semper honor uenientia mundo
Tempora consequitur. Pietas atque hospita uirtus
Vltra annos lapidesque uolat. Cum deficit aetas,

Et series rerum, surgit rediuiua perennem
 Aeternare sibi saeculorum prouida laudem.
 At nostri fortuna patris caelestibus olim
 Ducitur auspiciis. Hebaream oracula gentem
 Diua canunt annis mundo superesse coeuiam.»

«... .. Posset Abrahami nepos
 Eo ire, quo seruantur insignes aui,
 Et patris animae: donec oriatur mea
 Ex stirpe sidus aureum, quondam suo
 Fulgore quod recludet umbrosos sinus:
 Secumque clausos tollet in caelum pios.»

«I. Nate gentis unicum decus tuae,
 Factis per orbis ultimas nomen plagas
 Extende, nam te lucidam flammam super
 Pietas locabit, qua mereris sidera,
 Et consequeris credo mecum, in impias
 Meus ille quando uenerit terras nepos.
 Deus parente, matre sed generis mei,
 Homo propter homines, qui recludet tartara,
 Praedam e cauernis auferet, reddet polo
 Imago carus pulchra Iosephus tui est.
 A me recessit ille, pro demortuo
 Deflectus, ecce uiuus, ecce nobilis,
 Ecce imperator et triumphata redit
 Aegyptiorum gente. Tu lumen patris
 Oriere quondam, ceu tuus nuper mihi
 Praedixit Ales ; Morte superata cades,
 Sed te excitabis, qualis in praedam leo
 Somni a quiete surgit. O quo gaudio,
 Senile pectus ferueret, si tempore
 Velles meo nitere sol purissime ?
 Sed dum sepulchrum quaero, dum sedes aui
 Eo exulatum, spe tui solabimur
 Quod uita tempus dederit, et rapti in locum
 Magni Abrahami, adesse te precabimur.»

'Quando brilhará o dia em que Deus revelará ao mundo a sua descendência?'

'Um dia, da casa da Judeia, a tal geração do Omnipotente levantará a cabeça. Todavia, ele será rejeitado pela linhagem invejosa e impellido para os reinos da morte. Ressuscitado, espalhará a sua luz resplandecente por todo o mundo.

Este é o Salvador do mundo. Este é a vítima, que há pouco Abraão viu do alto do monte.

‘Ó vítima sagrada, nasce para este mundo em decadência.’

‘Ó Sol, traz esse belo dia às nações! E afasta a noite lúgubre...’

‘Eu corrompi estes dez homens, irmãos, que fiz meus, com um péssimo veneno; e o que reputo de maior, descendentes de Isaac que Deus escolheu como único grande pai da raça hebreia. Dessa estirpe, não sei de que homem, há-de brotar uma nobre e excelsa cabeça. Um dia, há-de esmagar com o seu pé a insolente cerviz do Orco. Cumularei a família com crimes. Mas, ó Jacob, que a tua família se envergonhe de que apesar de tamanhos crimes dela nasça Deus, o príncipe, que há-de chamar-se o terror do tártaro.’

‘Os tempos voarão no seu curso veloz. Um dia, uma idade de ouro nascerá para o mundo, no qual Deus estará mais perto e deixará ricos patrimónios. (...) Um dia, nascerá um astro da nossa casa, e uma chama que há-de dissipar as nuvens escuras.’

‘Os dons do nosso pai apresentam-te outros tempos que, um dia, uma nova série há-de trazer ao mundo. (...) Um dia, outra ordem de coisas nascerá para ti. (...) Tempos virão em que um vencedor do nosso sangue regerá o mundo dominado. Não o fará horroroso, com armas terríficas, mas com uma vara de madeira memorável’

‘Mas nem sempre a honra da guerra atinge os tempos que hão-de vir ao mundo.’ A piedade e a virtude hospitaleira ultrapassa os anos e as próprias rochas. Quando cessa a idade e a descendência, volta a surgir redíviva previdente para eternizar o louvor perene dos séculos. Mas a fortuna dos nossos pais é trazida um dia pelos auspícios celestes. Os oráculos divinos anunciam que a gente hebreia sobreviverá ao mundo!’

‘Pudesse o neto de Abraão ir para o lugar onde se conservam as relíquias do avó e as almas do seu pai, até que nasça da minha estirpe uma estrela de ouro que, um dia, com o seu fulgor abra as profundezas das sombras e leve consigo para o céu os piedosos encarcerados na morte.’

‘Vai meu filho, glória ímpar da tua raça, estende pelas tuas acções o teu nome pelos confins do mundo, pois a piedade colocarte-á como chama rutilante acima dos astros, como mereces. E consegui-lo-ás, creio firmemente, quando aquele meu neto vier a estas terras ímpias, tendo a Deus por Pai, mas a Mãe da minha raça. Feito homem por amor dos homens, que há-de abrir as portas tartáricas e arrebatará a presa das cavernas e devolvê-la-á ao céu, ele que é imagem bela de ti, José querido.’

Afastou-se de mim; chorei-o como morto. Mas eis que está vivo, eis que é nobre, eis que domina e regressa triunfante do povo do Egipto.

Um dia, serás a luz do teu Pai, como há pouco me predisse o Anjo. Tombarás superando a morte, mas ressuscitarás como o leão que, do descanso do sono, se levanta para a presa. Oh, com que alegria este meu peito de velho ferveria, se quisesses brilhar no meu tempo, oh sol puríssimo! Mas enquanto busco a sepultura, enquanto ando exilado, a caminho do meu avô, consolar-nos-á a esperança que em ti temos. O tempo que a vida nos der te pedimos que nos assistas, e nos leves para o lugar do grande Abraão.⁶¹⁵

Uma breve reflexão sobre os trechos acima transcritos, com tradução, leva-nos a uma aproximação com a mensagem bíblica sobre o Messias, numa simbiose da palavra veterotestamentária com o Novo Testamento. Este Messias é Cristo, que aqui nos é apresentado. Filho de Deus (*Exod.4.22; Marc.1.11; Matt.17.2-8*), há-de encarnar no seio de uma mãe hebreia (*Luc.1.26-35*) e fazer-se Homem (*Dan.7.13-28; Matt.8.20; 26.64*) à imagem de Deus (*2 Cor.4.2-6; Coloss.1.15*). Será rei - soberano do Universo, (*1 Cor.8.4-6; Rom.14.7-10*) e Luz das nações (*Isa.9.1; 42.6-9; Luc.1.78-79; Joan.9.5; Act.13.47; 2 Cor.4.6; 1 Thess.5.2-7; Apoc.21.23-25*), o Salvador (*Mtt.1.21; Act.4.8-12*), o cordeiro pascal (*Isa.53.7-12; Joan.1.36-37; 1 Cor.5.6-8*) que se deixará crucificar no madeiro da Cruz (*Matt.27.24-42; Marc.15.20-37; 1 Cor.2.2*) para redimir a humanidade do pecado (*Eph.1.7; 1 Cor.1.30; Luc.1.77*). Triunfando da morte (*2 Cor. 5.14-18;*), há-de ressuscitar (*Marc.16.1-7; Rom.4.24*) e elevar aos céus as presas resgatadas ao Orco (*Eph.4.8-10; 1 Petr.4.5-6*).

À lição das Sagradas Escrituras, junta o notável pregador referências ao messianismo, que o vate mantuano já veiculara na *Écloga IV*, e à idade de ouro⁶¹⁶. Esta última indicação evoca o mito das Cinco Idades,

⁶¹⁵ Cf. Prol.02.109-110, 125-132, 135-136; II.01.1054-1064; IV.03.2657-2660, 2663-2664; V.10.3622-3623, 3721, 3744-3747; V.18.4161-4168; V.20.4251-4256; V.24.4394-4417.

⁶¹⁶ Na literatura latina, vários autores trataram este tema: Catulo, Tibulo, Virgílio (*Ecl. IV*), Ovídio (*Fast.1.193; Met.1.89-112; Am.11.8, 35-44*), Macróbio (*Sat.1.7, 51*), Horácio (*Epod. XVI.41 e ss.*). (Cf. PIERRE GRIMAL, *Dicionário da mitologia grega e romana*, Lisboa, 1991, p.241)

que Hesíodo apresenta em *Trabalhos e Dias* (vv. 109-201) ⁶¹⁷. Em Dante, dá corpo ao mito o grande velho cretense que vê em Roma o espelho do Oriente: «Tem testa de ouro fino, são de prata / pura também os braços e o peito; / de bronze é a forquilha que os remata; / daí abaixo em ferro só é feito, / salvo que o destro pé é em terracota...» ⁶¹⁸. Contrariamente ao poeta grego que, como Dante, assim explica a degeneração progressiva da humanidade, no *Iosephus* assiste-se a um percurso inverso, mais conforme exigências de uma ascese espiritual.

Mensagem insistente, esta a do cristocentrismo, que privilegiou a construção quiástica (Prólogo, Acto II e Acto IV). O Acto V encerra com chave de ouro: uma súplica nas palavras de Jacob, que podemos ler na última transcrição. Exercício de repetição e resumo, que estão presentes nos *Exercícios Espirituais*.

Como verificamos, há um grande espaço reservado ao tema da *imitatio Christi*. Com efeito, o pensamento de Luís da Cruz reflecte mais uma das controvérsias que separou cristãos e protestantes: «Dans l'histoire de la spiritualité le thème de l'imitation de Jésus-Christ tient une place importante. Alors que le verbe "imiter" ne se trouve pas dans l'Évangile, les chrétiens ont compris que l'invitation à "suivre" Jésus signifiait un appel à l'imiter. Comme l'écrit saint Augustin, "quid est enim sequi nisi imitari?" (*De sancta virginitate*, 27, PL 40, 411b). Cette interprétation s'est imposée jusqu'à la Réforme. On assiste alors à un tournant : tout en reconnaissant que le Christ était à la fois Don et Exemple, Luther a mis de plus en plus l'accent sur le premier aspect. Dans sa réaction contre la piété médiévale, il eut tendance à voir dans l'imitation une tentative orgueilleuse de l'homme pour acquérir des mérites et la Réforme est restée très marquée par cette suspicion. A l'imitation du Christ (*Nachahmung*) elle oppose la "suite du

⁶¹⁷ MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA, *Hélade. Antologia de cultura grega*. Coimbra, 1998, pp. 93-96. DANTE ALIGHIERI, *A Divina Comédia* cit., vv.54-57, p.58

⁶¹⁸ DANTE ALIGHIERI, *A Divina Comédia* cit., vv.54-57, p.58

Christ" (*Nachfolge*) comme réponse, dans la foi et l'obéissance, à son appel.»⁶¹⁹

A *imitatio Christi*, proposta pelo pregador jesuíta, a partir do arrependimento e transformação dos irmãos de José, parece indicar um modelo de vida interior que, necessariamente, há-de reflectir-se no agir exterior, na senda da teologia de S. Paulo: «Porque pela Lei morri para a Lei, a fim de viver para Deus. Estou crucificado com Cristo! Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim; e a vida que agora vivo na carne, vivo-a na fé do Filho de Deus, que me amou e Se entregou a Si mesmo por mim» (*Gal.2.19-20*).

Na espiritualidade inaciana, o apelo à *imitatio Christi* é constante. Vejam-se *Os Exercícios Espirituais*, nomeadamente os n.ºs 95, 98, 104, 109, 147, 167-168, 191-193, 195, 197, 201, 203, 206,208-209, 214, 219-224, 226, 229, 248 e 261-312 («Os mistérios da Vida de Cristo Nosso Senhor»). Tudo isto em estrita obediência a um princípio fundamental dos *Exercícios*: «Porque não é o muito saber que farta e satisfaz a alma, mas o sentir e gostar as coisas internamente.»⁶²⁰

1.5. O Limbo

É este um estado intermédio, não um lugar, entre o Céu e o Inferno. Assim permaneceram as almas dos justos até à vinda de Jesus Cristo, o Redentor. Os protestantes negavam a sua existência, como já anotou Claude-Henri Frêches: «L'auteur affirme encore contre les Protestantes l'existence des Limbes: en effet Jacob y veut rejoindre ses ancêtres»⁶²¹.

No Antigo Testamento, o *sheol* é o lugar onde repousam os mortos. Contudo, os bons usufruem da felicidade no «seio de Abraão», enquanto os

⁶¹⁹ ÉDOUARD COTHENET, «Imitation du Christ. – I. Dans l'Écriture», in : *Dictionnaire de Spiritualité* cit., Tome VII - Deuxième Partie, 1971, col. 1536.

⁶²⁰ INÁCIO DE LOIOLA, *Exercícios Espirituais* cit., n.º 2, p. 14.

⁶²¹ CLAUDE-HENRY FRÊCHES, *Le théâtre neo-latin au Portugal (1550-1745)* cit., p. 399.

maus padecem os tormentos das chamas (Luc.16.22-24), no abismo tenebroso do tártaro, o Inferno (2 Petr. 2.4). No período que medeia entre a morte e a ressurreição, para os cristãos da Igreja Romana é dogma de Fé que Cristo desceu ao reino dos mortos (1 Petr. 3.18-20) e recebeu as chaves da Morte e do Inferno (Apoc. 1.18), sinal de vitória sobre o seu último inimigo, pois «tudo sujeitou debaixo de seus pés» (1 Cor. 15.26-27). A doutrina da Igreja, a partir de S. Tomás, postula uma «descida» apenas ao *sheol* dos justos, que morreram na esperança da sua vinda, a fim de os libertar para a visão beatífica de Deus. Assim se cumpria a promessa feita no alto da cruz ao ladrão arrependido: «Em verdade te digo: hoje estarás Comigo no Paraíso» (Luc.23.43).

Assim se cumpriu, na pena de Luís da Cruz, mais uma reflexão dos *Exercícios Espirituais*, n.º 311, a propósito de «A 13ª Aparição. 1 Cor.15.8»: «Apareceu a S. Paulo, depois da Ascensão: “Finalmente, apareceu-me a mim, como a um abortivo.” Apareceu também em alma aos padres santos do limbo, e, depois de tirados de lá, tendo tornado a tomar o corpo, muitas vezes apareceu aos discípulos e conversava com eles.»

A doutrina católica sobre o Limbo foi uma importante fonte de inspiração para os artistas plásticos durante toda a Idade Média. Esta tradição iconográfica, não obstante o testemunho dos frescos do sudeste de França, veio a declinar no Renascimento: «La Renaissance n'offre plus que des témoins isolés d'une tradition qui est morte»⁶²². A imagem de Cristo vencedor, com a cruz, que liberta os justos do *sheol*, emergindo da tumba, do tenebroso Hades, é o motivo recorrente. Dois detalhes não aparecem: «le “sein d'Abraham”, qui est tout de même le séjour des justes et qui préoccupe S. Augustin (il est réservé au paradis, en Occident surtout), et les altercations entre Satan et le Prince des enfers...»⁶²³. A tradição pictórica Ocidental colocou a ênfase no combate entre o bem e o mal. No

⁶²² J. DE MAHUET, «Limbes», apud *Catholicisme.Hier, Aujourd'hui, Demain*. T. VII, Paris, 1975, col. 799.

⁶²³ J. DE MAHUET, «Limbes» cit., col. 799.

Oriente, até ao séc. XI, teve preferência a imagem da libertação dos justos do *sheol*; depois, foi a da Ressurreição do Salvador e a descida aos Limbos ⁶²⁴.

O italiano Dante Alighieri, n' *A Divina Comédia* deixa antever a existência do Limbo e a descida de Jesus Cristo ali, para os resgatar. No Canto IV se identifica o Limbo com o «círculo exterior que o abismo cinge» (v.24) ⁶²⁵. São espíritos que «não pecaram» (v.36) ou «ficaram sem baptismo» (v.35), para ali «vindos antes do cristianismo» (v.37), onde jazem suspensos. Daqui saíram apenas com o auxílio de Cristo Salvador, como testemunha Virgílio: «Inda era eu novo neste estado, / quando vi aqui vir um mais potente, / com sinal de vitória coroado» (vv. 52-54) ⁶²⁶. Daqui resgatou Adão, o Patriarca Abraão e Jacob, na companhia da excelsa Raquel: «Tirou a sombra do primiparente, / De Abel seu filho, e Noé, desta grei, Abraão patriarca e David rei, Israel com o pai e os dele nados, / e com Raquel, por quem sofreu tal lei; / e a outros muitos fez santificados; / e quero saibas, que os espritos, antes, / dos humanos não eram resgatados.» (vv.55-63). Esta referência clássica às sombras dos mortos no Limbo também aparece em Luís da Cruz. Quando José, no Egípto, recorda a família e as tremendas dificuldades por que estará a passar, duvida se o pai ainda continua com vida:

«Communi in orbis clade quid patris domus
Agat, in memoriam saepe cum lacrimis uenit.
Adhuc ne uiuet ille ? Vel si mortuus
Abiit in umbras, quid mei fratres agunt?»

'No meio desta calamidade geral, muitas vezes me vem ao pensamento, de mistura com as lágrimas, o que se passará em casa de meu pai. Porventura ele ainda estará vivo? Ou se já morreu e foi para as sombras dos mortos, que fazem os meus irmãos?' ⁶²⁷

⁶²⁴ J. DE MAHUET, «Limbes» cit., col. 798.

⁶²⁵ DANTE ALIGHIERI, *A Divina Comédia*, Lisboa, 1998, p.49. De ora em diante, todas as citações serão feitas desta edição, publicada pelo Círculo de Leitores.

⁶²⁶ Referência idêntica encontramos no Canto XII, vv.37-38.

⁶²⁷ Cf. IV.05.2766-2768.

A morte cruenta do José acabava de ser anunciada pelo mensageiro. Os filhos aproximam-se de Jacob, destroçado por tamanha dor:

«O nate, quis te posset extinctum sequi
Per opaca nemora, quae colunt animae plae.»

Ó meu querido filho, quem te pudesse seguir, na morte, através dos bosques sombrios, habitados pelas almas piedosas! 628

Na lamentação fúnebre, o coro faz menção aos campos Elísios, paraíso pagão dos eleitos; Jacob, retoma a imagem lúgubre, materializada, agora, numa caverna escura, que localiza nas profundezas da terra, que o próprio coro vai corroborar:

CORVS

«Huc ex Elysió ueni recessu,
O Iosephe puer, dolor parentis.
Huc te noster auus sinat uenire,
Heu desiderio tui uidendi
Ad te ne facias abire patrem.

IACOBVS

Dicite quin potius uadat quo nobile seruat
Illustres animas antrum, properetque sub imam
Speluncam Iacobus. Erit mihi lactior umbra
Quam lumen sine sole meo. Tunc aurea surget
Lux, ubi sol oculis affulserit ille parentis.
... ..
Vetite nunc planctus, Iosephi ingentia nomen
Saxa sonent, rumpant telluris hiantia uoces
Ora cauae, penetrent loca patrum arcana meorum,
Inter quos animi uiuit pars altera nostri
... ..
Saltem nate domi si te mors cruda tulsset,
Fleuissem super exanimum, prius oscula ferres,

628 Cf. II.15.1629-1631.

Et matri suprema darem, mandata Racheli.
 Nunc quid habet qui te genuit? Quam texuit auro
 Purpuream tunicam...

CORVS

Loca Iosephum scopulosa sonent,
 Age pande sinum terra profundum,
 Vt eant gemitus quo sancta pios
 Claustra coercent, inter auitas
 Animas erras oblite puer,
 Nec saeua patris uulnera curas?...

CORO

Vem dos recantos Elísios, ó menino José, dor do teu pai. Que o
 nosso avô te deixe vir até cá. Ah! não faças com que o teu pai vá
 para junto de ti, com saudades de te ver.

JACOB

Dizei antes que vá para o nobre antro em que Ele conserva as
 almas ilustres e que Jacob se apresse a ir para essa profunda
 caverna. Para mim, será mais alegre a escuridão do que a luz sem o
 seu sol. Então surgirá a áurea luz, quando aquele sol refulgir aos
 olhos do pai.

(...) Mudai agora as lamentações, que os enormes rochedos
 ressoem o nome de José, que irrompam clamores, aberta as
 profundezas da cavernosa terra, que penetrem os mistérios dos
 meus antepassados entre os quais vive a outra parte da nossa alma.

(...) Se, ao menos, meu filho, a morte cruel te colhesse em casa,
 eu choraria sobre o teu corpo inanimado, e receberias os meus
 beijos e mandaria as últimas recomendações à tua mãe Raquel.
 Agora, que tem aquele que te gerou? A túnica de púrpura, tecida a
 fios de ouro...

CORO

Que os lugares cheios de escolhos cantem José. Vamos, terra,
 abre o teu profundo seio, para que os gemidos se encaminhem para
 o lugar em que os claustros sagrados detêm os piedosos. Ó menino,
 erras esquecido entre as almas dos antepassados e não te preocupas
 com as horríveis feridas de teu pai? ⁶²⁹

⁶²⁹ Cf. II.1674-1683 ; 1730-1733 ; 1743-1747 ; 1751-1756.

É um eco do tema clássico do cadáver abandonado, sem sepultura, imortalizado na tragédia sofocliana *Antígona*. Na disputa do trono, após a renúncia de Édipo, Etéocles e Polínicos envolvem-se numa luta fratricida. Creonte proíbe que se dê sepultura a Polínicos. Antígona, num desafio às leis iníquas dos homens e em obediência às leis eternas da divindade, dá-lhe sepultura ⁶³⁰.

Nesta lição viva de catequese, não faltou a referência ao diabo e ao inferno, tenebroso tártaro donde ninguém regressa:

«Discordiarum concitator omnium
 Malae repertor fraudis, et mendacis
 Turbare pacem solitus antiquam nouo
 Genere odiorum, uenio de sede infera,
 Per caeca tenebris noctis effusae loca:
 Per saxa, hiatus perforata maximo,
 Tendente ad imum Tartari nigrum chaos.
 Praecipito multos quo cateruatim, mea
 Facile peremptos arte, cum nulli tamen
 Redire liceat inde. Namque ultor Deus,
 Tenebricosi machinator carceris,
 Viam ab Acheronte fecit irremeabilem.»

'Incitador de todas as discórdias, inventor do engano maligno e acostumado a perturbar a antiga paz com mentiras sempre novas, venho da sede inferior, através de lugares escuros da noite coberta de trevas: através de rochas perfuradas com uma enorme abertura, que vai até às profundezas lóbregas do Tártaro. Para lá atiro uma caterva de gente, arrebatada facilmente pela minha engenhosa arte. A ninguém, contudo, é permitido regressar de lá. Pois um Deus que pune, inventor do cárcere tenebroso, tornou impossível o caminho de retorno do Aqueronte.' ⁶³¹

No acto seguinte, está uma das cenas mais movimentadas desta tragicomédia, o incêndio da casa de Putifar, chefe dos egípcios. Este

⁶³⁰ Para o tema da morte, vide Séneca (*Cons. Marc.*, 20).

⁶³¹ Cf. II.01.1023-1034.

espectáculo de esplendor neroniano inspira ao Anjo tartáreo palavras condenatórias da estultícia dos mortais, a perdição do género humano:

... .. Inieci metum,
 Quantum Putipharis rebus? Hoc habeat boni,
 Qui me, nimis credendo uxori uxorius,
 Ad has procellas hospitem optault sibi:
 Seruumque frugi perdidit. Quam gaudeo.
 Humana, mirum est, quanta sit uecordia.
 Proficiunt animo et corpore omnes, qui Deum
 Colunt, amantque : idemque perdunt omnia,
 Peccando si fecerunt aduersarium :
 Illi, Deo posthabito, me potius uolunt,
 Qui nolo quemquam sospitem, euersum uolo.
 Hoc sapere quisquam mente sanus dixerit?
 Ego Cacodaemon hostis humani gregis,
 Appello magnam amentiam mortalium.
 Implentur istis tartara at dementibus.
 Quorum est malum, sequenda flocci pendere,
 Fugienda uero persequi enixim: bene est,
 Si sic ferantur: optimos pellant domo,
 Tragoediarum me parentem ad se uocent.
 Restinxit ignem Putiphar? Nihil moror,
 Turbator alla grauior accedam uia.

Que susto meti a Putifar! Seja esta uma boa lição para qualquer marido que acredite demasiado na esposa. Preferiu trazer o hóspede a estas procelas e perdeu um bom escravo. Quanto me alegro! É para admirar quão grande é a estúpidez humana.

Todos os que adoram e amam a Deus aproveitam de alma e de corpo. Esses mesmos tudo perdem se, ao pecar, fizerem de Deus um adversário. Prescindindo d'Ele, preferem-me a mim, que não quero a salvação de ninguém, mas desejo a perdição de todos. Alguém no seu juízo perfeito confessaria saber isto?

Eu, Cacodémon, inimigo do género humano, apelo para a grande estultícia dos mortais. É que os tártaros estão cheios destes loucos. O seu mal é não fazerem caso das consequências e seguirem a todo o custo o que devem evitar. Está bem que se portem dessa maneira, que expulsem de casa os melhores e me chamem a sua casa, a mim

que sou pai de tragédias. Putifar apagou o fogo? Não vou demorar-me. Vou levar maior perturbação por outro caminho.' 632

Esta demência (*uecordia, amentia, demens*) do género humano significa a privação de Deus, por opção voluntária (*Illi, Deo posthabito, me potius uolunt*) ou involuntária (*Ignoto horum conditor iacet Deus*) 633 dos Homens, que os arrasta para a idolatria, como já vimos. Porventura, este é um exemplo do exercício de influência junto da coroa, a fim de se abandonar a empresa militar do Norte de África em favor da expansão marítima, mais propícia à evangelização dos povos nativos de outros continentes.

Destes lugares escusos, debaixo da terra, subirão os piedosos ao céu, resgatados à morte por Cristo Redentor:

«Viuax senecta, quando depones humi
 Hoc grande pondus? Quando peregrinum sine
 Tumuli quiete perfrui? Vix diu
 Tot ad labores. Posset o rerum pater
 iam feriari maximi Abrahami nepos,
 Et ire quo seruantur insignes aui,
 Et patris animae, donec oriatur mea
 Ex stirpe sidus aureum, quondam suo
 Fulgore quod recludat arcanos sinus :
 Secumque clausos tollat in caelum pios.

 Si mors paratur, opto. Quid superest mihi
 Voto expetendum dulcius? Tu Penniger
 O alme, iam migrare sub terras iube.»

'Ó fogosa velhice, quando sepultarás na terra este grande peso? Quando deixarás o peregrino gozar a paz do túmulo? Vivi muito tempo para tantos sofrimentos. Bem poderia o criador deixar agora em repouso o neto do grande Abraão e deixá-lo ir para onde se conservam os ilustres avós e as almas dos antepassados, até que nasça da minha ilustre estirpe o astro dourado que, um dia, com o

632 Cf. III.09.2019-2039.

633 Cf. Prol.02.70.

seu fulgor, abra esses misteriosos arcanos e leve consigo, para o céu, os piedosos lá encarcerados.

(...)Se a morte é o que se me prepara, é isso que desejo. Que me resta de mais doce do que este desejo? Tu, ó venerável Anjo, manda-me já para debaixo da terra.' 634

O próprio Deus (*Oraculum*) revela a Jacob a vinda do Salvador ao mundo, a encarnação de Jesus Cristo, o arauto da boa nova:

‘... Sine tempora cursu
Ire suo, ueniet lustris properantibus aetas,
Cum Deus ipse aderit, Deus ipse, et plurima coram,
Humanoque tuos affabitur ore nepotes.’

‘Deixa que os tempos sigam o seu curso. Com o passar dos lustros, virá uma idade em que o próprio Deus, Deus em pessoa, estará presente e dirá muitas coisas face a face aos teus netos com boca humana.’ 635

O anúncio da vinda próxima do Filho de Deus é pretexto para uma lição de Sagrada Escritura, em tom messiânico: o monte que testemunhou o sacrifício iminente de Isaac será o altar para o sacrifício voluntário de Jesus Cristo, para redenção da humanidade, suspenso do madeiro da Cruz. O mesmo madeiro que apartou as águas do Mar Vermelho para salvação do povo de Israel, a caminho da Terra Prometida. Ainda o mesmo madeiro uniu as águas, sepultando o inimigo faraônico. Ressuscitado, triunfará sobre os reinos da morte:

ORACVLVM

‘Venerit at lustris ea cum labentibus aetas,
Qua domus Abraami peregrinis scptra relinquet,
Nascetur partu Iessaeae uirginis agnus.
Hunc apud ingratos Solymos haec ara uidebit
Sacra mori, uerum spoliis rediuiuus Auerni

634 Cf. V.20.4249-4256; 4268-4270.

635 Cf. III.11.2135-2138.

Surget, et exuto uictor dominabitur Orco.
 Huic ligno tunc nomen erit Crux aurea, caelo
 Illa seras adimet, spoliataque tartara semper
 Terrebit, ueniet donec ius dicere mundo
 Idem, qui superis uiuet cum ciuibus Agnus.»

ORÁCULO

Mas volvidos vários lustros, quando chegar o tempo em que a casa de Abraão há-de deixar o ceptro a estrangeiros, duma virgem descendente de Jessé nascerá o cordeiro. Este altar sagrado vê-lo-á morrer entre ingratos Jerusalemitanos; mas há-de ressuscitar, voltando à vida com os despojos do Averno e, vencedor, dominará sobre o vazio Orco.

Este madeiro terá então o nome de Cruz dourada. Ela abrirá os ferrolhos do céu e será sempre o terror do inferno, até vir dar leis ao mundo o mesmo cordeiro que viverá lá com os cidadãos do Alto.' 636

Quando, finalmente, Jacob abraça o seu filho no Egipto, de novo assoma aos seus lábios o messianismo:

«I, Nate gentis unicum decus tuae,
 Factis per orbis ultimas nomen plagas
 Extende, nam te lucidam flammam super
 Pietas locabit, qua mereris sidera,
 Et consequeris credo mecum, in impias
 Meus ille quando uenerit terras nepos.
 Deus parente, matre sed generis mei,
 Homo propter homines, qui recludet tartara,
 Praedam e cauernis auferet, reddet polo
 Imago carus pulchra Iosephus tui est.»

'Vai, meu filho, glória impar da tua raça. Estende pelas tuas acções o teu nome pelos confins do mundo, pois a piedade colocarte-á como chama rutilante acima dos astros, como mereces. E, crelo firmemente, consegui-lo-ás, quando aquele meu neto vier a estas terras impias, tendo a Deus por Pai, mas a Mãe da minha raça.

Feito homem por amor dos homens, há-de abrir as portas tartáricas, arrebatam a presa das cavernas e devolvê-la ao céu, ele que é uma bela imagem de ti, meu querido José.' 637

636 Cf. III.12.2169-2177.

O mundo antigo reconheceu aos eleitos dos deuses uma vida feliz além-túmulo, que identificou com os campos Elisios. De localização muito vaga, Virgílio situa-os no mundo subterrâneo, com uma descrição amena (*Aen.VI.637-655*). Ainda nestes umbrosos lugares, encontramos os reinos do Tártaro, que pulula de condenados e cuja visão se perde na fundura do abismo (*Aen.VI.578*).

Nas Sagradas Escrituras, a carta dirigida aos Hebreus, atribuída pela tradição das Igrejas orientais ao Apóstolo S. Paulo, identifica o Demónio com a morte (*Heb.2.14*). O seu reino é uma região de trevas e de sombras, de obscuridade (*Job.10.21-22*), uma cave subterrânea (*Gen. 37.35; Prov.9.18*). Jacob, à morte de José, formula o voto de, em breve, repousar na sepultura, *sheol*, em hebraico:

«Fleuisti Abelem gentis humanae sator,
Caesum Caini fratris iniusti manu:
Noctes diesque flendo Iosephum quoque
Me macerabo, donec inueniam locum
Breuem sepulchro.»

'Criador do género humano, choraste Abel, morto às mãos de seu injusto irmão Cain. Também eu me mortificarei dia e noite a chorar José, até encontrar brevemente um lugar na sepultura.'⁶³⁸

Como já afirmámos, Luís da Cruz não permaneceu indiferente às controvérsias religiosas do seu tempo. Por isso, a afirmação dogmática do Limbo será pretexto para sublinhar estoutro dogma: o purgatório. Convenhamos que os Protestantes, ao negarem estas duas verdades da fé, faziam-no em coerência com a sua doutrina da *Justificação*, que não admitia uma caminhada para Deus, uma ascese, que se apoiava na valoração dos actos humanos.

⁶³⁷ Cf. V.24.4394-4403.

⁶³⁸ Cf. II.15.1643-1647.

A existência do purgatório é um dogma de fé da Igreja Católica Romana. O Concílio de Trento, na penúltima sessão (3 e 4 de Dezembro de 1563) reafirmou esta verdade teológica, com a aprovação do *Decretum de Purgatorio*. Na doutrina da Igreja, o purgatório é um estado intermédio, um tempo de purificação para as almas dos justos a caminho de Deus, carecidas de ajuda, sobretudo do sacrifício da Sagrada Eucaristia: «Puisque l'Église catholique, instruite par l'Esprit Saint, a enseigné selon les saintes Lettres et l'antique tradition des Pères, dans les saints conciles et tout récemment dans ce concile oecuménique, qu'il y a un purgatoire et que les âmes qui sont retenues sont aidées par les intercessions des fidèles et surtout par le sacrifice propitiatoire de l'autel, le saint concile prescrit aux évêques d'apporter tous leurs soins à ce que la saine doctrine du purgatoire, transmise par les saints Pères et les saints conciles, soit crue par les fidèles, enseignée et prêchée en tout lieu. Dans les milieux peu instruits, on exclura toutefois des sermons populaires les questions trop ardues ou trop subtiles qui ne prêtent pas à l'édification et, la plupart du temps, n'amènent pas à la piété. Ils ne laisseront ni exposer ni répandre des idées douteuses ou teintées d'erreur. Quant à celles qui n'éveillent que la curiosité ou la superstition, ou celles qui ont un relent de gain désavouable, ils les interdiront comme scandaleuses et blessantes pour les fidèles» 639.

Lutero e Calvino negaram-no. Efectivamente, a noção de Purgatório implica a noção de justiça limitada, interna ao homem, que tende necessariamente para o Absoluto. O Purgatório seria um momento dessa caminhada ascética, após a morte. Na teologia protestante, há apenas duas vias: a condenação irremediável, em resultado do pecado de Adão e Eva, ou a salvação, exclusivamente pela fé em Jesus Cristo, em razão da Sua justiça infinita, independentemente das suas obras.

639 Trad. de G. DUMEIGE, *La Foi catholique*, Paris, 1969, p. 515, apud *Dictionnaire de Spiritualité ascétique et mystique*, Tomo XII, Paris, 1986, col. 2655.

Nas Sagradas Escrituras, uma passagem do Antigo Testamento faz alusão a este dogma (2 Macc., 12.44-46): «...porque, se não esperasse que os mortos ressuscitariam, teria sido vão e supérfluo rezar por eles. E acreditava que uma bela recompensa aguarda os que morrem piedosamente. Era este um pensamento santo e piedoso. Por isso, pediu um sacrifício expiatório para que os mortos fossem livres das suas faltas».

S. Paulo, cuja mensagem é tão cara aos humanistas, também o evoca, metaforicamente, quando fala da recompensa para os operários apostólicos, na primeira carta dirigida aos cristão de Corinto (1 Cor. 3.10-15): «Segundo a graça de Deus que me foi dada, eu, como sábio arquitecto, coloquei o alicerce mas outro edifica sobre ele. Veja cada um, porém, como edifica sobre ele, porque ninguém pode pôr outro fundamento diferente do que foi posto, isto é, Jesus Cristo. Se alguém edifica sobre este fundamento com ouro, prata, pedras preciosas, madeiras, feno ou palha, a obra de cada um ficará patente, pois o dia do Senhor a fará conhecer. Pelo fogo será revelada, e o fogo provará o que vale o trabalho de cada um. Se a obra construída subsistir, o construtor receberá a paga. Se a obra de alguém se queimar, sofrerá a perda. Ele, porém, será salvo, como que através do fogo». Não obstante a pena infligida, estes últimos operários também alcançarão a bem-aventurança eterna, purificados pelo «fogo da angústia»⁶⁴⁰.

Segundo Chantal de Seyssel, num movimento comum a outras ordens religiosas, a Companhia de Jesus havia de favorecer a devoção do purgatório, uma tradição que remonta ao seu fundador, Inácio de Loyola: «Artisans importants du renouveau spirituel au lendemain de la Réforme, les Jésuites s'attacheront à diffuser une presse catéchétique et spirituelle, et à concilier culture et foi chrétienne dans l'éducation des jeunes comme des adultes»⁶⁴¹.

⁶⁴⁰ Para mais pormenores, vide ANTÓNIO FREIRE, *Retiro Espiritual*. Braga, 1989, capítulo 9 «Purgatório», pp. 74-84.

⁶⁴¹ Cf. «Purgatoire. - II. Après le concile de Trente : la dévotion aux âmes du purgatoire» in : *Dictionnaire de Spiritualité ascétique et mystique*, Tomo XII, Paris, 1986, col. 2667.

2. RES MORALIS

O apelo à resignação e constância nos males, quando a infelicidade nos bate à porta, é um tema recorrente no teatro senequiano (e. g. *Hercules Oetaeus*, v. 228; *Oedipus*, v. 86; *Medea*, v. 163; *Thyestes*, v. 922; *Phoenissae*, v. 193), com repercussão na tragédia *Ioannes Princeps* (vv. 1-15; 122-132), do humanista bracarense, Diogo de Teive ⁶⁴².

De inspiração senequiana são, ainda, a instabilidade da Fortuna (*Troades*, vv. 1-19; 260-275; *Phaedra*, vv. 1144-1153; *Hercules Oetaeus*, v. 132; *Agamemnon*, vv. 407-413; *Thyestes*, vv. 32-36) e a brevidade da vida (*Hercules furens*, vv. 175-182, 873-874; *Phaedra*, vv. 443, 1140; *Troades*, v. 399) ⁶⁴³.

Na *Ioannes Princeps*, esta instabilidade e brevidade da existência humana (e. g. vv. 1228-1241) arrasta as personagens até ao desejo da morte (e. g. vv. 483-485 e 846-847). Posição idêntica encontramos no universo dramático de Séneca (*Hercules Oetaeus*, vv. 931 e 1775; *Troades*, v. 954 e *Octavia*, vv. 18-20). Esta morte senequiana significa repouso eterno, o fim (*Agamemnon*, vv. 590-609; *Hercules Oetaeus*, v. 1021 e *Troades*, v. 144); já em Luís da Cruz significa o encontro com os antepassados e a fruição da felicidade eterna (vv. 1674-1683; 1730-1733; 1751-1756; 4249-4256; 4268-4270) ⁶⁴⁴, como sucede na *Ioannes Princeps* (e. g. vv. 1002-1004, 1010-1011; 1018-1020) ⁶⁴⁵. Uma nota os distingue: enquanto Luís da Cruz, condicionado pelo dogma do Limbo, transmite uma visão marcadamente veterotestamentária, que aguarda ansiosamente a vinda do Salvador, a de Diogo de Teive é neotestamentária, pois já compreende o testemunho da morte e ressurreição de Cristo.

⁶⁴² Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Teatro clássica...* cit., p. 37.

⁶⁴³ Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Teatro clássica...* cit., p. 41. Para se perceber Séneca, enquanto principal fonte de inspiração, vide M. ARMISEN-MARCHETTI, *Sapientiae factes, étude sur les images de Sénèque*. Paris, 1989.

⁶⁴⁴ Para mais pormenores, vide o que escrevemos acima sobre o Limbo.

⁶⁴⁵ Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Teatro clássica...* cit., pp. 42-43.

A instabilidade da fortuna é um tema glosado na história da literatura grega, e. g., por Simónides (frg. 6 Diehl) e Píndaro (*IIIª Ode Olímpica*, vv.35-37; *VIIª Ode Olímpica*, vv.95-96) ⁶⁴⁶. Na literatura latina, podemos verificá-lo, e. g., em Nêvio (fr. 16 Strzelecki), Salústio (*Catilina* VIII.1; *Jugurta* I.3), Virgílio (*Eneida*, VIII.16; VIII.578-580), Tito Lívio (*Desde a Fundação da Cidade*, II.12.7) e Sêneca (*Cartas a Lucílio* V.47.10) ⁶⁴⁷.

No acto III, o diálogo de Jacob com o filho mais novo, Benjamim, apresenta-se como um debate de ideias em que afloram os temas religiosos e espirituais, de acordo com as diversas correntes de espiritualidade representadas na época. A constância da Providência divina: mundividência espiritual de Deus misericórdia, no sentido carmelitano, num século em que Sta. Teresa de Ávila ⁶⁴⁸ e S. João da Cruz fundaram a ordem dos Carmelitas Descalços, na base das ideias político-religiosas da Reforma. No *Iosephus* exorta-se a prosseguir:

«... .. Perge quod nimium graue est.
 Meliore sobolis parte sublata mane,
 Petore uirua: uince durando omnium
 Spem liberorum, quo ferí toties tuum
 Mucrone figant pectus, in Deum nefas
 Quoties patrarint. Vna uirtutis uia
 Et disciplina est, in malis tolerantia.»

'Prosegue o que é damaslado duro. Aguenta, apesar de te ter sido retrada a parte melhor da tua deseendência e viva a pior. Aguentando, vence a esperança de todos os teus filhos. Todas as vezes que eles ferirem o teu peito com este punhal, háo-de cometer um crime contra Deus. O único caminho e disciplina da virtude é a constância nas desgraças .' ⁶⁴⁹

⁶⁴⁶ Cf. MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA, *Hélade...* cit., pp. 156 e 165.

⁶⁴⁷ Cf. MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA, *Romana...* cit., pp. 1, 101, 104, 166, 184, 211 e 227.

⁶⁴⁸ Vide CHARLES BÉNÉ, «Ignace de Loyola, Thérèse de Jésus et la piété érasmiene», in : *Les jésuites parmi...* cit., pp. 9-20.

⁶⁴⁹ Cf. III.11.2093-2099.

Logo a seguir, é o Senhor (Oráculo) que lhe vai incutir coragem:

«Sancte senex adeo Iosephi, exterrite casu,
Venturi memor imperii, post aspera bella,
Suffice, Languentis ne cede laboribus aeui.»

'Ó venerável ancião, de tal maneira aterrado com a desgraça de José e recordado dum império futuro, depois destas duras guerras, aguenta. Não cedas aos sofrimentos da tua debilitada idade.' 650

Já o Acto II nos apresentava idêntica exortação:

«Natorum uarils longaeue exercite curis,
Nullis cede malis, patiendõ exempla relinque.
Ac impressa tui uestigia nominis, almam
Non facili doceant uirtutem stare labore.
Quicquid erit, superando omnis res dura ferenda est.»

'Ó idoso ancião preocupado com os vários cuidados dos teus filhos, não cedas a nenhuns males. Deixa exemplos de paciência, e os vestígios gravados do teu nome ensinem a virtude querida a aguentar de pé nos trabalhos difíceis. Seja o que for, as adversidades devem suportar-se, superando-as.' 651

Pela perseverança chegamos à virtude; por esta, atingimos a glória, suprema recompensa de Deus. A esta conclusão nos conduzem as palavras do Anjo da Guarda de José:

«... .. ANG. Calumnias
Ferendo supera: quantus accrescet tibi
Per hos labores gloriae cumulus...»

'Supera as calúnias, sofrendo-as: que grande cúmulo de glória te acresce por estes trabalhos!' 652

650 Cf. III.12.2118-2120.

651 Cf. II.13.1557-1562.

652 Cf. III.07.1965-1967.

Mais à frente, o mensageiro de Deus (Oráculo) para consolar o Patriarca anuncia-lhe a vinda de Cristo, que será crucificado:

«... .. Quid queror? Quando Deus
Etiam laborum uult iter durum ingredi?
Iacobe luctus illa crux siccat tuos.
Deus agnus est necandus? Inuentum Dei
Ad magna praemia, est labores perpeti.»

'Porque me queixo, se até Deus quer enveredar pelo duro caminho dos trabalhos? Oh Jacobi! Aquela cruz enxuga as tuas lágrimas. Deus há-de ser morto como um cordeiro? Suportar o sofrimento é a invenção de Deus para grandes prémios.' 653

Luis da Cruz, a propósito da missão de Jesus Cristo, traz à nossa memória a imagem de Hércules que devolveu a vida civilizada à terra, após árduos trabalhos. Desses feitos, a lenda eternizou os Doze Trabalhos de Hércules 654. Porém, esta associação já havia sido feita com José (III.07.1967) e Jacob (III.11.2074): «a escolha da figura de Hércules – que se prende à tradição cínico-estóica – e dos seus trabalhos adquire uma carga simbólica e ilustra finalmente o motivo da 'resplandecente glória, que por fama de excelentes obras se alcança'» 655.

Esta perseverança, comum, embora, aos autores da época, tem raízes bíblicas. Traduz confiança em Deus e combate ao mal. Nas Sagradas Escrituras, é exemplo a história dramática de Job. Sofreu pacientemente na adversidade, para que se cumprissem os desígnios de Deus: «Sei que podes

653 Cf. III.12.2191-2195.

654 Vide W. BURKERT, *Griechische Religion der archaischen und klassischen Epoche*. Stuttgart. Trad. port.: *Religião grega na época arcaica e clássica*, Lisboa, 1994; ID., *Ancient Mystery cults*. Cambridge. Tra. port.: *Antigos cultos de mistérios*, São Paulo, 1992; AIRES A. NASCIMENTO, «O mito de Hércules: etimologia e recuperação do tempo antigo na historiografia medieval hispânica», *Humanitas*, 47-2 (1995) 671-684; CARMEN CODOÑER, «Hércules romano», *Euphrosyne*, 19 (1991) 27-46; PIERRE GRIMAL, *Dicionário de mitologia grega e romana*, Lisboa, s/d, pp. 205-221.

655 NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «Humanismo e pedagogia», *Humanitas*, 57-2 (1995) 802-803.

tudo e que nada Te é impossível. Quem é que obscurece, assim, a Providência com palavras ininteligíveis?»⁶⁵⁶ A *Carta de S. Tiago* (5.9-12) indica o seu exemplo: «Eis que o Juiz está à porta. Tomai, irmãos, como modelos de sofrimento e de paciência os profetas que falaram em nome do Senhor. Vede: nós temos por bem-aventurados aqueles que sofreram. Ouvistes falar da paciência de Job e vistes o fim que o Senhor lhe deu; porque o Senhor é misericordioso e compassivo.»

Esta porfia do justo pressupõe a esperança duma intervenção divina, que o evangelista São Marcos (13.13) confirma: «E sereis odiados de todos por causa do Meu nome; mas quem perseverar até ao fim será salvo.» Afirmações idênticas produziram mais dois evangelistas: São Mateus (24.13) e São Lucas (21.19). Esta mensagem neotestamentária tem o seu contraponto no Livro de Job (6.8-13): «Quem me dera se realizasse a minha petição, / e que Deus outorgasse o que esperol / Prouvera que Deus me esmagasse, / deixasse cair a Sua mão e cortasse os meus dias! / Isto seria uma consolação para mim / e exultaria no meio dos meus tormentos, / porque não reneguei as palavras do Santo: / Quais são as minhas forças para que sobreleve tantos males? / Ou qual é o meu fim para prolongar o desejo de viver? / Será que eu tenho a fortaleza das pedras, / e será de bronze a minha carne? / Não encontro nenhum socorro, / toda a esperança de salvação me foi arrebatada.»

Vontade semelhante arrebatava Jacob. Sensivelmente a meio do acto III, entra em cena, na companhia de Benjamim, o filho mais novo. A desolação mantém-se e leva o Patriarca a desejar a paz do sepulcro, consolação última para as tribulações do presente. É a esperança na eternidade:

«Viua senecta, quando depones humi
Hoc grande pondus? Quando peregrinum sines
Tumulí quiete perfrui? Vix diu

⁶⁵⁶ Job.42.2-3.

Tot ad labores. Posset o rerum pater
 iam feriari maximi Abrahami nepos,
 Et ire quo seruantur insignes aui,
 Et patris animae, donec oriatur mea
 Ex stirpe sidus aureum, quondam suo
 Fulgore quod recludat arcanos sinus :
 Secumque clausos tollat in caelum pios.
 Hoc quicquid est uitale sub corpusculo
 Malis et annis obsito, deponere
 Lucrum putabo. Quid potest maestae dari
 Laetum senectae? Quin solutis uinculis
 Maiora danda spero, pos tot pignora,
 Saltem perempta uita qui te maximis
 Tuentur in laboribus, nec emori
 Optant, inani spe feruntur, ultimo
 Veluti sub actu laetiora debeant
 Bona inuenire. Quo est sepultura oclor,
 Feliciores morimur. Hoc tantum boni
 Mors in senecta portat, expertis mala,
 Mala non uidetur, mors at exoptabilis,
 Laboriosae et debita aetati quies.
 O anime, quo progredieris, o anime ? Homo sum
 Humana fundo uerba. Passus uulnera
 Accuso ferrum, non manum.»

'Oh durável velhice! Quando sepultarás na terra este grande peso? Quando deixarás o peregrino gozar a paz do túmulo? Vivi muito tempo para tantos sofrimentos. Bem poderia o Criador deixar agora em repouso o neto do grande Abraão e deixá-lo ir para onde se conservam os ilustres avós, e as almas dos antepassados, até que nasça da minha ilustre estirpe o astro dourado. Que um dia, com o seu fulgor, abra esses misteriosos arcanos e leve consigo, para o céu, os piedosos lá encarcerados.

Para mim, será um bem depor tudo o que há de vital neste mísero corpo, sujeito aos males e á idade. Que alegria pode ser dada a uma velhice triste? Espero que, desprendido destes vínculos, me sejam dadas coisas maiores, depois de tantas garantias. Pelo menos, arrancada a vida, os que te vêem em tão grandes trabalhos, não desejam morrer; nem sequer se deixam arrastar por uma falsa esperança, como se devessem encontrar bens mais alegres no último instante.

Quanto mais depressa vier a sepultura, mais felizes morremos. A morte, na velhice, traz consigo este considerável bem: aos que experimentaram males, a morte não parece má mas até desejável, torna-se num descanso devido para uma vida de canseiras.

Oh minha alma! Para onde caminhas, minha alma? Sou um homem e digo palavras humanas. Eu suportei os golpes, acusa a espada mas não a mão de quem os desferiu.' 657

O desejo de eleger o momento mais propício à nossa "despedida", alívio para um corpo demasiado senil, compreende-se à luz da perspectiva estoica, que reserva à *meditatio mortis* um lugar significativo 658. Se a doença incurável também pode justificar o suicídio, porém «não deve suicidar-se se é preciso à pátria, à família, aos amigos 659, nem pode escolher a morte por *fastidium uitae* 660, náusea da vida, ou por *libido moriendi* 661, já que o *sapiens* não deve amar demais nem rejeitar insensatamente a vida 662. Também não pode fazê-lo por medo de sofrer, por falta de coragem, tanto mais que, nesse momento supremo, deve ainda e por uma última vez ser exemplo para os que o rodeiam. Por isso era comum que o estoico, antes do suicídio, reunisse familiares, escravos, amigos, a quem explicava as razões do seu acto e a quem encorajava nos derradeiros momentos.» 663

Longe da Palestina, no Egipto, enredado pela perfidia feminina, José já havia sido arremessado para os calabouços reais.

Curiosamente, este texto vai ser retomado, com ligeiras alterações, no acto V, como se pode verificar na transcrição feita acima 664. Podemos

657 Cf. III.11.2058-2090.

658 Cf. MARIA CRISTINA PIMENTEL, «A *meditatio mortis* nas tragédias de Séneca», *Classica*, 23 (1999) 28-31; J. M. RIST, *Stoic Philosophy*. Cambridge, 1980; M. GRIFFIN, *Seneca. A Philosopher in Politics*. Oxford, 1992.

659 Cf. *Epist.* 104, 3-4.

660 Cf. *Epist.* 24, 26.

661 Cf. *Epist.* 24, 25.

662 Cf. *Phoen.* vv. 196-198.

663 Cf. MARIA CRISTINA PIMENTEL, «A *meditatio mortis* ...» cit., p. 33. Vide *Phoen.* vv. 98-100.

664 Cf. supra, p. 92, vv. 4249-4261.

interpretá-lo como revelação de uma das facetas da pedagogia dos jesuítas no ensino das línguas clássicas: o exercício da composição escolar.

A morte é uma das poucas certezas enunciadas por Jacob na abertura do acto I:

«... ... Inuenimus plurimum
Plerumque dubii, sed fere certi nihil.
Est certa mors, errorque, et inconstantia.»

'Geralmente encontramos muitas dúvidas, mas quase nenhuma certeza. A morte é certa, assim como o engano e a indecisão.' 665

Nesta reflexão sobre a morte, um *topos* com grande visibilidade na obra do humanista de Roterdão 666, ganha relevo a atitude de revolta perante uma morte prematura que arrebatava o homem à glória, à fama que lhe confere imortalidade 667:

IACOBCVS

«Ite domum, uestros etiam deflete labores,
Isacidum cecidit columen, puer ille fuisset
Fortunae Hebraeae specimen, tamen optima tollit,
Inuida mors, orbi solum ut deterrima linquat.

CHORVS

Columen nostrae Iosephe domus,
Gloria tecum stirpis auitae
Pereunte perit. Iosephe uale.
Iterum longum, Iosephe, uale.»

JACOB

665 Cf. III.2068-2072.

666 Cf. ERASMI DESIDERII *Opera omnia* (in decem tomos distincta). Recognovit Joannes Clericus. Univeränderter reprographischer Nachdruck. Hildesheim, 1961-1962: *Colloquia familiaria* (I, pp. 625-890); *Adagia* (II); *De praeparatione ad mortem* (V, pp.1293-1318); *Enchiridion militis Christiani* (V, pp. 1-66); *De contemptu mundi* (V, pp. 1239-1262).

667 Cf. DANIEL MÉNAGER, *Introduction à la vie littéraire au XVI^e siècle*. Paris, 1968, «Thèmes humanistes – La gloire», pp. 75-78; FRANÇOISE JOUKOVSKY, *La gloire dans la poésie française et néolatine du XVI^e siècle*. Genève, 1969, pp. 120 e sqq..

'Ide para casa, choral também as vossas dores, catu uma coluna de Isaac. Aquele menino teria sido um exemplo do destino de Israel, mas a morte cruel arrebatava os bons e só deixa no mundo os piores.

CORO

Ó José, coluna da nossa casa, com a tua morte perece a glória dos nossos antepassados. Adeus, José. Outra vez, José, adeus, adeus, adeus!...' 668

De longa tradição, a *meditatio mortis* marca a sua presença desde os *Poemas homéricos* e o Antigo Testamento, nomeadamente o *Livro de Job*. A Idade Média, com o emprego frequente da fórmula *ubi sunt* 669, proclamou o seu poder, que Petrarca havia de consagrar no *Triunfo da Morte*.

O humanismo do Renascimento vai combinar o sentimento clássico da frágil condição humana com uma atitude de revolta contra a morte prematura, na linha da tradição medieval 670. É este espírito tipicamente humanista que marca a produção literária de Cataldo e do Cancioneiro Geral, em memória do desaparecimento prematura do Príncipe D. João 671.

Através de Jacob e José, personagens de alto coturno, conforme prescreve Aristóteles (*Poética*, 1449b 24-28), Luís da Cruz, transmite ao espectador a nobre atitude destes homens perante a morte, diferente da do homem vulgar 672, e que os eleva a modelos de conduta 673. Num discurso

668 Cf. Chor. II.1766-1773.

669 Vide MÁRIO MARTINS, *Introdução histórica à vidência do tempo e da morte*. Braga, 1969; ALBERTO TENENTI, *Il senso della morte e l' amore della vita nel Rinascimento*. Torino, 1957.

670 Vide NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «Martírio e sacrificio voluntário na tragédia humanista e no mito inesiano: em António Ferreira e Eugénio de Castro», *Humanitas*, 48 (1996) 205-207.

671 Vide NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «O tema da morte do Príncipe D. João na poesia quinhentista», in: *Tragédia do príncipe* cit., pp. 37-57.

672 Vide e. g. MÁRIO MARTINS, *Introdução histórica* cit., Vol. I, cap. IV, «A morte dos grandes», pp. 51-59; a descrição da morte do Infante D. Duarte, irmão de D. João III, in: ANDRÉ DE RESENDE, *Vida do Infante Dom Duarte*, apud: *Obras portuguesas*, Lisboa, 1963, pp. 123-129; a descrição da morte do Duque de Bragança por GARCIA DE RESENDE, *Crónica de D. João I*, ed. de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, 1973, pp. 64-70.

673 Vide NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «Martírio e sacrificio...» cit., p. 208.

de índole parenético, a que não é alheia a mensagem de renovação cristã, José reafirma a vida eterna *post mortem*, em termos veterotestamentários e tomistas,

«Vnum oro quando uultis hunc fratrem mori,
Vsura saltem temporis detur breuis.
Puteo cadauer offeram, mentem Deo.»

'Já que desejais que este vosso irmão morra, uma só coisa vos peço: que me dels, pelo menos, alguns momentos. Oferecerei o cadáver ao poço e a alma a Deus.'⁶⁷⁴

numa atitude de acatamento da morte, expressão da vontade divina. Vejamos a atitude de grande serenidade e de grande elevação de José que recorda o exemplo de Abraão, que nunca duvidou dos desígnios da Providência divina, capaz de arrancar aos túmulos os falecidos:

«Exemplum sequar Abrami, cum funera iussus
Instabat soboli, qua spes abeunte ruebant.
Spe tamen ingenti contra spem nixus, in ipso
Interitu sperabat opem, te namque, sciebat,
Extinctos iterum tumulis excire potntem.
Seu moriar, uarios rerum seu uita sequatur
Euentus, acgri debes meminisc parentis,
Morte mea fugiet uitam, lucemque perosus.
In caput ipse suum, mortem properare rogabit.»

'Seguirei o exemplo de Abraão, quando, cumprindo ordens, preparava o funeral do filho. Com a sua morte, ruíam todas as esperanças. Todavia, apolado numa esperança enorme contra toda a esperança, esperava auxílio na própria morte, pois sabia que tu tens poder para arrancar de novo dos túmulos os falecidos.

Quer eu morra, quer a minha vida prossiga por acontecimentos vários, debes recordar-te do meu triste pai. Com a minha morte, não quererá viver e, odiando a luz, ele próprio pedirá que a morte se apresse a vir sobre a sua cabeça.'⁶⁷⁵

⁶⁷⁴ Cf. I.09.667-669.

⁶⁷⁵ Cf. I.09.695-703.

Idêntica expressão de resignação perante a morte está nas palavras do patriarca Jacob:

«O magne domitor, quem meus coluit pater,
 Quem coluit auus, et mille quem modis colam
 Obstrictus; haec humana si pronus meo
 Sub corde uoluo, concido: molles sumus
 Ad perferendum. Namque Iosephum pater
 Quis pertulisset mortuum? Verum tuae
 Cum reddo prouidentiae me supplicem,
 Respiro. Dominum te decet seruos uia
 Qua uis, iubere: siue sit laetissima,
 Sit siue damnis semper infestissima.»

'Ó grande domador, que o meu pai venerou, bem como o meu avô, e que eu me sinto obrigado a venerar de mil modos! Se me inclino a revolver, no meu coração, estas coisas humanas, desfaleço, somos fracos para as suportar.

Qual é o pai que suportaria a morte de José? Mas quando, suplicante, me entrego à tua Providência, respiro de alívio. Fica--Te bem, como Senhor, dar aos teus servos as tuas ordens pelo caminho que te apraz: quer ele seja muito alegre, quer sempre infestado de danos bem nocivos.⁶⁷⁶

Reflexões idênticas se encontram na *Ioan. Pric.* do humanista Diogo de Teive (vv. 835-841; 874-883; 1200-1218). Toda a inspiração para esta temática parece irradiar do *Trionfo della Morte*, de Petrarca.

Sublinhamos novamente que o desenvolvimento temático é feito segundo o esquema formal do quiasmo. A consolação - «quando na alma se produz alguma moção interior, com a qual vem a alma a inflamar-se no amor de seu Criador e Senhor», a desolação - «como obscuridade da alma, perturbação, atracção por coisas baixas e terrenas, inquietação proveniente de várias agitações e tentações que levam à falta de fé, de esperança e de amor», a constância na desolação - «em tempo de desolação, nunca fazer mudança, mas estar firme e constante nos propósitos e determinação em

⁶⁷⁶ Cf. I.09.2108-2116.

que estava, no dia anterior a essa desolação, ou na determinação em que estava na consolação anterior», e reagir contra a desolação – «uma vez que na desolação não devemos mudar os primeiros propósitos, muito aproveitamos reagir intensamente contra a mesma desolação, insistindo, por exemplo, mais na oração, na meditação, em examinar-se muito...» – são dimensões espirituais humanas que se indicam como regras para *discernimento de espíritos* ⁶⁷⁷. Nesta sequência, os *Exercícios* reiteram o auxílio de Deus ao desolado – «O que está em desolação considere como o Senhor o deixou, em prova, nas suas potências naturais, para que resista às várias agitações e tentações do inimigo; pois pode (fazê-lo) com o auxílio divino, que sempre lhe fica, ainda que claramente o não sinta», e exortam-no à paciência e a reagir – «o que está em desolação trabalhe por estar com paciência que é contrária às vexações que lhe vêm, e pense que será depressa consolado, pondo as diligências contra essa desolação, como está dito na 6ª regra» ⁶⁷⁸.

A presença do Senhor manifesta-se precisamente no auge do desespero de Jacob. Ansiosamente, aguarda o regresso dos seus filhos do Egipto, que tarda. Implora a morte. Todavia, uma Voz do Alto vai predizer-lhe dias felizes. De súbito, ouvem-se ruídos, os olhos do venerável ancião descobrem Simeão, Benjamim e os restantes filhos:

ORACVLVM

«Tolle senex animum, curarum ingentibus undis
Iactato, fessoque tibi, uult litora tuto
In portu monstrare Deus: tute erige, longa
Iusta quies aetate graues solabitur annos.

IACOBVS

Si mors paratur, opto. Quid superest mihi

⁶⁷⁷ Cf. INÁCIO LOIOLA, *Exercícios...* cit., respectivamente n.º 316, 317, 318 e 319, pp. 170-172.

⁶⁷⁸ Cf. INÁCIO LOIOLA, *Exercícios...* cit., respectivamente n.º 320 e 321, pp. 172-173.

Na cena 12, acto III, vemos uma sequência que tão bem exemplifica estes princípios: Jacob sente-se perturbado com a morte de José; continua a confiar no Senhor, que vem seu auxílio, exortando-o à constância entre os reveses da Fortuna; confortado, Jacob reage e recebe a boa nova da vinda próxima de Jesus Cristo, Salvador.

Voto expetendum dulcius? Tu Penniger
O alme, iam migrare sub terras iube.

ORACVLVM

Si magnis hominum saturata laboribus aetas
Sponte mori gaudet quoniam se auertere curis
Morte putat, non illa uidet solacia rerum,
Quae pater extremo seruat sub fine malorum.
Durasti, ut grauium malor stridente laborum
Tempestate, hodie rebus fruerere secundis.

IACOBVS

Quaenam secunda? Credo me totum Deo.
Nec laeta posco, nec uolo, minus tibi
Placebo laetus forte, quam pressus malis.
Sed qui pedum sonorus aures perculit
Gressus? Meorum est? Video Simeonem, et meum
En Benlaminum, caeterosque liberos.»

ORÁCULO

'Coragem, ancião! Deus quer mostrar-te, a ti que estás cansado e agitado pelas ondas imensas dos cuidados, uma prala num porto seguro. Coragem, um justo descanso consolará os teus anos vergados ao peso da idade.

JACOB

Se a morte é que se me prepara, é isso o que desejo. Que me resta de mais agradável do que este desejo? Tu, ó anjo alado, manda-me já para debaixo da terra.

ORÁCULO

Se a vida humana, saturada de sofrimentos, deseja a morte espontaneamente, porque pensa que com a morte se liberta das preocupações, não vê as verdadeiras consolações que um pai conserva no fim dos males. Sofreste, a fim de agora, já velho, e após tempestades sibilantes de trabalhos pesados, gozares hoje tempos de prosperidade.

JACOB

Que prosperidade? Estou nas mãos de Deus. Não peço alegrias, nem as quero, talvez te agrade menos na alegria do que quando acabrunhado pelos males.

Mas que ruídos de passos me chegam aos ouvidos? Será dos meus? Vejo Simeão, o meu Benjamim e os restantes filhos. ' 679

A instabilidade da vida humana e a precaridade das coisa humanas é uma constante. É mesmo o tema de abertura do *Iosephus*:

«Incerta cursu ulta quam fertur suol»

'Como é incerta a vida no seu curso. ' 680

Os mortais hesitam na decisão, a mente vacila e a indecisão é a única certeza. Tudo muda num instante. A tristeza rapidamente afugenta a alegria e sofremos só em pensar o mal:

«Quae quomodo ipsi, prouide dum cogitant
 Vitare possint, cogitando fluctuant.
 Vt in aestuoso cymba lactatur salo,
 Infirma nobis mentis est sollertia,
 Ratioque nutat: inuenimus plurimum
 Plerumque dubii, sed fere certi nihil.
 Est certa mors, errorque, et inconstantia.
 Namque una mutat hora nobis omnia.
 Caelum ex sereno lentius fit nubilum,
 Quam maestitudo a corde laetitiam fugat.
 Beatiores unde mortales, statu
 In luctuosum a laetiore commigrant.
 Repente sola quam laboramus mali
 Opinione! Prona quam nobis uia est,
 Quamque in doloris certa contubernium!»

'Enquanto pensam providentemente de que modo os podem evitar, hesitam a reflectir. Assim como um barco é agitado num mar tempestuoso, assim também a destreza da nossa mente é débil e a razão vacila: geralmente encontramos muitas dúvidas, mas quase

679 Cf. V.21.4264-4283.

680 Cf. I.01.141.

nenhuma certeza. A morte é certa, assim como o engano e a indecisão. Uma só hora nos muda tudo.

O céu límpido cobre-se de nuvens mais lentamente do que a tristeza afasta a alegria do coração. Daí que os mortais demasiadamente felizes passem dum condição mais alegre para um estado pesaroso. Quanto padecemos repentinamente só com a expectativa do mal! 681

A encarnação desta insegurança contínua é Jacob. Depois de algumas recomendações a José a bem da harmonia familiar, envia-o a procurar notícias dos irmãos. Tarda o regresso e a expectativa de que José seja vítima de alguma cilada fá-lo padecer; confirma-se a morte de José e seu pai prefere o túmulo a continuar a viver (vv.1634-1635).

Quando a fome alastrou, os filhos de Jacob foram ao Egipto comprar cereais. A alegria do regresso, com os alforjes bem cheios, depressa se transforma em tristeza: Simeão ficou refém, que apenas será devolvido com a ida de Benjamim, a única recordação da sua Raquel. E assim sucedeu.

Na fortuna da vida, os bons acabam sempre por morrer primeiro. São estas as palavras de Jacob, em diálogo com o Coro II:

«Ite domum, uestros etiam deflete labores,
Isacidum cecidit columnen, puer ille fuisset
Fortunae Hebraeae specimen, tamen optima tollit,
Inuida mors, orbi solum ut deterrima linquat.»

'Ide para casa, chorai também as vossas dores, caiu uma coluna de Isaac. Aquele menino teria sido um exemplo do destino de Israel, mas a morte cruel arrebatou e só deixa no mundo os piores.' 682

Já o vate lusitano havia glosado este tema em 29 oitavas a um amigo (D. António de Noronha) sobre o desconcerto do mundo. Desconcertado, fez-se mau por capricho, mas só para ele é que não houve *desconcerto do*

681 Cf. I.01.146-160.

682 Cf. II.chor.1766-1769.

mundo: «Cuidando alcançar assim / o bem tão mal ordenado, / fui mau, mas fui castigado. / Assim, que só para mim / anda o mundo concertado.» O mesmo sentimento nos comunica Dante quando, numa referência à política desfavorável desenvolvida contra Carlos de Anjou ⁶⁸³, faz votos duma boa punição a Nicolau III (1277-1280), pois «vossa avareza o mundo assim contrista / calcando os bons e aos maus não pondo entraves» ⁶⁸⁴.

Este tema clássico, que a tradição grega identifica com a *Moirai*, surge pela primeira vez em Hesíodo (*Teogonia*, 360). Os Romanos, desde muito cedo, lhe dedicaram templos em Preneste e Antium; segundo Plutarco (*Quaest. Rom.* 74), teria sido Sêrvio Túlio a introduzir o seu culto.

É este *fatum* que preside às empresas humanas:

PVTIPHAR

«Temeraria est profecto res felicitas.
Vt caeci sunt euentus, ut ludibria
Fortunae, uel caeleste donum, industria
Nequaquam comparandum uel pecunia.»

PUTIFAR

'A sorte é realmente coisa bem caprichosa. Como são cegos os acontecimentos absurdos, como o são os meandros da fortuna, ou como é dom celeste a diligência, coisa em nada comparável ao dinheiro.' ⁶⁸⁵

Com sentido idêntico, encontramos *fortuna* no voto de Levi, quando todos enviam José para a escravidão do Egipto:

«Compesce linguam, patere fortunam, puer.»

'Cala a boca, menino, aceita o teu destino.' ⁶⁸⁶

⁶⁸³ Filho de Luís VIII, rei de França. Foi coroado rei de Nápoles, em Roma, em 1266.

⁶⁸⁴ DANTE ALIGHIERI, *A Divina Comédia* cit., XIX.103-104, p.146.

⁶⁸⁵ Cf. I.01.1781-1784.

⁶⁸⁶ Cf. II.09.1293.

Mas José contesta a designação de «destino» para o crime hediondo prestes a concretizar-se:

«Fortuna si fulsset, excelso mihi
 Ferretur animo, sed scelus uestrum mea
 Cum seruitute malus apparet malum,
 Quod nominari uoce fortunae nequit:
 Aliud facinori posterl nomen dabunt.»

'Se este tivesse sido o meu destino, suportá-lo-ia de bom grado. Mas não; o vosso crime aparece-me como um mal maior do que a minha escravidão, um mal que não pode nomear-se com a palavras «destino»: os vindouros darão outro nome a este acto facinora.' 687

Efectivamente, para um cristão, *fortuna* identifica-se com providência divina. Eis as palavras jubilosas de Judá, após o reconhecimento de José e proferidas na presença de Faraó:

«At nostri fortuna patris caelestibus olim
 Ductur auspiciis. Hebraeam oracula gentem
 Diua canunt annis mundo superesse coaeuam.»

Mas a fortuna do nosso pai é trazida um dia pelos auspícios celestes. Os oráculos divinos anunciam que o povo hebreu coevo há-de sobreviver em anos ao mundo.' 688

Por isso, esta fortuna enaltece a virtude gloriosa:

«Non esse uirtus serua fortunae solet.»

'A virtude não costuma ser escrava da sorte.' 689

687 Cf. II.09.1294-1298.

688 Cf. V.18.4166-4168.

689 Cf. II.09.1331.

Será a virtude que há-de arrebatat José às calúnias da esposa de Putifar:

«Sed praestat innocenti confidentiam
Monstrare causae. Nam quae me innocentia
Eripuit inuidiae, eripiet calumniis.»

'É preferível a um inocente mostrar confiança na sua causa. A inocência que me arrebatou à inveja, há-de arrancar-me às calúnias.' 690

E o Anjo da Guarda de José há-de vaticinar o triunfo da virtude e libertá-lo dos grilhões da prisão:

«... ... Opprimi uirtus nequit.
Oppressa quae uidetur, attollet caput,
Quam fuerat ante honore claro celsior.
Iosephe digne regis aula regiae,
Huc o decora castitate nobilis
Accede, tutum uenio praesidium tibi.»

'A virtude não pode ser destruída. A que parece esmagada, levantará a cabeça mais excelsa do que a honra que tinha antes. Ó José, digno do palácio real, aproxima-te daqui, tu que és tão nobre pelo fulgor da castidade! Venho como teu protector seguro.' 691

Este é o caminho da glória pelo sofrimento, na tradição cristã, e que marcou a época medieval. Ao homem bom pedia-se que desprezasse a vã glória mundana. Neste contexto, é significativa a posição do Doutor Angélico que, de forma idêntica, verbera o ideal de glória terrestre (*Summa Theologica* I, VII) que pode arrastar ao pecado grave (*Ibid.*, II, II, qu. 132 a.3) 692.

690 Cf. III.03.1838-1840.

691 Cf. III.03.1838-1840.

692 Vide MARIA ROSA LIDA DE MALKIEL, *L'idée de la gloire dans la tradition occidentale. Antiquité, Moyen Âge occidental. Castille*. Trad. francesa, Paris, 1968; pp. 67-73; 93-94; PETER BURKE, *The Italian Renaissance culture and society in Italy*. Cambridge, 1987, p.

No Renascimento, a glória é enaltecida enquanto escola de virtudes; citeamos o testemunho do Bispo de Silves, transcrito do *De gloria* (1549): «... E mais ainda, o fruto da sabedoria, da temperança e de todas as outras virtudes limita-se à estreiteza das fronteiras e à curta duração da existência. Porém a fama da justiça, da fortaleza, da liberalidade, da moderação, enfim de todas as virtudes, não a poucos aproveita, mas a todos, não só a nacionais como a estrangeiros, e perdura não apenas por uma geração, mas por muitos séculos, quase infinitamente» (*Op. omnia*, I, 229, 50-60) ⁶⁹³.

Quantas vezes, como a José em casa de Putifar, a dedicação à causa pública apenas recebe, em troca, a ingratitude e a injustiça!

O homem é, por natureza, um ente sociável; a fala o distingue dos animais, alheios ao sentimento do bem e do mal, da justiça e da injustiça. É a sociedade humana que produz a casa e a cidade: «Portanto, existe por natureza a cidade antes da casa e de cada um de nós...» ⁶⁹⁴. E a primeira comunidade natural foi a Família, unida pela religião e conduzida pela autoridade do *paterfamilias* ⁶⁹⁵.

Aristóteles será um dos primeiros grandes defensores da instituição familiar; e fê-lo na defesa de princípios que contrariavam o seu mestre, Platão: «Di contro a Platone Aristotele, il primo grande difensore della famiglia! Il suo pensiero su questo argomento è ben netto: alla critica di Platone si accompagna l'affermazione dell'origine naturale dell'istituzione

194; J. BURCKHARDT, *The civilization of the Renaissance in Italy*. London, 1944, p. 87; J. HUIZINGA, *The declin du Moyen Âge*. Trad. francesa de J. Bastin, Paris, 1948, pp. 78-90.

⁶⁹³ Citado por NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideal* cit., p. 272. Sobre este tratado, vide JOÃO MANUEL NUNES TORRÃO, *D. Jerónimo Osório e o tratado De gloria*. 2 vols. Coimbra, 1991 – tese de doutoramento dactilografada.

⁶⁹⁴ Cf. Aristóteles, *Política* 1253a (Vide a tradução apud MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA, *Hélade* cit., p. 438).

⁶⁹⁵ Cf. FUSTEL DE COULANGES, *A Cidade Antiga. Estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma*. Lisboa, ¹¹1988, pp. 46-47).

famigliare, della sua bontà, del suo valore morale, ragione per cui essa deve essere mantenuta in quella che secondo Aristotele è l'organizzazione politica migliore, pur nel riconoscimento della sua insufficienza a dare un'educazione morale completa, che solo lo Stato può assicurare. (...) Nella sua difesa della famiglia, Aristotele enuclea una serie di argomentazioni che verranno poi largamente usate: l'essere la famiglia radicata negli istinti naturali dell'uomo, nel suo bisogno di legami più forti e non solo istituzionale ed economico, ma anche educativo e morale, il suo porsi come associazione primaria, cellula della vita sociale» 696.

Qual microcosmos da sociedade, a sua estrutura orgânica é um influxo do poder instituído; aqui se inicia a integração do indivíduo na cidade, comunidade humana mais vasta. Reconhecimento idêntico nos transmitem as Sagradas Escrituras, no Antigo Testamento: as promessas de Deus sempre mencionaram a descendência.

Neste século XVI, viveram-se momentos de crise: a ausência prolongada do chefe de família, motivada pelo afã das descobertas, conduzia à dissolução de costumes. A falta de mão-de-obra no reino obrigou à vinda de escravos, provenientes dos territórios além-mar. Houve manifestações de bigamia e elevou-se assustadoramente o número de meninos enjeitados e órfãos 697.

Para combater estas maleitas sociais, sobretudo a partir do Concílio de Trento, a pastoral católica centra-se na promoção do sacramento do matrimônio. Simultaneamente, a Sagrada Família transforma-se num dos principais motivos da pintura: o casamento, a natividade, ou simplesmente a representação do agregado familiar.

696 Cf. GIUSEPPE RICONDA, «Filosofia della famiglia», *La Scuola Cattolica*, 120 (1992) 132.

697 Cf. JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES, «A Sociedade», in: *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, Vol. III - «No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)», maxime pp. 469-475.

Quem tem filhos, tem cadilhos, diz a voz do povo. São fonte de constantes preocupações. Assim já no-lo fez sentir Terêncio, quando, na abertura dos *Adelphoe*, deu voz aos cuidados da paternidade:

•Storax! – Non rediit hac nocte a cena Aeschinus
neque seruulorum quisquam qui aduorsum lerant.
... ..
Ego quia non rediit filius quae cogito, et
quibus nunc sollicitor rebus ! ne aut ille alserit
aut uspiam ceciderit aut praefregerit
aliquid. Vah! Quemquamne hominem in animo instituere aut
parare quod sit carius quam ipse est sibi!•

'Estórax!

Não voltou esta noite, do banquete, o meu Ésquino. Nem nenhum dos moçinhos que tinham ido ao seu encontro...

(...) Eu, só porque não voltou o meu filho, quantas hipóteses me ponho a magícar!... E quantas preocupações me trazem agora angustiadol!... Se ele não terá apanhado frio... ou caído por algum lado... ou partido algum osso...

Apref!... Isto de um homem plantar em seu coração ou ir arranjar algo que lhe seja mais caro que o próprio a si mesmo! 698

O *De Senectute* de Lopo Serrão, também nos primeiros versos do Canto I referencia os tormentos da multidão dos filhos, as rixas entre eles (vv.24-26).

Processo idêntico nos apresenta a tragicomédia *Iosephus*. Na abertura do Acto I, uma longa intervenção de Jacob transmite-nos a imagem de um pai torturado pelas questúnculas domésticas, o desaforo de Rúben e os sonhos de José:

•Nunc liberorum copia est fastidio
Imo labori; coepta nam certamina
Turbant familiam, quae modo quo restringere
Possim, pater monendo non intellego.

698 Terêncio, *Adelphoe*, vv. 26-27 e 35-39. Tradução por Walter de Medeiros, in: *Os dois irmãos*, Coimbra, 1988, pp.45-46.

Illud Rubeni turpe flagitium, sedet
 Alta repostum mente, quam timeo ex mala
 Similes nepotes stirpe nascantur mihi:
 Aetate multa at unicum fesso seni
 Iosephus esset columen, extinctae alterum
 Pignus Rachelis; Is tamen curas meo
 Infigit animo. Cruclat hinc spes, hinc timor,
 Nocturna pueri uisa cum anceps audio.
 Sol ille quid portendit? Est ne somnium,
 Species futuri uera uel mysterii?
 Quid Luna; quid manipuli? Quid stellae undecim?
 Iosephi adorant lumen an malus mei?

'Agora, o grande número de filhos causa-me fastio, ou melhor, canseira. De facto, as questúnculas, depois de iniciadas, lançam a confusão na família; e eu, como pai, ao adverti-los, não vislumbro de que maneira as possa suprimir. Aquele ignominioso crime de Rúben está gravado no fundo do meu coração: quanto eu temo que desta má geração me nasçam netos semelhantes. Não obstante, na minha velhice, José, um dos penhores da falecida Raquel, seria o único apoio para este velho enfermo. Contudo, ele lança no meu espírito um mar de cuidados. Tortura-me por um lado a esperança, por outro o temor, quando oiço, hesitante, as visões nocturnas do menino. Que presságia aquele Sol? Será sonho? Será uma verdadeira visão do futuro ou de mistério? Que significa a Lua? E os feixes? E as onze estrelas? Adoram a glória do meu José ou algo de superior?' 699

As mesmas preocupações reaparecem na parte final do Acto II:

... Quo senectutem uocat
 Vicissitudo? Quoue canitiem malo
 Vis hanc obire magne regnator poli?
 Heu ulta nunquam laeta longo gaudio.
 Sollicita semper, at breui raro metu:
 O dulce patris nomen, experto tamen
 Quid est habere liberos, onus o graue!
 Virumque uidi me patrem, et me patria
 Cura solutum, sorte neutra perstitit

699 Cf. I.01.191-206.

Tranquillus animus, fateor: at prolem dedit
 Vbi numerosam praepotens nobis Deus,
 Sine liberis, sine coniugibus utnam forem
 Exclamo dubius, maestus, incertus mei.
 Multis onustum transigo curis diem,
 Noctesque duco tamdiu insomnes uigil,
 Ita hic, uel ille torquet, ac implet sui
 Cura parentem. Tu tamen solus potes
 Recreare me, si sospite huc uita redis,
 Iosephe: uel perimere, si inuidit tibi
 Mors saeua uitam.»

'Para onde é que a vicissitude arrasta a velhice? Ou com que mal queres que desapareça esta velhice, ó grande Soberano do Universo? Ah! A vida alegre nunca tem um longo contentamento. Sempre agitada, mas raramente com medo breve. Ó doce nome de pai, sei, contudo, por experiência, o que é ter filhos, ó pesada carga! Em ambas as situações me vi, como pai e livre de cuidados paternos. Em nenhum desses casos o meu espírito permaneceu tranquilo, confesso!...

Mas desde que Deus, omnipotente, nos concedeu uma descendência numerosa, oxalá ficasse sem filhos, sem esposas, exclamo hesitante, triste e indeciso. Passo o dia pesado, com muitos cuidados, e já há muito que passo as noites acordado, sem sono. Ora este, ora aquele me aflige e me enche de cuidados o coração paterno. Mas tu, sozinho, podes reanimar-me se voltares para aqui são e salvo, José; ou podes sepultar-me, se uma morte cruel te arrebatou a vida.' 700

E Jacob começa a recriminar-se, ao seu espírito acodem os remorsos por ter enviado José em tão arriscada missão: o perigo das feras ou a discórdia fraterna espreitam-no. Busca, em vão, conforto para uma agonia galopante:

«... ... Quam desiderio tui
 Lacrimor uidendi! Mentis augurio timor
 Quidam paterna exulcerat praecordia.
 Accuso memet quod tui oblitus, foras

700 Cf. II.12.1504-1523.

Abire iussi per nemora frondentia.
 Annis cauere debui genitor tuis,
 Et praeuidere, posse siluarum feras
 Occurrere tibi, uel leaena turbidam
 Crudellorem liberum discordiam.
 O perspicax senecta, quam fallunt tuae
 Te saepe curae. Nil times ubi plurimum
 Latet timoris. At ubi metuendum nihil est,
 Ibi plena fraudis omnia dolosae putas.
 Satius fuisset omnia metuere, aut nihil.
 Minus etenim erraretur utrouis modo.
 Nam pertimescendo omnia, et si plurimis
 Deprehenderetur uanus in rebus timor,
 Saltem timeres ubi tibi timendum fuit:
 Anime quid acri corda morsu lancinas?
 Adeoque turbas, seu ulatorem latens
 E nemore turbat hostis, et stricto ferox
 Gladio cruentat sanguine innocuo manum.
 Redibit ille laetus ut solet puer.
 Maerore te leuabit aspectu suo.
 Ergone tigres aut leones obulos
 Debuit habere? Liberos discors meos
 Esto cremasset ignis inuidiae, truces
 Eam explarunt caede Iosephi mei?
 Cito nimis anime credis aerumnas tuas,
 Inuitus equidem conor! Vt relabitur:
 Medendo triste pectus aegrescit magis.

'Como eu choro com saudades de te ver! Dilacera-me o coração de pai o medo por causa desta mente pressagiosa. Acuso-me a mim mesmo, porque, esquecido de ti, ordenei que te ausentasses através de frondosos bosques. Eu, o teu pai, devia olhar à tua tenra idade e prever que poderiam surgir feras dos bosques ou alguma terrível discórdia dos meus filhos, ainda mais cruel que uma leoa.

Ó velhice perspicaz, quanto te enganam, muitas vezes, os teus cuidados. Não temes quando está oculto um receio maior, mas quando nada há a temer, julgas que tudo está cheio de fraude e engano.

Seria preferível temer tudo ou nada. Com efeito, errar-se-ia menos para ambos os lados. É que receando tudo, embora o temor vão desaparecesse em muitas coisas, pelo menos temerias onde devias temer. Ó alma, porque é que tu dilaceras o coração com tão

acerbo remorso? A tal ponto perturbas que pareces um inimigo escondido num bosque a assaltar um viajante, ou a puxar da espada e, cheio de ferocidade, a ensanguentar as mãos com sangue inocente.

Aquele menino voltará alegre como costuma. A sua vista aliviará a tua tristeza. Então terão sido tigres ou leões que lhe saíram ao encontro? Será que o fogo horrível da discórdia e do ódio se ateou no coração dos meus filhos e, cruéis, fizeram explá-la eom a morte do meu José?

Demasiado crédula és tu, minha alma, nas tuas desgraças! Eu bem me esforço! Mas como é que se poderá acalmar: ao curar-lhe a tristeza, mais ela aumenta.' 701

Indeciso, benevolente, não age, não toma o pulso à contenda familiar. Enquanto a revolta latente vai ganhando consistência, Jacob finge que os ama 702 a todos por igual:

•Natura sobolis quae propagandae insito
 Amore fertur, sponte cupientem patrem
 Amare gnatos cogit, urget, excitat
 Ardoris aestus in paterno pectore.
 Amantur inde liberi, sed maxime
 Defessa quos senecta uitae in ultimo
 Suscepit actu, talis est natus meus,
 Matrem ob Rachelem saepe dicendus meus
 Propensionem caeteri hanc intellegunt,
 Queruntur esse filium hunc solum mihi.
 Alios haberi spurios: et se timent
 Haereditatis patriae exortes fore.
 Falluntur, omnes diligo, carissimum
 Tamen Iosephum uiuere parenti ut sinant,
 Precando saepe moneo: non credunt tamen;
 Sed inuidendo libere obtrectant patri.
 Vnde est amandum amore celato mihi.▪

701 Cf. II.12.1523-1553.

702 Jacob emprega o vocábulo *diligere*, que sugere um amor livre de paixão, baseado na estima e na eleição. Já *amare* denuncia um amor paixão, irracional e, por isso, involuntário. Este é a natureza da aficção de Jacob por José e Benjamim.

Para mais pormenores da sinonímia destes vocábulos, vide E. BARRAULT, *Traité des Synonimes de la langue la langue latine*, Paris, 1853, pp. 613-614).

'A natureza, que é movida pelo amor congénito da propagação da espécie, espontaneamente coage o pai a desejar amar os filhos, impulsiona-o, faz brotar uma paixão ardente no coração paterno. Por isso, os filhos são amados, mas sobretudo os que a velhice debilitada concebeu no fim da vida. Tal é o caso do meu filho. Por causa de sua mãe Raquel, muitas vezes se deve dizer meu; os restantes notam esta propensão, queixam-se de que só este seja tido como meu filho, e de que os outros sejam considerados bastardos. Temem ser excluídos da herança paterna. Enganam-se, amo-os a todos. Contudo, muitas vezes os exorto, com súplicas, a que deixem viver o queridíssimo José para seu pai. Mas não me dão ouvidos; antes, cheios de inveja, murmuram livremente contra o pai. Daí que o tenho de amar às escondidas.' 703

Mostra-se condescendente com a atitude hostil dos filhos mais velhos,

IOSEPHVS

«(...) Ipse truculenta lumina ipsorum uide,
Quibus aliquid atrox et ferum denuntiant.
Meditantis oculi pectoris sunt iudices.

IACOBVS

Ignosce fili aetatis est uitium, solet
Maior minorem contueri durior,
Et fingere ora torua, non quod oderit,
Sed quod seuerioribus curis uacet.»

JOSÉ

'(...) Vê os seus olhos ameaçadores, com que denunciam alguma coisa atroz e cruel. Os olhos são juízes do que vai no coração

JACOB

Desculpa, filho, é um vício da idade: o mais velho costuma olhar o mais novo com mais dureza, e dar a impressão de estar zangado, não porque tenha ódio, mas porque se ocupa de cuidados mais sérios.' 704

703 Cf. I.01.211-227.

704 Cf. I.01.256-262.

mas repreende severamente José, o sonhador, que anuncia coisas absurdas aos olhos dos homens:

IACOBVS

•Inepta nae tu somniosus somnias ?
Age ? Pater ipse, mater ipsa, liberi
Tui parentis seruitutem seruiant?
Rex imperabilis cultus a nobis Puer?
Istud caue loquare gnate in posterum.

IOSEPHVS

Iterum ne narrem fratribus? IAC. Ne feceris:
Inde hae querelae, grauitur accipiunt uiri
Superba pueri dicta, praesertim suis
Aliena sensibus, et suspecta commodis.
Ideo tacebis somnia. IOS. Tacebo pater.▶

JACOB

Tu, sonhador, não imaginas coisas absurdas? Pois bem! O teu próprio pai, a tua própria mãe e os filhos do teu pai hão-de ser escravos? Tu, uma criança, dar-nos-ás ordens como rei, tu que foste criado por nós? Daqui por diante, tem cautela, filho, não fales nisso.

JOSÉ

Porventura não hei-de contar tudo isto novamente aos meus irmãos?

JACOB

Não o faças: daí é que provêm as queixas, os homens dificilmente aceitam afirmações insolentes de uma criança, principalmente estranhas aos seus sentidos e perigosas para as suas conveniências. Por isso, não fales dos teus sonhos.

JOSÉ

Não falarei, pai.⁷⁰⁵

José, humilde, remete-se ao silêncio e encaminha-se para o infortúnio que o havia de arrastar até ao Egípto. Omite-se a verdade em

⁷⁰⁵ Cf. L01.293-302.

nome das conveniências sociais; é a política de cortesão que já se havia sobreposto ao código de cavalaria, desde a publicação de *El cortesano* de Baldassare Castiglione, obra publicada em 1528 ⁷⁰⁶. Esta política da aparência é um dos pilares do poder invocados pelo florentino no *Il Príncipe*: ajuda a preservar a fama do príncipe ⁷⁰⁷.

O velho ancião propõe ao filho uma conduta pautada pela prudência e moderação, pela *temperantia*. À *modestia*, Luís da Cruz opõe o orgulho, a arrogância, a maldade e a torpeza de acção; à *innocentia*, o furor.

A tolerância de Jacob, fatal para José, havia de transformar-se num obstáculo para Cacodémon, porque providencial para a sobrevivência da família, como se viria a revelar:

Ego quibus uni noceo Iosepho modis?
 Quibus parenti iam ueternoso seni?
 Nocere cupio grauitus, sed uterque impetus
 Nostros coercet, hinc pater tolerantia,
 Inde ille uitae gnatus innocentia.*

De que modo prejuízo eu só a José? Pelos mesmos meios que o tenho feito ao envelhecido ancião? Desejo prejudicá-los mais gravemente, mas ambos repelem os meus ataques. Por um lado, a tolerância do pai, por outro, a inocência da vida do filho.' ⁷⁰⁸

Esta imagem da família que gravita em torno do *paterfamilias* é reforçada pela simbologia do sonho genesiaco:

⁷⁰⁶ Há um exemplar na B.G.U.C.: BALTASAR CASTIGLIONE, *El cortesano*, trad. por Bóscan en nuestro vulgar castellano. Anvers, 1561. Acerca do conteúdo e das muitas edições desta obra, vide o estudo de MARGHERITA MONREALE DE CASTRO, *Castiglione y Bóscan: el ideal cortesano en el Renacimiento español. Estudio léxico - semántico*. 2 Vols., Madrid, 1959, SYLVIE DESWARTE, *Il 'perfetto cortegiano' D. Miguel da Silva*. Roma, 1989, J. G. THÉODORE GRAESSE, *Trésor de livres rares et précieux*. Vol. 2. Dresden, 1861, pp. 65-66 e PAULINE M. SMITH, *The anticourtier trend in sixteenth century French Literature*. Genève, 1966.

⁷⁰⁷ NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideal* cit., p. 23; LARS VISSING, *Machiavel et la politique de l'apparence*. Paris, 1986.

⁷⁰⁸ Cf. III.05.-1909-1913.

«Sol ipse, et ipsa Luna me coram caput
Flexere, tanquam dominum adorarent suum.»

'Mas as onze estrelas, o próprio Sol e a própria Lua curvaram-se perante mim como se adorassem o seu senhor.' 709

Os irmãos, o pai e a mãe, respectivamente, hão-de prostrar-se e adorar José. E assim aconteceu, no reino de faraó. Jacob é o sol, o *exemplum* que se faz luz na condução da família. Do seu testemunho muito depende o sucesso na educação dos filhos, seu primeiro dever. A esta reflexão nos conduz o tratado *De ingenuis moribus et liberalibus studiis adolescentiae*, de Pier Paolo Vergerio (1370-1444), tendo em vista a educação do príncipe Ubertino Carrara 710, na linha dum humanismo de cunho cívico ou civil, como é definido, respectivamente, pelos críticos Hans Baron 711 e E. Garin 712.

A formação do *paterfamilias* dedica o humanista florentino Leão Battista Alberti (1404-1472) o Livro I *Della Famiglia* e o *De Iciarchia*. A sua acção concorre para o bem comum, na família e no estado. Por isso, traça o retrato ideal de homem activo, capaz de juntar ao saber haurido nas fontes clássicas o saber de 'experiência feito', em busca de um dinamismo eficiente 713.

A atitude benevolente de Jacob está conforme os princípios pedagógicos de Paolo Vergerio. Com efeito, no *De ingenuis moribus et liberalibus studiis adolescentiae* faz-se um apelo ao fim dos castigos

709 Cf. III.05.-1909-1913.

710 Cf. JOAQUIM DE CARVALHO, «O humanismo e a educação», in: *Obra completa*. Vol. VI. Lisboa, 1989, pp. 459-460.

711 Cf. *The crisis of the early Italian Renaissance. Civic Humanism and republican liberty in an age of classicism and tyranny*. New York, 1955; *Humanistic and political literature in Florence and Venice at the beginning of the Quattrocento. Studies in criticism and chronology*. Cambridge, 1955; *From Petrarch to Leonardo Bruni. Studies in Humanistics and political literature*. Chicago, III, 1968.

712 Cf. *L'umanesimo italiano. Filosofia e vita civile nel Rinascimento*. Bari, 1952; *Scienza e vita civile nel Rinascimento*. Bari, 1965; *Rinascita e rivoluzioni. Movimenti culturali dal XIV al XVIII secolo*. Bari, 1975.

713 Cf. JOAQUIM DE CARVALHO, «O humanismo...» cit., pp. 455-456.

corporais, em prol de uma formação persuasiva, mais solidária, mais amiga: «e lo stesso deve dirsi se temono le correzioni e i castighi, e meglio ancora se fanno conto del decoro, se sentono quella vergogna, donde nasce la modestia, ottimo indizio d'animo virtuoso in quella prima età»⁷¹⁴. Assim, Jacob socorre-se da reprimenda: «Avendo poi la gioventù, come ciascuna altra età, le proprie tendenze, bisogna consolidare e rafforzare le tendenze buone, correggere le cattive e degne di biasimo»⁷¹⁵. Mas tal pedagogia havia de revelar-se, no imediato, inconsequente nos filhos mais velhos; apenas José dava sinais de aprovação de tal método.

Esta benevolência encontra as suas raízes clássicas no modelo terenciano de Miclão, ao lado de Démea, o *pater durus*. E todos recordamos que foi esta benevolência que conquistou a amizade de Ésquino⁷¹⁶; numa atmosfera de grande proximidade e em liberdade, o espectador assiste ao despertar de uma personalidade adulta, com projecção na organização social: quem tiver o costume de mentir ou enganar seu pai (*qui mentiri aut fallere insuerit patrem*)⁷¹⁷, com maior ousadia o fará com os demais (*tanto magis audebit ceteros*)⁷¹⁸, afirma Démea. Mais vale educar pela honra (*pudore*)⁷¹⁹, pela liberalidade (*liberalitate*)⁷²⁰ e por convicção própria (*sponte*)⁷²¹ do que pelo medo (*quam metu*)⁷²², o caminho preferível para a formação duma sã consciência moral, que se revelará no corar do rosto (*erubescere*)⁷²³ e na assumpção das responsabilidades contraídas socialmente.

⁷¹⁴ Apud E. GARIN, *Educazione umanistica in Italia*, Roma-Bari, 1975, p. 71.

⁷¹⁵ Apud E. GARIN, *Educazione umanistica...* cit., p. 72.

⁷¹⁶ Enquanto Ésquino se educa, na cidade, em casa de seu tio Miclão, o irmão Ctesífonte permanece no campo, junto de seu pai, Démea. Vide ADRIAN S. GRATWICK, «Miclion et Déméa dans les *Adelphes* de Tèrence», *Pallas. Revue d'Études Antiques*, 38 (1992) 371-378.

⁷¹⁷ Cf. Terêncio, *Ad.* 55.

⁷¹⁸ Cf. Terêncio, *Ad.* 56.

⁷¹⁹ Cf. Terêncio, *Ad.* 57.

⁷²⁰ Cf. Terêncio, *Ad.* 57.

⁷²¹ Cf. Terêncio, *Ad.* 75.

⁷²² Cf. Terêncio, *Ad.* 75.

⁷²³ Cf. Terêncio, *Ad.* 643.

Atitude semelhante revela Sêneca (*De ira*, 15), quando prescreve a admoestação com brandura e vigor, mas sem ira, e D. Jerónimo Osório, no *De regis institutione et disciplina*: «a esta desvalorização cautelosa do castigo corporal, a aplicar, por assim dizer, como último recurso, alia Osório a defesa da *paideia*, do *ludus* romano, da educação dirigida no sentido da psicologia da criança, transmitida como por um jogo para que mais facilmente possa imprimir-se nos espíritos ainda tenros (373.41-52) 724. Já na cultura grega Platão havia preconizado método semelhante (*Tht.* 135c; *Phlb.* 83). Mas esta também pode ser interpretada como uma atitude estoíca se considerarmos que Jacob esperava que o tempo curasse tais desavenças (*De ira*, II, 21).

O humanista Antonio de Ferrarils, no tratado *De educatione* (1504), para além duma educação marcada pela temperança e no amor à glória, prescrevia um grande respeito pela verdade: «Niente infatti si puniva presso di loro più severamente della menzogna; e giustamente, poiché nulla, secondo me, é più indegno dell'uomo, che la menzogna e la simulazione. Chi ha il coraggio di mentire e simulare, non esiterà, credimi, innanzi ad alcun misfatto...» 725

Preocupado, embora, com o semblante hostil dos irmãos, José acata as explicações do pai e, humilde, solicita ajuda para uma conduta modesta:

IOSEPHVS

«Concedo, fas est gnatum assentiri patri.

IACOBVS

Ideo monebo, quamuis sis inter tuos
 Fratres amore primus, at primum locum
 Fuisse in ortu minime concessum tibi,
 Meminisse debes. IOS. Memini. IAC. Propterea uolo
 Illis amicis, ut te morigerum geras:
 Ipsique gratam sentiant modestiam,
 Cum sponte proprio colles tu te loco.

724 Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideal* cit., p. 429.

725 Apud E. GARIN, *Educazione umanistica...* cit., pp.174.

IOSEPHVS

Errare ne me diligendo srueris,
 Docens coerce. Sed qui egi interrogo,
 Morigerus unde fratribus non sum meis?•

JOSÉ

‘Concordo. É justo que um filho seja da mesma opinião que o pai.

JACOB

É por isso que te exorto, embora sejas o primeiro pelo amor entre os teus irmãos. Contudo, debes recordar que o primeiro lugar te não foi concedido no nascimento.

JOSÉ

Não me esqueço.

JACOB

Por isso, quero que te portes moderado e te mostres amigo dcles; que eles próprios reconheçam a tua conduta modesta quando, espontaneamente, te colocares no teu lugar.

JOSÉ

Não deixes que eu, por amor, cometa erros, ensina-me a conter-me. Mas pergunto: que fiz eu donde se possa concluir que eu não sou condescendente com os meus irmãos? 726

É uma caminhada na senda da virtude, que brota da humilde obediência:

‘Tibi obsequendo disco uirtutem pater.’

Paí, obedecendo-te, aprendo a virtude.’ 727

726 Cf. L.01.263-273.

727 Cf. L.01.308.

Mas a *patria potestas* de Jacob também virá a ser reconhecida pelos outros filhos. É a manifestação da *pietas* romana; é este o espírito que preside à despedida dos filhos que vão procurar no Egipto sustento para a família:

IACOBVS

«Gnati paternos capite complexus, rogo
Deum ut colatis. Post Deum, pacis uolo
Vos esse memores, quippe nil discordia
Petus gerendis rebus afferri potest.

OMNES

Audire patris monita gnatorum est. RVB. Tuae
Morem geramus ut uoluntati, uale.»

JACOB

‘Meus filhos, abraça-vos o vosso pai que pede que respeitem a Deus. Depois de Deus, quero que vos lembreis da paz, visto que não há nada pior do que a discórdia, na administração dos negócios.

TODOS (os filhos)

É próprio dos filhos ouvir os conselhos dos pais.

RÚBEN

Obedeceremos à tua vontade.’ 728

Jacob e Benjamim permanecem em casa. O regresso dos irmãos, que tarda, enche de cuidados o coração paterno. No diálogo que se estabelece, novamente se aponta o caminho da submissão dos filhos aos pais:

BENJAMIM

«Ne macerate quaeso, rerum perspicax
Suum senectus teneat, et seruet modum.

728 Cf. IV.02.2598-2603.

IACOBVS

Quid gnate patrem care dubitantem mones ?

Monere, uel iubere sit genitor tuum:

Orare nostrum.»

BENJAMIM

‘Não te afijas, por favor! A velhice, que sabe ver as coisas, olhará pelo que é seu e será moderada.

JACOB

Ó meu querido filho, que é que tu aconselhas ao teu pai vacilante?

BENJAMIM

A admoestar ou a mandar deves ser tu, pai. A nós, pertence-nos pedir.’⁷²⁹

Um profundo amor e veneração a Jacob marcam esta relação *filius / pater*. Laços marcados pela emulação, numa grande afinidade com a educação pelos *exempla*, de tradição clássica, e que Paolo Vergerio propõe no *Dei nobili costumi e degli studi liberali della gioventù*: «Deve pertanto il giovanetto studioso, amante della virtù e della vera gloria, scegliere uno o più degli uomini venerabili per probità, ed imitarne la vita, ricopiarne i costumi, fin dove gli anni lo comportino.»⁷³⁰

Esta foi uma grande preocupação dos humanistas e de Paolo Vergerio, em particular, como faz questão de sublinhar neste tratado: «E se agli uomini tutti, e ai genitori in ispeeie, conviene studiare il modo migliore di educare i figli...»⁷³¹ É neste contexto que assume especial importância a educação dos príncipes e a classe dirigente dos destinos públicos: «Alle persone d'età, poi, conviene mostrarsi sempre veramente modeste, e soprattutto davanti ai più giovani: poichè questi sono inclinati al male e, se

⁷²⁹ Cf. IV.10.3047-3051.

⁷³⁰ Apud E. GARIN, *Educazione umanistica...* cit., p. 72.

⁷³¹ Apud E. GARIN, *Educazione umanistica...* cit., 1975, p. 65.

non vengono raffrenati dall'esempio autorevole dei piú vecchi, facilmente cadono in vizi sempre maggiori» 732.

Para o verdadeiro sentido que a Companhia perfilha na Igreja militante, a obediência à hierarquia religiosa aponta-se como a 1ª Regra, em os *Exercícios Espirituais*: «Deposto todo o juízo próprio, devemos ter o ânimo preparado e pronto para obedecer, em tudo, à verdadeira esposa de Cristo, nosso Senhor, que é a nossa santa mãe, a Igreja hierárquica» 733. As Fórmulas do Instituto da Companhia de Jesus também apontam neste sentido: «Os que nesta Companhia fizerem Profissão, lembrem-se, não só nos princípios dela mas enquanto viverem, que toda esta Companhia e cada um dos que nela se alistam, combate por Deus, sob a fiel obediência ao Santíssimo Senhor nosso o Papa Paulo III e aos outros Romanos Pontífices seus sucessores». E logo se junta a explicação do quarto voto, uma especificidade da Companhia: «Apesar do Evangelho nos ensinar e de sabermos pela nossa fé ortodoxa e firmemente acreditarmos que todos os fiéis cristãos estão sujeitos ao Romano Pontífice, como Cabeça e Vigário de Jesus Cristo, nós, contudo, por maior devoção à obediência à Sé Apostólica, e para maior abnegação das nossas vontades, e mais certa direcção do Espírito Santo, julgámos da maior importância, que cada um de nós e todos os que para o futuro fizerem a mesma profissão, além daquele vínculo comum dos três votos, com este fim nos liguemos por um voto especial, pelo qual nos obrigamos a seguir tudo aquilo que o actual e os outros Romanos Pontífices ao tempo existentes mandarem, para proveito das almas e propagação da fé.» 734 Igual voto de obediência se observava relativamente ao Geral da Companhia: «Façam também voto de obedecer, em tudo o que diz respeito à observância desta nossa Regra, ao Prepósito da Companhia para cujo cargo se elegerá por maioria de votos, aquele que

732 Apud E., *Educazione umanistica...* cit., p. 72.

733 INÁCIO DE LOIOLA, *Exercícios...* cit., n.º 353, p. 189.

734 Extracto da Carta Apostólica «*Expocit Debitum*», dada a 21 de Julho de 1550, por Júlio III, in: *Constituições da Companhia de Jesus...* cit., p. 11.

for idóneo, como se declarará nas Constituições. Ele, porém, terá toda a autoridade e poder sobre a Companhia, que for útil para a boa administração, correcção e governo da mesma Companhia...»⁷³⁵ A obediência é o vínculo que mais concorre para a união da Companhia: «Todavia, o factor mais forte de união, será o vínculo da obediência a unir os súbditos com os Superiores, e os Superiores locais entre si e com o Provincial, e uns e outros com o geral, de forma que seja cuidadosamente respeitada a subordinação de uns com relação aos outros.»⁷³⁶

A Companhia era uma escola de obediência que se aprendia com o exercício, pois não importava a quem se obedecia ou quem mandava, tudo era para maior glória de Jesus Cristo, exemplo de humildade e de abnegação de si mesmo. Mas sigamos a descrição do acto de servir na cozinha: «Quando algum for servir na cozinha, ou ajudar o cozinheiro, deve obedecer-lhe com muita humildade em todas as coisas do seu officio, guardando-lhe sempre obediência perfeita. Pois se assim não fizesse, mostraria que também não obedeceria melhor a nenhum Superior. Porque a verdadeira obediência não considera aquele a quem é prestada, mas sim Aquele por quem se obedece; e se se obedece só por Nosso Criador e Senhor, é ao mesmo Senhor de todos que se obedece. Não há portanto que distinguir se se trata do cozinheiro ou do Superior da casa, se é um ou outro que dá uma ordem. Se bem entendermos as coisas, não é a eles nem por eles que se obedece, mas só a Deus e só por Deus nosso Criador e Senhor.» E Santo Inácio vai ao pormenor de indicar a melhor forma de ultrapassar a situação de um padre que vai servir na cozinha, um dos trabalhos mais humildes: «Portanto é melhor que o cozinheiro não peça ao seu ajudante que faça isto ou aquilo, mas que lhe mande com modéstia, dizendo: faz isto ou aquilo. Porque, se lhe pede, dará a impressão de falar de homem para homem. Ora não parece decente nem justo que um

⁷³⁵ Extracto da Carta Apostólica «*Exposit Debitum*» cit., in: *Constituições da Companhia de Jesus...* cit., p. 12.

⁷³⁶ *Constituições da Companhia de Jesus...* cit., nº 821, p. 11.

cozinheiro leigo peça a um sacerdote que limpe as panelas ou faça outras coisas semelhantes. Mas se manda, dizendo-lhe que faça isto ou aquilo, mostrará mais claramente que fala como Cristo a um homem, pois é em seu nome que manda. E assim, aquele que obedece deve considerar e ponderar a ordem que vem do cozinheiro, ou de qualquer outro que lhe seja superior, como se viesse de Cristo Nosso Senhor em pessoa, para ser inteiramente agradável a sua divina Majestade.»⁷³⁷

Luís da Cruz mais não faz que actualizar a virtude familiar da obediência que os filhos devem aos pais e os servos aos seus senhores, «sem servilismo, como para agradar aos homens, mas como servos de Cristo, fazendo de bom coração a vontade de Deus, servindo-os com boa vontade, como quem serve ao Senhor e não aos homens»⁷³⁸.

O momento mais alto da virtude, em José, é, porém, o perdão que concede aos irmãos, outrora severos carrascos. E com ele, regressa a harmonia familiar, a concórdia. O solilóquio, que marca o início desta caminhada, está marcado, mais uma vez, pelos *Exercícios*, nomeadamente pela «Contemplação para alcançar Amor», na Quarta Semana. Mas vejamos o texto:

In me quid illi fecerint haud cogito;
Sed quid beneficum facere Iosephum decet.
Iniuriarum plus satis uluit memor,
Qui vindicandi amore correptus, sui
Aequi, atque iusti, et officii obliuiscitur.
Atroxque mauult vindicando iniurias
Excistimari, quam remittendo probus.
Virtus mihi est iucundior quam gaudium
Vindictae acerbae. Par pari reddant truces:
Reddenda damnis damna Iosephus negat.
Etiam parentem propter humanissimum
Veniam dedissem fratribus, quamquam mihi
Nocuere, quantum potuit infestissimo

⁷³⁷ *Constituições da Companhia de Jesus...* cit., n.ºs 84 e 85, p. 39.

⁷³⁸ Eph.6.6-7.

Hosti noceri. Sed tuae, o clemens pater,
Consilium ego quid sileo prouidentiae?»

‘Não penso no que eles fizeram contra mim. Mas penso, sim, no que convém que José lhes faça de benéfico. Aquele que, levado pelo desejo de vingança, vive recordando em demasia as injustiças, esquece-se da sua equanimidade, da justiça e do seu dever. E prefere ser reputado cruel, vingando as injustiças, do que bom, perdoando-as.

A virtude é para mim mais agradável do que a alegria dum a vingança amarga. Que os maus paguem na mesma moeda. José recusa-se a pagar o mal com o mal. Quanto mais não fosse, por causa do meu pai tão bondoso eu perdoaria aos meus irmãos, embora me tenham prejudicado quanto se pode prejudicar a inimigo fígadal. Mas, como posso eu silenciar, ó Pai bondoso, os desígnios da tua Providência?’⁷³⁹

José inicia a reflexão sobre a condição de excepcional prosperidade que o rodeia, em face dos sacrifícios que os seus hão-de padecer. É seu desejo ajudá-los materialmente; contudo, muito superior é o seu desejo de perdoar. Confia os seus votos aos desígnios divinos. Na contemplação, que conduz ao amor, durante a quarta semana, os *Exercícios* propõem uma reflexão em três etapas: no 1º Ponto, traz-se «à memória os benefícios recebidos da criação, (...) ponderando (...) quanto tem feito Deus (...) por mim (...); de seguida, após a reflexão sobre si, considera o que deve «oferecer e dar a sua divina majestade, a saber, todas as minhas coisas e a mim mesmo com elas». O 2º Ponto, leva-nos à descoberta de Deus nas criaturas que «fez de mim templo, criando-me à imagem de sua divina majestade». Segue-se, pois, o duro caminho do perdão, mesmo aos nossos inimigos, e que Jesus Cristo experimentou na cruz, no alto do Calvário. O 3º Ponto leva-nos a equacionar a nossa missão como instrumentos da mão de Deus: «considerar como Deus trabalha e opera por mim, em todas as coisas criadas sobre a face da terra, isto é, procede como quem trabalha».

⁷³⁹ Cf. IV.05.2773-2787.

Tudo vem do Altíssimo, de Deus, assim encerra o 4º Ponto: «atender como todos os bens e dons descem do alto: como o meu limitado poder vem do sumo e infinito poder do alto, e, bem assim, a justiça, a bondade, a piedade, a misericórdia, etc., tal como do sol provêm os raios, da fonte as águas, etc.»⁷⁴⁰

A justiça implica a clemência e José irá conceder o perdão aos irmãos, sem sentimentalismo, como um sábio estóico (Sêneca, *De clementia*, II.4-5)⁷⁴¹. No caminho da reconciliação, José não se deixa arrastar pela desgraça presente dos irmãos, mas tudo conduz sob o poder da razão. Emerge aqui a virtude cardeal estóica da *Iustitia*. É ainda a manifestação da máxima de Epicteto, mais conhecida na tradução latina, *sustine et abstine*, a imperturbabilidade estóica. A *virtus* opõe-se ao *vitium*, a *temperantia* de José venceu o *affectus* dos irmãos, que o haviam condenado ao exílio.

Esta reconciliação assume especial significado para as desavenças entre protestantes e católicos. É um forte apelo à pedagogia do amor fraternal, do amor *caritas*, numa altura em que ainda se mantém bem viva na memória o morticínio de Saint Barthélémy, a 24 de Agosto de 1572.

Mas um dos grandes louros de José é a vitória da castidade, também referida por Vergerio neste tratado sobre os costumes e os estudos da juventude: «Bisogna badare perciò con somma cura che i giovanetti si mantengano soprattutto casti; infatti l'amore gustato anzitempo contamina anima e corpo. È dunque opportuno tenerli lontani dai balli e dagli spettacoli di simile genere, e così pure da eccessiva familiarità con donne...»

⁷⁴⁰ INÁCIO DE LOIOLA, *Exercícios...* cit., respectivamente, n.ºs 234, 235, 236 e 237, pp. 123-124.

⁷⁴¹ Este tratado é um marco importante para a ideologia imperial romana e na literatura denominada geralmente pela *Specula principum* que, eventualmente, tem a sua origem aqui (I.1). Sobre a importância desta obra na veiculação das doutrinas dos *Tratados da realeza* dos pitagóricos, vide L. JERPHAGNON, *Vivre et philosopher sous les Césars*. Paris, 1980; ID., *Vivre et philosopher sous l'empire chrétien*. Paris, 1983.

742. Com efeito, José, de aspecto nobre e carácter modesto (*seruum nobilem / Forma et pudore ingenii*)⁷⁴³, resiste aos intentos da esposa de Putifar:

‘... .. Illa pallium
Tenuit, reliquit fugiens; o ingens scelus!
Habeat. Pudorem malo seruare, ut uiri
Doceant mulieres iura sacrosancti tori.
Egone idoneus ad stuprum uisus? Mei
Mores ne factus illud audendum, mihi
Prae se tulerunt? Quo explabo flumine
Factum scelestae feminae? Iniecit manum,
Fugit, stetit animus integer, sed non fero
Polluta tactu. Pallium abripuit, sibi
Habeat, cremassem. Nile qui pleno alueo
Campis inundas, tolle te insolentius,
Me parte si qua polluit, fluctu abluere.’

‘Ela agarrou-me no manto, deixei-lho e fugi. Oh! que enorme crime! Que fique lá com ele. Prefiro conservar a minha castidade, para que os homens ensinem às mulheres os direitos sacrossantos do tálamo conjugal.

Como é possível que lhe tenha parecido idóneo para cometer adultério?’ Com que água lavarei a acção desta criminosa mulher? Lançou-me as mãos; fugi; o meu coração permaneceu inteiro; mas não suporto a poluição do seu tacto. Levou o manto, que fique com ele; antes eu o tivesse queimado. Ó Nilo que inundas os campos com as tuas chelas, levanta-te mais alto e lava-me com as tuas águas se ela me poluiu com alguma parte.’⁷⁴⁴

Apesar de uma perfídia bem condimentada com as traquinices de Cacadémon, a inocência de José, espelha-a o seu rosto:

PVTIFAR

Iosephe quid clamoris? Albes, pallidus
Cur ora mutas? IOS. Ora mutauit pudor.’

⁷⁴² Apud E. GARIN, *Educazione umanistica...* cit., p. 76.

⁷⁴³ Cf. III.01.1785-1786.

⁷⁴⁴ Cf. III.02.1805-1817.

PUTIFAR

'Oh! José, que barulho é esse? Estás pálido, branco como a cera.
Por que razão mudas o teu rosto?.'

JOSÉ

O pudor mudou o meu rosto.' 745

Pelos trechos transcritos *supra*, José torna-se, assim, no *exemplum* do sucesso educativo prescrito pelos humanistas, com ecos também no tratado *Famiglia* de Leon Battista Alberti (1376-1422). As palavras que transcrevo são pronunciadas pelo principal interlocutor do diálogo, Lionardo: « - Non ti niego che i padri soprattutto, più che gli altri, debbono olle mani e co' piedi, con tutti i nervi, con ogni industria e consiglio, quanto possono, sforzarsi, che i figliuoli sieno costumati ed onestissimi, sì perché fanno l'utile de' suoi (il costume in uno giovane non è meno che la ricchezza stimato), sì *etiam* perché rendono ornamento e pregio alla casa, alla patria sua ed a se stesso» 746. E não falta a exortação a um trato mais humanizado, neste calvário da educação – no dizer de Miguel Torga 747, pois os filhos deviam ser levados, de preferência, pela razão: «E vogliono i fanciulli essere correcti con modo e ragione, e anche talora con severità: non vi si accanire però suso, come alcuni rocti e furiosi padri fanno; castigarli senza ira, senza passione d'animo...» 748

Mas nem sempre a castidade saiu vitoriosa. Rúben manteve relações com Bilha, a concubina de seu pai, Jacob, que o veio a saber. Este ignominioso crime (*turpe flagitium*) deitou a perder o direito de progeneratura 749. Judá há-de cometer incesto com a nora e tornar-se um pai infame (*infamem patrem*) 750. Contudo, a *castitas* era uma das virtudes a imitar pela mulher, como verificamos em o *De Institutione feminae christianae*, do

745 Cf. III.02.1820-1821.

746 Apud E. GARIN, *Educazione umanistica...* cit., p. 137.

747 Cf. *Bichos - Contos*, Coimbra, 1983, p. 16.

748 Apud E. GARIN, *Educazione umanistica...* cit., pp. 153-154.

749 Cf. I.01.195-197.

750 Cf. III.05.1916.

humanista espanhol Juan Luís Vives (1492-1540) ⁷⁵¹. Também a mensagem paulina é clara ao condenar as imoralidades na forma de incesto (I Cor.5.1-5) e da fornicação (I Cor.6.12-19).

Entre a devassidão que a tantos vence, qual farol se ergue a virtude de José, a sua pureza de espírito e de sentimentos, traduzida na recusa, até à prisão e mesmo até à morte, em se envolver com mulher alheia:

CACODÉMON

... ..
 Nihil tamen mihi dari cupio, prae tua
 Anima, Iosephe. Posse credideram capi
 Amore dominae, restitit: castum piget
 Tentasse iuuenem, ne multi exemplum probent:
 Et abstinere turpi a congressu uelint.
 Qua re ditatur o reus et ditabitur
 Magis quotidie, quippe fomentum rogi
 Quo tartara ardent, est libido : plurtum
 Est illa domitrix sola, quam superbia,
 Ira, gula, auaritia, inuidia, socordia,
 Septena quae sunt cornua quibus Lucifer
 Et grex Auerni pallidi orbem uentilat.
 Animo nocere nequeo, saltem corpori
 Nocebo, sta Iosephe, compedibus lues
 Meam repulsam, donec inueniam tibi
 Animi ruinam, uel utuendi terminum.
 Verum una eademque opera obstare plurimis,
 Nocere multis, perdere ingentes opes
 Est inferorum gloria...»

CACODÉMON

{(...) Para mim nada quero, senão a tua alma, José. Julguei que podia deixar-se levar pelo amor da senhora, mas resistiu. Envergonho-me de ter tentado um jovem casto, porque muitos não-de aprovar tal exemplo e querer abster-se de relações torpes.

Oh! O réu é e será enriquecido com isto, cada vez mais, pois o que alimenta a fogueira em que os infernos se consomem é a devassidão: ela sozinha é mais dominadora do que a soberba, a ira,

⁷⁵¹ Cf. JUAN LUÍS VIVES. *The education of a Christian woman: a sixteenth century manual*. Edited and Translated by Charles Fantazzi. Chicago & London, 2000, p. 116.

a gula, a avareza, a inveja, a preguiça, que são sete chifres com que Lúcifer e a grei do pálido Averno atormenta o mundo.

Se não posso fazer mal à alma, pelo menos fá-lo-ei ao corpo. Deixa-te estar, José, com esses grilhões pagarás a minha repulsa, até que encontre para ti a ruína da tua alma ou o termo da tua vida. Mas a glória dos infernos é uma e mesma coisa: impedir as boas acções á maioria, fazer mal a muitos, perder grandes fortunas.' 752

A luxúria é um dos vícios verberados por Dante, n' *A Divina Comédia*. A dissoluta rainha da Assíria, Semirâmis, encontrou-a Dante quando baixava ao segundo círculo, no Inferno, penalizada pela negra aura: « (...) foi a sabida / imperatriz de numerosas falas. / Em vício de luxúria tão rompida, / que o libito fez licito por lei, / contra a censura a que era conduzida.» 753. Seu mestre, Virgílio, havia ainda de nomear Cleópatra, a luxuriosa, e mais de mil sombras «a quem amor tirou da vida hostil» 754. No círculo oitavo se encontra outra famigerada mulher, a esposa de Putifar, «... a falsa que acusou José» 755.

A encerrar este acto, o coro, em verso sáfico, vai cantar a virtória de José sobre a luxúria, enaltecer o pudor sincero deste jovem, coluna de Israel e *exemplum* para as gerações vindouras:

«O pudor castae generose mentis,
Mentis o praeceps furor impudicae!
Quale gessistis populis canendum
Posteris bellum? Ruit hinc libido:
Castitas sancto stetit unde uultu:
Illa succensam Phlegetonte pinum,
Sulphur et fumos stygios olentem:
Haec chorus cantem tulit igne taedam,
Quo Deus constat sibi corda, nullo
Sordidi luxus maculanda tactu;
Ore matronae meditata fraudem,

752 Cf. III.05.1920-1938.

753 DANTE ALIGHIERI, *A Divina Comédia* cit., vv.54-57, p.58.

754 Cf. vv. 69.

755 DANTE ALIGHIERI, *A Divina Comédia* cit., XXX. 97, p. 215.

Dixit insonti iuueni Cupido,
 Cede flammaram iaculis; at ille
 Surda cantori uelut aspis, ito
 Inquit, aeternos ego castitatis
 Candidae flores male olente Ditis
 Sulphure mutem ?
 Euge sincerum iuuenis pudorem,
 Sordidae culpa quia praetulisti:
 Iure regnandi pharaone maior,
 Nunc pari sceptrum ditione gesta.
 Quando iam mundo seniore tellus,
 Prona laxarit uitlis habenas:
 Dicet, o magnum iuuenem, periclo
 Qui suo, uicit dominam pudore
 Et lacessitus timuit iugalem
 Rumpere nodum.»

‘Ó nobre pudor dum espírito casto! Ó furor vertiginoso dum espírito impudico! Que guerra fizeste para ser cantada pelos povos vindouros? Daqui irrompe a luxúria, onde a castidade se manteve de pé com o seu rosto sagrado. Aquela incendiou a floresta de flagetonte a cheirar a enxofre e a exalar fumo do Estigio; esta que eu, coro, vou cantar, levou a tocha do fogo, com o qual Deus modela os corações, sem que possa ser manchada com o contacto de sórdido luxo: meditou na astúcia da mulher.

Cupido disse ao jovem inocente: cede aos dardos igneos. Mas ele fez ouvidos surdos ao cantor, como serpente, e disse: some-te! Julgas que eu iria trocar as flores eternas da bela castidade pelo enxofre mal cheiroso do Inferno? Bravo! Preferiste o pudor sincero dum jovem à culpa sórdida! És mais digno de reinar do que o Faraó!

Agora, usa o ceptro com a mesma jurisdição que ele. Quando a terra, num mundo envelhecido, der rédea solta aos vícios, dirá: ó grande jovem, que com perigo para a sua vida, venceu a senhora pelo pudor e, provocado, não se atreveu a romper o laço conjugal!’⁷⁵⁶

É o canto triunfal da castidade, com raízes no *Trionfo della castità*, de Petrarca. A perseverança, o medo da infâmia e o desejo da honra e da pureza são virtudes cultivadas por este jovem que se celebrizaram neste

⁷⁵⁶ Cf. III.Cor..2481-2507.

triufo ⁷⁵⁷. É de novo a exaltação da *temperantia*, da *modestia*. Este triunfo simboliza ainda uma outra virtude, a *fortitudo*: forte na adversidade, teve ânimo suficiente na luta contra a intriga, para que a verdade fosse imposta. É a prática da temperança que conduz à morigeração nos costumes (Aristóteles, *Ética a Nicómaco*, 1105a 17-21).

Semelhante atitude de José recorda-nos o *usus* aconselhado pelo Bispo de Silves: «A qualidade indispensável aos grandes frutos da honestidade é o desejo da glória (371.59-61) ⁷⁵⁸, dentro dos limites da recta razão (367.32-40), a que se deve aliar o culto da vergonha (367.44-47), o medo da infâmia, o ódio à vilania (493.48-494.11). É tarefa dos educadores cultivar na alma dos seus discípulos o estímulo destes dois princípios (368.39-44)» ⁷⁵⁹.

A castidade é um tema que a mitologia consagrou no desenlace trágico do deus Hipólito, vítima da infâmia de Fedra, que o acusa a Teseu, seu esposo. O assunto seria imortalizado na *Phaedra* de Séneca, que já havia sido glosado por Eurípides (*Hipólito*, 429 a. C.).

A par da virtude da castidade, emerge, como vimos, um tema fundamental, a defesa do matrimónio, ou do 7º sacramento, como lhe chamou Erasmo (*Enchiridion septimum sacramentum*), em defesa dos valores morais. A primeira expressão do amor familiar decorre da relação entre marido e esposa.

Como sabemos pela história bíblica, Jacob desposou duas mulheres – as irmãs Lia e Raquel – e as suas duas escravas, Zilpa e Bilha, respectivamente. De ambas as escravas teve filhos, mas por razões de ausência de fecundidade, no caso de Lia, e de esterilidade, no caso de

⁷⁵⁷ Cf. FRANCESCO PETRARCA, *Opere. Canzoniere, Trionfi, Familiarum Rerum Libri*. Firenze, 1975, pp. 208-212, vv. 76-90 e v. 193.

⁷⁵⁸ Neste sentido é interessante o passo do *De gloria*: H. OSORII *Op. omnia*, I, 122.47-52.

Vide sobre este tema A. HAURY, «Cicéron et la gloire: une pédagogie de la vertu», in: *Mélanges Boyancé*. Paris, 1974, pp. 401-417.

⁷⁵⁹ NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Píncipe Ideal* cit., p. 428.

Raquel: assim se tornaram mães por intermédio das criadas, pois a esterilidade era um grande opróbrio para a mulher casada. Com efeito, era interpretado como castigo de Deus. Já assim havia acontecido, no passado, com o patriarca Abraão que concebeu Ismael da escrava egípcia Agar (Gen. 16.2). A bigamia, a poligamia ou a sua forma mitigada no concubinato são práticas entre os povos vizinhos e toleradas entre os israelitas. Mas o ideal da família monogâmica já nos é proposto no Génesis (2.23-24). Neste particular, assume especial significado, nas Sagradas Escrituras, o *Cântico dos Cânticos*, poema atribuído ao rei Salomão. Prefigura-se aqui a aliança de Deus-esposo com Israel-esposa, à luz do Antigo Testamento; à luz da revelação cristã, configura o "matrimónio" da Nova Aliança, a união mística de Jesus Cristo com a Sua Igreja. São Paulo, na *Carta aos Efésios* (5.22-33), actualiza esta mensagem à luz de Cristo, renovando o apelo de fidelidade mútua no casamento.

O *Iosephus*, num contexto de diálogo entre várias culturas e povos, faz apelo à castidade no casamento, como vimos no episódio da esposa de Putifar. Serve ainda este exemplo para condenar a poligamia, frequente entre os povos indígenas. Acresce, ainda, o *exemplum* de Jacob. Em pleno Egípto, presos pelo grande senhor, Judá esclarece o pai que o governador

«... libros
Vnius esse nos parentis diximus.»

'julgou-nos inimigos e nós dissemos que éramos filhos de um só pai.' 760

Faz o patriarca menção apenas à falecida Raquel, a denunciar a grande ternura que dedicava à eleita do seu coração. José, o primogénito de Raquel e o penúltimo filho de Jacob, é a grande dádiva do primeiro Amor, único amparo na velhice:

760 Cf. V.02.3248-3249.

«Aetate multa at unicum fesso seni
Iosephus esset columen, extinctae alterum
Pignus Rachelis; Is tamen curas meo
Infigit animo»

'Não obstante, na minha velhice, José, um dos penhores da falecida Raquel, seria o único apoio para este velho enfermo.

Contudo, ele lança no meu espírito um mar de cuidados.' 761

Igual consideração lhe merece Benjamin, o filho mais novo. Com o desaparecimento de José, resta-lhe somente este, a última lembrança de Raquel:

«Non macerabo perditae afflictae domo?
Iacobe plora mortuos, uluum sinu
Reconde pignus. Morte Iosephi tui
Acerba nimium, acerblora perferam
Si Benjaminus occidet. Pectus mihi
Non est ferendo, aegroto ab illo uulnere.»

'Não hei-de atormentar-me perdidamente com a nossa casa em tal aflição? Jacob, chora os teus mortos e esconde no teu regaço, como um penhor, o que está vivo.

Com a morte de José, sofri demasiado; mais amargamente sofrerei se morrer Benjamin. Não tenho coração para suportar, desde que fique doente daquela ferida.' 762

Na hora da partida, continua Jacob a reiterar a sua especial estima por Benjamin. Isto mesmo transmite ao filho mais velho:

«Rubene, canos respice annos patris,
Solamen hic aetatis est maestissimae,
Iosephus obiit frater, hoc solum meae
Superest Rachelis pignus. Intereat, patri
Aperi sepulchrum. Vis in Aegyptum meum
Aufferre natum? Si quid aduersum accidet

761 Cf. I.01.198-201.

762 Cf. IV.11.3122-3127.

Certum est dolore corpus affectum grau,
Ab hac iturum luce.»

'Ó Rúben, olha os cabelos brancos do teu velho pai, ele é a consolação da minha vida tão triste. O teu irmão José morreu. Somente me resta este penhor da minha Raquel. Se morrer, abre a sepultura para teu pai. Queres levar o meu filho para o Egipto? Se algo adverso acontecer é certo que o meu corpo fica submerso na profunda dor e desaparecerá da luz do dia.' 763

A propensão para os filhos de Raquel é clara e assumida, na senda da fidelidade ao primeiro Amor, tão tragicamente desaparecido. É esta a mensagem que transmite a Rúben, num derradeiro apelo para que o mais novo permaneça e se vão apenas os mais velhos (*grandes*) 764:

«Scio quo properet oratio. Orbari patrem
Hac stirpe uultis última.»

'Sei o que tens em vista com o teu pedido. Quereis que o vosso pai fique privado do seu último filho.' 765

Pela voz de Judá, ficamos a conhecer a tolerância dos outros filhos, que se apóia na tradição:

«Amor senilis quam suae est mentis tenax,
Et amando caecus.»

'O amor senil, como está aferrado à sua opinião! E como o velho é cego, no seu amor!' 766

763 Cf. V.02.3229-3236.

764 Cf. V.02.3241.

765 Cf. V.02.3265-3266.

766 Cf. V.02.3273-3274.

A *praxis* também nos ajuda a compreender esta tolerância. O patriarca reúne em conciliábulo os seus rebentos, antes da partida para o Egipto:

«At huc mouet Rubenus et Iudas gradum,
Atque fratres. Consulamus liberi
Nobis, familiae, gregibus.»

'Para aqui se dirigem Rúben e Judá e os outros irmãos. Olhemos, meus filhos, por nós, pela família e pelos gados.' 767

e mostra igual preocupação pela sorte de todos:

«O aeternae parens audi, tuus orat ab alio
Materna Iacobus, opem quam saepe rogatam
Obtinui, concede meis.
... ..
Si me praeteritis nunc viribus ire dedisses,
Hunc nemo amplexu diuelleret, exera regna
Visissem profugus, nato et Simeone recepto,
In tuto hoc etiam posuissem flebile pignus.
Nunc abeat, tua sit genitor custodia, quando
Sanguis hebet, frigent vires, prohibetque senectus
Ire patrem. Has animas curas, te praeside, nitari
Solari, Aegypto, credo, fruar hospite tutus,
Et salua accipiam tota cum stirpe quietem.»

'Ó Pai Eterno, escuta-me! Reza-te Jacob, teu, desde o ventre materno; o auxílio que eu tantas vezes obtive depois de o suplicar concede-o aos meus. (...) Se agora me concedesses que eu pudesse ir com as minhas forças passadas, ninguém mo arrancaria dos meus braços. Eu próprio veria como fugitivo as terras estrangeiras e, depois de recuperar o meu filho Simeão, poria também a salvo este penhor digno de lágrimas.

Agora que vá, pois, e que seja o teu pai a tua guarda; quando o sangue enfraquece, as forças arrefecem e a velhice impede o teu pai de ir. Procurarei consolar os cuidados da minha alma sob a Tua presidência e espero gozar a hospitalidade do Egipto em segurança. E finalmente descansarei com toda a minha família salva.' 768

767 Cf. V.02.3212-3214.

768 Cf. V.02.3308-3310; 3314-3322.

se bem que, na hora derradeira da despedida, o Amor primeiro fale mais alto:

«Mi Beniamine, pende de collo patris,
O dulce pignus, oscula abscedens cape.»

'Meu querido Benjamim, agarra-te aqui ao pescoço do teu pai, ó doce penhor, recebe os meus beijos na despedida!' 769

Tal como a comédia tereneiana *Adelphoe*, a tragicomédia *Iosephus* transporta para o palco os dramas lancinantes do amor paterno que busca a melhor formação para os seus filhos. A dádiva do Amor compensa-a agora com uma segunda natureza, a educação. Apesar do sofrimento que a todos atinge, a família de Jacob mantém-se unida. O desvelo do coração paterno é indesmentível e universal. Acresce igual preocupação do filho mais novo, Benjamim.

Os filhos do patriarca tinham demandado o Egipto, em busca de cereais:

IACOBVS

«Sollicitat, o mi nate, me fratrum diu
Ingens tuorum cura, quam timeo malae
Euentu sortis. Reputo quae possunt procul
Euntibus contingere. Illis omnia
Infesta fiunt saepe, diuersoria,
Itinera, siluae, beluae, urbes, oppida.

BENIAMINVS

Periclitari gnati potuerunt tui
In hisce scopulis ?»

JACOB

'Atormenta-me, ó meu filho, já há muito, uma grande preocupação pelos teus irmãos e temo um mau desfecho. Penso em tudo o que lhes possa acontecer na viagem. Muitas vezes, tornam-

769 Cf. V.02.3301-3302.

se-lhe perigosas as hospedarias, os caminhos, as florestas, as feras, as cidades grandes e pequenas.

BENJAMIM

Os teus filhos poderão ter corrido perigo nalguns desses escolhos? 770

A dimensão do amor paterno, em Jacob, manifesta-se em toda a sua plenitude, no momento em que todos partem; apenas ficou Benjamim para lhe fazer companhia. Com efeito, o amor sobreleva o mágoa que ainda possa existir, até porque não tem a certeza do crime fraterno:

•En absque natis orbus, en absentium
 Plenus meorum crucior. O quantum sagax
 Natura tenerum patris in animum potes!
 Dominaris in parentibus; quibus cum agis
 Pueriliter ludendo. Praesentes sinis,
 Ita haud amari uehementer, sed quando eos
 Ablegat aliquis casus, exardescimus;
 Abesse tunc dolemus: est similis amor
 Paternus igni, quem cinis frigens tegit
 Pruna in calente. Nam coorto uiuidas
 Vento fauillas spargit, ac incendium
 Persaepe magnum suscitatur. Praesentia
 Ita liberorum sopit ardorem patris.
 At si amouentur, ille uiuaces alit
 Desiderio amor tectus ingenti faces.
 Me fateor inde incendio exuri meo.
 Tot uulneratus insuper plagis, nouum
 Horresco uulnus: timeo. Quam doleat scio
 Mihi liberorum amissio...»

•Eis-me privado dos meus filhos; e sofro profundamente com a ausência dos meus. Ó quanta sagacidade podes tu, ó natureza, meter no coração terno dum pai! Dominas nos pais quando brincas infantilmente com eles! Quando estão presentes, permites que não sejam assim tão amados; mas quando alguma desgraça os afasta, ficamos em brasas, então é que nós sentimos a sua ausência.

770 Cf. IV.10.3013-3020.

O amor paterno é semelhante ao fogo, coberto pela cinza fria, mas quente nas brasas. Com um pé de vento espalha centelhas e, muitas vezes, levanta um grande incêndio. Assim a presença dos filhos adormece o ardor do pai. Mas se eles se afastam, aquele amor coberto com grandes saudades, alimenta fochos ardentes. Por isso, confesso que me sinto ainda a arder com o meu incêndio. Depois de ferido com tantas chagas, tenho horror a nova ferida. Tenho medo. Sei quanto me dói a perda dos filhos.' 771

O seu caso não é como o de tantos pais, habituados desde cedo a sofrer. Benjamim também é uma situação singular. Órfão de mãe, bem cedo se viu privado do seu amado irmão:

*... .. Nec ut caeteris
Solet euenire patribus eueniet mihi.
Illi docentur leuitus assueti pati.
Ego grauius censere postremo loco
Quodcumque uulnus soleo. Namque usu magis
Aegrotat animus. Paruus hic restat puer
Vterinus illi frater, immanes ferae
Quem sustulere. Tu quoque, hoc timeo, patris
Ne consequaris haeres aerumnas tui.
O nate sero, sed tuae nimis cito
Meae et Rachelli, matre tam cara cares.
Et matre eadem fratre prognato cares.
Aetatis haec sunt damna iam filii tuae.*

'E não sucederá a mim, como costuma acontecer aos outros pais. Aqueles, já habituados a sofrer, são ensinados com mais leveza. Eu costumo julgar que qualquer ferida sofrida no fim é mais grave. Com efeito, o espírito sofre mais com a experiência. Resta-me este menino pequeno, irmão uterino daquele que feras horríveis arrebataram. E temo que tu também venhas a herdar as amarguras do teu pai.

Ó meu filho, nascido tarde mas demasiado cedo para a tua e minha Raquel, falta-te uma mãe tão querida! E perdes um irmão nascido da mesma mãe. Estes são já, ó meu filho, os danos da tua idade.' 772

771 Cf. IV.III.2604-2622.

772 Cf. IV.03.2623-2634.

Temos vindo a ver a reciprocidade de sentimentos entre Jacob e os filhos, a veneração que estes emprestam a seu pai, e os vínculos de mútua solidariedade entre irmãos – a *caritas*, a *amicitia*. Qual *exemplum*, Jacob vence o ímpeto inicial, não guarda rancor – também perdoa, preocupa-se com todos, a bem dum valor maior: a Família. Valor tanto mais de enaltecer quanto Cacodémon a pretende destruir, fazendo dos irmãos, e seus descendentes, malditos celerados:

«Nocebo ? Viuant potius, in uoraginem
 Facinoris egi, pessimum suasi nefas,
 facere talis stirpe spero posteros
 Sceleratiores.»

‘Hei-de fazer mal? O que eu quero é que vivam, pois que os arrastei para o abismo dos crimes. Levei-os a praticar o “crime péssimo”, e espero fazer da descendência deles criminosos maiores do que a actual raça.’⁷⁷³

O valor da Família é dado pela expressividade da forma latina *nefas*, que significa um crime sacrílego, com raízes na *impietas*. Implica um atentado aos princípios divinos – o amor fraternal não só entre irmãos de sangue, como entre os homens em geral.

Luís da Cruz revela-se, deste modo, um profundo conhecedor da natureza humana, plasmada na análise minuciosa da luta de afectos entre as diversas personagens desta teia familiar. Poderíamos ir mais longe, e afirmar que as desavenças no seio da família cristã se revêm nas dissensões internas da família do patriarca Jacob. É esta, e corremos o risco de ser audaciosos, a forma encontrada para actualizar a mensagem do Apóstolo S.Paulo relativamente às virtudes da família (*Eph.5.21-33; 6.1-4*). É o *Iosephus* um *exemplum* duma peregrinação familiar, sem perder de vista o seu fim último, Deus. Por esta via, e numa linha de ascese espiritual, nos aproximamos de *A Imagem da Virtude Cristã* (I - 1563; II -

⁷⁷³ Cf. II.02.1112-1115.

1572), do jerónimo frei Heitor Pinto (na década de 1520-1584) ⁷⁷⁴, que o ilustre investigador do humanismo português José V. de Pina Martins assim caracterizou: «desenha-se o itinerário do destino humano em função da brevidade da vida terrena, que não é senão *carreira para a morte*: uma carreira, segundo o escritor, também para a Vida e para a Luz. Nele nos surge, nas suas grandezas e especialmente nas suas misérias, o homem, errando no seu caminho, vestido da sua tão essencial fragilidade inerme: essa inerme fragilidade de 'bicho da terra tão pequeno', como diz Camões (*Os Lusíadas*, I, 106, 8)» ⁷⁷⁵.

Com efeito, a par da «temática profana do amor, coexiste a do amor sagrado, por vezes com laivos de misticismo, na produção dramática desta época, em que é instituída a ordem das Carmelitas descalças e surge o movimento dos *Espirituales*» ⁷⁷⁶. Contemporânea ao *Iosephus* é a representação dramática da tragédia a *Degolação de S. João Baptista*, do P.º António de Abreu, em 1585, também no Real Colégio das Artes. Em 1591, teria ainda lugar a dramatização da tragédia o *Martírio e visões de S. João Evangelista*. No mesmo ano da publicação da primeira parte de *A Imagem da Virtude Cristã* é a representação dramática da tragédia do *Martírio do Glorioso Mártir S. Vicente*, padroeiro de Lisboa, no Colégio de Santo Antão, em Lisboa, em 1563 ⁷⁷⁷.

⁷⁷⁴ Vide JOSÉ ADRIANO FREITAS DE CARVALHO, «Le christianisme humaniste dans les dialogues de Fr. Heitor Pinto», in : *L'Humanisme Portugais et l'Europe*, Actes du XX^e Colloque International d'Études Humanistes, Paris, 1984; EDUARDO LOURENÇO, «Camões e Frei Heitor Pinto», in: *Poesia e Metafísica*, Lisboa, 1983; *Imagem da Vida Cristã*, introd. de José V. de Pina Martins, Porto, 1984; sobre a mitologia, vide AMADEU TORRES, «Intertexto clássico e parcimónia mitológica em Frei Heitor Pinto», in: *Actas do Symposium Classicum I Bracarense: A mitologia clássica e a sua Recepção na Literatura Portuguesa*, Braga, 2000.

⁷⁷⁵ JOSÉ V. DE PINA MARTINS, «Frei Heitor Pinto», in: *Logos. Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Vol. 4, Lisboa, 1992, col.160.

⁷⁷⁶ Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «O tema do amor na tragédia humanista: amor sagrado e amor profano», in: *Miscelânea de Estudos em Honra do Prof. A. Costa Ramalho*, Coimbra, 1992, p. 191.

⁷⁷⁷ Cf. FRANCISCO RODRIGUES, S.J., *História da Companhia...* cit., T. II, cap. III «Teatro pedagógico», p. 69-74.

A influência do amor e da amizade, que, como vimos, regulam as relações familiares, marcadas pela consanguinidade, estende-se com igual importância à organização social, «traduzindo-se em gestos caritativos, mas também na entre-ajuda e na colaboração tendo em vista o bem-estar geral da comunidade»⁷⁷⁸.

Deixemos, para mais tarde, os aspectos estritamente políticos. Fixemos, agora, a nossa atenção, nas relações interpessoais, no amor ao próximo, na *caritas*, uma das virtudes teológicas. É em José que se actualiza esta dimensão fraterna e universal que une a comunidade humana. À sua presença não fica indiferente o seu semelhante.

A primeira manifestação deste sentido de solidariedade humana acontece com a providencial ajuda do *Viator*, pois «nas viagens, pode ver-se como todo o homem é familiar e amigo para o homem», assim se expressa Aristóteles na *Ética a Nicómaco* (1155a 20). José procura os irmãos; não os encontra e, de momento, sente-se perdido:

«Fratres meos inuenio nusquam gentium.
Abeuntis aut manentis apparent gregis
Vestigia hisce nulla dumetis mihi.
Quid solus ineam consilii non sat scio.
Peragrata sunt a me suprema montium,
Lustrata tecta siluis ima uallium,
Nec culmina illos illa, nec ualles habent.
Dum non repectos quaero, deserui uiam.»

'Em parte nenhuma encontro os meus irmãos. Não me aparecem vestígios alguns de rebanho que se tenha ido embora ou que ainda esteja nestes matagais. Não sei bem que resolução tomar sozinho. Já percorri os picos dos montes e os impenetráveis fundos dos vales

⁷⁷⁸ PEDRO CARDIM, «Amor e Amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII», *Lusitania Sacra*, 2ª série, 11 (1999) 24. Acerca da importância da família como instituição estruturante da sociedade nos séculos XV e XVI, vide MARIA DE LURDES CORREIA FERNANDES, *Espelhos, Cartas e Gulas. Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica, 1450-1700*, Porto, 1995.

cobertos de florestas: não se encontram nem nos cumes, nem nos vales. Enquano os procuro sem os encontrar, perdi o caminho.' 779

Por vontade de Deus benevolente (*beneuoli nutu commodum nutu Dei*) 780, apresenta-se um viandante que lhe indicará o caminho certo. Ainda os avistara há pouco:

VIATOR

«Felix es, illos nuper ex his saltibus
Vidi exeuntes, arua, qua campestria
Dothaina uernant laeta pastionibus.

IOSEPHVS

Qua pergam ad illos? VIAT. Hac compendiaria
Abire posses semita. Deflectito
Nusquam, sed ipse trames ostendet uiam.
Discede felix.»

VIANDANTE

'Estás com sorte, ainda há pouco eu os vi a sair destes bosques, por onde as planícies de Dothain são férteis em pastagens no tempo da Primavera.

JOSÉ

Por onde hei-de ir ter com eles?

VIANDANTE

Tu poderias ir por este atalho mais curto! Nunca te desvies, pois o próprio atalho te mostrará o caminho. Vai e sê feliz.' 781

José encontra os irmãos, mas a invidía fraterna empurra-o para a humilhante escravidão, no exílio. Ao ódio dos irmãos, sucede, contudo, a comiseração do seu comprador, Melforano:

779 Cf. I.05.379-386.

780 Cf. I.05.395.

781 Cf. I.05.408-414.

MELPHORANVS

«Boni uideris et prudentis ingeni.
Ne seruitutem tristior acerbam dole.
Te dominus ipse blandior tractauero.

IOSEPHVS

Male beneficium in me ne collocaueris,
Morem gerendo et seruiendo consequar.

MELPHORANVS

Illum camelum scande, non ibis pedes.»

MELFORANO

'Pareces-me de natureza boa e sensato. Não lamenteis mais tristemente a amarga escravidão. Eu, teu senhor, tratar-te-ei com brandura.

JOSÉ

Não hás-de empregar mal em mim os teus benefícios; eu consegui-lo-ei obedecendo e servindo.

MELFORANO

Sobe para aquele camelo, não irás a pé.' 782

Em terras do inimigo, no Egípto, compra-o Putifar, o intendente do Faraó. Por sorte (*sors*) e não pelos seus méritos (*ob merita*), coube-lhe este escravo distinto:

«Cui nam deorum meritis sum integerrimum
Mancipium, amore mei et fide clarissimum?
Temeraria est profecto res felicitas.»

'A qual dos deuses é que fui merecedor dum escravo tão perfeito, que tanto se distingue no amor e fidelidade para comigo?
A sorte feliz é realmente coisa bem caprichosa.' 783

782 Cf. II.10.1334-1339.

783 Cf. III.01.1779-1781.

Este vínculo amistoso assume a natureza da vassalagem prestada pelo servo ao seu senhor, regida por princípios de fidelidade. Não é propriamente amizade, pois não se estabelece entre iguais e, por isso, não há liberdade. Este escravo de aspecto nobre e de carácter modesto (*forma et pudore ingeniū*)⁷⁸⁴, em quem o intendente confia mais que nele próprio (*sane illi fido magis quam mihi*)⁷⁸⁵, é fonte de felicidade, pois que se revelou um excelente administrador na economia doméstica:

•Et sum beatus. Prandeo, ceno, accubo
Sine solitudine quippe rem curat, domum
Moderatur unus, seruatque, mihi familiam:
Locupletat etiam. Fons honorum in aedibus
Perenitate clarus exundat meis.
Vnde nihil unquam gratius aut iucundius
Putiphar habebit, illum quam seruum sibi.»

'E sinto-me feliz. Almoço, janto, deito-me, sem preocupações. Ele cuida sozinho dos haveres, dirige e conserva a casa e a minha família: e até a enriquece! Uma fonte clara de honras jorra permanentemente na minha casa. Daí que Putifar não terá nada mais agradável ou aprazível do que possuí-lo como escravo.'⁷⁸⁶

É a *utilitas* a determinar esta relação afectiva. Segundo Aristóteles, este é um exemplo duma amizade imperfeita, que buscou o seu próprio interesse (*Ética a Nicómaco*, 1156a 6-30). Por isso, não obstante o deslumbramento deste escravo virtuoso:

•Verum ipse mecum saepe miror cogitans
Quae tanta uirtus illa sit uel gratia
Vnius adolescentis erga caelites,
Vt quicquid ille dicat, recte dixerit,
Et quicquid ille faciat, recte fecerit.
Iurabo, nostrum diligit seruum Deus,

784 Cf. III.01.1786.

785 Cf. III.01.1789.

786 Cf. III.01.1790-1796.

Et carus homini iure multo maximo est.
Fas est amare quos amant ipsi Dei.*

'Muitas vezes eu me ponho a admirar, pensando cá comigo mesmo, como há-de ser grande a virtude e a aceitação deste adolescente junto dos habitantes celestes.

Tudo o que ele diz, está bem dito; tudo o que ele faz, está bem feito. Estou em jurar que Deus ama este nosso escravo e é justamente muito querido ao homem.

É lícito amar aqueles que os próprios deuses amam.' 787

sem hesitação, é sobre ele que Putifar faz recair a acusação de atentado ao pudor da sua esposa. São estas as palavras quando regressa ao exterior da sua casa:

*Vbi ille qui me perdidit? Prohi Quid tibi
Ingrate reddam par sceleri tanto? Domum
Totam ne iuris esse permisit tui,
Vt crimen ausus pessimum deluderet?
Taces?'

'Onde está aquele que me perdeu? Ah! O que é que te pagarei, ingrato, que seja proporcional a semelhante crime? Não te permiti eu que estivesses em toda a casa como senhor dela para tu ousares ludibriar-me com crime tão hediondo? Tu calas-te?' 788

As invectivas sobem de tom. De repente, José é um monstro, réu das acusações mais infamantes:

*... .. PV. Culpa est mea.
Nam saepe monitus pauca mancipiis fore
Credenda, fidei cuncta commisi tuae.
En quo recidit istius illa sanctitas?
Simulata uirtus? Fraude tecta castitas?
Perfidia fuerat. Plorat: en Ingenium, ea
Quoties fefellisti arte? Quae modestia

787 Cf. III.01.1797-1804.

788 Cf. III.03.1843-1847.

Oris pudici ?»

'A culpa é minha. Muitas vezes fui avisado de que poucas coisas deviam ser confiadas aos escravos. Confiei tudo à tua fé.

Vês no que velo a dar a santidade deste? Seria virtude fingida? Castidade acobertada pela fraude? Perfidia houve. Agra chora: eis a astúcia. Quantas vezes enganaste com esta arte. Qual é a dignidade dum rosto honesto?' 789

Velhaco (*nequam*) 790, agora, o patrão (*herus*) 791 entrega, às masmorras reais (*in carcerem quo coercet rex suas custodias*) 792, o escravo (*seruus*) 793:

«Properate, quaenam tanta uos tardat mora?
Eat in opacum carceris tetri specum
Ibi queratur teste se falso premi.»

'Apressai-vos! Que demora vem a ser essa? Que vá para a caverna escura do lóbrego cárcere, e que aí se queixe de ser oprimido por falsas testemunhas.' 794

José acaba de ser vexado publicamente, se bem que esteja inocente. E, contrariamente ao que seria de esperar, aceita o desfecho com resignação. É Cacodémon quem o confia ao espectador:

«... Doleo quod uadat lubens,
Quod non repugnet.»

Custa-me que vá com gosto, porque não oferece resistência.' 795

789 Cf. III.03.1848-1855.

790 Cf. III.03.1858.

791 Cf. III.03.1788.

792 Cf. III.03.1867-1868.

793 Cf. III.03.1788.

794 Cf. III.03.1890-1892.

795 Cf. III.03.1869-1870.

José aparece muitas vezes referenciado com o adjetivo distinto, uma característica que também se atribui ao Príncipe herdeiro do Egipto. E se este não é o momento de traçar o retrato destas personagens, desde já queremos sublinhar que o relevo dado ao aspecto exterior é um *topos* característico dos humanistas. Ao longo do séc. XVI vai acentuar-se esta importância através duma linguagem heróica. Esta tendência vai culminar com a publicação da obra *Examen de ingenios para las ciencias* (1575), de J. Huarte de S. Juan, que há-de influenciar Miguel de Cervantes na construção das personagens de D. Quixote e Sancho Pança ⁷⁹⁶.

No 6º dia da Segunda Semana dos *Exercícios Espirituais*, Inácio de Loiola propõe ao exercitante, imediatamente antes da eleição ⁷⁹⁷, três maneiras ou modos de humildade «para o exercitante se afeiçoar à verdadeira doutrina de Cristo, nosso Senhor» ⁷⁹⁸. São uma síntese da 1ª e 2ª Semanas, assim elaborada na pena do mestre Jesuíta, António Freire: «1ª semana: ódio ao pecado, de maneira que nem por tudo o que é criado, se venha a deliberar em cometer um pecado mortal ou venial. Desejar, além disso, e escolher o que mais conduz ao fim para que fomos criados (1º e 2º graus ou maneiras de humildade). 2ª semana: escolher sempre o que Jesus Cristo escolheu, como o escolheu, e movido pelo amor ao mesmo Jesus Cristo (3º grau de humildade)» ⁷⁹⁹.

A humildade aprende-se no exercício cotidiano. Nas *Constituições*, constantemente se é interpelado a provas de humildade e de abnegação, pois do seu exercício advém a verdadeira humildade que, a par da caridade para com o próximo, e em particular para com a Companhia, há-de

⁷⁹⁶ Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideal* cit., p. 269.

⁷⁹⁷ Eleição ou escolha do estado de vida por que o exercitante há-de optar, tendo em vista o louvor de Deus e a salvação da alma. Há duas espécies de eleição – a eleição imutável (o matrimónio, o sacerdócio...) e a eleição mudável (tomar ou renunciar a bens temporais ou benefícios...) –, mas ambas convergem num fim último: a eleição da vida e da paixão de Jesus Cristo. (Cf. SANTO INÁCIO DE LOIOLA, *Exercícios Espirituais* cit., respectivamente n.ºs 169, 171-174)

⁷⁹⁸ Cf. INÁCIO DE LOIOLA, *Exercícios* cit., n.º 164.

⁷⁹⁹ *Retiro Espiritual* cit., capítulo 9 «Purgatório», pp. 74-84

resplandecer no Prepósito Geral e torná-lo amável, tanto a Deus como aos homens ⁸⁰⁰.

Para se alcançar a virtude da humildade e da abnegação de todo o amor sensual e de toda a vontade e juízo próprio, o caminho para o conhecimento e amor de Deus ⁸⁰¹, implica estar «pronto e decidido a aceitar e a sofrer pacientemente, com a graça de Deus, todas as injúrias, escárnios e opróbrios que andam associados à libré de Cristo Nosso Senhor, ou quaisquer coisas deste género, quer venham de alguma casa ou da Companhia (onde pretende obedecer nesta vida, humilhar-se e ganhar a vida eterna), quer de alguém de fora, não retribuindo a ninguém mal por mal, mas bem por mal» ⁸⁰².

José sofre pacientemente a humilhação de Putifar, sem resistência; de forma semelhante havia já recebido o opróbrio da escravidão. Mas antes, havia de sofrer as afrontas dos irmãos,

«... ... LEV. Periturus uenis.»

LEVI

‘Vens para morrer.’ ⁸⁰³

«... ... IVD. Ille ne es per somnia
Bis rex creatus?»

JUDÁ

‘Tu não és aquele que, por duas vezes, foste feito rei, em sonhos?’
⁸⁰⁴

ISSACHAR

‘Quin ego prior oculos hosce euellam tibi?’

⁸⁰⁰ Cf. *Constituições da Companhia de Jesus...* cit., p. 190, n.º 725.

⁸⁰¹ Cf. *Constituições da Companhia de Jesus...* cit., p. 135, n.º 516.

⁸⁰² Cf. *Constituições da Companhia de Jesus...* cit., p. 43, n.º 102.

⁸⁰³ Cf. I.09.610.

⁸⁰⁴ Cf. I.09.611-612.

LEVI

Hasce aures ego. G. Linguam ego. N. Capillum ego.
ZAB. Vitam ego.»

ISSACAR

'Por que não hei-de ser eu o primeiro a arrancar-te estes olhos?

LEVI

E eu estas orelhas.

GAD

E eu esta língua.

NEFTALI

E eu estes cabelos.

ZABULÃO

E eu esta vida.' 805

e ser tido e julgado por doido ⁸⁰⁶, antes de ser precipitado na cisterna:

LEVI

«Cunctamur ut deludat augur nobilis?»

LEVI

'Estamos a engonhar tempo para que este nobre adivinho nos engane?' 807

LEVI

«Praebete funes. IO. Quorsum? N. Vt obtorta gula,
Inter solum, caelumque, cum pependerit
Aliis manipulis alleueris altior.»

LEVI

Trazet cordas.

805 Cf. I.09.615-616.

806 Cf. *Constituições da Companhia de Jesus...* cit., p. 43, n.º 101.

807 Cf. I.09.626.

JOSÉ

Para quê?

TODOS (Os irmãos)

Para que, quando estiverdes suspenso entre a terra e o céu, com o pescoço torcido, sejas um feixe que se levanta mais alto do que os outros.' 808

OMNES

«Viuebat anima quippe grandaeuus tua?
Abito, ut anima uiuat, aliquando sua.»

TODOS (Os irmãos)

'Será que o velho vivia com a tua alma? Desaparece, para que finalmente viva com a sua.' 809

IOSEPHVS

«Vnum oro quando uultis hunc fratrem meri,
Vsura saltem temporis detur breuis.
Puteo cadauer offeram, mentem Deo.

OMNES

Precarc, uotis plenus in tenebras abi.»

JOSÉ

'Já que desejais que este vosso irmão morra, uma só coisa vos peço: que me sejam dados, pelo menos, alguns momentos. Oferecerel o cadáver ao poço e a alma a Deus.

TODOS (Os irmãos)

Ora quanto quiseres, vai-te para as trevas chelo de votos.' 810

SIMEON

«Qui te, tuosque spiritus nouit canat.»

SIMEÃO

'Quem te conhece a ti e aos teus sonhos, que te cante.' 811

808 Cf. I.09.633-635.

809 Cf. I.09.657-658.

810 Cf. I.09.667-670.

DANVS

«Redire casus sperat in uitam puer.»

DÃ

'Depois de morto, o menino espera regressar à vida!' 812

OMNES

«I, contionare inferis.»

TODOS (Os irmãos)

'Vai pregar lá para os infernos!' 813

Outro momento de particular significado no exercício da humildade e da obediência, já analisado acima, foi a submissão da sua vontade a um ditame superior, a vontade do pai. Humilde e despojado de vontade própria, por imitação a Jesus Cristo (e obediência às *Constituições*), José há-de perdoar amorosamente o crime brutal dos irmãos, prenúncio da Nova Aliança – amar os nossos inimigos:

«... ... Par pari reddant truces:
Reddenda damnis damna Iosephus negat.»

'Que os maus paguem na mesma moeda. José recusa-se a pagar o mal com o mal' 814.

Porém, antes de concedido o perdão, os irmãos de José, no Egípto, sofreriam a humilhação de serem acusados de inimigos (*perduelles* 815 e *hostes* 816) e espiões (*exploratores*) 817, apesar da sua inocência (*innocentes*) 818, e, em consequência, seriam arrastados para o suplício dos calabouços

811 Cf. I.09.687.

812 Cf. I.09.694.

813 Cf. I.09.714.

814 Cf. IV.05.2781-2782.

815 Cf. IV.07.2824 e 2825.

816 Cf. IV.07.2828.

817 Cf. IV.07.2822 e 2854.

818 Cf. IV.07.2860.

(in illa poenae contubernia) ⁸¹⁹. Simeão havia mesmo de permanecer no Egipto como refém e todos seriam ameaçados de escravidão (*seruitus*) ⁸²⁰.

Esta atitude, de natureza espiritual e ascética, comum aos *Exercícios Espirituais* e às *Constituições* da Companhia é comum ao pensamento português no século XVI, a nível filosófico e doutrinário, que privilegia o sentido valorativo da existência e se compraz no observar do acto humano, sua análise e compreensão ⁸²¹.

Mas voltemos ao tema da amizade. Como vimos, esta relação afectuosa entre Putifar e José fracassou, com a acusação de ingratição, sinónimo de infidelidade do servidor. A ingratição era sinal de esquecimento, falta de memória. Também a fome que alastra, devoradora, a todo o orbe, e obrigou a família de Jacob a ir ao Egipto, é consequência da ingratição dos homens, como vimos. Esqueceram a benevolência de Deus. Na sociedade portuguesa coetânea, os valores da amizade e do amor ao próximo, tendência inata ao homem, tinham grande relevância no ordenamento social, com um forte presença na vida palaciana ⁸²². No cume dessa pirâmide social estava o Rei. Daí a razão de alguma similitude na relação entre Deus e os homens, e entre os vassallos e o rei ⁸²³. Segundo Aristóteles, esta relação amistosa dos filhos para os pais e dos homens para Deus baseia-se na inclinação humana para o bem e o superior, de quem recebemos os maiores benefícios: deles recebemos a existência e a educação (*Ética a Nicómaco*, 1162a 4-9)

Melhor sorte conheceram os vínculos que o uniram ao seu semelhante na prisão e, depois, com o chefe dos egípcios, o Faraó.

⁸¹⁹ Cf. IV.07.2857.

⁸²⁰ Cf. IV.09.2978.

⁸²¹ NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «Mito, Imagens e motivos clássicos...» cit., p. 71.

⁸²² Cf. PEDRO CARDIM, «Amor e Amizade ...» cit., p. 41.

⁸²³ Cf. PEDRO CARDIM, «Amor e Amizade ...» cit., p. 47. Conforme indicação, há mesmo um estudo que identifica algumas semelhanças nas súplicas que os fiéis dirigiam a Deus e nos pedidos que os vassallos dirigiam ao rei: JOSÉ ADRIANO DE CARVALHO, «A poesia sacra de D. Francisco Manuel de Melo», *Aquívos do Centro Cultural Português*, VIII (1974) 330 segs.

O guarda da prisão foi o primeiro a reconhecer as virtudes do escravo de Putifar:

«Iosephe, uinctos cura, fidei nam tuae
Maiores credi posse, sat notum est mihi.
Clarus tuarum namque uirtutum nitore,
Fulgens in umbra ergastuli id de te iubet
Concipere animo.»

‘Ó José, vigia os presos, pois já me é por demais conhecido que coisas maiores podem ser entregues à tua confiança.

O esplendor das tuas virtudes, brilhando na escuridão do cárcere, permite formar de ti este juízo.’⁸²⁴

Dotado de mente divina (*diuina mente es*)⁸²⁵, interpretou com verdade (*uerus interpres*)⁸²⁶ os dois sonhos do padeiro e do copeiro (*Pistoris et Pincernae bina somnia*)⁸²⁷. Por isso, e são palavras do prefeito da prisão, pode transformar-se no maior dos áugures dos egípcios (*Aegyptiorum maximus haberi augurum*)⁸²⁸.

Pela mão do copeiro, o menino hebreu (*puer habraeus*)⁸²⁹ entrará na corte egípcia, para ajudar a decifrar os prodígios do sonho de Faraó. O copeiro, grato, retribui, assim, o favor de outrora e não o esconde ao seu senhor:

«... .. Grata Rex mihi imperas.
Illi hoc rependam nuntio quae debeo.»

‘A tua ordem é-me grata. Com esta mensagem, pagar-lhe-ei o que lhe devo.’⁸³⁰

⁸²⁴ Cf. III.10.2040-2044.

⁸²⁵ Cf. III.10.2047.

⁸²⁶ Cf. III.10.2050.

⁸²⁷ Cf. III.10.2049.

⁸²⁸ Cf. III.10.2048.

⁸²⁹ Cf. III.15.2273-2274.

⁸³⁰ Cf. III.10.2283-2284.

Ausentes quaisquer intuitos egoítas, o copeiro apresenta o seu amigo José de forma distinta, diante de Faraó:

«Obtemperauí magne Rex iussus tibi:
En ille uultu prodit eximio, decor
Est mentis index.»

'Obedeci às tuas ordens, ó grande rei. Ei-lo aqui, que se apresenta com aspecto elegante. A boa apresentação é indício de talento.' 831

As palavras de Faraó vão confirmar a estatura nobre de José:

«... .. Forma digna regio
Plane est fauore. Vulgus haud tales alit,
Generatque uultus.»

'A figura é inteiramente digna do favor régio. O vulgo não cria pessoas com tal perfil, nem gera tais rostos.' 832

O impulso para a relação benevolente entre José e o copeiro, na prisão, pode ser compreendido à luz do princípio que Sócrates enuncia no diálogo com Lísis: «Sempre a divindade impele o igual para o seu igual» 833, um verso de Homero (*Odisseia*, XVII.218) 834.

Como temos vindo a apontar, o tema da amizade é um *topos* com raízes clássicas, que se estendem a Homero. Uma das situações típicas da *philia* homérica, como descreve Francisco de Oliveira 835, revela-se na ajuda aos forasteiros. Outro *exemplum* de amizade, ainda em Homero, é-nos

831 Cf. III.18.2387-2389.

832 Cf. III.18.2389-2391.

833 Vide Platão, *Lísis*. Trad. de FRANCISCO DE OLIVEIRA, Coimbra, 21990, p. 69 (214 a).

834 Vide JASPER GRIFFIN, *Homer. The Odyssey*, Cambridge, 1987.

835 «O conceito de amizade de Homero a Aristóteles», in: Platão, *Lísis*. Trad. de FRANCISCO DE OLIVEIRA, Coimbra, 21990, pp. 29-49. Em rodapé, informa-se o leitor de que se retoma boa parte de o artigo «O conceito de PHILIA de Homero a Aristóteles», *Humanitas*, 25-26 (1974) 217-235.

dado por Pátroclo e Aquiles, que vingaria a morte do amigo, matando Heitor, filho de Príamo, rei de Tróia (*Iliada*, XVI seqq.)⁸³⁶. A tragédia grega também a celebra, por exemplo, na filantropia de Prometeu⁸³⁷ e nos episódios de Píades e Orestes⁸³⁸. Aristóteles dedica-lhe os Livros VIII e IX de a *Ética a Nicómaco*⁸³⁹. Considerada uma virtude essencial para a vida (1155a 1-5), a amizade perfeita é a dos homens bons e iguais entre si, porque buscam o bem mútuo desinteressadamente (1156b 7-10). E se a presença dos amigos tanto é grata na prosperidade como no infortúnio, a sua presença na aflição é um alívio (1171a 21-35). Ao afirmar, na linha do pensamento platónico, que a amizade consiste mais em amar do que em ser amado (1159a 27), dá-nos a chave interpretativa da relação estabelecida entre José e o Faraó. Mas deixemos para mais tarde esta análise.

Antes de Aristóteles, já Platão havia versado o tema no *Banquete*, no *Lísis*⁸⁴⁰ e no *Fedro*⁸⁴¹.

Na cultura romana, Cícero dedicou-lhe o tratado *Da Amizade*, sendo um dos interlocutores Lélis, amigo de Cipião, que ajudou a instituir aquilo que se veio a desingar por Círculo dos Cipiões. Virgílio celebra a amizade que uniu os jovens Niso e Eurialo (*Eneida*.IX)⁸⁴².

⁸³⁶ Vide M. S. SILK, *Homer. The Iliad*, Cambridge, 1987.

⁸³⁷ Vide Ésquilo, *Prometeu Agrilhado*.

⁸³⁸ Vide Ésquilo - *Oresteia* (*Agamémnon*, *As Coéforas* e *As Euménides*); Sófocles - *Electra*; Eurípides, *Orestes* e *Ifigénia em Táuris*.

FRANCISCO DE OLIVEIRA aborda esta temática no *Prometeu Agrilhado* de Ésquilo, no *Ájax* e no *Filoctetes* de Sófocles, no *Hércules* e no *Orestes* de Eurípides (Cf. Platão, *Lísis* cit., pp. 31-39). A única tragédia grega que concentra na amizade a essência dramática é a *Alceste* de Eurípides (Cf. FREDERICO LOURENÇO, «*Phylla* na *Alceste* de Eurípides», *Classica*, 21 (1996) 61-68.

⁸³⁹ Vide Aristóteles, *Ethique à Nicomaque*, Paris, 1972.

⁸⁴⁰ Vide Platão, *Lísis*.cit.

⁸⁴¹ Cf. ALBIN LESKY, *História da Literatura Grega*, Lisboa, 1995, respectivamente pp. 554, 548, 561.

⁸⁴² Vide PAULO FARMHOUSE ALBERTO, «Niso e Eurialo: de Virgílio a Eugénio de Toledo», *Classica*, 21 (1996) 69-84; ANTÓNIO FREIRE, «A amizade nos clássicos», in: *Humanismo Clássico* cit., p. 298; FRANÇOIS CALLIER, «Le thème de l'amitié dans l'oeuvre de Térence», *Pallas. Revue d'Études Antiques*, 38 (1992) 359-370

Este ideário humanista havia de projectar-se na tradição da Igreja. Os Padres da Igreja são formados nesta cultura pagã, embora decadente, e perfilham uma grande simpatia pela filosofia platónica, revigorada com o neoplatonismo, fundado por Plotino (205-271) ⁸⁴³. Caminha a par duma progressiva afirmação do cristianismo.

Entre os teólogos e doutores da Igreja, citemos o dominicano ⁸⁴⁴ S. Tomás de Aquino (1225-1274), que impôs à tradição medieval o aristotelismo, que havia iniciado a sua ascensão com Santo Alberto Magno (1200-1280), porventura o primeiro autor cristão a tomar conhecimento de todo o *corpus aristotelicum*. O Curso Conímbricense retomá-lo-ia e, no caso da *Ética a Nicómaco*, com o texto truncado, se bem que o leitor seja advertido no proémio às disputas sobre os livros deste tratado ⁸⁴⁵.

Os alvares do humanismo português vão redescobrir o tratado ciceroniano, traduzido pela primeira vez no âmbito do programa de traduções implementado na corte de Avis pelo Infante D. Pedro; no século seguinte, em 1531, publica-se a tradução de Duarte de Resende, em Lisboa, na oficina do impressor Germão Galharde ⁸⁴⁶. O filósofo francês Michel de Montaigne (1533-1592) também lhe dedicou a sua atenção em *De l'Amitié* (*Essais*, I, cap. 28).

⁸⁴³ Vide JEAN BRUN, *Neoplatonismo*, Lisboa, 1991.

⁸⁴⁴ Os dominicanos foram fundados, no início do séc. XIII, por S. Domingos de Gusmão. O carisma desta ordem é de natureza intelectual: propunham-se combater as heresias através do anúncio da Palavra de Deus e do ensino.

⁸⁴⁵ Vide ANTÓNIO ALBERTO DE ANDRADE, *Curso Conímbricense. I. Padre Manuel de Góis: Moral a Nicómaco, de Aristóteles*, Introdução, Lisboa, 1957 e AMÂNDIO COXITO, «A projecção de Aristóteles no pensamento português», in: *I Congresso da APEC. Raízes Greco-Latinas da Cultura Portuguesa*, Coimbra, 1999, pp. 271-278.

⁸⁴⁶ Vide JORGE ALVES OSÓRIO, «Duarte de Resende, tradutor do *De Amicitia* de Cícero (1531)», *Humanitas*, XLVII – II (1995) 721-726. Ainda acerca da proeminência de Cícero entre os humanistas portugueses, vide «Leitura e leitores de Cícero em Lisboa e Coimbra ao tempo de D. João III (1534-1543)», *Humanitas*, XLVII – 2 (1995) 739-776.

No plano bíblico, um dos exemplos mais celebrado ainda no séc. XVI é a amizade entre David e Jónatas, narrada no livro *I Samuel* (18-20) 847.

Fora da temática humanista fica a cantilena do Lavrador, no canto V, que parece filtrar-se na tradição medieval do canto dos Goliardos 848. Proibido de aceder ao lauto banquete que estava a ser servido aos irmãos de José na corte do Faraó, o Lavrador vai tentar a sua sorte com uma melodia:

«Qui uorando, qui bibendo.
 Vim probatis uirtum.
 Singulare inite mecum.
 Hac palaestra praellum.
 Ela coram congiale.
 Collocate poculum.
 Si quis est qui pollicetur.
 Se bibendo septies
 Integrae mentis futurum,
 Vsque quaque compotem.
 Poculum siccabo sanus
 Basiando centies.»

'Vós que a comer e a beber experimentais a energia das vossas forças, combatedei comigo um a um. Combateremos nesta palestra. Aqui está o garrafão. Colocai um copo. Se alguém promete que é capaz de beber sete vezes e ficar no seu juízo perfeito, eu beberei outro tanto. Esvaziarei o copo no meu juízo, beijando-o cem vezes.' 849

Não obstante a nossa afirmação, este episódio parece obedecer a critérios pedagógicos da Antiguidade Clássica, com raízes na sociedade

847 Cf. PEDRO CARDIM, «Amor e Amizade ...» cit., p. 27.

848 A principal colectânea de poesias desta época ficou conhecida por *Carmina Burana*, pois foi encontrada na Abadia Beneditina de Beuron - *Bura Sancti Benedicti*.

849 Cf. V.11.3834-3845.

oligárquica espartana, dividida em três classes: os cidadãos espartanos, os periecos e os hilotas. Estes últimos viviam numa situação execrável. Plutarco, em o *Licurgo* (28. 3-11), narra-nos uma das muitas provações públicas a que estavam sujeitos: «Em todo o tempo tratavam-nos com rudeza e dureza: por exemplo, depois de os forçarem a beber em excesso vinho puro, introduziam-nos nos *syssitia*, para mostrarem aos jovens o que era a embriaguez; faziam-nos entoar canções e executar representações obseenas e grotescas e proibiam-lhes as que são próprias dos homens livres»⁸⁵⁰.

Os jovens cidadãos espartanos aprendiam, assim, com o mau exemplo alheio. Outro tanto parece suceder nesta digressão. Os humanistas, como Paolo Vergerio, fazem uma referência objectiva à temperança na bebida e comida⁸⁵¹.

No campo da contaminação genológica, identificamos ainda o bucolismo virgiliano, já presente nos poemas pastoris de Teócrito. No *Cantus et Chorea* (l.11), actualizam-se vários *topoi* da literatura pastoril. Em verso hexâmetro, aqui identificamos o *topos* da sombra (*Quaere nouas ... o Issachar umbras* - v. 751); o *topos* do canto (*Primus ego cantu laetus mea gaudia prodo* - v. 741), associado à flauta (*tibia* - v. 737), à lira (*lira* - v. 736), aos sistros (*sistra* - v. 738) e ao tambor (*tympanum* - v. 739); o *topos* da sintonia espiritual da natureza (*Arua tristia* - v.753). O próprio vocabulário é uma referência textual importante: *siluis arbusta uirentia* (v. 743), *myrti* (v. 746), *myricae* (v. 747), *cedrus* (v. 748), *cacumina* (v. 749), *culmina frondosas agitate sonantia siluas* (v. 755), *cacumina frondes* (v. 756), *in prata libentius agni* (v. 758). Neste universo campestre se movimentam os filhos de Jacob, pastores.

⁸⁵⁰ JOSÉ RIBEIRO FERREIRA, *Pólis. Colectânea de textos gregos*, Coimbra, 1989, p. 130.

⁸⁵¹ Apud E. GARIN, *Educazione umanistica...* cit., p. 79-81.

Com efeito, Virgílio é o inspirador da égloga novilatina e do bucolismo renascentista em vulgar ⁸⁵². Para o renascimento do género muito contribuiu o *Rerum vulgarium fragmentum*, em vulgar, de Petrarca (1304-1374) e, mais tarde, a *Arcadia*, de Iacopo Sannazaro (1456-1530) ⁸⁵³, que usufruiu de acolhimento favorável em toda a Europa.

3. RES POLITICA

Em pleno século XIV, na cidade italiana de Siena, as paredes interiores do *Palazzo Pubblico*, sede de governo local, ostentavam numerosos frescos com o *topos* pictórico do bom governo, que conduz à prosperidade da cidade. Um dos mais famosos foi pintado por Ambrogio Lorenzetti, em 1339: *Alegorias do Bom e Mau Governo*. Quis a fortuna que a Sala dos Nove fosse a distinguida.

A encimar a cabeça dos nove magistrados, ali pintou Lorenzetti as virtudes da justiça divina, da paz e da concórdia que conduzem à harmonia cívica. À direita, retratou os benefícios materializados na prosperidade da *ciuitas* – cidadãos com trajes distintos, palácios euidados... – e na fertilidade dos campos; à esquerda, pintou as consequências dum mau governo: as lutas, a tirania, o ódio e a inveja redundam em violência, no caos urbano e numa paisagem inóspita ⁸⁵⁴, numa alusão à Parusia, isto é, à última vinda de Cristo: qual pastor, à sua direita, sentar-se-ão as ovelhas “benditas”, isto

⁸⁵² Cf. RITA MARNOTO, «Raízes do bucolismo de Pero de Andrade Caminha», in: *Actas do I Congresso da APEC. Raízes greco-latinas da cultura portuguesa*, p. 219. Vide *Le genre pastoral en Europe du XV au XVII siècle. Acts du colloque international tenu à Saint-Étienne du 28 Septembre au 1^{er} Octobre 1978*, Publications de l'Université de Saint-Étienne, 1980 e W. LEONARD GRANT, *Neo-latin literature and the pastoral*, The University of North Carolina Press, Chapel Hill, 1965.

⁸⁵³ Em 1315, Simone Martini (c. 1284-1344) havia pintado a principal sala de reuniões do Palazzo com motivos idênticos. Em Florença, Giotto di Bondone (c. 1266-1337) pintou também uma alegoria idêntica, que veio a perder-se, infelizmente.

⁸⁵⁴ Cf. «O Palazzo Pubblico de Siena», colab. de Martin Rady, in: *História do Renascimento*, coord. de Nicholas Mann, Lisboa, 1996, p. 37 e ALBERT CHÂTELET e BERNARD PHILIPPE GROSLIER, *História da Arte* cit., vol. 2, p. 326.

é, os Justos; à sua esquerda, os cabritos "malditos", isto é, os condenados ao suplício eterno ⁸⁵⁵.

A mesma temática está presente no *Iosephus*. E se a apologia de um governo justo facilmente o leitor a identifica, as consequências dum mau governo também aqui se manifestam. É o reflexo da importância que a filosofia política assume no teatro do Renascimento. Ao palco há-de subir o séquito real, com um duplo objectivo: função educativa ⁸⁵⁶ e dar expressão a exigências de actualidade «*per seuire agli spettatori, e farle riuscire più grate in iscena, e conformarmi più con l'uso dei nostri tempi*» ⁸⁵⁷.

Quando toda a família de Jacob estava reunida sob o mesmo tecto, embora houvesse focos de tensão, o patriarca era o garante da concórdia doméstica. Vivia-se em prosperidade. Um grande rebanho (*tantus grex*) ⁸⁵⁸, que se encaminhava para as planícies férteis dos vales (*In ima uallis prata laeta pabulo*) ⁸⁵⁹, produz, gratuitamente, géneros alimentícios (*Cibosque praebet quos numis nullis emittit*) ⁸⁶⁰, para o sustento de todos. Nada lhes falta (*abunde*) ⁸⁶¹. O tenro cordeiro (*Vnius anni... agnus*) ⁸⁶², bem gordo (*pinguiter*) ⁸⁶³, que Gad matou (*Gaddus... occidit*) ⁸⁶⁴, para que todos celebrem (*celebremus*) ⁸⁶⁵, com um lauto almoço (*Epulas lautiores*) ⁸⁶⁶, o dia

⁸⁵⁵ Cf. Mt. 25.31-46.

⁸⁵⁶ Sobre a fundação educativa da tragédia, vide e. g. CAMILLO GUERRIERI, G. B. *Giraldi ed il pensiero critico del secolo XVI*. Milano-Genova-Roma-Napoli, 1932, p. 670; ETTORE BONORA, «La teoria del teatro negli scrittori del '500'», in: *Il teatro classico italiano nel '500*. Atti del Convegno di Roma (9-12 febbraio 1969), 1971, p. 236.

⁸⁵⁷ *Discorso ouvero lettera di Giovambattista Giraldi Cinzio, intorno al comporre delle commedie e delle tragedie a Giulio Ponzio*, in: *Scritti estetici*. Milano, 1864, parte seconda, p. 34, citado por NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideal* cit., p. 261.

⁸⁵⁸ Cf. I.04.354.

⁸⁵⁹ Cf. I.04.362.

⁸⁶⁰ Cf. I.04.366.

⁸⁶¹ Cf. I.04.365.

⁸⁶² Cf. II.05.1148-1149.

⁸⁶³ Cf. II.05.1149.

⁸⁶⁴ Cf. I.04.365.

⁸⁶⁵ Cf. II.05.1146.

⁸⁶⁶ Cf. II.10.724.

de festa (*Festum diem*)⁸⁶⁷ – a venda do irmão José –, provam que a paz traz a prosperidade. A abundância do precioso néctar (*Largior dabitur, cadum / Tibi quod propinas*)⁸⁶⁸, para aí nos eleva, também, os nossos pensamentos.

Porém, o rancor (*ira*)⁸⁶⁹, a rivalidade (*invidia*)⁸⁷⁰, o mau génio (*furta*)⁸⁷¹, a discórdia (*discordia*)⁸⁷², em suma, as questiúnculas domésticas (...*certamina / Turbant familiam*)⁸⁷³ tudo deltarão a perder. Os filhos do patriarca semearam as fúrias belicosas dos ventos (*animosa... / Bella uentorum*)⁸⁷⁴; agora, vão colher tempestades: a terra estéril nega os alimentos (*sterilis omnino negat / Alimenta tellus*)⁸⁷⁵, os homens carecem de cereais (*Frugibus homines carent*)⁸⁷⁶, os jumentos de pasto (*Iumenta pastu*)⁸⁷⁷ e os rebanhos de pastagens (*Pabulo nostri greges*)⁸⁷⁸. Os filhos do patriarca quebraram os vínculos da *pietas*. Por isso, a casa de Jacob sofre justamente o suplício da fome, não obstante as palavras do velho patriarca, que ignora a «verdadeira história» do desaparecimento de José:

«... Sola maiorum domus
Veri tuorum numinis nomen colit.
At nos eadem, qua impij pereunt fame,
Perimus etiam...»

'Só a casa dos teus antepassados adora o nome do verdadeiro Deus. Mas nós também perecemos com a mesma fome com que perecem os ímpios.'⁸⁷⁹

867 Cf. II.05.1145.

868 Cf. II.05.1169-1170.

869 Cf. I.08.606.

870 Cf. I.09.688.

871 Cf. I.09.708.

872 Cf. II.12.1531.

873 Cf. I.01.193-194.

874 Cf. I.Chor.881-882.

875 Cf. IV.01.2524-2525.

876 Cf. IV.01.2525.

877 Cf. IV.01.2526.

878 Cf. IV.01.2526.

879 Cf. IV.01.2521-2524.

Este relato, por momentos, recorda-nos o *topos* clássico da guerra e da paz na sociedade grega. Se, a princípio, as póleis gregas viveram normalmente sob o signo belicista, a guerra do Peloponeso (431-404 a. C.) marca virtualmente o despontar de um novo sentimento: a paz. Com efeito, Aristófanes identifica a felicidade e a abundância com a paz; o sofrimento e a privação, com a guerra. Em *Os Acarnenses*, comédia representada em 425 a. C., o Coro, já perto do fim da peça, retrata assim o estado do camponês Diceópolis: «Estás a ver, ó cidade, este homem sensato, este poço de sabedoria, e o que ele conseguiu depois de fazer tréguas? Produtos para vender, uns de uso caseiro, outros bons para comer quentes. Sem mexer uma palha, tudo o que é bom lhe vem parar às mãos. Em minha casa, nunca mais hei-de acolher a Guerra. Não, na minha presença, à minha mesa, não há-de ela cantar aquela canção de Harmódio. É como um bêbado, um estroina, que se mete numa casa onde reina a felicidade e só arranja sarilhos. Vira a casa do avesso, deita tudo por terra, mete-se em brigas, e quanto mais se lhe diz: “Bebel Senta-te! Faz um brinde!”, mais ela vai queimando as estacas e, à força, arrancando o vinho das ramadas.»⁸⁸⁰

A solidariedade humana, que está presente no pensamento dos humanistas italianos Pomponazzi e Ficino⁸⁸¹, salvará dum extermínio certo a família do patriarca Jacob. Providencialmente, José é o Administrador de Faraó, que há-de ordenar a abertura dos celeiros reais para saciar todos os povos:

«... ... certa sed quando est uia
Ad scepra confirmanda de cunctis bene
Populis mereri, clade praesertim famis
Populante terras, horrea reclude, et tua
Cura, et meo beneficio nemo pereat.»

⁸⁸⁰ Aristófanes, *Os Acarnenses*, introd., versão do grego e notas de Maria de Fátima Sousa e Silva, Coimbra, 1988, p. 85.

⁸⁸¹ PAUL KRISTELLER, *Tradição clássica...* cit., p. 143-145.

'Mas dado que o caminho certo para confirmar o ceptro é bem merecer de todos os povos, sobretudo nesta calamidade da fome, que devasta toda a terra, abre os celeiros e que ninguém pereça por falta de cuidado teu e de benefício meu.' 882

José, que já havia recordado a casa de seu pai, no meio daquela calamidade universal,

«Quaecumque sit conditio gentis patriae,
Posset utinam cognosci, ut in tanto malo,
Me subleuante fugiat atrocem famem.»

'Seja qual for a condição da gente da minha pátria, oxalá pudesse saber-se como é que no meio de tamanha desgraça poderia, com a minha ajuda, escapar a esta fome atroz.' 883

vai executar fielmente as ordens do Faraó:

«Ego Pharaonis nomine cibos gentibus
Ita diuido, ut beneficium agnoscant tuum:
Ac te parentem patriae, et mundi uocent.»

'Eu, em nome do Faraó, vou dividir os alimentos pelos povos, de tal modo que reconheçam o teu favor e te chamem pai da pátria e do mundo.' 884

Luís da Cruz aproveita para fazer a apologia dos reis felizes (*beatos reges*) 885, quando o povo luta entre si pela fidelidade ao soberano e estes, por premiarem quem merece (*honorum conferendis praemiis*) 886.

882 Cf. IV.05.2753-2757.

883 Cf. IV.05.2770-2772.

884 Cf. IV.05.2758-2760.

885 Cf. V.04.3384.

886 Cf. V.04.3385.

«... ... IOS. Qui communibus
 Prodesse curet commodis, at non sua
 Implere tecta rebus alienis uelit.
 Is uiuet auri cupidus, et tuto ut clepat,
 Figmenta quaedam narrat, et specie utiles
 Regi suadet leges, quae populis ferunt
 Certam ruinam, regique imponunt graue
 Nomen Tyranni.»

[Será ditoso] 'aquele que procura ser útil ao bem de todos, mas não deseja encher a sua casa com os bens alheios. Este último viverá ambicionando o dinheiro e, para poder roubar em segurança, inventa histórias fingidas, convence o Rei a promulgar leis aparentemente úteis, que pela certa levam a ruína aos povos e impõem ao Rei o desagradável nome de Tirano.' 887

Pelo menos desde os sofistas que a Grécia Antiga havia conhecido o debate político. Mas é sobretudo com Platão e Aristóteles que ele ganha importância, no debate sobre a melhor forma de constituição. Ambos se ocupam das primícias da tirania, embora de forma distinta: enquanto Platão (*A República*) 888 apresenta a sequência oligarquia-democracia-tirania, Aristóteles (*Política*) 889 menciona a oligarquia-tirania-democracia 890.

Referência ao rei tirano, descrito por Diogo de Teive (*Ioan. Princ.*, vv. 208-231). Este tema mereceu tratamento de vários autores: na Grécia, Aristóteles tratou-o na *Política*; na patrologia, Santo Agostinho abordou o assunto na *De ciuitate Dei*, e S. Tomás de Aquino no *De regimine principum*; Frei António de Beja, em a *Breve doutrina e ensinança de príncipes*, e Erasmo, no *Institutio principis Christiani*, in: *Opera omnia*, T. IV, pp. 571-576 891. Relevante, no mundo romano, é o testemunho da tragédia de Séneca

887 Cf. V.04.3393-3400.

888 Cf. Livros VIII e IX.

889 Cf. Livros III e IV.

890 Cf. MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA, *Estudos de História da Cultura Clássica*. 1 Vol. *Cultura grega*. Lisboa, 1997, cap. «Teoria política: as formas de constituição», p. 521.

891 Vide NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *A Tragédia do Príncipe João...* cit., p. 272.

892, onde, na opinião de Francisco de Oliveira, «avultam a tradicional execração da tirania, a importância e os perigos da *entourage*, incluindo o feminino; os perigos do exercício e da proximidade do poder; a visão moral da política, com a condenação da *libido*, do luxo e da *avaritia*; a actualidade do poder monocrático» 893.

Aquele que porfiadamente busca o bem comum dos súbditos permanece como *exemplum* a prosseguir no exercício da realeza. O contrário é sinónimo de tirania, que o Príncipe herdeiro da coroa egípcia prontamente rejeita:

«... .. PRINC. Nomen hoc absit procul
Pharaonis a mitissimo imperio, mihi
Cum sceptrum dederit patria Aegypti Deus,
Sit cara cura ciuicum. Magnas opes
Opulentus habeat populus. Id regni putem
Decus esse Phari, uel beneficium meum.»

'Que tal nome esteja bem longe do governo tão suave do Faraó, quando Deus me entregar o cetro paterno do Egipto. Que me seja querido o cuidado dos cidadãos. Que o povo opulento tenha grandes riquezas. Que eu repute isso como glória do reino do Egipto ou como benefício meu.' 894

Nos lábios de Agamémnon, nas *Troianas* de Séneca 895, também ficamos a saber que o rei deve preferir a pátria aos interesses individuais,

Transcrevemos os versos que fazem referência à cupidéz argentária do tirano (vv. 208-212):

«At sanguineis faucibus ardens
et truculenta fronte tyrannus,
cum sceptrum gerit, dissipat urbes
opibus claras et florentes
ut fera pestis dissipat agros.»

892 Vide PIERRE GRIMAL, «L' image du pouvoir royal dans les tragédies de Sénèque», *Pallas. Revue d' Études Antiques*, 38 (1992) 409-416.

893 FRANCISCO DE OLIVEIRA, «Imagem do poder na tragédia de Séneca», *Humanitas*, 51 (1999) 79. Vide ainda J. SEGURADO E CAMPOS, «Sur la typologie des personnages dans les tragédies de Sénèque» in: *Neroniana 1977*, edd. CROISILLE, J.-M. - FAUCHIÈRE, P.-M., Clermont-Ferrand, Adosa, 1982, p. 223-232.

894 Cf. V.04.3400-3405.

895 Cf. Tro. 332: «Praefere patriam liberis regem decet».

aos próprios filhos. O mesmo conceito de supremacia da *res publica* encontramos na *Édipo* (vv. 516, 830, 975) ⁸⁹⁶.

O Príncipe herdeiro ouve de bom grado (*animo uolente*) ⁸⁹⁷ as lições de conduta real (*regiae documenta uitae*) ⁸⁹⁸ dadas por José, que condenam o despotismo e lhe recordam que

«Amaberis, si feceris: Ditissimus
Rex est, beneuoli quem sui studiis amant
Quem persecuntur odia iusta, nil habet:
Etsi talentis montium aequet pondera,
Nam quid iuuabit gaza, cum nemo uelit
Ditem tyrannum ferre, sed configere?»

'Serás amado, se assim fizeres: muito rico é o Rei a quem os seus benevolentemente amam com gosto. Aquele a quem perseguem ódios justos nada tem, ainda que amontoe montes de talentos. Na verdade, que aproveitam as riquezas, quando ninguém quer suportar um tirano rico, mas antes matá-lo?' ⁸⁹⁹

Podemos ver nesta passagem o ideário proposto no Livro I.14, do *De clementia* de Sêneca.

No curto diálogo que antecede a partida dos príncipes ao encontro do velho patriarca, o espectador toma conhecimento da importância deste magistério, que augura uma nova mentalidade. Com efeito, a prosperidade económica do Egipto - cresceram os réditos reais com impostos (*Creuere redditus regii stipendiis*) ⁹⁰⁰ e cresceu o erário público (*Et gaza creuit*) ⁹⁰¹ - não é o mérito principal de José. Para o Príncipe herdeiro, como já vimos acima, é mais importante a herança espiritual: o seu ideário pedagógico e político, que conduziu ao bem estar social no presente. Uma missão

⁸⁹⁶ Vide FRANCISCO DE OLIVEIRA, «Imagem do poder...» cit., pp. 63, 66.

⁸⁹⁷ Cf. V.04.3412.

⁸⁹⁸ Cf. V.04.3412-3413.

⁸⁹⁹ Cf. V.04.3406-3411.

⁹⁰⁰ Cf. V.22.4319.

⁹⁰¹ Cf. V.22.4320.

facilitada pelo magistério de influência que a sua função de preceptor real facilitou: «na verdade, esta importância dada à educação do príncipe provém da crença humanística no saber como fonte de perfeição: dele vão depender as leis que regulam a vida do Estado, a escolha dos conselheiros e ministros, a prosperidade ou ruína de todo o reino»⁹⁰².

Simeão confirmaria este sucesso, nas palavras que dirigiu ao velho ancião, momentos antes do reencontro com José no Egípto:

IACOBVS

«Adesto, Simeon, namque tu uetustior
Hospes fuisti Aegyptiorum finium:
Viuunt ne iure, moribus, concordia?»

SIMEON

Iosephus istaec docuit: is aulicam
Vitam expoliuit. Ipse Rex celsissimo
Decorus ore, filius similis patri,
Vnum intuentur. Pharaon, Rex uoce imperat:
Sed ipsa regni frena Iosephus tenet.»

JACOB

«Vem cá, Simeão, pois foste o hóspede mais velho em terras dos Egípcios. Vivem eles com justiça, bons costumes, e em concórdia?»

SIMEÃO

José assim nos disse. Ele civilizou a vida da Corte.
O próprio Rei, de belíssimo aspecto, filho semelhante ao pai, são como um só. O Faraó dá ordens como rei, mas quem mantém as rédeas do governo é José.»⁹⁰³

Aquí se vislumbra o sucesso das missões dos Jesuítas em terras do Brasil e do Oriente⁹⁰⁴, o mesmo é dizer, o triunfo do humanismo cristão.

⁹⁰² NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideal...* cit., p. 281.

⁹⁰³ Cf. V.25.4374-4381.

⁹⁰⁴ vide EDUARDO XAVIER ALONSO ROMO, «Raíces del teatro jesuítico en las misiones portuguesas durante la segunda mitad de siglo XVI», in: *Literatura portuguesa y literatura española*, Valencia, 1999, pp. 195-206.

A par do relevo que a formação intelectual assume na corte egípcia, um tema clássico que emerge no seio da cultura romana com o denominado Círculo dos Cipíões, a realeza egípcia, embora pagã, transmite ainda duas lições caras aos humanistas: a da gratidão e a da lealdade. Valores do humanismo renascentista, são «padrões de moralidade e de especificidade do ser português», como reflecte a produção literária dos séculos XV e XVI, nomeadamente o *Livro da Virtuosa benfeitoria* (1418-1433), do Infante D. Pedro, e o *De regis institutione et disciplina* (1572), de D. Jerónimo Osório 905.

Vejamos como o auxílio divino se manifesta, sem distinção de raças ou credos, segundo os eternos desígnios da Providência do Altíssimo.

Desenganado com a sabedoria petulante dos adivinhos do seu palácio, o Faraó espera o auxílio divino, pois sempre pautou a sua conduta governativa no respeito escrupuloso pela lei e zeloso dos bons costumes:

«Haud dubie uerum est, quod optinamur: regibus
 Superos amicos esse, si rempublicam
 Non tam tuemur apparatu bellico,
 Quam iure legum, quam probatis moribus.
 Regnum uigebit, cura si imprimis uiget
 Pietatis et iustitiae. Illa obseruat Deos,
 Haec pacis ornamenta praebet gentibus.
 Duo haec in omne tempus aedificant domos:
 Et regna tuta sede perpetuum locant.
 Religio, mores namque componit feros:
 Hominumque mentes inhihet, ac terret metu:
 Nefanda pariter, fanda ne tanquam audeant.
 Iustitia frenat improbos, poenis cauet
 Nequis alienis inicit oculum bonis.
 Sponte colit animus utramque uirtutem meus.
 Experior aequum rebus hinc caelum meis.
 Speroque fauorem caelitum nunc maxime
 Interpres ille soluerit si somnia.»

905 Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «Gratidão e lealdade: dois valores humanistas», in: *Humanitas*, 46 (1994) 245-258; E. GARIN, *L'éducation de l'homme moderne (1400-1600)*, trad. fr., Paris, 1968.

'Sem dúvida, é verdade o que pensamos: que os deuses são amigos dos reis, se governarmos o Estado não tanto com aparato bélico, quanto com o poder das leis e com bons costumes. O reino florescerá, se houver, antes de mais, cuidado da piedade e da justiça. Aquela respeita os deuses e esta confere aos povos os ornamentos da paz. Estas duas coisas constroem casas para sempre: e estabelecem a segurança do reino para sempre. A religião humaniza os costumes selvagens, colbe o espírito humano e incute medo, para que não se atrevam a fazer, de igual modo, o lícito e o ilícito. A justiça refreia os malvados e, com castigos, impede que alguém deite o olhar aos bens alheios. O meu espírito cultiva espontaneamente estas duas virtudes. Daí que experimento um clima favorável à minha política; e espero o favor dos habitantes celestes, sobretudo agora se aquele intérprete decifrar os sonhos.' 906

Privilegia, assim, Luís da Cruz, a faceta moral do *regis officium*, à maneira de D. Jerónimo Osório: «O ofício de rei não consiste só em atender ao bem-estar e salvação da pátria, ou em repelir as forças inimigas dos confins do reino com gandes e belicosos encontros, mas muito mais ainda em cortar com paixões libidinosas, refrear a petulância, arrancar as raízes da iniquidade e da injúria, embelezar o reino inteiro com os ornamentos da honestidade e torná-lo forte com o sustentáculo de todas as virtudes» 907. Como Agamémnon, nas *Troianas* 908, poderá inferir-se o princípio de governação *rex infra leges* 909: «mesmo quando a posição dos romanistas, no sentido de que o príncipe não deve ser sujeito ao cumprimento da lei, condiciona a expressão dos nossos autores, a fidelidade do príncipe à lei não é abalada» 910. Atitude idêntica envolve a *pietas* religiosa, virtude comum a Édipo, rei de Tebas 911.

906 Cf. III.17.2367-2384.

907 Cf. H. OSÓRIO *Op. omnia*, I, 262.23-30, in: NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideal...* cit., p. 404.

908 Cf. *Tro.* 334: «Quod non uetat lex, hoc uetat fieri pudor.»

909 Vide FRANCISCO DE OLIVEIRA, «Imagem do poder...» cit., p. 63.

910 NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «Humanismo...» cit., p. 804; ID., *O Príncipe Ideal* cit., pp. 243-245; JOÃO DE BARROS, *Panegíricos (Panegírico de D. João III e da Infanta D. Maria)*. Texto restituído, prefácio e notas por M. Rodrigues Lapa, Lisboa, 1937, p. 7; DIOGO DE TEIVE, *Regras para a educação de El-Rei D. Sebastião (Instituto Sebastiani Primi)*,

Pela mão do copeiro do Palácio Real, José virá até junto do Faraó. Apresentar-me-ei como único intérprete (*Interpres, o Rex, unus accedam, Deus*)⁹¹² – diz-lhe José, a quem Deus outorgou o poder de ver o que está escondido em sonhos (*Mihi contueri condita in somnis dedit*)⁹¹³.

Naturalmente, fá-lo com sucesso. Grato, o soberano há-de nomeá-lo a segunda personagem do Egípto, com assentimento dos pares do reino:

IOSEPHVS

«Haec somniorum uera interpretatio
Rex est tuorum. Nunc utrum quaere impigrum,
Probum, fidelem, qui saluti consulat,
Et inopiae perampla fundet horrea.
Quintamque partem condat annis singulis.
Omnes per urbes, regis imperio tamen
Conclusa seruet. Ita mederi perditis
Rebus licebit, et malo penuriae.

PHARAO

Cumulabo quo te praemio pulcherrime
Coniector? Hinc arcana pandis somnia,
Et res acerbis inde consilio leuas.
Adeste regni Principes. Ecquem uirum
Similem inueniri posse spes nobis crit
Qui cuncta uldeat spiritu afflatus Dei?

PRINC. I

Ego reperiri posse credo neminem.

PRINC. II

Hunc aula poscit, regis honoribus
Attolle dignum. P. I. Rex uide procerum omnium

In: *Epodos Que Contem Sentenças Utets A Todos Os Homens, A's quaes se acrescentão Regras para a boa educação de hum príncipe*. Trad. no vulgar em verso solto por Francisco de Andrade (conforme à ed. de Lisboa, 1565). Lisboa, Na Of. Patr. de Francisco Lutz Ameno, MDCCLXXXVI; MARTIM DE ALBUQUERQUE, *O poder político no Renascimento português*, Lisboa, 1968, p. 280 e sqq.; A. ALLEN, *History of political thought in the sixteenth century*. London, 1951, pp. 281-282.

⁹¹¹ Cf. Oed. 210-211.

⁹¹² Cf. III.18.2420.

⁹¹³ Cf. III.18.2421.

Nutus et ora, interpreti ingenue fauent.

PHARAO

Mirum haud uideri debet, hi si liberi,
 Proceresque magnis praemiis auctum uelint :
 Cum te beati caelites felicem ament :
 Diuinus, et consultor ipse es optimus.
 Habere tantum me penes bonum uolo:
 Sapientiolem quippe, nec similem tui
 Tulit orbis hominem: nec etiam si tulit, eum
 Prae t probabo. Principem Aegypti creo
 Ego te, gubernam reglam primus domum.
 Obtemperabit oris imperio tui
 Aegyptus omnis. Ipse praecedam inclyti
 Honore solii. Caeteris magnatibus
 Populisque solus iura subiectis dabis.
 Ita mens ab alto mota constituit Deo,
 Iterumque iubeo. Qua patet regni mei
 Ius et potestas, impera testem meae
 Sententiae, iam regis hoc pignus cape.
 Accede propius: annulo te orno meo.
 Properate uicstem byssinam, et torquem date,
 Vectum quadrigis ferte. Vos primi genu
 Curuate proceres. Voxque praeconis sonet,
 Vt omnis aetas norit hunc datum sibi
 A me secundum, quem loco regis colat.
 Ite, ite, laetus clamor in caelum uolet.

JOSE

É esta, ó Rei, a verdadeira interpretação dos teus sonhos.
 Procura, agora, um homem activo, honrado, fiel, que saiba olhar
 pelo bem público. E que encha os celeiros mais amplos para acudir
 à carestia. Que em cada ano recolha a quinta parte, por todas as
 cidades e, por ordem régia, as conserve fechadas. Assim poderá dar
 remédio às situações desesperadas e ao mal da carestia.

FARAÓ

Com que prémio te hei-de cumular, ó adivinho formosíssimo?!
 Assim decifras os sonhos recônditos, e, ainda por cima, suavizas
 com o teu conselho situações tão aflitivas.

Vinde cá, Príncipes do reino. Haverá esperança de encontrarmos
 homem semelhante, que possa ver tudo por inspiração divina?

PRÍNCIPE I

Eu crelo que não se pode encontrar ninguém.

PRÍNCIPE II

O palácio real exige: este enaltece-o, pois é digno de honras reais.

PRÍNCIPE I

Ó Rei, vê o assentimento e as expressões dos rostos de todos os próceres: todos favorecem sinceramente o intérprete.

FARAÓ

Não é de admirar que estes homens livres e os próceres te queiram ver cumulado de grandes prémios, quando os bem-aventurados do Céu te amam. És um conselheiro divino e admirável.

Quero ter junto de mim tão grande bem: é que o mundo não produziu homem mais sábio nem semelhante a ti; e ainda que o tenha produzido, eu não o porei à tua frente. Nomeio-te Príncipe do Egipto: governa, como primeiro, a casa real. Todo o Egipto obedecerá às ordens da tua voz. Eu irei à frente na honra deste inclito sólio. Só tu darás ordens aos restantes magnates e povos, teus súbditos. Assim o determinou o meu espírito movido pelo excelso Deus.

E uma vez mais ordeno. Por onde se estende o direito e o poder do meu reino, impera como testemunha da minha sentença. Toma já este símbolo da realeza. Aproxima-te mais: condecoro-te com o meu anel. Depressa, dai-lhe o manto de linho fino e o colar. Transpotai-o em quadrigas.

Vós, os próceres, sede os primeiros a dobrar o joelho. Que a voz do arauto soe, para que as pessoas de todas as idades saibam que este ocupa o segundo lugar depois de mim, e que o respeitem em lugar do rei.

Ide, ide, e que um grito alegre voe até aos céus!⁹¹⁴

No Acto IV, o Faraó transmite ao espectador sinais do seu profundo reconhecimento pelas dádivas celestes que têm contemplado o seu reino:

•Permulta sunt quae optimo reddunt Deo
Me debitorem: regium nomen, salus,

⁹¹⁴ Cf. III.18.2439-2480.

Amor meorum, pax quieta, mobilis
 Procella regni nulla, sed tranquillitas
 In diritate maxima horrendae famis.
 Ob haec sacrificio munera, sacerdos Deo.
 Verum dedisse proudum nobis utrum,
 Virtute cuius uiuat Aegyptus, plagae
 Viuant remotae, dubito quo ponam loco.
 Digne referre nemo regnantum potest.»

'Existe um grande número de coisas que me tornam devedor para com o óptimo Deus: o nome real, a saúde, o amor dos meus, a paz tranquilla, nenhuma tempestade que agite o reino, mas sobretudo a tranqullidade nesta tremenda desventura da horrenda fome. Por causa destes dons, ofereço sacrificios a Deus, como sacerdote.

Mas o ter-nos concedido um homem previdente, graças ao qual o Egipto há-de viver e as desgraças serão afastadas, duvido em que lugar o hei-de colocar. Nenhum governante pode dignamente agradecer.' 915

A atitude de José há-de impor-se ao espectador como um *exemplum* eficaz de rejeição das propostas políticas veiculadas pelo florentino Maquiavel, em *Il principe*, que em *Della ragion di stato* (1589) do jesuíta Giovanni Botero conheceu o seu antídoto 916. Este esforço para a *nobilitas morum* filia-se na literatura cortesã que se inicia com *Il cortigiano* de Baldassare Castiglione e *Il Galateo* de Giovanni della Casa. Com efeito, pelo tom interventivo e pelos encómios tecidos pelo Faraó, José pertence ao grupo de homens avisados, dissuasores das pretensões de aduladores. Jerónimo Osório chama-lhes os *reges* 917. A sua eleição e reconhecimento fundamenta-se no mérito, na virtude; não em critérios de ascendência ou riqueza, como também aconselha Jerónimo Osório 918, o que reforçou a

915 Cf. IV.04.2684-2693.

916 Vide FRIEDRICH MEINECKE, *La idea de razón de estado en la Edad Moderna*. Trad. esp., Madrid, 1983, p. 69.

917 H. OSORIO, *Opera omnia*, I, 425.49-426.7.

918 *Ibidem*, I, 426.3-31. Semelhante atitude encontramos já nos tratados medievais, que merece redobrada atenção entre os humanistas do Renascimento: JACQUES KRYNEN, *Idéal du prince et pouvoir royal en France à la fin du Moyen Âge (1380-1440). Étude de la littérature politique du temps*. Paris, 1981 ; CLAUDE BONTEMS et alii, *Le prince dans la France des XVI*

honestidade, a autoridade e a prosperidade, características do *officium regis* 919.

A relação amistosa entre José e Faraó, com laivos de vassalagem medieval, ilustra o princípio pedagógico da *emulatio*, caro aos jesuitas. Ao *beneficium* concedido, que revela a liberalidade do príncipe e contribui para a sua fama, responde o reconhecimento do benefício recebido, a *gratia*, que incentiva a virtude da lealdade. Assim se gera a *amicitia*, segundo Aristóteles (*Rhet.* 1381b 35), um dos valores que informam a *sodalitas* humanista.

Verbera a figura do cortesão adulator, que os humanistas ilustram com a figura do parasita Gnatio da comédia terenciana *Eunuchus* 920, autor que conheceu numerosas edições, traduções e adaptações nesta época 921. Ainda dentro desta linha de preocupações é significativa a obra *The governour*, do inglês Sir Thomas Elyot, que verbera a cobiça daqueles que servem a corte de Henrique VIII 922. Dentro deste esforço de educação das classes dirigentes, o destaque vai ainda para o tratado *The Scholemaster* (1570), de Roger Aschan, que se inspira no programa pedagógico exposto, entre outras obras, no *De educatione principum*, do seu amigo Johann Sturm (1507-1589), fundador do ginásio de Estrasburgo.

O Jesuíta Luís da Cruz vai colocar nos lábios dum rei pagão palavras de gratidão a Deus e ao próximo, não obstante a sua origem humilde. A este último, acha-o mesmo digno de ascendência real:

«Habere Pharaon gratiam exoptat memor,

et XVII^e siècles. Paris, 1965; MARTIM DE ALBUQUERQUE, *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa (ensaio de história das ideias políticas)*. Lisboa, 1974, p. 52.

919 Ibidem, I, 447.16-22.

920 Terêncio, *O Eunuco*, Introdução, tradução do latim e notas de Aires Pereira Couto, Lisboa, 1996.

921 Vide H. W. LAWTON, *Térence en France au XVI^e siècle*, Paris, 1926; G. E. DUCKWORTH, *The nature of Roman Comedy. A study in popular entertainment*. Princeton, 1952, pp. 396-423.

922 Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «Gratidão e lealdade: dois valores humanistas», *Humanitas*, 46 (1994) 248-254.

Tibi temperator orbis, et factor Deus.
 Viroque quantum debeo, tantum uolo,
 Studeoque gratus reddere. Aegypti ducem
 A me secundum feci, et ingentes opes
 Lectissimae cum coniugis thalamo dedi.
 Iosephus olim dictus, imperio meo
 Seruator orbis dicitur: tantis parem
 Se praebet ille rebus, et cunctos suis
 Meritis honores uincit. At prudentia
 Regno in gerendo quanta sit, dici haud potest.
 Vellem carere liberis, illum mihi
 Adoptione filium factum, meo
 Sceptro iuberem principem succedere.
 Ac tunc beata posset Aegyptus sibi
 Sub rege tali polliceri saecula,
 Tranquilla laeta mitia, et uere aurea.»

‘O Faraó, lembrado disso, deseja que se agradeça a Ti, Deus criador e regulador do Universo. Devo e desejo retribuir com gratidão àquele homem quanto lhe devo. Fi-lo segundo chefe do Egípto, depois de mim, e dei-lhe abundantes riquezas, juntamente com o tálamo de uma esposa distintíssima. O que outrora se chamava José, chama-se, agora, por ordem minha, salvador do mundo: está perfeitamente à altura da situação e supera com os seus méritos todas as honras. Mas quão grande seja a sua prudência a gerir os negócios, não é possível dizê-lo.

Eu quereria não ter filhos; adoptá-lo-ia como filho e ordenaria que me sucedesse no trono como príncipe. E então poderia o Egípto, sob tal Rei, prometer-se séculos de felicidade: tranquilos, alegres, suaves e verdadeiramente áureos.’⁹²³

Este sentido da partilha do poder também já se encontra em Sêneca, quando Édipo procura auxílio, junto de Creonte, irmão de Jocasta
 924.

Eventualmente prenúncio da conversão de reinos pagãos, apresenta-se aqui uma mensagem evangélica inovadora. Com efeito, gratidão era o que não existia no pensamento dos homens, dos cristãos de

⁹²³ Cf. IV.04.2694-2710.

⁹²⁴ Cf. *Oed.* 210-211. Vide FRANCISCO DE OLIVEIRA, «Imagem do poder...» cit., p. 66.

Roma. Pela voz do Patriarca, no início do Acto IV, ouve o espectador um veemente apelo ao reconhecimento pelas dádivas constantes de Deus, fonte de tudo:

«Iuste laborat orbis, et tanto malo
 Aegrescit aeque. Quando fundentem Deum
 Omnia, recusat noscere, negantem omnia
 Fortasse noscet. Quippe meliores sumus,
 Cum durioris arma sentimus Dei.
 Ingrata gens mortalium tanquam sues
 Querceta pascit, et oculos nunquam leuat,
 Vt cernat illum, qui manu glandes solo
 Spargit, datosque largus impertit cibos.
 Cum laetus annus parturit fruges, putant
 Temere uentre, nec Deo grates agunt.
 Tellus fatiscat arida, et fruges neget,
 Credant ut esse numen aeternum, fame
 Quod punit ob agrí copiam, oblitos sui.
 Te magne domitor orbis at supplex rogo,
 Mihi meisque consulas, et quam puer,
 Quam uir salutem semper inueni, senex
 Tanto in labore rebus inueniam meis.»

'O mundo sofre justamente e, com tamanha desgraça, vai adoecendo igualmente. Já que recusa conhecer Deus que lhe dá tudo, talvez o reconheça se Ele lho negar. É que somos melhores, quando sentimos as armas dum Deus mais severo.

A raça ingrata dos mortais assemelha-se a uma vara de porcos que come bolotas e nunca levanta os olhos para ver aquele que com a mão as espalha pelo chão e lhes dá com largueza o alimento.

Quando um ano fértil produz as colheitas, julgam que vêm por acaso e não agradecem a Deus. Se a terra árida se cansar e negar colheitas, háo-de julgar que é Deus eterno que os pune com a fome por causa da abundância do campo, a ele que se esqueceram d'Ele.

Eu, porém, suplicante, Te peço, ó grande Senhor do mundo, que cuides de mim e dos meus, e assim como eu quando menino e quando já adulto sempre encontrei a salvação, eu a encontre também agora na velhice, para os meus havres, no meio de tanto sofrimento.' 925

925 Cf. IV.01.2527-2544.

Feita a interpretação dos sonhos, José recomenda ao Faraó a escolha de um homem activo, honrado e fiel (*uirum quaere impigrum, / Probum, fidelem*)⁹²⁶, capaz de olhar pelo bem público.

Traça-se, desta forma, o perfil ideal do governante, que deve orientar as suas preocupações prioritariamente para o bem estar da comunidade.

Perante tal discernimento, José será o eleito de Faraó, que o investe na condição de primeiro governante do Império.

No primeiro encontro após a sua investidura, o filho de Jacob aconselha o Faraó a auxiliar os súbditos e a gerir correctamente os negócios do reino. Este é o caminho certo para o Rei que quer ser amado e perdurar na memória do seu povo:

«Rex, terra quondam sola quam Nilus rigat
 Vndante fluuio, iuris imperio tui
 Subiecta te colebat: at postquam fames
 Vagata cepit gliscere, extremae plagae
 Orbis remoti, liberatorem uocant,
 Vnumque terris columen a caelo datum
 Esse Pharaonem praedicant. Rex, libere
 Effabor, alti blandiendo floreant.
 Ego admonendo consulam regno, et tibi;
 Disseminata nominis fama est tui,
 Ob beneficentiam. Ille Rex solus potest
 Vitae atque fama laudis securus frui,
 Regnare qui se meminit, ut multis opem,
 Dum turbat urbes aliqua tempestas, ferat.
 Haec arx salutem tuta regnanti parit,
 Partamque seruat: namque custodes eunt
 Regi benefico, uerus imprimis amor,
 Et, semper exul limine a regum, fides.
 Amant amati populi et appellant patrem,
 Quem consulentem rebus, et regno uident:
 Ac uota faciunt, quae libens audit Deus,
 Vulgique precibus saepe caro principi

⁹²⁶ Cf. III.18.2440-2441.

Extendit annos. Fac senectuti diem
 Vitaeque soluat: non tyrannorum modo
 Abit in sepulchrum. Lacrimas aufert plias
 Secum suorum. Fletur, et toties nouo
 Lugetur ille funere, quoties uenit
 Repetita uirtus optimi in mentem uiri.
 Haec admonere me lubent beneficia
 Accepta, Princeps. His tibi solum queo
 Habere supplex gratiam: et si unquam parem
 Referre possem, satius hac animi fide
 Fore referendam crederem. Quid enim potest
 Animo fideli gratius regi dari?

'Ó Rei, a terra outrora solitária, que o rio Nilo banha com abundante curso de água, estava sujeita ao teu império e venerava-te. Mas depois que a fome errante começou a grassar até aos confins do mundo, chamam-te Libertador e proclamam que o Faraó é o único sustentáculo dado pelo Céu à terra.

Ó Rei, vou falar com toda a liberdade. Que outros prosperem com as suas adulações. Eu, com as minhas admoestações, olharei pelo reino e por ti; a fama do teu nome alastra, por causa da tua beneficência. Só pode reinar e gozar, em segurança, da fama da vida e louvor aquele Rei que se lembra de levar auxilio a muitos, enquanto a tempestade assola as cidades. Esta fortaleza segura proporciona ao soberano bem-estar e, depois de lhe o dar, conserva-o. É que os guardas que vão até junto dum Rei beneficente são, sobretudo, o verdadeiro amor e a sempre exlada dos palácios dos reis, a lealdade.

Os povos amados amam-no e chamam Pai àquele que vêem olhar pelos negócios e pelo reino. E fazem votos, que Deus ouve gostosamente; e devido às preces do povo, Deus prolonga muitas vezes a vida a um Príncipe querido. Faz com que Ele te pague com dias de vida para a velhice: (um príncipe assim) não vai para o sepulcro à maneira dos tiranos. Leva consigo as lágrimas piedosas dos seus. Chora-se e é chorado de novo no luto, tantas vezes quantas acode à lembrança a memória de homem tão bom. Os benefícios que de ti, ó Príncipe, recebi, mandam-me que te dê estes conselhos. Só com eles, suplicando, te posso agradecer.

E, se um dia te pudesse retribuir de forma igual, julgaria que seria preferível fazê-lo com esta lealdade de espírito. Na verdade, que coisa se pode dar de mais agradável a um rei do que a lealdade? 927

Como vemos, uma das ideias recorrentes do bom governante é a supremacia concedida ao interesse público, traduzido na salvação que, por seu intermédio, alcançaram todos os povos. Daí o adjectivo *liberator*, epíteto de Júpiter que a *Vulgata* consagra a Deus.

A ideia de que a melhor forma de governo é a que se rege pelo amor recíproco entre soberano e súbditos, sem olhar a interesses pessoais, já aparece na tragédia humanista *Ioannes Princeps*⁹²⁸. Séneca há-de dar o mesmo conselho a Nero, na *Octav.* (vv. 444; 456; 489-491). É uma ideia recorrente nos tratados de educação dos príncipes, como pode verificar-se, v. g., na *Breve doutrina e ensinança de príncipes*, que Frei António de Beja dedica a D. João III (pp. 35 e 149)⁹²⁹. Como nesta passagem do *Iosephus*, surge, por vezes, a imagem do Rei aliada à imagem do *paterfamilias*.

Passagens semelhantes, com referência ao rei D. João III, podemos encontrar em Erasmo (*Instituto principis Christiani*, in: *Opera Omnia*, t. IV, pp. 574 e 589), ainda em Diogo de Teive (*Sententiarum utilium quidem omnibus hominibus, sed Regibus ac rerum Moderatoribus praecipue, quibus*

⁹²⁸ Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Tragédia do príncipe João* cit., p. 162, vv. 235-251:

«Quare ante omnes unica gentes,
Lusitania, credere felix,
quae sub tanto Principe utitur:
non sub Principe, sed patre uero,
qui sic proceres populumque suum
amat, ut natos, pignora cara,
pater indulgens aut pia mater;
qui uirtutibus omnibus unus
(uera occinimus) est cumulatus,
constanti animo tristia perfert,
nec sua uigilans commoda spectat,
sed mage patriae, cuius amore
sponsae ut sponsus flagrat et ardet.
Illum, Superi, seruare suis,
et cum augusta coniuge natum,
regni heredem regni que decus...»

⁹²⁹ Introdução e notas de Mário Tavares Dias, Lisboa 1965.

*addita est boni Principis institutio*⁹³⁰, v. g. pp. 23, 71, 83), Diogo Bernardes (*Elegia à morte del rey Dom João III*, p. 172) e João de Barros (*Panegíricos* 931, p. 5)⁹³².

Quando Luís da Cruz enaltece as qualidades morais do Rei, ao colocar os interesses do reino acima dos pessoais, está a fazê-lo na linha do pensamento de Teive (*Ioan. Princ.*, vv. 239-246; 289-294; 993-996; 1058-1059), do poeta cordovês (*Thyest.*, vv.336-390)⁹³³ e de Aristóteles. A este autor foi beber a teorização de S. Tomás, no *De regimine principum*, l.1, que aponta neste sentido.

O tema da lealdade, que não deve fundar-se no “lucro”, mas na fidelidade espiritual, mesmo nos momentos mais difíceis, surge na tragédia *Ioanes Princeps*⁹³⁴, do humanista bracarense Diogo de Teive e em Séneca⁹³⁵.

⁹³⁰ Texto latino e tradução, em verso solto, por Francisco de Andrade, Lisboa, 1786.

⁹³¹ Texto restituído, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, Lisboa, 1937.

⁹³² Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Tragédia do príncipe João* cit., p. 273.

⁹³³ Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Teatro clássico...* cit., p. 40.

⁹³⁴ Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Tragédia do príncipe João* cit., p. 162, vv. 264-276. É nos momentos de maior provação que mais apreclamos a sua manifestação. E o poeta vai trazer à colação a dedicação de Teseu que acompanhou o seu amigo Peritoo na descida aos Infernos, a fim de raptar Perséfone:

«Nam uere amare qui potest, turpis lucri
qui causa amicum diligit? Cum nec fides
succumbat unquam, magna licet impendeant
pericla casusue asperi au terror necis :
infracta cunctis sed reluctatur malis,
quae saepe durae fortis inuidia obicit.
Non igitur ullo ducitur lucro fides
quod inane uarias saepe commutat ulces.
Amor fidelis funeri extremo est comes
(Theset ad ipsa Tartara fides permeat)
nec cum lucro ipso nutat aut collabitur,
non moritur unquam, non genu flexo labat:
sed duriora quo premunt pericula,
constantiore se et magis firmam gerit.»

⁹³⁵ Cf. *Herc. Oet* (vv. 600-603):

«Nunc quoque , casum quemcumque times,
fidus comites accipe fatis:
nam rara fides ubi iam melior

Na resposta, o testemunho de Faraó vem confirmar as sábias palavras do seu súbdito: reiteram a condenação dos adutores cortesãos e o enaltecimento da lealdade.

A verberação dos adutores é um tópico que «nos tratados portugueses desta época quase sempre subsiste, acaso implicitamente, uma crítica senão aos abusos das instituições ou do próprio rei, pelo menos à organização de uma sociedade civil que não esconde o favoritismo, ao ambiente cortesão, aos conselheiros e íntimos do rei, como transparece claramente das obras de autores como Diogo de Teive e sobretudo de D. Jerónimo Osório»⁹³⁶. A mesma preocupação é visível na *Carta de Sá de Miranda a D. João III* e n'*Os Lusíadas* (V, VI, VII, VIII, X).

Este excerto termina com José a reafirmar o acolhimento favorável do virtuoso Faraó, junto de Deus:

PHARAO

«Haec uera reputent, scepra qui tractant manu.
Rex est beatus quando magnatum utitur
Opera fideli : nam potest dici miser,
Cum blandientum laudibus traducitur.
Ex ore uerum grata quam sint haec tuo
Audita, malo cogites, ne si audias
Coram erubescas: certa sed quando est uia
Ad scepra confirmanda de cunctis bene
Populis mereri, clade praesertim famis
Populante terras, horrea reclude, et tua
Cura, et meo beneficio nemo pereat.

IOSEPHVS

Ego Pharaonis nomine cibos gentibus
Ita diuido, ut beneficium agnoscant tuum:

fortuna ruit.»

Ainda na *Agam.* (v.934) podemos encontrar o verso alusivo à lealdade em tempos de infortúnio:

«Fidem secunda poscunt, aduersa exgunt.»

⁹³⁶ NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideal* cit., p. 259, respectivamente o *Instituíto Sebastiani Primi* e o *De regis institutione et disciplina*, de D. Jerónimo Osório, ocupa os livros II, III e VI.

Ac te parentem patriae, et mundi uocent.

PHARAO

Tua quietem consequor tutam fide,
Age ut libebit: rem tua laetus scio
Melius geri uirtute, quam iussis meis.

IOSEPHVS

Quia sapienter Imperas utro, Deus
Fortunet omnia prosperis euentibus.»

FARAÓ

'Considerem verdadeiras estas palavras os que empunham os ceptros com a sua mão. Um rei é feliz quando goza da lealdade dos seus nobres. De facto, pode dizer-se infeliz quando se deixa levar pelas lisonjas dos adutores. Prefiro que imagines como me são gratas as palavras ouvidas da tua boca, para que não cores de vergonha se as ouvires cara a cara. Mas dado que o caminho certo para confirmar o ceptro é bem merecer de todos os povos, sobretudo nesta calamidade da fome, que devasta toda a terra, abre os celeiros e que ninguém pereça por falta de cuidado teu e de benefício meu.

JOSE

Eu, em nome do Faraó, vou dividir os alimentos pelos povos, de tal modo que reconheçam o teu favor e te chamem pai da pátria e do mundo.

FARAÓ

Pela tua lealdade, consigo descanso seguro. Faz como te aprouver. Com alegria sei que os bens são mais bem administrados por virtude tua do que por ordens minhas.

JOSE

Porque além disso sablamente ordenas, Deus há-de coroar tudo com prósperos resultados.' 937

Foi a virtude, uma vida de esforço, e não de jogo, que conduziu Faraó à felicidade no momento presente (Aristóteles, *Ética a Nicómaco*, 1177a 1-13). O mesmo havia de suceder a José. É a virtude da filantropia que o mantém e lhe prolonga o poder, da mesma forma que Édipo recebeu

937 Cf. IV.05.2747-2765.

a glória do ceptro de Tebas, como recompensa pelo feito de ter morto a esfinge que sitiava a cidade ⁹³⁸. Expressivas são ainda as frequentes referências às dificuldades do exercício deste múnus público ⁹³⁹.

Na lição dada ao príncipe herdeiro, mais à frente, José condena novamente os golpes palacianos, de bajuladores sem escrúpulos, para realçar o valor da lealdade, um tema comum a Séneca (*Thy.* 463-464) e a Diogo de Teive (*Ioan. Princ.* 270-271; 278-288):

«Obtemperabo iussus. Hi sordent mihi
Iam plane honores, nam uideo quam sit leuis
Tandem aula, uanitatis est domicilium
Et inuidorum publicum quoddam forum
Vbi fraus operta regnat, insidiae, doli.
Me rex monentem facilis audit filius,
Aetatis illo flore spectatissimus
Abscultat, ipsum quam mihi prudentiam
Habere uellem, doceo. Pharaoni satis
Hac credo quantum debeo exsoluo fide.
Nil blandiendo moneo, consilium utile
Do consulendo. Quippe non potest fides
Integra manere, ubi regnat assentatio.»

'Eu obedecerei às tuas ordens. Já me enojam completamente estas honras, pois vejo que é leviana corte, domicílio de vaidade. É quase um mercado público de invejosos, onde campelam abertamente a fraude, as ciladas, a astúcia...

O filho do rei escuta com gosto os meus conselhos, ele que é tão distinto e está na flor da idade. Dá ouvidos a mim que lhe ensino o que julgo ser a prudência.

Creio que com esta lealdade pago quanto devo ao Faraó. Não aconselho com lisonja, dou conselhos úteis, quando consultado. É que a lealdade não pode permanecer integra onde reina a adulação.'

940

938 Cf. *Oed.* 104-105.

939 Cf. *Oed.* 13, 676, 679, 687. Vide FRANCISCO DE OLIVEIRA, «Imagem do poder...» cit., p. 66.

940 Cf. V.04.3416-3428.

Um motivo presente na tratadística portuguesa é a reflexão sobre o conceito de verdadeira nobreza ⁹⁴¹. O difícil equilíbrio social entre as pretensões duma nobreza cada vez mais depravada e um povo cansado de suportar as suas tropelias acarreta dificuldades governativas. E José vai advertir os Príncipes e aponta a possibilidade dum caminho apaziguador destas tensões:

OECONOMVS

«Sollicita res est aula, tot motus habet,
 Quot aequor hieme concitatur fluctibus:
 Regnum flagellat dura praesertim famis
 Si uis timendae. Nemo sed grauius pati
 Regni procellam fluctuantis assolet,
 Quam qui gubernat. Bella cum uulgo gerit,
 Si paululum fauere principibus uelit:
 Et displicet principibus ubi uulgo fauet.
 At aequa neutris trutina proponi potest.

PRINC. I

Non uult nobilitas uulgi aequari sibi.
 Aequumque nemo dixerit, uulgi ferat
 Eo manere quo fuit positum loco:
 Partesque teneat clara nobilitas suas.

IOSEPHVS

Vtrique peccant aliquid. Hi freti sui
 Splendore generis, cuncta debent sibi
 Falso arbitrantur: merita factis patrum
 Nullis tumentur; imo degeneres lacent,
 Stirpique inurunt moribus prauis notam.
 Nomen familiae tolle, nil prae se ferunt
 Dici unde possint, aut haberi nobiles.
 Atque hi pudenda turgidi insolentia,
 Bene temperatis praeferunt se ciuibus.
 Sed uulgi alia opinione labitur,

⁹⁴¹ Vide o testemunho que nos transmite Clenardo na sua correspondência: M. GONÇALVES CEREJEIRA, *O Renascimento em Portugal*. Vol. I. *Clenardo e a Sociedade Portuguesa (com a tradução das suas principais cartas)*. Coimbra, 1974: «Carta a Látomo», pp. 250-254..

Seruire propter improbos non uult bonis.
Ita sibi damnis mutuis incommodant.

PRINC. II

Haec uanitatis saeua tempestas, tua
Placetur ut uirtute certas iam diu,
Docesque quantum debeant clari infimo
Vulgo imperare, et uulgus ornatissimis
Parere, Phariae ciuibus Prouinciae.*

ADMINISTRADOR

'No palácio vai um rebulício enorme, tanta movimentação! Parece o mar de inverno revolvido por ondas alterosas, sobretudo se a dura violência da temível fome flagela o Reino.

Mas ninguém costuma sentir mais duramente a tempestade do reino em perigo, do que quem o governa. Entra em guerra com o povo, se quiser favorecer um pouco os príncipes; e desagrada aos príncipes, quando favorece o povo. Mas é possível propor-se uma balança justa para uns e outros.

PRÍNCIPE I

A nobreza não quer que o povo se lhe iguale. E ninguém há-de dizer que isso é justo. Que o povo aguento ficar no lugar em que foi posto: a nobreza ilustre mantém o seu posto.

JOSÉ

Uns e outros erram de algum modo. Estes, confiados no esplendor da sua origem, julgam falsamente que tudo lhes é devido. Não olham para os méritos dos antepassados, comparados com a nulidade dos deles; antes são uns degenerados. E com os seus costumes, fazem desaparecer a boa marca da estirpe depravada. Suprime-lhe o nome de família e nada apresentam que possa denunciar a sua origem ou que devem ser tidos por nobres. E estes, inchados com vergonhosa insolência, colocam-se à frente dos cidadãos moderados. Mas a multidão inclina-se para outra opinião, não quer servir os bons por causa dos maus.

Assim, incomodam-se com mútuos prejuízos.

PRÍNCIPE II

Esta terrível tempestade de vaidade, há muito que procuras acalmá-la com a tua coragem. Ensinas como devem os grandes

mandar sobre a arraia miúda e quanto deve esta obedecer aos
ilustríssimos cidadãos desta província egípca.' 942

Não obstante a proposta duma conciliação de interesses, a realeza deve assumir-se como defensora dos interesses dos mais desprotegidos pela fortuna da vida. Se o princípio aristotélico do primado do bem comum como fim supremo do estado e como único critério da sua legitimidade, serviu de guia a S. Tomás, no sentido de libertar a política de toda a dependência teológica e o poder civil do seu carácter sacral – herança do Antigo Testamento... Um aspecto moderno desta teorização sobre os deveres do poder real, que não aparece em Platão, Aristóteles ou Cícero e reflecte a orientação cristã da sua política, é o que se resume na assistência aos desfavorecidos, à caridade pública (vide lib. 2). 943.

A realeza egípca dá o exemplo ao permitir a reunião e sobrevivência da família de Jacob nos seus territórios, a expensas suas. É a afirmação do valor da hospitalidade a estrangeiros, um *topos* clássico de grande repercussão. A título de exemplo, podemos mencionar Telémaco, filho de Ulisses que, na demanda de notícias acerca de seu pai pernoitou no palácio de Nestor, em Pilos (*Odisseia*, III) e em Esparta, junto do rei Menelau (*Odisseia*, IV) 944, na companhia de Pisístrato, filho de Nestor; Alcínoo, rei dos Feaces, que acolhe o náufrago Ulisses, descoberto pela filha Nausícaa (*Odisseia*, VII) 945; Eneas, recebido pela rainha Dido, na recém-fundada Cartago (*Eneida*, I).

Não obstante esta tradição na Antiguidade, não fugiremos à verdade se a interpretarmos à luz de uma necessidade urgente: a reconciliação entre católicos e protestantes. E assim emerge o valor da caridade cristã, da união fraterna, possível mesmo entre facções inimigas, num aceno à

942 Cf. V.10.3554-3592.

943 NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideal* cit. pp. 69 e 72.

944 Cf. vv. 20-64. Vide a tradução por MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA, *Helade* cit., pp. 58-59.

945 Cf. vv. 133-184. Vide a tradução por MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA, *Helade* cit., pp. 78-80.

verdadeira possibilidade de instituição duma Igreja Católica e Apostólica Romana, fraterna e universal.

PHARAO

«Vestrum est referre gratiam, nostrum aduenas
 Hac hospitali suscipere clementia.
 Sed uos honore colere praecipuo, rogat
 Fraterna uirtus. Quin tuis arcessere
 Mandas parentem mitte quid denuntient
 Vestri patentem iuris Aegyptum fore:
 Carpenta trade fratribus, quibus senex
 Huc aduehatur. Veniat, et secum ferat
 Paruos nepotes, liberum uxores, greges.
 Omnes alentur opibus Aegypti, meas
 Hic collocari namque diuitias uolo.

IOSEPHVS

Ditare cum sit regium pauperrimos,
 Rex esse nosti. Viue. Quam mentem tibi,
 Quamque sapientiam orbis effector dedit,
 Iuuando tenues, redde quam clarissimam:
 Ne fama regem cancre meliorem queat.

PHARAO

Dimitte fratres, cum parente ut ocus
 Mea regna teneant.»

FARAÓ

‘Pertence a vós agradecer e a nós receber os estrangeiros com esta clemência hospitaleira. Mas a virtude fraterna pede-vos que presteis honras especiais principalmente a ele.

Por que não mandas vir o teu pai? Manda quem anuncie que o Egípto, a que tendes direito, está aberto. Entrega aos teus irmãos carruagens que possam trazer o ancião para aqui. Que venha ele e traga consigo os pequenos netos, as mulheres dos filhos, os gados: tudo será alimentado a expensas do Egípto, pois quero colocar aqui as minhas riquezas.

JOSE

Sendo coisa tão própria da realeza socorrer os mais pobres, sabes ser Rei: Vive! Quanta inteligência e sabedoria te deu o Criador do

Mundo, torna-a o mais divulgada possível, ajudando os pobres, para que a fama não possa cantar um rei melhor que tu.

FARAÓ

Manda os teus irmãos, para que mais rapidamente venham para o meu reino, com o pai.⁹⁴⁶

Esta insistência na condenação dos adutores cortesãos e na valorização da lealdade e da busca do bem comum são claras advertências ao jovem monarca, o Rei D. Sebastião.

Muito significativo é o facto de Luís da Cruz fazer sobressair o valor do perdão fraternal num José que ocupa uma alta magistratura na administração egípcia; mais ainda: toda a casa real se associou à efeméride, num exercício claro de «exaltação da *clementia* como *virtus imperatoria* 'virtude do governante ideal', como nos transmite Agaménon, nas *Troianas*⁹⁴⁷. Elogia-se a *humanitas* de José, em oposição à *feritas* dos irmãos, numa simbiose feliz entre a teologia cristã e o pensamento humanista que privilegiava o ideal de perfeição humana, atitude que caracterizou os homens do Renascimento⁹⁴⁸. Esta exaltação antropocêntrica humanista⁹⁴⁹, como refere Gioacchino Paparelli⁹⁵⁰, é-nos transmitida por Cataldo no *De perfecto homine*⁹⁵¹, e por inspiração de Giovanni Pico della Mirandola

⁹⁴⁶ Cf. V.18.4172-4189.

⁹⁴⁷ Cf. Tro. 350-351. Vide FRANCISCO DE OLIVEIRA, «Imagem do poder...» cit., p. 63; A. SIPPLE, *Der Staatsmann und Dichter Seneca als politischer Erzieher*, Würzburg, K. Triltsch, 1938, pp. 60-62.

⁹⁴⁸ Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideal* cit., p. 261, in: P. O. KRISTELLER, «Umanesimo filosofico e umanesimo literario», *Lettere italiane*, 14-4 (1962) 388.

⁹⁴⁹ Vide E. GARIN, *La cultura del Rinascimento*. Bari, 1964, p. 134 e sqq.; ID., *L'umanesimo italiano. Filosofia e vita civile nel Rinascimento*. Bari, 1958, cap. «Il platonismo e la dignità dell'uomo», pp. 94-132.

⁹⁵⁰ Vide, *Feritas, humanitas, diutnas. L'essenza umanistica del Rinascimento*. Napoli, 1973.

⁹⁵¹ Vide. ANA MARIA OSÓRIO PEREIRA DE MELO, *O homem perfeito de Cataldo Siculo*. Dissertação de licenciatura, dactilografada. Coimbra, 1969.

em *De hominis dignitate* e de Giannozzo Manetti (1396-1459), autor do *De dignitate et excellentia hominis*.

A esta síntese entre a moral pagã e o cristianismo muito ajudaram as *Vitae* e as *Moralia* de Plutarco, figura tutelar do Renascimento, que o apreço de François Rabelais⁹⁵² e Erasmo (*De pueris instituendis*)⁹⁵³ confirmam.

A par desta fonte, os humanistas, para o conhecimento da Antiguidade, privilegiaram a obra de Diógenes Laércio (III d. C.).

Alguns destes *tópoi* humanistas já aparecem tratados pelo Infante D. Pedro, em *O livro da Virtuosa Bemfeitoria*⁹⁵⁴, redigido no primeiro quartel do séc. XV, que anuncia o humanismo, movimento cujo início se faz coincidir com a chegada de Cataldo Parisio Sículo, em 1485, o futuro preceptor de D. Jorge, filho bastardo do rei D. João II⁹⁵⁵; a crítica ao ambiente da corte, propiciador de intrigas e deslealdades, e a denúncia da ingratição. Estes ventos de mudança também se fizeram sentir na corte castelhana, sobretudo a partir dos Reis Católicos⁹⁵⁶.

Vituperava o Infante D. Pedro a ambição dos paços, motivo de constante reflexão na literatura ético-política desde o *Polycratus* (1159) de João de Salisbúria, que conheceu ampla divulgação na Idade Média e

⁹⁵² Cf. FRANÇOIS RABELAIS, *Pantagruel*. Texte établi et présenté par Jean Plattard. Paris, 1959, cap. VIII, p. 42, quando Gargantua aconselha a Pantagruel, seu filho, a leitura de "les Moraux de Plutarche". A sua publicação data de 1532, a que se seguiu, em 1534, *Gargantua*.

⁹⁵³ Cf. O humanista de Roterdão coloca Plutarco *primus inter pares*, nos conselhos que dá ao príncipe. Para esta obra, Erasmo elegeu-o como a principal fonte, a que se juntaram Quintiliano e Diógenes Laércio. Vide PIERRE MESNARD, *L'essor de la philosophie politique au XVI^e siècle*. Paris, 1977, chap. «Erasme ou l'évangélisme politique», p. 97; J.-C MARGOLIN, *Declamatio de pueris statim ac liberaliter instituendis*. Étude critique, traduction et commentaire. Genève, 1966, pp. 96-100.

⁹⁵⁴ Edição, com introdução e notas por Joaquim Costa, Porto, 1946, pp. 30, 39, 140-141. Vide NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «A Virtuosa Bemfeitoria, primeiro tratado de educação de príncipes em Português», *Biblos*, 69 (1993) 299-314.

⁹⁵⁵ AMÉRICO DA COSTA RAMALHO, «Origem e início do humanismo em Portugal» in: *Para a História do Humanismo em Portugal (III)*, Lisboa, 1998, p. 17.

⁹⁵⁶ Cf. AUBREY BELL, *El Renacimiento español*. Zaragoza, 1994, p. 94.

durante os séculos XVI e XVII ⁹⁵⁷. Em seu lugar, faz a apologia da verdade e da lealdade, virtude esta que, segundo crê, distingue os portugueses, a nação lusa. O mesmo espírito se renova no século seguinte em que «a lealdade dos portugueses é a cada passo enaltecida, quer em orações públicas, quer na literatura dramática, quer na tratadística ético-política, quer ainda na épica» ⁹⁵⁸.

Com D. João III, abandonam-se algumas praças do Norte de África e inicia-se a reestruturação do exército, com propósitos pacifistas. Numa clara inversão desta estratégia, D. Sebastião reinicia a militarização do reino, com a lei de 1569. Atitude compreensível, pois o rei nutria especial afeição pelas armas ⁹⁵⁹. A adulação e o incitamento à guerra acentuam-se. Esta nova política bélica, que tem a oposição de D. Henrique e dos irmãos Luís e Martin Gonçalves da Câmara, inicia-se em 1572 e termina fatidicamente a 4 de Agosto de 1578 ⁹⁶⁰.

Esta é uma manifestação do espírito pacifista que caracteriza os humanistas do Renascimento, como Marsilio Ficino, Pico della Mirandola e Luis Vives, e se coaduna com a doutrina cristã. Entre nós, Garcia de Resende admite a guerra / cruzada com fins proseliticos, se bem que Erasmo, seu mestre, se lhe opusesse, pois «a única guerra justa, por parte dum cristão, é a guerra contra a guerra, que personifica o espírito do mal, o verdadeiro inimigo do homem e principalmente do cristão» ⁹⁶¹.

⁹⁵⁷ Cf. ERNEST R. CURTIUS, *Literatura europea y Edad Media latina*. Vol. I. México, 1981, p. 206; PETER N. SKRINE, *The baroque. Literature and culture in seventeenth-century Europe*. London, 1978, p. 23.

⁹⁵⁸ NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «Gratidão...» cit., p. 250.

⁹⁵⁹ Cf. AA. VV., *História de Portugal*, Direcção de José Mattoso. 3º Vol. - «No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)», Coordenado por Joaquim Romero de Magalhães, Capit. «A Guerra: os homens e as armas», por Joaquim Romero Magalhães, pp. 107-110.

⁹⁶⁰ AA. VV., *História de Portugal* cit., Capit. «D. Sebastião», por Joaquim Romero Magalhães, pp. 540-546. Vide também JOÃO FRANCISCO MARQUES, «Confesseurs des princes, les jésuites à la Cour de Portugal», in: *Les jésuites à l'âge baroque* cit., pp. 213-228.

⁹⁶¹ JOSÉ V. de MARTINS, *Humanismo e Erasmismo...* cit., p. 132. Vide e. g. *Enchiridion, Dulce bellum inexpertis, Querimonia pacis, Bellum, De bello Turcis inferendo, Vidua Christiana, Querela pacis*.

D. Sebastião lutará contra os exageros faustosos da corte, mas cederá aos seus desejos bélicos. Pelo contrário, a Companhia de Jesus via com bons olhos a difusão do cristianismo no Brasil e nas Índias, para onde partirá S. Francisco Xavier a 7 de Abril de 1541. As críticas à corte e aos adutores do rei prenunciavam a vontade de sugerir um rumo mais consentâneo com aqueles objectivos. É a condenação do aventureirismo no Norte de África, uma preocupação na linha do pensamento de S. Jerónimo Osório, manifestada nas suas cartas ⁹⁶² «contra a ideia das empresas militares em África de D. Sebastião, ou contra os riscos a que se expunha nas sucessivas caçadas, sem ter ainda casado e deixado descendência» ⁹⁶³.

Este último pormenor não é alheio a Luís da Cruz. Efectivamente, no acto V, a preleção de José foi interrompida, pois o Príncipe Herdeiro havia marcado aquele dia para a caça ⁹⁶⁴.

«Animo uolente regiae accipio lubens
Documenta uitae. Plura dicturum audiam.
Venationi namque decreui hunc diem.»

'De bom grado aceito essas lições da vida de rei. Ouvir-te-ei mais coisas que tens para me dizer, já que (?) marquei este dia para a caça' ⁹⁶⁵.

Assim se procura alertar para os excessos venatórios, que antepõem interesses pessoais ao bem público, que requer príncipes bem formados. Faz-se o enaltecimento da moderação, virtude essencial do estoicismo.

⁹⁶² Cf. B. JOZÉ DE SOUSA FARINHA, *Filosofia de Príncipes*, II, Lisboa, p. 62 e sqq. e p. 69 e sqq..

⁹⁶³ NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideal..* cit., p.400.

⁹⁶⁴ Para os excessos na prática venatória e acessos místicos de D. Sebastião, vide, e. g., QUEIROZ VELLOSO, *D. Sebastião (1554-1578)*, Lisboa, 1945, pp.89-101.

⁹⁶⁵ Cf. V.04.3412-3414:

Subjacente a esta atitude estará uma concepção de realeza que havia de colidir com os interesses de Filipe II e, incómodo que se tornou, acabou exilado em Bragança.

Para Luís da Cruz, o rei era depositário do poder emanado de Deus. Este pensamento, de raízes paulinas (Rom. 13.1) no-lo transmite Jacob, no momento em que dirige a palavra, pela primeira vez, ao virtuoso Faraó, que lhe havia restituído o filho, que julgou perdido para sempre:

«Tua ante scepra laetus annorum graui
Iam uictus aeuo uenio, iustitia inclytum,
Atque pietatis laude florentem pari
Regem tueri liceat, hunc et filium
Desideratum magna quem uirtus tua
Talem ut uiderem fecit. Aethereum Deum,
Qui scepra mandat regibus, supplex rogo
Quantum ut dedisti filio sortem supra,
Qua uixit olim pauper, hoc supra decus
Regale tantum congerat. Pax te domi
Optima patrem reddat, et regem foris.»

‘Embora vergado já ao peso dos anos, venho cheio de alegria perante a tua realeza. E seja-me lícito ver o Rei famoso pela sua justiça e igualmente florescente pelo louvor da piedade. Foi a tua grande virtude que fez com que eu visse este filho desejado.

Rogo, suplicante, ao Deus do Céu, de quem advém o poder aos Reis, assim como deste ao meu filho uma sorte superior à de outrora em que viveu na pobreza, assim faça ele cescer a honra real.

Uma paz abundante te torne pai em casa e rei lá fora.’ 966

Contudo, este poder deve ser consagrado pelo povo (IV.05.2753-2755). Como já vimos acima, o serviço do reino deve colocar-se acima dos interesses pessoais e nos momentos mais aflitivos, o rei deve levar auxílio aos seus súbditos. Mais: o exercício do poder deve basear-se em dois pilares fundamentais: nos direitos da justiça e da religião. Desta forma, os cidadãos, reconhecidos, confirmar-lhe-ão o ceptro. Assim aconteceu com

966 Cf. v.25.4423-4433.

Faraó que, precavido, encontrou nos celeiros reais cereal para saciar a população faminta no meio daquela calamidade universal, ele que exerceu o seu múnus em obediência à justiça e zelo pela religião. Este modelo de monarquia aproxima-se da concepção de D. Jerónimo Osório, de filiação tomista ⁹⁶⁷: «esta filiação em S. Tomás denuncia-se sobretudo na concepção da origem divina do poder por mediação do povo: a fidelidade ao juramento, *obligata fides* (356.48-357.3), feito perante o povo, que o confirma como rei (357.51-57; 357.61-358.8), o rigor da justiça correctiva e distributiva (357.24-358.42), a defesa do direito divino, do direito natural, do direito positivo (358.42-46), a obediência e respeito do rei às leis (410.58-411.29), a primazia do bem colectivo sobre o particular (358.42 sqq)» ⁹⁶⁸. Era uma monarquia «de cariz providencial e teológico», com origens no séc. I a. C., em Roma, sob influência do pitagorismo ⁹⁶⁹.

Este pendor democrático surge numa altura em que o poder absoluto do estado toma proporções insustentáveis, e que o regalismo reclamava de origem divina. A título de exemplo, podemos indicar os exemplos de Jaime I, entre os protestantes ingleses, e de Filipe I, de Espanha.

Um dos principais mentores deste absolutismo real é o humanista alemão Melanchton (1497-1560), discípulo de Lutero.

A soberania do povo é um legado da Antiguidade Clássica, como podemos verificar nesta transcrição de *A República*, de Cícero, que elogia a liberdade:

'A qualidade de cada Estado depende da natureza e da vontade de quem o governa. Eis porque em nenhuma outra cidade, senão

⁹⁶⁷ O seu pensamento político é uma assimilação das concepções gregas de um regime monárquico de cariz estóico, que já está presente em Platão.

⁹⁶⁸ NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideal...* cit., p.401.

⁹⁶⁹ NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideal...* cit., pp. 30 e 401; ALAIN MICHEL, *La philosophie politique à Rome d' Auguste à Marc-Aurèle*. Paris, 1969, p. 24 e spp ; FRANCISCO DE OLIVEIRA, *Les idées politiques et morales de Pline l' Ancien*. Coimbra, 1992, p. 115.

naquela em que o soberano poder pertence ao povo, a liberdade pode ter o seu domicílio. Não há nada que seja mais doce do que ela, e, se não for igual para todos, já não é liberdade.'⁹⁷⁰

No primeiro quartel da centúria seguinte, o jesuíta espanhol Francisco Suárez (1548-1617)⁹⁷¹ publicou, em Portugal, o *De Legibus* (1612) e a *Defensio Fidei* (1613), duas obras a questionar a origem deste poder absoluto. Embora de origem divina, Suarez defende que por força do direito natural ele reside inicialmente na soberania do povo que o outorga ao príncipe. Esta delegação pode ser temporária, pois assiste-lhe o direito de o retirar aos soberanos indignos, podendo recorrer ao regicídio⁹⁷². João Mariana, contemporâneo de Suarez, justifica o tiranicídio face ao despotismo do poder reinante (*De rege et regis institutione*, 1579), um princípio que já havia sido defendido no *Polycratus* de João de Salisbúria⁹⁷³.

As raízes deste movimento encontram-se na primeira metade do século XVI. Tocado pela violência da subjugação dos povos nativos durante a colonização de territórios na América do Sul, feita pelos espanhóis, o dominicano Francisco Vitória (1480-1566) levanta a voz em sua defesa através da implementação do *ius gentium*, fundamento do direito internacional. Também ele defendia a noção da supremacia do bem comum numa comunidade universal a que todos os homens pertenciam e que era

⁹⁷⁰ *A República*. I.31.47. Tradução da Prof. Maria Helena da Rocha Pereira, in: *Romana* cit., p. 34.

⁹⁷¹ Os *Comentarii Collegii Conimbricensis*, cujo primeiro redactor foi Pedro Hispano, exerceram grande influência neste teólogo. A iniciativa portuguesa da publicação deste manual pedagógico foi apresentada quando Nadal passou por Coimbra, no tempo de Laynes. Manuel de Góis ajudou neste encargo, continuado, após a sua morte, por Cosme de Magalhães (Cf. DOMINGOS MAURÍCIO, «Os Jesuitas e a filosofia portuguesa dos sécs. XVI e XVII. II. Os Conimbricenses. Suarez, Molina», *Brotéria*, Lisboa, 21 (1935) 310-311).

⁹⁷² Pela pena de Suarez, «a teoria do poder indirecto da Igreja, com respeito ao temporal, aparece, finalmente, definida com firmeza e exactidão insuperáveis» (Cf. DOMINGOS MAURÍCIO, «Os Jesuitas e a filosofia portuguesa dos sécs. XVI e XVII...» cit., p. 322).

⁹⁷³ Para a análise desta obra, vide, e. g., MARIO OLIVIERI, *Ymago Dei. Il re giusto nel pensiero politico medievale, IX-XIV séc.* Perugia, 1991, pp. 115-133; NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideal* cit., pp. 60-63.

anterior aos próprios estados: «Frei Francisco de Vitória viveu o surgir do Estado Moderno enquanto homem do renascimento e contribui para a mudança de mentalidade enquanto pensador da modernidade, elaborando a doutrina duma filosofia político-social fundada no humanismo teológico-jurídico, nos direitos naturais da pessoa e no direito das gentes»⁹⁷⁴. O ideário político de Vitória chegou até nós através de grandes mestres da Universidade de Coimbra, como Martim de Ledesma, Martin de Azpilcueta Navarro e Aires Pimentel. Na Universidade de Évora, coube a Luís de Molina (1536-1600) tão nobre missão⁹⁷⁵.

O absolutismo nasce com as disputas religiosas que privilegiam as igrejas nacionais. Com o protestantismo, rompe-se a unidade político-religiosa que se tinha assistido até aqui e surgem vários estados autónomos. Há a reelaboração da doutrinação política e a reforma. João Bodin (1530-1596), no seu livro *De la République*, defende a ideia de que o soberano está acima da lei positiva; os súbditos só têm deveres, mas não direitos. É mais uma vez a defesa do absolutismo do poder, as bases de uma ciência política. Maquiavel (1459-1527), com a publicação do *Il principe* (1513), defende o poder pessoal a todo o custo, numa clara ruptura da associação entre a ética e a política, que havia perdurado desde a Antiguidade⁹⁷⁶.

⁹⁷⁴ JOÃO AMÂNDIO MARTINS DA SILVA, *O Pensamento político e social de Frei Francisco de Vitória*, Braga, 1994, pp. 98-99.

⁹⁷⁵ MARTIM DE ALBUQUERQUE, *A expressão do poder em Luís de Camões*. Lisboa, 1988, capit. III «Vitória e Camões», pp. 229-232.

⁹⁷⁶ Para a Antiguidade Clássica, vide e. g. D. EARL, *The moral and political tradition of Rome*. London, 1967; P.-A. JANET, *Histoire de la science politique dans ses rapports avec la morale*. Vol. I. Genève, 1971. Para o pensamento político de Maquiavel, vide e. g. G. SASSO, *Niccolò Machiavelli. Storia del suo pensiero político*. Bologna, 1980; M. MANUELA CRUZEIRO BARATA, «Crise e sentido do discurso político: O *Príncipe* de N. Maquiavel», in: *Tradição e crise*. Coimbra, 1986, pp. 283-334.

Estes dois autores, a que viria a juntar-se a obra de Giovanni Botero, *Della ragion di stato* (1589), vão contribuir para a definição da "verdadeira razão de estado" dos Jesuítas ⁹⁷⁷.

Em suma, este paradigma de governante ideal aproxima-se da figura do Imperador Augusto, a quem o Povo Romano e o Senado reconheceram as qualidades da *uirtus*, da *clementia*, da *iustitia* e da *pietas*, gravadas num escudo de ouro que lhe ofereceram no ano 27 a. C. ⁹⁷⁸.

A este retrato não será estranha a ideologia duma época que produziu abundante literatura, designada por *Specula principum* e de que o autor mais representativo é Erasmo – *Institutio principis christiani* (1515) –, e viu nascer o *Grande carro triunfal de Maximiliano I*, na paleta de Albert Durer (1471-1528). Dão corpo às virtudes cardeais quatro figuras femininas: a *Iustitia*, a *Temperantia*, a *Fortitudo* e a *Prudentia*. A esta *Veri principis imago* não falta a divisa que nortcou o pensamento de Luís da Cruz: *In manu Dei cor regis est*. Este pensamento apoia-se numa sentença de Salomão (*Prov. XXI, 1*) ⁹⁷⁹. Isto num tempo em que Maquiavel opunha, no seu realismo amoral, Providência a *fortuna* e a *virtù* ⁹⁸⁰: *audentes fortuna iuuat* ⁹⁸¹; ao bem comum, opõe o fortalecimento do poder pessoal, preferindo a *doxa*, a «verità effetuale», à *doxa alethês* aristotélica, que

⁹⁷⁷ NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «A história antiga...» cit., p.304; sobre a discussão em torno da melhor forma de governo, vide REINHOLD ZIPPELIUS, *Teoria geral do estado*. Trad. de A. Cabral Montada, Lisboa, 1984, pp. 72-76; ROBERT BIRELEY, SJ., «Les Jésuites et la conduite de l'État baroque», in: *Les Jésuites à l'âge baroque* cit., pp. 229-242.

⁹⁷⁸ Cf. *Os fetos do Divino Augusto* 34.1-3, in: MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA, *Romana* cit., pp. 120-121.

⁹⁷⁹ NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideal...* cit., pp. 190-197.

⁹⁸⁰ Idêntica dicotomia pode ser documentada já no séc. IV a. C., quando a *fortuna* entra no universo político, através dos epicuristas, e a Providência, através dos estóicos. No período Imperial, Plutarco consagra à fortuna uma certa ascendência. (Vide NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe* cit., p. 22; JEAN TOUCHARD (dir.), *História das ideias políticas*. Trad. port., Lisboa, 1970, p. 79).

Teógnis de Mégara (Séc. VI-V a. C.) traz para a literatura, pela primeira vez, a acção da fortuna (l.129-130; trad. de MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA, in: *Hélade* cit., p. 149):

«Não te vanglories, Polipáides, por seres superior em mérito

ou em riqueza. Para o homem, haverá uma só coisa: a sorte.»

⁹⁸¹ Virgílio, *Aen.*, X.284. É mais corrente a fórmula *audaces fortuna iuuat*.

conduz a um forte abalo da *fides* política: «o príncipe ideal para Maquiavel, o “uomo virtuoso”, já não é um príncipe bom, grande e excelente pelas suas virtudes, mas um príncipe “sábio”, cujo saber é positivo, técnico, pragmático e se traduz no “sapere e mandare” e no fazer-se obedecer»⁹⁸². Jean Bodin lançava as bases duma ciência política.

Entre o acervo literário da tratadística deste género, não é de somenos importância a possibilidade de Luís da Cruz conhecer o tratado *De Iosepho*, de Filon de Alexandria (20 a.C. – 50 d. C.)⁹⁸³ que, na figura do bom prefeito do Egipto, faz sobressair a imagem do ministro ideal, num crítica velada ao governador romano de Alexandria, que o aproximam do ideal de realeza helenístico, segundo Goodenough⁹⁸⁴. Com efeito, a Providência divina preparou-o para o múnus real (de linhagem distinta e possuidor duma inteligência superior, aprende o ofício de pastor e inicia-se na administração da casa de Putifar. Como ministro da realeza egípcia, evidencia majestade, autoridade e bondade, as três características da realeza. Faz-se obedecer pela justiça mas, sobretudo, pela força persuasiva da palavra. A sua grandeza de alma – a filantropia universal, que compreende a reconciliação fraternal – e a *temperantia*, permitem-lhe, não obstante a delicadeza de certos momentos, refrear impulsos e manter incógnita a sua origem, após assumir o cargo de administrador do Faraó. José, personagem de porte físico distinto e modelo moral, é exemplo a

⁹⁸² NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideal...* cit., p. 200; JAVIER CONDE, «La sagesse machiavéllique: politique et rhétorique», in: *Umanesimo e scienza politica. Atti del Congresso Internazionale di Studi Umanistici* (Roma-Firenze, 1949) a cura di Enrico Castelli. Milano, 1951, p.81-92.

⁹⁸³ PHILON D' ALEXANDRIE, *De Iosepho*. Introduction par Jean Laporte, Paris, 1964.

A história de José, no Egipto, ainda aparece em PSEUDO-PHILON, *Les Antiquités bibliques*. Vol. I – Introduction et texte critiques par Daniel J. Harrington, traduction par Jacques Cazeaux, Paris, 1976, cap. VIII.6-13, pp. 101-105. Posteriormente, o historiador judeu Flávio Josefo também veicula a história de José, em *Antiquitatum Iudaicarum* II,2, in: FLAVII JOSEPHI *Opera. Graece et latine*. Volumen Primum. Parisiis, Editoribus Firmin-Didot et sociis, M CM XXIX, pp. 41-42.

⁹⁸⁴ E. R. GOODENOUGH, *The politics of Philo Judaeus*. New Haven, 1938, pp. 45-46.

imitar ⁹⁸⁵. É um tratado edificante, que louva o herói, modelo de sabedoria, uma ideia talvez importada dos estóicos, como refere É. Bréhier ⁹⁸⁶.

No contexto duma política económica, podemos concluir, com alguma certeza, que se propõe a agricultura como a principal fonte de riqueza. Esta ideia, já defendida por Jerónimo Osório, é reafirmada pelos humanistas, com destaque para a *Utopia* do humanista inglês Tomás Moro ⁹⁸⁷. É um pensamento de raiz virgiliana, com inspiração nas *Geórgicas* e nas *Éclogas*.

A boa gestão dos recursos cerealíferos, no Egipto, salva da horrenda fome multidões infindáveis, enquanto os réditos reais cresceram a ponto de nenhum rei se poder gloriar de riqueza, ainda que tenha amealhado todas as riquezas e impostos da Índia ⁹⁸⁸.

Na época de representação desta peça, o país atravessava uma conjuntura económica desfavorável, em consequência de intempéries que arrasaram as culturas agrícolas. As populações do Norte das Beiras, acossadas pela fome, refugiaram-se no Porto, Coimbra e Lisboa ⁹⁸⁹. Haverá mesmo uma crítica velada ao abandono dos campos, à falta de homens que migravam para a cidade ou se encontravam na conquista e defesa das

⁹⁸⁵ Cf. JEAN LAPORTE, «Introduction», in : PHILON D' ALEXANDRIE, *De Iosepho* cit., pp. 30-31. Sobre o pensamento e a arte de escrever de Filon, vide, ainda, L. DELATTE, *Les traités de la royauté d' Ecpante, Diotogène et Sthénidas*. Paris, 1942, pp. 150-151; MANUEL ALEXANDRE JÚNIOR, *Argumentação retórica em Filon de Alexandria*, Lisboa, 1990.

⁹⁸⁶ Cf. É. BRÉHIER, *Les idées philosophiques et religieuses de Philon d' Alexandrie*. Paris, 1925, p. 25, 26 (n. 2), 29 (n. 2-3), in : PHILON D' ALEXANDRIE, *De Iosepho* cit., p. 11.

⁹⁸⁷ Vide ANDRÉ PRÉVOST, *L'utopie de Thomas More*. Texte original, apparat critique, exégèse, traduction nouvelle, notes. Paris, 1978; NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideal...* cit., p.407.

⁹⁸⁸ Cf. V.22.4314-4322.

⁹⁸⁹ Cf. AA. VV. *História de Portugal* cit., 3.º Vol. - «No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)», Coord. por Joaquim Romero de Magalhães, Capít. «As estruturas populacionais», por Teresa Ferreira Rodrigues, p. 219.

possessões ultramarinas, quando o lavrador decide partir para o Egipto, a fim de enriquecer o seu espírito ⁹⁹⁰.

A intromissão deste camponês esfomeado que ocorre ao cheiro de comida e da festança, no palácio dos grandes, insinua as privações do povo e até da nobreza rural, que tudo fazia para ascender à corte, onde a vida palaciana prometia maiores larguezas. Como vimos acima, há indícios desta instabilidade, quando José se propõe apaziguar as querelas que dividem o povo e a nobreza.

O valor desta actividade sai ainda reforçado quando o Lavrador, na breve disputa que mantém com o Administrador de José, deixa alguns conselhos: «da boca dos simples sai, por vezes, ciência acabada». O homem simples, trabalhador, humilde dá sentenças profundas de bem viver, de viver segundo a virtude. Era sua intenção transmitir ao Príncipe a mensagem de que nem tudo lhe era permitido; além disso, exorta-o ao cultivo da terra. Mas vejamos as suas palavras:

RVSTICVS

«Age quando totus enitescis aulicus,
Et fers uolantes plumulas in pileo?
Visne experiri fando, quínam uir siem ?

OECONOMVS

⁹⁹⁰ Denúncia semelhante é feita por D. Jerónimo Osório, no *De regis institutione et disciplina*, 482.59-483.32 (Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideia...* cit., p. 407).

É a denúncia da situação político social no reinado de D. Sebastião: «A aspiração social de viver na corte, ou em contacto com ela, ou à maneira da corte, leva à migração urbana ou à aventura marítima, como fonte de riqueza, e explica o abandono dos campos e a penúria de bens de primeira necessidade» (Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Ibidem*, p. 407). Vide e. g. M. GONÇALVES CEREJEIRA, *O Renascimento em Portugal*. Vol. II. *Cienardo. O Humanismo. A Reforma* (nova edição). Coimbra, 1975, p. 271; LUÍS DE MATOS, *Les portugais en France au XVII^e siècle. Études et documents*. Coimbra, 1952, p. 89.

Nempe didicisti fabulas? RVS. Sententias.

Et si putamur rustici, docti sumus.

Date parumper, audies. OEC. Non sat loci est.

Nae tu molestus es. RV. Non audies? OEC. Quid est ?

RVSTICVS

Consultor adsum. Vis tibi belli dari,

An monita pacis ? OEC. Pacis. RV. En, haec accipe

Qui pacis est amicus acclamabitur.

Omitte. RVS. Habeto, uitae tranquillabitur,

Audita cautus si premis silentio

Taciturnus. Oculis uisa, si lingua taces.

Quid haec uidentur? OEC. Perge. RVS. Delectant? Bene est!

Contentiosus ne sis, ne sis creditor.

Heus implicare te fuge uadimonis.

Pareto Regi. Ne redemptor regia

Tamen eme conducendo uectigalia,

Nisi uis polire compedes in carcere:

Tandemque ademptis pauper expelli bonis.

Corpus operito uestibus, quae sint tuae.

Nunquam in duellum prouoces siccarios.

Haec parua sunt consilia? OEC. Pulcherrima.

Quo pergis? RVST. Euge. Sentit hic dulcedinem

Sententiarum. OEC. Non manes? R. Non ni lubes

Introire, pauca Principem nostrum uolo :

Quae sunt futura commodo. OEC. Quae tandem? R. Habe.

Quantum potest, licere ne credat sibi.

Rem curet idem diligens agrariam,

Annona ne sit carior propter famem.»

LAVRADOR

Vamos! Tu que estás todo janota, e levas penas a esvoaçar no chapéu, queres experimentar com palavras, quem eu sou?

ADMINISTRADOR

É que tu aprendeste patranhas!

CAMPONÊS

Sentenças. E embora sejamos tidos por rústicos, somos doutos. Espera um pouco e ouvirás.

ADMINISTRADOR

Não há lugar bastante para isso. Tu és muito aborrecido.

CAMPONÊS

Não queres ouvir?

ADMINISTRADOR

Ouvir o quê?

CAMPONÊS

Estou aqui como consultor. Queres que te sejam dados conselhos de guerra ou de paz?

ADMINISTRADOR

De paz.

CAMPONÊS

Pois, então, escuta: quem é amigo da paz será aclamado.

ADMINISTRADOR

Deixa-te disso.

CAMPONÊS

Fica sabendo que haverá tranquilidade de vida se prudentemente guardares em silêncio o que ouviste. Se aquilo que viste com os olhos, o calas com a língua, para que é que se vêem as coisas?

ADMINISTRADOR

Continua.

CAMPONÊS

Estás a gostar? Está bem. Não sejas contencioso nem crédulo. Foge de te implicares com cauções. Obedece ao Rei. Não te ponhas a negociar com os impostos reais, se não queres ir polir os canelos no cárcere e, por fim, arrancados os bens e expulso do palácio, reduzido à pobreza. Veste-te com o que é teu. Não desafies nunca sicários para duelo. Parecem-te de somenos importância estes conselhos?

ADMINISTRADOR

São óptimos. Para onde vais?

CAMPONÊS

Olha, ainda bem, este está a apreciar as sentenças.

ADMINISTRADOR

Então não ficas?

CAMPONÊS

Não, a não ser que me mandes entrar. Só quero uma palavra ao nosso Príncipe. O que há-de acontecer, cedo-o.

ADMINISTRADOR

Que vem a ser isso, afinal?

CAMPONÊS

Basta. Quanto possível, não creia que tudo lhe é permitido. Cuide dos campos com empenho, para que a carístia da vida se não agrave mais com fome.⁹⁹¹

Revela-se, desta forma, o tema de *De hominis dignitate*, comum à *Virtuosa benfeitoria*, do Infante D. Pedro⁹⁹². Ao combate da fome crucial, que tantos dizima, muito ajudaria uma repartição justa dos bens temporais, por

⁹⁹¹ Cf. V.19.4211-4240.

⁹⁹² INFANTE DOM PEDRO, *O Livro da...* cit., p. 86.

peessoas competentes. Propõe o Infante a criação daquilo que se pode designar por *Bancos da Fome*, para prevenir ou até erradicar a mendicidade. Este tipo de preocupação acudiu ao pensamento de humanistas como e. g. Luís Vives (o *De subventionem pauperum*, 1526)⁹⁹³, Domingo Soto (a *Deliberación en la causa de los pobres*, 1545) e Juan de Robles (*La charidad discreta*, 1545)⁹⁹⁴.

Terminamos com as palavras judiciosas de Nair Castro Soares, representativas da sùmula doutrinal que nos é proposta pelo jesuíta Luís da Cruz: «Esta doutrina é a síntese do pensamento helenístico, sobretudo do estoicismo e das teorias da Academia e dos Peripatéticos. O Arpinate faz a exaltação do poder monárquico (*Leg.* 3,23) e das qualidades do príncipe, cidadão por excelência, votado ao serviço do estado ideal⁹⁹⁵, que encarna a própria lei, identificada com a recta razão, emanada de Deus (*Leg.* 1, 18.23.33.42; 2, 8.9.11.13; 3, 2.3; *Off.* 3, 23). Estabelece as relações entre particulares e comunidade, entre governantes e governados, segundo a ordem e a harmonia do cosmos (*Fir.* 3, 64; 5, 23. 64-65).»⁹⁹⁶

A síntese do pensamento de Cicero, grande precursor político, há-de ser o grande impulsionador da reflexão na época imperial, na Idade Média e no Renascimento, que o considerou pai do humanismo.

c) *Elocutio*

O *mythos* da tragicomédia *Iosephus* realiza-se em dois momentos marcadamente distintos: o primeiro termina com as cerimónias fúnebres em memória de José: a tragédia (I e II actos); depois, vem a longa caminhada de conversão, que culmina no reencontro de José, em terras do

⁹⁹³ LUIS VIVES, *De subventionem pauperum*. Firenze, 1973, com introdução de A. Saitta; M. BATAILLON, *Picaros y picaresca. La pícaro Justina*, Madrid, 1969, capit. I, que faz uma abordagem da mendicidade no Século de Ouro, em Espanha.

⁹⁹⁴ Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «A *Virtuosa Benfettorla*, primeiro tratado de educação de príncipes em Português», *Biblos*, 69 (1993) 307-309.

⁹⁹⁵ ALAIN MICHEL, *La philosophie politique à Rome d'Auguste à Marc-Aurèle*. Paris, 1969, p. 21 e sqq.

⁹⁹⁶ *O Príncipe Ideal* cit. p. 32. Vide também J. BÉRANGER, *Principatus. Études de notions et d'histoire politiques dans l'Antiquité gréco-romaine*. Genève, 1975, pp. 117-134.

Egipto: a comédia - ressurreição no reencontro (IV e V actos). À maneira de Sêneca, o binómio temático gira à volta dum núcleo central, o acto III, que constitui a peripécia: o herói, José do Egipto, providencialmente, evolui dum estado de profunda tristeza para a alegria da recompensa dos seus dotes; após a provação na adversidade - *res aduersae*, vem a prosperidade - *res secundae*; ao clássico *locus horrendus* sucede o *locus amoenus*.

Envolve o espectador uma atmosfera moral, onde impera o mal e as suas terríveis consequências ⁹⁹⁷, num clima de grande tensão dramática bipolarizada entre o *furor* e a *pietas*. Respira-se, assim, uma ambiência idêntica à das tragédias do filósofo Cordovês.

Ao analisarmos o confronto entre o texto dramático e o texto bíblico, reparamos que a acção avança muito lentamente nos dois primeiros actos. O dramaturgo compraz-se na minúcia descritiva do drama familiar, ao mesmo tempo que recreia o espectador com alguns momentos hilariantes: a facécia que vem dar vivacidade à monotonia.

TRAGÉDIA E EXPRESSÃO DA *VIS TRAGICA* (PRÓLOGO E ACTOS I - II)

Depois do Prólogo, que já analisámos acima, um longo monólogo de Jacob (vv. 141-227) abre o acto I. Em estilo sublime, que caracteriza a tragédia, nesta longa fala se apresenta um dos protagonistas, desde uma visão retrospectiva até ao presente. A expressão de desespero dum pai que se sente incapaz de pôr termo às questiúnculas domésticas motivou o *genus uehemens*, que se adequa ao *ethos* da personagem. Assim, às exclamações do início,

«Incerta cursu uita quam fertur suol
Prodesse consulendo quam nescit!»

⁹⁹⁷ Cf. E. J. KENNY y W. V. CLAUSEN (eds.), *Historia de la literatura clásica* (Cambridge University), II: *Literatura latina*, Madrid, 1989, p. 573.

'Quão incerta se revela a vida no seu curso! Como se desconhece o proveito em desvelá-la!' 998

vai suceder-se, quase no fim, uma torrente de interrogações retóricas:

«Sol olle quid portendit? Est ne somnium,
Species futuri uera uel mysterii ?
Quid Luna; quid manipuli? Quid stellae undecim?
Iosephi adorant lumen an malus mei?»

'O que pressaglia aquele sol? É sonho? Ou uma verdadeira visão de futuro ou de mistério? Que significa a lua? E os feixes? E as onze estrelas? Adoram a glória do meu José ou algo superior?' 999

O efeito patético é reforçado pela *obtestatio*, allada à apóstrofe:

«O Autor harum perspicax rerum Deus,
Aui, ac parentis anchora, et firmum mihi
Vbiq; Numen, respice : et quicquid meum est,
Id in Iosephi capite conserues rogo.»

'Ó meu Deus, clarividente autor destas coisas, âncora de meu avô e de meu pai e, para mim, uma divindade protectora em toda a parte! Olha para mim, e tudo aquilo que é meu, eu te suplico que o conserves na cabeça de José.' 1000

Em situação difícil, Jacob invoca veementemente o auxílio de Deus que, a nível sintáctico, se materializa no uso do modo imperativo (*respice*) e do polissíndeto (*ac... et... et...*), *figura elocutionis per adlectionem*. Esta *deprecatio* fundamenta-a Jacob (*remotio*) na acção da força tirânica do amor paterno, que ganha expressão redobrada na aliança do políptoto com a figura etimológica (*Amore... / Amare... / Amantur...*); o adjectivo *ardoris* marca o último termo da gradação:

998 Cf. I.01.141-142.

999 Cf. I.01.203-206.

1000 Cf. I.01.206-210.

«Natura sobolis quae propagandae insito
 Amore fertur, sponte cupientem patrem
 Amare gnatos cogit, urget, excitat
 Ardoris aestus in paterno pectore.
 Amantur inde liberi, sed maxime
 Defessa quos senecta uitae in ultimo
 Suscepit actu, talis est natus meus.»

'A natureza, movida pelo amor a quem cabe a propagação da espécie que gera a propagação da espécie, leva o pai a desejar amar os filhos, impele e provoca ardentes paixões no paterno coração. Por isso, os filhos são amados, mas sobretudo os que a velhice debilitada concebeu no fim da vida. Tal é o caso do meu filho (José).' 1001

Não obstante admitir limitações para a natureza humana (*error*), o patriarca, segundo as suas palavras (*purgatio*), agiu de boa fé (*bona uoluntas*):

«Matrem ob Rachelem saepe dicendus meus
 Propensionem caeteri hanc intellegunt,
 Queruntur esse filium hunc solum mihi.
 Alios haberi spurios: et se timent
 Haereditatis patriae exortes fore.
 Falluntur, omnes diligo, carissimum
 Tamen Iosephum uiuere parenti ut sinant,
 Precando saepe moneo: non credunt tamen;
 Sed inuidendo libere obtrectant patri.
 Vnde est amandum amore celato mihi.»

'Por causa de sua mãe Raquel, muitas vezes deve ser referido como meu filho dilecto; os restantes notam esta inclinação, queixam-se de que só este é meu filho, e de que os outros são considerados bastardos. Temem ser excluídos da herança paterna. Enganam-se. Amo-os a todos. Muitas vezes os exorto, com súplicas, a que deixem viver o queridíssimo José para seu pai.

Mas não me dão ouvidos. Pelo contrário, cheios de inveja, murmuram livremente contra o pai. Daí que o tenho de amar às escondidas.' 1002

1001 Cf. I.01.211-217.

1002 Cf. I.01.218-227.

O ancião alega um conflito emocional, que pretende ver resolvido pela *lex potentior*. O *genus demonstrativum*¹⁰⁰³ é o próprio deste estado - o *status qualitatis*.

Retrata-se o dilema dum pai que, apesar da sua afeição (*amare*) por José, procura amar (*diligere*) a todos os filhos por igual. Mas é difícil esconder essa propensão, que os outros acabarão por discernir (*intelligere*). E o coração vence a razão!

Este debate emocional, esta exposição conflituosa - vide a presença da antítese: *incerta / certa, dubii / certi, maestitudo / laetitiam, luctuosum / laetioe, peiora / potiora, noctis / luminis, sursum ac deorsum, inope / diues-*, interior, da alma humana, em que a tragédia procura a *mimesis biou*, a *imitatio uitae*¹⁰⁰⁴, esta expressão das emoções revela a influência de Petrarca que, através dos *Rerum Vulgarium Fragmenta*, se impõe à literatura europeia. Admite-se a *contaminatio* com o género lírico. Mas também se manifesta a permeabilidade genológica do modo dramático com o género narrativo, quando o patriarca apresenta o exemplo da sua própria vida:

Id euenire dico prouidentia
Regentis orbem numinis, sed arbiter
Etiam actionum quisque conciliat sibi
Peiora rerum, ex sorte commutabili:
Potiora iuuenis sed mihi optauit Deo
Opem ferente: namque cum fugi mei
Peregrinus odium fratris, atque auunculum
Adi Labanum a patria extorris domo.»

'Eu digo que isto acontece pela providência da divindade que governa o mundo. No entanto, ainda assim é cada um de nós, como árbitro das suas acções, que da sorte mutável tira para si as piores coisas. Mas eu, quando jovem, escolhi coisas melhores para mim, com o auxílio de Deus. Com efeito, como peregrino, evitei o ódio do

¹⁰⁰³ Para este género e o *genus deliberativum*, vide Cícero, *De inu.*, 2.51-59; para uma interpretação de géneros num discurso retórico, cf. Cícero, *De inu.*, 2.32.

¹⁰⁰⁴ Cf. Aristóteles, *Poética* 1449b 24-28.

meu irmão e, exilado da casa paterna, fui para casa do meu tio Labão...’ 1005

O recurso ao *exemplum* pessoal, que se realiza como *probatio*, resulta da necessidade de persuasão (*persuasio*), do imperativo de comover (*mouere*) o espectador, em busca duma empatia que permita a efectiva realização da tragédia como espectáculo (*theatrokratia*), um aspecto já sublinhado por Aristóteles 1006. É este um momento que desperta o *pathos*, a que corresponde o *genus amplum*, em alternância com o *genus demonstrativum*.

Ainda dentro das figuras, encontramos o símile ou a comparação:

•Vt in aestuoso cymba iactatur salo,
Infirma nobis mentis est sollertia,
Ratioque nutat...•

•Est certa mors, errorque, et Inconstantia.•

•Caelum ex sereno lentius fit nubilum,
Quam maestitudo a corde laetitiam fugat.•

‘Assim como o barco é agitado num mar tempestuoso, assim também a destreza da nossa mente é débil e a razão vacila.’

‘A morte é certa, assim como o engano e a indecisão.’

‘O céu límpido cobre-se de núvens mais lentamente do que a tristeza afugenta a alegria do coração’. 1007

O recurso à imagem náutica para reflectir sobre a debilidade do espírito é um motivo recorrente na tradição clássica e. g. Virgílio (A.IV.532, 564; XII.489), Séneca (*Agam.* 138-140; *Thyest.* 436-439; *Med.* 940-943;

1005 Cf. I.01.161-168.

1006 Cf. Aristóteles, *Poética* 1455a 24-27. A primeira referência a este conceito é-nos dada por Platão (*Lets* 701a).

1007 Cf. I.01.148-150; 152; 154-155.

Phaedr. 580-582). Também o humanista bracarense Diogo de Telve a usa em a *Tragédia do príncipe João* (vv. 1-6).

À *grauitas* do patriarca se adequa ainda o tom solene que, por momentos nos faz recordar os anciãos do célebre comediógrafo latino, Terêncio. Mas aproxima-nos ainda mais do filósofo Cordovês, Sêneca, em que se filia esta tradição da *sententia* humanista, da *breuitas* discursiva, como recomendam Erasmo, no prefácio dos seus *Apophtegmata* e na sua *Ratio studii ac legendi interpretandique auctores*, que muito influenciou a pedagogia conimbricense ¹⁰⁰⁸, e D. Jerónimo Osório, no tratado *De regis institutione et disciplina*, 'Sobre a educação e instrução do rei', dirigida a D. Sebastião ¹⁰⁰⁹. Na imitação dos Antigos, a *auctoritas* da *oratio* humanista havia de valorizar a literatura de sentenças, o uso do paradigma ¹⁰¹⁰, que também é peculiar á linguagem bíblica do Antigo Testamento, e. g. o *Livro dos Provérbios*, o *Livro do Eclesiastes* e o *Eclesiástico*. E esta linguagem sentenciosa vai valorizar a organização do período em entimema.

Se as transcrições para a comparação nos dão já uma breve amostra, porém outras ocorrências podem ainda ser registadas:

«Namque una mutat hora nobis omnia.»

«Repente sola quam laboramus mali
Opinione! Prona quam nobis uia est,
Quamque in doloris certa contubernium!»

'Uma só hora nos muda tudo'.

¹⁰⁰⁸ Cf. NAIR CASTRO SOARES, «A literatura de sentenças no humanismo português: *res et uerba* in: *Humanismo Português na época dos descobrimentos - Actas*, Coimbra, 1993, p. 384.

¹⁰⁰⁹ NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «Mito, Imagens...» cit., p. 79; ID., *O Príncipe ideal...* cit., p. 353.

¹⁰¹⁰ Cf. NAIR CASTRO SOARES, «A literatura de sentenças...» cit., p. 379.

'Quanto padecemos repentinamente só com a expectativa do mal
Como é inclinado o caminho para nós e como é certo para a morada
da dor!' 1011

A última frase parece encontrar raízes em Quintiliano (*Decl.* 14.10:
homo ab hominibus gaudiis in contubernium doloris adductus).

Caracteriza ainda o *genus amplum* os *tropi* da perífrase e da
antonomásia:

«Dixi colendum Numen aeternum mihi.»

'Eu disse que uma divindade eterna deve ser adorada por mim' 1012

Em interligação com o polissíndeto ocasional (v. 152), aparece ainda
o homeoteleuto, ao serviço da intensidade lírica: ... *cogitant* / ... *fluctuant*
(vv.146-147); ... *inconstantia* / ... *omnia* (vv.152-153).

A esta longa *rhêsis* retórica, de pendor ético, adequada ao *decorum*
do *êthos* desta personagem, vai suceder um longo diálogo com José, que é
apresentado previamente ao espectador num àparte de Jacob, que é
aproveita para se afastar do centro da cena. A realização linguística denota
adequação ao estatuto social, pois ambos ocupam lugares distintos: Jacob,
o pai, é tratado com reverência, como denuncia a expressão *optimo patri*
(v.246); o mesmo respeito lhe merece o filho, José, como se poderá inferir
do uso de *gnate mi* (v. 252). A intensidade discursiva deste confronto
dramático acentua-se com a *esticotimia* (vv. 283-285) e a *antibalê* — o verso
é dividido em duas e três falas (respectivamente, vv. 280-282, 289; 267,
290), em aliança com o *genus deliberativum* — Jacob persuade o seu filho
José a não falar mais dos seus sonhos aos irmãos, ao mesmo tempo que o
envia até junto deles, para saber notícias suas.

Nesta cena II do acto I, em que do género demonstrativo se avança
para o deliberativo numa confluência dos dois *genera*, completa-se o retrato

1011 Cf. I.01.158-160; 153.

1012 Cf. I.01.185.

físico e psicológico de José pelo processo oratório que se designa por histórico, e que Alessandro Lionardi caracteriza em *Dialoghi dell'invenzione poetica* (1554) ¹⁰¹³: em primeiro lugar, o *exemplum* paterno (vv.165-166: *Potiora iuuenis sed mihi optauit Deo / Opem ferente*), depois o nascimento e a falecida progenitora (vv. 199-200: *extinctae alterum / Pignus Rachelis*); este menino, de belo aspecto (v. 240: *Illa una species oris excellentior*) e de uma excelente educação (v. 308: *Tibi obsequendo disco uirtutem pater*) está predestinado a um grande futuro, conforme vaticínio do sonho. O mesmo processo usou D. Jerónimo Osório, no *De regis institutione et disciplina*, para apresentar a figura do nosso rei D. Sebastião ¹⁰¹⁴.

O herói desta tragicomédia, José, apresenta-se aos olhos do espectador como um homem comum — até ajuda no pastoreio (vv. 309-310: *greges / Quorum ipse curam Pastor aliquando geris*) —, se bem que oriundo duma estirpe elevada, própria da tragédia. Quanto ao *ethos*, ao carácter, é uma pessoa boa, obediente ao pai, que acata com respeito e alegria os seus conselhos:

«Sequor parentem laetus.»

¹⁰¹³ Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideal...* cit., p. 336.

¹⁰¹⁴ Neste diálogo, em que o terceiro interlocutor é Monsignor D' Arimíni, Sperone Speroni, poeta e crítico literário, a solicitação do professor de Filosofia e comentador da *Física* e do *De anima* de Aristóteles, Messer Marc'Antonio Genoua, define-o assim: «E nel trattare d'amendue bisogna seguitar l'ordine di natura, la quale va dalle cause agli effetti nell' operae, si come ancora sogliono procedere le scienze in sapere. Se di persone adunque tratterassi, si consideranno due cose, l'una il generante, l'altra il luogo ove il alcuno fia generato. In quanto al luogo si verrà a considerare il sito e la natura e qualità di questo e l'origine, potenza, nobiltà e costumi di coloro che vi abitano. In quanto al generante, quale egli sia e quali sieno stati i suoi maggiori e progenitori, e queste due condizioni principalmente si considerano, essendo il padre e la patria, come dite voi, un commune principio della generazione. L'educazione vien poi, la quale tanto è più difficile, quanto quella è facile, perciò che il nudrire e ben allevare una pianta o altra cosa dalla natura prodotta è gran fatica. E però si deono descrivere e narrare i buoni e mali costumi de' luoghi e delle persone, o publiche o private, acció che egli si conosca et antiveda quali hanno da essere le loro operazioni...» Mais à frente, (In: *Trattati di poetica...* Vol. II, cit., pp. 222-223). Vide também *Rhet. Her.*, 3.7.

'É com alegria que obedeço ao meu pai.' 1015

Este herói trágico, inocente, cometeu uma imprudência ao denunciar os irmãos — incorreu na *hamartia*, ou na denominada «falta trágica» 1016 —, e fê-lo coagido pela necessidade trágica — a *anánke* 1017 — como vimos, o *fatum*, no *Iosephus*, é substituído pela Providência divina.

O diálogo de Jacob e José resulta dum encontro fortuito, nas proximidades da *domus* de Jacob, como se revelará já no final: *Intremus domum* (v.320). Não há descrição de pormenores visuais, pois o *décor* dos cenários supri-los-á facilmente. Tais circunstâncias evidenciam o *locus amoenus* da tradição clássica.

À denúncia do *crimen pessimum*, a cena III do acto I alla, agora, o motivo dos sonhos. O nosso herói, ao transgredir o preceito clássico grego do *meden agan*, havia de incorrer na *hybris*, que arrastaria os irmãos ao desvario:

DANVS

«Praelatus altis hoc habet, ut etiam patri
Videatur imperare. mater uiueret.

GADDVS

Seruire matrem forte iussisset sibi.
Vult imperator iura iam nobis dare.

DANVS

Dare iura? Iugulum sed prius dabit mihi.

GADDVS

O nos inertes, o capita numero decem.
Nostraeque sortis inscios. Obstaculum
Non amouemus illud? Et patimur uiri
Spem somniantis gliscere? D. Quid ais homo?

1015 Cf. I.02.320.

1016 Cf. Aristóteles, *Poética*, 1453a 16-18; ANTÓNIO FREIRE, *A Catarse em Aristóteles*. Braga, 20196, apêndice «A chamada “falta trágica” em Aristóteles», pp. 169-196.

1017 Cf. Aristóteles, *Poética*, 1453b 36-37.

GADDVS

Ego perdídissem, qui uolet me perdere.

DANVS

Narremus ista fratribus. GAD. Facto est opus.

Alamus odium: flatus accendit rogam:

Caedis patrandae non aberit occasio.»

DĀ

'É isso mesmo, colocando-se acima dos outros, até dá a impressão de mandar no próprio pai. Se a mãe vivesse..

GAD

Talvez tivesse ordenado à mãe que lhe obedecesse. Ele já nos quer dar ordens como um Imperador.

DĀ

Ditar ordens? Antes disso, dar-me-á o pescoço.

GAD

Que inércia a nossa! Dez pessoas e ignorantes da nossa sorte! Não afastamos aquele obstáculo? E permitimos, nós, que aumente a esperança do sonhador?

DĀ

Que é que tu dizes, homem?

GAD

Eu, por mim, mataria quem me quisesse matar.

DĀ

Vamos contar isto aos nossos irmãos.

GAD

'É necessário agir! Fomentemos o ódio; o orgulho incendeia a fogueira; não estará longe a ocasião de perpetrar a sua morte.' 1018

Manifesta-se, deste modo, nos pares de José, a paixão da inveja, que deriva do desejo de glória, da ambição das honras: rivalizamos com as pessoas que nos são chegadas ¹⁰¹⁹. Para o desfecho trágico anunciado, ajudam à nossa compreensão as palavras de Dario, em *Os Persas* (821-822) de Ésquilo: «A insolência, quando floresce, produz a espiga / da desgraça, cuja ceifa é toda feita de lágrimas» ¹⁰²⁰.

Numa acumulação argumentativa, favorável à persuasão, e após alguma tensão emotiva — expressa nas frases exclamativas e interrogativas — assoma aos lábios de Gad a deliberação, em forma de entimema — *Ego perdidissem, qui uolet me perdere*.

O espectador começa a temer pela sorte imerecida do seu herói, vítima dum infortúnio que ele mesmo poderá vir a sofrer. É o despertar da compaixão que o temor e a empatia fazem suscitar ao público espectador ¹⁰²¹.

Para a tessitura perfeita do *mythos*, com vista à plena realização do *pathos* ¹⁰²², concorrem ainda a premonição do sonho e os indícios, e. g. o coração agoirento do viandante:

«Cur augurari fertur humanum, cauet,
Incepta linquit saepe, diuinat, timet
Puer ille non est sanguinis proles mei;
At pertimesco, ne quid inueniat mali.
Quaerit per ista lustra fratres, suspicor
Pro fratribus aliquod fore ei infortunium.
Sed suspicaci corde cur me macerem ?
Nihil est mearum pulcher hic rerum puer.
Ita sumus, animus in malis nostris dolet :
At in alienis minime laetari, est satis.»

¹⁰¹⁹ Aristóteles, *Retórica*, 1387b 24-26; 1388a 1-16.

¹⁰²⁰ MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA, *Hélide...* cit., p. 199.

¹⁰²¹ Aristóteles, *Retórica*, 1385b 20-34. O temor (*phobos*) e a compaixão (*éleos*) são os dois efeitos específicos da tragédia (Aristóteles, *Poética*, 1453b 11-14).

¹⁰²² Aristóteles, *Poética*, 1452b 9.

'Diz-se que o coração humano é pressagioso: desconfia, muitas vezes abandona projectos, adivinha, receia. Aquele menino não é filho do meu sangue, mas receio que lhe venha a acontecer algum mal.

Procura os irmãos por estes lugares selvagens, mas suspeito que, em vez dos irmãos, venha a sofrer alguma desgraça.

Mas porque motivo me hei-de afligir eu com este meu coração receoso? Este menino formoso não é da minha conta. Nós somos assim! O nosso espírito aflige-se com os nossos males, mas com os alheios alegrar-se o mínimo é o bastante.' 1023

Este discurso, com predomínio da parataxe, articula-se através do polissíndeto ou da construção assindética e privilegia as conjunções copulativas ou adversativas, de que resulta, a nível da *compositio*, a linearidade sintáctica, a *oratio soluta* ou a *oratio perpetua*. O *ornatus* vai preferir as *figurae per adiectionem*: a sinonímia (*augurari, suspicor, suspicaci; cauet, diuinat, timet, pertimesco*), numa *amplificatio* gradativa, a que está aliada a enumeração e a figura etimológica (*suspikor, suspicaci*), que intensifica a *uis* semântica. Ao serviço desta repetição, que intensifica a expressão emiocial, afectiva, está ainda a aliteração (*ista lustra fratres, suspikor; suspicaci corde cur me macerem; sumus, animus in malis nostris*) e o homeoptoto (*cauet / timet*). É este o *genus medium (mediocris)*, expressão dum estado de alma, em que o actor suscita a empatia do público (*delectare*), que no Viandante revê a confirmação dos seus receios. A *delectatio* é ainda reforçada por expressões lapidares que, afinal, confirmam a experiência particular de cada um dos presentes.

Com a *breuiloquentia*, o *poietes* do Renascimento «procura inserir-se na continuidade de um género, colocar-se ao nível da grande poesia, à altura do coturno da tragédia clássica» 1024, que os gregos consagraram acima de todos os outros géneros 1025. Dada a importância da tradição da sentença, que marca presença desde Homero e da gnómica de Sólon, e que

1023 Cf. L.05.416-425.

1024 NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «Mito, imagens ...» cit., p. 81.

1025 Aristóteles, *Poética*, 1462a 14-18.

com a retórica, se revelou um hábil instrumento ao serviço da persuasão, transcrevemos agora algumas máximas que se inscrevem no início desta tragicomédia:

«Meditantis oculi pectoris sunt iudices»

'Os olhos são juizes do que vai no coração.' 1026

«... .. graulter accipiunt uiri
Superba pueri dicta, praesertim suis
Aliena sensibus, et suspecta commodis.»

'Os homens dificilmente aceitam afirmações insolentes de uma criança, principalmente estranhas aos seus sentidos e perigosas para as suas conveniências.' 1027

«... .. Repuerascunt senes
Ideo relictis grandibus, paruos amant.»

'Os velhos tornam-se novamente crianças e, por isso, abandonados os grandes, amam os pequenos.' 1028

«Ignorare tua namque, et aliena sapere
Extrema cautis dicitur dementia.»

'Com efeito, ignorar escrupulosamente o que é teu e conhecer o alheio, é rematada loucura aos olhos dos cautelosos'. 1029

O ritmo veloz da acção é interrompido, *ex abrupto*, pela cena hilariante do feitor e do podador; porém, há continuidade no cenário numa paisagem campestre. Este entretenimento do espectador tem raízes nas

1026 Cf.I.01.258.

1027 Cf.I.02.299-301.

1028 Cf.I.03.329.

1029 Cf.I.06.464-465.

tradicionais rixas do campo: a disputa da água, armazenada em represas; a controvérsia dos marcos, para delimitar os campos; o pequeno furto de lenha ou de fruta... Nesta cidade do centro do país, importante pólo aglutinador no seio duma sociedade essencialmente rural, Luís da Cruz teve em mente, para além da diversão, objectivos didáctico-religiosos: numa clara antecipação à máxima novilatina da centúria seguinte — *castigat ridendo mores* —, a partir do ridículo, seria desejo seu pôr cobro a estas disputas intestinas.

Depois do intróito de o *Fron dator*, o *Vilicus* expõe, numa prolongada reflexão, pretensamente científica, a origem do espirro (*sternutatio*). Empréstimo-lhe credibilidade uma *oratio ornata* que privilegiou a figura etimológica (*sternuo, sternutatio, sternutamenta*), a sugerir as *exercitationes* da pedagogia humanista, com particular destaque para a *uariatio* e a *correctio* dos *thema* propostos ¹⁰³⁰. O poeta, conforme os *praecepta* da poética aristotélica, enriqueceu ainda a *elocutio* com empréstimos gregos (*satrapae, mystagogi* e *Aetheris*), verbos compostos (*exponimur, recedimus, disploditur, circumfunditur*) e nomes compostos (*decempedis*), o que confere a este solilóquio elevação linguística ¹⁰³¹.

O cômico de situação, realizado pelo recurso à técnica do espião, marca a abertura deste *agôn*, num ritmo vivo, reforçado pela expressiva ironia no primeiro verso do trecho que se segue:

VILICVS

«Hem tu latebas bone uir? Es qui caeduum
Fecisti ut esset silua non incaedua?
Parato. FR. Quid uis? VIL. In te costifraglum.»

LAVRADOR

‘Ah, meu malandro! Tu estavas escondido? Foste tu que andaste a cortar lenha para que o bosque não ficasse por podar? Prepara-te.

¹⁰³⁰ Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «Mito, imagens ...» cit., p. 76.

¹⁰³¹ Cf. Aristóteles, *Poética* 1458a 18-35; 1458b 1-16.

PODADOR

Que desejas?

LAVRADOR

Deslumbar-te os costados.¹⁰³²

Nesta lição rural, a que o dramaturgo dá feição de um combate entre feras — ... *nam desperati irruunt / In arma, prouocate sicut beluae* (vv.504-505: '... pois os desesperados atiram-se contra as armas como feras provocadas'), a *uis comica* é ainda reforçada pela *auctoritas* plautina e terenciana, que justifica um tom de linguagem próprio da praça pública, tão caro a Luís da Cruz: *furcifer* (v.515: Plauto, *Am.* 539; Terêncio, *An.* 618), *scelestes* (v.518: Plauto, *Poen.* 798, *Ps.* 354; Terêncio, *An.* 789-790); *improbe* (v.528: Plauto, *Aul.* 751, *Mos.* 1180; Terêncio, *Eun.* 942) — insultos próprios da comédia, mais frequentes em Plauto que em Terêncio. Ao gosto de Plauto podem ainda ser atribuídos os compostos *costifragium* e *lumbifragium* (vv. 488 e 530: *Am.* 454) ou interjeições do tipo *hei me* (*Cist.* 240).

A força da *ironia* marca o recomeço da *actio tragica*:

IVDAS

«Illum ne? SIM. Video. Adeste fratres, orgia.
Hodie, et triumphus. NEP. Notus est. ZAB. Victoria.

DANVS

Gnati ex Iacobo cernui et proni, mora
Sit nulla, dextram Regis osculamini.

LEVI

O Sole maior, o Luna fulgentior,
Nobilior astris, ad tuum regnum ueni.

GADDVS

Eia una in illum fiat conspiratio.»

JUDÁ

'Não é ele?

¹⁰³² Cf. I.06.486-488.

SIMEÃO

Vejo que sim, irmãos. Vinde cá! Hoje é dia de orgia e triunfo.

NEFTALI

É conhecido.

ZABULÃO

Vitória.

DÁ

Filhos de Jacob, ajoelhados e de cabeça inclinada! Sem demora, vinde beijar a mão direita do Rei.

LEVI

Ó tu, maior que o Sol, mais refulgente do que a Lua, mais brilhante do que os astros, vem para o teu reino.

GAD

Avante! Que se faça uma conspiração contra ele.¹⁰³³

O tratamento distinto dispensado a José feriu o orgulho dos irmãos e despertou o desejo de vingança, o *furor* senecano (*Thy.* 176-335), reforçado pela expressividade de interrogações retóricas que compendiam o libelo *aeusatório*.

Na cena VIII, o público vai conhecer a decisão de encarcerar José numa cisterna, para se evitar uma morte cruenta. A lembrar um exercício escolar de retórica, que configura uma *amplificatio* do texto bíblico, ao *genus iudicale*

RVBENVS

«Quid hic timoris? OMNES. Quid Rubene? Seruitus.
Vnus ne fratres opprimet frater decem?

RVBENVS

Pater cauebit, non sinet falli suos.

¹⁰³³ Cf. I.07.542-548.

SIMEON

Noua res Iacobo est fallere ? Esaum roga.»

RÚBEN

'De que tendes medo?

TODOS

De quê, Rúben? Da escravidão. Porventura, há-de um só irmão oprimir os outros dez?

RÚBEN

O pai tomará providências e não permitirá que os seus sejam enganados.

SIMEÃO

Será o engano coisa nova para Jacob? Pergunta a Esaú.' 1034

— em que se confrontam dois discursos partidários: Rúben opõe-se ao fratricídio, que os restantes irmãos advogam como o mais útil —, vai seguir-se o *genus deliberativum* — Rúben aconselha a "assembleia" dos irmãos a reflectir, antes de tomar uma decisão:

DANVS

«Consilii egemus? Puerum ut occidam ruo.

RVBENVVS

Ne Dane praeceptis fratris in caedem rue.
Deliberare oportet ante plurimum,
Quam caede fratris impiam tingas manum.

DANVS

Quid ais Rubene? RVB. Dane, maturo prius
Patrandae debent facta consilio regi.»

DĀ

'Precisamos de tomar um conselho? Vou já a correr para matar o rapaz.

1034 Cf. I.08.563-567.

RÚBEN

Não te precipites, Dã, para o assassinio de teu irmão. É preciso deliberar muito, antes de manchares as tuas mãos impias com a morte de um irmão.

DÃ

Que dizes, Rúben?

RÚBEN

Dã, as acções a praticar devem antes ser guiadas por um conselho sensato.¹⁰³⁵

A transição entre os dois géneros aristotélicos está marcada com a pergunta retórica de Dã: *Consilii egermus?* (v.574).

Uma *comparatio brevis*, a conotar o *topos* clássico do *locus horribilis*

SIMEON

•En fit propinquus, agnus a saeuo lupo
Aut qualis a leone mactatur truci,
Vngues in istos incidet talis.▪

SIMEÃO

'Els que se aproxima! Como um cordeiro que é morto por lobo cruel ou por um leão feroz, assim cairá ele nestas garras.'¹⁰³⁶

marca o início duma gradação emocional para o *pathos*. Enquanto José se aproxima, os irmãos dissimulam o rancor.

A ironia, aliada à anáfora (v. 610), e as interrogações retóricas marcam o início do confronto entre José e os irmãos, que se encontravam na pastorícia. A esticomitia (vv. 615, 617, 626-629, 636, 647, 654) e a *antibalê* (vv. 610-611, 616, 618-23, 653, 659-662)— em que o verso se divide por duas ou mais personagens — conferem-lhe a intensidade discursiva.

Não obstante as marcas do *genus uehemens*¹⁰³⁷, é o *genus amplum* que prevalece, propiciador de um grau mais violento dos afectos, o *pathos*.

¹⁰³⁵ Cf. I.08.574-579.

¹⁰³⁶ Cf. I.08.603-605.

Para essa expressão converge o uso da apóstrofe (vv. 662, 671, 708-709), da antonomásta (vv. 627, 669, 677, 678) ¹⁰³⁸, da ironia (vv. 635, 687), da hipérbole (vv. 634, 670), do eufemismo (vv. 632, 648, 669), da perífrase (v. 669, 673), da metáfora (v. 716), da hipálage (v. 674), do *exemplum* (v. 695), da comparação (v. 680), da sinonímia (vv. 617), da antítese (vv. 640-642; 643-646).

A dicotomia discursiva entre José e os irmãos manifesta-se também a nível do *ethos*: à inocência, à alegria do reencontro, às variegadas cores de José, opor-se-á o *odium* fraternal, uma ambiência escura, de mentes depravadas, a simbolizar luta do bem e do mal. O vocabulário é revelador desta duplicidade de atitudes: *laetus*, quando se preparava para a partida ¹⁰³⁹; *tunica pulcher, per omnium quos uiderim pulcherrime, felix* — apreciações do Viator, que lhe dá indicações preciosas acerca do percurso ¹⁰⁴⁰; *saluete fratres, laeta* — palavras de José, quando reencontra os irmãos ¹⁰⁴¹.

Pese, embora, esta boa vontade, os seus irmãos haviam de disparar, à queima roupa: *Periturus uenis!* ¹⁰⁴². A ironia e o tom macabro que assomam a um diálogo eufórico, com frases curtas e incisivas, arrebatam o espectador até à compaixão pelo herói inocente, vítima do infortúnio. A tensão entre a inocência de José e a sede de vingança dos irmãos mais adensa o clima crescentemente trágico.

Assinalamos três momentos em gradação ascendente: a instigação à revolta — *perdidissem, perdere, odium e caedis* ¹⁰⁴³; a conspiração dos irmãos — *orgia, triumphus e uictoria, tumultum, tumultuamini, hoste,*

¹⁰³⁷ Acrescentamos ainda a epífora (v. 616).

¹⁰³⁸ A expressão *rector orbis* (v. 627) pode encontrar-se em Cícero (*Fir.4.II: Tu, summe caeli rector*), Sêneca (*Thy.1077: summi rectoris ac domini numen; Ep.16.4: quid prodest, si deus rector est?*), e Papinilo Estácio (*Ach.2.53: aetherii... rectoris*).

¹⁰³⁹ Cf. respectivamente: I.2.320.

¹⁰⁴⁰ Cf. respectivamente: I.5.393, 403, e 414.

¹⁰⁴¹ Cf. respectivamente: I.9.609 e 610.

¹⁰⁴² Cf. I.9.610.

¹⁰⁴³ Cf. respectivamente: I.3.348, 350 e 351.

premur, perdet, caede, regamus, necandi, caedis ¹⁰⁴⁴, a que se opõe Rúben — *fraterna caedes... immane est nefas /... sanguine... / necare... scelus, facinori, parricidio, nefas, Immane saltem sanguinis / fusi... crimen, expiret, incruenta morte, scelere... tanto, necis, flectat, lachrymis* ¹⁰⁴⁵; por fim, a execução do crime, onde, à crueldade dos irmãos — *periturus uenis, tuo malo, augur nobilitis, obtorta gula, necandi... obeundi* ¹⁰⁴⁶, José opõe a sua inocência — *facinus audax e scelus, an hostes ore fraterno, innocentis, quaeso, suffocate, supplex oro, innocentiam, mortis iniustae, caedis acerbae, defleo, fraterna iniuria, odiis fratrum, expers inuidiae, parricidio uestro, innocens* ¹⁰⁴⁷.

Momentos há neste diálogo, em que o espectador se mantém suspenso entre o medo (*metus*) e a esperança (*spes*), que convidam à *catharsis*. José apela à moderação, ao equilíbrio emocional, na senda da doutrina estóica:

«Numen per illud quod pater colit meus,
Vesterque, supplex oro, deposita parum
Ira, et furoris igne compresso, necis
Aperite causas: namque si culpa nocens
Nulla uldebor laetus ad nostros auos
Defunctus ibo, mecumque innocentiam
Magnum leuamen mortis iniustae, feram
Si sceleris in uos auctor admissi fui,
Non deprecabor, moriar ut moritur reus,
Quem iusta damnant iura, peccatum luam.»

'Rogo-vos suplicante por intermédio de Deus, ao qual adora o meu pai, e também o vosso, que deponhais por um pouco a vossa ira e reprimais o vosso furor. Dizei-me as causas desta morte. Na

¹⁰⁴⁴ Cf. respectivamente: I.7.542 e 543; I.8.557, 559, 560, 561, 571, 576, 580, 582 e 582.

¹⁰⁴⁵ Cf. respectivamente: I.8.584-585, 587, 589, 590, 592-593, 596, 597, 599, 600, 601 e 602.

¹⁰⁴⁶ Cf. respectivamente: I.9.610, 612-613, 626, 633 e 647.

¹⁰⁴⁷ Cf. respectivamente: I.9.617, 619, 622, 627, 629, 638, 642, 643, 651, 663, 674, 680, 688, 705-706 e 717.

verdade, se eu parecer criminoso sem culpa alguma, irei alegremente para a morada dos nossos avós defuntos; levarei comigo a inocência, grande lenitivo da morte injusta.

Se eu fui o autor do crime cometido contra vós, não apelarei, morreréi como morre um réu condenado por leis justas e expiarei o meu pecado.' 1048

Da boca de José, chega-nos o exemplo de quem, não obstante a adversidade, jamais duvida do auxílio divino:

«Expers inuidiae, pueri candore retexti
Illa meis, quae nubtuagis haud irrita uentis
Ire dabis, quamuis abeam, quo concaua rupes
Depositos custodit auos, te rursus ab alto
Spero equidem ut ueniam lussurum in luminis auras:
Vt tua promissum teneant oracula cursum.»

'Isento de inveja, e com a candura de criança, revelei aos meus aquelas coisas que Tu darás aos ventos errantes sem as apagar, ainda que eu vá para a caverna côncava, que guarda os restos mortais dos meus antepassados.

Sem dúvida, tenho esperança que Tu, lá do Céu, ordenes que eu venha de novo para a claridade da luz, para que os teus oráculos atinjam o caminho prometido.' 1049

Por entre a linguagem patética, deixa José a certeza da justiça:

«O cacca furis pectoral O uelo abditos
Oculos Auerni! Spero uenturum diem
Quo caedis hulus memoria, ipsi asperas
Poenas luatis. Innocens nemo cadit
Inultus, illum quaerit absentem Deus...»

'Ó corações obcecados pela ira! Ó olhos cegos pelo véu do Averno! Espero que chegue o dia em que, recordando este crime, havers de sofrer as duras penas do castigo. Nenhum inocente cai sem vingança, Deus procura-o mesmo que esteja ausente.' 1050

1048 Cf.I.09.637-646.

1049 Cf.I.09.687-693.

1050 Cf.I.09.708-712.

Ésquilo, em *Euménides* (vv. 519-520; 538-543), pela voz do Coro, também proclama a utilidade de aprender a ter moderação na dor e o princípio da justiça soberana.

Aos jovens atenienses permitia o Estagirita a sua entrada nas tragédias, pois «reputa o drama trágico pedagógico, formativo, catártico: sobretudo se nele os espectadores aprendem a reprová-lo que é reprovável e a condover-se do que merece compaixão»¹⁰⁵¹. É o justo equilíbrio, a conduta moderada que deve prevalecer em situações de crise: «a catarse trágica, segundo Aristóteles, orientada à purificação e sublimação de dois sentimentos eminentemente humanos e característicos da tragédia — a comiserção e o temor — visa essencialmente a moderação e o equilíbrio. Nada é tão característico do bom gosto dos Gregos como a moderação: nada em demasia — rezava a máxima dos Sete Sábios da Grécia, gravada a letras de ouro no frontão do templo de Apolo, em Delfos. Os poetas trágicos não se cansam de repetir, que a moderação é o que há de melhor»¹⁰⁵². É a tragédia uma escola de aprendizagem pelo sofrimento: *aprende-se sofrendo*, dirá Ésquilo em *Agamémnon* (v. 178), quando o coro entoia o hino a Zeus.

À tristeza de José, opõe-se, agora a alegria dos irmãos: festejam, com *epulas lautiores*¹⁰⁵³, o *facto memorabili*¹⁰⁵⁴. Veja-se o vocabulário que nos remete para esta envolvimento de orgia triunfante: *poculis, epulas lautiores, cantu et iocis, laetitiam, saltitando, laetoque gratum carmen augetis choro?, lyram, orgiam, tibiam, sistrum, tympanista, tympanum, gaudeamus gaudia, cantu laetus mea gaudia, laetor, laetior, exsultat, gaudet.. uictor,*

¹⁰⁵¹ ANTÓNIO FREIRE, *A catarse...* cit., p. 144.

¹⁰⁵² ANTÓNIO FREIRE, *A catarse...* cit., p. 163. Vide também, do mesmo autor, *Conceito de Moira na Tragédia Grega*, Braga, 1969, pp. 231-250; «A catarse trágica em Aristóteles», *Euphrosyne*, 3 (1969) 31-45.

¹⁰⁵³ Cf. respectivamente: I.10.724.

¹⁰⁵⁴ Cf. respectivamente: I.10.721.

uictor, pignore, gaudia, laeta mea est, ... uictoria clarnet, clamabo, uictor, uicisti, uictoria, felix, exhilarent, gloria, festis... uallis ¹⁰⁵⁵.

Considerava Aristóteles que o canto (*melopoíia*) era o adereço mais importante na tragédia ¹⁰⁵⁶. Especial atenção se reservava ao canto harmonioso dos coros. Segundo prescreve na *Política* (1342a 18-28), mesmo os espectadores incultos têm direito à *delectatio*, com música apropriada à sua condição social.

Tal princípio nos parece útil invocá-lo para o *intermezzo* musical que se anuncia na cena XI, do acto I. Os mais variados instrumentos musicais ali são evocados: *lyra, tibia, sistrum, tympanum*. Não obstante haver escolas para flautistas em Atenas, como testemunham vasos gregos, contudo Platão e Aristóteles baniram-na.

Uma expressiva metáfora — *Iam nostra scopulum nauis haud illum horreat* (v. 720) — marca o início da transição para o *intermezzo* musical, que é um enaltecimento do tom lírico virgiliano. Com efeito, mais parece um *exercitio* de composição, na busca duma *imitatio* da linguagem e do metro do vate mantuano, próprios das bucólicas. Nesta *contaminatio* genológica, aproximamo-nos do *genus humilis*, adequado aos pastores, com pouco *ornatus*, a preferir as figuras de repetição, marcas de oralidade e de intensidade emocional: a anáfora ¹⁰⁵⁷, a aliteração ¹⁰⁵⁸, a comparação

¹⁰⁵⁵ Cf. respectivamente: I.10.722, 724, 728, 729, 731, 733, 734, 735, 737, 738, 739, 777, 740, 741, 742, 759, 760, 761, 784, 788, 790, 799, 800, 828, 831, 832, 834, 837, 851, 858 e 861.

¹⁰⁵⁶ Cf. Aristóteles, *Poética*, 1450b 15.

¹⁰⁵⁷ Cf. I.11.741-742 e I.11.814

«Primus ego cantu laetus mea gaudia prodo,
Primus ego puerum misisse in funera laetor.»

«Vt coepi ingredior tetigi. Meus est, meus euge»

¹⁰⁵⁸ Cf. I.11.754-755 e 759:

«Nunc laetis eadem nobis resonabilis arua
Culmina frondosas agitate sonantia siluas»

«Laetior expulsis seu sol a nubibus exit»

1059, o polissíndeto 1060, a anadiplose 1061, a epífora 1062, o homeoteleuto 1063.

Não deixa de ser também verdade que a preferência pela hexâmetro dactílico transmite alguma solenidade a este passo.

A dar continuidade ao canto e dança, aparece o *ludus pilae lignae, baculis impulsae*, onde a presença do vocábulo recorrente *baculis* denuncia este *genus humilis*, atribuído ao estilo das élogas de Virgílio.

É esta variedade cénica que torna uma peça de inspiração senequiana, de tom retórico, moralizante, num verdadeiro espectáculo de diversão, "com cor, som".

A presença dos jogos releva o testemunho dum ideário educativo, onde o desporto ocupa um lugar de destaque para a formação intelectual dos alunos. Com efeito, para o humanista do Renascimento, o desporto descansa e apazigua o espírito para a verdadeira concentração e bom aproveitamento nos estudos. Na Idade Média, a cultura física era vista em função do adestramento nas armas 1064.

1059 Cf. I.11.761-762:

«Gaudet ut exuulis post praelia victor adeptis,
Sic spollo chlamydis raptae pro insignibus utar.»

1060 Cf. I.11.775:

«Sol et Luna suum scrutent, et sidera cursum»

1061 Cf. I.11.772:

«Aurea sit tellus, Sol aureus, aurea Luna»

1062 Cf. I.11.768-769:

«Nudus in obscuro moriere nouissimus antro.
In numero uiuet iam nemo nouissimus isto.»

1063 Cf. I.11.781-782:

«Si ludus acuet lignae stomachum pilae,
Baculis recusassae, et intra metas conditae.»

1064 Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *O Príncipe Ideal...* cit., pp. 427-428. Para o modelo da educação grega, sobretudo a espartana, que a Revolução Francesa elegeu como paradigma, e que já o fora ao longo do séc. XVI, vide JOSÉ RIBEIRO FERREIRA, «Grécia e Roma na Revolução Francesa», *Revista de História das Ideias*, 10 (1988) 203-234. Vide ainda FRANCISCO DE OLIVEIRA, «Actividades lúdicas em Roma», in: *O Espírito Olímpico...* cit., pp. 111-126; MARIA CRISTINA PIMENTEL, «O espírito agónico no Alto Império Romano», *ibid.*, pp. 127-152.

O prodigioso aparecimento do diabo marca o início do acto II. A acção avança muito lentamente, retardada pelo diálogo acalorado de Cacodémon com o Anjo, que se lhe opõe tenazmente:

«... ... A. Accedis? Meum
 Infesta gladium bellua cruenta, tibi
 En quam potenti elido ceruicem pede.

 CA. Gentis infernae chaos
 Inclusa nigro regna, praesidio mihi
 Venite uicto. Grauior incendit rogas
 Edaciore crucior hic igni. Loquar.»

ANJO DA GUARDA

'Aproximas-te? Enfrenta a minha espada, monstro sanguinário e hostil. Eis que te esmago a cabeça com o meu forte pé.

CACODÉMON

Ó reinos incluídos no negro caos da raça infernal, vinde em meu auxílio, que estou vencido. A fogueira mais se acende e sou atormentado aqui neste fogo mais concumidor. Falarei.' 1065

Esta passagem, em *genus sublime* - denuncia-o e. g. a preferência pelo signo *gladium* -, aproxima-nos da imagem bíblica do Gigante Golias, a soberba pagã vencida pelo frágil David (*I Sam. 17*). Mas também não terá sido alheia a imagem tradicional do Arcanjo Miguel, vencedor do Dragão que, precipitado para a terra, há-de continuar a perseguir os Filhos de Deus, com todo o furor (*Ap. 12.17*).

O ambiente vivido em redor dum condimentado almoço ¹⁰⁶⁶, já anunciado no acto anterior, vai ainda proporcionar alguns momentos hilariantes. Porém, de imediato a *actio* avança rapidamente e precipita-se na cena IX, com a venda de José. A despedida é um dos passos que se adequa, do ponto de vista da arte trágica, a estimular a catarse:

¹⁰⁶⁵ Cf. II.02.1095-1097; 1103-1106.

¹⁰⁶⁶ Cf. II.5.1145-1173.

SIMEON

«Transacta res est mancipatus mancipem
Sequere, tuorum carpe dominorum uiam.

DANVS

Haeres. GAD. Reuellam, brachio arreptum traham.

ZABVLON

Resistis? ISSACH. Hosce pro osculo pugnoscere habe.
Haec ferto tecum pignora tuorum ultima.

IOSEPHVS

Accipio frater ista, tu lacrimas tamen
Has accipe, memor ueniat in mentem tibi,
Vobisque, dixit haec Iosephus ultimo
Abiens recessu, uos amo quamquam mel
Rupistis odio uincla naturae, et fidem
De patre quid mandabo? Ne factum sciat,
Curate, crimen tegite si ficta potest
Simulatione tanta res unquam tegi.
Vos haec habete liberum cito me fore.
Non esse uirtus serua fortunae solet.

IVDAS

Abito. OMN. Abito...»

SIMEÃO

'O negócio está feito: Como escravo, acompanha o teu
proprietário; toma o caminho dos teus senhores.

DÁ

És o herdeiro.

GAD

Arrancar-te-ei e arrastar-te-ei pelo braço.

ZABULÃO

Resistes?

ISSACAR

Em vez de um beijo, toma lá estes murros. Leva contigo dos teus
estes últimos penhores.

JOSÉ

Aceito-os, irmão. Tu aceita também estas minhas lágrimas. À lembrança venha a ti e a todos vós o que disse José ao partir, no último adeus: amo-vos, embora pelo ódio tenhais aniquilado em mim os vínculos da natureza, a lealdade.

E a respeito do pai, que recado vos mandar? Que ele não saiba de nada. Tende cuidado, escondel o crime, se alguma vez é possível esconder tamanha enormidade pelo fingimento e dissimulação.

Fical sabendo que em breve eu serei livre. A virtude não costuma ser escrava da sorte.

JUDÁ

Vai-te embora!

TODOS

Vai-te embora! 1067

Esta fala — estimuladora de catarse — pela emoção sentida que um jovem exprime ao despedir-se dos irmãos, primeiro seus algozes e depois seus inimigos declarados, torna-se exemplo vivo da *pietas fraternalis*, da *caritas* que deveria ser inculcada em termos pedagógicos.

A escravidão é, no entendimento dos irmãos, a justa punição para os dois crimes (*scelera*), a saber: a denúncia do *crimen pessimum*

DANVS

«Prodi intuebere unus, auxilium tibi
Quam sit paratus ferre: mancipium ueni.»

DÁ

Tu serás o único a ver o que é ser denunciado e como Ele está preparado para te prestar auxilio.

Vem, escravo! 1068

e a ousadia dos seus sonhos de criança,

1067 Cf. II.09.1317-1332.

1068 Cf. II.09.1221-1222.

IOSEPHVS

«Quid oro supplex, illa quae dixi bono
 Et simplici animo, rursus irati mihi
 Pueri exprobratis? Si error est, ignoscite.
 Laus negligendo maior accrescit uiris:
 Quam uindicando somnia in pueris datur.

SIMEON

Puerine somnia? Nouimus te iam diu,
 Et quam superbam spem intimis uenis alis.

IOSEPHVS

Me cupiditatis omnis expertem Deus
 Fuisse nouit...»

JOSÉ

'Dizei-mo, eu vos suplico. Por que é que, irados contra um menino como eu, de novo me atrais à cara aquelas coisas que, de ânimo simples e bom, eu vos disse?

Se está errado, perdoai-me! Maior louvor advém aos homens em desprezar do que vingar sonhos de criança.

SIMEÃO

Sonhos de criança? Já te conhecemos há muito tempo! E que esperança orgulhosa alimentas em ti!

JOSÉ

Deus sabe que eu nunca tive ambições.' 1069

A tensão dramática exacerba-se, num crescendo contínuo, até culminar no crime inaudito, a escravidão, com uma sensação de angústia, de temor (*phobos*) e compaixão (*éleos*) 1070, os efeitos por excelência da tragédia que, segundo Aristóteles, é a imitação duma acção humana (*mimesis práxeos*) de carácter elevado 1071.

1069 Cf. II.08.1226-1234.

1070 Cf. Aristóteles, *Poética* 1453b 10.

1071 Cf. Aristóteles, *Poética* 1449b 24-28.

Aristóteles define compaixão como o desgosto causado por uma desgraça que atinge quem não o merece, e que receamos nos venha a atingir ¹⁰⁷² ou as pessoas das nossas relações, mas que não sejam parentes próximos ¹⁰⁷³.

Favorece a ascensão do *pathos* o vocabulário que se organiza em dois pólos antitéticos, que evoluem simultaneamente: a inocência de José é um dos pólos aglutinadores — *insontem, castus, moribus lectissimis* ¹⁰⁷⁴; o outro é o parricídio monstruoso — *scelus, ueneno pessimo, facinoribus, culpa infanda, nocentiores e caede, pessimum nefas, sceleratiores, tantum scelus, turpe lucrum, foeda transactio, impudens mercatus, parricidas, impij parricidae, scelesti, parricidis, grauius genus, inausa crimina, perfidi e crimen atrocissimum* ¹⁰⁷⁵.

Não menos importantes são os indícios duma tragédia iminente, que se vão acumulando. Jacob teme pela vida de José ¹⁰⁷⁶; José receia os irmãos, denunciados por um olhar nublado ¹⁰⁷⁷. Gad presente o infortúnio ¹⁰⁷⁸, um mal que atormenta o coração agourento do viandante ¹⁰⁷⁹. E Simeão dissipa as dúvidas: *Adeste fratres, orgia / Hodie, et triumphus* ¹⁰⁸⁰. O próprio pai Jacob reitera os seus temores na súplica que dirige a Deus (II.12.1563-1582). Mas a túnica, transportada pelo mensageiro, confirma os piores receios: *Vasto nemore deprensus ferae rapuere* ¹⁰⁸¹. Nada que a sua mente não tivesse adivinhado ¹⁰⁸² ou o diabo não tivesse desejado ¹⁰⁸³.

¹⁰⁷² Cf. Aristóteles, *Retórica* 1385b 13-16.

¹⁰⁷³ Cf. Aristóteles, *Retórica* 1386a 18-24.

¹⁰⁷⁴ Cf. respectivamente: II.1.1065, 1068 e 1069.

¹⁰⁷⁵ Cf. respectivamente: II.1.1044, 1054, 1061, 1064 e 1065, 1067; II.2.1113 e 1115; II.9.1253, 1286-87 e 1316; II.11.1409-1410, 1415, 1431, 1444, 1448, 1449 e 1466.

¹⁰⁷⁶ Cf. I.1.210.

¹⁰⁷⁷ Cf. I.256-257.

¹⁰⁷⁸ Cf. I.3.327.

¹⁰⁷⁹ Cf. I.5.416.

¹⁰⁸⁰ Cf. I.7.541-542.

¹⁰⁸¹ Cf. II.14.1605-1606.

¹⁰⁸² Cf. II.14.1608.

¹⁰⁸³ Cf. II.1.1070-1071.

A própria paisagem se transformou. Na ausência de José, a natureza tornou-se lúgubre, lacrimosa, comungando dos sentimentos humanos. Um negro manto de luto envolve o orbe inteiro ¹⁰⁸⁴, prostra o ânimo de Jacob, receoso das feras ou da discórdia fraterna ¹⁰⁸⁵. Reacção semelhante se regista na tragédia ática, v. g. Eurípides, e em Séneca: o mal, ao apoderar-se do homem, não se manifesta somente em actos contra o seu semelhante, mas também na própria paisagem, v. g., *Oedip.*, 569-581 e *Med.*, 785-786 ¹⁰⁸⁶. Na linha da tradição grega e de Séneca, despertam, ainda, piedade, os lamentos de José desde o fundo da cisterna, os vitupérios na despedida de José, as interrogações de Jacob, ao receber a notícia do mensageiro, as vestes de luto de Jacob e as lágrimas de toda a família que o acompanha nas exéquias fúnebres.

No seio deste universo pateticamente ensombrado pelo mal, vamos enxergando, simultaneamente, a missão divina de José. O diabo, derrotado pelo enviado de Deus, teme-o ¹⁰⁸⁷. E José vaticina que um dia usufruirá da presente alegria dos irmãos, pois *Non esse uirtus serua fortunae solet* ¹⁰⁸⁸. De clara intenção pedagógica e parenética, perfila-se o combate entre o bem (Deus) e o mal (Diabo), um dos temas preferidos dos mistérios medievais de que o teatro vicentino nos dá exemplo significativo. A *innocentia* de José, isto é, a sua pureza de coração, uma virtude recorrente nesta peça, momentaneamente há-de ser vencida pela ambição do lucro, a base para a falta de valores. São as consequências da inveja, do despeito, da arrogância.

Neste «ciclo da morte», a *actio* alterna entre a tristeza e a alegria. À felicidade doméstica de outrora, sucedeu a infelicidade presente, expressa Jacob no longo monólogo que inicia o acto I. Entusiasmado, José parte ao encontro dos irmãos; aguardam-no, contudo, corações rancorosos, que

¹⁰⁸⁴ Cf. II.12.1495-1499.

¹⁰⁸⁵ Cf. II.12.1547-1548.

¹⁰⁸⁶ Cf. *Historia de la literatura clásica ... cit.*, p. 575.

¹⁰⁸⁷ Cf. II.2.1068 e 1109.

¹⁰⁸⁸ Cf. II.9.1331.

exultam com o seu fim iminente. Sobrevém um José triste, enquanto os irmãos rejubilam num ritual orgíaco. Mais tarde, quando se aprontam para o içar do antro cavernoso, José anima-se, à vista das cordas; mas logo se apercebe da desdita. À euforia dos irmãos, sucede o arrependimento. O disfarce do crime anima-os, mas Rúben prediz-lhes a brevidade ¹⁰⁸⁹.

A nível discursivo, após a consumação da venda, o texto dramático volta a apresentar longas *rhêsis* retóricas, que as cenas XII e XIII privilegiam. As primeiras aparecem-nos sob a forma de longos solilóquios, pela voz de Rúben, preocupado com a ausência de sinais da presença do irmão (II.11.1371-1425); o diálogo sucede-se em *esticomitia* (vv. 1437-1439; 1470-1475).

Uma outra nota vai para o enriquecimento da narrativa bíblica. O monólogo de Jacob e o conclave de Gad e Dã configuram uma *amplificatio* de verosimilhança, na economia da narrativa. Enquanto o primeiro esclarece pormenores do passado, o segundo dá mais consistência ao início da revolta. Desta comparação, verificamos ainda a criatividade de Luís da Cruz, que imprimiu minúcia e realismo aos diálogos, quase inexistentes no relato bíblico. Já no acto II, as cenas do diabo (II.1-3.1023-1129), que a tela dramática deste acto contém, são de natureza cómica, com sabor instrutivo ¹⁰⁹⁰. As outras duas, Jacob com Benjamim (II.12.1491-1553) e na súplica ao Oráculo divino (II.13.1554-1582), completam a informação do texto bíblico, na óptica do verosímil. O retardamento da acção também acontece por exigência do género da tragicomédia. Satisfazendo as preferências dos espectadores, a acção dramática é retardada pelo quadro cómico do feitor e do podador (I.6.426-535), por um intermédio musical (I.11.741-783) e por um quadro ilustrativo de um jogo que poderíamos designar por "hóquei" em campo (I.784-862). Configura-se, assim, uma *amplificatio* cómica, sem ligação alguma com a trama dramática ou a narração bíblica. Função

¹⁰⁸⁹ Cf. II.11.1485.

¹⁰⁹⁰ *Docere* é uma das funções da poesia. Na expressão de Horácio (*Arte Poética*), *utile dulci* (v. 343) e *aut prodesse... aut delectare* (v. 333).

idêntica desempenham as cenas do diabo. De tradição medieval, aparecem aqui sobretudo com finalidade de formação religiosa: Deus venceu o diabo por causa da soberba e precipitou-o nos infernos. Os *Exercícios Espirituais* também poderão explicar a sua presença aqui ¹⁰⁹¹.

TRAGÉDIA E EXPRESSÃO DA *VIS COMICA* (ACTOS III - V)

A peripécia (Acto III) marca o avanço para o ciclo da comédia, que se caracteriza pelo triunfo da virtude, do bem sobre o mal (actos IV e V), num tom trágico de arrependimento. O espectador é confrontado pela lição divina do amor, do perdão. E quão dura para a natureza humana! É o triunfo da mensagem redentora do cristianismo, de alcance incomparavelmente superior às consequências nefastas do ódio.

Continuamos a assistir a um ritmo próprio da tragicomédia: ao tom grave de Jacob, José e de Faraó, personagens de alto coturno, e a que corresponde o *genus sublime*, junta-se uma certa jovialidade popular para diversão do espectador, habituado às truanices de Cacodémon, o diabo. Não lhe escapam o intendente do Faraó, Putifar e, mais tarde, o Lavrador, quando deambulava no Egipto ¹⁰⁹². Neste acto III, assume papel de relevo o incêndio da casa de Putifar, com grande movimento e de efeito visual espectacular, uma cena típica do barroco ¹⁰⁹³. O cómico está ainda no episódio do marido enganado, Putifar, num século onde impera o espírito misoginístico.

A tensão dramática vai fixar-se na *pietas erga parentes*.

¹⁰⁹¹ Estas cenas podem ter raiz nos Exercícios Espirituais, nomeadamente no Primeiro exercício da primeira semana: «[50] — 1º Ponto. Digo trazer à memória o pecado dos anjos: como sendo eles criados em graça, e não se querendo ajudar de sua liberdade para prestar reverência e obediência a seu Criador e Senhor, ensoberbecendo-se, foram convertidos de graça em malícia, e lançados do Céu ao inferno» (Cf. INÁCIO LOYOLA, *Exercícios...* cit., p. 43).

¹⁰⁹² Vide o monólogo de Cacodémon (III.5.1902-1943) e as suas partidas a Putifar (III.8.1978-1996 e 9.1997-2039) e ao Lavrador (III.15.2285-2352 e 16.2352-2366).

¹⁰⁹³ O mesmo se diga do aparecimento prodigioso do diabo no início do Acto II.

Recebidos no Egípto por José, incógnito, este impor-lhes-á o terrível suplício da prisão, sob a ignóbil acusação de espíões. Todos hão-de recuperar a liberdade, á excepção de Simeão que vai permanecer refém. O pequeno diálogo que entretanto ocorre é um momento particularmente favorável a efeitos catárticos:

DANVS

«En poena iusta punit antiquam scelus.»

NEPHTALIM

Profecto iusta, nunc reuulsit nefas
Obliuoso conditum silentio.

SIMEON

Illa in Iosephum belluina immanitas
Pro se precantem, quae superbe reppulit,
Nunc armat huius hominis ignoti manum,
Et stimulat iram. RVB. Dicite, inuisum scelus
Non improbauit? Et feruidae iracundiae
Volui monendo incendium restringere,
Consilia quando sana furiosis dedi?
Me noluitis optima monentem sequi:
Feramus omnes damna quam saeuissima.
Iustitia poenam quam statim sceleri negat,
Longum irrogare iusta post tempus solet.

IOSEPHVS

Natura quantum pectus in nostrum potes!
Dominaris una, cogis, in fletum meos
Oculos abire, quippe fraterni haud queo
Non esse cordis. Illa quae pauldi timent
Et pallido loquuntur ore clanculum,
Ego ipse timeo, fingo qui uanos metus:
Et uera credo damna cumulari meis.
Quis fletus iste? Fletus est animi pii,
Et amantis illos, propter insignem patrem.
Cohibe sed anime te parumper, exitum
Deus huic secundum nam afferet Tragoediae.
Occulta quae uos? Eia custodes mei,
Illum teneri uinculis, illum uolo.

bite reliqui. RVB. Frater? Heu fratrem solo
Ita in alieno uiuus adspiciam capi?
O terra dura! IOS. Dura? Quae iustissimae
Poenae misericors adeo constituit modum?

IVDAS

Quae poena grauior? IOS. Seruitus. IVD. Quorum? IOS. Omnium
Cauete. Fiam saeuus ex miti.

DÁ

'Eis a punição justa que castiga o antigo crime.

NEFTALI

Sem dúvida que é justo. Agora revive o crime escondido pelo
olvido do nosso silêncio.

SIMEÃO

Aquela crueldade brutal contra José, que nos suplicava, e que
com soberba o repeliu, arma agora a mão deste homem
desconhecido, e estimula-lhe a ira.

RÚBEN

Dizei-me cá, não é verdade que ele reprovou aquele nefando
crime? Eu bem quis apagar, com as minhas advertências o incêndio
da ira que refervia, quando, ao ver-vos furiosos, vos dei conselhos
salutares! Não quisestes seguir as boas admoestações que vos fiz;
suportemos todos os danos tão terríveis. O castigo que a justiça
nega logo após o crime, costuma infligi-lo passado muito tempo.

JOSÉ

Quanto podes, natureza, sobre o nosso coração! És a única a
dominar e a obrigar os meus olhos a irem desfeltos em lágrimas,
porque não posso deixar de ter um coração de irmão.

O que eles assustados temem e de que falam às ocultas com o
rosto pálido, também eu temo, mas finjo que são vãos temores. E
creio acumular os verdadeiros danos com os meus. Que choro é
este? São lágrimas de uma alma boa, que os ama a eles, por causa
do nosso ilustre pai. Mas coíbe-te um pouco, ó minha alma, pois
Deus há-de dar um desfecho feliz a esta Tragédia.

E vós, que tragédia ocultais? Vamos, meus guardas, aquele fica
na cadeia, quero-o em meu poder. Vós, os restantes, podéis ir.

RÚBEN

Irmão? Oh meu irmão! Eu, vivo, hei-de ver-te preso numa terra estrangeira? Oh terra dura!

JOSE

Dura?! Uma terra que, cheia de compaixão, até moderou o vosso castigo justissimo?

JUDÁ

Que castigo há mais severo?

JOSE

A escravidão.

JUDÁ

De quem?

JOSE

De todos, cuidado! De manso vou tornar-me cruel.¹⁰⁹⁴

Os irmãos de José recordam amargamente o crime cometido. Agora, muito tempo depois, confirma-se o veredicto popular: a justiça pode tardar, mas não falta. José, embora de coração amargurado, vai aplicá-la moderadamente; é um instrumento ao serviço da divina providência. Como o sábio estóico, procura controlar as emoções, tendo em vista o justo equilíbrio.

A ausência de episódios cómicos no acto IV vai dar lugar às reflexões sobre o exercício do poder real¹⁰⁹⁵, que se prolongam no último acto.

¹⁰⁹⁴ Cf. IV.09.2947-2979.

¹⁰⁹⁵ A primeira surge na cena IV (vv.4.2684-2765), um diálogo entre Faraó e o seu administrador, José. Esta reflexão sobre o desempenho do poder temporal é uma das tónicas dos Exercícios Espirituais. O rei temporal ajuda a contemplar a vida do Rei Eterno. Expõe-se em três pontos: «[92] — 1º Ponto — É pôr diante de mim um rei humano, eleito pela mão de Deus, nosso Senhor, a quem prestam reverência e obedecem todos os príncipes e todos os homens cristãos». Depois, acrescenta ainda: «[93] — 2º Ponto — Atender como este rei fala a todos os seus...». Para concluir: « [94] — 3º Ponto — Considerar que devem responder os bons súbditos a rei tão liberal e tão humano; e, por conseguinte, se algum não aceitasse a

Neste ciclo do perdão e do reencontro familiar, caracteriza a diegese dramática a mudança constante no seu contrário, isto é, a peripécia: Putifar, alegre, termina acabrunhado e perseguido por fantasmas. José vai ser premiado: à felicidade em casa de Putifar, sucede-se o horror da prisão; o faraó, porém, vai arrancá-lo aos grilhões da cela e nomeá-lo administrador do reino. Os irmãos, antes vencedores, são humilhados no Egito e sofrem a prisão preventiva de um deles, Simeão. Com o seu regresso, a alegria de Jacob logo se desvanece: superada a fome, nova dor rebenta — Benjamim deve rumar ao Egito, em troca da liberdade de Simeão.

E de peripécia em peripécia chegamos à *anagnórise* aristotélica (*Poética* 1452a 32-33), ou seja, ao momento do reconhecimento de José. Mas os filhos de Jacob haviam de suportar ainda uma última prova. Com os alforjes cheios, e na companhia de Simeão, iniciam o seu regresso a casa, alegremente. Contudo, na estalagem, o Administrador de José descobre o copo do seu senhor no saco de Benjamim. Acusado de roubo, todos regressam ao palácio. Prostrados, imploram perdão para o irmão mais novo. E eis que

•Ego sum Iosephus. Iosephus ego sum: Pater
Adhuc ne uiuit? Ecquis attonitam pauor
Mentem occupauit? Me propius accedite.
Libet osculari singulos: o pignora
Tam grata, quam reperta Iosephus uocat. •

'Eu sou José. José sou eu. O pai ainda está vivo? De algum de vós se apoderou o medo? Aproximai-vos para mais perto de mim. Quero beijar-vos a cada um, ó penhores tão gratos quando descobertos! José chama-vos!' 1096

petição de tal rei, quão digno seria de ser vituperado por todo o mundo e tido por perverso cavaleiro» (MINÁCIO DE LOYOLA, *Exercícios...* cit., pp.63-64).

1096 Cf.V.16.4058-4062.

José em momento algum agiu por vingança ou malvadez, como hão-de reconhecer os irmãos. Conhecedor do ambiente hostil, não temeu acolhê-los e, assim, desnudar a sua identidade:

«... .. IOS. Scilicet. Demittere
 Ignotus ipsos nolui: at gentis meae
 Cur me pudebit, et patris uiri optimi?
 Quamuis Hebraeos oderint Aegyptii?

PRINCEPS

Te gratiore reddit hoc factum mihi.
 Negare fratres, patriam, stirpem, suos
 Est barbarorum, iura naturae quibus
 Sancta improbantur. Macte uirtute, erige
 Te spe futurae laudis. Inuideo tibi.
 Documenta generi namque, das olim tuo,
 Orbisque lati gentibus, qui te duce
 Discent amare, pauperes quamuis, suos.»

JOSÉ

'Sim claro. Eu não quis despedi-los sem me dar a conhecer. Mas por que havia eu de me envergonhar da minha raça e de meu bondoso pai? De facto, os Egípcios odiam os hebreus!

PRÍNCIPE

Este facto torna-te ainda mais agradável a mim. Negar os irmãos, a pátria, a raça, os seus, é coisa de bárbaros, os quais não aprovam os direitos sagrados da natureza.

Coragem, pois, arvora-te em esperança de futura glória. Invejo-te. Na verdade, dás uma lição á tua raça a que outrora pertenceste e ás gentes de todo o orbe que, sob a tua chefia, aprenderão a amar os seus, por pobres que sejam.' 1097

Luís da Cruz promovia, deste modo, o respeito pela humanidade que existe em cada ser humano, independentemente da raça, cor ou estatuto social: *homo sum, humani nil a me alienum puto* (Terêncio, *Haut.*, 77). Novos povos, nações e continentes vão as descobertas náuticas dar ao

1097 Cf.V.18.4130-4141.

mundo: somente a tolerância e o respeito mútuo hão-de permitir este diálogo de civilizações tão díspares. É no aconchego do lar que se inicia este crescimento aberto à diferença, numa clara afirmação do *ius gentium*, que marcou a centúria seguinte.

Este *happy end* desde há muito vem sendo vaticinado aos espectadores. Se a mente pressagiosa de Jacob claudicou, por momentos, pois José foi dado como morto, porém, a diegese dramática havia de continuar impregnada de indícios que apontavam nesse sentido. A fidelidade e o instinto de bom administrador na casa de Putifar auguravam-lhe aptidões para a governação no Egípto. Ainda mesmo na prisão, o seu Anjo da Guarda vaticina-lhe a felicidade para breve ¹⁰⁹⁸. Com efeito, o carcereiro vai nomeá-lo prefeito. Finalmente, os seus dotes de adivinho ¹⁰⁹⁹ haviam de o levar à corte egípcia.

Porém, esta caminhada é ainda salpicada de pressentimentos funestos. Por momentos, sentimos que a descendência de Abraão se afunda, para gáudio de Cacodémon ¹¹⁰⁰.

Pese, embora, este mau presságio, porflam os indícios de um final feliz: a calamidade da fome arrasta a mente de José até à sua família ¹¹⁰¹ e Benjamim prediz a felicidade, mesmo antes da morte de Jacob ¹¹⁰². Pela boca de José, torna-se ainda mais claro, ao sugerir-se um desfecho feliz para esta *tragédia* ¹¹⁰³. As lágrimas do nosso herói são o prenúncio disso

¹⁰⁹⁸ Vejamos algumas marcas no seu discurso: a virtude, que parece esmagada, levantará a cabeça (III.7.1954), os sofrimentos do presente cumulam-no de glória (III.7.1966-1967), felizes os que Deus protege (III.7.1969-1970); não se afasta sem lhe prometer que o libertará da prisão (III.7.1976-1977).

¹⁰⁹⁹ Esta cena é determinada pela economia da narrativa: o carcereiro, num monólogo, confia que José já havia interpretado os sonhos do copeiro e do padeiro, funcionários do Faraó.

¹¹⁰⁰ José é condenado pela segunda vez, apesar da sua inocência, se bem que agora com provas irrefutáveis (III.3.1881); os irmãos tornam-se ainda mais criminosos: Judá comete incesto com a nora.

¹¹⁰¹ Cf. IV.5.2766.

¹¹⁰² Cf. IV.9.2637-2639.

¹¹⁰³ Cf. IV.9.2971.

mesmo ¹¹⁰⁴, se bem que os recetos duma cilada, em terra inimiga, continuem a ser mais fortes.

Desde a cena III do último acto que o público espectador adivinha um final feliz. É a ansiedade de José pelo regresso dos irmãos ¹¹⁰⁵; o banquete oferecido ¹¹⁰⁶, envolto em festa ¹¹⁰⁷; a prova do cálice confidenciada aos espectadores ¹¹⁰⁸; o desespero, pois tarda o anúncio da chegada do seu Administrador, com a prisão de Benjamim ¹¹⁰⁹.

No último acto, o entretenimento faz-se com o recurso a uma cena de grande movimento, animada com pancadaria, em que o administrador de José obriga os escravos a pôr a mesa para o almoço dos convivas hebreus ¹¹¹⁰. Com o mesmo efeito hilariante, o dramaturgo vai pintar o Lavrador ébrio, que tenta introduzir-se no banquete, atraído pelos odores da comida:

RVSTICVS

«... ... Furis irrepam modo.
 Auleae tollam clanculum, inspiciam. Hem cibos,
 Odore gratos, si conuiuae naribus
 Solis uorassent, ipse porro faucibus.
 En pocuia ut propinanti Euge particeps
 Quin efficior epularum? Qua fiam uia
 Conuiua porro? Me dabo in conspectum, odor
 Vt me enecas! Rabie incendor sycophantica:
 Fortasse agendo consequar quod nunc uolo.
 Cantabo, quae solemus ipsi Rustici
 Quando celcbramus ludibundi ferias.

Cantus Rustici

Qui uorando, qui bibendo.
 Vim probatis uirium.

¹¹⁰⁴ Cf. V.10.3785.

¹¹⁰⁵ Cf. V.3.3350.

¹¹⁰⁶ Cf. V.6.3450.

¹¹⁰⁷ Cf. V.8.3795.

¹¹⁰⁸ Cf. V.14.3914-3915.

¹¹⁰⁹ Cf. V.16.3998-3999.

¹¹¹⁰ Cf. V.9.3499-3546.

Singulare inite mecum.
 Hac palaestra praelium.
 Eia coram conglale.
 Collocate poculum.
 Si quis est qui pollicetur.
 Se bibendo septies
 Integrae mentis futurum,
 Vsque quaque compotem.
 Poculum siccabo sanus
 Baslando centies.

PVER

Quid hoc bibose? Qui cantus? Quae re scelus
 Furiae impulerunt? RVS. Nempe, ieiunissimi
 Ventris inedia huc me compulit. Non tu sines?
 Augebo numerum una umbra conuiuantium.

PVER. Recede, quid geratur nosti barbare?

RVST. Scio quid rei geratur. Est conuiuium
 In quo bibunt eduntque quisque largiter.
 Eo intro, mitte me. PVER. Te scelus miserim?

RVSTICVS

Prohibes euntem? PVER. Quid? Tibi non est caput?
 Inepte qui te principi uis in malum,
 Offerre? Cessa. RVS. Cur ego cessauerim?

PVER

Cessare faciam. RVS. Quanta proh licentia!
 Pueri in seniles ut capillos inuolant?
 Quid grandiores fecerint? Me arripio ego
 Satius abire duco malis integris.
 Quam rem nullam impetrando malas perdere.*

LAVRADOR

Vou entrar como um ladrão. Vou retirar o cortinado às escondidas e examinarei. Eis que alimentos de agradável odor! Oxalá os convivas os devorassem só com o nariz, mas fosse eu próprio a devorá-los com as mandíbulas!

Olha como levantam os copos! Por que não vou também participar dos manjares? Mas como é que eu hei-de fazer-me

conviva? Vou apresentar-me. Ó odor que me matas! Estou a arder numa raiva que me vai denunciar

Talvez consiga o que quero por outro melo. Cantarei o que nós os camponeses costumamos, quando celebramos as nossas festas.

MELODIA DO CAMPONÊS

Vós que a comer e a beber experimentais a energia das vossas forças, combatei comigo um a um. Combateremos nesta palestra. Aqui está o garrafão. Colocai um copo. Se alguém promete que é capaz de beber sete vezes e ficar no seu juízo perfeito, eu beberei outro tanto. Esvaziarei o copo no meu juízo, beijando-o cem vezes.

PAJEM

Que vem a ser isto, seu bêbado? Que canto é esse? Que diabos te levam a um tal abuso?

LAVRADOR

Na verdade, foi a privação de alimento de um estômago vazio que me obrigou a vir aqui. Não o permites, tu? Aumentarei com uma só sombra o número dos convivas.

PAJEM

Afasta-te, tu sabes bem do que é que se trata, ó bárbaro!

LAVRADOR

Sei o que se passa. Este convívio é um banquete em que cada um bebe e come à tripa forra. Vou entrar, deixa-me ir.

PAJEM

Eu vou deixar-te, criminoso?

LAVRADOR

Impedes-me de entrar?

PAJEM

O quê? Não tens cabeça? Inepto, queres expor-te à tua desgraça perante o príncipe? Pára.

LAVRADOR

Por que razão hei-de parar?

PAJEM

Eu vou fazer-te parar.

LAVRADOR

Oh que grande despudor! Um jovem a desrespeitar os cabelos dum velho! Como hão-de proceder quando forem maiores! Eu ponho-me a mexer, pois julgo que é preferível ir-me embora com a cara inteira do que com ela partida, sem qualquer proveito. ¹¹¹¹

Tendo em vista o *ethos* destas duas personagens, o dramaturgo adequa a sua realização linguística ao *genus humile*. Vide essencialmente duas falas do Lavrador (vv. 3847-3848; 3857-3861) e uma do Pajem (vv. 3846-3847). Este canto aproxima-se dos ritmos dos Goliardos da Idade Média ¹¹¹², e não se insere em nenhum esquema métrico usual, como já vimos. É um reflexo das cenas de mimo, tipicamente plautinas.

Alguma comicidade se desprende ainda do carácter instrutivo que assume o discurso sentencioso do Lavrador com o Administrador de José ¹¹¹³. Terêncio, nos *Adelphoe*, também ironiza num caso semelhante ¹¹¹⁴: Stro, o escravo de Micião e de Ésquino, vai ridicularizar a pretensa sabedoria do velho Démea. Incrédulo, não vê que Ctesifão, seu filho, tem responsabilidades no rapto da citarista. Momentos de profundo humanismo, em que a humanidade se revê em cada um dos homens, independentemente da sua classe social.

O sonho, neste ciclo, assume novamente uma função vital para a evolução do enredo ¹¹¹⁵. Ou melhor, as faculdades divinatórias de José, neste caso. Efectivamente, a decifração dos sonhos do copeiro e do padeiro,

¹¹¹¹ Cf. V.11.3823-3861.

¹¹¹² São clérigos errantes, intelectuais revolucionários que satirizavam aspectos de ordem política, social e religiosa do seu tempo. *Carmina Burana* é a designação atribuída a uma das colectâneas de poesia que chegou até nós (Vide JOHN ADDINGTON SYMONDS, *Wine, women and song: medieval Latin student's songs*, New York, 1966, pp. 23 e sqq.; JACQUES LE GOFF, *Os Intelectuais na Idade Média*, Lisboa, 1973, pp. 31 e sqq.).

¹¹¹³ Cf. V.19.4198-4248.

¹¹¹⁴ Cf. vv. 385-388 e 392-396.

¹¹¹⁵ FRANCISCO REBELO GONÇALVES, «O sonho no drama...» cit. p. 165.

na prisão, vai exercer um grande impacto no rumo dos acontecimentos, pois a sua fama há-de abrir-lhe as portas do palácio real.

Os coros reflectem uma grande proximidade com o argumento, mas denotam ausência de intervenção. Com excepção do coro V, um diálogo entre os patriarcas e os anjos, os outros dois são em solilóquio.

A *dramatis constructio* denota um dos pilares fundamentais da pedagogia dos Jesuítas, uma « *repetizion ed varia e molteplice*. Si tengano presentí le regole comuni e le particolari di eiascun professore del corso umanistico e si vedrà quanto spesso sia menzionata la ripetizione. Varia nella forma, non solo di recita, ma, affinché non sia puramente meccanica, di disputa, di interrogatorio e anche di lezione fatta dall'alunno dalla cattedra»¹¹¹⁶. A nível temático, já tivemos oportunidade de o analisar.

A variedade discursiva recorda-nos, a cada passo, as *exercitationes* da pedagogia humanista, que assumem especial relevo nas variantes da *uariatio* e *correctio* dos *themata*.

O exercício da *correctio* é um testemunho que podemos colher na *Iosephus*: vide a fala de Jacob no acto III (vv. 2058-2084) e no acto V (vv. 4249-4263). Da comparação de ambas, concluímos que esta última retoma os primeiros trezes versos do acto III, apenas com ligeiras alterações.

Por esta via, somos levados a concluir que o *Iosephus*, eventualmente, é fruto duma colaboração dos alunos de Luís da Cruz. Tão somente audácia nossa, talvez, mas por que não formular a hipótese de

¹¹¹⁶ MARIO BARBERA, «Pedagogia e Didattica della *Ratio*» *Rassegna di Pedagogia*, 3-4 (1999) 122. Os exercícios escolásticos compreendiam, ainda, a composição escrita, a *disputa* (*concertatio*), a declamação e os prémios. Papel relevante assumia a *praelectio*, u. g., «lição magistral», dada pelo mestre da classe (*Ibid.*, pp. 122-123). A *Ratio atque studiorum Societatis Iesu* (1599), no capítulo das *Regulae communes omnibus professoribus superiorum facultatum*, menciona as *Repetitiones in schola*, *Repetitiones domi* e *Repetitiones generales* (*Monumenta Paedagogica Societatis Iesu*, Romae, 1986, p. 381). O apelo ao exercício de repetição surge ainda nas *Constituições da Companhia de Jesus*, Braga, 1997, Quarta Parte - «Como instruir nas letras e em outros meios de ajudar o próximo os que permanecem na Companhia»: [375], [388] e [459].

este dramaturgo jesuíta ser apenas o poeta de génio que, aproveitando o esforço laborioso dos seus discípulos, inculcava às suas produções teatrais a unidade e o assombro que lhe faltavam, em virtude da feitura parcelar? É uma hipótese académica.

As *Constituições*, no capítulo VI «Como progredir no estudo destas matérias», da quarta parte «Como instruir nas letras e em outros meios de ajudar o próximo os que permanecem na Companhia», vão tratar do princípio pedagógico da emulação. Registam isto: «Para maior estímulo dos Escolásticos, será bom juntar alguns de talentos iguais que mutuamente se animem com santa emulação. Será também de estímulo para eles enviar de tempos a tempos ao lugar onde reside o Superior Provincial, ou o Superior Geral, uma amostra do seu trabalho, ora de um, ora de outro; por exemplo, composições literárias dos estudantes de humanidades, ou teses dos de artes ou de teologia. Ajudará também recordar-lhes que, ao chegar às casas depois de terminados os estudos, hão-de ser examinados sobre todas as matérias estudadas.»¹¹¹⁷ Este meio pedagógico, que as *Concertationes* transformaram em emulação colectiva — disputas entre grupos da mesma classe —, apoiava-se na tradição medieval e na autoridade dos humanistas, como Erasmo. Com efeito, este humanista, inspirado em Quintiliano, reafirmava o desejo inato de vencer, de se superar, que todo o ser humano sente dentro de si mesmo. Já o espanhol José Luís Vives se opunha a este método, quando aplicado às classes juvenis, se bem que reconhecesse as suas vantagens para as classes infantis¹¹¹⁸.

Esta metodologia revelava-se de grande utilidade nos colégios jesuítas, pois assim se tinha encontrado uma valiosa alternativa aos castigos corporais, uma prática habitual.

No acto V, podemos interpretar uma passagem do coro dos Patriarcas à luz desta pedagogia:

¹¹¹⁷ *Constituições* cit., [383], p. 108.

¹¹¹⁸ Cf. Erasmo, «De pueris statim ac liberaliter instituendis», in: *Opera Omnia*, I, pp. 512-513; J.-L. VIVES, «De disciplinis», in: *Opera Omnia*, I-VIII, G. Mayans, Valência, 1782-1790, VI, pp. 295, 315-317; MARGARIDA MIRANDA, «Uma 'Paldeta' humanística...» cit., maxime pp. 251-256.

«Assueti per Olympicos
 Orbes currere nuntii
 Si fas est, uenturia
 Nobis fata recludite
 Electus puer aemulae
 Flammis inuidiae, quibus
 Olim seruiit, imperat.»

‘Ó mensageiros, habituados a percorrer a vastidão dos céus, mostrai-nos, se é possível, os destinos que estão para vir. Um menino, que a inflamada inveja de seu merito deltou a perder, impera sobre aqueles a quem outrora serviu.’ 1119

O exercício da emulação, virtualmente, havia de transmitir aos estudantes não apenas a glória da vitória, mas também a humildade na derrota. José do Egípto é bem o paradigma deste crescimento humano, que anuncia a idade adulta, o *aptum* para o exercício do *múnus* religioso.

d) Os cânones clássicos da tragicocomedia.

O PRÓLOGO

Este Prólogo apresenta algumas semelhanças com outros de raiz clássica. Em Plauto, apontemos os exemplos do *Anfitrião*, em que Mercúrio, filho de Júpiter, o pai dos deuses, se dirige ao público e apresenta a intriga aos espectadores. Na *Aulularia*, a comédia da ‘marmita’, é o deus Lar, do panteón romano. Na *Rudens*, o “Calabre” é a estrela Arcturo, que desempenha esta função. Do domínio do sobrenatural é também a personagem protática de *Jephthes* de Buchanan — um anjo enviado por Deus à casa de Isaac (Cf. *George Buchanan tragedies*. Edited by P. Sharrat and P. G. Walsh. Edimburgo, 1983, «Jephthes sive uotum tragoedia auctore Georgio Buchanano Scoto», *Prologus*, vv. 1-2, p. 27:

1119 Cf.V.chor.4447-4453.

ANG. Magni Tonantis huc minister aliger
caelo relicto mittor Isaci ad lares

... ..

Como pudemos verificar, trata-se dum prólogo dialogado, «tecnicamente mais perfeito e de grandes recursos dramáticos» ¹¹²⁰, se tivermos em conta o prólogo narrativo ¹¹²¹, ambos com tradição na Antiguidade clássica.

O prólogo dialogado, que inicia o *Prometeu de Ésquilo*, vai ser consagrado por Sófocles. O Prólogo de *as Traquínias* é excepção. Eurípidés também o usa na *Ifigénia em Áulide*; porém, era uma monódia lírica que iniciava a *Andrómeda*, infelizmente perdida ¹¹²². É este prólogo eurípidiano que vai inspirar Séneca em *Troades*, *Phaedra* e *Octavia*. Não obstante, o prólogo sofocliano também se faz sentir em *Phoenissae*, *Oedipus*, *Thyestes*, *Phaedra* e em *Octavia* ¹¹²³.

Na ausência de uma monódia lírica, poderemos concluir que este prólogo se filia no modelo senequiano herdado de Sófocles ¹¹²⁴. Contudo, as suas personagens estranhas ao desenrolar da intriga e o seu carácter introdutório são marcas inovadoras do prólogo eurípidiano ¹¹²⁵.

¹¹²⁰ NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Teatro clássico no séc. XVI. A Castro de António Ferreira. Fontes - Originalidade*, Coimbra, 1996, p. 134. Segundo Aristóteles, o prólogo é a parte da tragédia que precede a entrada do coro (*Poética* 1452b 18-19).

¹¹²¹ Em forma de monólogo, iniciava a tragédia grega primitiva. Vamos encontrá-lo, depois, na *Oresteta* de Ésquilo e em *As Traquínias* de Sófocles. Eurípidés conferiu-lhe «a importância de uma quase exclusividade, como elemento narrativo de abertura». A sua origem remonta ao séc. VI a. C. e foi seu introdutor Téspis (Cf. MARIA DE FÁTIMA SOUSA E SILVA, *Crítica do teatro na comédia antiga*, Coimbra, 1987, pp. 229-247). E foi este modelo que Séneca consagrou na maioria das suas obras: *Hercules furens*, *Troades*, *Medea*,

¹¹²² Cf. MARIA DE FÁTIMA SOUSA E SILVA, *Crítica do teatro ... cit.*, p. 142-145.

¹¹²³ Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Teatro clássico no séc. XVI... cit.*, pp. 134-135.

¹¹²⁴ Acerca das questões de composição do prólogo das tragédias de Séneca, vide JOSÉ ANTONIO SEGURADO E CAMPOS, *A tragédia Octavia*. I Vol. Lisboa, 1972, pp.519-527.

¹¹²⁵ Cf. JOSÉ ALSINA, *Teoría literaria griega*, Madrid, 1991, pp. 481.

Também encontramos algumas semelhanças em Plauto, em peças como a *Aulularia* e a *Rudens* ¹¹²⁶. Igual procedimento encontramos no *Jephthes* de Buchanan — há também um anjo enviado por Deus à casa de Isaac ¹¹²⁷.

Este prólogo, independente da trama, como verificamos, reserva-se o papel de *captatio benevolentiae* dos espectadores. Assim se configura o modelo proposto pelo renovador Giraldo Cinzio ¹¹²⁸.

COMEÇO IN MEDIAS RES

A *actio* principia com a inveja fraterna no auge. O espectador é, assim, lançado para o centro dos acontecimentos — *in medias res*, conforme é prescrito pela *Arte Poética* horaciana ¹¹²⁹, e elimina-se a descrição de pormenores fastidiosos (... *et quae /desperat tractata nitescere posse relinquít*) ¹¹³⁰. Retoma-se, deste modo, a distinção entre poesia e história já expressa na *Poética* de Aristóteles: o poeta não narra o que aconteceu, mas o que poderia acontecer, segundo a verosimilhança e a necessidade ¹¹³¹. A tragédia não é uma narrativa cronológica, «antes põe

¹¹²⁶ Vide supra, nota.

¹¹²⁷ Cf. *George Buchanan tragedies*. Edited by P. Sharrat and P. G. Walsh. Edimburgo, 1983, «*Jephthes sive uotum tragoedia auctore Georgio Buchanano Scoto*», *Prologus*, vv. 1-2, p. 27:

ANG. Magni Tonantis huc minister aliger
caelo relicto mittor Isaci ad lares

... ..

¹¹²⁸ GIOVANNI ATTOLINI, *Teatro e spettacolo nel rinascimento*, Roma-Bari, 1988, p. 210.

¹¹²⁹ Cf. vv. 148-149. É um procedimento típico na poesia épica, desde Homero, em Virgílio, em Luís de Camões. Todavia, Horácio enunciou este preceito também para a tragédia, como o processo ideal para transpor a realidade histórica para o plano poético. Esta lição aprendeu-a e pô-la em prática o tragediógrafo Séneca e seus imitadores, em latim e em vulgar.

¹¹³⁰ Cf. vv. 149-150.

¹¹³¹ Cf. 1451a 36-??.

em cena, através de situações paradigmáticas e intemporais, a fragilidade do humano, a inconsistência dos bens terrenos, o destino do homem» 1132.

CENAS SANGRENTAS OU PRODIGIOSAS

A cisterna vai esconder, aos olhos do espectador, a cena cruenta duma morte em palco. A *Arte Poética* horaciana recomendava que se deviam ocultar à vista muitas coisas (*multaque tolles ex oculis*) 1133, pois deviam ser narradas por mensageiro (*quae mox narret facundia praesens*) 1134. Segundo Aristóteles, é preferível que o horror e a piedade resultem da composição dos factos. O monstruoso, que tais cenas podiam suscitar, nada tem de trágico 1135. Se bem que Luís da Cruz respeite o texto sagrado, contudo, a sua teorização poética não deixa de mencionar este preceito clássico. Quando o autor, a propósito da comédia *A Vida Humana*, refere os pormenores trágicos, sublinha que ali nem Cadmo se transforma em serpente ou Procne em ave (*Non hic Cadmus uertitur in anguem. Non in auem Progne*), que Medeia não mata os filhos diante do público (*Nec Medea coram populo liberos suos trucidat*) nem Atreu coze vísceras humanas em situação idêntica (*Non coquit humana exta Atreus*) 1136. Séneca, porém, já admitia mortes violentas em palco: à frente de Jasão e dos espectadores, Medeia mata os dois filhos 1137. Miguel Venegas, na tragédia *Saul Gelboeus*, imita este procedimento, ao permitir que se cortasse, em plena representação, a cabeça ao jovem mensageiro amalecita (Acto V), cumprindo-se a fidelidade ao relato bíblico 1138.

1132 Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «Dramaturgia e actualidade do teatro clássico: matéria e forma na tragédia quinhentista», in: *I Congresso da APEC. Raízes greco-latinas da cultura portuguesa*. Coimbra, 1999, p. 174.

1133 Cf. vv. 183-184.

1134 Cf. vv. 184. Recorde-se que é um mensageiro que leva a terrível notícia a Jacob.

1135 Cf. *Poética* 1453b 1-11.

1136 Cf. «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* clt., ** 4v e Horácio, *Arte Poética*, vv. 185-188.

1137 Cf. *Medea*, vv. 967-1027.

1138 Cf. 2 *Sam.* 1.15.

Será esta proximidade com o teatro senequiano que justifica a aparição prodigiosa do diabo no início do acto II. Na verdade, Medeia, ao ser arrebatada num carro alado, dava-lhe o exemplo ¹¹³⁹, que já se manifesta na peça homónima de Eurípides. Mas Luís da Cruz tinha também a experiência do seu mestre jesuíta, Miguel Venegas. De forma idêntica surge o diabo no *Absalon* (vv. 1213-1216). No *Saul Gelboeus*, o acto IV gira em torno do aparecimento da Pitonisa e do morto Samuel, vindo dos infernos ¹¹⁴⁰.

O MOTIVO DO SONHO

O sonho é outro expediente técnico que tem «não raro, mercê do poder anunetador, grande parte e amplas consequências no entrecho» ¹¹⁴¹. Do sonho de José, aliado à denúncia, evolui a *actio* da fábula. De raízes clássicas, pouco aproveitou à comédia ¹¹⁴²; na tragédia, pelo contrário, desde Ésquilo que é utilizado com o seu valor profético. Também o sonho de Andrómaca, nas *Troianas* de Séneca, obedece à normatividade clássica ¹¹⁴³. Nesta linha se enquadram outros elementos daquele sonho: a apresentação, que é feita pelo sonhador, e os elementos da fantasia, que são objectos materiais que se animam ¹¹⁴⁴. Nas tragédias *Castro* de António Ferreira e na *Ioannes Princeps* de Diogo de Teive, os sonhos de Inês e D. Catarina também se revelarão verdadeiros ¹¹⁴⁵.

¹¹³⁹ Cf. *Medea*, vv. 1025-1027. A evocação de personagens infernais é mais frequente em Ésquilo do que em Sófocles e Eurípides.

¹¹⁴⁰ Cf. ERMELINDA EMÍLIA FERREIRA BARBOSA COUTO, *Saul Gelboeus de Miguel Venegas*, Coimbra, 1968, p. 76. Tese de licenciatura policoplada, orientada pelo Prof. A C. Costa Ramalho.

¹¹⁴¹ FRANCISCO REBELO GONÇALVES, «O sonho na poesia clássica», uma comunicação feita à Academia das Ciências de Lisboa, em 11 de Outubro de 1934, publicada in: *Obra Completa*. I Vol. Lisboa, 1995, pp. 174.

¹¹⁴² FRANCISCO REBELO GONÇALVES, *Ibidem*, p. 178.

¹¹⁴³ FRANCISCO REBELO GONÇALVES, *Ibidem*, p. 181 e «O sonho no drama clássico», in: *Obra Completa* cit., pp. 168-169.

¹¹⁴⁴ FRANCISCO REBELO GONÇALVES, *Ibidem*, p. 178-179.

¹¹⁴⁵ Cf. NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Teatro clássico no séc. XVI...* cit., p. 61.

O PAPEL DO CORO

Elemento da tragédia clássica ¹¹⁴⁶, também o coro mereceu a atenção do nosso dramaturgo. Está presente em todas as peças (*Chori sunt in omnibus istis actionibus*) ¹¹⁴⁷, pois a música suscita o prazer (*Sine harmonia theatrum non delectat*) ¹¹⁴⁸. Aparece no final de cada acto, como já denunciara Aristóteles ¹¹⁴⁹, e intervém na acção, mas somente no fim dos actos I e II. Aproxima-se, assim, da prescrição horaciana, que lhe atribui papel de actor (*Actoris partis chorus officiumque uirile / defendat*) ¹¹⁵⁰ e lhe proíbe os interlúdios (*neu quid medios intercinat actus*) ¹¹⁵¹. A mesma opinião expressa Aristóteles, pois deve intervir na acção, como em Sófocles e não como em Eurípidas ¹¹⁵². Conforme determinavam os cânones poéticos horacianos, o coro não podia cantar nada que não se adaptasse coerentemente ao argumento (*quod non proposito conducat et haerea apte*) ¹¹⁵³, pois devia mostrar-se propício aos bons, aconselhando-os (*Ille bonis faueatque et consilietur amice*) ¹¹⁵⁴ e suplicar aos deuses que a boa sorte volte aos desgraçados e abandone os orgulhosos (*deosque precetur et oret, / ut redeat miseris, abeat Fortuna superbis*) ¹¹⁵⁵. Como já vimos acima, assim se cumpriu no coro I, o párodo da tragédia clássica, em diálogo com José. Outro tanto sucede no coro II, o primeiro estásimo, desta vez em diálogo com Jacob. Em ambos é perceptível o papel dum coro, simultaneamente intérprete dos sentimentos do espectador e actor colectivo

¹¹⁴⁶ O coro é a voz do senso comum, que intervém marcadamente nos finais de actos, à maneira senequiana. Na verdade, mesmo nos actos que entendemos designar por ciclo de vida (III-V), o coro mantém-se.

¹¹⁴⁷ Cf. «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 8r.

¹¹⁴⁸ Cf. «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 8r.

¹¹⁴⁹ Um episódio da tragédia é uma parte completa entre corais (*Poética*, 1452b 18-25).

¹¹⁵⁰ Cf. *Arte poética*, vv. 193-194.

¹¹⁵¹ Cf. *Arte poética*, v. 194.

¹¹⁵² Cf. *Poética*, 1456a 25-32.

¹¹⁵³ Cf. *Arte poética*, v. 195.

¹¹⁵⁴ Cf. *Arte poética*, v. 196.

¹¹⁵⁵ Cf. *Arte poética*, vv. 200-201.

interviente ¹¹⁵⁶, pese embora não se possa considerar uma personagem como na tragédia grega. Contudo, assistimos a uma certa desenvoltura, na sua actuação, v. g. através do Corifeu (*Chor. I*), não se limitando a entoar um cântico final - *Chor. III, IV e V* - de que se tornou exemplo a tragédia de Séneca. Todos os coros actuam em estreita conexão com o argumento, o que os aproxima da concepção senequiana ¹¹⁵⁷. Nesta linha de pensamento, citamos as palavras do crítico italiano Carmelo Musumarra, que caracteriza, assim, os coros da tragédia *Ecatommiti*, de Girdi Cinzio: «Gli stessi Cori adoperano un linguaggio suadente e dímesso, come di un buon padre di famiglia che vuol dare consigli e giovarsi di esperienze passate. Non troviamo, nei Cori, le solite esaltazioni di Amore o della Giustizia, ma un discorso misurato e semplice che possa penetrare nella coscienza di tutti.» ¹¹⁵⁸

É pois um coro didascálico (dentro dos preceitos clássicos), mas tem a função pedagógica de propiciar a *repetitio* das ideias essenciais, a fixar pela comunidade estudantil e pela sociedade em geral presente na representação, que se quer moralizar.

A *repetitio* através do coro dos Anjos, onnisciente, com um carácter de mensagem divina que comenta o passado e o projecta, no seu verdadeiro sentido, no futuro, traz ao jovem que sofre, conforto e esperança.

O coro na *poesis* de Luís da Cruz define-se como um dos elementos fundamentais do faustoso espectáculo que deleitava os circunstantes: de fora do proscénio, dirige-se à cena (*extra proscenium ductus in scenam*) ¹¹⁵⁹, num movimento de efeito admirável (*mirifice oblectat*) ¹¹⁶⁰, pois se

¹¹⁵⁶ Acerea desta visão conciliadora da concepção do coro, vide ANTÓNIO FREIRE, *O teatro grego*, Braga, 1997, «Música e coro na tragédia grega», p. 157.

¹¹⁵⁷ «Os coros senequianos apenas a uma visão preconcebida e superficial se poderão apresentar como independentes.» (Cf. JOSÉ ANTONIO SEGURADO E CAMPOS, *A tragédia Octaula* cit., p.541. Para uma visão mais circunspecta da questão, vide *Nove studi sui cori tragici di Seneca*, Milano, 1996.

¹¹⁵⁸ Cf. *La poesia tragica italiana nel Rinascimento*, Firenze, 1972, p. 100.

¹¹⁵⁹ Cf. «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 8r.

¹¹⁶⁰ Cf. «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 8r.

apresentava com ricas vestes (*qui canerent ornat*)¹¹⁶¹. A novidade do movimento coral, introduzida pela poética jesuítica, reflecte o conhecimento da tese defendida por Giraldo Cinzio, na *Lettera sulla tragedia* dirigida ao Duque de Ferrara, no fim de 1543¹¹⁶²: «E perciò non volsero che stesse di continuo il coro in scena, sì perché (come abbiám detto) ciò non conveniva alla azione, sì perché il vedere ivi molte fiato stare una moltitudine di persone, come é quella del coro, muta e senza necessitá, occupare la scena, arreca noia e fastidio agli spettatori»¹¹⁶³. Com efeito, o coro não permanece sempre em cena, pois o espectador deve concentrar a sua atenção nos protagonistas, como configura o final da tragédia *Orbecche*, na opinião de Nicola Savarese¹¹⁶⁴. Corifeu do movimento de renovação da tragédia de *Cinquecento*, Giraldo Cinzio invoca a autoridade de Séneca e de Horácio, pois os costumes romanos são superiores aos gregos: «et io non mi pentirò mai in questa parte di aver seguito il romano, conformandomi con Orazio, che de' Romani disse che aveano lasciate le vestigla greche e che ne aveano riportato non picciolo onore»¹¹⁶⁵. Neste drama, a par das personagens de alto coturno (vejamos a linhagem ilustre da família de Jacob e da corte egípcia), encontramos, também, personagens de condição humilde, com a missão de divertir o espectador. A par da tragédia, passeia-se o cómico,

¹¹⁶¹ Cf. «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicæ, comicæque actiones...* cit., ** 8r.

¹¹⁶² Esta carta é posterior, em alguns meses, ao célebre *Discorso intorno al comporre delle Comedie e delle Tragedie*, datado de 22 de Abril de 1543. Esta carta surgiu da necessidade de Giraldo Cinzio. Esta prática explicará, decerto, o *Praefatio ad lectorem*, do P.^o Luis da Cruz. Recordemos que aquela carta surgiu da necessidade de esclarecer algumas objecções colocadas a propósito da representação da tragédia *Didone* de Giraldo Cinzio, como ele próprio explicita.

¹¹⁶³ Cf. G. B. GIRALDI CINZIO «Lettera sulla tragedia», in: *Trattati di poetica e retorica del cinquecento*, Bari, 1970, pp. 478-479. Vide MANUEL JOSÉ DE SOUSA BARBOSA, *Bíblia e tradição clássica: a tragédia Sedecias do P. Luis da Cruz, S. I. na convergência duma estética e de uma pedagogia*, Lisboa, 1998, p. 215. Dissertação de doutoramento em Literatura Latina apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Texto policopiado.

¹¹⁶⁴ «Il Giraldo libera cioè la scena di tutto ciò che é intralcio all'azione scenica: l'attenzione degli spettatori si deve concentrare sui protagonisti.» (Cf. *Per un'analisi scenica dell'Orbecche di Giambattista Giraldo Cinzio*, in «Biblioteca Teatrale», 2, 1971, pp. 131-132, apud GIOVANNI ATTOLINI, *Teatro e spettacolo...* cit., p. 207).

¹¹⁶⁵ Cf. G. B. GIRALDI CINZIO «Lettera sulla tragedia» cit., p. 480.

numa encenação que recria a realidade humana em palco, uma tragicomédia. Como na vida, a sua essência é trágica, e a última esperança reside em Deus. Claramente no-lo reafirma o testemunho interno, colocado nos lábios de José: «Mas coíbe-te um pouco, ó minha alma, pois Deus há-de dar um desfecho feliz a esta tragédia. E vós, que tragédia ocultais?»¹¹⁶⁶. A Comédia Antiga ou Aristofânica tinha coro, assim como a Comédia Nova, de que são seus representantes Menandro, Filémon e Dífilo (estado fragmentário). Na comédia romana, desaparecera quase por completo, à excepção de um coro de pescadores, na *Rudens* de Plauto.

À maneira de Séneca, domina a análise psicológica das personagens, a introspecção. Daí, a frequência dos monólogos: «c'est qu'ils essaient de se définir eux-mêmes. Ils se cherchent: ce sont leurs 'aveux' au cours de leur torture»¹¹⁶⁷. Jacob é uma personagem martirizada por temores constantes, enquanto José mantém intacta a sua áurea de bondade. As *dramatis personae* aparecem bem definidas desde o início, dão-nos a sensação de uma imutabilidade senequiana: «leur être étant donné, il ne peut évoluer, il est déterminé une fois pour toutes, et la seule conclusion est la mort. Cela explique aussi que la mort soit présente par tout dans ces pièces - en vertu du principe, souvent repris par Sénèque, que 'philosopher, c'est apprendre à mourir'. Comme la philosophie, la tragédie est, entre ses mains, une *meditatio mortis*»¹¹⁶⁸. A excepção vai para a trajectória evolutiva do coração dos irmãos de José, *exempla* da caminhada penitencial: a princípio encolerizado, desde cedo principia a sua conversão. A mentalidade cristã acentua-se na resignação com que as personagens aceitam os infortúnios, expressão da vontade de Deus. O castigo de José identifica-se, aos olhos do espectador, com os desígnios da

¹¹⁶⁶ Cf. IV.9.2970-2972.

¹¹⁶⁷ Cf. PIERRE GRIMAL, «Les tragédies de Sénèque», in: *Les tragédies de Sénèque et le théâtre de la Renaissance*, études.. réunies et présentées par Jean Jacquot, avec la collaboration de Marcel Oddon, Paris, 1964, p 9.

¹¹⁶⁸ Cf. PIERRE GRIMAL, «Les tragédies de Sénèque» cit., p 9.

providência divina. Por isso, este é um drama do destino, com vestígios do *fatum* clássico, a *moira* entre os gregos; nesta tragicomédia, porém, o *fatum* identifica-se com Deus onipotente, o soberano absoluto do Universo. A escravidão de José é inevitavelmente trágica, pois ninguém a pode remediar. A ele se liga intimamente a sobrevivência da família de Jacob, a sobrevivência de Israel, do povo eleito de Deus. Neste drama de concepção clássica, enformado pela mentalidade cristã, o homem não luta com o divino, mas com a graça eficaz do divino, pois é a divindade suprema que tudo conduz. Concepções que se avizinham da *Ioannes Princeps*, de Diogo de Teive ¹¹⁶⁹.

Na senda do relato bíblico, a acção evolui de forma verosimilhante, com um desfecho que resulta duma necessidade intrínseca. A contextura dramática revela um ritmo dinâmico, doseado magistralmente pelo pedagogo jesuíta, em função dos espectadores «portugueses da Universidade de Coimbra» (*sed Lusitanis, Academiaeque Conimbricensi*) ¹¹⁷⁰. A configuração estrutural do quiasmo determinou o universo diegético, por forma a que o acto III transmitisse a perpécia fundamental da fábula. Constitui-se num verdadeiro fiel da balança: nos dois primeiros actos, assistimos à humilhação de José pelo orgulho dos irmãos; inversamente, nos dois últimos, José é exaltado pelos irmãos humilhados.

A poética horaciana prescrevia o avanço rápido da acção: *semper ad euentum festinat* ¹¹⁷¹, em nítido contraste com a prática senequiana. Também aqui se imita o poeta cordovês: retardada por monólogos, confidências e momentos cómicos, a acção avança muito lentamente. Cada intervenção do Oráculo dá um novo impulso ao progresso da *actio*. De forte apelo messiânico, estão ausentes do relato bíblico.

¹¹⁶⁹ Vide NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Tragédia do príncipe...* cit., pp. 83-86.

¹¹⁷⁰ Cf. «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 2r.

¹¹⁷¹ Cf. *Arte Poética*, v. 148.

Como já deixámos entrever, o P.^o Luís da Cruz pautou as suas opções poéticas em prol do grande espectáculo, tendente a cristianizar o seu auditório. Há um claro pendor para a magnificência espectacular. Desde logo favorecida pelo privilégio concedido aos cenários palacianos: a *domus* (de Jacob e de Putifar) e o *palatium* (da realeza egípcia). A cena movimentada do incêndio, em casa de Putifar, o séquito da corte faraónica e a própria intervenção do Coro ajudam a cimentar esta afirmação. Já em solo egípcio, o reencontro de Jacob com José, que rebrilhava ao longe, também será uma cena de grande efeito visual. Importância semelhante havia de assumir a cerimónia de entronização de José, marcada pelo carácter simbólico de alguns objectos: o ceptro, o anel, um manto de linho fino e um colar ¹¹⁷². Um momento que havia de recordar as cerimónias medievais: «L'investiture de Joseph tient de la cérémonie féodale» ¹¹⁷³.

Quanto ao número de actores, obedeceu-se ao prazer dos espectadores (*spectantium uoluptati*) ¹¹⁷⁴, a quem agradava mais a abundância (*cum copia magis actorum, quam inopia delectare*) ¹¹⁷⁵, em prejuízo do preceito horaciano *nec quarta loqui persona laborat* ¹¹⁷⁶. O seu número exagerado prestava-se ainda, certamente, a exercitar um número alargado de alunos da classe de retórica. Eram eleitos os melhores (*Nam lectissimi quique ad agendum petebantur*) ¹¹⁷⁷, que deslumbravam pela arte de representar e pela sua locução (*Fatebor... placuisse propter... actorum gestum ac pronuntiationem*) ¹¹⁷⁸. No universo dramático senequiano, buscou ainda o nosso dramaturgo inspiração para a técnica de representação. Há um recurso continuado ao 'esplão' em cena, mais propriamente ao *aparte*,

¹¹⁷² Cf. III.18.2473-2476.

¹¹⁷³ Cf. CLAUDE-HENRY FRÈCHES, *Le théâtre néo-latin...* cit., p. 399.

¹¹⁷⁴ Cf. «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicæ, comicæque actiones...* cit., ** 3r.

¹¹⁷⁵ *Ibid.*

¹¹⁷⁶ Cf. *Arte Poética*, v. 192. Nas desculpas ao leitor, Luís da Cruz lembra ainda as exigências do argumento.

¹¹⁷⁷ Cf. «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicæ, comicæque actiones...* cit., ** 3r.

¹¹⁷⁸ Cf. «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicæ, comicæque actiones...* cit., ** 3r.

um processo dramático firmado no *Thyestes* ¹¹⁷⁹. Assim, José não dá pela presença de Jacob ¹¹⁸⁰; dissimulado, vai aguardar a chegada do mensageiro ¹¹⁸¹; os irmãos de José despertam sem reconhecerem Cacodémon ¹¹⁸² que, mais adiante, se disfarça em morcego ¹¹⁸³. Situação idêntica ocorre com o Viandante ¹¹⁸⁴ e o Podador ¹¹⁸⁵.

A esta faustosa representação de Luís da Cruz não faltariam o cómico de cenas contemporâneas, como o episódio do *Fronzador e do Villicus*, um retrato da «mentalité paysanne portugaise» ¹¹⁸⁶; a prodigalidade duma refeição tipicamente lusitana ou o canto acompanhado por flautas. Se a abundância de alimentos era condenada por Horácio, que preferia os prazeres duma mesa frugal (*ille dapes laudet mensae brevis*) ¹¹⁸⁷, já a música era um elemento fundamental da poesia dramática. A flauta antiga era ténue e simples (*tenuis simplex*) ¹¹⁸⁸; no tempo de Horácio, revestiu-se de latão (*orichalco uncta*) ¹¹⁸⁹ e o flautista acrescentou mais movimento e lascívia (*motumque et luxuriam addidit*) ¹¹⁹⁰ e arrasta pela cena uma longa veste (*taxitque uagus per pulpita uestem*) ¹¹⁹¹. Pela cena, transitariam outros instrumentos musicais: a harmoniosa lira, os sistros e o tambor.

¹¹⁷⁹ Cf. v. 504-505.

¹¹⁸⁰ Cf. I.2.228-229 : *At ecce prodit...*

¹¹⁸¹ Cf. II.14.1596-1597.

¹¹⁸² Cf. II.3.1127-1128.

¹¹⁸³ Cf. III.16.2301.

¹¹⁸⁴ Cf. I.5.393.

¹¹⁸⁵ Cf. I.6.486.

¹¹⁸⁶ Cf. CLAUDE-HENRY FRÈCHES, *Le théâtre néo-latin...* cit., p. 417.

¹¹⁸⁷ Cf. *Arte Poética*, v. 198. A poesia horaciana reitera constantemente a ideia duma mesa frugal: *Serm.* 2.2.70-71 e *Epist.* 1.14.35.

¹¹⁸⁸ Cf. *Arte Poética*, v. 203.

¹¹⁸⁹ Cf. *Arte Poética*, v. 202.

¹¹⁹⁰ *Ibid.*, v. 214.

¹¹⁹¹ *Ibid.*, v. 215.

Assim se construiu uma mescla tragicómica, com um aparato cénico que alternava entre o popular e a realeza ¹¹⁹², cuja representação não era conveniente que ultrapassasse as quatro horas, segundo Giralddi Cinzio ¹¹⁹³. Todavia, esta não era uma questão que apoquentasse o nosso poeta; bem pelo contrário, a autoridade e seriedade das suas peças também dependia do número de horas de representação (*Putant auctoritati, grauitatiue seruire... quae spatio horarum moraue creuerunt*) ¹¹⁹⁴. Mas havia uma outra razão: a exibição das peças não era frequente, mas com intervalo de anos (*praesertim cum non saepe, sed annorum interuallo exhiberentur*) ¹¹⁹⁵. Uma concepção que parece derivar de princípios aristotélicos. Quando ele procedia à determinação do limite da extensão duma tragédia, sublinhou que ela será tanto mais bela quanto mais extensa. E logo acrescentou a prática recomendável: o limite deve ser aquele que permite, na evolução da acção, o transe da infelicidade à felleidade ou da felicidade á infelicidade ¹¹⁹⁶.

A economia da narrativa, na poética clássica, devia ainda obedecer à célebre regra das três unidades, que corresponde à *consuetudine* dos trágicos gregos: unidade de acção, de tempo e de lugar. As duas primeiras aparecem comentadas pelo teorizador renascentista italiano Giralddi Cinzio, no seu *Discorso intorno al comporre dei romanzi, delle comedie e delle tragedie*, publicado, como já vimos, em 1554. Em 1561, Cesare Scaligero juntou-lhe a unidade de lugar com a publicação de *Poeticae libri septem*. Porém, só em 1571, com a publicação da *Poetica d'Aristotele Vulgarizzata ed Esposta* de Ludovico Castelvetro, se formula de modo completo a regra

¹¹⁹² «Il Giralddi, senza discostarsi dai dettami correnti, prescrive per la commedia una scena di città 'popolaresca', e per la tragedia ugualmente una scena di città che però sia 'magnifica e reale'» (GIOVANNI ATTOLINI, *Teatro e spettacolo...* cit., p. 210).

¹¹⁹³ Apud GIOVANNI ATTOLINI, *Teatro e spettacolo...* cit., p. 207.

¹¹⁹⁴ Cf. «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 2v.

¹¹⁹⁵ Cf. «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 3r.

¹¹⁹⁶ Cf. Aristóteles, *Poética*, 1451a 6-15.

aristotélica das «três unidades»¹¹⁹⁷. Foi no fim do *Quattrocento* italiano que se conheceu a *Poética* de Aristóteles¹¹⁹⁸; apenas em 1548, da pena de Francesco Robortello, se dava à estampa o primeiro estudo global: *Explicationes de satyra, de epigrammate, de comoedia, de elegia*¹¹⁹⁹. Por isso, a primeira fonte da teorização poética do renascimento foi a *Ars poetica* (ou *Epistula ad Pisones*) de Horácio, conhecida ao longo de toda a Idade Média¹²⁰⁰.

No capítulo VII da *Poética* de Aristóteles define-se que a acção deve ser una¹²⁰¹ e exemplifica com a *Odisseia* e a *Iliada* de Homero¹²⁰². A mesma afirmação é verdadeira para a fábula desta tragicomédia centrada na figura providencial de José. No capítulo V da *Poética*, a propósito da comparação da tragédia com a epopeia, aponta-se «um período do sol»¹²⁰³ como ideal para a extensão da tragédia. Se tomarmos este período como o dos «limites dentro dos quais se situa a própria representação do drama»¹²⁰⁴, então cumpre-se esta regra. O entendimento dos humanistas vai na linha da duração da fábula a representar¹²⁰⁵. Porém, os testemunhos internos falam em dois almoços (Acto I e V) e num amanhecer (Acto V), que nos remetem para dias ou anos, que a transição entre os Actos II, III e IV¹²⁰⁶ ajuda a iludir. Mas estes referentes temporais despertam-nos outra

1197 Vide BERNARD WEINBERG, *A history of literary criticism in the Italian Renaissance*, Chicago, 1961.

1198 Vide *Trattati di poetica...* cit., p. 561 e NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Teatro clássico no século XVI...* cit., p. 128.

A primeira tradução latina feita por Giorgio Valla, em 1498; dez anos mais tarde, em Veneza, Aldo Manuzio publicou a *editio princeps*, a edição aldina.

1199 Vide *Trattati di poetica...* cit., p. 493-507.

1200 Vide *Trattati di poetica...* cit., p. 553 e NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, *Teatro clássico no século XVI...* cit., p. 126.

1201 Cf. 1451a 16-18.

1202 Cf. 1451a 22-28.

1203 Cf. 1449b 9-16.

1204 Cf. «Comentário» in: Aristóteles, *Poética*. Tradução, prefácio, introdução, comentário e apêndices de Eudoro de Sousa. Lisboa, 1990, p. 162.

1205 Cf. VÍTOR MANUEL DE AGUIAR E SILVA, *Teoria da literatura*. Coimbra, 1986, p. 523.

1206 Não encontramos referentes temporais nestes actos.

reflexão. O universo temporal da diegese dramática remete-nos, novamente, para a *praefiguratio Christi*. É este modelo que parece estar subjacente aos informantes temporais: como Cristo, José «morreu» após o almoço, para «ressuscitar» ao terceiro dia, durante a alvorada, como em Domingo de Páscoa.

Abordemos, agora, a unidade de lugar. A referência aristotélica vem incerta no capítulo XXIV da *Poética*. Aponta à tragédia a necessidade de circunscrever os limites da acção ao espaço da cena ¹²⁰⁷. Porém, a partir do Acto III, é nítida a quebra intencional da unidade de lugar. O espectador vai ser confrontada com a simultaneidade de dois lugares: o Egipto e a Palestina. O primeiro momento sucede na cena XI, quando o diálogo de Jacob e Benjamim interrompe a acção que se desenrolava no palácio do Faraó. Situação idêntica se nos depara nas cenas I e IV, do acto IV. No acto V, o diálogo entre Jacob e o Oráculo interrompe de novo o curso da acção no Egipto.

¹²⁰⁷ Cf. 1459b 18-31.

SÍNTESE				
«CICLO DA TRAGÉDIA»		ACTO CENTRAL	«CICLO DA COMÉDIA»	
I Acto (vv.141-1022)	II Acto (vv.1023-1773)	III Acto (vv.1774-2507)	IV Acto (vv.2508-3179)	V Acto (vv.3180-4505)
Gén. 37.1 - 37.35 1-24		Gén. 37.36 - 41.44 37.36 - 41.44	Gén. 41.47 - 47.12 41.47 - 42.35	
José Rei dos sonhos (o feixe, o sol, a lua e as onze estrelas) Adivinho negado (em casa)		José Rei dos sonhos, na prisão (o copeiro e o padeiro) Adivinho reconhecido (pelo faraó)	José Príncipe do Egipto Sonho transformado em realidade Os factos confirmam os seus dotes.	
Irmãos de José Orgulhosos			Irmãos de José Prisão, escravidão; reconhecem o erro cometido.	
Sinal de remorsos			Humildes, (quase) adoram José. (<i>anagnôrisis</i>)	
Abertura Jacob		Abertura Putifar	Abertura Jacob/Benjamim	
Jac./José (sc. II)	Cacodémon Jac./Benj. (sc. XII) Jac./Or. (sc. XIII)	Jac./Benj. (sc. XI) Jac./Or. (sc. XII)	Jac./Benj. (sc. III) Jac./Benj. (sc. X)	Jac./Benjamim Jac./Or. (sc. XXI) Jac./Rób./Or. (sc. XXI)
Espaço exterior Ao redor da casa de Jacob; paisagem campestre.		Espaço interior Casa de Putifar e de Jacob; a prisão; a corte real	Espaço interior O palácio real de Faraó	
Tempo Durante a manhã, até ao almoço.			Tempo Almoço - Noite Alvorada	
Episódios cómicos (<i>amplificatio</i>)				
Altercação do podador e do lavrador	Cenas do diabo	Putifar / Diabo O incêndio Diabo/Lavrador Lav. / Administ.	Adm. / Pajem Lav. / Pajem Lav. / Adm.	

2.3. A métrica ¹²⁰⁸

O P. Luís da Cruz foi um mestre exímio de humanidades clássicas e conhecia bem os segredos da perfeição estética da língua do Lácio. Entre eles figura a métrica que, aliada à correcção de linguagem e à riqueza de vocabulário, nos revela um profundo conhecedor da *latinitas*.

Como em todas as suas peças, usou o senário iâmbico (*Senarii sunt uersus, omnesque iambici*) ¹²⁰⁹, aconselhado por Aristóteles ¹²¹⁰, tanto para a tragédia como para a comédia (*Hi enim Aristoteli ad agendum tragice comiceque probantur*) ¹²¹¹.

Para a tragédia, observou as regras de Séneca (*At in tragoedia illi excellere uidentur ea lege constantes quam Seneca obseruauit*) ¹²¹²; para a comédia, seguiu os modelos de Plauto e Terêncio (*Obserua, ut uetustiores omittam, Plautum atque Terentium*) ¹²¹³. O modelo senequiano observa-se, ainda, nos coros, com uma métrica mais livre, e no uso do hexâmetro dactílico. Para as tragicomédias, o caso do nosso texto, o dramaturgo jesuíta usou o senário iâmbico (*in tragicocomoediis ubique fecimus senarios*) ¹²¹⁴, segundo as regras da tragédia (*plerumque lege tragica constantes*) ¹²¹⁵,

¹²⁰⁸ Para a elaboração deste capítulo, foram de extrema utilidade as seguintes publicações: LOUIS NOUGARET, *Traité de métrique latine classique*, Paris, 1986; NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES, «Noções de métrica latina», *Boletim de Estudos Clássicos*, 29 e 30 (1998) 69-77 e 93-112; FEDERICO CRUSIUS, *Iniciación en la métrica latina*, versión y adaptación de Àngels Roda, Barcelona, 1987; F. NOËL, *Gradus ad Parnassum ou nouveau dictionnaire poétique Latin-Français*, nouvelle édition par F. de Parnajon, Paris, 1911.

¹²⁰⁹ «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 5v.

¹²¹⁰ *Poética* 1449 a 19-22. Aristóteles não deixa de referir que antes se usava o tetrametro trocalco (*Ibid.*). Ainda segundo ele, Homero foi o inventor do metro iâmbico (*Poética* 1448 b 24-32). Já Horácio indica Arquiloco (*Arte poética*, v. 79. No verso seguinte, sublinha a diferença de estilo da comédia (humilde, *socci*) e da tragédia (sublime, *cothurni*), e recomenda o uso do trimetro iâmbico (senário iâmbico entre os romanos).

¹²¹¹ «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 5v.

¹²¹² «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 5v.

¹²¹³ «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 7v.

¹²¹⁴ «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 8v.

¹²¹⁵ «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 8v.

com variações no estilo cómico (*Ad comicam uero defleximus dictionem, ubi magis popularis flagitabatur oratio*)¹²¹⁶.

Vejamos, agora, a escansão de alguns senários iâmbicos para aferirmos a mestria do nosso dramaturgo na composição de versos, neste ritmo:

Prólogo: ANGELVS CVSTOS EVROPAE

- - | u - | - - | u - | - - | u -
Harum uolatu gentium prouíncias

- - | u - | - - | u - | - - | u -
Velox adiui uasta terrarum sola

5 - - | u - | - - u u u - | - - | u -
Qua uorticosus Tanais in Pontum fluit:

u - | u - u u - | u - | - - | u -
Adusque pelagi limitem terrae ultimas

- - | u - | - - | u - | u u - | u -
Labentis oras. Error, impletas, seelus

- - | u - | - - | u - | - - | u -
Commune repit. Lumen illud luminum,

- - | u - | - - | u u u - | - - | u -
Haustum a parente, flagitia mortalibus

10 - - | u - | - - | u - | - - | u -
Paene abstulerunt. Saxa diuinis colunt

- - | u - | - - | u - | u - | u -
Truncosque plaecant ligneos honoribus.

Acto I: IACOBVS, PATER IOSEPHI

- - | u - | - - | u - | - - | u -
Incerta cursu uita quam fertur suo!

- - | u - | u - | - - | - - | u -
Prodesse consulendo quam nescit sibi!

- - | u - | u - | u - | - - | u -
Plerumque uero id accidit mortalibus,

¹²¹⁶ «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 8v.

- - | u u u | - | u - | - - | u -
Non propter animis insitam socordiam:
- 145 - - | u - | - - | u - | - - | u -
Verum malorum fraude concursantium.
- - | u - | - - | u - | - - | u -
Quae quomodo ipsi, provide dum cogitant
- - | u - | - - | u - | - - | u -
Vitare possint, cogitando fluctuant.
- u u - | u - | - - | u - | - - | u -
Vt in aestuoso cymba iactatur salo,
- - | u - | - - | u - | - - | u -
Infirma nobis mentis est sollertia,
- 150 u u - | u - | u - | u - | - - | u -
Ratioque nutat: inuenimus plurimum
- - | u u u | - | u - | - - | u -
Plerumque dubii, sed fere certi nihil.

FRONDATEVR, VILICVS

- u u - | u - | - - | u - | - - | u -
Reparanda caesis arborum ramis casa est,
- - | u - | u - | u - | u - | u -
Vallisque munienda sunt ouilia.
- u u - | u - | - - | u - | u u - | u -
Ideo amputaui falce materiam mihi,
- u u - | u - | - - | u - | - - | u -
Humerisque fascem defero ingentem meis.
- 430 - - | u - | u - | u - | u - | u -
Occurrit at quis? Iste suspicabitur
- - | u - | u - | - | u - | - | u -
Fecisse ligna me lucis in proximis.
- - | u - | - - | u - | - - | u -
Litem creabit. Qua latebra me tegam?
- u u | u - | - - | u - | - - | u -
Sternuo. Quid hoc est? Eia sternutatio.

Acto II: CACODAEMON

- - | u - | - - | u - | u - | u -
Discordiarum concitator omnium
- u - | u - | - - | u - | - - | u -
Malae repertor fraudis, et mendacis
- 1025 - - | u - | - - u u u - | u - | u -
Turbare pacem solitus antiquam nouo
- u u u u - | - - u u u - | - - | u -
Genere odiorum, uenio de sede infera
- - | u u u | - - | u - | - - | u -
Per caeca tenebris noctis effusae loca:
- - | u - | - - | u - | u - | u -
Per saxa, hiatu perforata maximo
- - | u - | - - | u - | - - | u -
Tendente ad imum Tartari nigrum chaos.
- 1030 - u u u - | - - | u - | - - | u -
Praecipito multos quo cateruatim, mea
- u u u | u - | - - | u - | - - | u -
Facile peremptos arte, cum nulli tamen
- u - | u u u u - | u - | - - | u -
Redire liceat inde. Namque ultor Deus

Luís da Cruz indica no *Praefatio ad lectorem* o quadro de substituições do senário iâmbico, construído segundo o modelo senequiano (*At Seneca quem unum modo intuentur qui tragica scribunt*)¹²¹⁷; na primeira sílaba (*in prima sede plures collocare solet, spondaeum*)¹²¹⁸, aparece o espondeu (vv. 3, 4-5, 7-11, 141-147, 149, 151, 427, 430-432, 1023, 1025 e 1027-1029), (*scilicet praeter iambum*)¹²¹⁹ o iambo (vv. 6, 1024 e 1032), (*tribrachum*) o tríbraco (vv. 1026 e 1031), (*anapaestum*) o anapesto (vv. 148, 150, 426, 428-429) e (*dactylum*) o dáctilo (vv. 433 e 1030); na segunda (in

¹²¹⁷ «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 6v.

¹²¹⁸ «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 6v.

¹²¹⁹ «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 6v.

secunda)¹²²⁰, o iambo (vv. 3-5, 7-11, 141-143, 145-150, 426-433, 1023-1026 e 1028-1031) e o tríbraco (vv. 6, 144, 151, 1027 e 1032); na *terceira* (*in tertia*)¹²²¹, o espondeu (vv. 3-4, 6-11, 141, 144-149, 151, 426, 428-429, 432-433, 1023-1024, 1027-1031), o dáctilo (vv. 5, 1025-1026) e não aparece caso algum de tríbraco ; na *quarta* (*in quarta*)¹²²², o iambo (vv. 3, 5-8, 10-11, 141, 143-151, 426-430, 432-433 e 1023-1032) e o tríbraco (v. 9); na *quinta* (*in quinta*)¹²²³, o espondeu (vv. 3-6, 8-10, 141-151, 426, 429, 431-433, 1024, 1026-1027 e 1029-1032) e o anapesto (vv. 7 e 428); na *sexta sílaba*, o iambo, como se pode verificar em todos eles.

Para o mestre jesuíta, a métrica da comédia é mais livre (*istud non illa religione tenetur*)¹²²⁴, embora os pés sejam os mesmos da tragédia (*pedes quos in tragico commemoravi, iidem hic adspiciuntur*).

Por isso, na comédia, o iambo não fica restrito à segunda ou quarta sílaba (*at non necesse est illam secundam aut quartam stationem iambo uindicare*). Os exemplos do *Iosephus* são esclarecedores: o iambo aparece com frequência na terceira (vv.142-143, 150, 427, 430-431 3 1032) e na quinta (vv. 11, 427, 430, 1023, 1025 e 1028). A justificar a permissão do seu uso nesta última posição, traz à colação testemunhos do mesmo Sêneca (*Oedipus*, 970; *Hercules Furens*, 463, 629 e 950; *Hercules Oetaeus*, 811, 1351 e 1489; *Troades*, 416; *Agamemnon*, 143) e de Estácio (*Thebais*, 345). A par dos latinos, junta os trágicos gregos, Eurípides, Sófocles e Êsquilo. A prática dos *uetustiores*, Plauto e Terêncio, também lhe autorizavam estas liberdades. Todos estes *exempla* são precedidos duma interrogação que denuncia as intenções do nosso poeta: *Iambum uero a quinto loco cur remouebo?*¹²²⁵.

1220 «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 6v.

1221 «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 6v.

1222 «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 6v.

1223 «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 6v.

1224 «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 7v.

1225 «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 7v.

Porém, nesta breve resenha, ainda se deve apontar a liberdade do espondeu na quarta posição (vv. 4 e 142), que colhe justificação em Séneca (*Oedipus*, 517; *Hercules Oetaeus*, 813) e de uma ocorrência do troqueu, nesta mesma posição.

O senário iâmbico não é o metro exclusivo dos *diuerbia*. Os momentos de maior gravidade traduzem-se no uso dum metro mais solene, o hexâmetro dactílico. Identificámos duas situações dramáticas: as intervenções do Oráculo e a cerimónia das oferendas ao grande senhor do Egipto, José.

No acto II, cena XIII, à súplica de Jacob, em senários iâmbicos, vem a exortação do Oráculo, em hexâmetros dactílicos; seguem-se as lamentações de Jacob, também em hexâmetro:

Acto II:

ORACVLVM

- -| - uul- - | - -| - uul- - -
Natorum uariis longaeue exercite curis,

- -| - u ul- uul- -| - u ul- -
Nullis cede malis, patiend exempla relinque,

- -| - u ul- -| - uul- u ul- u
1560 Ac impressa tui uestigia nominis, almam

- u ul- u ul- -| - -| - u ul- u
Non facili doceant uirtutem stare labore.

- - ul- u ul- -| - -| - u ul- - -
Quicquid erit, superando omnis res dura ferenda est.

IACOBVS

- u ul- u ul- -| - u | - u ul- - -
Haud equidem dubito, sed si mihi iussa per auras

- u ul- -| - u ul- uu | - uu | - u
Alme parens ferret tímido, tuus Aliger olim

- uul- u ul- uul- uul- - u ul- - -
1565 Qualia dixit auo, positus ego protinus aris

- - | - u ul - - | - uui - u ul - u
 Incendissem ignes sacros, animamque dedissem
 - - | - u ul- - | - - | - uul - u
 Iosephi excidio. Verum dum munere utuit
 - u ul - - | - - | - u ul - uul - u
 Ille tuo, eorum nemo caput auferat oro.

Em situação idêntica, nos actos III e IV, respectivamente cena XII e XX, apenas o Oráculo se expressa em hexâmetros:

Acto III: ORACVLVM

- u ul - u ul- - | - - | - uul - -
 Sancte senex adeo Iosephi, exterrite casu,
 - - | - u ul- uul- - | - u ul - u
 Venturi memor imperii, post aspera bella,
 - u ul - - | - - | - u ul - u ul - -
 2120 Suffice. Languentis ne cede laboribus aevi.
 - u ul - u ul- - | - - | - u ul - -
 Inter acerba solet rerum discrimina condi
 - u ul- uul - uul- uul- u ul- -
 Vera quæ, prius exillum, prius arma, Tyranni
 - uul- u ul- - | - - | - uul - u
 Ac prius indomiti tractandi, ut laetior inde
 - u ul- - | - - | - u ul - uul - -
 Purpureis sese pax erigat aurea pennis.

Acto V: ORACVLVM

- - | - u ul - uul - u ul - u ul - -
 Si magnis hominum saturata laboribus aetas
 - u ul- - | - u ul- - | - uul - -
 Sponte mori gaudet quoniam se auertere curis
 - u ul - - | - u ul- - | - uul - u
 Morte putat, non illa uidet solacia rerum,

— u u | — — | — — | — u u | — u
 4274 Quae pater extremo seruat sub fine malorum.

No acto V, cena X, alguns irmãos de José também se expressam no metro virgiliano, durante a cerimónia de apresentação das dádivas a José, enviadas por Jacob:

Acto V: RVBENVS

— u u | — u u | — — | — u u | — u u | — —
 Magne Paraetoní Regis pater alter, ab uno
 — — | — u u | — — | — u u | — u u | — —
 3595 Aegypti incolumes quo suspicor esse colonos
 — — | — — | — — | — — | — u u | — u
 Non te quod fecsi communi in clade rogemus

IVDAS

— u u | — — | — — | — — | — u u | — —
 3610 Si pretium spectes, nil est quod munera laudes.
 — u u | — — | — — | — — | — u u | — u
 Sed pater arcanæ mentis grandaeuus honore
 — u u | — u u | — — | — u u | — u u | — u
 Fatidico, his etiam donis tua fata reuelat.
 — u u | — — | — — | — u u | — u u | — —
 Ille Dei interpres, uentura nepotibus alto

DANVS

— u u | — u u | — — | — — | — u u | — u
 Vir memorande, quibus caelo te laudibus aequem,
 — — | — u u | — — | — u u | — u u | — —
 Etsi fama suis pernicibus extulit alís
 — — | — u u | — — | — u u | — u u | — u
 3708 Vel quo sol oritur, uel quo lauat aequore currum

BENIAMINVS

- uu | - uu| - - | - - | - uu| - u
Hos pater ipse tibi fructus in munera mittit

- uu| - - | - - | - u u| - uu| - -
Per teneros gignit quos arbor amygdala ramos

- uu| - uu| - - | - uu| - uu | - -
3758 Fertilis indicium mirabile scilicet anni

A métrica eólica, praticada sobretudo pelos poetas Alceu e Safo, de dialecto eólico, tem uma presença significativa. Entre os latinos, a sua recepção circunscribe-se predominantemente à poesia de Catulo, às odes de Horácio e também às tragédias de Séneca, nos *cantica* dos coros que dividem os actos. Vejamos, agora, o seu uso na *tragicomoedia Iosephus*.

No acto V, cena X, os irmãos de José servem-se, em diálogo, do endecassílabo falécio (Levi), do endecassílabo sáfico (Zabulão) e da estrofe alcaica (Issacar).

Acto V:

LEVI

- - | - uu - | u - | - | u
Sudant quam Syriae arbores resinam

- | - uu - | u - | u - | -
Virosam, uitreis fero lagenis.

- - | - uu - | u - | u - | u
Nitro concolor albet, et renidet

- - | - uu - | u - | u - | u
3630 Inter caerulei coloris auram.

- - | - uu - | u - | u - | u
Haec sicut stomachum fuuat dolentem.

- - | - uu - | u - | u - | u
Missum pectore sistit et cruorem:

- - | - uu - | u - | u - | u
Caeli munere sic datus laborem

- - | - uu - | u - | u - | u
Lenis, tabifica fame prementem

- - | - uu - | u - | u - | u
3635 Quicquid stellifero ambit axe caelum.

ZABVLON

- u| - - | - u u - | u - | u
 Purior, noctis liquefactus aura:

- u| - - | - u u - | u - | u
 3650 Sive ros, donum tamen esse constat,

- u | - - | - u u - | u - | u
 Cuius in caelum reuocamus ortum.

- u| - - | - u u - | u - | u
 In sinus florum cadit, inde lectum

- u| - - | - u u - | u - | u
 Alueos defert apis in remotos:

- u| - - | - u u - | u - | u
 Quo cibo ditat sua castra felix.

- u| - - | - u u - | u - | u
 3655 Non sibi quanquam sua mella condat,

- u | - - | - u u - | u - | u
 Inter audaces aliquando turmas

ISSACHAR

- - | u - | - | - u u - | u u
 In nos Hebraeos, hac uice durior

- - | u - | - | - u u - | u u
 Vultum serenum blandior offeret:

- - | u - | - - | u - | -
 Natisque patrem restituitis,

- u u - | u u - | u - | -
 3700 Egregius recreabit Heros:

Para o sucesso das representações dramáticas concorriam não só os adereços como os *cantica*. Nesta tragicomédia, o dramaturgo não os restringe apenas aos coros, como iremos ver. Continuamos a assistir a uma grande variedade de metros.

O Acto I, cena XI introduz o primeiro momento musical, associado à dança, que ainda hoje se revela como uma das marcas distintivas da cultura popular no norte de Portugal, principalmente no Minho. As raízes

perdem-se na lírica galaico-portuguesa. Segundo Claude-Henri Frêches¹²²⁶, o nosso poeta pode ter sido influenciado por Gil Vicente (c.1465-c.1536), dramaturgo que escrevia em vernáculo e cuja obra foi publicada em 1562, em Lisboa, pelo impressor real Ioam Alvarez: *Copilaçam de todas as obras de Gil Vicente, a qual se reparte em cinco livros*¹²²⁷. O canto e a dança estão presentes na farsa de *Inês Pereira* (1523), v. g., quando ela replica melodiosamente ao marido Pêro Vaz «Marido cuco me levades / e mais duas lousas...»; mas também no *Auto das Ciganas* (1521), na farsa *Juíz da Beira* (1526-1527), no *Auto das Fadas* (1527)¹²²⁸, ou ainda no auto da *Sibila Cassandra* (1513) e no auto da *Barca do Purgatório* (1518).

Os teorizadores renascentistas davam preferência aos *cantica* do coro, que estabelecem a divisão entre os actos (*Chori sunt in omnibus istis actionibus*)¹²²⁹. O canto está sempre presente nas obras do dramaturgo jesuíta, pois *sine harmonia, theatrum non delectat*. Avancemos, agora, para a análise dos seus metros.

O coro I, conforme indicação didascálica, inicia-se com um canto em verso sáfico, terminando a última estrofe com um verso adónio, o que no-la aproxima do paradigma da estrofe sáfica:

Acto I:

CHORVS I

- u| - - | - uu - | u -|
 Quem suis tectum Deus ambit alis,

- u | - - | - uu - | u - | -
 Omnis in cassum petit hostis armis.

865 - u| - - | - uu - | u -| u
 Si fretum puppi secat aestuosum,

- u| - - | - uu - | u - | u
 Et minax raptam uorat unda puppim

¹²²⁶ CLAUDE-HENRY FRÊCHES, *Le théâtre néo-latín... cit.*, pp. 416-417.

¹²²⁷ Há uma edição fac-similada, publicada pela Imprensa Nacional da Casa da Moeda, em 1984, orientada pela saudosa professora universitária, Maria Leonor Carvalhão Buescu.

¹²²⁸ CLAUDE-HENRY FRÊCHES, *Le théâtre néo-latín... cit.*, p. 417.

¹²²⁹ «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicæ, comicæque actiones... cit.*, ** 8v.

- u | - | - u u - | u - | -
Tutus in litus ueniet natando
- u | - | - u u - | u - | -
Brachis nandi licet imperitis.
- u | - | - u u - | u - | -
Quippe delphines famulata iussi
- 870 - u | - | - u u - | u - | u
Terga supponent, neque fabulosus
- u | - | - u u - | u - | -
Nauta per uastas equitabit undas.
... ..
- 906 - u u - | u
Missa retundit.

Segue-se, no diálogo, o senário iâmbico (José e Anjo da Guarda - vv. 905-911) que alterna com o verso anapesto (Coro dos Anjos e Anjo da Guarda - vv. 912-916) e o hexâmetro dactílico (Coro dos Anjos - vv. 945-956; 965-1013). O coro, cantando, remata com um verso adônico, precedido de versos sáficos (vv. 1014-1020):

Acto I:

ANGELVS CVSTOS

- 905 - - | u - | - - | u - | u u - | u u
Haec innocentis gratia pueri damus
- - | u - | - - | u u u | - - | u u
Cantata caelo carmina canenda ad lyram
- - | u - | - - | u - | u - | u u
Regis futuri uatis: o Sacer chorus

Acto I:

IDEM AD IOSEPHVM

- - | u u - | - - | u u -
Iosephe puer, Iosephe Dei
- 915 - u u | - - | - u u | - -
Cura, sub altae scrupea fossae

- - | u u - | - u u | - u
 Quid missus agis limina casus

- - | u u - | - - | - -
 Plangis ne tuos, an fraternae

u u - | u u - | - u u | - -
 Scelus inuidiae nobile defles?

CHORVS ANGELORVM

- - | u u - | - - | u u u
 Iustum facilis clemensque pater

- - | u u - | - u u | - u
 Non destituit rebus in artis

930 - - | - - | - u u | - -
 Sed fert casus ire per omnes

CHORVS ANGELORVM

- - | - - | - - | - - u | - u u | - -
 Quae quondam in somnis, per somnia dicta fuerunt

- u u | - - | - u u | - - - | - u u | - -
 Bina tibi, te certa manent, ne cede labori,

- u u | - - | - u u | - - | - u u | - u
 Quem pateris: quem deinde feres, immobile saxum

950 - u u | - - | - u u | - - | - u u | - u
 Stat uelut obiectum pelago, fluctusque retundit

... ..
 - u u | - u u | - - | - u u | - u u | - u
 Cum patris imperium, missus per inhospita tesqua

- - | - u u | - u u | - - | - u u | - -
 Errabas, aderam socius, cultrosque remoui

- u u | - - | - u u | - - | - u u | - u
 A iugulo Iosephe tuo, sta certus ubique

970 - u u | - u u | - u u | - u u | - u
 Praesidium ego ueniam, clypeumque futurus

- u u | - - | - - | - u u | - u u | - u
 Te fera tempestas, et ferreus urgeat imber

CHORI PARS ALTA CANTIT

- u | - - | - u u - u - u
 Faetus Aegypti moderator olim

- u | - - | - u u - | u - u
 1020 Vnus exemplo sobolem docebis

- u | - - | - u u - | u - | u
 Posteram, quae sit Deus innoenti

- u u - | -
 Anchora uitae

O coro II não é acompanhado por indicações didascálicas. No início, usa o hendecassílabo faléio (vv. 1674-1678) e, depois, o tetrametro anapesto com ou sem adónio (vv. 1689-1705; 1715-1729; 1770-1773); a Jacob está reservado apenas o hexâmetro:

Coro II:

IACOBVS

- - | - - | - - | - - | - u u | - -
 Lugentes magna Iosephum huc uoce uocate.

CHORVS

- - | - u u | - u | - u | - u
 Huc ex Elysió ueni recessu.

- - | - u u | - u | - u | - u
 1675 O Iosephe puer, dolor parentis.

- - | - u u | - u | - u | - u
 Huc te noster auus sinat uenire,

- - | - u u | - u | - u | - u
 Heu desiderio tui uidendi

- - | - u u | - u | - u | - u
 Ad te ne faetas abire patrem.

IACOBVS

- u u | - u u | - - | - - | - u u | - u
 Dicite quín potius uadat quo nobile seruat

- - | - u u | - - | - u u | - u u | - u
 1680 Illustres animas antrum, properetque sub imam
 - - | - - | - u u | - u u | - u u | - u
 Speluncam Iacobus. Erit mihi laetior umbra
 - - | - u u | - u u | - - | - u u | - u
 Quam lumen sine sole meo. Tunc aurea surget
 - u u | - u u | - - | - u u | - u u | - u
 Lux, ubi sol oculis affulserit ille parentis.

CHORVS

u u - | - - | - - | - -
 Tibi prouectae tantum uitae
 u u - | - - | - - | u u -
 Sine Iosepho restare potest
 - - | u u - | - u u | - -
 1700 Quantum superest luminis orbi
 - - | u u - | - u u | - -
 Post solis equos aequore mersos
 - - | u u - | u u - | - -
 Iacobe tuis superest tantum
 u u - | - - | - u u | - -
 Sine te, quantum lucis in ortu
 - - | - - | - u u | - -
 Primo hibernis condita nimbis
 - u u - | u
 1705 Luna refundit.

O coro III, segunda as indicações didascálicas, é em verso sáfico (hendecassílabo), com dois versos adónios, sem preocupação de respeitar a estrofe sáfica:

Coro III: CARMEN SAPHICVM

- u | - - | - u u - | u - | u
 O pudor castae generose mentis,
 - u | - - | - u u - | u - | -
 Mentis o praeceps furor impudicae!

- u | - - | - u u - | u - | u
 Quale gessistis populis canendum
- u | - - | - u u - | u - | u
 Posteris bellum? Ruit hinc libido:
- 2485 - u | - - | - u u - | u - | -
 Castitas sancto stetit unde uultu:
- u | - - | - u u - | u - | u
 Illa succensam Phlegetonte pinum,
- u | - - | - u u - | u - | u
 Sulphur et fumos stygios olentem

 - u | - - | - u u - | u - | u
 Cede flammaram iaculis; at ille
- u | - - | - u u - | u - | u
 Surda cantori uelut aspis, ito
- 2495 - u | - - | - u u - | u - | u
 Inquit, aeternos ego castitatis
- u | - - | - u u - | u - | u
 Candidae flores male olente Ditis
- u u - | -
 Sulphure mutem?

O coro IV, segunda as indicações didascálicas, é em verso aeclepiadeu menor, sem preocupação de configurar algum dos dois modelos de estrofe asclepiadela:

Coro IV: CARMEN ASCLEPIADAEUM

- - | - - u u - | - u u - | u -
 Terrarum in gelidis finibus, horridos
- - | - u u - | - u u - | u u
 Qua nix Sauromatas obruit, improba
- 3130 - - | - u u - | - u u - | u u
 Aude mente nefas: mox Aquilonibus
- - | - u u - | - u u - | u u
 Ortum solis adi uela ferentibus:
- - | - u u - | - u u - | u u
 Heu non effugies. Serius, ocus

- - | - uu- | - u u -|u u
Vindex iustitiae poena fugacibus

- - | - u u - | - uu - |u-
Sese aequare solet passibus impii.

- - | - u u - | - uu -|uu
3135 Magnis poena reum naribus olfacit.

O coro V, segunda as indicações didascálicas, é em verso glicónico:

Coro V: - - | - u u - |u -
Assueti per Olympicos

- - | - uu - |u-
Orbes currere nuntii

- - | - u u - |uu
Si fas est, uenientia

- - | - u u - |uu
4450 Nobis fata recludite

- - | - uu - |u -
Eiectus puer aemulae

- - | - uu - |uu
Flammis inuidiae, quibus

- - | - uu - |uu
Olim seruit, imperat.

- - | - uu - |uu
Et laetus pater accipit.

- - | - uu - |uu
Quem caesum lacrimauerat.

Como em Séneca, observa-se uma grande riqueza métrica, sem a preocupação de construir estrofes exactas, excepção feita à estrofe alcaica, como indicámos acima.

Apesar de os teorizadores renascentistas darem preferência aos *cantica* do coro, no fim de cada acto, Luís da Cruz também os introduz no decorrer da acção. Além de uma aproximação ao modelo senequiano, eles constituem um expediente de algum efeito cénico, pois são acompanhados

de instrumentos musicais: a lira, os sistros, o tambor e as flautas *quae nunquam defuerunt*¹²³⁰.

Um primeiro exemplo de *intermezzo* musical encontra-se no acto I, cena XII, em hexâmetro dactílico. Não seria previsível o emprego do hexâmetro nesta expressão eufórica de vingança dos irmãos de José, após o terem lançado à cisterna. Este metro adequa-se mais ao tom solene do coro dos Anjos e do Oráculo de Deus. Contudo, a par do metro, percebe-se a riqueza e a linguagem virgilliana das bucólicas, cujo metro é o hexâmetro, qual exercício de *compositio*:

Acto I: CANTVS ET CHOREA

- u ul- uul- -| - -| - uul- - u
Primus ego puerum misisse in funera laetor

- uul- -| - -| - u ul- uul- u
Suspiciant syluis arbusta uirentia ludam,

- -| - u ul- -| - -| - uul- - u
Libertate uident maiorem quam fuit olim

745 - u ul- -| - -| - -| - uul- - -
Carpat Idumaeas, meruit quas dextera, palmas

OMNES IN ANASTROPHE

- u ul- -| - -| - -| - uul- -
Arua metu quondam siluistis tristia nostro:

- -| - uul- -| - u ul- uul- u
Nunc laetis eadem nobis resonabitis arua.

755 - u ul- -| - uul- u ul- uul- -
Culina frondosas agitate sonantia siluas

- u ul- -| - -| - u ul- uul- -
Ad numerum uocum mutata cacumina frondes

¹²³⁰ «Beneuolo, amicoque lectori», in: *Tragicae, comicaeque actiones...* cit., ** 8v.

SINGVLI EX ANTISTROPHE

- uu | - - | - - | - - | - uu | - u
Laetior expulsis seu sol a nubibus extt,
- 760 - - | - - | - u | - uu | - uu | - u
Exsultat uicto, Simeon ita grandior hoste.
- u | - uu | - - | - uu | - u | - -
Gaudet ut exuuis post praelia uictor adeptis,
- uu | - u | - - | - - | - uu | - -
Sic spolio chlamydis raptae pro insignibus utar.

ANTISTROPHE, ET ANASTROPHE

- uu | - - | - - | - uu | - u
Nunc pariant siluae, nunc sit pulcherrimus annus,
- uu | - - | - - | - uu | - uu | - u
Aurea sit tellus, Sol aureus, aurea Luna;
- 773 - uu | - uu | - - | - - | - uu | - -
Et caput inuidiae cum nigris accubet umbris,

Um segundo exemplo de entreacto musical reaparece no acto V, cena XI. Este canto do lavrador surge num ritmo de tom marcadamente trocaico, que não se insere em nenhum esquema métrico usual:

Acto V: CANTVS RVSTICI

- u - - | - u | - u
Qui uorando, qui bibendo
- 3835 - u | - u | - uu
Vim probatis uirum.
- u | - u | - u | - u
Singulari inite mecum.
- u | - - | - uu
Hac palaestra praelium.
- u - - | - u | - u
Eia coram congiale.
- u | - u | - uu
Collocate poculum.
- 3840 - u - - | - u | - u
Si quis est qui pollicetur.

CONCLUSÃO

Vasta é a obra poética do P. Luís da Cruz, S. J. Além da obra dramática, conhecem-se diversas composições da sua autoria dispersas por três códices existentes nas bibliotecas portuguesas de Coimbra (BGUC) e de Lisboa (BN e ANTT). A única obra que mereceu uma edição quinhentista foi a paráfrase a cento e cinquenta salmos, que vêm a lume na Alemanha, em 1597. Significativa esta preferência editorial pela salmódica bíblica, que teve também o maior acolhimento entre os humanistas da reforma.

Sorte desigual, felizmente, teve a sua produção dramática, recolhida num volume preparado pelo autor, publicado em 1605, decorridos alguns meses, após a sua morte.

Esta edição, diz-nos o P. Luís da Cruz, realizou-se a pedido dos Superiores da Ordem, por julgarem de grande utilidade a recolha e preparação de um volume das suas obras que andavam quase esquecidas: *Caeterum patres qui nobis moderantur, existimantes in his aliqua esse bonae frugis, mandarunt ut quae apud me erant pene mortua, concinnarem pararemque ad praelum (Praefatio ad lectorem in: TRAGICAE COMICAEQUE ACTIONES cit., fl. **v).*

Aliás, ele próprio reconhece a importância cultural e espiritual deste seu trabalho: «É que nos dá coragem e sempre nos há-de encorajar uma só determinação: prestar um serviço ao país e, com a nossa entrega, fazer valer os bons costumes»: *Sed ualet, ualebitque apud nos semper una ratio, uiuandi Rempublicam et nostro incommodo bonis moribus commendandi* (Ibidem, fl. **8r).

A revisão sistemática da sua obra justifica-a o próprio Luís da Cruz com o receio do juízo final dos leitores. Ele sabia que «aquelas peças que, na representação, teriam sido do agrado do público, poderiam eventualmente não colher a mesma aceitação, ao serem manuseadas. No teatro, as palavras, que se proferem, voam. O ornato cénico valoriza-as, a graça das personagens fá-las realçar, e a beleza dramática harmoniza o pensamento e a musicalidade, de forma a que se considere da maior perfeição o que não deixa de ter os seus defeitos, que não se percebem naquele artificio teatral»: *quae spectatorum oculis placuissent, non eandem forte beneuolentiam in manibus habitura. In theatro volant quae dicunt. Ornatus scenae commendat, venustas actorum cohonestat, et agendi lepor ita animum auresque conciliat, ut pulcherrimum existimetur, quod suo naeuo non caret, non adspicitur tamen propter illum fucum theatralem* (Ibidem cit., fl. ** 1v). Recolhidos nesta edição são os textos das peças representadas no Colégio das Artes, em Coimbra – exceção feita para a tragicomédia *Manasses restitutus*. Uma profunda reformulação por parte do autor haviam de conhecer estes textos que serviram de suporte às representações. Tarefa morosa, que iniciou muito provavelmente em 1598, aliviado já, devido à doença, do seu magistério docente.

O esforço desenvolvido pelo autor, num momento em que se acentua a sua debilidade física, compreende-se à luz dum espírito de missão, de serviço à comunidade, na busca constante do bem comum, *ad maiorem Dei gloriam*.

Encontra-se perdida a produção teatral, de cuja existência há testemunhos, elaborada pelo jovem jesuíta no Colégio de S. Paulo, em

Braga, onde permaneceu três anos lectivos (1563-1566), como professor da 1ª classe de retórica.

Numeroso público de diferentes estratos sociais acorria às representações escolares dos jesuítas, ocasião oportuna de parênese e catequese teológica, a que se aliava o espírito de diversão.

Esta atitude empenhada da Companhia de Jesus é enformada pela mensagem tridentina, de que Carlos Borromeu (1538-1670), arcebispo de Milão, foi o principal impulsionador.

Entre nós, é marcante, neste sentido, a atitude de Frei Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga e interveniente no Concílio de Trento. Apoiou-o nesta iniciativa o Cardeal-Infante D. Henrique que, em 1563-1564, era Regente na menoridade do futuro rei D. Sebastião.

Resistências múltiplas se levantaram, por parte de altos dignitários da Cúria Romana, ao aparecimento de uma nova ordem religiosa. Esta oposição vai prolongar-se e tomar contornos diferenciados, apoiando-se em argumentos vários: não havia falta de ordens religiosas, pelo que era necessário reduzir o seu número e não aumentá-lo; os objectivos iniciais deste grupo não iam de encontro aos cânones monásticos vigentes; urgia a renovação profunda do espírito que devia animar a vida eclesiástica.

Apesar disso, a Companhia de Jesus, aprovada oralmente (*uiuue uocis oraculo*) nos primeiros dias de Setembro de 1539, depressa encontrava eco junto de reputados membros da Igreja, que sentiam mesmo «a tentação de sonhar que esta ordem poderia servir de paradigma de todas as outras.» (Manuel Pereira Gomes, 1999, 177).

Reflexo desta nova atitude da Santa Sé, é a intervenção de jesuítas no Concílio de Trento, a fundação de colégios em países profundamente atingidos pelos ventos da Reforma protestante, e a evangelização em terras de além-mar, no mundo de domínio português e espanhol.

Cada vez é maior o envolvimento da Companhia no âmbito do movimento católico da Contra-Reforma. A acção dos jesuítas vai

desenvolver-se em diferentes áreas complementares: a revitalização da vivência cristã, que inclui a formação moral e intelectual do clero, fundamental no combate às ideias reformistas; a educação humanista da juventude dentro dos princípios da ortodoxia católica; a propagação da fé.

Um exemplo bem elucidativo da concretização deste ideário, em contexto escolar, onde as representações de teatro gozavam de grande favor, é a tragicomédia *Iosephus*. Trata-se de um tema bem conhecido e apreciado pelo público e com larga repercussão entre protestantes e católicos. Todos se deixaram seduzir por um tema comum, o drama bíblico de José do Egípto. Porém, enquanto os mentores da Reforma conceberam o teatro como expressão da contenda teológica, os jesuítas vão dar-lhe uma feição eminentemente formativa, apoiada na sumptuosidade do espectáculo, como é o caso do *Iosephus*.

Nesta peça, as personagens intervenientes na acção dramática são em número de trinta e seis. Mas poderiam ter actuado mais, pois não se sabe ao certo quantos esbirros ou escravos subiram ao palco. Este exagero de personagens, além do número indefinido de figurantes, que o texto sugere, indicia a necessidade de englobar na representação o maior número possível de alunos. A intervenção na actividade dramática da escola, tão característica da pedagogia dos colégios jesuítas, facilitava a sua integração na comunidade académica e despertava o espírito de emulação. Esta *exercitatio* pública estava reservada fundamentalmente aos alunos da classe de retórica, que concluíam a sua formação humanística.

Esta prática - que alargava as intervenções e com elas as considerações reflexivas de tom parenético e moralizante - torna a intriga menos movimentada, mais retórica. A própria evolução dos caracteres é, por vezes, afectada, reduzindo-se a uma justaposição de asserções. É o que acontece, no que se refere ao *Iosephus*, com as personagens alegóricas, com a família real egípcia, com o velho Jacob, com José e seu irmão Benjamim. Mas, contrariamente, tal não se verifica, no que diz respeito aos irmãos

mais velhos de José. Na verdade, eles encarnam a inevitável catarse do seu acto tresloucado. Conscientes desta pena, vão aceitar, sem rancor, as provações que a mão enérgica do grande senhor, no Egípto, lhes há-de infligir. Finalmente purificados estes, a família de Jacob reencontra a sua harmonia. Em território hostil é premiada com um tecto seguro - sinal de gratidão.

A visão universalista que nos é transmitida no Prólogo da tragicomédia *Josephus* é nitidamente de inspiração inaciana e radica na contemplação da Encarnação, no primeiro dia da segunda semana dos *Exercícios Espirituais*. O Pai, o Filho e o Divino Espírito Santo contemplam a face da terra, cheia de homens, que se precipitam nas chamas infernais. Misericordioso, Deus vai redimir o género humano, enviando-lhe o seu Filho, que vai Incarnar no seio da Santíssima Virgem.

Está presente a exigência da propagação da fé, o ardor da missionação. Na meditação das duas bandeiras, que corresponde ao quarto dia da segunda semana, há um apelo muito forte para esta urgência: «Considerar como o Senhor de todo o mundo escolhe tantas pessoas: apóstolos, discípulos, etc., e os envia por todo o mundo a espalhar a sua sagrada doutrina por todos os estados e condições de pessoas» (Inácio de Loyola, *Exercícios Espirituais*, n.º 145, 2.º Ponto).

Termina o prólogo com a decisão do Arcanjo S. Miguel de enviar os seus anjos a anunciar a vinda do Salvador (vv. 139-140): «Portanto, ide ligeiros, pois a felicidade há-de chegar à Europa, à grande Ásia e a África.» O tecto da Igreja de Sto. Inácio, em Roma, pintado pelo irmão jesuíta Andrea Pozzo, já no final da centúria seguinte (1691-1694), é bem o corolário da missão universal da Companhia: "Ide e inflamai o mundo".

Essa missão, desde o séc. XVI aos nossos dias, permanece inalterável no espírito e na acção da Companhia de Jesus. Estas são palavras do jesuíta, Doutor Mário Garcia (1996, 177): «colaborar com Deus na redenção do género humano, que maior acção contemplativa e que mais

grandiosa e gratificante contemplação activa, podemos realizar, neste mundo e por toda a eternidade?»

No *Iosephus*, após a denúncia do vício que campeia por toda a parte (vv.1-140), capaz de estimular a reflexão e o arrependimento individual, segue-se a *probatio*, a história de José do Egípto, capaz de persuadir em definitivo o espectador.

Assim se cumpriam os desígnios da reforma pretendida pelo Concílio de Trento: uma profunda renovação no sentimento e na prática da religião por parte do clero e do povo, num contexto em que as *litterae humaniores* se transformam no suporte da formação intelectual do *homo religiosus*, ao serviço da Contra-Reforma.

A oportunidade do tema bíblico de José permitiu que o nosso autor revelasse a sua integração no contexto do Renascimento. Desde logo pela apresentação do patriarca José como uma *praefiguratio Christi*, na linha do pensamento tradicional da Igreja e do espírito da Contra-Reforma. É que a *ecclesia militans* tomou Cristo como garantia da salvação, com significativa expressão nas *bonnae litterae*.

A *inuentio* da tragicomédia beneficiou dum património comum, identificado com o pensamento humanista, que o jesuíta Luís da Cruz assimilou e adaptou à sua época.

Num tempo propício a querelas teológicas, matéria de reflexão nas tragédias renascentistas, o espectador vai colhendo judiciosos ensinamentos sobre o mistério da predestinação, do perdão e da teologia cristocêntrica de S. Paulo – em Cristo se manifesta a Verdade de Deus (2 Cor.1.20). Nesta lição viva de catequese, em clara oposição aos protestantes, que negavam a ascese espiritual do homem, o pregador jesuíta vai reafirmar os dogmas do Limbo e do Purgatório. Não se exime ainda a condenar a idolatria, a prática da adivinhação e a opinião corrente do geocentrismo, a revelar a modernidade do conhecimento científico da pedagogia jesuíta.

A feição cívica desta peça, reparte-se entre os conceitos morais e políticos. Sob o ponto de vista moral, o poeta - pregador - adverte os actores que memorizaram os diversos papéis, adverte a comunidade estudantil e todo o público em geral para os diversos temas de alcance universal, de inspiração estóico-senequiana, tão em voga na época: a instabilidade da fortuna, a precaridade da existência humana, a que convém opor a constância, a serenidade, a perseverança no mal, a fidelidade aos compromissos, a lealdade, a áurea mediania. E vemos, neste sentido, a sobressair, como paradigma, por entre a devassidão que a tantos vence, a virtude de José, que se ergue qual farol, enaltecida pelo coro, em verso sáfico: « Ó nobre pudor dum espírito casto! Ó furor vertiginoso dum espírito impudico! Que guerra fizeste para ser cantada pelos povos vindouros?... Agora, usa o ceptro com a mesma jurisdição que o Faraó. Quando a terra, num mundo envelhecido, der rédea solta aos vícios, dirá: ó grande jovem, que com perigo para a sua vida veneeu pelo pudor, a sua senhora [esposa de Putifar] e, mesmo provocado, temeu romper o vínculo conjugall» (vv. 2481-2484; 2501-2507).

É o canto triunfal da castidade, com raízes no *Trionfo della castità*, de Petrarca. É a exaltação da *fortitudo*, da prática da *temperantia* que conduz à morigeração nos costumes (Aristóteles, *Ética a Nicómaco*, 1105a 17-21). A par da virtude da castidade, emerge um tema fundamental, a defesa do matrimónio, ou do sétimo sacramento, como lhe chamou Erasmo no *Enchiridion septimum sacramentum* - motivo fulcral da dissidência religiosa de Henrique VIII e da radicação do anglicanismo na Inglaterra.

Do ponto de vista político, muitos motivos recorrentes do ideário da época estão presentes nesta obra. No Renascimento, em que floresceu a literatura dos *Specula principum*, com raízes na Antiguidade, a política permanece como a intervenção cívica por excelência: o príncipe, "primus inter pares", moralmente íntegro, solidário e justo, que busca porfiadamente o bem comum dos súbditos, é o *exemplum* a seguir no

exercício da realeza. Nas antípodas do bom rei está o tirano, que enxameia as tragédias de Sêneca, modelo prontamente rejeitado pelo Príncipe herdeiro do Egípto: «Que tal nome esteja bem longe do governo tão suave do faraó, quando Deus me entregar o ceptro paterno do Egípto. Que me seja querido o cuidado dos cidadãos. Que o povo opulento tenha grandes riquezas. Que eu repute isso como glória do reino do Egípto ou como benefício meu» (vv. 3400-3405).

Quando se enaltecem as qualidades morais do Rei, ao colocar os interesses do reino acima dos pessoais, o P. Luís da Cruz fá-lo na linha teológico-providencialista que preside ao pensamento político no séc. XVI, presente em Diogo de Teive e D. Jerónimo Osório e em tantos outros autores portugueses e europeus. Verbera, assim, a adulação dos cortesãos, a depravação da nobreza e exalta a lealdade e a gratidão, apontando sempre como grande ideal a virtude.

Muito significativo é o facto de Luís da Cruz fazer sobressair o valor do perdão - a clemência senequiana, virtude real por excelência - personalizado em José que ocupa uma alta magistratura na administração egípcia; mais ainda: toda a casa real se associou á efeméride, num exercício claro de «exaltação da *clementia* como *virtus imperatoria*, 'virtude do governante ideal'. Elogia-se a *humanitas* de José, em oposição á *feritas* dos irmãos, numa simbiose feliz entre a teologia cristã e o pensamento humanista que privilegiava o ideal de perfeição humana. Esta exaltação antropocêntrica humanista é-nos transmitida por Cataldo no *De perfecto homine*, por inspiração de Giovanni Pico della Mirandola em *De hominis dignitate* e de Giannozzo Manetti (1396-1459), autor do *De dignitate et excellentia hominis*.

Alguns destes *tópoi* humanistas já aparecem tratados pelo Infante D. Pedro, em *O livro da Virtuosa Bemfeitoria*, redigido no primeiro quartel do séc. XV, que anuncia o humanismo, movimento cujo início de faz coincidir com a chegada de Cataldo Parisio Sículo, em 1485, o futuro preceptor de D. Jorge, filho bastardo do rei D. João II.

A *dramatis constructio* do *Iosephus* deixa transparecer um dos pilares fundamentais em que assenta a pedagogia dos jesuítas, uma «*repetizion ed varia e molteplice*» (Mario Barbera, 1999, 122). A variedade discursiva recorda-nos, a cada passo, as *exercitationes* da moderna pedagogia, em que assumem especial relevo a *uariatio* e a *correctio* dos diversos *themata*. O P. Luís da Cruz concebe o *Iosephus* como tragicomédia, uma construção poética intencional (*utrumque copulare fuit in animo*) que resulta da confluência da tragédia e da comédia. Este género, com grande representação no Renascimento, tem as suas raízes no teatro clássico, de que é exemplo o *Anfitrião* de Plauto, comédia latina evocada por Luís da Cruz, no *Praefatio ad lectorem*.

O dramaturgo jesuíta vai altar, deste modo, a seriedade, a *grauitas*, e o riso, a *festiuitas*, ou mesmo a *hilaritudo*. A um universo elevado, com personagens de alto coturno, segue-se a truanice, para divertir o espectador (*quae per interualla spectatorem recreareñ*).

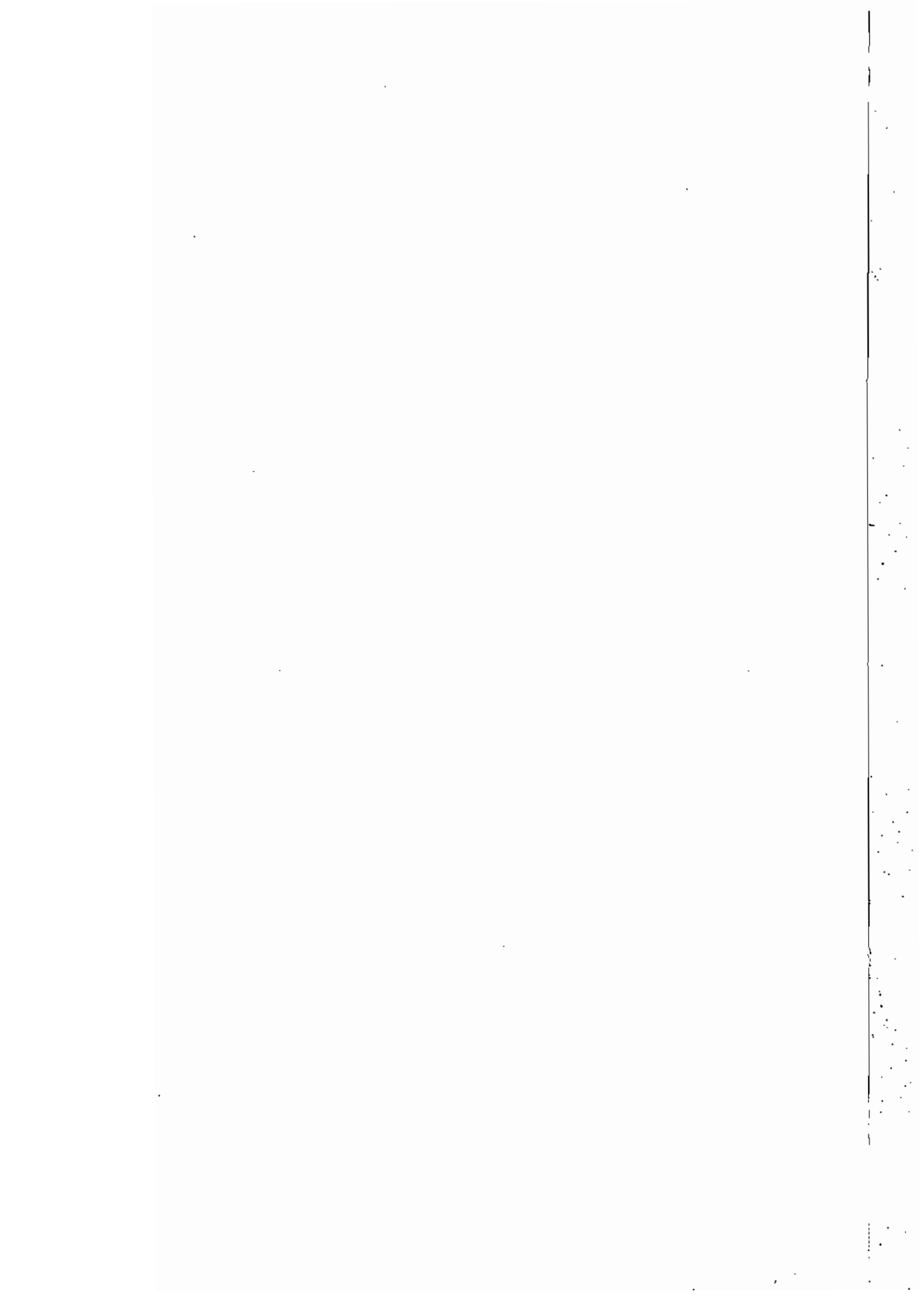
Urdu Luís da Cruz uma teia tragicómica, com um aparato cénico que alternava entre o popular e a realeza, num ritmo dinâmico, doseado magistralmente pelo pedagogo jesuíta, em função dos espectadores «portugueses da Universidade de Coimbra» (*sed Lusitanis, Academiaeque Conimbricensi*).

A configuração estrutural da obra em quiasmo determinou o universo diegético, por forma a que o acto III transmitisse a peripécia fundamental da fábula. Constituiu-se num verdadeiro fiel da balança: nos dois primeiros actos, assistimos à humilhação de José pelo orgulho dos irmãos; inversamente, nos dois últimos, José é exaltado pelos irmãos humilhados.

Procurou o autor a *modestia*, a edificação e a formação nos bons costumes; buscou a *delectatio* em função dum princípio superior, a *utilitas*, em perfeita sintonia com os teorizadores e dramaturgos do séc. XVI que, «na sua admiração pelo teatro de Séneca e influenciados pela realização do Concílio de Trento (1545-1554) e pelo formalismo da Contra-Reforma

tentam conciliar, numa adaptação da teoria aristotélica ao pensamento horaciano, o fim hedonístico e o fim ético da poesia» (Nair Castro Soares, "Dramaturgia", 1999, 180).

O P. Luís da Cruz, S. J., poeta e dramaturgo, revela-se nesta tragicomédia e em toda a sua obra, um verdadeiro humanista de dimensão europeia.



BIBLIOGRAFIA

1. – MANUSCRITOS

1.1 – Arquivum Romanum Societatis Iesu (ARSI)

Ital. 2

Lus. 2

Lus. 39

Lus. 43 I

Lus. 43 II

Lus. 44 I

Lus. 52

Lus. 59, fl. 5-98: Ludouicus Crucius, *De uita et moribus Dominici Ioannis, libri tres.*

Lus. 70

1.2 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Cód. 2209: *Miscella.*

1.3 – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC)

Cód. 993: *Rerum scholasticarum quae a patribus ac fratribus huius Conimbricensis Collegii scriptae sunt, Tomus secundus.*

Cód. 994: *Rerum scholasticarum quae a patribus huius Conimbricensis Collegii scriptae sunt, Tomus quintus.*

Cód. 1235, fl. 80-160: *Tragicomoedia cui nomen inditum Josephus.*

1.4 – Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL)

Cód. 3308: *Rerum scholasticarum quae a patribus ac fratribus huius Conimbricensis Collegii scriptae sunt, Tomus primus.*

1.5 – Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (BPADE)

Cód. CLX / 2 – 3, fl. 84-95;

Cód. CXIV / 1 – 9 d, [6]+ pp. 141-302: *Tragicocomoedia Iosephus appellata;*

Cód. CVIII / 2 – 7, fl. 108r-123v: *Declamatio quae inscribitur D. Petri Vincula.*

2. – MONUMENTA HISTORICA SOCIETATIS IESV et alii

Constituições da Companhia de Jesus, anotadas pela Congregação Geral 34 e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação. Lisboa –Braga, 1997.

FEJÉR, Iosephus, *Defuncti primi saeculi Societatis Jesu (1540-1649). Pars II- «Assistentia Hispaniae et – ab anno 1608 – Galliae».* Romae, 1982.

Fontes Narrativi de S. Ignatio de Loyola et de Societatis Iesu initis, ed. de C. de Dalmases. Romae, 4 vol., 1943-1965.

FRANCO, António, *Annus gloriosus Societatis Jesu in Lusitania, complectens sacras memorias illustrium uirorum, qui uirtutibus, sudoribus, sanguine, fide, Lusitaniam et Societatem Iesu... felicissime exornarunt.* Viennae Austriae, 1720.

— *Synopsis Annalium Societatis Jesu in Lusitania ab anno 1540 usque ad annum 1725.* Augustae-Vindelicorum et Graecii, 1726.

LOIOLA, Inácio de, *Constituições da Companhia de Jesus.* Trad. e notas de Joaquim Mendes Abranches. Lisboa, 1975.

— *Exercitia Spiritualia.* Textuum antiquissimorum nova editio. Lexicon textus Hispani. Opus incohavit Iosephus Calveras SJ. Romae, 1969.

— *Exercícios Espirituais.* trad. do autógrafo espanhol pelo P.^e Vital Dias Pereira. Porto, 21983.

MIR, G. Codina, *Aux sources de la pédagogie des jésuites. Le 'modus parisiensis'.* Institutum Historicum Societatis Iesu. Roma, 1948.

Monumenta Brasiliae, por Serafim Leite. Roma, 5 vols., 1956-1968.

Monumenta Ignatiana. Series prima: *Sancti Ignatii de Loyola Societatis Iesu fundatoris epistolae et instructiones.* Matriti, 12 vol., 1903-1911.

Monumenta Ignatiana. Series tertia: Sancti Ignatii de Loyola - Constitutiones Societatis Jesu. Roma, 3 vol., 1934-1938.

Monumenta Ignatiana. Series quarta: Fontes narrativi de S. Ignatio de Loyola et de S.J. initiis. Ed. de Dalmenses, S.J. Roma, 4 vol., 1943-1965.

Monumenta Paedagogica Societatis Jesu, edidit ex integro refecit nousque textibus auxit Ladislaus Lukács, S.J. Romae, 5 vol., 1965-1986.

POLANCO, *Vita Ignatii Loiolae et rerum Societatis Jesu historia.* Vol. 6. Madrid, 1894-1898.

POLGÁR, László (org.), *Bibliografia sur l'histoire de la Compagnie de Jésus (1901-1980).* Roma. I — *Toute la Compagnie* (1981); II — *Les pays* (1. Europe, 1983; 2. Amérique, Asie, Afrique, Océanie, 1986); III — *Les personnes: dictionnaires* (3 vols., 1990).

RIBADENEIRA, Pedro, *Biblioteca scriptorum Societatis Jesu. Opus inchoatum a R. P. Petro Ribadeneira eiusdem Societatis Theologo, anno salutis 1602. Continuatum a R. P. Philippo Alegambe ex eadem Societate, usque ad annorum 1642. Recognitum, et productum ad annum Iubilaei I MDCLXXCV. A Nathanaele Sotuello eiusdem Societatis Presbytero. Qui autem docti fuerint fulgebunt quasi splendor firmamenti, et qui ad iustitiam erudiunt multos, quasi stellae in perpetuas aeternitates.* Dar. 12.ver.3. Romae, ex typographia Iacobi Antonij de Lazzaris Varesij, M.DC.LXXI.

3. - EDIÇÕES, TRADUÇÕES E COMENTÁRIOS

3.1 - Edições de Autores Antigos

AGOSTINHO (Santo), *O livre arbitrio.* Trad. do original latino com introd. e notas por Antônio Soares Pinheiro. Braga, 21990.

ARISTÓFANES, *Achamenses.* Ed. J. van Leeuwen. Leiden, 1968.

— *Les Acharniens.* Ed. V. Coulon. Paris, 1972.

— *Os Acamenses.* Introd., versão do grego e notas de Maria Fátima Sousa e Silva. Coimbra, 21988.

ARISTÓTELES, *Aristotelis De Poetica Liber.* Recognovit breuique adnotatione crítica instruxit I. Bywater. Oxonii, 1955.

- *Aristotelis Politica*. Recognovit breuique adnotatione critica instruxit W. D. Ross. Oxonii, 1957.
 - *Aristotelis Ethica Nicomachea*. Recognovit breuique adnotatione critica instruxit L. Bywater. Oxonii, 1964.
 - *Ethica Eudemia*. Cambridge-London, 1981..
 - *Ethique à Nicomaque*. Trad., com. J. Tricot. Paris, 31972.
 - *Poetica d'Aristotele vulgarizzata e sposta* per Lodovico Castelvetro. Viena d'Austria, 1570.
 - *Poética*. Tradução, prefácio, introdução, comentário e apêndices de Eudoro de Sousa. Lisboa, 21990.
 - *Poétique*. Texte établi et traduit par J. Hardy. Paris, 1969.
 - *Politique*. Ed. et trad. J. Aubonnet, Paris, 1971-1973.
- AVIENO, Rúfio Festo, *Fontes Hispaniae antiquae*. I - *Avieno: Ora maritima*. Ed. A. Schulten. Barcelona, 21955.
- *Ora Maritima*. Introd., trad. e comentários de José Ribeiro Ferreira. Coimbra 21992.
 - *Ruf Fest Aviè, Periple*. Introducció, text, traducció i notes P. Villalba. Barcelona, 1986.
- ÉSQUILO, *Aeschyli septem quae supersunt tragoediae*. Ed. G. Murray. Oxford, 21960.
- *Aeschylus: Agamemnon*. Ed. J. Denniston-D. Page. Oxford, 31968.
 - *Aeschylus: Agamemnon*. Vols.: 3. Oxford, 21962.
 - *Agamémnon*. Introd., versão do grego e notas de Manuel de Oliveira Pulquério. Coimbra, 21996.
- HÉSIODE, *Théogonie, Les travaux et les jours, Le bouclier*. Ed. et trad. P. Mazon. Paris, 1967.
- *Hesiodi Theogonie, Opera et dies, Scutum, Fragmenta Selecta*. Edd. F. Solmsen, R. Merkelbach et L. West. Oxford, 1970.
- HOMERO, *Opera omnia* (5 vols.). Edd. I - II, Edd. D. Monro et T. W. Allen, Oxford, 21920, repr. 1962-1963; III - V, T. W. Allen. Oxford, 1908-1912 (III 21917, IV 21919), repr. 1961-1965.

- *Homère, Iliad* (4 vols.). Ed. trad. P. Mazon avec la collaboration de P. Chantraine, P. Collart et R. Langunier. Paris, 1965-1967.
- *Homeri Odyssea*. Recognovit P. von der Mühl. Editiones Helveticae. Series Graeca, 4. Basileae, 1946.
- *The Iliad*. Ed. M. S. Silk. Cambridge, 1987.
- *The Odyssey*. Ed. Jasper Griffin. Cambridge, 1987.

HORÁCIO, *Arte Poética*. Trad. de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa, 1984.

- *Arte Poética*. Estudio, traducción y comentarios de Manuel Mañas Núñez. Cáceres, 1998.
- *Horacio. Sátiras. Epístolas. Arte poética*. Ed. H. Silvestre. Madrid, 1996.
- *Q. Horati Flacci Opera*. Ed. D. R. Shackleton Bailey. Stuttgartiae in aedibus B. G. Teubneri, 1985.
- *Opera*. Ed. F. Klingner. Lipsiae, 1959.

MORDENROTH, Hermann et NAJOCK, Dietmae, *Concordantia in Appendicem Vergilianam*. Hildesheim, 1992.

PHILON D' ALEXANDRIE, *De Iosepho*. Introduction par Jean Laporte. Paris, 1964.

- *Philo*. Éd. F. H. Colson, 12 vol. Londres-Cambridge (Mass.), 1949-1963.
- *Philonis Alexandrini opera quae supersunt*. Ed. L. Cohn et P. Wendland, 7 vol. et «Indices», éd. J. Leisegang. Berlin, 1896-1930.

PLATÃO, *Lísis*. Introdução, versão do grego e notas de Francisco de Oliveira. Coimbra, ²1990.

- *Oeuvres complètes*. T. II. Texte établi et traduit par A. Croiset. Paris, 1965.
- *Platonis Opera*. T. III. Recognovit brevique adnotatione critica instruxit I. Burnet. Oxonii, 1965.

PLAUTO, *T. Macci Plauti Comoediae*. Recognovit brevique adnotatione critica instruxit W. M. Lindsay. Oxonii, ²1910.

- *Anfitrião*. Introdução, versão do latim e notas de Carlos Louro da Fonseca. Coimbra, ³1988.

- PSEUDO-PHILON, *Les Antiquités bibliques*. Vol. I - Introduction et texte critiques par Daniel J. Harrington, traduction par Jacques Cazeaux. Paris, 1976.
- SÉNÈQUE, *Tragédies*. 2 vols. Ed., trad. T. H. Corcoran. London-Cambridge (Mass.): I, 1917, repr. 1979; II, 1929, repr. 1968.
- *Tragédies*. Texte établi et traduit par Léon Herrmann. Paris, 2 vols., 1982.
- TERÊNCIO, *P. Terentii Afri Comoediae*. Edd. R. Kauer et W. M. Lindsay. Oxonii, 1951.
- *Comédies*. Texte établi et traduit par J. Marouzeau. Paris. T. I (*And., Eun.*), 1967; T. II (*Heaut., Phorm.*), 1970; T. III (*Hec., Ad.*), 1963.
- *Adelphoe*. Edited by Ronald H. Martin. Cambridge, 1988.
- *O Eunuco*. Introd., tradução do latim e notas de Aires Pereira Couto. Lisboa, 1996.
- *Os dois irmãos*. Tradução por Walter de Medeiros. Coimbra 1988.
- VIRGILE, *P. Vergili Maronis Opera*. Ed. R. A. B. Mynors. Oxonii, 1969.
- *Éneide*. 3 vols. Trad. J. Perret. Paris : I-IV, 1981; V-VIII, 1978; IX-XII, 1980.

3.2 - Edições de Autores Medievais e Renascentistas

- Biblia Sacra iuxta Vulgatam Clementiam*. Noua editio logicis partionibus aliisque subsidiis ornata a R. P. Alberto Colunga et Dr. Laurentio Turrado. Matriti, 1985.
- GEORGE BUCHANAN, *George Buchanan Tragedies*. Ed. by P. Sharratt and P. G. Walsh. Edinburgh, 1983.
- CASTIGLIONE, Baltasar, *El cortesano*. Trad. por Bóscan en nuestro vulgar castellano. Anvers, 1561.
- CATALDO SÍCULO, *O homem perfeito de Cataldo Sículo*. Dissertação de licenciatura de Ana Maria Osório Pereira de Melo. Coimbra, 1969.
- COMESTOR, Petrus, *Historia Scholastica*. In: *Patrologia Cursus Completus*. Series Latina, org. J. P. Migne, Paris, 1844-1866, tomo 198.
- Comoedia sacra, cui titulus Joseph ad christianae iuventutis institutionem iuxta locos inventionis, veteremque artem, nunc primum e scripta et*

edita per CCor. Crōcum Amsterodami ludimagistrum. Ex Gen. ca. XXXIX. XL, et XLI. Augustae, per Alexandrum Vneissenhorn, 1539.

CROCUS, Cornelius, Josephus... In: *Antonii Geraldini Poetae Laureati Bucolica...* Per Robertum Winter. Basileae, 1543.

Dramata sacra. Comoediae atque tragoediae aliquot e Veteri Testamento desumptae, quibus praecipuae ipsius historiae ita eleganter in scenam producuntur, ut vix quicquam in hoc argumenti genere, iuventuti christianae proponi utilius possit: magnaparte nunc primum in lucem editae. Earum uero catalogum statim a praestatione inveniens. Basileae ex officina Ioannis Oporini, 1547.

Esta edição contém: *Joseph, comoedi ex Genes. Capit. 39. Cor. Croco amsterodamo autore* (pp. 157-201); *Joseph, eiusdem argumenti comoedia cum praecedenti, Andrea Diethero Augustano autore* (pp. 202-332).

CRUZ, Luís da, *Tragicarum comicarumque actiones, a regio Artium Collegio Societatis Iesu, datae Conimbricæ in publicum theatrum. Lugduni, apud Horatium Cardom, 1605.*

— *Biblia. V. T. Psalmi. Latino. Versioni metriche. Interpretatio poetica latine in centum quinquaginta psalmos. Ingolstadt, ex cudebat Adam Sartorius, 1597.*

— *Biblia. V. T. Psalmi. Latino. Versionimetriche. Libere Psalmorum cum poetica interpretatione latine. Neapoli, apud Tarquinium Longum, 1601.*

— *Interpretatio poetica latine in centum quinquaginta psalmos. Madriti, ex officina Ludouici Sanchez, 1600.*

— *O Pródigo (tragicomédia). Prefácio, traslado e notas por J. Mendes de Castro. Introd. e trad. do prólogo por R. M. Rosado Fernandes. Lisboa, 1989.*

DANTE ALIGHIERI, *A Divina Comédia. Trad. de Vasco da Graça Moura, Mem Martins, 1998.*

DELRIO, Martin Antonio, *Martini Antonii Delrii ex Societate Iesu Syntagma tragoediae latinae in partes tres distinctum. Anuerpiae, ex Officina Plantiniana, apud Viduam et Ioannem Moretum, MDXCIII.*

- ERASMO, Desidério, *Erasmi Desiderii Opera omnia*. Tomus I-IX. Recognovit Joannes Clericus. Hildesheim, 1961-1962 (fac-símile da edição de Lugduni Batauorum, 1703).
- Estatutos da Universidade de Coimbra (1559)*. Introd., notas históricas e críticas de Serafim Leite. Coimbra, 1963.
- FLAVII JOSEPHI *Opera Graece et latine*. Volumen Primum. Parisiis, Editoribus Firmin-Didot et sociis, MCMXXXIX.
- GIRALDI CINZIO, Giovambattista, *Didone Tragedia Di M. Gio. Battista Giraldi Cinthio, Nobile Ferrarese: All' Illustrissimo et Ecelentissimo Signore, Signore mio osservandissimo, Il S. D. Ercole II Da Este, Duca Quarto di Ferrara. Com Privilegi. In Venetia, Appresso Giulio Cesare Cagnacini. MDLXXXIII*.
- *Discorso ouvero lettera di Giovambattista Giraldi Cintio, intorno al comporre delle commedie e delle tragedie a Giulio Ponzio Ponzoni*, in: *Scritti estetici*. Milano, 1864, parte secunda.
- ROBORTELLO, Francesco, *Francisci Robortelli Vtinensis in librum Aristotelis de arte poetica explicationes*. Forentiae, in officina Laurentii Torrentini Ducalis Typographi, 1548.
- SCHONAEVS, Cornelius, *Terentius Christianus*. Colónia, 1602-1604.
- SOARES, Nair de Nazaré Castro Soares, *O Príncipe ideal no séc. XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*. Coimbra, 21999.
- PETRARCA, *Opere. Canzoniere, Trionfi, Familiarum Rerum Libri*. Firenze, 1975.
- PONTANVS, Iacobus, *Progymnasmata latinítatis, siue Dialogorum uolumen I*. Olissipone, ex Oficina Alexandri de Siqueira: expensis Georgii Artur, 1597.
- TEIVE, Diogo de, *Regras para a educação de El-Rei D. Sebastião (Instituto Sebastiani Primi)*, in: *Epodos Que Conte'm Sentenças Uteis A Todos Os Homens, A's quaes se acrescentão Regras para a boa educação de hum príncipe*. Trad. no vulgar em verso solto por Francisco de Andrade (conforme à ed. de Lisboa, 1565). Lisboa. Na Of. Patr. de Francisco Luiz Ameno, MDCCLXXXVI.
- *Tragédia do Príncipe João*. Introdução, texto, trad. e notas por Nair de Nazaré Castro Soares. Coimbra, 21999.

VENEGAS, Miguel, *Absalon de Miguel Venegas (Actos I – II)*. Tese de licenciatura de Maria Manuela Ribeiro Nogueira. Coimbra, 1971.

— *Tragoedia cui nomen inditum Absalon (Actos III – V)*. Tese de mestrado de Maria da Graça Gaspar Mendes de Pinto da Cruz. Coimbra, 1996.

— *Tragoedia cui nomen inditum Achabus de Miguel Venegas*. Tese de mestrado de Maria Margarida Lopes de Miranda. Coimbra, 1992.

— *Saul Gelboeus de Miguel Venegas*. Tese de licenciatura de Emília Ferreira Barbosa Couto. Coimbra, 1968.

VIPERANO, Giovanni António, *Ioannis Antonii Viperani de poetica libri tres*. Antuerpiae, ex Officina Chistophori Plantini, Architypographi regii, MDLXXIX.

4. – OUTRAS OBRAS, ESTUDOS E ARTIGOS

AA. VV., *La Sagrada Escritura. Antiguo Testamento. I Pentateuco*. Texto e comentario por profesores de la Compañía de Jesús. Madrid, 1967.

— *Bíblia Comentada. I Pentateuco*. Por Alberto Colunga y Maximiliano García Cordero. Madrid, 1960.

— *Bíblia Sagrada. Versão dos textos originais*. Missionários Capuchinhos. Lisboa, 1978.

— *Características da educação da Companhia de Jesus*. Lisboa, 1987.

— *General Catalogue of Printed books*. Photolithographic edition to 1955. Vol. 46: CRO – CURC. Published by the Trustees of the British Museum, London, 1966.

— *HISLAMPÁ (Hispanorum Index Scriptorum Latinorum Medii Posteriorisque Aevi)*. – *Autores latinos hispánicos do período dos Descobrimentos (1450-1560)*. Lisboa, 1993.

— *História do pensamento filosófico português*. II Vol. – *Renascimento e Contra-Reforma*. Lisboa, 2001.

— *História religiosa de Portugal*. Mem Martins, II Vol., 2000.

— *La doctrine de la Justification*. Déclaration commune. Préface de Joseph Doré et Marc Lienhard. Présentation de M. Deneken, J. Hoffmann, É. Parmentier, P. Prigent. Coedição Église catholique – Fédération luthérienne mondiale. Paris, 1999.

- *Li genre pastoral en Europe du XVI au XVII siècle*. Actes du colloque international tenu à Saint-Étienne du 28 Septembre au 1^{er} Octobre 1978. Publications de l' Université de Saint-Étienne, 1980.
- *Nove studii sui cori tragici di Seneca*. Milano, 1996.
- AGUIAR, Cristóvão de, *Relação de Bordo (1964-1988)*. Diário ou nem tanto ou talvez muito mais. Coimbra, 1999.
- ALBERTO, Paulo Farmhouse, «Niso e Eurialo: de Virgílio a Eugénio de Tolcdo», *Classica, Boletim de Pedagogia e Cultura*, Lisboa, 21 (1996) 69-84.
- ALBUQUERQUE, Martim de, *Estudos de cultura portuguesa*. Lisboa, 1983.
- *Orações de Obediência, Séculos XV e XVI*. Trad. de Miguel de Meneses. Lisboa, 1988
- *A expressão do poder em Luís de Camões*. Lisboa, 1988.
- *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa (ensaio de história das ideias poéticas)*. Lisboa, 1974.
- *O poder político no Renascimento português*. Lisboa, 1968.
- ALLEN, A., *History of political thought in the sixteenth century*. London, 1951.
- ALSINA, José, *Teoría literaria griega*. Madrid, 1991.
- ALVAREZ, Ludovici, *Joseph Rachelis Filius Illustratus*. Lugduni, 1675.
- ALVES, M. S., «Pedro da Fonseca e p 'Cursus Collegii Conimbricensis'», *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, 11 (1955) 479-489.
- AMBRÓSIO (Santo), *Opera omnia*. Paris, 1836.
- ANDRADE, António Alberto de, *Curso Conimbricense. I. Padre manuel de Góis: Moral a Nicómaco, de Aristóteles*. Introd., Lisboa, 1957.
- ASENJO, Julio Alonso, «Un lustro de ediciones del teatro jesuítico del siglo de Oro, 1993-1997», *Diablotexto*, 4-5 (1997-1998) 417-445.
- ASKINS, Artur L.-F., «Diogo Bernardes and Ms. 2209 of the Torre do Tombo», *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 13 (1973) 127-165.
- ATTOLINI, Giovanni, *Teatro e spettacolo nel rinascimento*. Roma-Barl, 1988.
- BALLESTER, Martín Gelabert, «Cristianismo y cultura: una relación ambivalente», *Razón y Fe*, 231 (1995) 283-297.

- BANGERT, William, *Historia de la Compañía de Jesús*. Trad. esp. (*A History of the Society of Jesus*), por Tomás Rodríguez Miranda. Santander, 1981.
- BARATA, M. Manuela Cruceiro, «Crise e sentido do discurso político: O Príncipe de N. Maquível», in: *Tradição e crise*. Coimbra, 1986.
- BARBERA, Mario SJ., «Pedagogía e didattica della Ratio», *Rassegna di Pedagogia*, 57 (1999) 111-123.
- *La Ratio Studiorum e la parte IV delle Costituzioni della Compagnia de Gesù*. Traduzione con introduzione e note. Padova, 1942.
- BARBOSA, Manuel José de Sousa, *Bíblia e tradição clássica: a tragédia Sedecias do P. Luís da Cruz, S.J., na convergência de uma estética e de uma pedagogia*. Estudo Literário, edição crítica do texto, tradução. Tese de doutoramento policopiada. Lisboa, 2 vols., 1998.
- «Humanismo e práticas escolares: um outro testemunho jesuítico quinhentista (Coimbra, GGU, Cod.993)», *Euphrosyne*, Lisboa, 24 (1996) 405-424.
- «Luís da Cruz e a poética teatral dos Jesuítas: o prefácio que ficou inédito», *Euphrosyne*, Lisboa, 28 (2000) 375-405.
- «Humanismo e práticas escolares: um testemunho jesuítico quinhentista (Lisboa, BN, Cod. 3308)», *Euphrosyne*, Lisboa, 23 (1995) 401-421.
- «Os jesuítas e o ensino do latim: lições actuais duma pedagogia impraticável», *Classica, Boletim de Pedagogia e Cultura*. 20 (1994) 271-287.
- BARON, Hans, *The crisis of the early Italian Renaissance. Civic humanism and republican liberty in an age of classicism and tyranny*. New York, 1955.
- *Humanistic and political literature in Florence and Venice at the beginning of the Quattrocento. Studies in criticism and chronology*. Cambridge, 1955.
- *From Petrarch to Leonardo Bruni. Studies in Humanistics and political literature*. Chicago, III, 1968.
- BARRAULT, E., *Traité des Synonimes de la langue latine*. Paris, 1853.
- BARROS, João de, *Panegíricos (panegírico de D. João III e da Infanta D. Maria)*. texto restituído, prefácio e notas por M. Rodrigues Lapa. Lisboa, 1937.
- BATAILLON, M., *Picaros y picaresca. La pícaro Justina*. Madrid, 1969.

- BAUER, Walter, *A Greek English Lexicon of the New Testament and other Early Christian Literature*. A translation and adaptation of the fourth revised and augmented edition of Walter Bauer's, *Griechische-Deutsches Wörterbuch zu den Schriften des Neuen Testaments und der übrigen urchristlichen Literatur*, by William F. Arndt and F. Wilbur Gingrich. Chicago, 1979.
- BEJA, Frei António de, *Breve doutrina e ensinaça de princípios*. Introdução e notas de Mário Tavares Dias. Lisboa, 1965.
- BELL, Aubrey, *El Renacimiento español*. Zaragoza, 1994.
- BÈNÈ, Charles, «Ignace de Loyola, Thérèse de Jésus et la piété érasmiennne», in: *Les Jésuites Parmi les hommes aux XVI^e et XVII^e siècles*. Clermont-Ferrand, 1987, pp. 9-20.
- BÉRANGER, J., *Principatus. Études de notions et d'histoire politiques dans l'Antiquité gréco-romaine*. Genève, 1975.
- BERTIEAUX, Françoise, *Le théâtre didactique des jésuites. Objectifs Pédagogiques et réalisations. Conformité et contradiction avec les préceptes de base*. Louvain, 1982. (Manuscrito dactilografado).
- BIRELEY, Robert, S.J., «Les jésuites et la conduite de l'État baroque», in: *Les Jésuites à l'âge baroque*. Sous la direction de Luce Giard (CNRS) et Louis de Vaucelles, S.J.,. Grenoble, 1996, pp. 229-242.
- BLACHÈRE, R., *Le Coran*. Paris, 1957.
- BLAISE, Albert, *Dictionnaire latin-Français des Auteurs Chrétiens*. Révisé spécialement pour le vocabulaire théologique par Henri Chirat. Turnhout, 1967.
- BOISSET, Jean, *Érasme et Luther - Libre arbitre ou serf-arbitre?* Paris, 1962.
- BOMPIANI, Valentino (dir.), *Diconário Biográfico Universal de Autores*. Trad. do ital. (*Dizionario Biografico degli Autori*), por Maria Eugénia Jácome de Castro. Lisboa, 4 vols., 1966-1979.
- BONORA, Ettore, «La teoria del teatro negli scrittori del '500'», in: *Il teatro clásico italiano nel '500'*. Tai del Convengo di Roma (9-12 febbraio 1969), 1971.
- BONTEMS, Claude, et alii, *Le prince dans la France des XVI^e et XVII^e siècles*. Paris, 1965.
- BOURDON, Léon, *La Compagnie de Jésus et le Japon (1547-1570). La fondation de la mission Japonaise par François Xavier (1547-1551) et les premiers résultats de la prédication chrétienne sous le supérieurat de Cosme de Torres*. Lisbonne-Paris, 1993.

- BRANDÃO, Mário, *O Colégio das Artes*. Coimbra, 1924.
- *A inquisição e os professores do Colégio das Artes*. Coimbra, 1948.
 - *O processo na inquisição de M.^e Diogo de Teive*. Coimbra, 1943.
 - *O processo na inquisição de M.^e João da Costa*. Coimbra, 1944.
 - *Documentos de D. João III*. 4 Vols. Coimbra, 1937-1941.
- BRÉHIER, É., *Les idées philosophiques et religieuses de Philon d' Alexandrie*. Paris, ²1925.
- «Philosophie et mythe», *Révue de métaphysique et de morale*, (1944), 361-381.
- BRUN, Jean, *Neoplatonismo*. Lisboa, 1991.
- BURCKARDT, J., *The civilization of the Renaissance in Italy*. London, 1944.
- BURKE, Peter, *The Italian Renaissance culture and society in Italy*. Cambridge, ³1987.
- BURKERT, W., *Religião grega na época arcaica e clássica*. Trad. do al. (*Griechische Religion der archaischen und klassischen Epoche*. Stuttgart), Lisboa, 1994.
- *Antigos cultos de mistérios*. Trad. do ing. (*Ancient mystery cults*. Cambridge), São Paulo, 1992.
- BUSA, R. et ZAMPOLLI, A., *Concordantiae Senecanae*. Hildesheim, 1975.
- CABRAL, Roque, «Graça», in: *Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa, 9 vol., coll. 858-865.
- CALLIER, François, «Le thème de l' amitié dans l' œuvre de Térence», *Pallas.Révue d' Études Antiques*, 38 (1992) 359-370.
- CAMÕES, Luís Vaz de *Os Lusíadas*. Comentários de A. Epifânio da Silva Dias. ³1972.
- CAMPOS, J. Segurado e, *A tragédia Octávia*. Lisboa, I vol., 1972.
- «Sur la typologie des personnages dans les tragédies de Sénèque», in : *Neroniana 1977*, ed. CROISILLE, J.-M.- FAUCHIÈRE, P.- M., Clermont-Ferrand, 1982, 223-232.
- CARDIM, Pedro «Amor e Amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII», *Lusitania Sacra*, 11 (1999) 24.
- CARDOSO, Arnaldo Pinto, *Da Antiga à Nova Aliança. Relações entre o Antigo e o Novo Testamento em Sebastião Barradas (1543-1615)*. Lisboa, 1987.

- CARVALHO, Joaquim de, «O humanismo e a educação», in: *Obra completa*. Vol. VI. Lisboa, 1989.
- CARVALHO, José Adriano Freitas de, «Le christianisme humaniste dans les dialogues de Fr. Heitor Pinto», in: *L'Humanisme Portugais et l'Europe*. Actes du XX^e Colloque International d' Études Humanistes, Paris, 1984.
- «A poesia sacra de D. Francisco Manuel de Melo», in: *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris, 8 (1974) 330 sgs..
- CASTEL, François, *Historia de Israel y de Judá. Desde los orígenes hasta el siglo II d. C.* Navarra, 1984.
- CASTRO, Aníbal Pinto de, *Retórica e teorização literária em Portugal*. Coimbra, 1973.
- CASTRO, D. João de, *Obras Completas*. Coimbra, 1968-1981.
- CASTRO, Margherita Monreale de, *Castiglione y Bóscar: el ideal cortesano en el Renacimiento español. Estudio léxico - semántico*. Madrid, 2 vols., 1959.
- CEREJEIRA, M. Gonçalves, *O Renascimento em Portugal*. I. - *Clenardo e a Sociedade Portuguesa (com a tradução das suas principais cartas)*. Coimbra, 1974.
- *O Renascimento em Portugal*. II. - *Clenardo. O Humanismo. A Reforma*. (Nova edição). Coimbra, 1975.
- CHAPELLE, Albert, *Le quatrième vœu de la Compagnie. Essai doctrinal*. Roma, 1978.
- CHARMOT, F., *La pédagogie des jésuites*. Paris, 1951.
- CODONER, Carmen, «Hércules romano», *Euphrosyne*, Lisboa, 19 (1991) 27-46.
- CONDE, Javier, «La sagesse machiavélique : politique et rhétorique», in: *Umanesimo e scienza politica*. Atti del Congresso Internazionale di Studi Umanistici (Roma-Firenze, 1949), a cura di Enrico Castelli. Milano, 1951.
- COTHENET, Édouard, «Imitation du Christ. - I. Dans l' Écriture», in: *Dictionnaire de spiritualité ascétique e mystique, doctrine et histoire*. Paris, 1971, T. VII - Deuxième Partie, col. 1536.
- COULANGES, Fustel de, *A Cidade Antiga. Estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma*. Lisboa, ¹¹1988.

- COUTO, Ermelinda Emília Ferreira Barbosa, *Saul Gelboeus de Miguel Venegas*. Coimbra, 1968. Tese de licenciatura, dactilografada.
- COXITO, Amândio, «Método e ensino em P. da Fonseca e nos conimbricenses», *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, 36 (1980) 88-107.
- «Aristotelismo em Portugal. II - Séculos XVI-XVIII», in: *Logos. Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Lisboa, 1 vol., 1989, coll. 438-449.
- «A projecção de Aristóteles no pensamento português», in: *I Congresso da APEC. Raízes Greco-Latinas da Cultura Portuguesa*. Coimbra, 1999, pp. 271-278.
- CRUSIUS, Federico, *Iniciación en la métrica latina*. Versión y adaptación de Ángels Roda, Barcelona, 1987.
- CURTIUS, Ernest R., *Literatura europea y Edad Media latina*. México, 2 vols., 1989.
- DAINVILLE, François de, *L'Éducation des jésuites (XVI^e-XVIII^e siècles)*. Paris, 1978.
- *La naissance de l'Humanisme Moderne*. Paris, 1940.
- DAINVILLE, R. P. de, *Les jésuites et l'éducation de la société française. La naissance de l'humanisme moderne*. Paris, 1940.
- D'ALÈS, A. «Liberté, libre arbitre», in: *Dictionnaire Apologétique de la Foi Catholique*. Paris, T. II, 1924, coll. 1851-1862.
- DELATTE, L., *Les traités de la royauté d'Égypte, Diogène et Sthénidas*. Paris, 1942.
- DELAYE, P., *Pierre Lombard, sa vie, ses œuvres, sa morale*. , 1961.
- DENEKEN, Michel, «La Déclaration luthéro-catholique sur la doctrine de la justification. Une herméneutique du salut», *Études*, Paris, (Março 2000), pp. 357-365.
- DEMOUSTIER, Adrien, SJ., «L'originalité des *Exercices spirituels*», in: *Les Jésuites à l'âge baroque*. Sous la direction de Luce Giard (CNRS) et Louis de Vaucelles SJ., Grenoble, 1996, pp. 23-35.
- DESWARTE, Sylvie, *Il 'perfetto cortejano' ? D. Miguel da Silva*. Roma, 1989.
- DIAS, J. S. Silva, *Correntes do sentimento religioso em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*. Coimbra, 1960.
- *A política cultural da época de D. João III*. Coimbra, 2 vols., 1969.

- *Portugal e a Cultura Europeia (séculos XVI a XVIII)*. Coimbra, 1952.
- DOGLIO, Frederico, «Il teatro in latino nel cinquecento», in: *Il teatro classico italiano nel' 500*. Atti del convegno di Roma (Roma, 9-12 febbraio 1969). Roma, 1971, pp. 163-196.
- DOMPNIER, Bernard, «La Compagnie de Jésus et la mission de l'intérieur», in: *Les Jésuites à l'âge baroque*. Sous la direction de Luce Giard (CNRS) et Louis de Vaucelles SJ., Grenoble, 1996, pp. 155-179.
- DUCKWORTH, G. E., *The nature of Roman comedy*. Princeton, 1952.
- DUMEIGE, G., «La Foi catholique», in: *Dictionnaire de spiritualité ascétique et mystique doctrine et histoire*. Paris, T. XII, col. 2655.
- EARL, D., *The moral and political tradition of Rome*. London, 1967.
- FARINHA, B. Jozé de Sousa, *Filozofia de Príncipes*. Lisboa, 3 vols., 1786-1790.
- FARREL, A. P., *The Jesuit code of Liberal Education. Development and Scope of the Ratio Studiorum*. Milwaukee, 1938.
- FERREIRA, José Ribeiro, *Pólis. Colectânea de textos gregos*. Coimbra, 1989.
- FLÓREZ, Esteban Ocampo, «Claves de la *Ratio Studiorum* para la lectura de la propuesta educativa de la Compañía de Jesús hoy», *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, 55 (1999) 331-356.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, *Espelhos, Cartas e Guias. Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica, 1450-1700*. Porto. 1995.
- «Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade», in: AA. VV., *História Religiosa de Portugal*. Vol. II. Mem Martins, 2000, pp 22 e 25.
- FERREIRA, José Ribeiro, «Grécia e Roma na Revolução Francesa», *Revista de História das Ideias*, 10 (1988) 203-234.
- FORD, Philip J., *George Buchanan, prince of poets*. Aberdeen University Press, 1982.
- FOUILLOUX, Danielle (et alii), *Dicionário cultural da Bíblia*. Trad. de José David Antunes (*Dictionnaire culturel de la Bible*. Paris, 1990), Lisboa, 1996.
- FRAGA, Maria Teresa de, *Humanismo e experimentalismo na cultura do séc. VI*. Coimbra, 1976.
- FRAIA, Jorge, «O teatro escolar dos séculos XVI, XVII e XVIII», in: *A evolução e o espírito do teatro em Portugal*. 2º ciclo (1ª série) de conferências promovidas pelo «Sécilo». Lisboa, 1947, pp. 225-278.

FRANCO, António, *Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal*. Pref. e anotado por Francisco Rodrigues. Porto, 1931.

- *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus na corte de Lisboa em que se contem a fundaçam da caza & os religiosos de virtude, que em lisboa foram noviços. Oferecida à Virgem Senhora da Assunção Padroeira do mesmo Noviciado*. Coimbra, 1717.

FRANZEN, August, *Breve história da Igreja*. Ed. organizada por Remigius Bäumer, trad. de Ribeiro Sanches. Lisboa, 1996.

FRÈCHES, Claude-Henry, *Le théâtre néo-latin au Portugal (1550-1745)*. Paris-Lisboa, 1964.

- «La tragédie religieuse néo-latin au Portugal. Le P. Luís da Crz», *Bulletin d'Histoire du Théâtre Portugais*, Lisbonne, 4-2 (1953) 129-176.

FREIRE, António, *Conceito de Moira na tragédia grega*. Braga, 1969.

- *Retiro Espiritual*. Braga, 1989.
- *A Catarse em Aristóteles*. Braga, 21996.
- *O teatro grego*. Braga, 21997.
- «A amizade nos clássicos», in: *Humanismo Clássico. Estudos de cultura e literatura greco-latinas*. Braga, 21996, pp. 297-299.
- «A catarse trágica em Aristóteles», *Euphrosyne*, Lisboa, 3 (1969) 31-45.
- «A pedagogia de Manuel Álvares», *Brotéria*, 70 (1960) 34-44.
- «O triunfo do latim», *Brotéria*, 69 (1959) 422-428.

GADEAU, «Histoire du Ratio Studiorum de la Companhie de Jésus», *Études*, 46 (1889).

GARCIA, Mário, «Contemplativos também em acção», in: *Deus e o Homem segundo S. Inácio*. Actas da 2ª Semana de Estudos de Espiritualidade Inaciana. Braga, 1996.

GARIN, E., *L'umanesimo italiano. Filosofia e vita civile nel Rinascimento*. Bari, 21958.

- *Scienza e vita civile nel Rinascimento*. Bari, 1965.
- *Rinascita e rivoluzioni. Movimenti culturali dal XIV al XVIII secolo*. Bari, 1975.
- *L'Éducation de l' homme moderne (1400-1600)*. Trad. franc. Paris, 1968.

- *La cultura del Rinascimento*. Bari, 1964.
- George Buchanan tragedies. Edited by P. Sharrat and P. G. Wals. Edimburgo. 1983.
- GIL, Eusebio (ed.), *El sistema educativo della Compañía de Jesús. La "Ratio Studiorum"*. Edición bilingüe. Estudio histórico-pedagógico. Bibliografía. Madrid, 1992.
- GIL, Juan, «De la ciencia al mito», *Euphrosyne*, Lisboa, 27 (1999) 219-236.
- GLARY, P. G. W. (ed.), *Oxford Latin Dictionary*. Oxford, 1990.
- GOFF, Jacques le, *Os Intelectuais na Idade Média*. Lisboa, 1973.
- GOMES, João Pereira, *Os professores de Filosofia da Universidade de Évora*. Évora, 1960.
- GOMES, Joaquim Ferreira, «O *modus parisiensis* como matriz da pedagogia dos jesuítas», *Revista Portuguesa de Filosofia*, 50 (1994) 179-196.
- GOMES, Manuel Pereira, «*Ratio Studiorum* dos jesuítas: carisma, inovação, actualidade», *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, 55 (1999) 219-227.
- «Quatrocentos anos do *Ratio Studiorum* dos jesuítas (1599-1999)», *Revista Portuguesa de História do Livro*, III - 6 (1999) 175-199.
- GONÇALVES, Francisco Rebelo, «O sonho na poesia clássica», in: *Obra Completa*. 1 vol., Lisboa, 1995, pp. 165-169.
- «O sonho no drama clássico», *Ibid.*, pp. 171-189.
- GOODENOUGH, E. R., *The politics of Philo Judaeus*. New Haven, 1938.
- GRAESSE, Théodore, *Trésor de livres rares et précieux*. Dresden, 2 vols., 1861.
- GRANT, W. Leonard, *Néo-latin literature and the pastoral*. The University of North Carolina Press, 1965.
- GRATWICK, Adrian S., «Micion et Demea dans les *Adelphes* de Térence», *Pallas. Revue d'Études Antiques*, 38 (1992) 371-378.
- GRIFFIN, Nigel, «A portuguese jesuit play in seventeenth-century Cologne», *Folio*, 12 (June 1980) 46-69.
- *Séneca. A Philosopher in Politics*. Oxford, 1992.
- GRIMAL, Pierre, *Dicionário da mitologia grega e romana*. Lisboa, 1991.
- «L'image du pouvoir royal dans les tragédies de Sénèque», *Pallas. Revue d'Études Antiques*, 38 (1992) 409-416.

- «Les tragédies de Sénèque», in : *Les tragédies de Sénèque et le théâtre de la Renaissance. Études réunies et présentées par Jean Jacquot, avec la collaboration de Marcel Oddon.* Paris, 1964.
- GUERRIERI, Camillo, *G. B. Giralaldi ed il pensiero critico del secolo XVI.* Napoli, 1932.
- GUTIÉRREZ, Coyo González, «El teatro en los colegios de jesuitas. Bibliografía comentada», *Cuadernos para investigación de la literatura hispánica*, 23 (1998) 91-112.
- *El teatro escolar de los jesuitas (1555-1640). Su influencia en el teatro del Siglo de Oro.* Edición de la Tragedia de San Hermenegildo. Oviedo, 1997.
- HALLIWELL, S., *Aristotle's poetics: a study of philosophical criticism.* London, 1986.
- HAURY, A., «Cicéron et la gloire: une pédagogie de la vertu», in : *Mélanges Boyancé.* Paris, 1974.
- HEATH, T. L., *Aristarchus of Samos, the Ancient Copernicus.* Oxford, 1966.
- «Mathematics and Astronomy», in: *The legacy of Greece.* Ed. by R. W. Livingstone. Oxford, 1969.
- HERNÁNDEZ, Francisco Martíns, *La Iglesia en la Época Moderna. Vol. II in: Historia de la Iglesia.* Madrid, 2000.
- HERRICK, M. T., *The fusion of horacian and aristotelic literary criticism (1553-1555).* Urbana, 1946.
- HERRMANN, Siegfried, *Historia de Israel en la época del antiguo testamento.* Edición aumentada y revisada, tradujeron Rafael Velasco Beteta, manuel Olasagasti y Sénen Vidal (*Geschichte Israel in alttestamentlicher Zeit*, Munich, 21980), Salamanca, 21985.
- HOLCK, Pawel, *Um ampio consenso sulla dottrina della giustificazione.* Studio sul dialogo teologico cattolico-luterano. Roma, 1999.
- HUIZINGA, J., *The déclin du Moyen Âge.* Trad. franc. de J. Bastin. Paris, 1948.
- JANET, P.-A., *Histoire de la science politique dans ses rapports avec la morale.* Genève, 1967.
- JERPHAGNON, L., *Vivre et philosopher sous les Césars.* Paris, 1980.
- *Vivre et philosopher sous l' empire chrétien.* Paris, 1983.

- JOUKOVSKY, Françoise, *La gloire dans la poésie française et néo-latine du XVI^e siècle*. Genève, 1969.
- JULIA, Dominique, «Généalogie de la *Ratio Studiorum*», in : *Les jésuites à l'âge baroque (1540-1640)*. Sous la direction de Luce Giard (CNRS) et Louis de Vaucelles, SJ. Grenoble, 1996, pp. 115-130.
- JÚNIOR, Alexandre, *Argumentação retórica em Filon de Alexandria*. Lisboa, 1990.
- JURADO, M. R., «Cronología de la vida del P.^e Jerónimo Nadal SI (1507-1580)», Roma, *Arquívum Historicum Societatis Iesu*, 48 (1971) 264.
- JUSTINO (São), *Dialogue avec Tryfon*. Texte grec, trad. française, introd., notes et index par Georges Archambaut. Paris, 1909.
- KENNY, E. J. y CLAUSEN, W. V. (eds.), *Historia de la literatura clásica (Cambridge University)*. II. - *Literatura latina*. Madrid, 1988.
- KRISTELLER, Paul Oskar, *Iter Italicum, vol. IX Alia Itinera III*. London, 1989.
- *Tradição clássica e pensamento do Renascimento*. Trad. de Artur Morão (*The Classics and Renaissance Thought*, Cambridge), Lisboa, 1995.
- «Umanesimo filosófico e umanesimo literario», *Lettere italiane*, 14-4 (1962) 388.
- KRYNEN, Jacques, *Idéal du prince et pouvoir royal en France à la fin du Moyen Âge (1380-1440)*. *Études de la littérature politique du temps*. Paris, 1981.
- LARRAÑA, Victoriano, *La espiritualidade de San Ignacio de Loyola: estudio comparativo con la Santa Teresa de Jesús*. Madrid, 1944.
- LABRADOR, Carmen, «El sistema educativo de la Compañía de Jesús», *Rassegna di Pedagogia*, 3-4 (1999) 125-144.
- LABRADOR, Carmen et alii, *El sistema educativo de la Compañía de Jesús. La 'Ratio Studiorum'; edición bilingüe, estudio histórico-pedagógico*. *Bibliografía*. Madrid, 1992.
- LAFLECHE, Guy, «Les jésuites de la nouvelle France et le mythe de leurs martyrs», in : *Les Jésuites Parmi les hommes aux XVI^e et XVII^e siècles*. Clermont-Ferrand, 1987, pp. 35-45.
- LAPLANCHE, François, «Réseaux intellectuels et options confessionnelles entre 1550 et 1620», in : *Les jésuites à l'âge baroque*. Sous la

- direction de Luce Giard (CNRS) et Louis de Vaucelles SJ.,
Grenoble, 1996, pp. 89-114.
- LAUSBERG, Heinrich, *Elementos de retórica literária*. Tradução, prefácio e notas de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa, 2^a1972.
- LAZARD, Madeleine, *Le théâtre en France au XVI^e siècle*. Paris, 1980.
- LEBEAU, Jean, *Salvator mundi: l' exemple de Joseph dans le théâtre allemand au XVI^e siècle*. Nieuwkoop, 2 vols., 1977.
- LEBÈGUE, Raymond, *La tragédie française de la Renaissance*. Bruxelles, 1954.
- *Tragédie Religieuse en France. Les débuts (1514-1573)*. Paris, 1929.
- *George Buchanan. Sa vie, son œuvre, son influence en France et au Portugal*. Coimbra, 1931.
- LECOINTE, Jean, *L'idéal de la différence. La perception de la personnalité littéraire à la Renaissance*. Genève, 1993.
- LESKY, Albin, *História da Literatura Grega*. Trad. de Manuel Losa, SJ. Lisboa, 1995.
- LEWIS, Charlton T. and SHORT, Charles, *A Latin Dictionary*. Founded on Andrew's edition of Freund's *Latin Dictionary*. Revised, enlarged, and in great part rewritten by Charlton T. Lewis. Oxford, 1989.
- LIDDELL, George Henry and SCOTT, Robert, *A Greek-English Lexicon*. A new edition revised and augmented throughout by Henry Stuart Jones, with the assistance of Roderick Mickenzie and with the co-operation of many scholars. Oxford, 1953.
- LLOYD, G. E. R., *Greek Science after Aristotle*. London, 1973.
- LOPES, António, *A primeiríssima casa da Companhia de Jesus no mundo e a expansão missionária de Portugal*. Lisboa, 1994.
- «Os 450 anos da fundação da primeira Província Administrativa da Companhia de Jesus», *Brotéria*, Lisboa, 144 (1997) 79-94.
- LOPES, José Manuel Martins, *Projecto educativo dos colégios da Companhia de Jesus*. Braga, 1997.
- LOSA, Manuel de Jesus, *Messianismo na Écloga IV de Virgílio*. Braga, 1992. Dissertação de doutoramento policopiada.
- LÓPEZ, Manuel Pérez, «Viajes y relatos: de Homero a Apolonio Rodio», *Euphrosyne*, Lisboa, 27 (1999) 301-314.
- LOURENÇO, Eduardo, «Camões e Frei Heitor Pinto», in: *Poesia e Metafísica*, Lisboa, 1983, pp.

- LOURENÇO, Frederico, «*Philia na Alceste de Eurípides*», *Clássica, Boletim de Pedagogia e Cultura*, Lisboa, 21 (1996) 61-68.
- LOURENÇO, João Daniel L. N., «A descoberta dos antigos no Renascimento: o caso particular da *Geografia* de Ptolomeu», *Euphrosyne*, Lisboa, 27 (1999) 339-350.
- LUKACS, Laszlao, «L'origine del collegi e l'insegnamento publico nella storia pedagogica della Compagnia di Gesù», in: *La Pedagogia della Compagnia di Gesù*, Messina, 1992, pp. 109-126.
- LURKER, Manfred, *Diccionario de Imagens y Simbolos de la Biblia*. Traducción castellana de Rufino Godoy (*Wörterbuch Biblischer Bilder und Symbole*. Munich, 1987), Córdoba, 1994.
- MACEDO, Jorge Borges de «Livros impressos em Portugal no séc. XVI. Interesses e formas de mentalidade.», *Arquivos do Centro Cultural Português*, IX — *Homenagem a Marcel Bataillon*. Paris, 1975, pp. 214 e sqq.
- MACHADO, D. Barbosa, *Biblioteca Lusitana. História crítica e cronológica*. Lisboa, 4 vols., 1933 (edição diplomática da 1ª ed., de 1741-1751).
- MACHADO, José Pedro, *Dicionário onomástico etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa, 1993.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de, «A sociedade», in: *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. Lisboa, III vol., 1993, pp. 469-509.
- «A Guerra: os homens e as armas», *ibid.*, pp. 107-110.
- «D. Sebastião», *ibid.*, pp. 540-546.
- MAHUET, J. de, «Limbes», in: *Catholicisme. Hier, Aujourd'hui, Demain*. Paris, T. VII, 1975, col. 799.
- MALKIEL, Maria Rosa Lida de, *L'idée de la gloire dans la tradition occidentale. Antiquité, Moyen Âge occidental*. Castille. Trad. franc. Paris, 1968.
- MALVADI, Arantxa Domingo, *La producción escénica del Padre Pedro Pablo Acevedo. Un capítulo en la pedagogía del latín de la Compañía de Jesús en el siglo XVI*. Salamanca, 1997.
- MARCHETTI, M. Armisen-, *Sapientiae facies, étude sur les images de Sénèque*. Paris, 1989.
- MARGOLIN, J.-C., *Declamatio de pueris statim ac liberaliter instituendis*. Étude critique, traduction et commentaire. Genève, 1966.
- MÁRIO, Martins, *Introdução histórica à vidência do tempo e da morte*. Braga, 1969.

- MARNOTO, Rita, «Raízes do bucolismo de Pero de Andrade de Caminha», in: *Actas do I Congresso da APEC. Raízes greco-latinas da cultura portuguesa*. Coimbra, 1999, pp. 219-234.
- MARQUES, João Francisco, «Confesseurs des princes, les jésuites à la Cour de Portugal», in : *Les jésuites à l'âge baroque*. Sous la direction de Luce Giard (CNRS) et Louis de Vaucelles, SJ. Grenoble, 1996, pp. 213-228.
- MARTINS, José V. de Pina, *Humanismo e Erasmismo na cultura portuguesa do séc. XVI*. Paris, 1973.
- «Frei Heitor Pinto», in: *Logos. Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa, IV vol., col. 160.
- MATOS, Luís de, *L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*. Lisboa, 1991.
- *Les portugais en France au XVI^e siècle. Études et documents*. Coimbra, 1952.
- MATOS, Manuel Cadafaz de, «Leitura e leitores de Cícero em Lisboa e Coimbra ao tempo de D. João III (1534-1543)», *Humanitas*, Coimbra, 27 -2 (1995) 739-776.
- MAURÍCIO, Domingos, «Os jesuítas e a filosofia portuguesa dos sécs. XVI e XVII. II. Os Conimbricenses. Suarez. Molina», *Brotéria*, Lisboa, 21 (1953) 310-311.
- MAVEL, J., «Une trilogie dramatique au XVI^e siècle. Le P. L. Crucius», *Études Religieuses, Philosophiques, Historiques et Littéraires*, Paris, 22-1 (1878) 113 -125.
- «Une trilogie dramatique au XVI^e siècle. Le P. L. Crucius», *Études Religieuses, Philosophiques, Historiques et Littéraires*, Paris, 22-2 (1878) 170 -184.
- MEINECKE, Friedrich, *La idea de razón de estado en la Edad Moderna*. Trad. esp. Madrid, 1983.
- MELO, António Maria Martins, *Ideias Pedagógicas na Comédia de Terêncio*. Braga, 1994.
- (Coord.), *Actas do I Congresso Internacional Humanismo Neolatino e Pedagogia: Gramáticas, Criações Maiores e Teatro*. Braga, 1999.
- (Coord.), *Actas do Symposium Classicum I Bracarense: A mitologia clássica e a sua recepção na Literatura Portuguesa*. Braga, 2000.

- «Luís da Cruz, dramaturgo novilatino», in: *II Colóquio Clássico... Actas*. Coordenação de João Manuel Nunes Torráo. Aveiro, 1997, pp. 119-132.
 - «O *Iosephus* de Luís da Cruz: um *exemplum* duma pedagogia empenhada», in: *Actas do I Congresso Internacional Humanismo Novilatino e Pedagogia: Gramáticas, Criações Maiores e Teatro (23 e 24 de Abril de 1998)*. Braga, 1999, pp. 289-304.
 - «Luís da Cruz (1543-1604), contemporâneo de José de Anchieta (1534-1597)», comunicação apresentada no Congresso Internacional *Anchieta em Coimbra — 450 anos. Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*. Actas em publicação.
- MELO, Luís Rocha e, «Santo Inácio de Loiola no seu tempo», in: *Deus e o Homem segundo S. Inácio*. Actas da 2ª Semana de Estudos de Espiritualidade Inacina. Braga, 1996.
- MÉNAGER, Daniel, *Introduction à la vie littéraire au XVI^e siècle*. Paris, 1968, «Thèmes humanistes- La gloire», pp. 75-78.
- MENDES, João, *Literatura Portuguesa*. Lisboa, 1974.
- MENDES, António Rosa, «A vida cultural», in: *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. Lisboa, III Vol. [«No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)», coord. de Joaquim Romero Magalhães], 19, pp. 375-421.
- MESNARD, Pierre, *L'essor de la philosophie politique au XVI^e siècle*. Paris, 1977.
- MICHEL, Alain, *La philosophie politique à Rome d' Auguste à Marc-Aurèle*. Paris, 1969.
- MIRANDA, Maria Margarida Lopes de, «Uma 'paideia' humanística: a importância dos estudos literários na pedagogia jesuítica do séc. XVI», *Humanitas*, Coimbra, 48 (1996) 223-256.
- MORINEAU, Michel, «Les jésuites parmi les hommes. La soif du martyr», in: *Les jésuites parmi les hommes aux XVI^e et XVII^e siècles*. Clermont-Ferrand, 1987, pp. 47-63.
- MORRIS, Eduardo Parmelee, *Index Verborum Vergilianus*. Hildesheim, 1979.
- MUSUMARRA, Carmelo, *La poesia tragica italiana nel rinascimento*. Firenze, 1972.
- NASCIMENTO, Aires Augusto, «Littérature latine des Découvertes Portugaises: le latin, une langue de culture», *Euphrosyne*, Lisboa, 27 (1999) 381-404.

- «O mito de Hércules: etimologia e recuperação do tempo antigo na historiografia medieval hispânica», *Humanitas*, Coimbra, 47-2 (1995) 671-684.
- NOËL, F., *Gradus ad Parnassum ou nouveau dictionnaire poétique Latin-Français*. Nouvelle édition par F. de Parnajon, Paris, 1911.
- NOUGARET, Louis, *Traité de métrique latine classique*. Paris, 1986.
- OLIVARES, Estanislao, *Los votos de los escolares de la Compañía de Jesús. Su evolución jurídica*. Roma, 1961.
- OLIVEIRA, Francisco de, «O conceito de *Philia* de Homero a Aristóteles», *Humanitas*, Coimbra, 25-26 (1974) 217-235.
- «Imagem do poder na tragédia de Sêneca», *Humanitas*, Coimbra, 51 (1999) 79, pp. 49-83.
- «Actividades lúdicas em Roma», in: *O Espírito Olímpico no novo Milénio*. Coord. de Francisco de Oliveira, Coimbra, 2000, pp. 111-126.
- *Les idées politiques et morales de Pline l' Ancien*. Coimbra, 1992.
- OLIVEIRA, J. Bacelar de, «Filosofia escolástica e curso conimbricense», *Revista Portuguesa de Filosofia*, Coimbra, 16 (1960) 124-141.
- OLIVIERI, Mario, *Ymago Dei. Il re giusto nel pensiero politico medievale, IX-XIV séc.* Perugia, 1991.
- O' MALLEY, John W., *The first Jesuits*. Harvard, 1993.
- OSÓRIO, Jorge Alves, «Duarte de Resende, tradutor do *De Amicitia* de Cícero (1531)», *Humanitas*, Coimbra, 27-2 (1995) 721-726.
- PACHTLER, G. M., *Ratio Studiorum et Institutiones scholasticae Societatis Jesu per Germaniam olim vigentes*. Berolini, 1887-1894.
- PAPARELLI, Gioacchino, *Feritas, humanitas, divinas. L' essenza umanistica del Rinascimento*. Napoli, 1973.
- PARATORE, Ettore, «Nuove prospettive sull' influsso del teatro classico nel' 500», in: *Atti del Convegno sul tema "Il teatro classico italiano nel' 500"*, Roma, 1971, pp. 9-96.
- PARENTE, James A., *Religious Drama and the Humanist Tradition. Christian theatre in Germany and in the Netherlands*. Leiden - New York - Kobenhavn - Köln, 1987.
- PEDRO, Infante D., *O livro da Virtuosa Bemfeitória*. Edição, com introd. e notas por Joaquim Costa. Porto, 3^a1946.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Estudos de História da Cultura Clássica. II - Cultura Romana*. Lisboa, 2^a1990.

- *Romana. Antologia de cultura Romana*. Coimbra, 42000.
- *Estudos de História da Cultura Clássica. I Cultura Grega*. Lisboa, 81997.
- *Hélade. Antologia de cultura grega*. Coimbra, 71998.
- PEREIRA, Virgínia Soares, Aegidius Scallabitanus – *Um diálogo sobre Fr. Gil de Santarém*. Estudo introdutório, edição crítica, tradução e notas. Lisboa, 2000.
- PICHIO, Luciana Stegano, *História do teatro português*. Trad. do ital. (*Storia del teatro portoghese*. Roma, 1964). Lisboa, 1969.
- PIMENTEL, Maria Cristina, «A meditatio mortis nas tragédias de Séneca», *Clássica, Boletim de Pedagogia e Cultura*, Lisboa, 23 (1999) 23-45.
- «O espírito agónico no Alto Império Romano», in: *O Espírito Olímpico no novo Milénio*. Coord. de Francisco de Oliveira, Coimbra, 2000, pp. 127-152.
- PINHO, Ernesto Gonçalves de, *Santa Cruz de Coimbra, centro de actividade musical nos séculos XVI e XVIII*. Lisboa, 1981.
- PINHO, Sebastião Tavares de, «Literatura humanística inédita do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra no séc. XVI», in: *Universidade(s): História – Memória – Perspectivas, Actas do Congresso História da Universidade de Coimbra (no 7.º Centenário da sua Fundação) 5 a 9 de Março de 1990*. Coimbra, IV vol., 1991.
- *Lopo Serrão e o seu poema Da Velhice*. Coimbra, 1987.
- PINTO, Frei Heitor, *Imagem da Vida Cristã*. Introd. de José V. de Pina Martins. Porto, 1984.
- PONTES, J. M. da Cruz, «Escolástica», in: *Logos. Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa, vol. 2, 1990, coll. 166-181.
- PRÉVOST, André, *L'utopie de Thomas More*. Texte original, apparat critique, exégèse, traduction nouvelle, notes. Paris, 1978.
- QUERA, Miguel Bertrán, *La pedagogia de los jesuitas en la ratio studiorum*. Caracas, 1984.
- RABELAIS, François, *Pantagruel*. Texte établi et présenté par Jean Plattard. Paris, 1959.
- RAFFO, Giuliano, *La 'Ratio Studiorum'. Il metodo degli studi umanistici nei collegi dei gesuiti alla fine del secolo XVI. Introduzione e traduzione dal latino*. Roma, 1989.

- RAMALHO, Américo da Costa, *Para a história do humanismo em Portugal — I*. Coimbra, 1988.
- *Para a história do humanismo em Portugal — III*. Lisboa, 1998.
 - *Latim Renascentista em Portugal (Antologia)*. Lisboa, 1994.
 - «Humanismo em Portugal», in: *I Congresso da APEC. Raízes Greco-Latinas da Cultura Portuguesa — Actas*. Coimbra, 1999.
 - «Dois humanistas da Companhia de Jesus: José de Anchieta (1543-1597) e Duarte de Sande (1547-1600)», in: *Actas do I Congresso Internacional Humanismo Novilatino e Pedagogia — Gramáticas, Criações Maiores e Teatro*. Braga, 1999, pp. 87-99.
- RÉAU, Louis, *Iconographie de l' Art chrétien*. Paris,
- REBELO, Luís de Sousa, *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa, 1982.
- «Teatro clássico», in: *Dicionário de Literatura*. Porto, IV vol., Porto, 1984.
 - «Os descobrimentos e a viagem no mundo clássico», in: *Euphrosyne*, Lisboa, 27 (1999) 207-217.
- RESENDE, André de, *Vida do Infante Dom Duarte*, apud: *Obras portuguesas*, Lisboa, 1963.
- *Oratio pro Rostris (oração de Sapiência)*. Trad. de Miguel Pinto de Meneses Introd. de ^a Moreira de Sá. Lisboa, 1956.
- RICCI, G. F., «Emulazione: attualità di un inattuale concetto pedagogico», in: *La pedagogia de la Compagnia di Gesù*. A cura di F. Guerelo. Messina, 1992.
- ROMILLY, Jacqueline de, «*Patience, mon coeur!*... *L'essor de la psychologie dans la littérature grecque classique*. Paris, 1984.
- ROMO, Eduardo Xavier Alonso, «Raíces del teatro jesuítico en las misiones portuguesas durante la segunda mitad de siglo XVI», in: *Literatura portuguesa y literatura española*, Valencia, 1999, pp. 195-206.
- RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João I*. Ed. de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa, 1973.
- RICONDA, Giuseppe, «Filosofia della famiglia», *La Scuola Cattolica*, 120 (1992) 132.
- RIST, J. M., *Stoic philosophy*. Cambridge, 1980.

- RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha, *Catálogo dos Manuscritos da Bibliotheca Pública Eborense*. Descrições e notas. Tomo II - «Que comprehende a Litteratura». Lisboa, 1868.
- RODRIGUES, Francisco, *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões. Esboço histórico. Superiores. Collegios*. Porto, 2^a 1935.
- *A formação intelectual do Jesuíta. Léis e factos*. Porto, 1917.
- *História da Companhia de Jesus na Assistência a Portugal*. Porto, 6 vols., 1931-1944.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira, «As estruturas populacionais», in: JOSÉ MATTOSO (Dir.), *História de Portugal*. Lisboa, III vol., 1993, pp. 197-241.
- ROMEO, Rogelio Ponce de León, «Las propuestas metodológicas para la enseñanza del latín en las escuelas portuguesas de la Compañía de Jesús a meados del siglo XVI», *Cuadernos de Filología Clásica*, Madrid, 19 (2000) 233-257.
- ROPS, Daniel -, *História Sagrada - O Povo Bíblico*. Porto, 1957.
- ROTHSCHEILD, James (ed.), *Mistère du Vieil Testament*. Paris, 6 vols., 1878-1891.
- SANCHES, Francisco, *Opera Philosophica*. Introd. de Joaquim de Carvalho, Coimbra, 1955.
- *Quod nihil scitur*. Edición y traducción de S. Rabade J. M. Artola y M. Perez, Madrid, 1984.
- *Il n'est science de rien*. Éd. critique lat.-français par Andrée Comparot, Paris, 1984.
- SANTOS, Domingos Mauricio Gomes dos, «Buchanann e o ambiente coimbrão do séc. XVI», *Humanitas*, Coimbra, 15-16 (1963-1964) 261-327.
- SARTON, G., *A history of science. Hellenistic science and culture in the last three centuries B. C.* Cambridge, 1959.
- SASSO, G., *Niccolò Machiavelli. Storia del suo pensiero politico*. Bologna, 2^a 1980.
- SAVARESE, G. e GAREFFI, A., *La letteratura delle immagini nel Cinquecento*. Roma, 1980.
- SCHARBERT, Josef, *Introdução à Sagrada Escritura*. Trad. do P.e Frederico Dattler (*Das Sachbuch zur Bibel*, 1965), Petrópolis, 1980.

- SCHWAGER, Klaus, «A arte barroca», in: *História da Arte*. Trad. da ed. franc. (*Histoire de l' Art* Paris, 1985), Direc. de Albert Châtelet, Bernard Groslier e Claude Rolly, Lisboa, 2 vol., 1991, pp. 385-416.
- SEYSSEL, Chantal — «Purgatoire. - II. Après le concile de Trente : la devotion aux âmes du purgatoire», in: *Dictionnaire de spiritualité ascétique e mystique, doctrine et histoire*. Paris, T. XII, 1986, col. 2667.
- SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa, 23 vols., 1858-1927.
- SILVA, João Amândio Martins da, *O Pensamento político e social de Frei Francisco de Vitória*. Braga, 1994.
- SILVA, Maria de Fátima Sousa e, *Crítica do teatro na comédia antiga*. Coimbra, 1987.
- SILVA, Vitor Manuel de Agular e, *Teoria da literatura*. Coimbra, 1986.
- SIPPLE, A., *Der Staatsmann und Dichter Seneca als politischer Erzieher*. Würzburg, 1938.
- SKRINE, Peter N., *The baroque. Literature and culture in seventeenth-century Europe*. London, 1978.
- SMITH, Pauline M., *The anticourtier trend in sixteenth century French Literature*. Genève, 1966.
- SOARES, Nair de Nazaré Castro, *Teatro clássico no séc. XVI. A Castro de António Ferreira*. Fontes — Originalidade. Coimbra, 1996
- «Dramaturgia e actualidade do teatro clássico: matéria e forma na tragédia quinhentista», in: *I Congresso da APEC. Raízes greco-latinas da cultura portuguesa*. Coimbra, 1999.
 - «Mito, imagens e motivos clássicos na poesia trágica renascentista em Portugal», in: *Actas do Symposium Classicum I Bracaraense: A mitologia clássica e a sua recepção na literatura portuguesa*. Braga, 2000, pp. 67-93.
 - *Literatura latina. Teatro, sátira, epigrama, romance*. Coimbra, 1999.
 - «Humanismo e pedagogia», *Humanitas*, Coimbra, 57-2 (1995) 799-844.
 - «Martírio e sacrifício voluntário na tragédia humanista e no mito inesiano: em António Ferreira e Eugénio de Castro», *Humanitas*, Coimbra, 48 (1996) 205-222.

- «Humanismo e História: *ars scribendi* e valor do paradigma», in: *Máthesis*, 1 (1992) 153-169.
 - «Gratidão e lealdade: dois valores humanistas», in: *Humanitas*, Coimbra, 46 (1994) 245-258.
 - «A *Virtuosa Benfeitoria*, primeiro tratado de educação de príncipes em Português», *Biblos*, Coimbra, 69 (1993) 299-314.
 - «A literatura de sentenças no humanismo português: *res et uerba*», in: *Humanismo Português na época dos descobrimentos - Actas*. Coimbra, 1993, pp. 377-410.
 - «Noções de métrica latina», *Boletim de Estudos Clássicos*, 29 e 30 (1998) 69-77 e 93-112.
 - «A História Antiga no Humanismo Renascentista Português», in: *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*. Coimbra, 1994, pp. 280-305.
 - «*Contaminatio* genológica na Castro de António Ferreira», *Boletim de Estudos Clássicos - Homenagem a C. A. Louro da Fonseca*, 24 (1995) 87-99.
- SOLDATI, B., *Il Collegio Mamertino e le origini del teatro Gesuitico*. Torino, 1908.
- SOMMERVÖGEL, Carlos (ed.), *Bibliothèque des écrivains de la Compagnie de Jésus*. Première partie, bibliographie par les Pères Augustin et Aloys de Backer; second partie, histoire par le Père Auguste Carayon. Bruxelles - Paris, 11 vols., 1890-1932.
- SORIANO, Justo García, «El teatro de colegio en España. Noticia y examen de algunas de sus obras», *Boletín de la Real Academia Española*, Madrid, 14 (1927) 235-277.
- SPRINGHETTI, E., «Storia e fortuna della Gramática di Em. Alvares», *Humanitas*, Coimbra, 13-14 (1961-1962) 283-304.
- STÄUBLE, Antonio, *La commedia umanistica del Quattrocento*. Firenze, 1968.
- «L'idea della tragedia nell'umanesimo», in: *Atti del IV Convegno di Studio: La rinascita della tragedia nell'Italia dell'Umanesimo (Viterbo, 15-16-17 Giugno 1979)*. Viterbo, 1980.
- STEGMANN, André, *L'héroïsme cornélien. Genèse et signification*. Paris, 2 vols., 1968.
- SYMONDS, John Addington, *Wine, women and song: medieval Latin student's songs*. New York, 1966.

- TEIVE, Diogo de, *Sententiarum utilium quidem omnibus hominibus, sed Regibus ac rerum Moderatoribus praecipue, quibus addita est boni Principis institutio*. Texto latino e tradução, em verso solto, por Francisco de Andrade. Lisboa, 1786.
- TENENTI, Alberto, *Il senso della morte e l'amore della vita nel Rinascimento*. Torino, 1957.
- TOFFANIN, Giuseppe, *Historia del humanismo desde el siglo XIII hasta nuestros dias*. Buenos Aires, 1952.
- TORGA, Miguel, *Bichos - Contos*. Coimbra, 1983.
- TORRÃO, João Manuel Nunes, *D. Jerónimo Osório e o tratado De gloria*. Coimbra, 2 vols., 1991. Dissertação de doutoramento policopiada.
- TORRES, Amadeu, *Noese e crise na epistolografia latina goisiana. II Damião de Góis na mundividência do Renascimento*. Análise ideológica, estético-linguística e apêndice diplomático. Paris, 1982.
- «Intertexto clássico e parcimónia mitológica em Frei Heitor Pinto», in: *Actas do Symposium Classicum I Bracaraense: A mitologia clássica e a sua recepção na literatura portuguesa*. Braga, 2000, pp.125-135.
- TOUCHARD, Jean (dir.), *História das ideias políticas*. Trad. port. Lisboa, 1979.
- TÜCHLE, Germano e BOUMAN, C., *Nova história da Igreja. III. Reforma e Contra-Reforma*. Rio de Janeiro, 1971.
- URBANO, Carlota Miranda, «O canto do martírio: espírito agónico no humanismo», in: *O Espírito Olímpico no novo Milénio*. Coord. de Francisco de Oliveira, Coimbra, 2000, pp. 183-195.
- VALENTIN, Jean-Marie, *Le théâtre des jésuites dans les pays de langue allemand: répertoire chronologique des pièces représentées et des documents conservés (1554-1773)*. Stuttgart, 1984.
- «Les jésuites et la scène : Orphée, Pallas et la *renouatio mundi*», in : *Les jésuites à l'âge baroque*. Sous la direction de Luce Giard (CNRS) et Louis de Vaucelles, SJ. Grenoble, 1996, pp. 131-142.
- «Nouvelle contribution à la bibliographie du théâtre des Jésuites», *Daphnis*, 7 (1978) 463-495.
- VALLA, Lorenzo, *De linguae latinae elegantia Laurentii Vallensis : ad Ioannem Tortellium Aretinum per me M. Nicolaum Ienson Venetiis opus feliciter impressum est. M.CCC.LXXI*. Introducción, edición crítica, traducción y notas por Santiago López Moreda. Cáceres, 1999.

- VELLOSO, Queiroz, D. *Sebastião (1554-1578)*. Lisboa, 1945.
- VICENTE, Gil, *Obras Completas*. Lisboa, 1942-1944.
- VINET, E., *Schola Aquitana*. Texto latino revisto por Alfredo de Carvalho. Coimbra, 1941.
- VISSING, Lars, *Machiavel et la politique de l'apparence*. Paris, 1986.
- VIVES, Juan Luís, *The education of a Christian woman : a sixteenth century manual*. Chicago - London, 2000.
- *De subventionem pauperum*. Int. de A. Saltta. Firenze, 1973.
- WEBER, Henry, *la création poétique au XVI^e siècle de Maurice Scève à Agrippa d'Aubigné*. Paris, 1955.
- WEBER, Édith, *Le théâtre humaniste et scolaire dans les Pays Rhénans*. Paris, 1974.
- WEILLEN, Alexander von, *Der Ägyptische Joseph im Drama des XVI. Jahrhunderts*. Viena, 1887.
- WEINBERG, B., *A history of literary criticism in the Italian Renaissance*. Chicago, 1961.
- *Trattati di poetica e retorica del Cinquecento*. A cura di... Bari, 3 vols, 1970-1972.
- ZILSEL, Edgar, *Le génie. Histoire d'une notion de l'antiquité à la Renaissance*. Trad. fr. Paris, 1993.
- ZIPPELIUS, Reinhold, *Teoria geral do estado*. Trad. de ^s cabral Montada. Lisboa, 1984.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

- AARÃO — 238.
- ABADIA BENEDITINA DE BEURON — 344, N. 848.
- ABEL — 189; 190; 263; 271.
- ABOA — 72.
- ABRAÃO — 53, n. 115 e 116; 54; 55, n. 122; 77; 78; 84; 86, n. 164; 156; 178; 180; 189 190; 220; 235; 257; 258; 261; 262; 263; 268; 270; 279; 283; 319.
- ABREU, António de — 327.
- ABSOLUTO — 272.
- ACADEMIA — 390.
- ACEVEDO, Pedro Pablo de — 470, n. 1232.
- ADÃO — 263; 272.
- ÁFRICA — 182; 183; 186; 198; 235; 250, n. 593; 255; 268; 377; 474.
- ÁFRICA, (Anjo da Guarda de) — 78; 156; 157; 178; 181; 182; 185, n. 396; 236; 378.
- ÁFRICO (vento) — 203; 232.
- AGAMÉMNON — 352; 356; 375; 480.
- AGAR — 319.
- AGOSTINHO (Santo) — 56, n. 126; 207; 260; 351.
- AGUIAR, Cristóvão de — 116.
- ALBERTI, Leon-Battista — 205; 302; 314.
- ALBERTO, Paulo Farmhouse — 342, n. 842.
- ALBUQUERQUE, Francisco de — 24, n. 41.
- ALBUQUERQUE, Martim de — 251, n. 596; 357, n. 910; 361, n. 918; 382, n. 975.
- ALCALÁ — 18, n. 8; 192, n. 426.
- ALCEU — 458.
- ALCINOO — 373.
- ALCORÃO — 56, n. 127.
- ALLEN, A. — 357, n. 910.
- ALEMANHA — 58; 60; 61; 62; 63; 64; 65; 66; 67; 68; 69; 70; 71; 72; 73; 241; 470.
- ALEXANDRIA — 56, n. 124; 241; 384.
- ALEXANDRIA, Filon de — 58; 384 e n. 983; 385, n. 986.
- ALSINA, José — 436, n. 1125.
- ALTDORF — 62.
- ALTÍSSIMO — 311; 355.
- ALVAREZ, Joam — 461.
- ÁLVAREZ, Luís — 58 e n. 134.
- ÁLVAREZ, Manuel — 21; 28, n. 63; 253.
- ALVAREZ, Pedro — 24, n. 42.
- ALVAREZ, Vicente — 170.
- ALVES, M. S. — 253, n. 608.
- AMBRÓSIO (Santo) — 56, n. 126.
- AMÉRICA — 198; 199, n. 454; 381.

- AMESTERDÃO — 58; 62; 72.
- AMIENS — 61.
- AMIRATO, Scipione — 171.
- AMOR — 131; 199; 218; 220; 310; 319; 321; 323.
- ANCHIETA, José de — 198; 203 e n. 491; 204, n. 494.
- ANDRADE, Francisco de — 367, n. 930.
- ANDRÓMACA — 439.
- ANGLICANISMO — 204.
- ANGOLA — 198.
- ANJOU, Carlos — 289.
- ANNABERG — 71.
- ANO SANTO (1575) — 198, n. 452.
- ANTÍGONA — 266.
- ANTIGUIDADE — 200; 202; 246 e n. 577; 250; 344; 373; 376; 380; 382; 436; 476.
- ANTIUM — 289.
- ANTÓNIO, Franco — 19, n. 11.
- ANTUÉRPIA — 58; 62; 65; 68; 72.
- APOLO (Oráculo) — 238; 412.
- APÚLIA — 255.
- AQUAVIVA, Cláudio — 26, n. 57.
- AQUERONTE — 266.
- AQUILÃO — 203.
- AQUILES — 342.
- AQUINO, S. Tomás de — 207; 214; 351; 367; 373; 380.
- AQUITÂNICA (escola) — 192, n. 426; 196, n. 443.
- ARÁBIA — 54, n. 117; 81, n. 153.
- ARCÁDIA — 80.
- ARCTURO — 435.
- ARIOSTO, Ludovico — 173.
- ARISTARCO (de Samos) — 241.
- ARISTÓFANES
Rês: 170; 475, n. 1245.
Acamenses: 349 e n. 880.
- ARISTÓTELES — 253; 292; 293; 351; 373; 398; 412; 413; 419; 440.
Poética: 172; 174, nn. 355, 356 e 357; 188, n. 406; 190, n. 421; 191, n. 421; 282; 292, n. 694; 367; 394, n. 1004; 395, n. 1006; 399, nn. 1016 e 1017; 401, nn. 1021 e 1022; 402, n. 1025; 404, n. 1031; 413, n. 1056; 418, nn. 1070 e 1071; 419, nn. 1072 e 1073; 426; 437; 438 e n. 1135; 440, nn. 1149 e 1152; 447, n. 1196; 448; 449; 451 e n. 1210.
Ética a Nicómaco: 226, nn. 543 e 544; 253, n. 607; 318; 328; 331; 339; 342; 343; 369; 476.
Organon: 253, n. 607.
Política: 351; 413.
Rhet: 361; 401, nn. 1019 e 1021.
- ARONTE — 240.
- ARQUÍLOCO — 451, n. 1210.
- ARQUIMEDES — 241.
- ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO — 38; 470.
- ARTOLA, Rabade J. M. — 245, n. 576.
- ASCENSÃO — 262.
- ASDENTE — 240.
- ASENAT — 188.
- ASENJO, Julio Alonso — 192, n. 426.
- ÁSER — 117; 118; 146.
- ÁSIA — 78; 186; 198; 235; 474.
- ÁSIA (Anjo da Guarda da) — 78; 156; 178; 181; 185, n. 396; 236.
- ASKIN, Roger — 361.
- ASKINS, Artur L.-F. — 48, n. 112.
- SÍRIA — 316.
- ATENAS — 413.
- ATLÂNTICO — 246.
- ATREU — 438.
- ATTOLINI, Giovaní — 437, n. 1128; 442, n. 1164; 446, nn. 1192 e 1193.

- AUGSBURGO — 61; 62; 64; 65; 68; 69; 71; 206.
- AVGVSTANVM, Andream Diether — 65.
- AUGUSTO (Imperador) — 383.
- ÁULIDE — 240.
- ÁUSTRIA — 63; 68; 69; 71; 73; 74.
- AUSTRO — 203.
- AVERNO — 105; 270; 316; 411.
- AVIANVS, Johannes — 73.
- AVIENO, Rúfio Festo — 246 e n. 581.
- ÁVILA, Sta. Teresa de — 275.
- AVINHÃO — 195, n. 440.
- AVIS (Corte de) — 343.
- AVÓS — 116.
- AZEVEDO, Inácio de — 18, n. 6; 23, n. 35; 51, nn. 116 e 117.
- B
- BABILÓNIA — 182; 184, n. 393; 236.
- BACKER, Aloys de — 29, n. 78.
- BAFULTE — 81; 154.
- BÂLE — 61; 64; 66; 69.
- BALTICUS, Martin — 68.
- BAÑEZ, Domingos — 214.
- BARATA, M. Manuela Cruzeiro — 382, n. 976.
- BÁRATRO — 183.
- BARBERA, Mario — 433, n. 1116.
- BAPTISTA, João — 24, nn. 41 e 42; 327.
- BARBARO, Ermolao — 205.
- BARBERA, Mario — 196, n. 443; 478.
- BARBOSA, Manuel José Sousa — 37, n. 106; 42, n. 109; 193, n. 432; 202, n. 489; 442, n. 1163.
- BARON, Hans — 302 e n. 711.
- BARRADAS, Sebastião — 18, n. 10.
- BARRAULT, E. — 298, n. 702.
- BARRETO, Nunes — 198.
- BARROS, João de — 246, n. 578; 356, n. 910; 367.
- BARTFELD — 68.
- BARTHÉLÉMY (São) — 64; 312.
- BARTOLOMEU, (São) — 204.
- BASILEAE — 62, n. 139.
- BASÍLICA DE S. PEDRO — 198, n. 452.
- BATAILLON, M. — 390, n. 993.
- BÉHOURT — 173.
- BEIRAS — 385.
- BEJA, Frei António de — 351; 366.
- BÉLGICA — 62; 63; 65; 68; 72; 73.
- BELL, Aubrey — 376 e n. 956.
- BEM — 217.
- BÉNÉ, Charles — 275, n. 648.
- BENJAMIM — 79, n. 144; 82; 84; 86; 87; 88 e n. 165; 89; 96; 100; 101; 102; 103; 113; 114; 117; 118; 119; 120; 121; 122; 130; 131; 133; 137; 141; 143; 145; 147; 154; 166; 168; 188; 208; 214; 224; 226; 227; 275; 278; 285; 287; 288; 298; 306; 307; 320; 323; 324; 426; 428; 429; 449; 450; 473.
- BÉRANGER, J. — 390, n. 996.
- BERNA — 63.
- BERNARDES, Diogo — 48, n. 112; 367.
- BERTIEAUX, Françoise — 177, n. 367; 191, n. 421.
- BETEL — 86, n. 164; 118; 220.
- BETVLEJVS — 64; 66.
- BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA — 33, n. 94; 35, n. 96; 470.
- BIBLIOTECA NACIONAL DA AJUDA — 33, n. 94; 34, n. 96.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA — 33, n. 94; 35, n. 96; 37; 193; 470.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DE BRAGA — 35, n. 96.

- BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO
DISTRIITAL DE ÉVORA — 50 e 51.
- BIBLIOTECA VATICANA — 34, n. 94;
60, n. 138; 62, n. 139.
- BIDERMANN, Jakob — 474, n. 1243.
- BILHA — 79, n. 144; 117; 118; 146;
314; 318.
- BIRCK, Slt — 61; 66.
- BIRELEY, Robert — 383, n. 977.
- BITNER, M. Jonam — 71.
- BLACHÈRE, R. — 56, n. 127.
- BOA NOVA — 185; 198; 255.
- BOAVENTURA (São) — 254.
- BODIN, Jean — 382; 384.
- BOISSET, Jean — 205, n. 498.
- BOMPIANI, Valentino — 33, n. 93.
- BONATI, Guido — 241.
- BONDONE, Glotto di — 346, n. 853.
- BONIFÁCIO VIII (Papa) — 198, n.
452.
- BONORA, Ettore — 347, n. 856.
- BONTEMS, Claude — 360, n. 918.
- BÓREAS — 203.
- BORJA, Francisco — 23, n. 35.
- BORROMEU, D. Carlos — 472.
- BOTERO, Giovanni — 360; 383.
- BOUMAN, C. A. — 204, n. 495; 213,
n. 516; 215, n. 520.
- BRACCIOLINI, Poggio — 205.
- BRAGA — 23 e n. 38; 28, nn. 64 e
68; 51, n. 116; 471.
- BRAGANÇA — 26, n. 57; 379.
- BRANCO, António de Castelo — 25,
n. 52, 28.
- BRANDÃO, Mário — 191, n. 424;
192, n. 426; 248, n. 589; 252, n.
600.
- BRASEL, Mathias — 65.
- BRASIL — 18, n. 6; 91, n. 171; 164;
198; 203; 250, n. 593; 354; 378.
- BRÉHIER, E. — 385 e n. 986.
- BRESLAU — 71.
- BRETANHA — 246.
- BRITISH MUSEUM — 62, n. 139.
- BRUN, Jean — 343, n. 843.
- BRUNI, Leonardo — 205.
- BRUNNER, Von Landshut — 69.
- BUCHANAN, George — 192, n. 426;
194 e n. 434; 248, n. 589; 435;
437 e n. 1127.
- BUDISSIN — 72.
- BUESCU, Maria leonor Carvalhão —
461, n. 1227.
- BURCKARDT, J. — 292, n. 692.
- BURKE, Peter — 291.
- BURKERT, W. — 277, n. 653.
- BYLINGER, Nicolas — 64.
- C
- CABRAL, Roque — 216, n. 523.
- CACODÉMON — 81; 84; 85; 125;
156; 160; 161; 162; 163; 164;
154; 239; 267; 301; 313; 315;
326; 416; 422 e n. 1092; 428;
446; 450.
- CADMO — 438.
- CAÍM — 189; 271.
- CALCANTE — 240.
- CALLIER, François — 343, n. 842.
- CALVINO, João — 68; 206; 272.
- CÂMARA, Luís Gonçalves da — 250;
377.
- CÂMARA, Martin Gonçalves da —
377.
- CAMERTE, Paulo — 18, n. 5.
- CAMÓES, Luís de — 116; 170; 246,
n. 579; 288; 327; 368; 437, n.
1129.
- CAMPAGNA, Bernardino — 171.
- CAMPBELL, Durich — 67.
- CAMPOS, J. Segurado e — 352, n.
893; 436, n. 1124; 441, n. 1157.
- CANAÁ — 53; 77, n. 142; 87.

- CANÁRIAS — 18, n. 6.
- CANCIONEIRO GERAL — 281.
- CAPRYCKE — 63.
- CARCEREIRO — 154.
- CARDIN, Lorenzo de — 25, n. 52.
- CARDIM, Pedro — 328, n. 778; 339, nn. 822 e 823; 344, n. 847.
- CARDON, Horácio — 29, n. 78; 32, n. 87; 34, n. 65.
- CARDOSO, A. Pinto — 18, n. 10.
- CARDOSO, Hieronimo — 24, n. 44.
- CARMELITAS DESCALÇOS — 275; 327.
- CARRARA, Ubertino — 302.
- CARTAGO — 373.
- CARVAJAL, Michael — 57; 60.
- CARVALHO, Alfredo — 248, n. 589.
- CARVALHO, Jeronymo — 25, n. 52.
- CARVALHO, Joaquim de — 245, n. 576; 302.
- CARVALHO, Jorge de — 24, n. 42.
- CARVALHO, José Adriano de Freitas — 327, n. 774.
- CASA, Giovanni della — 360.
- CASA PROFESSA DE SÃO ROQUE — 58, n. 135.
- CASTANHEDA, Lopes de — 25, n. 52.
- CASTEL, François — 55, n. 123.
- CASTELVETRO, Ludovico — 447.
- CASTIGLIONE, Baltasar — 301 e n. 706; 360.
- CASTRO, Aníbal Pinto de — 253, n. 604.
- CASTRO, D. João de — 245; 246, n. 578.
- CASTRO, M. Eugénia J. de Castro — 33, n. 93.
- CASTRO, Margherita Monreale — 301, n. 706.
- CASTRO, Mendes de — 30, n. 81.
- CATALDO Parísto Sículo — 281; 375; 376; 477.
- CATARINA (D.) — 439.
- CATULO — 458.
Fast 259, n. 616.
Met.: 259, n. 616.
Am. III. 8: 259, n. 616.
- CEREJEIRA, M. Gonçalves — 371; 386, n. 990.
- CÉU — 158; 200; 235; 244; 359; 365; 379; 411; 422, n. 1091.
- CHAPELLE, Albert — 27, n. 60.
- CHATELET, Albert — 346, n. 854.
- CÍCERO — 253; 373; 390.
A República: 215, n. 521; 380, 381, n. 970.
Da Amizade: 342
Defesa de Árquias: 248.
Inu.: 394, n. 1003.
Fin.: 390; 409, n. 1038.
Leg.: 390.
Off.: 390.
Rhet. Her.: 398, n. 1014.
- CINCO IDADES (Mito das) — 259.
- CINQUECENTO (italiano) — 172; 176.
- CINTHIO, Giovambattista Giral di — 173, n. 353; 176; 347, n. 857; 437; 441; 442, nn. 1163 e 1165; 447.
- CIPIÃO (Emiliano) — 215, n. 521.
- CIPIÃO - O - AFRICANO MAIOR — 215, n. 521.
- CÍRCULO DOS CÍPIÕES — 342; 355.
- CLAUSEN, W. V. — 391, n. 997.
- CLEÓPATRA — 316.
- COBLENÇA — 71.
- CODONER, Carmen — 277, n. 654.
- COELHO, Simon Fez Gaspar — 24, n. 44; 28.
- COIMBRA (cidade) — 17 e n. 3; 18, n. 8; 19 e n. 11; 23, nn. 33 e 38; 26; 28, nn. 63, 64, 65, 66 e 67; 29; 32, n. 87; 58, n. 135; 191, n. 422; 192, n. 426; 193; 194 e n. 433; 203; 214, n. 517; 381, n. 971; 385.
- COIMBRA, Universidade de — 17, n. 3; 20, n. 17; 248; 252; 254; 382; 444; 471; 478.

- COLÉGIO DAS ARTES — 17, n. 3; 21 e n. 18; 23, n. 32; 25; 28, nn. 63, 65, 66, 67 e 68; 32, n. 87; 36 e n. 103; 49, n. 112; 191; 192, n. 426; 196, n. 443; 214, n. 517; 248; 253; 254; 327; 471.
- COLÉGIO DE BRAGANÇA — 26.
- COLÉGIO DO ESPÍRITO SANTO — 33, n. 94; 36.
- COLÉGIO DE GUIENA — 248, n. 589.
- COLÉGIO JESUÍTA DE ANGRA — 28, n. 66.
- COLÉGIO JESUÍTA DE SANTO ANTÃO — 17; 18, n. 7; 28, n. 66; 327.
- COLÉGIO DE JESUS (Coimbra) — 17; 19 e n. 13; 22; 23, n. 32; 24; 26; 50, n. 114.
- COLÉGIO DE S. PAULO — 23 e n. 38; 28, n. 64; 51; 471.
- COLÉGIO (MOSTEIRO) DE SANTA CRUZ — 192, n. 426; 194.
- COLLENUCIO, Pandolfo — 57; 60.
- COLÓNIA — 62; 63; 66; 71; 72.
- COLUNGA, Alberto — 53, n. 115; 54, n. 117; 79, n. 144; 86, n. 164; 184, n. 393.
- COMÉDIA ANTIGA — 443; 475, n. 1245.
- COMÉDIA NOVA — 443.
- COMESTOR, Pedro — 56.
- COMPAROT, Andrée — 245, n. 576.
- CONDE, Javier — 384, n. 982.
- CONSTANÇA (Concílio) — 195, n. 440.
- CONSTANTINOPLA — 56, n. 126.
- CONTRA-REFORMA — 176; 189; 195; 196; 205; 226; 273; 275; 472; 475; 479.
- COPEIRO — 96; 153; 428, n. 1099; 450.
- COPÉRNICO — 242.
- CORDEIRO, Melchior — 24, n. 41.
- CORDERO, Maximiliano Garcia — 53, n. 115; 54, n. 117; 79, n. 144; 86, n. 164; 184, n. 393.
- CORINTO — 219, n. 532.
- CORNEILLE — 173, n. 351.
- CORREGIO, Niccolò da — 172.
- CORREIA, João — 27, n. 62.
- CORVINVS, M. Antonius — 64.
- COSTA, João da — 192, n. 426; 248, n. 589.
- COSTA, Joaquim — 376 e n. 954.
- COSTA, Simão da — 24, n. 42.
- COTA, Jerônimo — 51, n. 116.
- COTHENET, Édouard — 261, n. 619.
- COULANGES, Fustel de — 292, n. 695.
- COUTO, Aires Pereira do — 361.
- COUTO, Sebastião de — 253.
- COUTO, Ermelinda Emília Ferreira Barbosa Couto — 439, n. 1140.
- COXITO, Amândio. — 253, n. 608; 254, n. 610; 343, n. 845.
- CRACÓVIA — 65; 72; 73.
- CREMONA, Girolamo Fondoli — 171.
- CREONTE — 266; 362.
- CRIADOR — 279; 284; 309; 422, n. 1091.
- CRISÓSTOMO, S. João — 56, n. 126.
- CROCVS, Cornelius — 58; 62 e n. 139; 63, n. 139; 64; 66.
- CROISILLE, J.-M. — 352, n. 893.
- CROIX, Antoine de La — 173.
- CRUSIUS, Federico — 451, n. 1209.
- CRUZ — 219; 269; 270.
- CRUZ, Cristoval de la — 25, n. 52.
- CRUZ, Jacob da — 34, n. 94.
- CRUZ, S. João da — 275.
- CRUZ, Luís da — 17 e nn. 1, 2; 18 e n. 8; 19 e nn. 11 e 12; 20 e n. 17; 21, nn. 17 e 18; 23 e nn. 33 e 38; 24, nn. 39, 41 e 45; 25 e nn. 45 e

- 47; 26 e n. 57; 28, nn. 63, 64, 65, 66 e 67; 29 e nn. 77 e 78; 30 e n. 81; 31 e n. 87; 32, n. 87; 33, nn. 93 e 94; 34, n. 96; 37; 42; 50 e n. 113; 51, n. 115; 57; 78; 85; 88; 91; 148; 173; 174 e n. 357; 176; 177, 367; 188; 189; 191; 191, n. 422; 193; 195; 199; 201; 202; 214; 217; 241; 251; 260; 262; 263; 271; 274; 277; 281; 301; 310; 326; 350; 356; 361; 367; 375; 378; 379; 383; 384; 394; 404; 405; 421; 427; 433; 438; 439; 441; 442, n. 1162; 445; 446; 451; 454; 467; 470; 471; 475; 477; 578.
- Manasses restitutus*: 174.
Polycronius: 177, n. 367.
Prodigus: 174.
Sedecias: 178, n. 372; 202.
Vita Humana: 438.
- Iosephus* (versos traduzidos):
 01-03: 156.
 07-10: 237.
 10-13: 236.
 15: 158; 233.
 19-23: 158.
 27-28: 157.
 27-30: 233.
 30-38: 234.
 32-34: 178.
 39: 233.
 41-52: 220; 235.
 53-54: 158; 179.
 54-55: 219.
 54-58: 235.
 60-61: 236.
 61-70: 160.
 63-70: 236.
 63-64: 241.
 71-73: 182.
 71-76: 236.
 77-78: 157.
 78-84: 159; 177.
 81-88: 183.
 88-96: 185.
 89-92: 230.
 92-96: 216.
 95-96: 180.
 97: 219.
 106-107: 230.
 109-110: 257.
 111-131: 180.
 125-132: 257.
 132: 177.
 135: 178.
 135-136: 258.
 139-140: 186.
 141: 287.
 141-142: 392.
 148-150: 395.
 154-155: 395.
 146-160: 288.
 158-160: 397.
 161-168: 213; 395.
 184-190: 221.
 189-193: 111.
 190: 79.
 191-206: 295.
 198-201: 320.
 203-206: 392.
 207-210: 111; 392.
 211-227: 299; 393.
 230-238: 221.
 235-238: 93.
 239-242: 93.
 252-263: 94.
 256-262: 299.
 263-273: 305.
 264-267: 92.
 283-288: 210.
 293-302: 300.
 299-301: 403.
 308: 305.
 320: 399.
 327-340: 127.
 339-351: 400.
 349-351: 128.
 379-386: 329.
 386-391: 212.
 389-391: 107.
 395: 329.
 395-400: 222.
 408-414: 239.
 416-425: 402.
 433-452: 243.
 453-473: 244.
 464-465: 403.
 471-473: 154.
 486-488: 405.
 542-543: 137.
 542-548: 406.
 544-545: 95.
 550-554: 126.
 555-556: 126.
 561: 123.
 563-564: 123.
 563-567: 407.
 565-573: 129.
 574-579: 408.

- 575-577: 124.
 578-589: 227.
 599-602: 134.
 603-605: 124; 408.
 611-612: 335.
 615-616: 336
 617: 145.
 623-625: 97.
 626: 336.
 633-635: 337.
 637-646: 411.
 657-658: 337.
 667-669: 283; 337.
 687-693: 411.
 694: 338.
 695-703: 283.
 708-712: 411.
 714: 338.
 729-731: 137.
 1023-1034: 266.
 1024-1025: 161.
 1039-1042: 162.
 1054: 161.
 1054-1064: 218; 258.
 1066: 160.
 1068-1070: 104.
 1095-1098: 160.
 1100-1102: 162.
 1107-1111: 104; 162.
 1117-1121: 125.
 1145-1173: 415.
 1153-1154: 146.
 1187: 142.
 1200-1204: 138.
 1218-1220: 223.
 1219-1220: 108.
 1221-1222: 417.
 1226-1234: 418.
 1231-1232: 97.
 1293: 289.
 1294-1298: 290
 1301-1302: 227.
 1317-1318: 125.
 1317-1332: 417.
 1322-1327: 98.
 1331: 82; 290.
 1334-1339: 330.
 1340-1344: 129.
 1358-1360: 123.
 1368-1369: 82.
 1385-1386: 82; 209.
 1394-1399: 132.
 1415-1417: 130.
 1418-1420: 133.
 1424-1425: 139.
 1430-1431: 133.
 1438: 82, n. 157; 141.
 1443: 82.
 1479-1482: 141.
 1483-1488: 135.
 1504-1523: 296.
 1523-1553: 298.
 1528-1531: 112.
 1557-1562: 276.
 1558-1559: 113; 164.
 1571: 112, n. 214.
 1605-1606: 156.
 1629-1631: 264.
 1636-1637: 141.
 1643-1647: 271.
 1766-1773: 282.
 1674-1683: 265.
 1730-1733: 265.
 1743-1747: 265.
 1751-1756: 265.
 1766-1769: 288.
 1779-1781: 330.
 1781-1784: 289.
 1785-1786: 312.
 1789: 83.
 1790-1793: 152.
 1793-1794: 152.
 1790-1796: 331.
 1797-1804: 332
 1800-1804: 108.
 1805-1817: 313.
 1812-1814: 105.
 1820-1821: 314.
 1838-1840: 291.
 1843-1847: 332.
 1848-1855: 333.
 1869-1870: 333.
 1876-1885: 212.
 1890-1892: 333.
 1902-1908: 164.
 1909-1913: 301; 302.
 1921-1924: 105.
 1956-1958: 106.
 1960-1965: 161.
 1965-1967: 276.
 1969-1973: 109.
 1976-1977: 106.
 1985-1988: 152.
 1990-1991: 152.
 1992-1994: 152.
 2019-2039: 268.
 2020-2023: 163.
 2039-2099: 275.
 2040-2044: 106.; 340.
 2046: 92.

- 2047-2050: 109.
2084-2090: 214.
2085-2090: 120.
2108-2117: 211; 284.
2118-2120: 276.
2120-2122: 164.
2135-2138: 166; 269.
2191-2195: 277.
2205: 85.
2239-2240: 153.
2250-2262: 239.
2277-2279: 153.
2283-2284: 340.
2285-2288: 247.
2289-2296: 247.
2291-2292: 85.
2360-2366: 240.
2364-2366: 85.
2367-2384: 356.
2387-2391: 96; 341.
2391-2393: 110.
2421: 85.
2420-2423: 240.
2428: 85.
2431: 85.
2439-2442: 240.
2439-2480: 359.
2481-2507: 317; 476.
2508-2526: 225.
2521-2524: 348.
2525-2526: 237.
2527-2544: 224; 363.
2557-2558: 113.
2587-2590: 118.
2594-2596: 114.
2604-2622: 325.
2623-2634: 325.
2627-2629: 118.
2635-2639: 121.
2654-2664: 258.
2657-2660: 258.
2663-2664: 258.
2684-2693: 360.
2694-2710: 362.
2713-2746: 365.
2747-2765: 369.
2753-2757: 350.
2758-2760: 350.
2766-2768: 263.
2766-2774: 99.
2770-2772: 350.
2773-2787: 311.
2781-2782: 338.
2786-2791: 210.
2804-2809: 99.
2834-2838: 136.
2859: 144.
2860: 144.
2863-2865: 228.
2878-2880: 228.
2885-2887: 100.
2891-2894: 100.
2927-2930: 108.
2947-2949: 229.
2944-2946: 130.
2947-2979: 425.
2948-2949: 147.
2950-2953: 140; 229.
2953-2958: 134.
2959-2960: 229.
2984-2986: 137.
2998-3008: 139.
3005-3012: 104.
3013-3020: 324.
3016-3018: 114.
3030-3033: 114.
3063-3065: 224.
3099-3105: 142.
3121-3127: 320.
3128-3143: 231.
3143-3169: 232.
3170-3179: 232.
3207-3211: 237.
3212-3214: 322.
3229-3232: 119.
3229-3236: 321.
3241: 321.
3247-3248: 143.
3248-3249: 319.
3253-3255: 96.
3265-3266: 119; 321.
3273-3274: 142; 321.
3280-3287: 143.
3292: 133.
3301-3304: 120; 323.
3308-3310: 115; 322.
3314-3322: 322.
3327-3329: 122.
3336-3337: 145.
3350-3353: 101.
3366-3368: 151.
3380-3383: 110.
3393-3400: 351.
3400-3405: 352; 477.
3412-3414: 378.
3416-3418: 110.
3416-3428: 370.
3437-3444: 209.
3444-3447: 131.
3483-3484: 101.

3554-3592: 373.
 3622-3623: 258.
 3624-3626: 144.
 3744-3747: 258.
 3782-3786: 102.
 3823-3861: 432.
 3891-3896: 140.
 3990-3991: 153.
 4049-4052: 103.
 4053-4055: 103.
 4058: 89.
 4058-4062: 426.
 4063-4071: 208.
 4096-4099: 131.
 4104-4105: 132.
 4107-4110: 132.
 4130-4141: 427.
 4135-4137: 90.
 4142-4143: 151.
 4161-4168: 258.
 4166-4168: 290.
 4147-4152: 150.
 4172-4189: 375.
 4211-4240: 389.
 4249-4256: 269.
 4251-4256: 258.
 4264-4283: 287.
 4268-4270: 269.
 4273-4276: 115.
 4275-4276: 166.
 4283-4286: 166.
 4314-4322: 252.
 4323-4332: 249.
 4357-4359: 115.
 4357-4362: 166.
 4378-4381: 354.
 4379: 90, n. 169
 4390-4391: 116.
 4394-4403: 271.
 4394-4417: 259.
 4423-4433: 379.
 4447-4453: 435.

CRUZ, Leonardo da — 17, n. 2.

CRUZ, Frei Luís da — 17, n. 1.

CRUZ, Maria da Graça Gaspar
 Mendes de Pinho da — 194, n. 437.

CTESIFÃO — 303, n. 716; 432.

CURSO CONIMBRICENSE — 343.

CURTIUS, Ernest R. — 377, n. 957.

D

DĀ — 80 e n. 148; 81; 82; 95; 117;
 118; 123; 124; 127; 128; 138;
 141; 146; 147; 155; 228; 400;
 406; 407; 408; 416; 417; 421;
 424.

D'ALÈS, A. — 207, n. 503.

DAMASCENO, S. João — 56, n. 127.

DANTE Alighieri — 240; 241, n. 565;
 260 e n. 618; 263 e n. 625; 289,
 n. 684; 316 e nn. 753 e 755.

D' ARIMINI, Monsignor — 398, n.
 1014.

DARIO — 401.

DAVID (Ret) — 33; 189; 263; 344;
 415.

DELATTE, L. — 385, n. 985.

DELAYE, P. — 254, n. 611.

DELFO — 238; 412.

DÉMEA — 303 e n. 716; 432.

DEMÓNIO — 271.

DEMOUSTIER, Adrien — 217, n.
 525.

DENKEN, Michel — 206 e n. 502.

DESWARTE, Sylvie — 301, n. 706.

DEUS — 49; 53 e n. 115; 54 e n.
 119; 55 e nn. 121 e 122; 78; 79;
 80; 81 e n. 149; 82; 83; 84 e n.
 157; 85; 86 e n. 164; 90; 92; 93 e
 n. 176; 99; 100; 107; 108; 109;
 111; 113; 114; 115; 118; 120;
 121; 122; 133; 134; 135; 148;
 149; 150; 156; 157; 158; 159;
 160; 164; 165; 166; 167; 155;
 177; 178; 179; 180; 181; 183;
 184; 185; 189; 196; 197; 198;
 199; 200; 201; 202; 203; 206;
 207; 208; 209; 210; 211; 212;
 213; 214; 215; 216; 218; 219;
 220; 221; 222; 223; 224; 225;
 226; 228; 229; 230; 231; 233;
 234; 236; 237; 238; 240; 243;
 244; 255; 257; 258; 259; 261;
 262; 266; 267; 268; 269; 270;
 271; 273; 275; 276; 277; 278;
 283; 286; 287; 293; 296; 306;
 308; 309; 310; 311; 317; 319;
 326; 329; 332; 335; 337; 338;
 339; 348; 352; 357; 359; 360;

- 361; 362; 363; 366; 368; 369;
379; 390; 392; 410; 411; 415;
419; 420; 422; 435; 437; 443;
444; 468; 474; 475; 477.
- DIABO — 420; 450.
- DIAS, Gaspar — 24, n. 44.
- DIAS, J. S. Silva — 189, n. 410; 192,
n. 426; 253, n. 608.
- DIAZ, Gaspar — 24, nn. 41 e 42.
- DIAZ, Salvador — 25, n. 52.
- DICEÓPOLIS — 349.
- DIDO — 373.
- DIETHER — 66.
- DÍFILO — 443.
- DILLIGEN — 73.
- DINA — 80, n. 146; 117.
- DINAMARCA — 71.
- DINIS (Rei D.) — 38, n. 108; 39; 44.
- DOGLIO, Frederico — 171, nn. 343,
344 e 345; 176, n. 364.
- DOMÊNECH, Juan Jerónimo — 20,
n. 17.
- DOMINGO DE PÁScoa — 449.
- DOMPNIER, Bernard — 250, n. 593.
- DORÉ, Joseph — 206, n. 502.
- DORTMUND — 62; 66.
- DOTAIN — 85, n. 160; 145; 247;
329.
- DOZE TRABALHOS DE HÉRCULES
— 277.
- DRAGÃO — 415.
- DRAGUIGNAN — 68.
- DRESDA — 73; 74.
- DRU, Pierre le — 60.
- DUCKWORTH, G. E. — 190, n. 421.
- DUMEIGE, G. — 272, n. 639.
- DÜRER, Albert — 383.
- E
- EARL, D. — 382, n. 976.
- ÉDIPO — 266; 356; 362; 369.
- ÉDITO DE NANTES — 204, n. 495.
- EFRAIM — 188.
- EGIPTO — 53; 54 e nn. 117 e 119;
55, n. 119; 77, n. 142; 78; 81 e n.
153; 83; 85 e n. 160; 86; 87; 89;
90 e n. 170; 96; 98; 101; 104;
108; 111; 113; 115; 120; 121;
122; 130; 136; 139; 141; 142;
143; 146; 147; 148; 149; 150;
151; 152; 154; 156; 160; 164;
165; 155; 168; 208; 228; 243;
244; 247; 249; 252; 258; 263;
270; 280; 288; 289; 300; 322;
323; 330; 338; 339; 352; 353;
354; 360; 362; 374; 384; 385;
391; 422; 423; 426; 428; 449;
450; 456; 474.
- EGIPTO, (Príncipe Herdeiro do) — 88;
110; 149; 151; 154; 249; 334;
352; 359; 371; 372; 378; 386;
427; 450; 477.
- ELIOT, Sir Thomas — 361.
- ELÍSIOS (Campos) — 264; 265; 271.
- EMMERICH — 74.
- ENEIAS — 373.
- EPICTETO — 312.
- ERASMO — 204; 205; 281, n. 666;
318; 351; 364; 376 e n. 953; 383;
434 e n. 1118; 476.
- ESAÚ — 86, n. 164; 128; 407.
- ESBIRROS — 154.
- ESCOTO, Miguel — 241.
- ESPANHA — 57; 59; 60; 65; 68; 390,
n. 993.
- ESPARTA — 373.
- ESPERANÇA — 218.
- ESPÍRITO SANTO — 180; 186; 272.
- ÉSQUILO — 439, e n. 1139; 455.
Agamémnon: 342, n. 838; 412.
Coéforas: 342, n. 838.
Euménides: 342, n. 838; 412.
Alceste: 173, n. 354.
Hipólito: 318.
Orestea (trilogia): 436, n. 1121.
Persas: 401.
Prometeu Agrilhado: 342, n.
837; 436.
- ÉSQUINO — 294; 303 e n. 716; 432.

- ESTÁCIO — 455.
 ESTADO — 354.
 ESTADO MODERNO — 382.
 ESTAGIRITA — 412.
 ESTÍGIO — 317.
 ESTRASBURGO — 62; 64; 68; 69;
 71; 73; 361.
 ESTUGARDA — 69; 72.
 ETÉOCLES — 266.
 ETIÓPIA — 198.
 ETRÚRIA — 246.
 EUMÊNIDAS — 81.
 EURÍALO — 342.
 EURÍPIDES — 177, n. 367; 420; 439
 e n. 1139; 440; 455.
Alceste: 173, n. 354.
Andrómeda: 436.
Hércules: 342, n. 838.
Hipólito: 318.
Íon: 173, n. 354.
Ifigénia em Áulide: 436.
Ifigénia em Táurís: 342, n. 838.
Orestes: 342, n. 838.
 EURÍPILO — 240.
 EUROPA — 57; 157; 186; 195; 198;
 205; 233; 235; 248; 251; 255;
 346; 474.
 EUROPA (Anjo da Guarda da) — 78;
 156; 157; 177; 178; 185, n. 396;
 198; 229; 230; 233; 236; 237.
 EVA — 272.
 EVANGELISTA (S. João) — 327.
 ÈVORA — 251.
 ÈVORA, Universidade de — 28 e nn.
 64, 65, 66 e 68; 49, n. 112; 214,
 n. 517; 382.
- F
- FABRIANO, Ludovico Romani — 172.
 FABRÍCIO, Arnaldo — 192, n. 426.
 FAMÍLIA — 217; 292; 326.
 FARAÓ — 78; 85; 86; 90 e n. 170;
 92; 96; 98; 109; 110; 132; 137;
 149; 150; 151; 153; 167; 155;
 169; 188; 232; 238; 239; 240;
 250; 290; 317; 340; 341; 342;
 344; 350; 352; 353; 354; 355;
 357; 358; 359; 361; 362; 364;
 364; 368; 369; 370; 373; 375;
 379; 384; 422; 425, n. 1095; 449.
 FARAÓ (Administrador do) — 85;
 153; 239; 330; 372.
 FARINHA, B. Jozé de Sousa — 378,
 n. 962.
 FÁTIMA — 218.
 FAUCHIÈRE, P.-M. — 352, n. 893.
 FEDRA — 318.
 FILEMON — 443.
 FORTUNA — 285, n. 678.
 FRAIA, Jorge — 192, n. 426.
 FÉ — 217; 218; 262.
 FEACES — 373.
 FEJÉR, Iosephus — 29, n. 78.
 FERNANDES, Maria de Lurdes
 Correia — 328, n. 778.
 FERNANDES, R. M. Rosado — 30, n.
 81.
 FERNANDEZ, Lourenço — 24, n. 42;
 28.
 FERRARA — 60; 442.
 FERRARIIS, Antonio de — 304.
 FERREIRA, António — 439.
 FERREIRA, José Ribeiro — 246, n.
 581; 345, n. 850; 414, n. 1064.
 FICINO, Marsílio — 205; 349; 377.
 FILELFO, Francesco — 205.
 FILIPE I (Rei de Espanha) — 380.
 FILIPE II (Rei de Espanha e de
 Portugal) — 26; 379.
 FINLÂNDIA — 72.
 FIZ, Hieronimo — 24, n. 44.
 FLAVIA NEAPOLIS — 56, n. 125.
 FLORENÇA — 60; 346, n. 853.
 FLÓREZ, Esteban Ocampo — 196, n.
 441.

- FONSECA, Carlos Louro da — 170, n. 339.
- FONSECA, Pedro da — 27, n. 62; 28, n. 66; 253, n. 608.
- FONSECA, Rodrigo da — 24, n. 42.
- FRAGA, M. Teresa de — 245, n. 575.
- FRANÇA — 60; 61; 62; 63; 64; 68; 69; 70; 71; 73; 172; 173 e n. 351; 191; 204; 262; 289, n. 683.
- FRANCFORT — 64; 65; 71.
- FRANCO, António — 19, n. 11; 29, nn. 76 e 78; 50, n. 114.
- FRANZEN, August — 195, nn. 439 e 440.
- FRÈCHES, Claude-Henry — 26, nn. 56 e 58; 29; 32, n. 87; 57, n. 132; 63, n. 139; 77, n. 142; 168 e n. 335; 169; 173, n. 352; 261 e n. 621; 445, n. 1173; 446, n. 1186; 461 e nn. 1226 e 1228.
- FREDERICO II — 241.
- FREIRE, António — 184, n. 395; 272 e n. 640; 334 e n. 799; 399, n. 1016; 412, nn. 1051 e 1052; 441, n. 1156.
- FRIBURGO — 68; 71.
- FRISCHLINS, Nicodemus — 72.
- G
- GABRIEL (Anjo) — 181.
- GAD — 80; 81; 95; 118; 124; 127; 128; 146; 147; 154; 347; 400; 401; 406; 416; 419; 421.
- GALHARDE, Germão — 343.
- GALILEU GALILEI — 242.
- GARCIA, Mário — 187, n. 400; 474.
- GARGANTUA — 376, n. 952.
- GARIN, E. — 302 e n. 712; 303, nn. 714 e 715; 304, n. 725; 307, nn. 730 e 731; 308, n. 732; 313, n. 742; 314; 345, n. 851; 354, n. 905.
- GARNIER, Robert — 173 e n. 351.
- GART, Thiebolt — 63, n. 139; 64.
- GASMANN — 73.
- GENEBRA — 66; 68; 174, n. 357.
- GENOUA, Messer Marc' Antonio — 398, n. 1014.
- GESSEN — 90, n. 170.
- GEVALIENSIS, Thomas — 73.
- GIARD, Luce — 196, n. 443; 217, n. 525.
- GIL, Eusebio — 196, n. 443.
- GIL, Juan — 246, n. 577.
- GNAPHEVS — 64.
- GNATÃO — 361.
- GOA — 198.
- GODINHO, Nicolau — 28.
- GODINHO, Manuel — 17, n. 3.
- GOEBELN, Georgium — 72.
- GOFF, Jacques le — 432, n. 1112.
- GÓIZ, Manuel — 24, n. 44; — 28, n. 65; 253; 381, n. 971.
- GOLIARDOS — 344; 432.
- GOLIAS — 189; 415.
- GOMES, João Perelra — 28, n. 64.
- GOMES, Manuel Pereira — 196, n. 443; 472.
- GONÇALVES, Francisco Rebelo — 432, n. 1115; 439, nn. 1141-1144.
- GOODENOUGH, E. R. — 384.
- GÖRLITZ — 69; 71.
- GOSLAWSKY, Stanislaus — 73.
- GOUVEIA, André de — 192, n. 426; 248, n. 589.
- GOUVEIA, Francisco — 198.
- GOUVEIA, Joamelo de — 24, n. 44.
- GRACIDA, Nicolau — 18, n. 8.
- GRAESSE, Théodore — 301, n. 706.
- GRANADA, Fr. Luís — 56, n. 128.
- GRANT, Leonard — 346, n. 852.
- GRARWICK, Adrian S. — 303, n. 716.
- GRAZ — 71; 73.
- GRÉCIA ANTIGA — 351.

GREFF, Joachin — 61.
 GREGÓRIO XII — 195, n. 440.
 GRIFFIN, Jasper — 341, n. 834.
 GRIFFIN, Nigel — 51, n. 115 ; 280, n. 658.
 GRIMAL, Pierre — 259, n. 616 ; 277, n. 654; 352; 443, nn. 1167 e 1168.
 GRÓNINGEN — 62.
 GROSLIER, Bernard Philippe — 346, n. 854.
 GROUCHY, Nicolau — 253.
 GUARDA, Gaspar de la — 25, n. 52.
 GUARDA de José (Anjo da) — 80; 81; 84; 106; 108; 161; 162; 163, n. 326 ; 276; 291; 428 ; 462.
 GUERENTE, Guilherme — 192, n. 426.
 GUERRAS DE RELIGIÃO — 204.
 GUERRA DE TRÓIA — 240.
 GUERRIERI, Camillo — 347, n. 856.
 GUTIÉRREZ, Coyo González — 192, n. 426.

H

HADES — 262.
 HAMOR — 77, n. 142; 80, n. 146.
 HANÓVER — 69; 73.
 HARLEM — 62; 72.
 HARMÓDIO — 349.
 HARRINGTON, Daniel J. — 384, n. 983.
 HARTMANN, And. — 73.
 HAURY, A. — 318, n. 757.
 HEATH, T. L. — 241, n. 568; 242, n. 571.
 HEIDELBERG — 58; 60; 61; 70.
 HETTOR — 342.
 HENRIQUE (D.) — 377; 472.
 HENRIQUE II — 241, n. 566.
 HENRIQUE IV — 204, n. 495.

HENRIQUE VIII — 204; 361; 476.
 HERRMANN, Stegfried — 55, n. 121.
 HESÍODO
Trabalhos e Dias
 vv. 109-201: 260.
Teogonia
 vv. 360: 289.
 HILDESHEIM — 72.
 HIPARCO (de Niceia) — 241.
 HIPÓLITO — 318.
 HISPANO, Pedro — 381, n. 971.
 HÖENEGG, Matthiasen Hö von — 73.
 HOFFMAN, J. — 206, n. 502.
 HOLANDA — 62; 70; 72; 74.
 HOMERO — 247, n. 582; 402; 437, n. 1129; 451, n. 1210.
Poemas homéricos: 281; 448.
Odisseia: 341.
 III: 373.
 IV: 373.
 VII: 373.
 HORÁCIO — 442; 458.
Arte Poética: 92, n. 172; 116; 169; 174, nn. 356 e 357; 190, n. 421; 421, n. 1090; 437 e n. 1129; 438 e n. 1136; 440, nn. 1150, 1151, 1153-1155; 444, n. 1171; 446, nn. 1187-1189; 448; 451, n. 1210.
Epist.: 446, n. 1187.
Epod. XVI.41: 259, n. 616.
Serm.: 446, n. 1187.

HUGUENOTES, Guerras dos — 204.
 HUIZINGA, J. — 292, n. 692.
 HUMANISMO — 205; 216.
 HUNGRIA — 68.
 HVNIVS, Aegidius — 71; 72.

I

IDADE MÉDIA — 195; 244; 262; 281; 376; 390; 414; 432; 448.
 IGREJA DE SANTO INÁCIO — 198; 474.

- ÍNDIA — 17, n. 4; 91, n. 171; 230; 251; 378; 385.
 ÍNDIA NOVA — 199, n. 454.
 INÊS — 439.
 INFERNO — 262; 317; 367, n. 934; 422, n. 1091.
 INGLATERRA — 204; 476.
 INGOLSTADT — 62.
 INSRUCK — 63; 74.
 INVERNO — 244.
 ISAAC — 55, n. 122; 84; 86, n. 164; 218; 258; 435; 437.
 ISAÍAS — 184, n. 393.
 ISABEL (Rainha Santa) — 36; 38 e n. 108; 39; 40; 41; 42; 43; 44; 45; 46; 47.
 ISCARIOTES, Judas — 190, nn. 414 e 417.
 ISMAEL — 319.
 ISRAEL (Povo eleito) — 53 e n. 115; 54; 77, n. 142; 84, n. 157; 116; 117; 118; 238; 269.
 ISRAEL (Epíteto de Jacob) — 86, n. 164.
 ISSACAR — 80, n. 148; 96; 117; 126; 145; 146; 335; 336; 416; 458.
 ITÁLIA — 60; 73; 171; 172; 191; 205; 255.
- J
- JABOQ — 86, n. 164.
 JACQUOT, Jean — 443, n. 1167.
 JACOB — 53; 54 e n. 117; 55, n. 122; 60; 70; 71; 77 e n. 142; 78; 79 e nn. 144 e 146; 80; 82; 83; 84; 86 e n. 164; 87; 90 e n. 170; 92; 93; 94; 95; 96; 98; 101; 105; 109; 112; 113; 114; 115; 116; 117 e n. 226; 118; 119; 120; 121; 122; 126; 128; 130; 132; 137; 138; 140; 141; 146; 147; 151; 156; 165; 167; 168; 177; 179; 190; 199; 209; 210; 211; 212; 214; 218; 220; 221; 223; 224; 226; 231; 249; 250; 258; 260; 263; 264; 265; 269; 270; 271; 275; 277; 278; 281; 282; 283; 284; 285, n. 678; 286; 288; 294; 296; 298, n. 702; 299; 300; 301; 302; 304; 305; 306; 307; 314; 318; 319; 320; 321; 322; 323; 324; 326; 339; 345; 347; 348; 349; 364; 373; 379; 391; 392; 397; 399; 407; 419; 420; 421; 422; 426; 433; 440; 443; 445; 446; 449; 450; 456; 457; 473; 474.
 JANET, P.-A. — 382, n. 976.
 JARS, Louis Le — 173.
 JASÃO — 438.
 JAVÉ — 219.
 JERPHAGNON, L. — 312, n. 741.
 JERUSALAMITANOS — 270.
 JERUSALÉM — 116; 182.
 JESSÉ — 270.
 JESUS CRISTO — 47; 48; 53, n. 115; 55; 56; 64; 78; 84; 88; 91; 98; 111; 116; 148; 156; 163, n. 326; 166; 171; 176, n. 364; 177; 178; 179; 180; 181; 182; 183; 184; 185; 186; 189; 189, n. 412; 190, nn. 413, 414, 415, 416, 418 e 420; 205; 206; 216; 218; 219 e n. 532; 220; 226; 233; 235; 255; 257; 258; 259; 260; 261; 262; 263; 268; 269; 272; 273; 274; 277; 285, n. 678; 299; 308; 309; 310; 311; 319; 334; 335; 338; 449; 475.
 JOÃO, Domingos — 50, n. 113.
 JOÃO II (Rei D.) — 376; 477.
 JOÃO III, (Rei D.) — 17; 191; 198; 248; 366; 368; 377.
 JOÃO XXIII — 195, n. 440.
 JOÃO (Príncipe D.) — 281.
 JOB — 277; 278.
 JOCASTA — 362.
 JÓNATAS — 344.
 JORDAN, Peter — 63.
 JORGE (D.) — 376; 477.
 JOSÉ — 53; 54; 55; 56; 57 e n. 131; 58; 59; 60; 61; 62 e n. 139; 63; 64; 65; 66; 67; 68; 69; 70; 71; 72;

- 73; 74; 77 e n. 142; 78; 79 e n. 144; 80; 81 e n. 149; 82 e n. 155; 83; 84 e nn. 157 e 158; 85 e n. 159; 86; 87; 88 e n. 165; 89 e n. 168; 90 e n. 169; 91; 93; 94; 95; 96; 97; 98; 100; 101; 102; 103; 104; 105; 106; 107; 108; 109; 110; 111; 112; 116; 117; 120; 123; 124; 125; 126; 129; 130; 132; 134; 136; 137; 138; 139; 140; 141; 144; 145; 146; 147; 148; 149; 150; 151; 152; 153; 154; 156; 160; 162; 163; 164; 165; 167; 155; 168 e n. 335; 169; 177; 179; 180; 188; 189; 190 e nn. 414 e 418; 195; 208; 210; 211; 217; 218; 221; 222; 227; 228; 229; 232; 249; 250; 258; 261; 263; 264; 265; 270; 271; 276; 277; 280; 282; 283; 284; 285, n. 678; 288; 289; 290; 291; 292; 295; 296; 298 e n. 702; 299; 300; 301; 302; 303; 304; 305; 310; 311; 312; 313; 314; 315; 316; 318; 319; 320; 321; 328; 329; 330; 332; 333; 334; 335; 337; 338; 339; 340; 341; 342; 344; 348; 349; 350; 353; 354; 357; 358; 360; 361; 362; 364; 368; 369; 371; 374; 375; 378; 384 e n. 983; 386; 390; 391; 392; 393; 394; 397; 398; 399; 406; 408; 409; 410; 411; 412; 415; 417; 418; 419; 420; 421; 422; 423; 424; 425 e n. 1095; 426; 427; 428 e nn. 1099-1100; 429; 432; 435; 440; 443; 444; 445; 446; 448; 449; 450; 456; 457; 458; 462; 464; 468; 473; 475; 476; 477.
- JOSÉ (Administrador de) — 99; 101; 153; 155; 208; 386; 388; 389; 415; 426; 429; 432.
- JOSÉ I (Rei D.) — 248, n. 588.
- JOSEFO, Flávio — 58; 384, n. 983.
- JOUKOVSKY, Françoise — 281, n. 667.
- JUAN, J. Huarte de S. — 334.
- JUDÁ — 77 e n. 142; 81; 82 e n. 156; 89; 90; 117; 124; 129; 138; 140; 141; 142; 143; 144; 145; 148; 163; 188; 190 e n. 414; 290; 314; 319; 321; 322; 335; 405; 417; 425.
- JUDELA — 180; 257.
- JULIA, Dominique — 196, n. 443.
- JÚLIO III — 308, n. 734.
- JÚNIOR, Manuel Alexandre — 385, n. 985.
- JÚPITER — 203; 366; 435.
- JURADO, M. R. — 22, n. 29.
- JUSTIÇA — 218.
- JUSTINO (São) — 56, n. 125.
- K
- KENNY, E. J. — 391, n. 997.
- KOLLINUS, Mathias — 68.
- KÖNIGSEE — 74.
- KRYNEN, Jacques — 360, n. 918.
- KRISTELLER, Paul Oskar — 194, n. 437; 201 e nn. 483, 483 e 485; 349, n. 881.
- L
- LABÃO — 79, n. 144; 116; 213; 220; 395.
- LABRADOR, Carmen — 196, n. 441.
- LÁCIO — 58; 251.
- LAÉRCIO, Diógenes — 376 e n. 953.
- LAFLÈCHE, Guy — 213, n. 515.
- LAINES, Diogo — 51, nn. 116 e 117; 381, n. 971.
- LANDINO, Cristoforo — 205.
- LAPA, M. Rodríguez — 367, n. 931.
- LAPLANCHE, François — 196, n. 443.
- LAPORTE, Jean — 385, n. 985.
- LÁSCARIS, João — 191, n. 421.
- LATIM — 250.
- LATRÃO, Concílio de — 254, n. 611.
- LAUBAN — 69.
- LAUSBERG, Heinrich — 187, nn. 403 e 404; 188, n. 407.

- LAUTER, Christophe — 72; 474, n. 1243.
- LAVRADOR — 154; 164; 155; 239; 242; 247; 344; 386; 387; 388; 389; 404; 405; 422; 429; 430; 431; 432; 450.
- LAWTON, H. W. — 361, n. 921.
- LAZARD, Madeleine — 57, nn. 131 e 132; 169; 171, n. 346; 173, nn. 350, 351 e 354.
- LEBEAU, Jean — 56, n. 130; 57, nn. 131 e 132; 58, n. 133; 59, 137.
- LEBÈGUE, Raymond — 57, n. 132; 192, n. 426.
- LEDESMA, Martim de — 382.
- LEI — 261.
- LEIPZIG — 74.
- LEITE, Serafim — 18, n. 8; 19, n. 11; 29, n. 78; 51, n. 116.
- LEMONS, Leandro de — 24, n. 44.
- LEONARDO DA VINCI — 245, n. 577.
- LESCHKES, Bartholomeus — 69.
- LESKY, Albert — 342, n. 841.
- LEVI — 79, n. 144; 117; 119; 145; 289; 335; 336; 406; 458.
- LIA — 79, n. 144; 117 e n. 228; 118; 132; 137; 140; 146; 318.
- LIÃO — 32, n. 87; 58; 193; 245; 470.
- LIBERTADOR — 365.
- LÍBIA — 182; 236.
- LIENHARD, Marc — 206, n. 502.
- LIMBO — 261; 262; 263; 271; 274; 475.
- LIMOGES — 63.
- LIMPO, D. Baltasar — 23, n. 35.
- LIONARDI, Alessandro — 398.
- LISBOA — 17 e n. 2; 18, nn. 6, 7, 8 e 10; 25 e n. 48; 28, nn. 66, 67 e 68; 32, n. 87; 56, n. 128; 58, n. 135; 202; 327; 343; 385; 461.
- LÍSIS — 341.
- LIVINGSTON, R. W. — 242, n. 571.
- LÍVIO, Tito
- Ab urbe condita* II.12.7: 275.
- LOBO, Álvaro — 24, n. 42; 28.
- LOIOLA, Inácio de — 21, n. 17; 50; 77; 180 e n. 383; 181 e nn. 384, 385, 386, 387 e 388; 182 e n. 389; 183 e n. 392; 185; 186 e n. 399; 196; 198; 203; 217 e nn. 526, 527, 528 e 529; 252, nn. 600, 601 e 602; 253 e nn. 605 e 606; 254; 255, n. 612; 260; 261 e n. 620; 262; 273; 285 e nn. 677 e 678; 308 e n. 733; 309 3 n. 736; 310; 311; 312 e n. 740; 327; 334 e nn. 797 e 798; 335, nn. 800, 801 e 802; 336, n. 806; 339; 422 e n. 1091; 425, n. 1095; 426, n. 1095; 434; 474.
- LLOYD, G. E. R. — 242, n. 571.
- LOMBARDO, Pedro — 254, n. 611.
- LONGUM, Tarquinius — 34, n. 94.
- LOPES, António — 17, n. 4; 18, n. 6.
- LOPES, Leonor — 17, n. 2.
- LOPES, José Manuel Martins — 196, n. 442.
- LOPES, Manuel — 18, n. 8.
- LÓPEZ, Manuel Pérez — 247, n. 582.
- LORENZETTI, Ambrogio — 346.
- LORICHIUS — 66.
- LOURENÇO, Eduardo — 327, n. 774.
- LOURENÇO, Frederico — 342, n. 838.
- LOURENÇO, João Daniel L. M. — 246, n. 577.
- LUA — 159; 241; 295.
- LUCANO — 207.
- LUCERNA — 65; 68; 71; 72.
- LÚCIFER — 182; 316.
- LUÍS VIII — 289, n. 683.
- LUKÁCS, L. — 20, n. 15; 473, n. 1242.
- LÜNEBURGO — 69.
- LUTERO — 60; 206; 272; 380.
- LUZ — 234; 259; 327.

M

- MACEDO, J. Borges — 189, n. 410.
- MACHADO, D. Barbosa — 17, nn. 1 e 2; 19, n. 11; 33, n. 93; 50, n. 114.
- MACHADO, José Pedro — 121.
- MACRÓBIO
Sat.: 259, n. 616.
- MACROPEDIVS, Georgius — 64; 65; 67.
- MADALENA, (Santa Maria) — 51, n. 117.
- MADRID — 33, n. 94; 214, n. 517.
- MAGALHÃES — 381, n. 971.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero — 246, n. 578; 293, n. 697; 377, nn. 959 e 960.
- MAGDBURGO — 58; 61; 73.
- MAGNO, (Santo Alberto) — 343.
- MAGNO, S. Gregório — 56, n. 127.
- MAGOS: 238.
- MAL — 217.
- MALKIEL, Maria Rosa Lida de — 291, n. 692.
- MAMERTINO (Colégio) — 176, n. 364.
- MANASSÉS — 188.
- MANETTI, Giannozzo — 205; 375; 476.
- MANSILHAS, Francisco — 18, n. 5.
- MANSORIO, Ferrante — 171.
- MANÚCIO, Aldo — 191, n. 421; 448, n. 1198.
- MAQUIAVEL — 360; 382; 383; 384.
- MARCHETTI, M. Armisen — 274, n. 643.
- MAR ROXO — 246.
- MAR VERMELHO — 236; 269.
- MARBURGO — 69; 71.
- MARGOLIN, J.-C. — 376 e n. 953.
- MARLANA, João — 381.
- MARNEF, Geoffroy de — 60.
- MARNOTO, Rita — 346, n. 852.
- MARQUES, João Francisco — 377, n. 960.
- MARQUEZ, António — 25, n. 52.
- MARTINHO v — 195, n. 440.
- MARTINI, Simone — 346, n. 853.
- MARTINS, José de V. Pina — 205 e n. 499; 327 e n. 775; 377, n. 961.
- MARTINS, Mário — 282, nn. 669 e 672.
- MARTIRANO, Coriolano — 176, n. 364.
- MÁRTIRES, D. Frei Bartolomeu dos — 23, n. 35; 472.
- MATOS, Luís de — 251, n. 594; 386, n. 990.
- MATTOSO, José — 246, n. 578; 293, n. 697.
- MAUHET, J. de — 262; 263, n. 624.
- MAURÍCIO, Domingos — 214, n. 518.
- MAVEL, J. — 17, n. 2; 29, n. 79; 34, n. 95.
- MAYENCE — 57; 60.
- MEDEIA — 438, 439.
- MEDICINA — 246, n. 577.
- MEINECKE, Friedrich — 360, n. 916.
- MÉLANCHTON — 206, n. 501; 380.
- MELFORANO — 81; 82; 95; 154; 156; 329; 330.
- MELO, Ana Maria osório Peretra de — 375, n. 951.
- MELO, Luís Rocha e — 187, n. 402.
- MÉNAGER, Daniel — 281.
- MENANDRO — 443.
- MENDES, António — 192, n. 426.
- MENDES, António Rosa 246, n. 578.
- MENDES, João — 170, n. 342.
- MENELAU — 373.
- MENESES, D. Garcia de — 251 e n. 595; 255 e nn. 613 e 614.
- MENEZES, Manuel — 193.
- MENOR, António Roriz — 24, n. 44.

- MENSAGEIRO (com a túnica) — 156.
 MERCÚRIO — 170; 175; 435.
 MESNARD, Pierre — 376 e n. 953.
 MESSINA — 176, n. 364.
 MICHEL, Alain — 380, n. 969; 390, n. 995.
 MICIÃO — 303 e n. 716; 432.
 MIGUEL (Arcanjo S.) — 78; 155; 157; 158; 178; 179; 180; 183; 185; 186; 189; 198; 229; 230; 233; 235; 236; 415; 474.
 MILÃO — 56, n. 126; 471.
 MINHO — 458.
 MINOR, Ludouico a Lutz — 24, n. 44.
 MIRANDA, Maria Margarida Lopes de — 194, n. 437; 196, n. 443; 434, n. 1118.
 MIRANDA, Sá de — 368.
 MIRANDOLA, Giovanni Pico della — 205; 375; 377; 477.
 MIRÃO, Diogo — 17, n. 3; 19, n. 13; 22, n. 26.
 MOÇAMBIQUE — 198.
 MOISÉS — 53 e n. 115; 54; 219.
 MOLINA, Luís de — 21; 79, n. 143; 214; 254; 382.
 MOLSHEIM — 70; 71.
 MONDEGO (rio) — 18.
 MONDOT, Mr. — 73.
 MONTAIGNE, Michel — 343.
 MONTE SINAI — 219.
 MONTREUX — 70.
 MONTREAUX, Nicolas — 70.
 MORAIS, Sebastião de — 26 e n. 57.
 MORENO, Jesus Luque — 191, n. 422.
 MORINEAU, Michel — 213, n. 515.
 MORLINI, Girolano — 172.
 MORO, Tomás — 385 e n. 987.
 MORTE — 262.
 MOTOR IMÓVEL — 215.
 MOUROS — 252, n. 602.
 MÜLLER, JACOB — 61.
 MUNIQUE — 68; 71; 73.
 MÜNSTER — 68.
 MUSUMARRA, Carmelo — 171; 174, n. 357; 175; 201; 475.
 MUSSATO, Albertino — 171, n. 344; 201.
- N
- NADAL, Jerónimo — 19, n. 13; 21, n. 19; 22 e nn. 20 e 29; 23, n. 33; 253, n. 608; 381, n. 971.
 NANCY — 64.
 NAOGEORGVS — 64; 66.
 NÁPOLES — 289, n. 683.
 NAPLUSA — 56, n. 125.
 NASCIMENTO, Aires Augusto do — 251, n. 594; 277, n. 654.
 NATAL — 198, n. 452.
 NAVARRO, Martín de Azpilcueta — 382.
 NEFTALI — 117; 118; 129; 146; 147; 228; 336; 406; 424.
 NERO — 366.
 NESTOR — 373.
 NÉVIO — 275.
 NICOLAU III — 289.
 NILO — 116; 167; 232; 236; 244; 246; 313; 365.
 NISO — 342.
 NÓBREGA, Manuel da — 198.
 NOÉ — 263.
 NOÉL, F. — 451, n. 1208.
 NOGUEIRA, Maria Manuela Ribeiro — 194, n. 437.
 NÖRDLINGENS — 70.
 NORTE — 385.
 NOSTRADAMUS — 241.
 NOTO — 203.
 NOUGARET, Louis — 451, n. 1208.

NOVA ALIANÇA — 226; 319; 338.

NOVUS ORBIS — 199, n. 454.

NUNES, Pedro — 245.

NUREMBERGA — 64; 73.

O

OCKHAM — 245.

OCAÑA — 68.

OSCHATZ — 69.

OCIDENTE — 56, n. 127; 262.

OLIVARES, Estantislao — 20, n. 17.

OLIVEIRA, Afonso de — 24, n. 41.

OLIVEIRA, Bacelar de — 253, n. 608.

OLIVEIRA, Francisco de — 213, n. 515; 341 e nn. 833 e 834; 342, n. 838; 352; 352, n. 893; 353, n. 896; 356, n. 909; 362, n. 924; 370, n. 939; 375, n. 947; 380, n. 969; 414, n. 1064.

OLIVEIRAS (monte das) — 190, n. 413.

OLIVIERI, Mario — 381, n. 973.

OLMÜTZ — 58; 69.

OLYMPUS — 203.

OPORINVS, Ioannis — 62, n. 139; 66.

ORÁCULO — 165; 166; 167; 238; 286; 421; 449; 450; 456; 457; 468.

ORBE — 159; 236.

ORCO — 208; 218; 235; 258; 270.

ORESTES — 342.

ORIENTE — 56, n. 127; 198; 246; 250, n. 593; 260; 262; 354.

ORÍGENES (Teólogo) — 56, n. 124.

ORTA, Garcia da — 245.

OSCHATZ — 69.

OSÓRIO, D. Jerónimo — 292; 304; 317; 355; 356; 360 e n. 917; 368; 378; 380; 385; 386, n. 990; 396; 398; 477.

OSÓRIO, Jorge Alves — 343, n. 846.

OSTERSPIEL — 65.

OTRANTO — 255.

OUTONO — 244.

P

PACHTLER, G. M. — 196, n. 443.

PADEIRO — 450.

PAI ETERNO — 477.

PAÍSES BALXOS — 57.

PAIVA, José Pedro — 478, n. 1261.

PAJENS — 154; 431; 432; 450.

PALENCIA — 60.

PALESTINA — 54, n. 117; 56, n. 125; 81, n. 153; 84; 115; 280; 449.

PALMIERI, Matteo — 205.

PANTAGRUEL — 376, n. 952.

PAPA SISTO IV — 171.

PAPARELLI, Gioacchino — 375 e n. 950.

PAPEVS — 64.

PAPÍRIO ESTÁCIO — 409, n. 1038.

PARAÍSO — 262.

PARATORE, Ettore — 170, n. 340; 172, n. 348.

PARENTE, James — 57, n. 132; 62, n. 139; 63, n. 139; 189, n. 409.

PARIS — 60; 62; 63; 70; 192, n. 426.

PARMA — 240.

PARMENTIER, É — 206, n. 502.

PATRÍSTICA — 56, n. 127.

PÁTROCLO — 342.

PAULO (Apóstolo) — 22; 25, n. 49; 233; 261; 262; 271; 273; 319; 326; 475.

PAULO II (Papa) — 198, n. 452.

PAULO, Micer — 18, n. 5.

PEDRO (Apóstolo) — 22; 25, n. 49; 190, n. 415.

PEDRO (Infante D.) — 343; 355; 376; 389 e n. 992; 477.

- PELOPONESO — 349.
- PEREIRA, Bartolomeu — 213, n. 515.
- PEREIRA, Cristoplurq — 24, n. 44.
- PEREIRA, Duarte Pacheco — 245.
- PEREIRA, M. H. da Rocha — 215, n. 521; 241, n. 569; 247, n. 584; 248, n. 586; 260, n. 617; 275, nn. 646 e 647; 292, n. 694; 351, n. 890; 373, nn. 944 e 945; 381, n. 970; 383, n. 978.
- PEREZ, M. — 245, n. 576.
- PERIPATÉTICOS — 390.
- PERÍTOO — 367, n. 934.
- PERPINHÃO, Pedro — 21.
- PERSÉFONE — 367, n. 934.
- PETRARCA — 195; 205; 281; 284; 317; 318, n. 757; 346; 394.
- PICHIO, Luciana Stegano — 32, n. 87.
- PÍLADES — 342.
- PILOS — 373.
- PIMENTEL, Aires — 382.
- PIMENTEL, Maria Cristina — 280, nn. 658 e 663; 414, n. 1064.
- PÍNDARO — 275.
IIª Ode Olímpica: 275.
VIIª Ode Olímpica: 275.
- PINHO, Ernesto Gonçalves de — 192, n. 426.
- PINHO, Sebastião Tavares de — 36, n. 103; 37, nn. 104 e 106; 38, n. 108; 42, nn. 109 e 110.
- PINTO, Frei Heitor — 327.
- PIRNA — 61.
- PISA — 195, n. 440.
- PISANO, Mateo de — 251, n. 597.
- PISÍSTRATO — 373.
- PÍTIA — 238.
- PITOM — 90, n. 170.
- PLATÃO — 292; 373; 413.
Banquete: 342
Fedro: 342.
Lets: 395, n. 1006.
- Lisis*: 342 e n. 840.
Tht.: 304.
Phlb.: 304.
República: 351.
- PLATINA — (Vde SACCI, Bartolomeo).
- PLAUTO — 80, n. 148; 88; 177, 367; 451; 455.
Arfritião: 170 e n. 339; 175; 405; 435; 478.
Aul.: 405; 435; 437.
Cist.: 405.
Most.: 405.
Poen.: 405.
Ps.: 405.
Rud.: 435; 437; 443.
Stichus: 88, n. 167.
- PLOTINO — 343.
- PLUTARCO — 241, n. 569; 289; 345; 376 e n. 953; 383, n. 980.
- PODADOR — 242; 446.
- POITIERS — 69.
- POLANCO, P.º — 20, n. 15.
- POLINICES — 266.
- POLIZIANO, Angelo — 171, n. 344; 205.
- POLÓNIA — 65; 67; 71; 72; 73.
- PONPONAZZI, Pietro — 349.
- PONT-À-MOUSSON — 72.
- PONTANVS, Jacobus — 71; 73.
- PONTES, J. M. da Cruz — 254, n. 609.
- PONTE, Pantaleon da — 24, n. 44.
- PONTÍFICE ROMANO — 197; 308.
- PONTO — 246.
- PORTA SANTA — 198, n. 452.
- PORTO — 385.
- POVO ELEITO — Vide Israel.
- POVO ROMANO — 383.
- POZZO, Andrea — 198; 474.
- PRAGA — 67; 68.
- PRENESTE — 289.
- PRÉVOST, André — 385, n. 987.
- PRÍAMO — 342.

- PRIMAVERA — 88; 244; 329.
- PRÍNCIPES (herdeiros de Faraó) — 92; 372.
- PRINGENT, P. — 206, n. 502.
- PROCNE — 438.
- PROMETEU — 342.
- PROVIDÊNCIA — 278; 284; 311; 355; 383 e n. 980; 384; 399.
- PSEUDO-FÍLON — 384, n. 983.
- PTOLOMEU — 241.
- PURGATÓRIO — 272; 475.
- PUSCHMANN, Adam — 71; 474.
- PUTIFAR — 78; 83; 84; 95; 105; 152; 154; 163; 164; 190, n. 418; 266; 267; 289; 291; 292; 313; 314; 316; 319; 330; 331; 332; 334; 339; 340; 384; 422 e n. 1092; 445; 450.
- PUY — 73.
- Q
- QUATTROCENTO (italiano) — 171; 172, n. 349; 195; 376.
- QUINTILIANO — 376 e n. 953; 397; 434.
- QUIXOTE (D.) — 334.
- R
- RABELLAIS, François — 376 e n. 952.
- RAMALHO, Américo da Costa — 194, nn. 433 e 437; 195, n. 439; 203 e nn. 491, 492, 493 e 494; 204, n. 497; 207, n. 504; 248, n. 589; 251 e n. 597; 376 e n. 955.
- RAMOS, Pero — 25, n. 52.
- RAMSÉS — 90, n. 170.
- RAQUEL — 59; 77; 79, n. 144; 92; 116; 117 e n. 227; 118; 119; 121; 122; 126; 146; 263; 265; 295; 299; 318; 319; 321; 325; 393.
- RATISBONA — 71.
- RATZINGER, Joseph — 217.
- RÉAU, Louis — 56, n. 129.
- REBELO, Juan — 25, n. 52.
- REBELO, Luís de Sousa — 192, n. 426; 202, n. 487; 246, n. 580; 248, n. 587.
- REFORMA PROTESTANTE — 195; 206, n. 501; 226; 260; 472.
- REIS CATÓLICOS — 376.
- REIS MAGOS — 88.
- RENASCIMENTO — 172; 174; 195; 201; 241; 262; 281; 292; 347; 375; 376; 377; 390; 402; 414; 473; 475; 476; 478.
- REPÚBLICA CHECA — 58; 67; 68; 69.
- RESENDE, André de — 202 e n. 488; 205; 282, n. 672; 478.
- RESENDE, Duarte — 343.
- RESENDE, Garcia de — 91, n. 171; 282, n. 670; 377.
- RESSURREIÇÃO — 263.
- REUTER, Mathias — 65.
- REYS, Nicolaus — 65.
- RIBADENEIRA, Pedro — 21, n. 17.
- RIBEIRO, Bernardim — 24, nn. 41 e 42.
- RICONDA, Giuseppe — 293, n. 696.
- RIJO, Jorge — 18, n. 8.
- RIST, J. M. — 280.
- RITTER, Johannes — 71.
- RIVAUDEAU, André de — 69.
- RIVARA, J. H. da Cunha — 50, n. 113.
- ROBLES, Juan de — 390.
- ROBORTELLO, Francesco — 448.
- ROCHA, António — 51, n. 117.
- ROCHES, Mlle des — 173.
- ROCHLITZ — 74.
- RODRIGUES, Diogo — 18, n. 5.
- RODRIGUES, André — 202.
- RODRIGUES, Francisco — 17, n. 3; 18, n. 6; 19, n. 11 e 13; 27, n. 62;

- 29, n. 78; 58, n. 135; 192, n. 426;
250, n. 592; 327, n. 777.
- RODRIGUES, Simão — 17, nn. 3 e 4;
198.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira — 91,
n. 171; 385, n. 989.
- ROJAS, Fernando de la — 170.
- ROMA — 28, n. 68; 73; 78; 80, n.
148; 179; 195, n. 440; 198, n.
452; 198; 199, n. 454; 233; 234;
260; 289, n. 683; 363; 380; 474.
- ROMANOS — 289.
- ROMO, Eduardo Xavier Alonso —
354, n. 904.
- ROPS, Daniel — 54, n. 117.
- ROSTOCK — 74.
- ROTerdão — 281; 376, n. 953.
- ROTHSCHILD, James de — 56, n.
130.
- ROUEUN — 70.
- ROUSSIN, Jacob — 34, n. 95.
- RUOFF, Jacob — 63.
- RÚBEN — 79; 80; 82; 96; 102; 113;
117; 119; 123; 124; 128; 129;
130; 131; 132.; 133; 134; 135;
136; 139; 140; 141; 144; 147;
227; 228; 229; 295; 306; 314;
321; 322; 407; 408; 421; 424;
425; 450.
- RÚTE, Hans von — 63.
- S
- SÁ — 203.
- SABÁ — 88.
- SACCI, Bartolomeo (Il Platina) — 205.
- SACHAFFHAUSE — 63.
- SAFO — 458.
- SAGAN — 67.
- SAGRADA ESCRITURA — 148; 171;
206; 216; 242; 254; 259; 269;
271; 272; 277; 281; 293; 319.
- Antigo Testamento:* 114; 115; 189;
219; 226; 255; 293; 319; 373;
396.
- Novo Testamento:* 259.
- Act.*
4, 8-12: 259.
12, 17: 415.
13, 47: 259.
- Apoc.*
1, 8 : 262.
9, 12: 163, n. 324.
21, 23-25: 259.
- Carta de S. Tiago*
5, 9-12: 278.
- Cant:* 319.
- Coloss.*
1, 15: 259.
- 1Cor.*
1, 17-19: 219, n. 532.
2, 2: 219, n. 532; 259.
3, 10-15: 273.
5, 1-5: 315.
5, 6-8: 259.
6, 12-19: 315.
7, 37: 206.
8, 4: 238.
8, 4-6 : 259.
15, 8: 262.
15, 26-27: 262.
- 2 Cor.*
1, 20: 233; 475.
4, 2-6 : 259.
4, 4: 162, n. 324.
4, 6 : 259.
5, 14-18: 259.
- Dan.*
7, 13-28 : 259.
- Deut:* 53, n. 115.
10, 17-18 : 226.
26, 5-8: 54, n. 119.
- Eccl:* 396.
15, 14-15: 206.
- Eph.*
4, 8-10: 259.
5, 21-36 : 326.
5, 23-24: 319.
6, 1-4 : 326.
6, 6-7: 310 e n. 738.
- Exod:* 53, n. 115.

4, 22: 259.
6, 3-7: 55, n. 122.
32 : 162, n. 326.
34, 6-7: 219.

Ez.:

33, 11: 148, n. 301.
36, 22: 148, n. 303.

Gal.

2, 19-20: 261.

Gen.: 53, n. 115; 56; 57; 77; 178,
n. 372; 187.

2, 23-24: 319.
4, 4-8: 148, n. 300
4, 7: 206.
12, 10-20: 54, n. 118.
25-35: 188.
27, 41: 148, n. 300.
29, 31-35: 117 e n. 230..
30, 1-9: 117.
30, 5-8: 118.
30, 9-13: 117; 118.
30, 14-21: 117, e n. 231.
30, 22-24: 117; 118.
32, 29: 86, n. 164.
35, 11-12: 86, n. 164.
35, 16-20: 117; 118.
35, 18: 121.
35, 23-26: 118.
37, 1-35: 450.
37, 35: 271.
37, 36-41, 44: 450.
38: 77, n. 142.
41, 47-42, 35: 450.
42, 36-47, 12: 450.
45, 3: 188, n. 408.
48: 77, n. 142.
48, 19: 77, n. 142.
49: 77, n. 142.
50: 77, n. 142.

Hebr.

2, 14: 271.

Isa.

9, 1: 259.
14, 12-15: 184, n. 393.
42, 6-9: 259.
53, 7-12: 259.

Joan.

1, 36-37: 259.
8, 30-36: 233.
9, 5: 259.
12, 31: 162, n. 324.

Job.: 281.

10, 21-22: 271.
6, 8-13: 278.

Jos.:

24, 32: 77, n. 142.

Lev.: 53, n. 115.

Luc.

1, 26-35: 259.
1, 78-79: 259.
2, 29-32: 116.
15, 7: 148, n. 302.
16, 22-24: 261.
21, 19: 278.
23, 43: 262.

Macc.

12, 44-46: 273.

Marc.

1, 11: 259.
13, 13: 278.
15, 20-37: 259.
16, 1-7: 259.

Mtt.

1, 21: 190, n. 419; 259.
4, 4: 163, n. 326.
4, 5: 163, n. 326.
4, 8: 163, n. 326.
8, 20: 259.
17, 2-8: 259.
24, 13: 278.
25, 41: 184, n. 393.
26, 15: 190, n. 414.
26, 54: 259.
26, 67: 190, n. 416.
26, 75: 190, n. 415.
27, 3: 190, n. 417.
27, 18: 189, n. 412.
27, 24-42: 259.
27, 28: 189, n. 412.
28, 5-10: 190, n. 419.

Num.: 53, n. 115.

1 Petr.

4, 5-6: 259.

2 Petr.

2, 4: 262.

Prou.: 396.

9, 18: 271.
14, 30: 148, n. 300.

Psa.

90 (91): 81, n. 149.

Rom.

- 4, 24: 259.
13, 1: 379.
15, 8: 233.
14, 7-10: 259.
- 1 Samuel:*
18-20: 344.
17: 415.
- 2 Samuel:*
1, 15: 438.
- Sap.:*
2, 24: 148, n. 300.
- 1 Thess.:*
5, 2-7: 259.
- SAGRADA EUCARISTIA — 272.
- SAGRADA FAMÍLIA — 293.
- SAITTA, A. — 390, n. 993.
- SALAMANCA — 57; 60; 192, n. 426.
- SALISBÚRIA, João da — 376.
- SALOMÃO (Rei) — 55; 189; 319; 383.
- SALÚSTIO
Catilina VIII.1: 275.
Jugurta I.3: 275.
- SALUTATI, Coluccio — 205.
- SALVADOR — 285, n. 678; 474.
- SALWEDEL — 73.
- SANCHES, Francisco — 245 e n. 576.
- SANCHEZ, Luis — 33, n. 94.
- SANCHO PANÇA — 334.
- SANDE, Duarte de — 203, n. 491.
- SANNAZARO, Iacopo — 346.
- SANTIAGO (nau) — 18, n. 6.
- SANTÍSSIMA TRINDADE — 199; 203; 474.
- SANTO OFÍCIO — 242; 248.
- SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos — 192, n. 426; 194, n. 433.
- SÃO ROMÃO — 58, n. 135.
- SARMÁTICO — 183; 230.
- SARTON, G. — 242, n. 571.
- SARTORIUS, Adam — 34, n. 94.
- SATANÁS — 162, n. 326; 184, n. 393; 262.
- SAVARESE, Incola — 442 e n. 1163.
- SAVONAROLA — 204.
- SCALIGERO, Giulio Cesare — 173, n. 354; 174, n. 357; 447.
- SCHLAYSS, Johann — 72.
- SCHLETSTAT — 64.
- SCHONAEUS, Cornelius — 72.
- SCHONAEUS, Cornelius — 70.
- SCHMID, Thomam — 70.
- SCHWAGER, Klaus — 199, n. 455.
- SEBASTIÃO (Rei D.) — 41; 250; 375; 377; 378; 386, n. 990; 396; 398; 472.
- SÉCULO DE OURO — 390, n. 993.
- SEMIRÂMIS — 316.
- SENADO — 383.
- SÉNECA — 83; 171, n. 344; 172, n. 349; 176; 190; 191, n. 422; 202; 225; 229; 266, n. 630; 274; 275; 280; 304; 312; 318; 351; 352; 353; 356; 362; 366; 367; 370; 375; 391; 395; 396; 406; 409, n. 1038; 420; 436; 437, n. 1129; 438; 439; 441; 442; 446; 451; 455; 456; 458; 467; 477; 479.
- SENHOR — 278; 284; 308; 309; 310; 334; 335; 363; 474.
- SERRÃO, Lopo — 294.
- SERVET, Miguel — 204.
- SÉRVIO TULLO — 289.
- SETE SÁBIOS DA GRÉCIA — 412.
- SEVILHA (cidade) — 60.
- SEVILHA, Sto. Isidoro — 56, n. 127.
- SEYSSEL, Chantal de — 273, e n. 641.
- SHARRAT, P. — 437, n. 1127.
- SICÍLIA — 241.
- SIENA — 346.
- SILK, M. S. — 342, n. 836.
- SILVA, Inocêncio Francisco da — 33, n. 93.
- SILVA, João Amândio Martins da — 382, n. 974.

- SILVA, Maria de Fátima Sousa e — 436, nn. 1121-1122.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e — 448, n. 1206.
- SILVEIRA, Gonçalo da — 198.
- SIMEÃO — 79, n. 146; 80, n. 148; 82 e n. 154; 87; 88; 89; 97; 102; 103; 107; 116; 117; 124; 125; 126; 128; 131; 134; 135; 136; 137; 138; 139; 141; 142; 146; 147; 148; 166; 190; 223; 229; 249; 250; 285; 287; 288; 322; 337; 339; 354; 406; 407; 408; 416; 418; 419; 423; 424; 426.
- SIMÓNIDES — 275
- SIMONIVS, Simon — 72.
- SIGUÉM — 53, n. 116; 56, n. 125; 77, n. 142; 79; 80, n. 146; 85, n. 160; 221; 247.
- SÍRIA — 81, n. 153; 88.
- SIRO — 432.
- SISTO IV — 251 e n. 595; 255, nn. 613 e 614.
- SKRINE, Peter N. — 377, n. 957.
- SMITH, Pauline M. — 301, n. 706.
- SOARES, Cipriano — 252.
- SOARES, Nair de Nazaré Castro — 88, n. 166; 176, n. 365; 188, n. 406; 191, n. 426; 194, n. 435; 197, n. 448; 199, n. 457; 202, n. 489; 207, n. 505; 216, n. 524; 219, n. 531; 250, n. 593; 252, n. 600; 253, n. 607; 274, nn. 642, 643 e 645; 277, n. 655; 282, nn. 670, 672 e 673; 292, n. 693; 301, n. 707; 304, n. 724; 318, n. 759; 327, n. 776; 334, n. 796; 339, n. 821; 347, n. 857; 351, n. 891; 354, n. 902; 355, n. 905; 356, nn. 907 e 908; 361, n. 922; 366, n. 928; 367, nn. 932, 933 e 934; 368, n. 936; 373, n. 943; 375, n. 948; 376 e n. 954; 377, n. 958; 378, n. 963; 380, nn. 968 e 969; 381, n. 973; 383, nn. 977, 979 e 980; 384, n. 982; 385, n. 987; 386, n. 990; 390 e nn. 994 e 996; 396, nn. 1008-1010; 402, n. 1024; 402, n. 1030; 414, n. 1064; 436, nn. 1120 e 1123; 439, n. 1145; 444, n. 1169; 448, nn. 1198 e 1200; 451, n. 1208; 479.
- SOAREZ, Estêvão — 24, nn. 41 e 42.
- SÓFOCLES — 440; 455.
Ajax 342, n. 838.
Antígona 266.
Electra: 342, n. 838.
Filoctetes: 342, n. 838.
Traquínias: 436. e n. 1121.
- SOL — 159; 258; 295.
- SOLDATI, B. — 176, n. 365.
- SÓLON — 402.
- SOMMERVOGEL, Carlos — 21, n. 17; 29, n. 78; 58, n. 135.
- SÓRIA, Jacques — 18, n. 6.
- SORIANO, Justo García — 57, n. 132.
- SOTO, Domingo — 390.
- SOUSA, Aires de — 25, n. 52.
- SOUSA, Eudoro de — 448, n. 1204.
- SOUSA, Miguel de — 22, n. 26.
- SPRINGHETTI, E. — 253, n. 603.
- STADLER, Oswald — 73.
- STÄUBLE, Antonio, n. 340; 172, nn. 348 e 349.
- STEGMANN, André — 57, n. 132.
- STEYR — 69.
- STRALSUNG — 64.
- STRALSUNDT — 65.
- STURM, Johann — 361.
- SUÁREZ, Francisco — 254; 381 e n. 972.
- SUIÇA — 61; 63; 64; 65; 66; 67; 68; 69; 70; 71; 72.
- SYMONDS, John Addington — 432, n. 1112.

T

TAMAR — 77, n. 142; 188.

- TÁRTARO — 81; 104; 182; 218; 219; 230; 234; 258; 262; 266; 267; 271.
- TEBAS — 240; 356; 370.
- TEIVE, Diogo de — 192, n. 426; 194 e n. 435; 202; 207; 248, n. 589; 274; 284; 351; 357, n. 910; 366; 367; 368; 370; 396; 439; 444; 477.
- TELÉMACO — 373.
- TEÓCRITO — 345.
- TERENCIO — 177, 367; 294; 451; 455.
Adelphoe: 294, e n. 698; 303, nn. 716-723; 432.
And: 405.
Eur: 361.
Haut: 427.
- TERENTI, Alberto — 282, n. 669.
- TERRA PROMETIDA — 238; 269.
- TESEU — 318; 367, n. 934.
- TIBRE — 234.
- TIRÉSIAS — 240.
- TIRON, Antoine — 68.
- TOFFANIN, Giuseppe — 205, n. 498.
- TOLEDO — 60.
- TOMÁS DE AQUINO, (São) — 215; 254 e n. 611; 262; 291; 343.
- TORRÃO, João Manuel Nunes — 292, n. 693.
- TORRES, Amadeu — 204, n. 496; 205, n. 498; 327, n. 774.
- TORRES, Miguel — 23, n. 35.
- TOUCHARD, Jean — 383, n. 980.
- TRANSCENDENTE — 375.
- TRAVERS, Joannes — 61.
- TRECENTO (italiano) — 172, n. 349.
- TRENTO, Concílio de — 23; 176; 189; 198; 199; 206; 216; 248; 272; 293; 472; 475; 479.
- TRÊVES — 73.
- TRISSINO — 171, n. 344.
- TRÓIA — 342.
- TUBINGA — 71; 72.
- TÚCHLE, Germano — 204, n. 495; 213, n. 516; 215, n. 520.
- TURCOS — 197; 252, n. 602; 255.
- TYROL — 65.
- U
- ULISES — 373.
- ULM — 68.
- ULTRECH — 67.
- UNIVERSO — 199; 209; 233; 259; 296; 362; 477.
- URBANO, Carlota Miranda — 213, n. 515.
- V
- VALE, Jacome do — 24, n. 44.
- VANEGAS, Miguel — 21; 194.
Absalon: 177, 367; 194, n. 437; 439.
Achabus: 177, 367; 194, n. 437.
Saul Gelboeus: 177, 367; 438; 439.
- VALENTIN, Jean-Marie — 189, n. 411.
- VALLA, Giorgio — 448, n. 1198.
- VALLA, Lorenzo — 191, n. 421; 205; 216.
- VAUCELLES, Louis de — 196, n. 443; 217, n. 525.
- VAZ, Pêro — 461.
- VELÊS, Manuel — 28, n. 63.
- VELLOSO, Queiroz — 378, n. 964.
- VENEZA — 60; 448, n. 1198.
- VERÃO — 244.
- VERARDI, Carlo — 172.
- VERARADI, Marcellino — 170.
- VERDADE — 180; 232; 233; 234; 235; 238; 241; 255; 475.
- VERGERIO, Pier Paolo — 302; 307; 345.
- VIANDANTE — 95; 154; 222; 329; 402; 446.

- VICENTE, Gil — 461.
Amadis de Gaula: 170.
Auto da Índia: 91, n. 171.
Auto das Ciganas: 461.
Auto das Fadas: 461.
Barca do Purgatório: 461.
Dom Duardos: 170.
Inês Peretra: 461.
Juíz da Betra: 461.
- VICENTE (Sao) — 327.
- VIDA — 327.
- VIENA — 58; 68; 473.
- VILANOVANO, Miguel Servet — 204.
- VILA REAL — 28, n. 65.
- VINET, Elias — 192, n. 426; 196, n. 443; 248, n. 589.
- VIRGEM MARIA (Mãe) — 181; 184; 270; 474.
- VIRGÍLIO — 263; 316; 346; 385; 413; 414; 437, n. 1129.
Eneida: 203.
 I: 373.
 IV: 395.
 VI. 578: 271.
 VI. 637-655: 271.
 IX. 342.
 X. 284: 383, n. 981
 XII. 489: 395.
Ecl. IV: 259 e n. 616.
- VISSING, Lars — 301, n. 707.
- VITÓRIA, Francisco — 381; 382.
- VIVES, Juan Luís — 315; 377; 390 e n. 993; 434.
- W
- WALSH, P. G. — 437, n. 1127.
- WALTER, Johan — 73.
- WEBWE, Édith — 57, n. 132.
- WEILLEN, Alexander von — 57, n. 132.
- WEINBERG, Bernard — 172, n. 348; 176, n. 366; 448, n. 1197.
- WILD, Sebastian — 69.
- WINDESHEIN — 69.
- WISSEMBURGO — 69.
- WITTENBERG — 69.
- X
- XAVIER, Francisco — 17, n. 4; 198; 378.
- Z
- ZABULÃO — 80, n. 148; 117; 131; 145; 146; 336; 406; 416; 458.
- ZÉ — 116.
- ZÉFIRO — 203.
- ZEUS — 200; 412; 478.
- ZIEGLER, H. — 66.
- ZILPA — 79, n. 144; 117; 118; 146; 318.
- ZIPPELIUS, Reinhold — 383, n. 977.
- ZIRL, Chris — 69; 72.

Titulo da tese: LUÍS DA CRUZ E A TRAGICOMÉDIA IOSEPHVS

Tomo I: *Análise histórico-literária;*

Tomo II: *Edição crítica.*

Ramo do conhecimento: HUMANIDADES, na especialidade de LITERATURA LATINA

Candidato: António Maria Martins Melo

Orientação: Prof.ª Doutora Nair Castro Soares e Prof. Doutor Manuel Losa, S.J.

Unidade: Faculdade de Filosofia de Braga, da Universidade Católica Portuguesa

RESUMO

O P. Luís da Cruz (1543-1604), um dos autores mais representativos do teatro neolatino em Portugal, conta, entre a sua vasta produção dramática, a tragicomédia Iosephus, inspirada na história bíblica de José do Egípto (Gênesis, 37-50). A representação desta peça ocorreu muito provavelmente em 1574, no Real Colégio das Artes, em Coimbra. Assim, à semelhança de muitas outras obras que vêm à luz em época tridentina e de Contra-Reforma, integra-se no teatro escolar de tema bíblico que conheceu dimensão europeia.

Comporta esta dissertação de doutoramento duas partes distintas. Precede-as uma introdução, que apresenta uma resenha biobibliográfica do P. Luís da Cruz e uma sistematização do aproveitamento dramático do motivo bíblico de José do Egípto que, no século XVI, inspirou católicos e protestantes.

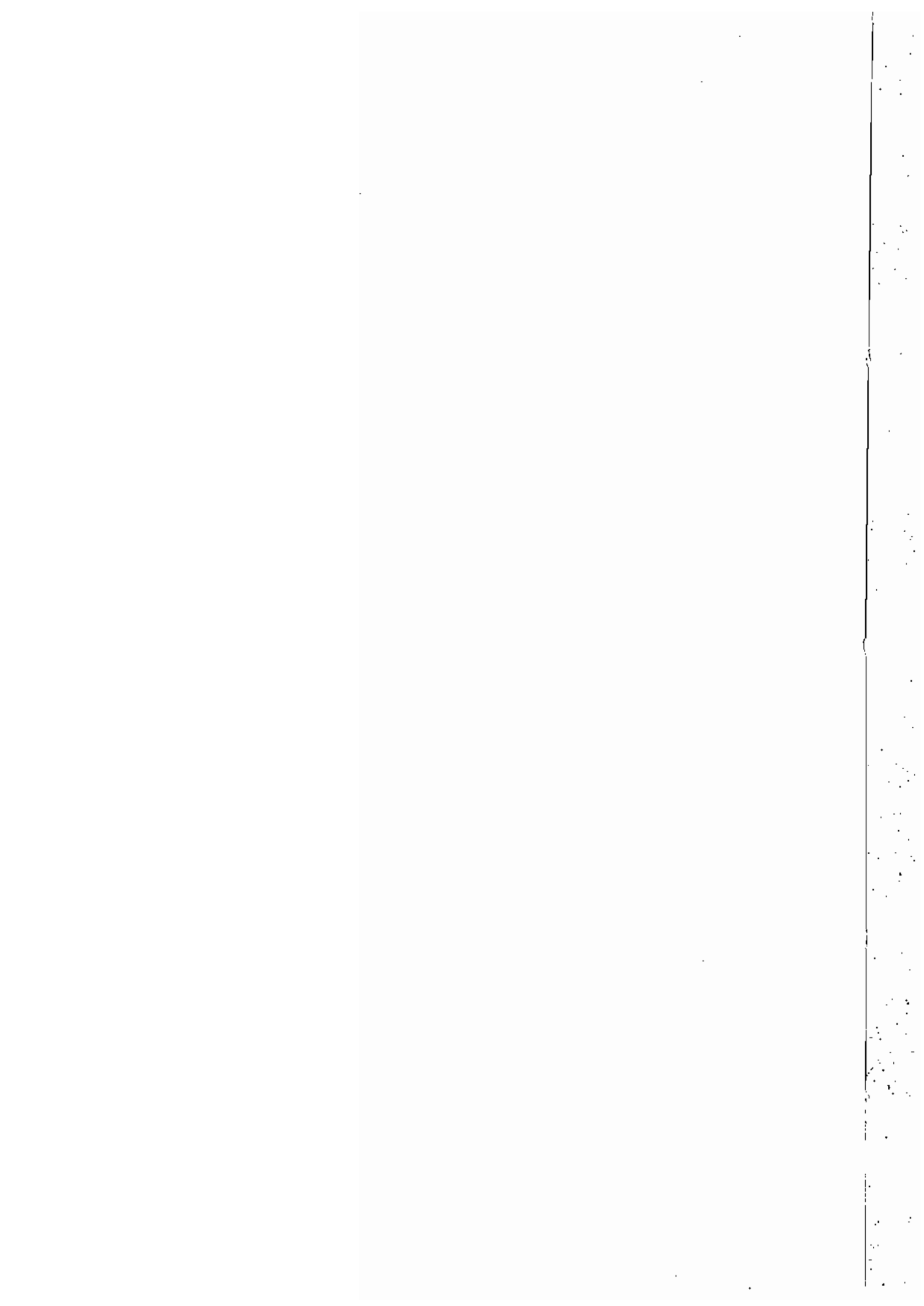
A primeira parte analisa a tragicomédia Iosephus como composição poético-dramática, integrada no contexto formal e estético do Renascimento, e no âmbito da pedagogia específica da Companhia de Jesus. Sem ser uma obra de tese, do ponto de vista temático, reflecte a sensibilidade e a ambiência cultural do tempo, as preocupações dominantes nos campos teológico-religioso, moral e político, a forma mentis humanista e contra-reformista.

Do ponto de vista formal, a ars dramática e a caracterização do estilo, que nos mereceram atenção especial, vão emergindo, também, a cada passo, da análise à realização da uis tragica e da uis comica, que na peça se sucedem ou intersectam.

A síntese das reflexões feitas ao longo da obra informam a conclusão deste estudo.

Uma segunda parte ocupa-se da edição crítica do texto da tragicomédia Iosephus.

Esta publicação, diz-nos o P. Luís da Cruz, realizou-se a pedido dos Superiores da Ordem, por julgarem de grande utilidade a recolha e preparação da edição das obras da sua autoria que andavam quase esquecidas. Estes opera omnia foram publicados na cidade francesa de Lião, em 1605. A edição crítica que nós preparámos apoia-se neste texto impresso e em três manuscritos, um de Évora e dois de Coimbra.



ÍNDICE GERAL

(TOMO I – Análise Histórico-Literária)

	Págs.
<i>Prefácio</i>	11
INTRODUÇÃO	
P. ^o Luís da Cruz	17
1. Escorço biográfico	17
2. A obra	29
2.1. Edições	33
2.2. Obra literária	36
In: <i>Rerum scholasticarum quae a patribus ac</i> <i>fratribus huius Conimbricensis Collegii</i> <i>scriptae sunt, Tomus primus</i> (Cód. 3308 – BNL)	37
In: <i>Rerum scholasticarum quae a patribus ac</i> <i>fratribus huius Conimbricensis Collegii</i> <i>scriptae sunt, Tomus secundus</i> (Cód. 993 – BGUC)	42
In: <i>Miscella</i> (Cód. 2209 – ANTT)	48
2.3. Obra perdida	51
O tema bíblico José.	53
A fortuna do tema na dramaturgia quinhentista	56

I PARTE

A TRAGICOCOMOEDIA IOSEPHVS DO P. LUÍS DA CRUZ

Estrutura e Arte	77
1. Estrutura	77

1.1.	Argumento cénico	77
	Prólogo (vv. 1-140)	78
	Acto I (vv. 141-1022)	79
	Acto II (vv. 1022-1773)	81
	Acto III (vv. 1774-2507)	83
	Acto IV (vv. 2508-3179)	86
	Acto V (vv. 3180-4505)	87
1.2.	Personagens: caracterização dramática	91
2.	A Arte	169
2.1	As concepções estéticas da dramaturgia quinhentista: a tragicomédia	169
2.2	A arte dramática do <i>Iosephus</i> : estrutura temático- -formal	177
2.2.1.	A <i>res</i> e os <i>uerba</i>	177
a)	A <i>dispositio</i>	177
b)	A <i>inuentio</i>	189
	<i>Res theologica</i>	197
	<i>Res moralis</i>	274
	<i>Res politica</i>	346
c)	A <i>elocutio</i>	390
	Tragédia e expressão da <i>uis tragica</i> (Prólogo e Actos I - II)	391
	Tragédia e expressão da <i>uis comica</i> (Actos III - V)	422
d)	Os cânones clássicos da <i>tragicocomoedia</i>	435
	O Prólogo	435
	Começo <i>in medias res</i>	437
	Cenas sangrentas ou prodígioas	438
	O motivo do sonho	439
	O papel do coro.	440
2.3	A métrica	451
	CONCLUSÃO	470
	BIBLIOGRAFIA	481
	1. Manuscritos	481
	2. Monumenta Historica Societatis Iesu	482
	3. Edições, traduções e comentários	483
	4. Outras obras, estudos e artigos	489
	ÍNDICE ONOMÁSTICO	513
	ÍNDICE GERAL	543